

A IMPRENSA EM COIMBRA NO SÉCULO XVII

José Jorge David de Freitas Gonçalves

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Doutor em História Económica
e Social, realizada sob a orientação científica do

Professor Doutor João José Alves Dias

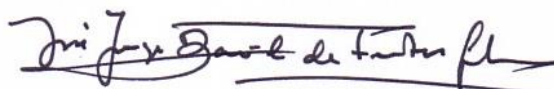
JUNHO DE 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em **História Económica e Social**, realizada sob a orientação científica do **Professor Doutor João José Alves Dias**

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 20 de Maio de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O orientador,



Lisboa, 22 de Maio de 2010

A A. H. de Oliveira Marques

In memoriam

A imprensa em Coimbra no século XVII

José Jorge David de Freitas Gonçalves

PALAVRAS-CHAVE: Tipografia, Coimbra, Século XVII

RESUMO

O estudo da tipografia na cidade de Coimbra ao longo do século XVII, que *a priori* se poderia caracterizar pela ligação à Universidade, manifesta laços corporativos bem vinculados entre impressores, livreiros e mercadores de livros. Mas a tipografia de Coimbra não vive só da Universidade. A análise da tipologia das obras saídas dos seus prelos demonstra alterações nas preferências do público leitor, conforme se verifica através do significativo aumento de edições de parenética, associado ao interesse dos livreiros. As ligações de mecenato e de patronato encontram-se evidenciadas pelo exercício da lisonja. Mas o crescente protagonismo dos mercadores de livros verificado na segunda metade do século revela uma nova atitude perante o livro impresso, cada vez mais virado para a edição de obras de sucesso garantido.

Há, ainda, uma evolução no gosto estético desde o princípio do século, generalizando-se novos elementos iconográficos na cunhagem no material utilizado pelas diversas oficinas, seja ao nível das capitulares decoradas, seja ao nível da gravura e da vinheta tipográfica: a alegoria irrompe na gravura e preenche os frontispícios dos livros impressos, acompanhando louvores e gratidão aos mestres e patronos dos estudos universitários; nas capitulares e nas vinhetas tipográficas, são os motivos vegetalistas que se impõem, estilizando-se ou misturando-se com outros de origem geométrica, em detrimento do fantástico, do antropomórfico ou do zoomórfico.

Printing in Coimbra in the seventeenth century

José Jorge David de Freitas Gonçalves

KEYWORDS: Typography, Coimbra, XVII century

ABSTRACT

The study of typography in the city of Coimbra during the seventeenth century, which *a priori* could be characterized by having a relation to the University, presents deep business ties among printers, booksellers and book merchants.

However, the typography of Coimbra does not only live of the University. The analysis of the typology of the works that come from the press demonstrates changes in the preferences of the readers, as it is evidenced by the significant increase in editions of sermons associated with the interests of booksellers. The links between patronage and employers are emphasized by the practice of flattery.

Nevertheless, the growing role of the book merchants that happened in the second half of the century reveals a new attitude towards the printed book increasingly turned to the publication of works of guaranteed success.

There is also an evolution in the aesthetic taste since the beginning of the century, generalizing new iconographic elements in minting the material used by the various workshops, both in terms of decorated capitals, and in what concerns engraving and typographic vignettes: the allegory emerges into the picture and fills in the frontispieces of printed books, together with praise and gratitude to the teachers and patrons of university studies. In the capitals and the typographic vignettes, the plant motifs are the most important ones, styling themselves or mixing with others of geometric source, leaving behind the fantastic, the anthropomorphic or the zoomorphic.

ÍNDICE

Introdução	1
Parte I - Os homens, os tipógrafos, as oficinas	7
A. Considerações gerais	13
1. Diogo Gomes de Loureiro	14
2. Manuel de Araújo	20
3. Nicolau de Carvalho	23
4. Manuel de Carvalho	30
5. Estêvão Marques de Araújo	36
6. Os Craesbeeck: Pedro, Lourenço e Paulo Craesbeeck; a Oficina Craesbeeckiana	36
7. Manuel Dias	41
8. Tomé Carvalho	49
9. Viúva de Manuel de Carvalho	56
10. Rodrigo de Carvalho Coutinho	64
11. José Ferreira	66
12. Manuel Rodrigues de Almeida	78
13. João Antunes	81
14. António Simões	85
15. António Dias da Costa	87
16. Outros impressores	88
B. Balanço da actividade tipográfica em Coimbra no século XVII	93

Parte II - Os livros, os temas, os números	109
A. As temáticas dos livros impressos	111
a) Os impressores activos entre 1600 e 1651	118
b) Os impressores activos entre 1651 e 1700	121
Parte III - A sociedade, a economia, o mercado	129
A. O preço do livro	131
B. O financiamento das edições	145
C. Os mercadores de livros	159
Parte IV - As gravuras, as vinhetas, os tipos	165
A. A gravura	167
B. Os ornamentos tipográficos	231
1. Frisos gravados	231
2. Tarjas	239
3. Vinhetas para composição	251
4. Outras gravuras	272

C. As capitulares decoradas	283
1. A viragem do século	283
2. A estética da primeira metade do século	295
3. A segunda metade do século XVII	303
 D. Os tipos	 323
 Conclusão	 329
 Bibliografia	 333
 Catálogo bibliográfico (v. índice próprio)	 1

ÍNDICE DE FOLHAS INFRA-TEXTO

1. Genealogia do impressor António de Mariz	I
2. Genealogia dos impressores das famílias <i>Carvalho</i> de Coimbra	II
3. Genealogia do impressor Manuel Dias	III
4. Genealogia do impressor José Ferreira	IV

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

fl.(s)	folha(s)
pág.	página
pp.	páginas
v.º	verso
n.º	número
vol.	volume
prel.	preliminar

Introdução

Introdução

A conjuntura vivida na cidade de Coimbra, ao iniciar-se o ano de 1600, estava longe de parecer favorável. Assolada por uma epidemia que afectou gravemente os efectivos populacionais da urbe, deparou-se com os efeitos do encerramento da Universidade pelo espaço de onze meses, desde 5 de Fevereiro de 1599 até 3 de Janeiro de 1600¹, nomeadamente no que respeita à diminuição acentuada das matrículas em todos os estudos; a recuperação seria feita lentamente, ao longo dos anos seguintes². O reitor Afonso Furtado de Mendonça esteve fora da cidade até 4 de Maio desse ano, em paradeiro desconhecido, e dali governou a Universidade durante o período de encerramento, juntamente com os deputados Gabriel da Costa e António Homem³.

No que respeita à imprensa da cidade, a época era de transição. Das oficinas que pontuaram a segunda metade de quinhentos já nenhuma existia – pelo menos com os seus históricos mentores à cabeça: das oficinas que denotaram maior longevidade, a oficina de João de Barreira terminaria a sua actividade por 1579⁴, enquanto que António de Mariz permaneceria activo ainda até ao final do século, passando então a oficina aos seus herdeiros, dos quais se destacam o seu filho Pedro de Mariz e o seu genro Diogo Gomes de Loureiro. Porém, a oficina parece nada ter impresso, sob a direcção dos novos proprietários, antes de 1600.

Não é de estranhar esta situação. Com efeito, o grande motor da instalação e desenvolvimento da imprensa na cidade do Mondego foi, desde sempre, a Universidade, ali refundada por D. João III. A epidemia de 1599 e o subsequente encerramento dos estudos implicou o decréscimo do número de estudantes (e uma evidente quebra na necessidade de livros para estudantes e professores), uma realidade que atingiria não só os livreiros, mas também os impressores; talvez por isso, os anos de 1599-1600 são caracterizados pela transição de propriedade da única oficina tipográfica ainda activa.

¹ Cf. António Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, vol. I, pág. 275; Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo social e económico)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, pág. 106.

² Cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra* [...], pp. 106-107.

³ Cf. Francisco Carneiro de Figueiroa, *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937, pág. 124; Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra* [...], pp. 106-107.

⁴ Cf. João José Alves Dias, «Nova forma da transmissão do “verbo” – A imprensa», *Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), volume V – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pág. 502.

Somente alguns anos mais tarde, em 1604, aparece a oficina de Manuel de Araújo e, em 1612, a de Nicolau de Carvalho.

Ao longo do século, a imprensa é claramente ritmada pela Universidade e ambas são condicionadas pela evolução económica, social e política do país e, em especial, da cidade de Coimbra. Francisco Taveira da Fonseca, no seguimento dos estudos de António de Oliveira, apercebe-se dos movimentos cíclicos no número de matrículas na Universidade, intrinsecamente ligadas às diversas conjunturas que se viveram no espaço de tempo que especificamente respeita a este estudo; assim, deparamos com essa primeira depressão, em 1599-1600, que fez diminuir a população da cidade e implicou o exílio dos *grandes* da cidade, começando logo pelo reitor e deputados da Universidade. Nos anos seguintes há, efectivamente, uma recuperação, mas nova depressão se faz sentir pelos anos de 1629-1634, iniciada igualmente por uma epidemia e encontrando um máximo de mortalidade urbana em 1632; segue-se-lhe uma «frouxidão dos quinquénios seguintes», marcados por uma nova ofensiva da Inquisição sobre os cristãos-novos e pelas guerras da Restauração⁵. Finda esta conjuntura de contornos negativos, verifica-se uma rápida recuperação, como defende Fernando Taveira da Fonseca:

«O fim da guerra da Restauração reflecte-se, de imediato, na curva de matrículas. Com início em 1669-74 e ampliando-se na década seguinte, o total médio anual de inscritos ultrapassa o milhar, progride até quase ao dobro, para não descer abaixo de mil e setecentos senão durante curto período (1714-19).

Todas as faculdades crescem até 1684. Neste contexto, Medicina apresenta o salto mais espectacular, triplicando de estudantes entre 1659-64 e 1679-84.»⁶

Com o aumento dos efectivos estudantis da Universidade, a nova conjuntura é marcada pela ausência de epidemias relevantes, pelos trinta e cinco anos de paz efectiva e pelo consequente aumento populacional.

⁵ Cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra* [...], pp. 107-108; António de Oliveira, *Poder e oposição* [...], pp. 52-78.

⁶ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra* [...], pág. 110.

No que diz respeito à imprensa, o século XVII é marcado por duas épocas distintas: a primeira que decorre entre 1600 e 1652; a segunda, a partir desta última data e ultrapassando a barreira de 1700.

Esta periodização não é, contudo, absolutamente estanque. A primeira fase inicia-se com o arranque da oficina de Diogo Gomes de Loureiro, a única que reuniu condições para transitar de século por via de uma transmissão familiar - nomeadamente da posse de António de Mariz para os seus herdeiros, de entre os quais emergiu o seu genro, Diogo Gomes de Loureiro. É o período em que pontificam duas oficinas: a do próprio Diogo Gomes de Loureiro e a que fundará Nicolau de Carvalho em 1612 e que será transmitida ao seu filho Manuel de Carvalho após a sua morte, em 1632. Paralelamente, assistimos ao aparecimento e desaparecimento de oficinas de menor importância, tanto ao nível da produção como da longevidade: as oficinas de Manuel de Araújo ou as criadas sob a firma dos Craesbeeck de Lisboa: Lourenço, Paulo e a Oficina Craesbeeckiana. A par destas oficinas, aparece-nos um enigmático Estêvão Marques de Araújo, acerca do qual nada se sabe e que parece não ter possuído oficina própria, cuja produção conhecida se restringe a um único folheto.

Uma das características deste período é, efectivamente, o reduzido número de oficinas activas na cidade, o que pode estar relacionado com a crise da Universidade, reflexo da crise em que o país estava mergulhado por esses anos. Não obstante, o que marca a primeira metade do século é a origem do financiamento para a impressão de livros: se a Universidade manteve sempre os seus impressores privilegiados, e se o concurso do contrato com essa instituição era uma fonte de receita certa para as oficinas, uma boa parte das obras era impressa a expensas de mecenas encontrados entre personagens oriundos da nobreza ou da Igreja, entre os quais se destacam os sucessivos bispos-condes.

A segunda metade do século, por outro lado, assiste ao aparecimento de vários mercadores de livros, comerciantes de grosso trato cuja capacidade financeira lhes permite mandar imprimir livros para colocar no mercado e, mais tarde, adquirir oficinas tipográficas, como é o caso de Manuel Rodrigues de Almeida ou João Antunes. Nem todos estes mercadores, porém, foram impressores, mas esta situação revela uma tendência que vinha já do século anterior, que residia no facto de inúmeros livreiros adquirirem oficinas.

A razão deste interesse pela aquisição de oficinas tipográficas não residia somente na busca de maiores rendimentos, mas sobretudo numa tentativa de ascensão

social que o ofício de impressor permitia: recordemo-nos do privilégio concedido por D. Manuel I a Jacob Cromberger, concedendo-lhe um estatuto equiparado a cavaleiro da Casa Real.

Mas a aquisição de oficinas tipográficas não bastava: vários foram os livreiros e os impressores que concorreram a familiares do Santo Ofício, como atestam os processos de habilitação conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; de todos eles, apenas Nicolau de Carvalho parece não ter conseguido ascender a familiar do Santo Ofício, talvez devido à dificuldade em identificar uma avó⁷.

Os impressores de Coimbra que se tinham dedicado ao comércio de livros antes de adquirirem oficina tipográfica foram, efectivamente, conceituados entre os seus vizinhos e, quando morreram, tiveram os seus locais de sepultura em lugares importantes, geralmente em frente dos altares dos santos ou junto do cruzeiro da igreja de São Cristóvão, hoje desaparecida, mas que era a sede espiritual da freguesia onde residiam.

Os seus locais de residência são, na sua maior parte, bem conhecidos. Ao longo da Rua das Fargas, subindo até à Sé pelo Arco de Almedina e pela Rua do Quebra-Costas, os livreiros instalaram as suas tendas junto das suas residências, e foi aí, também, que foram surgindo as oficinas tipográficas.

É nesta Coimbra, que vive já à volta da Universidade, mas que mantém todos os problemas próprios de uma grande urbe que acompanha as tendências gerais do Portugal seiscentista, que se movimentam os agentes do livro e, nomeadamente, os impressores.

⁷ Lembre-se que uma das condições impostas para a admissão a familiar do Santo Ofício era a limpeza de sangue. O processo de indagação era altamente rigoroso. A impossibilidade de identificação de um ascendente próximo, caso dos avós, poderia suscitar dúvidas sobre a limpeza de sangue do proponente.

Preâmbulo e agradecimentos

Esta dissertação é o resultado dos estudos efectuados ao longo do projecto de doutoramento e importa prevenir sobre o seu âmbito e os seus limites. Propus-me, no Plano de Trabalho, lançar uma visão global sobre a produção do livro impresso em Coimbra, ao longo do século XVII, ciente de que tenho um enorme conjunto de espécimes cuja análise é complexificada pela existência de diferentes edições das obras impressas, além de uma multiplicidade de variantes cuja identificação e distinção está, em larga medida, por fazer.

Para além do objecto físico, que é o livro, há que conhecer os agentes que intervém na sua produção e difusão: neste trabalho, centrei-me nos tipógrafos; ou seja, essencialmente naqueles que produzem o livro sob um ponto de vista técnico. Deixei os autores, os intelectuais, para os estudos dos bibliógrafos; os livreiros e os mercadores de livros foram focados, somente, por causa da sua relação directa com a actividade dos impressores.

O produto final, embora não se destine a firmar leis mas, apenas, para contribuir para o conhecimento do livro impresso em Portugal, é fruto de um árduo trabalho desenvolvido durante alguns anos. Ao longo deste tempo, muitas pessoas me acompanharam e me apoiaram neste projecto: antes de mais, a minha família e alguns amigos pessoais, que sabem o quanto prezo a sua presença e o caminho que temos trilhado juntos; recordo e agradeço, em especial, os momentos em que me acompanharam nos momentos de solidão ou de insónia a que o trabalho me obrigou ao longo destes anos.

Obrigatoriamente, terei de referir algumas pessoas que, além de me concederem a honra e a alegria de comigo partilharem laços de fraternal amizade, de alguma forma contribuíram directamente para este trabalho.

As minhas primeiras palavras de saudação e agradecimento são dirigidas para o Professor Doutor João José Alves Dias que, mais do que um orientador, foi um verdadeiro Mestre, no sentido em que o são aqueles que não se limitam a ensinar, mas conseguem cimentar laços de admiração, respeito e amizade; ao Professor Alves Dias devo quase tudo o que sei acerca de livros e o seu conhecimento parece-me, muitas vezes, inesgotável.

Uma palavra de especial reconhecimento vai, também, para os Professores Doutores A. H. de Oliveira Marques, Artur Anselmo e João Silva de Sousa, pelas cartas de recomendação que me concederam no âmbito de candidatura à bolsa de doutoramento, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da qual usufruí. Perdoar-me-ão os dois últimos professores por destacar A. H. de Oliveira Marques, precocemente desaparecido enquanto eu desenvolvia os meus estudos; deixo-lhe aqui a minha homenagem e dedico-lhe este trabalho.

Às Senhoras Professoras Doutoradas Inês de Ornelas e Castro e Leonor Santa Bárbara agradeço as pacientes lições de Latim que me concederam ao longo de três anos.

A Dr. Pedro Pinto, incansável esquadrinhador de arquivos e bibliotecas, agradeço as preciosas dicas que me levaram a identificar e localizar algumas edições raras. Igualmente, agradeço à Dr.^a Maria João Lourenço Pereira e ao Dr. Marcel Paiva Monte, ex-secretários do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pela paciência que me dispensaram nas minhas frequentes visitas.

Finalmente, a minha última palavra de agradecimento é dirigida a todos aqueles que, por via do seu trabalho, da sua amizade ou, simplesmente, pelo gosto de ajudar o próximo, contribuíram para a construção deste estudo.

Lisboa, Maio de 2010

Parte I

Os homens, os tipógrafos, as oficinas

Tabela 1 - Período de actividade dos impressores em Coimbra

1600 - 1700

	1600	1601	1602	1603	1604	1605	1606	1607	1608	1609	1610	1611	1612	1613	1614	1615	1616	1617	1618	1619	1620	1621	1622	1623	1624	1625	1626	1627	1628	1629	1630	1631	1632	1633	1634	1635	1636	1637	1638	1639	1640	1641	1642	1643
Diogo Gomes Loureiro									?																																			
Manuel de Araújo	?			?																																								
Pedro Craesbeeck																																												
Estêvão M. Araújo																																												
Nicolau de Carvalho																																												
Manuel de Carvalho																																												
Lourenço Craesbeeck																																												
Paulo Craesbeeck																																												
Of. Craesbeeckiana																																												
Tomé Carvalho																																												
Manuel Dias																																												
Viúva Manuel Carvalho																																												
José Ferreira																																												
Manuel R. Almeida																																												
António Simões																																												
João Antunes																																												
Rodrigo C. Coutinho																																												
António Dias da Costa																																												

	1644	1645	1646	1647	1648	1649	1650	1651	1652	1653	1654	1655	1656	1657	1658	1659	1660	1661	1662	1663	1664	1665	1666	1667	1668	1669	1670	1671	1672	1673	1674	1675	1676	1677	1678	1679	1680	1681	1682	1683	1684	1685	1686	1687	
Diogo Gomes Loureiro																																													
Manuel de Araújo																																													
Pedro Craesbeeck																																													
Estêvão M. Araújo																																													
Nicolau de Carvalho																																													
Manuel de Carvalho																																													
Lourenço Craesbeeck																																													
Paulo Craesbeeck																																													
Of. Craesbeeckiana																																													
Tomé Carvalho																																													
Manuel Dias																																													
Viúva Manuel Carvalho																																													
José Ferreira																																													
Manuel R. Almeida																																													
António Simões																																													
João Antunes																																													
Rodrigo C. Coutinho																																													
António Dias da Costa																																													

	1688	1689	1690	1691	1692	1693	1694	1695	1696	1697	1698	1699	1700
Diogo Gomes Loureiro													
Manuel de Araújo													
Pedro Craesbeeck													
Estêvão M. Araújo													
Nicolau de Carvalho													
Manuel de Carvalho													
Lourenço Craesbeeck													
Paulo Craesbeeck													
Of. Craesbeeckiana													
Tomé Carvalho													
Manuel Dias				?									
Viúva Manuel Carvalho													
José Ferreira													
Manuel R. Almeida													
António Simões													
João Antunes													
Rodrigo C. Coutinho													
António Dias da Costa													

Considerações gerais

Durante o século XVII, encontrámos dezoito tipógrafos ou casas tipográficas activos na cidade de Coimbra¹, embora nem todos aí permanecessem ou mantivessem oficina própria. Um vinha do século XVI – Diogo Gomes de Loureiro, que inicia a sua actividade no último ano desse século; vários outros impressores estendem a sua actividade para o século XVIII – caso de José Ferreira, Manuel Rodrigues de Almeida, António Simões, João Antunes ou António Dias da Costa. Verifica-se, ainda, que existe um claro corte na linha temporal, coincidente com o volver para a segunda metade do século, altura em que todos os impressores activos na primeira metade do século tinham já encerrado a sua actividade: como últimos resistentes, subsistem Manuel de Carvalho (morto em 1652, mas cuja última obra impressa data do ano anterior) e Diogo Gomes de Loureiro (que, apesar de nada imprimir desde 1649, aparece ainda a assinar uma obra em 1651²). Paulo Craesbeeck (e a sua oficina Craesbeeckiana) vem a Coimbra imprimir em 1647, 1650 e 1651. A partir do ano de 1651, outros tipógrafos se perfilam no tempo, iniciando-se com a actividade de dois impressores: Tomé Carvalho e Manuel Dias. Aparecem ambos em 1651 e detêm a exclusividade da tipografia em Coimbra até 1664, ano em que se inicia a actividade da viúva de Manuel de Carvalho; as três casas permanecem em funcionamento até 1671, às quais se juntam a imprensa de José Ferreira e, no ano seguinte, a tipografia de Rodrigo de Carvalho Coutinho (Tomé Carvalho virá a morrer em 1672 (cf. Tabela 1)).

Vejamos, então, o percurso biográfico dos principais impressores activos na cidade ao longo do século.

¹ Este número refere-se unicamente aos impressores cujo nome aparece, ao menos, no pé de imprensa de uma obra; outros impressores havia, na cidade de Coimbra, que não dispunham de oficina própria, trabalhando para outros impressores. Tal seria o caso de Domingos de Abreu, falecido a 28 de Setembro de 1702, cujo assento de óbito, assinado pelo prior Manuel Simões dos Santos, o identifica como «*Impressor desta freguesia de s. christouão*», tendo sido sepultado «*no adro da Igreja defronte da porta principal*» (Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (1651-1732), fl. 70v.º). Quase cinquenta anos antes, teria existido em Coimbra um impressor chamado António Monteiro, cujo nome sabemos apenas devido à existência de um assento de óbito da sua filha Antónia, de oito anos de idade, falecida a 22 de Outubro de 1653 (Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (1651-1732), fl. 2). Não quer isto dizer, no entanto, que todos os impressores cujo nome aparece impresso tivessem oficina própria, como veremos adiante.

² Venâncio Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pág. 170, dá como certa a morte de Diogo Gomes de Loureiro em 1649. Desta forma, a obra referida como impressa em 1651 deve tê-lo sido em 1641.

1. Diogo Gomes de Loureiro

Em 1600, surge, em Coimbra, o impressor Diogo Gomes de Loureiro, revelado por duas obras: a primeira parte do *Gusman de Alfarache* [...], do sevilhano Mateo Alemán y de Enero, e o *Officium Virginis Mariae ad Niues, secundum Sacri Ordinis Cisterciensis Ritum*, obra de cariz litúrgico.

Defendeu José Pinto Loureiro que Diogo Gomes de Loureiro fora um «*livreiro privilegiado da Universidade até ser tomado como impressor*»³, abonando a sua referência com uma carta, dada ao livreiro Tomé Carvalho aquando do processo do trespasse da oficina. Infelizmente, Pinto Loureiro não revela a localização da fonte, mas sabemos que Diogo Gomes de Loureiro era genro e herdeiro do impressor coimbrão António de Mariz⁴. Estas últimas informações são-nos reveladas nas obras por si impressas, a saber: na primeira parte do *Gusman de Alfarache* [...] indica que o livro foi impresso *Na Officina de Antonio de Mariz . Por seu Genro e Herdeyro Diogo Gomez Loureyro, Impressor da Vniuersidade*; e em 1602, revela, nas *Assertationes, ex Vniuersa Theologia* de Francisco Suarez, que essa situação se mantinha, advertindo, contudo, que não seria o único herdeiro do impressor: *Ex officina Antonij à Mariz, Per eius generum & co-haeredem Didacum Gomez Loureyro, Academiae Architypographum*.

Não restam dúvidas é que antes de herdar a oficina do seu sogro já a Universidade o tinha reconhecido como seu impressor privilegiado. Efectivamente, por carta datada de 9 de Novembro de 1598⁵, assinada pelo reitor Afonso Furtado de

³ José Pinto Loureiro, «Livros e livrarias de Coimbra» *Arquivo Coimbrão*, vol. XII, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1935, pág. 117.

⁴ Segundo Venâncio Deslandes, António de Mariz era filho de Francisco Annes, natural da Serra de Besteiros, e da sua mulher Inês Caldeira, natural de Avelãs de Cima; nasceu em Coimbra em ano desconhecido e nesta cidade foi livreiro desde 1556, possuindo impressão sedeada na rua das Fangas, à Porta de Almedina. Por morte de João de Barreira, tornou-se impressor privilegiado da Universidade; entre 1562 e 1569 foi impressor do arcebispo de Braga, instalando nesta cidade uma oficina tipográfica. Em Abril de 1599 transferiu a sua imprensa de Coimbra para os moinhos do Arcipreste, em Sernancelhe dos Alhos, de modo a fugir ao surto de peste que atingiu a cidade. Foi casado com Isabel João, filha de João Álvares, um dos primeiros impressores privilegiados da Universidade de Coimbra, juntamente com João de Barreira. Terá falecido nos últimos meses de 1599, pois, segundo o mesmo autor, a 4 de Janeiro de 1600, a Mesa do Santo Ofício de Lisboa terá concedido ao seu genro Diogo Gomes de Loureiro licença para imprimir o *Guzman de Alfarache* [...], que seria impresso ainda nesse ano por este tipógrafo (Cf. Venâncio Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pp. 91-94 nota; Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. 286-287).

⁵ Coimbra, Arquivo Distrital, Cartório da Universidade, Registo das Provisões, tomo I, fl. 351. Publicada por Venâncio Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pág. 154. Os termos desta provisão previam, no entanto, que Diogo Gomes de Loureiro não teria direito a casa nem a aposentadoria, recebendo somente o ordenado anual de seis mil réis. A generalidade dos

Mendonça, a Universidade deu-lhe a vaga de impressor que se encontrava por preencher desde a morte de António de Barreira. Terá acaso, para honrar, esse privilégio, constituído, ou pensado em constituir, uma tipografia paralela à do seu sogro? Sonho esse que o surto de peste ocorrido em Coimbra dificultou. E será que podemos tomar como prova dessa hipótese a existência de uma obra, com pé de imprensa datado de 1601, em que Diogo Gomez de Loureiro indica que foi feita na sua oficina? Na verdade o *Tractado Repartido en Cinco Partes Principales, que declaran el mal que significa este nombre Peste con todas sus causas, y señales prognosticas, y indicatiuas del mal, con la preseruacion, y cura que en general, y en particular se deveu hazer*, do doutor Ambrósio Nunes, diz: *Acabouse de Imprimir, na Officina de Diogo Gomez Loureyro Impressor da Vniuersidade. Com Licença da S. Inquisição. 1601.*, sendo em tudo distinto do pé de imprensa das obras anteriormente analisadas.

Assim sendo, Diogo Gomes de Loureiro foi “eleito” e provido no ofício em 1598, mas desconhecem-se obras por si impressas antes de 1600, dizendo-se ele *arquitipógrafo* dessa instituição entre 1602 e 1609, insistindo na antiguidade e carácter primacial da sua oficina. Aliás, parece certo que, durante a primeira década de seiscentos, Diogo Gomes de Loureiro só teve a concorrência, na cidade do Mondego, de Manuel de Araújo que, no entanto, poucas obras produziu. José Pinto Loureiro defende que Diogo Gomes, efectivamente, herdou a oficina do sogro, ideia que subscrevemos, mas adianta que ele obteve carta de impressor da Universidade apenas em 8 de Maio de 1602⁶; tal carta também concedida a um *oficial componedor* das suas oficinas em 26 de Agosto de 1625⁷. Venâncio Deslandes não refere este contrato, mas o que parece certo é que Diogo Gomes de Loureiro só começou a imprimir depois de receber a oficina do seu sogro.

Em resumo, Diogo Gomes Loureiro poderá ter congregado, em si, dois momentos. Primeiro recebe o privilégio de impressor (fim do ano de 1598), quando pensa em montar a tipografia, mas começa a peste; não sabemos se foge de Coimbra em Abril de 1599, acompanhando a família do sogro, ou se fica e tenta montar a oficina projectada. Nada previa que o sogro viesse a morrer, pelo que ficaria ele com uma

autores indica, no entanto, que Diogo Gomes de Loureiro teria herdado a oficina do sogro, António de Mariz; cf., por exemplo, Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pág. 289.

⁶ Ver, também, a introdução de Manuel Lopes de Almeida à edição dos *Diálogos de Dom Frey Amador Arraiz* [...], Porto, Lello & Irmão – Editores, 1974, pp. VIII-X. Este estudioso refere, igualmente, que o referido contrato foi iniciado a 30 de Abril de 1602 e firmado em 8 de Maio seguinte.

⁷ Coimbra, Arquivo Distrital, Cartório da Universidade, Registo das Provisões, tomo XIX, fl. 201. Cf. José Pinto Loureiro, «Livros e livrarias de Coimbra», pág. 117.

oficina e o sogro com a outra. Com a morte do sogro, ele fica proprietário da sua oficina e herdeiro da tipografia de António de Mariz, cujo processo de sucessão se arrasta.

A 4 de Novembro desse ano, conforme nos diz Manuel Lopes de Almeida, Diogo Gomes dá como fiança de 300\$000 réis «*que lhe haviam sido entregues para os mandar a seu cunhado Pêro de Mariz, então em Lisboa, que fizera importante compra de livros de Leão, Veneza e de outras partes, para a livraria da Universidade*»⁸ várias propriedades, a saber: a sua própria oficina de impressão; umas casas na freguesia de São Miguel de Alfama, em Lisboa; e umas casas na Rua das Fangas, também em Lisboa, na qual tinha uma loja de livros - na realidade, esta Rua das Fangas poderia ser em Coimbra, onde Diogo Gomes teria a sua tenda de livros. Manuel Lopes de Almeida defende, assim, que Diogo Gomes de Loureiro exerceria simultaneamente os ofícios de livreiro e de impressor da Universidade, e que os exerceu até meados do século⁹.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Diogo Gomes Loureiro'. The script is cursive and somewhat stylized, with a long horizontal stroke at the end.

Assinatura de Diogo Gomes de Loureiro.

É possível que o filho de António de Mariz, o doutor Pedro de Mariz¹⁰, fosse igualmente proprietário da oficina, embora nunca aparecesse à sua frente: o seu cargo de guarda-mor da Universidade atribuíra-lhe responsabilidades ao nível da obtenção de livros para os docentes e estudantes da academia e, desse modo, seria incompatível com o exercício da tipografia. Aliás, António de Mariz deixou cinco filhos que lhe sobreviveram: além do licenciado Pedro de Mariz e de Maria João, a mulher de Diogo Gomes de Loureiro, eram herdeiros do defunto impressor a filha Grácia de Mariz,

⁸ Manuel Lopes de Almeida, «Introdução» aos *Diálogos de Dom Frey Amador Arraiz* [...], pág. VIII. Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XIII, Livro I, fl. 142v.º; pub. por Manuel Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pp. 12-13).

⁹ Manuel Lopes de Almeida, «Introdução» aos *Diálogos de Dom Frey Amador Arraiz* [...], pág. VIII.

¹⁰ Pedro de Mariz foi presbítero, bacharel em cânones, guarda-mor da livraria da Universidade de Coimbra e *distinto literato* no dizer de Venâncio Deslandes (*Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pág. 93). Foi autor dos *Dialogos de varia historia em que summariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha e todas as mais notavees que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser leuantado a Dignidade Real, e outras muytas de outros reynos dignas de memoria: com os retratos de todos os Reys de Portugal* [...], dos quais conhecemos três edições saídas dos prelos de António de Mariz: uma de 1594, uma de 1597 e uma de 1598.

casada com o licenciado Francisco Gomes Loureiro, corregedor na vila de Alenquer; e, ainda, Salvador de Mariz e Joana de Mariz, dos quais nada mais sabemos¹¹, excepto que, a 21 de Janeiro de 1602 já Salvador de Mariz tinha falecido¹². Considerando que as filhas de António de Mariz seriam analfabetas, Diogo Gomes de Loureiro encontrava-se em condições privilegiadas de suceder ao falecido impressor à frente da oficina, como efectivamente viria a suceder.

Não será de admirar, portanto, que Diogo Gomez de Loureiro tenha obtido, juntamente com o privilégio da Universidade, diversos alvarás régios autorizando a exclusividade da impressão de diversas obras, respectivamente em 1601¹³, 1604¹⁴, 1605¹⁵, 1606¹⁶, 1609¹⁷ e 1615¹⁸. Existe, ainda, um outro privilégio régio, dado a 3 de

¹¹ Cf. Fernando Taveira da Fonseca, «A imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772», in Fernando Taveira da Fonseca *et al*, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001, pág. 27, nota 47. Os herdeiros de António de Mariz são nomeados no contrato firmado entre eles e a Universidade a propósito do pedido por eles feito para que a instituição lhes pagasse a razão de cinco anos que tinha ficado em dívida a António de Mariz, no valor de seis mil réis por ano, renunciando ao valor das aposentadorias, igualmente em dívida (Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XII, Livro III, fl. 59v.º; pub. por Manuel Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pp. 6-7).

¹² A 21 de Janeiro de 1602, Salvador de Mariz tinha falecido, o que gerou uma demanda dos restantes herdeiros contra a Universidade devido a despesas pendentes, que o impressor Jorge Rodrigues se dispôs a pagar (Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XIII, Livro I, fl. 10v.º; pub. por Manuel Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pp. 9-10).

¹³ Ambrósio Nunes, *Tractado repartido en cinco partes principales, Que declaran el mal que significa este nombre Peste con todas sus causas, y señales prognosticas, y indicatiuas del mal, con la preseruacion, y cura que en general, y en particular se deue hazer [...]*..., Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1601.

¹⁴ Amador Arrais, *Dialogos [...]*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1604; Francisco de Caldas Pereira e Castro, *Tertia pars excelentissimo tractatus de Uniuerso Iure emphyteutico, complectens Eligendi, seu Nominandi ad emphyteusion potestatem, tam ex contractu, quàm vltima voluntate, & electionis reuocationem*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1604; Baltasar Estaço, *Sonetos, cançoens, eglogas, e outras rimas*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1604.

¹⁵ Francisco de Caldas Pereira e Castro, *Quarta pars excellentissimi tractatus uniuersi iuris emphyteutici, agens emphyteusis extinctione interitu & resolutione*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1605; Álvaro Vaz, *Praxis partitionum et collationum inter haeredes, secundum ius regium lusitaniae, et iuxta ius commune, admodum necessaria & vtilis tam scholasticis, quam in foro versantibus.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1605.

¹⁶ *Comentarii Collegii Conimbricensis e Societate Iesu. In Vniuersam dialecticam Aristotelis Stagiritae.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

¹⁷ Egídio da Apresentação, *Disputationes de anima, et corporis beatitudine, as priores quinque quaestiones primae secundas D. Thomae, & ad quaestionem 12. primae partis in tres Tomos distributae. in quorum primo, e secundo agitur de Beatitudine Animae; in tertio autem de Beatitudine Corporis.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1609; João da Encarnação, *R.P.F. Joannis Duns Scoti ordinis minorum, doctoris subtilissimi, & Theologorum omnium facillè principis, oxoniense scriptum in Librum Primum Sententiarum magistri Petri Lombardi Nunc primò ordinatum, & expurgatum per [...]*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1609.

¹⁸ Egídio da Apresentação, *Disputationes de beatitudine animae, et corporis Septem libris absolutae. In quibus agitur de beatitudine Animae in ordine ad obiectum beatificum; & de ijs, quae beatitudinem Animae aut antecedunt, aut comitantur, aut consequuntur [...]* Tomus secundus., Coimbra, Diogo Gomes

Janeiro de 1614, por Filipe III, em que pode ler-se «*que por tempo de dez anos somente Impressor nem outro Liureyro alg6 nem pessoa de qualquer calidade que seya não possa jmprimir nem vender em todos estes Reynos e senhoRios nem trazer de fora delles*»¹⁹ um livro que deve ser a segunda ou a terceira parte das *Disputationes* [...] de Frei Egídio da Apresentação, ambas impressas no ano seguinte, com a indicação, no pé de imprensa, da existência do privilégio.

Diogo Gomes de Loureiro parece ter trabalhado, também, para diversas pessoas ou instituições religiosas, embora não tenhamos contratos escritos referentes à impressão dessas obras; não obstante, podemos formar algumas ideias a partir das folhas de rosto das obras impressas e construir uma lista provisória; assim, são as seguintes as instituições para quem trabalhou:

- *Ordem de Cister* (1600)²⁰;
- *Ordem de São Bento* (1628, 1629, 1644, 1647)²¹;
- *Bispado de Coimbra* (1607, 1610, 1619, 1623)²²;

Entre os particulares que mandaram imprimir obras na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, destacam-se os seguintes:

- *D. Jerónimo de Mascarenhas, Provedor da Misericórdia de Coimbra, Reitor do Colégio de São Pedro de Coimbra, cônego da Sé de Coimbra* (1636)²³;
- *D. Francisco de Castro, Reitor da Universidade de Coimbra e do Conselho Régio* (1606)²⁴;

de Loureiro, 1615; Idem, *Disputationes de beatitudine corporis quinque libris absolutae. Tomus tertius.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1615.

¹⁹ Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, Livro 32, fl. 183.

²⁰ *Officium Virginis Mariae ad Niues, secundum Sacri Ordinis Cisterciensis ritum*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1600.

²¹ *Proprium sanctorum monialum B. Patris Nostri Benedicti Portucallensis*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1628.; *Constitutiones monachorum nigrorum ordinis S. P. Benedicti Regnorum Portugalliae.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1629; Leão de São Tomás, *Benedictina Lusitana* [...] Tomo I., Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1644 (com duas variantes distinguidas pela folha de rosto, uma dedicada a São Bento e outra ao rei D. João IV); *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro e Lourenço Craesbeeck, 1647.

²² *Breuiarium Monasticum.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1607; *Manuale Missalis Romani* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1610; *Forma das Ceremonias Com que se hão de sacramentar os Religiosos enfermos, & sepultar os defuntos. Com as Antiphonas que se entoão nas Procissões da Purificação, & Ramos.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1619; *Festa propria dicecesis [sic] conimbricensis* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1623.

²³ *Compromisso da Sancta Misericordia da Cidade de Coimbra. Sua instituicam, e cathalogo dos Prouedores, & Escriuães que até o prezente tem seruido nella.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1636.

²⁴ *Augustissimo Hispaniarum Principi Recens Nato Philippo Dominico Victorio Austriaco, Philippi hoc naniue secundi Lusitaniae Regis F. expectissimo Natalitium Libellum dedicat Academia Conimbricensis.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

- *D. Francisco de Brito e Meneses*, Reitor da Universidade de Coimbra e do Conselho Régio (1626, 1630)²⁵;

- *D. Manuel de Saldanha*, Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo Conde de Coimbra (1641)²⁶;

- *Simão Bello de Castro*, estudante canonista da Universidade de Coimbra (1630)²⁷.

Através da folha de rosto do *Compromisso da Santa Misericórdia da Cidade de Coimbra*, de 1636, sabemos que Diogo Gomes de Loureiro pertenceu a essa instituição como irmão.

Um dos últimos trabalhos de Diogo Gomes de Loureiro foi a impressão do *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento* [...]; se, no cólofon, aparece a identificação de Diogo Gomes de Loureiro como impressor único da obra, no rosto surge, também, o nome de Lourenço Craesbeeck: «*Na officina de Diogo Gomez de Loureyro, & de Lourenço Craesbeeck*». João José Alves Dias²⁸ refere a associação dos dois impressores na mesma obra, que pode ser explicada com a impossibilidade, por parte de Diogo Gomes de Loureiro, de conseguir completar a obra – iniciada em 1647, foi terminada a 8 de Agosto do ano seguinte, como indica o cólofon. Não foi, porém, a última em que Diogo Gomes de Loureiro trabalhou, pois imprimiu, pelo menos, duas obras em 1648²⁹.

Resta saber que fim teve esta oficina, que foi a melhor do seu tempo em Coimbra. José Pinto Loureiro defendeu que a oficina tinha sido comprada pelo livreiro Tomé Carvalho³⁰, mas este não imprime qualquer obra antes de 1651; não obstante, o

²⁵ *Sanctissimae Reginae Elisabethae Poeticvm Certamen dedicat, & Consecrat Academia Conimbricensis Iussu Illustrissimi D. Francisci Britto de Menezes à Consilijs Catholicae* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1626; *Augustissimo Hispaniarum Principi Recens Nato Balthasi Carolo Dominico Phelippi hoc nomine III. Lusitaniae Regis Filio expectatissimo Natalitium Libellum dedicat Academia Conimbricensis.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

²⁶ *Applausos academicos da Universidade de Coimbra a El Rei Nosso Senhor D. João IIII. Invictissimo regi Lusitaniae Joanni IV. Academiae Conimbricensi, libellum dicat felicissima sua acclamatione* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1641.

²⁷ *Sermão que pregou o Padre Mestre Fr. Antonio das Chagas lente de Theologia do Collegio de Sam Boaventura da Ordem de Sam Francisco da Prouincia de Portugal. Nas selemnes festas, & procissão de graças que fez a Cidade de Coimbra pello nascimento do Augustissimo Principe Nosso Senhor. Na sancta See de Coimbra quinta feyra 27. de Dezembro de 1629.*, Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

²⁸ Cf. João José Alves Dias, *Craesbeeck Uma Dinastia de Impressores*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

²⁹ *Proprium Missarum de Sanctis Ordinis S. P. Benedicti* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1648; *Lilium inter Spinis* [...], Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro, 1648. Aparece ainda uma referência a uma obra impressa em 1651, mas parece antes ser uma gralha na data, visto que Diogo Gomes de Loureiro teria falecido em 1649.

³⁰ José Pinto Loureiro, «Livros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, vol. XII, 1935, pág. 117.

material tipográfico utilizado por Diogo Gomes de Loureiro na primeira parte da *Benedictina Lusitana* [...] (1644) parece ter sido utilizado na impressão da segunda parte da obra, realizada por Manuel de Carvalho (1651). Ora considerando que este Manuel de Carvalho era genro de Tomé Carvalho, não será de considerar que algum do material de Diogo Gomes de Loureiro tenham passado para Manuel de Carvalho e, após a morte deste, Tomé Carvalho tenha unificado as duas oficinas sob a sua firma?

Acrescente-se, ainda, que Diogo Gomes de Loureiro terá iniciado a impressão de um *Manuale Missalis Romani* [...], que foi terminada na oficina de Manuel de Carvalho, em 1651, conforme indica uma nota existente depois das licenças e da taxa: «*Este liuro Manual & Missal, se começou a imprimir em a officina de Dioguo Gomes de Loureyro & se acabou na de Manoel de Carualho*».

2. Manuel de Araújo

O outro impressor activo durante a primeira década do século XVII é Manuel de Araújo, cuja produção é muito restrita: parece reduzir-se aos anos de 1600 a 1607, nos quais não evitou entrar em disputa com a imprensa de Diogo Gomes de Loureiro pelo título de arquetipógrafo da Universidade, que ostenta na folha de rosto da obra *De medendis corporis malis per manulem operationem* [...], da autoria de João Bravo Chamisso, dado à estampa em 1605. Não sabemos quais foram as origens desta oficina, mas a primeira obra conhecida dela saída parece ter sido o *Compendio Spiritual da Vida Christam* [...], de Gaspar de Leão, impressa em 1600 e custeada pelos herdeiros de outro impressor coimbrão quinhentista, António de Barreira; é possível que a oficina de Manuel de Araújo tenha sido adquirida aos herdeiros desse impressor, razão que explicaria a tentativa, por parte de Manuel de Araújo, de se afirmar como o mais antigo tipógrafo de Coimbra, dando continuidade à histórica rivalidade entre as oficinas coimbrãs da segunda metade do século XVI³¹.

³¹ Na realidade, pelo menos parte do material tipográfico utilizado por Manuel de Araújo havia sido utilizado por António de Barreira durante a sua actividade como impressor privilegiado da Universidade de Coimbra. A documentação atesta esta relação entre as oficinas de Manuel de Araújo e de António de Barreira: uma quitação dada pela Universidade a Maria Gomes, viúva de António de Barreira, datada de 4 de Maio de 1604, refere que a dívida se referia ao tempo entre a morte do marido e o contrato feito com o seu sucessor, Manuel de Araújo (Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Fazenda, Livro que começou a 23 de Novembro de 1602, fl. 27; cit. por M. Lopes de Almeida, *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, vol. I. *Século XVII*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1970, pág. 26); outro documento, datado de 30 de Maio seguinte, mandata Pêro Soares para pagar à referida viúva a quantia de

Manuel de Araújo assume-se como impressor régio durante o tempo da sua actividade, mas este título aparece sempre junto ao privilégio de impressor da Universidade de Coimbra, da qual o rei era protector: *impressor del Rey Nosso Senhor na Universidade de Coimbra*, conforme aparece no pé de imprensa da portada das *Constituições synodales do bispado de Leiria* [...], por ele impressas em Coimbra, no ano de 1601³². Esta situação parece evidenciar que o impressor era, efectivamente, impressor da Universidade por mercê do rei, mas, não obstante, em 1607 aparece como *tipógrafo do rei e da universidade*³³. Em função da escassa documentação de que dispomos, não será possível responder de forma satisfatória a esta questão.

No ano a seguir à impressão do *Compendio espiritual* [...] de Gaspar de Leão, saem dos prelos de Manuel de Araújo duas obras: as *Constituições synodales do bispado de Leiria* [...], ordenadas e mandadas imprimir por D. Pedro de Castilho, na época titular da cátedra episcopal de Leiria e que ostentam, na portada, uma gravura que apresenta o dragão alado semelhante ao que o então já desaparecido impressor lisboeta Luís Rodrigues tinha adoptado como marca; e um *Tratado* [...], da autoria do Doutor Ambrósio Nunes, sobre o tratamento da peste - mas somente as quatro partes iniciais foram por ele impressas, já que a restante obra seria dada à estampa por Diogo Gomes de Loureiro³⁴.

Em 1602, Manuel de Araújo imprime somente o *Tractatus de Elementis* [...] de Diogo Lopes e, no ano seguinte, a *Arte do Canto Chão* de João Martins, da qual não conseguimos identificar qualquer exemplar. No ano de 1604, a sua actividade limita-se à impressão da *Arte do Computo Ecclesiastico segundo a nova reformação de Gregorio XIII* [...] ³⁵, composta por Leandro de Figueiroa Fajardo, uma obra profusamente

dezasséis mil réis (Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Fazenda, Receita e despesa da Universidade do Anno de 1595 the 604; cit. por M. Lopes de Almeida, *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, vol. I . *Século XVII*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1970, pág. 27).

³² Cf. Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea*, pág. 291.

³³ Gonçalo Fernandes de Azamor, *Conclusiones dialecticae. Quaestio disputanda. Vtrum opinio intrinsecé includat fidem humanam, & fides humana opinionem?*, Coimbra, Manuel de Araújo, s.d. [1607].

³⁴ Na verdade, o pé de imprensa ostenta somente o nome de Diogo Gomes de Loureiro: «*Acabouse de Imprimir, na Officina de Diogo Gomez Loureyro Impressor da Vniuersidade*»; porém, no final da quarta parte, surge um *colofon* que indica: «*Impresso em Coimbra por Manuel D'araujo*». Sabemos, deste modo, que a partir deste ponto a obra foi impressa por Diogo Gomes de Loureiro. O privilégio real, impresso no início do volume, foi concedido ao autor, o que pode indicar que existiu algum conflito entre Ambrósio Nunes e Manuel de Araújo, que terá conduzido à mudança de impressor; acresce o facto de Manuel de Araújo não ter impresso qualquer outra obra da autoria de Ambrósio Nunes, tendo Diogo Gomes de Loureiro impresso várias nos anos seguintes.

³⁵ Gregório XIII (Romagna, Bolonha 07.06.1502 – Roma 10.04.1585), no século conhecido com o nome de Ugo Boncompagni, era filho do mercador Cristóvão Boncompagni e de Ângela Marescalchi. Estudou direito na Universidade de Bolonha e participou no Concílio de Trento entre 1561 e 1563, por ordem de

ilustrada com tabelas e gravuras demonstrando a forma de elaborar diversos cálculos; no pé de imprensa, o tipógrafo assume-se como *Impressor delRei*, surgindo, a meio da folha de rosto, a gravura com o dragão alado semelhante à marca de Luís Rodrigues, o que indica a origem de, pelo menos, uma parte do seu material tipográfico.

O ano de 1605 é ocupado a imprimir o primeiro tomo de uma obra de medicina da autoria de João Bravo Chamisso, professor na Universidade de Coimbra: *De medendis corporis malis per manulem operationem* [...]. A impressão desta obra confirma a especialidade de Manuel de Araújo em relação a obras científicas e de medicina, mas a sua actividade termina aqui no que toca a este tipo de obras. Mas, por outro lado, é nesta obra que o impressor utiliza, no pé de imprensa, o título de *arquitipógrafo da Universidade*. Por outro lado, Manuel de Araújo assume-me frequentemente como tipógrafo régio, mas está sempre associado à Universidade de Coimbra, excepto em 1607³⁶: depois de nada ter impresso no ano anterior, há um pequeno fascículo ligado às provas académicas, da autoria de Gonçalo Fernandes [de Azamor], em que o autor se propõe dissertar sobre uma *quaestio: Vtrum opinio intrinsecè includat fidem humanam, & fides humana opinionem?* Trata-se, no entanto, de uma obra com um alcance muito restrito, lida, possivelmente, apenas no âmbito dos intervenientes da prova e indubitavelmente produzida com um fim específico.

A actividade de Manuel de Araújo terá terminado nesse ano, mas sem que, antes, tenha dado à estampa a obra *Poemata* [...], para uso académico, da autoria de Tomé de Paiva³⁷.

Pio IV. Em 1565 é nomeado cardeal de Espanha e é eleito papa em 14 de Maio de 1572, sucedendo a São Pio V. A sua acção destaca-se pela reforma do calendário e pela luta contra a reforma protestante, no seguimento do Concílio de Trento: cria seminários para formação do clero, bem como a Universidade de Roma, conhecida como *Gregoriana*, e insiste na repressão dos abusos praticados entre a hierarquia eclesiástica; cria o *Index Librorum Prohibitorum* para controlo dos livros que circulavam pela Europa católica. Foi um forte opositor de Isabel I de Inglaterra, que tentou depor estimulando os católicos irlandeses e ficou recordado por celebrar a Noite de São Bartolomeu, uma reacção católica que implicou a morte de centenas de protestantes, com um *Te Deum*.

³⁶ Não são conhecidas obras por si impressas no ano de 1606.

³⁷ O fim da oficina de Manuel de Araújo, sem certezas absolutas, pode estar associado aos problemas existentes entre o impressor e a Universidade, a propósito do pagamento das moradias: a 8 de Junho de 1605, a Mesa da Universidade dirige uma informação ao rei, na qual alega que não tem obrigação de pagar a verba de seis mil réis para casas, por isso não ter sido firmado no contrato inicial; acrescenta-se que, se o tipógrafo não quiser trabalhar sem essa verba, a Universidade pode prescindir de um dos seus impressores (Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Fazenda, Livro que começou a 23 de Novembro de 1602, fl. 49; cit. por M. Lopes de Almeida, *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, vol. I . *Século XVII*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1970, pág. 36).

3. Nicolau de Carvalho

Nicolau de Carvalho aparece, como impressor, em 1612, com um *Sermam de Sant'Ana* [...]; mas já anteriormente exercia actividade na cidade de Coimbra como livreiro³⁸: foi um dos mais importantes impressores activos na cidade do Mondego na primeira metade do século XVII, não apenas pela extensão da sua obra, mas igualmente devido à qualidade da mesma.

José Pinto Loureiro considera que a biografia de Nicolau de Carvalho é razoavelmente conhecida³⁹: este autor apresenta-o como marido de Maria Flores, a filha do livreiro coimbrão António de Flores, e foi pai de outro impressor de Coimbra, Manuel de Carvalho. Esta filiação da esposa de Nicolau de Carvalho está, no entanto, totalmente errada, como veremos.

No processo de habilitação para familiar do Santo Ofício, constituído no seguimento de um requerimento do próprio Nicolau de Carvalho, elaborou-se a respectiva certidão em Coimbra, a 14 de Dezembro de 1619⁴⁰; fizeram-se, então, as respectivas inquirições, tendo-se apurado que o impressor era filho de Pedro Simões e de Maria João *da Carvalha*, lavradores, moradores na Quinta da Carvalha (referindo-se, também, os topónimos *Póvoa da Carvalha* e *Póvoa do Troviscal*), freguesia de São Bartolomeu do Troviscal, hoje pertencente ao concelho de Oliveira do Bairro. Os seus avós paternos eram Nicolau Simões e sua mulher, cujo nome não é recordado pelas testemunhas chamadas a depor; eram ambos moradores no lugar de Enxofães. Os avós maternos eram João Jorge e Catarina Peres, moradores no lugar de Barrô de Aguada, pertencentes à igreja de Santo André de Barrô⁴¹.

Nicolau de Carvalho casou, efectivamente, com uma Maria Flores, que, no entanto, era filha de João (também referido, em alguns documentos do processo, como Gabriel) Cristóvão, que exerceu o ofício de alfaiate e, mais tarde, foi escrivão do peso; a mãe de Maria Flores chamava-se Maria Tavares, e o casal vivia na calçada de Coimbra, junto à portagem, freguesia de São Bartolomeu. Maria Flores era neta paterna de Leonor Luís, não existindo já memória do pai desse João, ou Gabriel Cristóvão⁴²; era neta

³⁸ Cf. Joaquim Martins Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea*, pág. 293. Martins Carvalho defende que a imprensa de Nicolau de Carvalho foi fundada em 1611 mas, efectivamente, só no ano seguinte se imprime qualquer obra.

³⁹ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pp. 118-120.

⁴⁰ Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «Nicolau», maço 1, diligência 1.

⁴¹ No referido processo não existe qualquer referência à dada da carta de familiar.

⁴² Ao longo dos documentos que constituem o processo de habilitação, aparecem os dois nomes.

materna de Francisco Nunes, natural de Condeixa, e de Margarida Tavares, natural de Botão, localidade onde o casal se dedicava ao lavradio.

É sabido que Nicolau de Carvalho teve um filho do casamento com Maria Flores: Manuel de Carvalho, que sucedeu ao pai à frente da oficina tipográfica; não parece ter sido, porém, filho único, como eventualmente se pode inferir do registo do baptismo de Antónia, filha do livreiro Francisco Manuel e de sua mulher Maria de Oliveira, se considerarmos que a Maria Flores, mãe de João Carvalho, é a mesma mãe de Manuel de Carvalho:

«Aos quinze de janeiro bautizou o padre manael uas iconimo nesta igreja com licensa a Antonia filha de francisco manael liureiro E sua mulher maria de oliueira foraõ padrinhos o meio conego joão Carualho E sua mai maria flores
anno de seiscentos E trinta E outo

a) Manoel ferreira,»⁴³

Nicolau de Carvalho e Maria Flores teriam, então, pelo menos dois filhos: Manuel de Carvalho, que sucedeu ao pai na oficina, e João de Carvalho, que seguiu a carreira eclesiástica e em 1637 seria meio-cónego, embora não se refira de que igreja seria beneficiado. A ligação entre a família do livreiro Francisco Manuel e os filhos de Nicolau de Carvalho parece remontar já, pelo menos, ao ano anterior, em que o próprio Manuel de Carvalho foi padrinho de um outro filho do livreiro:

«Aos doze de outubro baptisei, a manael filho de francisco manael liureiro E sua mulher maria de oliueira foi padrinho manael carualho filho de maria flores
dia, mes, E anno ut supra

a) Manoel ferreira,»⁴⁴

Não sabemos, no entanto, em que data casou Nicolau de Carvalho com Maria Flores, ou quando nasceram os seus filhos. Manuel de Carvalho seria, eventualmente, o filho mais velho, o que podemos supor por ter sido padrinho de um filho de Francisco Manuel um ano antes do irmão ou até porque foi ele que ficou com a oficina tipográfica; adquirimos maior certeza se atendermos a que Nicolau de Carvalho parece ter, desde sempre, procurado prover o filho Manuel dos privilégios que ele próprio detinha;

⁴³ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias da Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fl. 41.

⁴⁴ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias da Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fl. 38. O livreiro Francisco Manuel e Maria de Oliveira tiveram, pelo menos, mais uma filha, Mariana, da qual não encontramos o registo de baptismo, mas existe o de crisma, ministrado pelo bispo D. João Mendes de Távora a 31 de Março de 1639; aparentemente, seria mais velha que os outros dois filhos (Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias da Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fl. 68).

porém, é necessário não esquecer que João de Carvalho estaria numa carreira eclesiástica, que o afastaria dos negócios da família.

No ano de 1625, a 6 de Dezembro, ao achar-se debilitado por uma qualquer maleita, solicita Nicolau de Carvalho à Universidade a transferência para Manuel de Carvalho do privilégio de Armador dos Autos e Capelo daquela instituição⁴⁵, alegando que já havia feito muita despesa em panos e alcatifas mandadas vir de Castela e da Índia; na verdade, consegue os seus intentos: a Universidade transfere o privilégio para Manuel de Carvalho, o que é confirmado por alvará régio de 5 de Março de 1627⁴⁶.

Desconhecemos qual a gravidade da doença de Nicolau de Carvalho, mas a regularidade da sua obra tipográfica parece ser afectada, já que não imprime qualquer obra nos anos de 1628 e 1630, o que nunca tinha acontecido até então; não obstante, mantém a oficina em funcionamento até 1632, ano em que imprime a *Regra do glorioso Patriarcha S. Bento* [...], falecendo no ano seguinte:

«Aos uinte quatro de marco dia de endoensas faleceo Niculao Carualho liureiro E fes seu testamento, ias sepultado no mosteiro de saõ pedro dos terceiros, dia, mes, E anno de 633.,
a) Manoel ferreira,»⁴⁷

Morto Nicolau de Carvalho e sabendo-se antecipadamente quem seria o seu sucessor, Manuel de Carvalho prepara-se para assumir a direcção da antiga oficina do pai⁴⁸; não obstante, a questão da herança estaria ainda por resolver no que respeita a Maria Flores, a viúva do falecido impressor, que apareceria citada no pé de imprensa do *Breviarium Bracarense*, impresso em Braga, em 1634: «*Ex Officina vidue, & filij Nicolai Carualho Vniuersitatis Conimbricensis Typographi 1634*». De igual modo, o contrato feito com a Universidade de Coimbra (24 de Dezembro de 1633), que valeu à oficina a renovação do privilégio, foi feito em nome dos dois: «(...) estando outrosim ahj presente manobel carualho mancebo solteiro, filho que ficou de Njcolao carualho que deos aja, (...) loguo por elle manobel carualho em seu nome & de sua maj maria flores

⁴⁵ Nicolau de Carvalho detinha o privilégio de Armador dos Autos e Capelo da Universidade de Coimbra por carta régia dada em Lisboa a 27 de Julho de 1619, confirmando-o no cargo após a renúncia de Pedro Vaz (cf. Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, livro 42, fls. 134-134v.º).

⁴⁶ Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Filipe III – ofícios, doações e mercês, Livro 15, fls. 319-320. Cf. José Jorge David de Freitas Gonçalves, *Em torno dos impressores de nome Manuel de Carvalho: notas para o estudo da tipografia do século XVII*, Lisboa, 2004 (tese de mestrado policopiada entregue à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

⁴⁷ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de S. Cristóvão 1614-1652, fl. 119.

⁴⁸ Não foi possível, até ao momento, identificar o testamento de Nicolau de Carvalho, mas é possível que transparecesse aí a vontade que parece ter sido evidenciada nos anos anteriores: João de Carvalho seguiria a carreira eclesiástica e Manuel herdaria a oficina.

(...)»⁴⁹; o que demonstra sem margem para dúvida que a oficina foi herdada, ao menos, pelos dois.

Nicolau de Carvalho deixou uma obra que se destaca mais pela sua qualidade do que pelo grande número de títulos que imprimiu. A sua actividade iniciou-se como livreiro privilegiado da Universidade por carta datada de 18 de Maio de 1604⁵⁰, após a morte de António de Flores. Ora «*desde que João de Barreira e João Álvares obtiveram o privilégio de impressor da Universidade, pertenciam a este estabelecimento tanto a imprensa como as matrizes da fundação. Com o tempo foram-se deteriorando esses objectos sem que se reformassem, e por fim deixou a Universidade de ter imprensa sua própria, limitando-se a dar o privilégio de impressor aos particulares que tinham impressas, e lhe mereciam confiança.*»⁵¹.

A 16 de Maio de 1611, Nicolau de Carvalho firma um contrato com a Universidade, recebendo os restos da antiga imprensa da Universidade e dando, por eles, algumas garantias⁵². Certamente que este material não seria suficiente para responder às constantes necessidades do público universitário e, portanto, para montar a oficina, pelo que o impressor deve ter adquirido material tipográfico novo.

Como vimos anteriormente, a sua carreira começou em 1612, com a impressão do *Sermão do Acto da Fee, que se celebrou na cidade de Coimbra, na segunda Dominga da Quaresma [...]*, de Frei Estêvão de Santa Ana, obra que o livreiro Pereira da Silva refere tratar-se do primeiro sermão de Auto de Fé impresso em Portugal⁵³, e que foi dirigido ao Inquisidor Geral D. Pedro de Castilho. Ao longo da sua carreira,

⁴⁹ Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XIX, Livro III, fl. 93; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pág. 46.

⁵⁰ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 118. No contrato firmado entre Nicolau de Carvalho e a Universidade, em 1612, refere-se unicamente que ele era «*liureiro, morador nesta cidade [de Coimbra]*» (Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XV, Livro III, fl. 150; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pp. 39-40).

⁵¹ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 118. Na realidade o processo foi mais complexo porque o contrato inicialmente implicava que o trabalho dos impressores da Universidade seria executado em instalações reservadas por aquela instituição para esse efeito; posteriormente, os tipógrafos passaram a imprimir os livros para a Universidade nas suas próprias oficinas, recebendo uma verba para moradias; no princípio do século XVII, a Universidade procurava já eliminar o pagamento de moradias aos impressores.

⁵² Recebeu uma imprensa velha com três caixas velhas de ter letras e quarenta letras, comprometendo-se a devolver o material recebido, pelo qual deu em fiança duas moradas de casas na Rua de Quebra-Costas, em Coimbra, que partiam com Ana Caldeira, viúva, e com Maria Luís, também viúva, e demais confrontações (Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XV, Livro III, fl. 150; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1964, pág. 40).

⁵³ Cf. *Catálogo da livraria Pereira da Silva & C.^a*, n.º 4 – *Miscellanea*, Lisboa, MDCCCCV, n.º 3947.

Nicolau de Carvalho deu à estampa quatro outros sermões, atingindo um número bem pequeno de obras deste género se compararmos com outros impressores de Coimbra.

Em 1619 surge o segundo sermão impresso por Nicolau de Carvalho, da autoria de Frei Manuel Evangelista, com o título *Sermão que o Padre Frei Manoel Euangelista [...] fez em o auto da Fé, que se celebrou em a Cidade de Coimbra dia de S. Bento vinte, & hũ de Março de 1619. annos [...]*; no ano seguinte, 1620, imprime o *Sermão feyto em S. Domingos do Porto Anno do Senhor 1620. na festa de S. Pedro Martyr Padroeiro da santa Inquisição, na instituição da Irmandade dos familiares do santo Officio, por mandado, & autoridade do senhor Inquisidor Geral dom Fernão Martinz Mascarenhas [...]*, pregado por António Rosado. Em 1621 terá saído da sua imprensa um *Sermão pregado na Santa Caza da Misericordia de Coimbra na primeira sexta feyra da Quaresma de 1621*, da autoria de Gregório Baptista, sobre o qual dispomos apenas de referência, visto que não encontrámos qualquer exemplar dele. Por fim, em 1625 surge o *Sermam que fez o Padre Manoel Fagundes da Companhia de Iesu. No Aucto da Fee que se celebrou na Praça de Coimbra, Domingo 4. de Mayo, de 625 [...]*.

Nesta lista verificamos que, de um total de cinco sermões impressos ao longo da carreira, somente um deles, aquele que hoje não é conhecido, não se refere a autos da fé ou a outras situações directamente ligadas do Santo Ofício. Em relação aos outros quatro sermões, três foram pregados em autos da fé e o quarto no estabelecimento de uma irmandade ligada à Inquisição.

Em segundo lugar, encontramos as obras de música sacra, que se limitam a um só título, do qual foram feitas três edições; trata-se da *Arte do Canto Chão [...]* de João Martins, impresso em 1612, 1614 e 1625.

Ainda dentro das obras de carácter religioso, surgem os rituais e cerimoniais, necessários para o culto católico romano, nomeadamente na celebração dos sacramentos e dos rituais próprios das comunidades religiosas conventuais; assim, começamos com o *Baptisterio, Ceremonial dos Sacramentos da Sancta Madre Igreja de Roma [...]*, impresso em 1613, o *Ceremonial dos Sacramentos da Sancta Madre Igreja de Roma [...]*, do mesmo ano, o *Rituale Romanum [...]* de Paulo V, de 1618, e as *Litanniae Sacrosanctae Eucharistiae [...]* de 1620. Com um carácter um pouco diferente temos três outras obras: as *Aduertencias ao Iubileu do Anno de Mil e Seiscentos & vinte [...]*, do bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha, impressas em 1620; o *Espelho Spiritual de Nouiços [...]* de Frei Mâncio da Cruz, contendo instruções para o noviciado na Ordem de São Bento, dado à estampa em 1621; por fim, outra obra ligada aos beneditinos, a

Regra do Glorioso Patriarcha S. Bento [...], traduzida do latim, por Frei Tomás do Socorro, e impressa no último ano de actividade de Nicolau de Carvalho, em 1632.

No campo das regulamentações canónicas, neste caso ao nível diocesano, aparece somente uma obra, as *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu* [...], ordenada pelo bispo D. João Manuel e impressa em 1617.

Seguem-se três obras de um carácter eminentemente teológico e exegético: a *Opus de triplice uirtute theologica, Fide, Spe, & Charitate* [...], do jesuíta Francisco Suarez (1621), a primeira parte da *Annotationum in caput decimum tertium sacro sancti Iesu Christi Euangelii secundum Ioanem* [...], do beneditino Gregório Baptista (1621), e a *Relectio Theologica* [...], de Manuel de Lacerda, professor da cadeira de Durando na Universidade de Coimbra (1625). A estas obras pode juntar-se ainda a conhecida *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres* [...], de Frei Luís de Sousa, impressa em 1619; ou a *Defensa Euangelica de la Cognacion, y parentesco de nuestro glorioso apostol, y vnico Patron de España Santiago el mayor com Christo* [...], do franciscano António de Bacelar, impressa em 1631, composta com a intenção de fazer ressaltar a importância de São Tiago Maior no contexto do cristianismo universal; ou, ainda, o *Jardim de Portugal* [...], uma obra hagiográfica, de Frei Luís dos Anjos, impressa em 1626. Além da característica comum de serem três obras hagiográficas, verifica-se uma clara exaltação hispânica ou lusa presente na escolha das personagens abordadas.

A preocupação com a identidade nacional ou ibérica aparece igualmente em duas outras obras saídas dos prelos de Nicolau de Carvalho: a *Historia da India no tempo em que a gouernou o Viso Rey Dom Luis de Ataide* [...], de António Pinto Pereira, que conheceu uma edição, em 1616, e outra logo no ano seguinte; e a *Defensam da Monarchia Lusitana* [...], do monge alcobacense Frei Bernardino da Silva, composta em duas partes, a primeira das quais viu a luz no ano de 1620 e a segunda sete anos depois, em 1627.

Numa área que poderíamos classificar como *teoria política* encontramos os *Discursos de la Iuridica, y uerdadera razom de Estado, formados sobre la uida, y acciones del Rey don Iuan el II* [...], em que o autor, Pedro Barbosa Homem, rejeita as teorias de Maquiavel e de Bodin, a qual terá sido impressa sem data, mas a licença da Inquisição para *correr* foi dada a 27 de Março de 1627⁵⁴.

⁵⁴ Encontrámos, na bibliografia utilizada, indicadas quatro datas diferentes para a impressão desta obra: 1623, 1626, 1627 e 1629. A edição de 1623 aparece no catálogo da biblioteca Sousa da Câmara (n.º 241); a data de 1629 é indicada no *Catálogo da Preciosa Livraria antiga e moderna que pertenceu ao distinto*

No que respeita ao direito civil, encontramos três obras produzidas pela oficina de Nicolau de Carvalho, duas delas da autoria do Doutor Francisco de Caldas Pereira e Castro: *Analyticus Commentarius siue ad typum instrumenti emptionis, & uenditionis tractatus* [...] (1616) e *Tractatus de emptione, et uenditione, tum pragmaticis cum gymnastis ad modum utilis, ac necessarius diuque ab utrisque exoptatus nunc primum post auctoris orbitum in lucem prodit* [...] (1617); a estas duas se junta o *Nouus, et methodicus tractatus, de una, et altera quarta, legitima, falcidia, et trebellianica, erarumque imputatione* [...], de João de Carvalho, impresso em 1631.

Um outro tipo de obras impresso na oficina de Nicolau de Carvalho refere-se às utilidades astrológicas e meteorológicas, sempre associadas à matemática e ao cálculo, dado à estampa diversas vezes ao longo do século XVII: o *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira, saído da oficina de Nicolau de Carvalho em 1612⁵⁵ e 1626, sempre sem o *Prognostico geral e lunario perpetuo* [...] acrescentado a outras edições, mas que este impressor editou separadamente em 1614. Acrescente-se uma obra de Luís de Avelar composta como um diálogo a propósito do cometa do ano de 1618, a *Nox Atica* [...], impressa em 1619; no que respeita às ciências da natureza, deu Nicolau de Carvalho à impressão, em 1618, a *Poesis Philosophica* de Pedro Lopes.

O grupo que mais títulos reúne é, efectivamente, o conjunto de panfletos produzidos no contexto das provas universitárias, tendo Nicolau de Carvalho impresso treze:

Autor	Título	Ano
Tiago Lopes	Conclusiones philosophicae ⁵⁶	1613
Manuel da Veiga	Conclusiones logicae ^{57 58}	1613
António Bandeira	Assertiones dialecticae	1615
Luís Correia	Conclusiones ex rationali philosophia	1618
Diogo de Paiva	Conclusiones philosophicae	1618
Francisco Carvalho	Conclusiones philosophicae	1618
Luís Pereira de Barros	Conclusiones dialecticae	1618
Rodrigo de Melo	Conclusiones logicae	1618
Alexandre Nunes	Conclusiones physicae	1618
Bento da Cunha Perestrelo	[Caesareas assertiones]	1618
António Homem Leitão	[Conclusiones]	1619

bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1912 (n.º 483), dizendo que a data de 1626, indicada por Inocêncio, está errada e que se trata de um erro tipográfico. Na realidade, deve tratar-se sempre da mesma edição e deve prevalecer a data da licença para correr e da taxa: 1627. Aliás, como indica Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* [...], vol. III, pág. 563.

⁵⁵ Na realidade, a edição de 1612 foi impressa por Jorge Rodrigues na oficina de Nicolau de Carvalho.

⁵⁶ Impresso por Jorge Rodrigues, na Oficina de Nicolau de Carvalho.

⁵⁷ Impresso por Jorge Rodrigues, na Oficina de Nicolau de Carvalho.

⁵⁸ Com o conhecimento destas duas obras, ambas impressas em 1613, ficamos a saber que a estadia deste Jorge Rodrigues, em Coimbra, foi mais longa do que se pensava e não se limitou à execução de uma única obra (o *Thesouro de Prudentes* [...] de Gaspar Cardoso de Sequeira, impresso em 1612).

Autor	Título	Ano
Francisco da Silva	Conclusiones	1620
Manuel de Saldanha	Conclusiones pro relectione	1620

Na produção da oficina de Nicolau de Carvalho resta focar duas obras cujas características não permitem englobá-las em qualquer uma das categorias anteriores: a *Relação das grandiosas festas, que na cidade de Coimbra, hoje por novo titulo Cidade ditosa, fez o Illustrissimo Senhor Dõ João Manoel Bispo Conde, á Canonização de Sancta Isabel Rainha de Portugal* [...], impressa em 1625, e a *Segunda Parte de la Esperaça [sic] Engañada* [...], de Manuel Fernandes Raia, uma obra de poesia, impressa em 1629, tendo a primeira parte sido dada à estampa por Diogo Gomes de Loureiro, em Coimbra, no ano de 1624.

Ao longo da sua carreira, Nicolau de Carvalho encontrou o apoio ou financiamento de diversas pessoas e entidades, cuja identificação aparece recorrentemente nos rostos das obras: temos, por exemplo, o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, a mandar imprimir a edição do *Baptisterio, Ceremonial dos Sacramentos* [...] de 1613, uma obra necessária à celebração dos sacramentos por conter os respectivos rituais; uma obra idêntica, o *Ceremonial dos sacramentos* [...], impressa nesse mesmo ano, é mandada imprimir pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro; em 1618, é o capelão do bispo de Coimbra D. Afonso Furtado de Mendonça, o Doutor Domingos de Oliveira Godinho, que manda imprimir o *Rituale Romanum* [...] de São Pio V. Este conjunto de obras reflecte claramente o zelo na reforma litúrgica efectuada no seguimento do Concílio de Trento, com especial incidência no pontificado de Pio V, mas os instintos reformistas não ficam por aqui, estendendo-se igualmente ao catecismo e à disciplina do clero. Neste sentido, D. João Manuel faz imprimir as *Constituições Sinodales* da sua diocese, Viseu, em 1617. Em 1620, o bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha, dirige ao clero da sua diocese as *Aduertencias ao Iubileu do Anno de mil e seiscentos & vinte* [...]. Num contexto diferente, o frade da Ordem de Cristo, D. Frei Miguel da Cruz, manda ordenar e imprimir duas edições da *Historia da India* [...] de António Pinto Pereira, respectivamente em 1616 e 1617.

4. Manuel de Carvalho

Manuel de Carvalho terá nascido na primeira década de seiscentos, na cidade de Coimbra, onde o seu pai, Nicolau de Carvalho, estaria já estabelecido como impressor; aliás, o assento do seu casamento com a filha do livreiro Tomé Carvalho, a 5 de Janeiro de 1636, parece apontar para uma naturalidade coimbrã, identificando-o como freguez de São Cristóvão⁵⁹. É vulgarmente confundido com um impressor homónimo que, nos anos anteriores, estivera activo na cidade de Évora (1623-1637) e, eventualmente, em Lisboa (1613-1614); conforme provámos em estudo anterior⁶⁰, não é de considerar que se trate do mesmo impressor: em 6 de Novembro de 1625, Nicolau de Carvalho solicita à Universidade de Coimbra a transferência do privilégio de Armador dos Autos e Capelo da Universidade para o seu filho Manuel, que por essa altura viveria na cidade de Coimbra, condição essencial para conseguir tal privilégio⁶¹.

Mas, se dúvidas subsistissem, no contrato feito entre a Universidade e Manuel de Carvalho, em seu nome e no de sua mãe, para obtenção do privilégio de impressor da Universidade, que pertencera a seu pai⁶², aquele é referido como *mancebo solteiro e na dita cidade morador*; ora o contrato foi firmado a 24 de Dezembro de 1633, cerca de oito anos mais tarde, e Manuel de Carvalho só contraíria matrimónio com Maria Coutinha no princípio de 1636, conforme pode ler-se no registo feito pelo padre Manuel Ferreira:

«Aos sinquo de ianeiro de mil e seiscentos e trinta e seis annos recebeo in facie ecclesiae por palauras de presente o conego ieronimo de bastos com minha licença E sem bencoes por não terem os banhos corridos por mandado do senhor provisor Bento d almeida conforme o Sagrado Concilio Tridentino E constituições do Bispado a manoel Carualho filho de niculao carualho liureiro, E sua mulher Maria flores, com Maria coutinha filha de thome carualho liureiro E sua mulher catharina Gaspar da freguesia da see, e elle contrahente desta fregesia [sic] de São Christouão

testemunhas presentes, migel Martins liureiro, Belchior de leão thesoureiro, pêro carualho E pêro de queiros e francisco manoel liureiros; E pedro homem frade, E o licenciado manoel Rodriguez Moreira E outros

dia, mes E anno ut supra

a) Manoel ferreira

Aos quatorze do sobredito mes E anno dei as bencoes nuptiaes aos contrahentes asima nesta igreia de são christouão

⁵⁹ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de S. Cristóvão 1614-1652, fl. 91.

⁶⁰ José Jorge David de Freitas Gonçalves, *Em torno dos impressores de nome Manuel de Carvalho: notas para o estudo da tipografia do século XVII*, Lisboa, 2004 (tese de mestrado policopiada entregue à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

⁶¹ Manuel de Carvalho verá renovado este privilégio a 8 de Dezembro de 1648, pelo reitor Manuel de Saldanha (cf. Joaquim Martins Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea* [...], pág. 295).

⁶² Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XIX, Livro III, fls. 93-96; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, 1964, pp. 46-50.

E por uerdade fis esta lembrança ut supra

a) Manoel ferreira»⁶³

Neste assento refere-se, também, que Manuel de Carvalho pertencia à freguesia de São Cristóvão de Coimbra, de modo que não poderia ser o mesmo impressor que estava, ainda, activo em Évora.

Manuel de Carvalho casou, no início de 1636, com Maria Coutinha, filha do livreiro Tomé Carvalho, que haveria de estabelecer-se com oficina de impressão própria na segunda metade do século XVII; a 12 de Outubro de 1636, foi padrinho de Manuel, filho do livreiro Francisco Manuel e de sua mulher Maria de Oliveira⁶⁴. Tanto no assento de baptismo do filho de Francisco Manuel, como no do seu casamento com Maria Coutinho, Manuel de Carvalho nunca é referido pelo padre como impressor. Na verdade, a primeira obra por ele impressa em Coimbra parece datar de 1638 (um sermão do Padre Manuel de Escobar); mas é igualmente uma realidade que a sua profissão não é identificada, de modo que é plausível acreditar que se dedicasse à impressão de livros na oficina deixada por seu pai. Quanto à sua mãe, não volta a ser referida e o seu falecimento ocorrerá a 16 de Dezembro de 1639:

Aos dezaseis de dezembro de seiscentos E trinta E noue faleceo maria flores uiuua de Niculao carualho impresor da *Vniversidade* enterouse na igreja dos frades de São Pedro onde tinha sua sepultura, disiaõ ter feito testamento, E naõ se lhe achou quando faleceo dia, mes, E anno, ut supra

a) Manoel ferreira,⁶⁵

O casal Manuel de Carvalho e Maria Coutinha teve, pelo menos, dois filhos: Juliana, baptizada a 24 de Junho de 1637⁶⁶, e Valentim, que faleceu a 12 de Março de 1650⁶⁷.

O período de actividade do Manuel de Carvalho conimbricense foi bastante irregular. Tendo Nicolau de Carvalho falecido em 1632 e Manuel de Carvalho,

⁶³ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de S. Cristóvão 1614-1652, fl. 60.

⁶⁴ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias de Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fol. 38. O livreiro Francisco Manuel tinha sido uma das testemunhas do casamento de Manuel de Carvalho com Maria Coutinha.

⁶⁵ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias de Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fol. 119.

⁶⁶ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias de Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fol. 40.

⁶⁷ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto das Freguesias de Sé Velha e São Cristóvão (1614-1652), fol. 132v.º.

juntamente com sua mãe, obtido o privilégio de impressor da Universidade no ano seguinte, desloca-se a Braga em 1634 para imprimir o *Breuiarium Bracarense* [...] de D. Rodrigo da Cunha. Inicia a sua actividade em Coimbra com o *Sermão* [...] *na Capella del Rey em Lisboa, em 21. de Dezembro de 1637. dia do Apostolo S. Thome* [...], do Padre Manuel de Escobar, impresso em 1638, mas este ano foi marcado pela impressão de uma obra clássica: o *De gestis romanorum* [...] de Lúcio Floro, que teve duas edições; no ano seguinte, a este tipo de obras vem somar-se um volume com as obras de Virgílio, do qual só conhecemos um exemplar mutilado faltando-lhe, precisamente, a folha de rosto⁶⁸. De 1639 datam, também, dois tratados ligados à religião católica romana, o primeiro dos quais dedicado aos sacramentos: a *Isagoge moral em a materia dos sacramentos* [...] de Lourenço Garro; o segundo é uma obra de espiritualidade, da autoria de Mateus Castanho de Figueiredo, com o título de *Os sete mysterios do Patriarcha S. Ioseph* [...], dedicado ao bispo da Sé conimbricense, D. João Mendes de Távora.

Em 1640, Manuel de Carvalho imprime duas obras clássicas, uma selecção de textos de Marco Túlio Cícero dedicados ao estudo das humanidades, os *Fasciculus selectarum orationum* [...], e a *Historiarum ab urbe condita Decadis primae Lib. I* [...] de Tito Lívio, conhecendo esta última duas edições do mesmo ano. A estas obras acresce o *Paciecidos* [...] de Bartolomeu Pereira, uma poesia épica ao estilo clássico, composta na língua latina, destinada a narrar com um cariz elegíaco os feitos do Padre Francisco Pacheco, mártir no Japão e tio do autor.

Segue-se um período de quatro anos em que, aparentemente, a oficina de Manuel de Carvalho nada produziu. O reinício da sua actividade é marcado pela edição de uma obra de direito civil, o primeiro tomo do *De Iure Lusitano* [...] de Mateus Homem Leitão, em 1645; mas a produção desse ano ficou por aí.

Durante o ano seguinte, 1646, a produção da oficina foi nula e só em 1647 se retoma consistentemente a actividade tipográfica, com a impressão de duas obras: o *Elogium Ludouico XIII* [...] de Jorge da Costa, ou seja, um panegírico ao rei Luís XIII de França e Navarra (que aparece como uma reacção contra a monarquia castelhana), e um sermão de Frei Luís de Sá, pregado [...] *na procissão solOne que o Reuerendissimo*

⁶⁸ Cf. *Virgílio e a cultura portuguesa: actas do bimilenário da morte de Virgílio*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade Clássica de Lisboa / Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, pág. 298; a obra refere que o livro foi impresso por iniciativa dos padres jesuítas. Apesar das licenças datarem de 1638, a obra terá saído dos prelos de Manuel de Carvalho em 1639, conforme indica João Arouca, *op. cit.*, vol. III, M125, baseando-se no catálogo da *Exposição Vergiliana*, Lisboa, Biblioteca Nacional, [1931], pág. 12.

Cabido do Bispado [de Coimbra] instituiu. Pro gratiarum actione, de Deos auer liurado a sua Magestade da admiravel treição, que contra elle por ordem de Castella se tinha machinado em dia de Corpus Christi [...].

De 1648 a 1651 a actividade da oficina de Manuel de Carvalho não volta a ser interrompida, e nesse período imprime-se algumas das obras mais importantes da sua carreira. Logo em 1648, leva-se ao prelo o *Breue exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares do grande patriarcha Santo Agostinho [...]*, uma obra hagiográfica da autoria de D. Timóteo dos Mártires, ligada à exaltação da sua Ordem, com especial incidência nos monges que haviam pertencido ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Ainda nesse ano, Manuel de Carvalho imprime outra obra ligada aos cónegos regantes de Santa Cruz, atribuída ao cronista D. Nicolau de Santa Maria: *Officia propria sanctorum [...]*, contendo a liturgia própria da Ordem, reformada no contexto das já referidas novidades introduzidas pelo Papa Pio V.

Em 1649, Manuel de Carvalho imprime as duas partes da obra jurídica canónica de Feliciano de Oliva e Sousa, o *Tractatus de foro ecclesiae [...]*, em dois volumes separados. Este será um dos anos mais produtivos da obra tipográfica de Manuel de Carvalho, não só pela quantidade de obras impressas, mas também pela sua extensão. Paralelamente à obra já citada, o impressor produz uma nova edição dos *Fasciculus selectarum orationum [...]* de Cícero e um sermão da autoria de Luís de Miranda, com o título *Sermaõ da soledade da Virgem Senhora Nossa [...]*. Encontramos ainda, com a data de 1649, um fascículo destinado à apresentação de provas académicas de António Leitão, um tipo de obra que já vimos aparecer frequentemente no conjunto produzido por outros tipógrafos, mas raro na produção da oficina de Manuel de Carvalho.

O ano de 1650 pauta-se por uma nova quebra na produção da oficina, visto que se imprime uma única obra, que tem a particularidade de provar a continuidade da ligação de Manuel de Carvalho aos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, já que se trata da *Vida do Bemaumenturado Padre Santo Theotónio, Primeiro Prior do Real Mosteiro de Santa Crus de Coimbra [...]*, da autoria do já referido D. Timóteo dos Mártires.

A obra da tipografia encerra-se em 1651 com a produção de quatro obras: uma hagiografia, um sermão, um livro de ritual e uma crónica monástica; em resumo, toda a produção se refere ao catolicismo romano. Em primeiro lugar, temos a *Vida, e martyrio da gloriosa Santa Quiteria, e de suas oyto irmaãs todas nascidas [sic] de hum parto, Portuguezas, & Protomartyres de Hespanha [...]*, acrescentada [...] *com hum discurso sobre a antiga cidade da Cinania*, composta por Pedro Henriques de Abreu, reitor da

igreja de Farinha Podre, bispado de Coimbra. Em seguida, da autoria do Padre Tomés Barreto, o *Sermão do glorioso S. Damaso Papa natural e padroeiro da muy nobre Villa de Guimaraes Na festa, que a camara da mesma villa lhe fez por ordem de sua Magestade, como a padroeiro seu no Anno de M. DC. XXXXVIII.*, dedicado a D. João Lobo de Faro, Prior da Colegiada de Guimarães⁶⁹.

De 1651 é, também, a edição do *Manuale Missalis Romani ex decreto Sacrosancti Concilij Tridentini restitutum* [...] adoptado no pontificado de Clemente VIII, acrescentado com os rituais para o baptismo e para o matrimónio; este é o livro que citámos anteriormente, por ter sido iniciada a sua impressão na oficina de Diogo Gomes de Loureiro e acabada na de Manuel de Carvalho.

Finalmente, desse mesmo ano é a impressão, por Manuel de Carvalho, do segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...] de Frei Leão de São Tomás, que conhece uma única edição, ostentando no rosto as armas dos beneditinos⁷⁰.

Não temos conhecimento do motivo do falecimento de Manuel de Carvalho, mas o certo é que encerrou a sua actividade tipográfica em 1651, apesar de ter falecido somente em Agosto de 1652, conforme se lê no assento de óbito escrito pelo prior João Henriques⁷¹:

Aos uinte e dous dias de Agosto de seiscentos e sincoenta e dous falaceo [*sic*] Manoel Carualho empreneur, fes testamento, e deixou sua mulher por testamenteira ias enterrado no Collegio de são Pedro aonde elegeo sua sepultura

dia mes, e anno ut supra

a) O Prior João Henriques,⁷²

Apesar de não ser uma das que maior longevidade tiveram, no que diz respeito ao tempo de actividade, a oficina de Manuel de Carvalho trabalhou para algumas entidades importantes, a par da Universidade, da qual detinha o privilégio de impressor.

⁶⁹ Encontrámos algumas vezes referências a um *Sermão do glorioso S. Damaso Papa, prégado na villa de Guimarães* [...], da autoria de Tomás Aranha. Na realidade, este sermão não existe, tratando-se de uma gralha de impressão do volume VII do *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva (cf. pp. 336-337).

⁷⁰ Encontrámos, também, referências a uma edição com as armas de D. João IV no rosto. Pensamos tratar-se de uma confusão com o primeiro tomo, impresso em 1644 por Diogo Gomes de Loureiro, que teve, efectivamente, duas edições: uma com as armas de D. João IV, a quem a obra era dedicada, e outra com as armas da Ordem de São Bento, sendo a obra dedicada a esse patriarca.

⁷¹ Joaquim Martins Carvalho refere que, a 25 de Maio de 1652, Manuel de Carvalho ainda teria feito contrato para imprimir os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, o qual nunca cumpriria, pois viria a falecer em Agosto seguinte (cf. Joaquim Martins Carvalho, *op. cit.*, pág. 295).

⁷² Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de Óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fol. 1v.º.

Vimos como trabalhou para as ordens dos cónegos regantes de Santo Agostinho e de São Bento no final da sua actividade, mas tínhamos já constatado que, logo no início da sua carreira, Manuel de Carvalho tinha ido a Braga imprimir o *Breviarium Bracaraense* [...], do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Em 1649, o *Sermão da Soledade da Virgem Senhora Nossa* [...], de Frei Luís de Miranda, é mandado dar à estampa pelo licenciado Manuel Pais de Carvalho, abade de Santa Maria Madalena do bispado de Viseu; o *Sermão do glorioso S. Damaso Papa* [...], de Frei Tomás Barreto, foi mandado imprimir pelo tio do autor, Manuel Ribeiro Botelho, escrivão do armazém dos mantimentos do rei.

5. Estêvão Marques de Araújo

Estêvão Marques de Araújo é o mais obscuro dos impressores de Coimbra que referenciámos. Nada se sabe acerca dele e apenas encontramos uma única obra por ele impressa, um caderno de duas folhas em formato *in-folio* ligado à prestação de provas na Universidade de Coimbra: *Caesareas conclusiones* [...] *Ex acute scriptis ad text. in L. Titio centum .71. ff. condit. & demonstr.* [...], de Inácio de Brito Nogueira, impresso em 1620. Pelo tipo de obra e pela sua finalidade, parece estranho a sua impressão por um desconhecido tipógrafo, já que todas as obras deste tipo impressas ao longo do século XVII foram executadas por impressores da Universidade; além disso, o pé de imprensa, colocado no *colofon* como era costume neste tipo de obras, refere: *Excudebat Stephanus Marques de Araujo Typographus. 1620*⁷³.

Este impressor não teria, portanto, oficina própria, e nesta época apenas dois impressores estavam activos em Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro e Nicolau de Carvalho. Seria este o *oficial componedor* da oficina de Diogo Gomes de Loureiro que conseguiu o privilégio de impressor da Universidade a 26 de Agosto de 1625, a que se refere José Pinto Loureiro?⁷⁴

6. Os Craesbeeck: Pedro, Lourenço e Paulo Craesbeeck; a oficina Craesbeeckiana.

⁷³ Agradecemos ao nosso colega e amigo Pedro Pinto esta informação.

⁷⁴ Cf. José Pinto Loureiro, «Livros e livrarias de Coimbra», pág. 117.

A importância do mercado livreiro ligado à Universidade de Coimbra não poderia passar despercebido junto de uma família cuja actividade tipográfica acompanhou todo o século XVII e levou João Alves Dias a utilizar a expressão “dinastia de impressores”⁷⁵ para a ela se referir – os Craesbeeck: Pedro, Lourenço e Paulo, aos quais se deverá juntar a *oficina Craesbeeckiana*.

A dinastia de impressores da família Craesbeeck foi fundada por Pedro Craesbeeck – ou Pieter van Craesbeeck, nascido em Antuérpia por volta de 1572, conforme aponta João José Alves Dias, que afirma, no seguimento de Venâncio Deslandes⁷⁶, que o impressor terá feito a sua aprendizagem na oficina de Christophe Plantin durante seis anos⁷⁷. Terminada a formação, Pedro Craesbeeck passou a Lisboa, segundo o mesmo autor, talvez em 1592, vindo aqui a casar pelos anos de 1596-1597. Muitas dúvidas permanecem sobre o período em que permaneceu na capital portuguesa até imprimir a primeira obra ostentando o seu nome no pé de imprensa, mas João Alves Dias avança com a hipótese de ter o impressor trabalhado na oficina de Manuel de Lira, até este se deslocar para Évora, deixando os seus antigos prelos, por trespasse, a Pedro Craesbeeck⁷⁸.

Craesbeeck lança-se, assim, na actividade editorial por volta da época em que se casou com Susana Domingues de Anvers, de ascendência flamenga, de cuja ligação nasceu Lourenço Craesbeeck em 1599 e Paulo Craesbeeck em 1605. Não sendo nosso propósito traçar aqui o percurso da oficina lisboeta dos Craesbeeck, há que, no entanto, reter estes nomes porque todos eles estiveram activos em Coimbra na primeira metade do século XVII. Nesta cidade, Pedro Craesbeeck estabelece-se na rua das Fangas da Farinha, segundo é indicado por João Alves Dias, de modo a ter um pólo da sua oficina junto da Universidade, conforme fizera Christophe Plantin em relação à Universidade de Leyde⁷⁹. Aí esteve activo nos anos de 1608 e 1609, mas a oficina não persistiu: somente em 1638, seis anos depois da morte de Pedro Craesbeeck, o seu filho Lourenço

⁷⁵ João José Alves Dias, *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal* [...], Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

⁷⁶ Venâncio Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII* (prefácio de Artur Anselmo), 3.^a edição, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 146-149.

⁷⁷ Cf. João José Alves Dias, *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal* [...], Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996, pág. IX.

⁷⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. IX-X.

⁷⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. XI-XII.

abandona Lisboa para se fixar em Coimbra, onde permaneceu até 1648, chegando a trabalhar em associação com Diogo Gomes de Loureiro⁸⁰.

Segundo João Alves Dias, o filho mais velho não teria levado o material tipográfico de Lisboa para Coimbra; porém, existe em Coimbra material tipográfico semelhante ao utilizado pelos Craesbeeck até aí, se bem que não tenhamos condições para saber se foi levado por Lourenço ou pelo pai quando aí teve oficina. Indubitável é o facto de haver nos parques tipográficos das oficinas conimbricenses uma colecção de capitulares decoradas com motivos vegetalistas de formato quadrangular com cerca de 20 milímetros de diâmetro, muito semelhantes às utilizadas pelos Craesbeeck em Lisboa e em Coimbra, aparecidas pela primeira vez entre as letras de Diogo Gomes de Loureiro. Resta saber se foi Lourenço que introduziu tal material tipográfico, ou se ele teria sido levado aquando do efémero estabelecimento de Pedro Craesbeeck em Coimbra.

Em Lisboa, a oficina teria ficado entregue a Paulo Craesbeeck, que por essa altura era livreiro e, portanto, não poderia exercer o ofício de impressor; porém, conseguiu fazer imprimir várias obras utilizando vários estratagemas descritos por João Alves Dias⁸¹: por um lado, nunca apareceu uma referência a uma oficina *de Paulo Craesbeeck*, mas somente obras dadas à luz por Paulo Craesbeeck; depois, associou-se o nome de Lourenço de Anvers, como titular da oficina, ao nome de Paulo Craesbeeck, livreiro – porém, esse Lourenço de Anvers seria Lourenço Craesbeeck⁸².

Em 1648, a oficina de Coimbra passa, por trespasse, a Paulo Craesbeeck, unificando-se os dois pólos da oficina então existentes; no ano seguinte, surge uma nova designação – *oficina Craesbeeckiana*, utilizada tanto em Lisboa como em Coimbra; porém, a oficina de Coimbra parece ter desaparecido em 1651 e, seis anos depois, a oficina de Lisboa separa-se em duas – a de Paulo Craesbeeck e a de seu filho António, que a história da tipografia registou como António Craesbeeck ou António Craesbeeck de Melo⁸³. Mas não consta que os Craesbeeck voltassem a ter oficina em Coimbra.

A obra conimbricense dos Craesbeeck não foi muito vasta, mas teve alguma importância no que respeita às obras produzidas.

Efectivamente, do “pai” Pedro Craesbeeck poucas obras se conhece ali impressas: a *Introductio in graecam linguam ex institutionibus grammaticis Nicolii*

⁸⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. XII-XIII.

⁸¹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. XIV-ss.

⁸² Cf. Idem, *Ibidem*, pág. XIV.

⁸³ Cf. Idem, *Ibidem*, pág. XVI.

Clenardi [...], de 1608; a *Opus de uirtute, et statu religionis* [...], em dois tomos, ambos impressos, igualmente, em 1608.

Já Lourenço Craesbeeck foi o membro da família que mais tempo permaneceu estabelecido em Coimbra, imprimindo entre 1639 e 1647. Iniciou a sua actividade em Coimbra com a *Relação dos sucessos victoriosos que na barra de Goa ouue dos ollandezes Antonio Telles de Menezes* [...], em 1639 e, no ano seguinte, dá à estampa o *Templum Aeternitatis Poema Panegyricum* [...] de António Figueira Durão. Em 1641 imprime uma única obra parenética, o *Sermam encomeastico, e demonstrativo da indubitauel justiça, cõ ã o serenis. Rey D. Ioam o IV. foy acclamado neste seu reyno* [...], prégado por Frei Luís de Sá⁸⁴; todas as outras obras por ele impressas neste ano referem-se a provas académicas: as *Conclusiones Philosophicae* [...] de Domingos Abreu; as *Conclusiones Selectae* [...] de Vicente do Amaral; as *Conclusiones Quodlibeticae* [...] de Afonso Castilho; as *Conclusiones ex Universa Naturali Theologia* [...] de Barnabé Dias; as *Conclusiones ex Universa Philosophia Naturali* [...] de Mateus Ferreira; as *Conclusiones Philosophicae ex Libris de Caelo Meteoris* [...] de Manuel Mendes; e as *Conclusiones Physicae* [...] de Manuel Pereira.

Em 1642 imprimiu somente o *Treslado fiel, e verdadeiro de h6a carta que da Villa da Ponte da Barca mandou a Coimbra certa pessoa a credito, & autoridade a hum seu amigo. Nella se da conta do que atégora tem sucedido pello Porto, & Castello de Lindoso, Portella de Homem, & Soayo, nas entradas que se fezeraõ contra o Reyno de Galliza o ano de 1641 & 42, com felice sucesso de nossas armas*⁸⁵.

No ano seguinte, Lourenço Craesbeeck imprime em Coimbra o *Sermão que o Padre Antonio Bandeira da Companhia de Iesus pregou na See desta Cidade de Coimbra, na celebridade, com que ella solemnisou o nascimento do Serenissimo Infante Dom Affonso em 7. de Setembro de 1643*⁸⁶, dedicado a D. Francisco de Castro, bispo inquisidor-geral.

1647 foi o último ano em que Lourenço Craesbeeck terá exercido a actividade de tipógrafo em Coimbra. Trabalhou em duas obras, mas só deixou uma completa, a

⁸⁴ Publicado em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (organização, introdução e notas de João Francisco Marques), Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007, pp. 59-105.

⁸⁵ Há uma referência desta obra no Arquivo de História e Bibliografia, vol. II, pág. 151, n.º 116. Existia um exemplar na biblioteca de Francisco Palha (Cf. *Catálogo da [...] livraria [de] Francisco Palha* [...], Lisboa, Typographia Santos, 1913, n.º 3136. Actualmente, há um exemplar nos Estados Unidos da América, em Harvard e outro no Brasil, na Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

⁸⁶ Publicado em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (organização, introdução e notas de João Francisco Marques), Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007, pp. 379-403.

Relação do assassinio intentado por Castella, contra a Magestade del Rey D. João IV [...]. O *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal* [...], reformado, por ordem do Geral Frei Francisco Carneiro, pelos padres Manuel da Ascensão e Pedro de Meneses, foi terminado em 1648 na oficina de Diogo Gomes de Loureiro.

Paulo Craesbeeck aparece como impressor em Coimbra em 1641, com o *Assento em cortes pelos tres estados dos Reynos de Portugal, de acclamação, restituição, & juramento dos mesmos Reynos, ao muyto Alto, & poderoso Senhor Rey Dom Ioão o Quarto deste nome* [...], mas nada mais parece ter impresso até 1649, com o *Sermão* [...] *A primeira pedra do Templo* [...] do Padre Bento de Sequeira, uma altura em que Lourenço Craesbeeck já tinha terminado a sua carreira na cidade do Mondego há mais de um ano. A longevidade da obra tipográfica de Paulo em Coimbra não ultrapassa os três anos, durante os quais imprime, essencialmente, parenética; em 1650, aliás, só imprime sermões do Padre Bento de Sequeira: a *Oração funeral* [...] *em as honras do Serenissimo Iffante Dom Duarte Irmam da Sacra, & Real Magestade del Rey nosso Senhor Dom Ioam o Quarto de Portugal. Aos 15. de Dezembro de 1649*; o *Sermam* [...] *à primeyra pedra do Templo, & Conuento Real, que a Real Magestade delRey Dom Ioam o IV. leuanta à Rainha Santa Isabel sua Auoo* [...]; e o *Sermão* [...] *em a festa do anjo custodio do Reyno de Portugal*. Paralelamente, a Oficina Craesbeeckiana imprime edições diferentes de alguns destes sermões: o *Sermam* [...] *à primeyra pedra do Templo, & Conuento Real, que a Real Magestade delRey Dom Ioam o IV. leuanta à Rainha Santa Isabel sua Auoo* [...] e a *Oração funeral* [...] *em as honras do Serenissimo Iffante Dom Duarte Irmam da Sacra, & Real Magestade del Rey nosso Senhor Dom Ioam o Quarto de Portugal. Aos 15. de Dezembro de 1649*.

Em 1651, o único representante da família Craesbeeck presente em Coimbra parece ser Paulo, imprimindo mais dois sermões de Bento de Sequeira – o *Sermão* [no] *dia do Patriarcha S. Francisco* [...] e uma nova edição do *Sermão* [...] *em a festa do anjo custodio* [...], e um tratado de filosofia: o *Cursus Philosophicus* [...] do Padre Francisco Suarez, do qual conhecemos duas variantes.

Assim se resume a obra dos Craessbeeck em Coimbra, com duas características únicas: em primeiro lugar, parece que todas as obras foram publicadas sem apoios externos, pois não existem referências a quem as possa ter mandado imprimir; excepção são as obras destinadas à prestação de provas académicas na Universidade, impressas por Lourenço Craesbeeck em 1641, que certamente não terão sido financiadas pelo

impressor. Porém, a sua impressão leva-nos a levantar mais um problema: sabendo que nunca Lourenço foi impressor privilegiado da Universidade, o que é confirmado pelo pé de imprensa dessas obras, porque razão não terão os respectivos autores recorrido aos serviços de Diogo Gomes de Loureiro ou de Manuel de Carvalho, ambos detentores do privilégio?⁸⁷

7. Manuel Dias

Aparentemente existiram dois vultos de nome Manuel Dias em Coimbra ao longo do século XVII, conforme refere José Pinto Loureiro, admitindo que se trate de pai e filho⁸⁸; esta hipótese não é, no entanto, de considerar, já que o processo de habilitação do mercador de livros e impressor da Universidade de Coimbra Manuel Dias refere que ele era natural e morador em Coimbra, filho do alfaiate Manuel Francisco e de sua mulher Antónia Dias, também eles moradores em Coimbra⁸⁹. Era neto paterno dos lavradores Manuel Francisco e Isabel Fernandes, naturais de Ventosa, freguesia de Sebal (Condeixa), e materno de Julião Fernandes e de Inácia Dias, naturais de Curval, freguesia de Sampaio de Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis). Casou, em primeiras núpcias, com Maria Rodrigues⁹⁰, natural de Bera, freguesia de Almaraguia, filha de João Rodrigues e de Maria Rodrigues, neta paterna de Manuel Rodrigues e de Catarina Domingues, e materna de Manuel Dias e de Isabel Rodrigues, todos moradores em Bera. Enviuvando, voltou a casar, desta feita com Maria Correia, filha de Manuel Dias, que fora barbeiro e, posteriormente, escrivão, e de Maria Correia, moradores na freguesia de São Pedro, em Coimbra; era neta paterna de José Dias e Maria Gonçalves (a qual *fazia de comer a estudantes*), moradores na rua das Ferçuras (?), em Coimbra, ao Arco da Traição, em casa do cónego Nicolau (ou Gonçalo?) Leitão, o *Guedelhas*, e neta materna de Manuel Correia, alfaiate, e de Maria Francisca, moradores na Rua das Fangas, em Coimbra. A respectiva carta de familiar do Santo Ofício foi emitida em 29

⁸⁷ Recorde-se que Manuel de Carvalho parece nada produzir entre os anos de 1641 e 1644.

⁸⁸ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 115.

⁸⁹ Não é, pois, de considerar a hipótese levantada por Joaquim Martins de Carvalho, que indica que seria possível que Manuel Dias fosse natural da freguesia de Almalaguez, Torre de Bera (Cf. *op. cit.*, pág. 296).

⁹⁰ Maria Rodrigues faleceu a 24 de Outubro de 1652, como indica o registo de óbito:

Aos uinte quatro de outubro de seiscentos e sinquoenta e dous faleceo maria Rodriguez mulher de manael dias liureiro ias sepultada na igreia diante do Sacramento e naõ fes testamento, dia mes, e era ut supra

a) Manoel ferreira,

(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 1v.º).

de Abril de 1655, o que nos permite considerar estas informações absolutamente fidedignas, já que não subsistiram dúvidas em relação a elas⁹¹.

Devido à dificuldade que sentiu em distinguir o livreiro do impressor, propõe José Pinto Loureiro que se identifique o primeiro como o livreiro activo na primeira metade do século, mas que nada imprimiu, e o segundo como o tipógrafo activo na segunda metade de seiscentos. Não obstante, defende que o impressor Manuel Dias iniciou a sua actividade em 1643, sendo certo que não encontrámos qualquer obra impressa por um Manuel Dias anterior a 1651. Mais adiante, o mesmo autor baliza o período de acção do impressor Manuel Dias entre 1643 (data que, como referimos, consideramos improvável) e, pelo menos, o ano de 1680⁹², tendo nós verificado que a última obra saída dos seus prelos data de 1691.

José Pinto Loureiro diz, ainda, que Manuel Dias obteve carta de privilégio de impressor da Universidade em 7 de Dezembro de 1652, dando como garantia a sua própria oficina tipográfica e, ainda, uma vinha com seu pomar localizada no lugar de Barba de Alho, em Torre de Bera, termo de Coimbra, avaliada em quarenta mil réis, a qual partia com olival de Manuel Domingues e com Manuel João, de Bera⁹³. Em 20 de Outubro de 1674 terá assinado um instrumento de fiança, como tesoureiro das obras do mosteiro novo de Santa Clara, no qual hipotecava, além de diversas propriedades rústicas e urbanas, a sua quinta de Bera e duas moradas de casas em que vivia, na Rua das Fangas, nove aguilhoadas de terra no campo de Vila Pouca, que tinham sido de Manuel Soares, de Bera, a sua oficina tipográfica avaliada em seiscentos mil réis, uma loja de livros encadernados avaliada em quatro mil cruzados e uma casa de livros em papel, muitos deles saídos da sua própria oficina, avaliada em três mil cruzados⁹⁴. Segundo o tomo camarário de 1678, citado por José Pinto Loureiro, a Câmara tinha, na Rua das Fangas, uma casa dentro das possuídas pelo impressor e livreiro Manuel Dias:

⁹¹ Lisboa. ANTT, Habilitações do Santo Ofício, maço 11, diligência n.º 320. A primeira inquirição relativa ao processo data de 10 de Novembro de 1654, na qual Manuel Dias é já referido como livreiro, mercador de livros e impressor na cidade de Coimbra; nas diligências efectuadas nesta cidade, são apresentadas, como terceira testemunha, a 16 de Fevereiro de 1655, o livreiro Pedro de Queirós, de sessenta e cinco anos de idade, morador na Rua das Fangas, como quarta testemunha, a 19 de Fevereiro desse ano, Tomé Carvalho, livreiro, familiar do Santo Ofício, morador na Rua das Fangas e vizinho de Manuel Dias, que tinha então mais de setenta anos, e como quinta testemunha, a 19 de Fevereiro de 1655, Miguel Martins, livreiro, morador na Rua das Fangas, de setenta e quatro anos de idade.

⁹² José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 126.

⁹³ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 126; cf. Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos [...]*, pág. 296.

⁹⁴ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 126.

«Item mais a dita cidade na Rua das Fangas dela umas casas dentro das casas que hoje tem e possui Manuel Dias, livreiro e impressor desta cidade e sua mulher, a qual casa é de um sobrado e dela se paga de foro em fatiota pera sempre por dia de São Miguel de Setembro de cada ano trinta réis, a qual casa parte do nascente com casas do dito Manuel Dias e do poente com a barbacã da cidade e do norte com quintal do mesmo e do sul com casas de Brites de Azevedo, prazo da mesma Câmara; e tem de comprido do norte ao sul cinco varas e de largo do nascente ao poente duas varas e meia, e sobre esta casa está um eirado com seus alegretes»⁹⁵.

Manuel Dias estaria activo até 1691, falecendo a 25 de Abril:

Em os vinte e sinco do mes de Abril de mil seiscentos nouenta huũ annos faleceo Manoel Diaz empremsor esta sepultado dentro na igreja diante do altar de nossa Senhora da annunciação

dia mes e era ut supra

a) O Prior Bras de Andrade Velho,⁹⁶

Durante os cerca de quarenta anos que parece ter durado a sua actividade como impressor⁹⁷, Manuel Dias produziu um conjunto assinalável de obras, iniciando-a como a *Historia uniuersal* [...], de Manuel dos Anjos, impressa em 1651, em cuja folha de rosto aparecem as armas de Francisco Cabral, senhor da Casa de Belmonte⁹⁸; o mesmo brasão que surge, aliás, na edição de 1652 da mesma obra, a única realização que parece ter saído dos prelos de Manuel Dias nesse ano. Mas em 1651, além da referida *Historia uniuersal* [...], saiu, ainda, um livro de ritual católico, o *Officium Plagarum Redemptoris Nostri Iesu Christi* [...].

A produção de 1653 é um pouco mais vasta: além das duas partes dos *Discursos morales* [...], do Padre Manuel de Naxera, imprimiu o *Sermão funebre pregado no conuento de Santa Theresa da Villa de Santarem* [...], de Frei José do Espírito Santo, e

⁹⁵ Coimbra, Biblioteca Municipal, Tombo de 1678, tomo II, fl. 57v.º; cit. por José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 127. O mesmo autor refere que, à margem, existe uma nota que diz: «Ruas das Fangas / Possui António Simões livreiro ano de 1716 / Possui Francisco de Oliveira genro do dito / pagos os foros até o S. Miguel de 1745.».

⁹⁶ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 50.

⁹⁷ O privilégio de impressor da Universidade de Coimbra acompanhou toda a obra de Manuel Dias, com excepção dos anos de 1651 e 1652: na realidade, a ausência de menção do privilégio nesses dois anos parece indicar que o tipógrafo só conseguiu o privilégio em 1653, ano em que começa a identificar-se, no pé de imprensa das obras produzidas na sua oficina, como *impressor da Universidade*.

⁹⁸ Existe, também, uma edição desta obra, datada de 1651 e sem o brasão de armas no rosto; na verdade, trata-se de uma contrafacção mais tardia, provavelmente do século seguinte.

uma edição das *Margens da sintaxe* [...] de João Nunes Freire, a qual é referida por diversos autores⁹⁹.

Em 1654, Manuel Dias dá à estampa três obras: um sermão fúnebre, pregado por Jerónimo de São Paulo nas *Exequias feitas à memoria do Serenissimo Principe, e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome. Celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra* [...], e dedicado a D. João IV. Imprime, também, as *Auroras de Diana* [...], de D. Pedro de Castro y Añaya e, ainda, o *Compendio das mais notaveis cousas que no Reyno de Portugal acontecerão desde a perda del Rey D. Sebastião até o anno de 1627* [...], da autoria de Luís de Torres de Lima.

No ano seguinte, a oficina de Manuel Dias imprime, apenas duas obras, a primeira de espiritualidade - a *Campana espiritual ordenada con plumas de santos y de interpretes Sagrados para conquistar el Alma* [...], do carmelita madrileno Bernardo de Paredes, e a outra de direito civil, composta por Francisco Pinheiro: *De Censu et emphyteusi tractatus in duas partes distributus* [...].

No quinto ano de actividade, Manuel Dias imprime, aparentemente, duas obras de João Nunes Freire e a *Primeira parte do florilegio espiritual* [...] de Frei Faustino da Madre de Deus. Em relação ao primeiro autor, encontrámos uma edição das *Anotaçoens ao genero, et preteritos da arte nova* [...], mas da edição das *Anotaçoens ad rudimenta grammaticae* [...] só temos a notícia de Barbosa Machado, secundado por Inocêncio Francisco da Silva e por João Arouca¹⁰⁰.

Em 1657 a produção da oficina volta a aumentar para um número de quatro obras, três das quais da autoria de D. António de Guevara, bispo de Mondoñedo (†1545): o *Libro llamado. Aviso de privados, y doctrina de cortesanos* [...]; o *Libro llamado menosprecio de corte, y alabança de Aldea* [...]; e, finalmente, o *Libro de los inventores del arte de marear, y de muchos trabajos que se passan en las galeras*. [...]. A quarta obra que referimos é o *Sermão* [...] *Em a anniuersaria accçam de graças que a insigne Vniuersidade de Coimbra faz em forma de prestito ao Real conuento de Santa Cruz pella felicissima acclamação do serenissimo Rey Dom Ioão o quarto* [...] de Frei António Correia.

⁹⁹ Cf. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pág. 656; Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pág. 429; João Arouca, *Bibliografia* [...], vol. II, F205. Na realidade, estes dois últimos apoiam-se na informação dada por Barbosa Machado. Existe um exemplar no Brasil, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

¹⁰⁰ Cf. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pág. 656; Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pág. 429; João Arouca, *Bibliografia* [...], vol. II, F198.

No ano de 1658, a oficina voltou a baixar para três o número de obras que imprimiu. Assim, é desse ano a *Musa entretenida de varios entremeses* [...] de Manuel Coelho Rebelo, obra que, segundo João Arouca, foi objecto de contrafacção, apoiando-se no facto de existirem exemplares com diferenças de impressão¹⁰¹. Igualmente, é neste ano que Manuel Dias imprime o *Iardin de Apolo* [...] de Francisco de Francia y Acosta, que o próprio tipógrafo dedica ao chantre da Sé de Évora, Francisco de Faria Severim. Finalmente, imprime ainda *Varias poesias* [...] de Paulo Gonçalves de Andrada.

Em 1659 imprime-se o *Compendio & declaração da Regra, & estatutos da Ordem Militar de Santiago* [...], composto pelo frade conventual dessa ordem, António Pereira, e o *Tesoro escondido en el campo de la humanidad del hijo de Dios* [...] de Marcos Salmeron. A estas duas obras acresce um pequeno fascículo referente a provas académicas.

O ano seguinte, 1660, é marcado por uma única edição, conquanto seja uma das mais emblemáticas da produção tipográfica de Manuel Dias: a *Historia Geral da Etiopia a alta, ou Preste Ioam* [...], composta pelo Padre Manuel de Almeida e revista pelo Padre Baltasar Teles.

A encerrar a primeira década de actividade da oficina de Manuel Dias, imprime-se em 1661 duas obras: uma edição do *Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal* [...] compilado por Manuel Mendes de Castro e o *Sermam da degolaçam de S. Ioam Baptista* [...], pregado por Jerónimo Peixoto da Silva, cónego do Porto.

O ano seguinte pauta-se pela escassez numérica das obras produzidas, que se reduz a uma: os *Discursos Euangelicos para las Solemnidades de los Mystérios de Christo* [...], de Geronimo Pardo de Villa Roel.

Em contrapartida, em 1663 imprime-se três obras: o *Sermaõ de Passos* [...] e o *Sermaõ de S. Ioam Euangelista* [...], ambos da autoria de Jerónimo Peixoto da Silva, e os *Discursos Morales para Domingos Miercoles, y Viernes de Quaresma* [...] de Frei Pedro de San Jose, prior do convento dos Agostinhos descalços de Barcelona. Tudo, portanto, obras de parenética, tendência que se agudizará nos anos posteriores.

Com efeito, em 1664, Manuel Dias imprimirá duas outras obras deste tipo, para fazer um intervalo em 1665, ano em que parece nada ter impresso: as *Meditações de Santa Brigida* [...] de Francisco Bermudez de Castro e o *Sermão* [...] *Na Solemne*

¹⁰¹ Cf. João Arouca, *Bibliografia* [...], vol. III, R40. A Biblioteca Nacional, em Lisboa, conserva, pelo menos, duas impressões diferentes referentes ao ano de 1658.

Procissam que fez o Reuerendo Cabido, & Camara de Coimbra à Rainha Sancta [...] de Frei João de Deus¹⁰².

A produção da oficina é retomada em 1666 com as *Doctrinas Evangelicas, para las ferias mayores de la Quaresma [...]*, uma colectânea de sermões de Frei Francisco de Lizana, mas logo se extingue porque não encontramos qualquer obra impressa em 1667. Aliás, nos três anos seguintes, imprime-se ao ritmo de uma obra por ano, algumas delas com dimensões bem reduzidas: o *Manual moral [...]*, de Francisco Apolinar, em 1668; as *Lectiones secundii & tertii nocturni, pro diebus infra octavas Sanctae Elisabethae [...]*, em 1669; e o *Sermam das lagrimas do Apostolo Sam Pedro [...]*, do Padre Manuel Barbosa, em 1670.

A partir de 1671, verifica-se uma recuperação da oficina no que respeita ao número de obras impressas por ano, mas há um peso muito forte das obras claramente impressas no contexto da actividade da Universidade de Coimbra e da parenética. Assim, logo nesse ano de 1671, Manuel Dias imprime três fascículos destinados à apresentação de provas académicas, todas na área do direito canónico: as *Pontificias conclusiones [...]* de João Rodrigues Pereira, as de João Rolim de Moura e as de Lopo Álvares de Moura. No ano seguinte, 1672, imprime-se as *Resolutiones Pontificias [...]* de Dionísio da Silva de Andrade e as *Pontificias conclusiones [...]* de Tomás de Almeida e Oliveira, bem como uma edição dos *Fasciculus selectarum orationum [...]* de Cícero, uma obra que seria impressa para os estudos na Universidade. A estas obras deve acrescentar-se dois sermões, ambos da autoria de Jerónimo Ribeiro de Carvalho: o *Sermam das lagrimas de S. Pedro [...]* e o *Sermam do Principe dos Patriarchas S. Bento [...]*.

Em 1673, imprime-se apenas uma obra destinada às provas universitárias: as *Pontificias conclusiones [...]* de Diogo Leite de Miranda; todas as outras obras impressas nesse ano foram sermões: o *Sermão do acto da fee celebrado em coimbra na quarta Dominga da quaresma, doze de Março de 1673 [...]*, de Bento de São Tomás; o *Sermão de S. Bernardo [...]*, de Manuel da Graça; do mesmo autor, o *Sermão do apostolo S. Andre [...]*; ainda do mesmo, o *Sermão dos Reys [...]*; o *Sermão da tresladaçam do Doutor Seraphico S. Boa Ventura [...]*, de Pantaleão do Sacramento; e o *sermão de S. Ioam Euangelista [...]*, de Jerónimo Peixoto da Silva.

¹⁰² Publicado em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (organização, introdução e notas de João Francisco Marques), Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007, pp. 523-552.

Em 1674, por seu turno, temos apenas um sermão - o *Sermão nas sumptuosas destas Que se fizeram em o Convento das religiosas de Sam Bento da Cidade do Porto à tresladação dos ossos do mesmo Patriarcha* [...], de Pantaleão do Sacramento, sendo todas as restantes obras respeitantes a provas académicas¹⁰³. No ano seguinte, é também este tipo de obras que predomina¹⁰⁴, ressaltando-se o *Promptuario moral de questoes practicas* [...], de Bento Remigio Noydens, traduzido por Manuel Faria, o *De jure lusitano* [...], de Mateus Homem Leitão, e o *Sermão do discipulo amado o Euangelista S. Ioam* [...], do Padre Luís da Anunciação.

Encontramos, em 1676, uma nova edição do *Baptisterio, Ceremonial dos Sacramentos* [...], que tinha sido impresso por ordem de D. Afonso de Castelo Branco no início do século, embora não tenhamos indicações sobre quem tomou a iniciativa de promover esta nova impressão. As restantes três obras impressas nesse ano são todas respeitantes as provas universitárias: as *Pontificias conclusiones* [...] de Manuel de Magalhães Vasconcelos, de José de Sousa Castelo Branco e de Diogo Pereira de Castro.

Este tipo de obras é, igualmente, o mais impresso no ano de 1677, tendo-se encontrado seis títulos: as *Pontificias conclusiones* [...], de António de Moraes e Antas e de Filipe Gomes do Vale; as *Conclusiones ex universa philosophia* [...], de António Soares de Faria; as *Caesareas conclusiones* [...], de João Coelho de Castro; a *Canonica theoremata* [...], de António Pereira da Silva; e a *Liliata pro logicis diademata* [...], de Manuel Dias Correia. Além destas obras, imprimiu-se dois sermões, ambos da autoria do Padre João de Carvalho: o *Sermam da soledade da mãy de Deus* [...] e o *Sermam da cinza* [...]. Imprimiu-se, ainda, uma obra jurídica de Tomé Vaz, as *Locupletissimae, et utilissimae Explationes in Nouam Iustitiae Reformationem* [...], e uma carta de curso passada pela Universidade de Coimbra a Francisco de Figueiredo Pereira, cujo aparecimento é raro nos nossos dias.

A partir de 1678 parece ter havido alguma instabilidade na actividade da oficina, visto que houve anos em que parece que nada se imprimiu; 1678 foi precisamente um

¹⁰³ As obras são as seguintes: João Freire de Andrada, *Pontificii iuris comitia celebranda* [...]; Manuel Gonçalves Reniva, *Pontificias conclusiones* [...]; Miguel Calisto de Carvalho, *Pontificias conclusiones* [...]; Nicolau Pais Sarmento, *Pontificias conclusiones* [...]; Pedro Álvares Garrido, *Pontificias conclusiones* [...]; Luís Álvares da Rocha, *Pontificias conclusiones* [...]; Agostinho da Anunciação, *Conclusiones theologicis* [...]; Pedro Nunes Tinoco, *Pro suo primi examinis: prooemio iuris caesarei et augustarum legum conclusiones* [...].

¹⁰⁴ Imprime-se as seguintes obras: Paulo Ferreira de Carvalho, *Pontificias conclusiones* [...]; José de Sousa de Castelo Branco, *Pontificias conclusiones* [...]; Diogo Pereira de Castro, *Pontificias conclusiones* [...]; Cristóvão Galvão de Lacerda, *Pontificias conclusiones* [...]; Valentim do Sacramento, *Conclusiones theologicis* [...]; Francisco de Miranda, *Pontificias decisiones* [...]; Jorge Pessanha Pereira, *Pontificias conclusiones* [...]; António Pinto de Areda, *Caesareas conclusiones* [...].

desses anos mas, em 1679, Manuel Dias conseguiu a impressão dos *Estatutos da Prouincia de Nossa Senhora da Soledade Da Ordem de N. P. S. Francisco da Regular obseruancia dos Capuchos Descalços no Reyno de Portugal* [...], além do *Sermão das lagrimas de S. Pedro* [...], do Padre António de São Carlos.

Em 1680 editou quatro obras que poderíamos enquadrar numa temática religiosa, já que se trata de uma obra de teor político baseada na vida da Rainha Santa Isabel – *A Fenis de Portugal A flor transformada em estrella. A estrella transferida a sol A Idea moral, politica, & historica, de tres estados Discursada na vida da Rainha Sancta Isabel* [...], de António de Escobar Mendonça – e três sermões de Frei Pantaleão do Sacramento: o *Sermão da Penitencia* [...], o *Sermão do Grande Patriarcha S. Francisco* [...] e o *Sermão da Rainha Sancta* [...].

De 1681 temos apenas o *Tratado do cometa que appareceo en Dezembro passado de 1680* [...], de Frei Jerónimo de Santiago, e só em 1685 voltamos a encontrar uma obra impressa na oficina de Manuel Dias, o *Liber vtilissimus judicibus et aduocatis* [...], um manual jurídico de António Cardoso do Amaral.

Depois de mais dois anos de interrupção, Manuel Dias retoma a sua actividade tipográfica em 1688, mas somente para imprimir dois pequenos folhetos destinados às provas universitárias de Guilherme de Sá Salazar.

Em 1690, depois de nada ter produzido no ano anterior, Manuel Dias reedita o *Liber vtilissimus judicibus, et aduocatis ad praxim de judico finum regundorum* de António Lopes Leitão, o *Sermão da vltima tarde do Triduo* [...], de Frei Francisco Vieira, e um panfleto respeitante às provas em direito canónico de Roque Costa.

Por fim, em 1691, Manuel Dias imprime somente o *Penitilogio Sacramental* [...] de Luís de São Francisco, encerrando-se, então, a actividade da oficina por morte do seu proprietário, depois de quarenta anos de labor tipográfico, em que parece existir uma grande capacidade de auto-financiamento, já que em raros momentos aparece referência explícita a encomendadores ou financiadores da impressão de livros: em 1673, o mercador de livros Manuel de Figueiredo custeia três sermões de Manuel da Graça, que já referimos, inaugurando-se a parceria entre Manuel Dias e outros mercadores de livros; embora a encomenda ou financiamento de livros seja raro na carreira tipográfica de Manuel Dias, este caso não é único, já que o mercador de livros António Barreto custeia o *Liber vtilissimus judicibus, et aduocatis* [...], de António Cardoso do Amaral, em 1685, e a dupla de mercadores Manuel Leonardo e Matias Carvalho financiam a obra com o mesmo nome, mas da autoria de António Lopes Leitão, impressa em 1690.

Existe, também, o caso de encomenda da impressão de livros feita por alguém que não se dedicava à sua produção ou venda: em 1677, o Doutor Manuel Álvares de Medina manda imprimir o *Sermam da Soledade* [...] e o *Sermam da cinza* [...], de João de Carvalho. Finalmente, o caso do *Baptisterio, Ceremonial dos Sacramentos* [...], que no rosto refere ter sido «*Novamente impresso, & emendado, por mandado do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor, D. Affonso de Castelbranco, Bispo de Coimbra* [...]», o que não diz respeito, certamente, à edição impressa por Manuel Dias, já que o dito bispo faleceu em Coimbra a 12 de Maio de 1615, repetindo-se apenas as inscrições da folha de rosto da edição impressa em 1613, em Coimbra, por Nicolau de Carvalho.

8. Tomé Carvalho

Em 6 de Março de 1647 é concedido ao impressor Manuel de Carvalho o privilégio, por dez anos, para impressão, venda e importação da *Axiomata, et loca communia* [...], de Simão Vaz Barbosa¹⁰⁵, obra que, no entanto, acabaria por ser impressa na oficina de Tomé Carvalho em 1651, apondo-se-lhe o texto do referido privilégio¹⁰⁶, como aliás era regra.

Aceita-se que o impressor Tomé Carvalho era filho de Bernardim Carvalho e de sua mulher Catarina Coutinha, e neto materno de Fernão Afonso, lavrador, e de Catarina

¹⁰⁵ Cf. Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. João IV, Livro 16, fl. 506v.º. O texto registado no livro de chancelaria é, *grosso modo*, coincidente com o que foi impresso no verso da folha 6 inicial não numerada do referido livro.

¹⁰⁶ O texto impresso é o seguinte:

PRIVILEGIO REAL.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluara virem que hauendo respeito a me pedir Manoel de Carualho Impressor, & morador em Coimbra Hej por bem que por tempo de dez annos, Impressor nem Liureiro algum, nem outra alguma pessoa de qualquer calidade que seja. não possa Imprimir, nem vender, nem trazer de fora deste Reyno, o liuro que elle Imprime intitulado, Axiomata & loca Communia de Simão Vaz Barbosa, com as addiço0s de Gabriel Aluares de Velasco, saluo âquelles liureiros, & pessoas que para isso seu poder & licença tiuerem, & qualquer Impressor, liureiro, ou pessoa que durante o ditto tempo de dez annos, Imprimir ou vender o ditto liuro nestes Reynos, & senhorios ou o trazer de fora delles sem licença do ditto Manoel de Carualho, perdera para elle todos os volumes que assi Imprimir, vender, ou trazer de fora, & alem disso encorrerã em pena de cem crusados, metade para o ditto Manoel de Carualho, & a outra para quem o acusar, & mando a todas as Iustças, officiaes & pessoas a que o conhecimento disto pertencer que cumprão, & guardem este aluarã inteiramente como nelle se contem, o qual será Impresso & emcadernado em o Principio de cada hum dos Volumes do ditto liuro. E quero que valha tenha força & vigor posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do liuro 2. titu. 40. em contrario.

Manoel Gomez o fez em Lisboa â seis de Março de mil seiscentos quarenta & sete.

Ioão Pereira de Castellobranco o fiz escreuer.

REY. //

(Simão Vaz Barbosa, *Axiomata, et loca communia juris*..., Coimbra, Tomé Carvalho, 1651, fl. [6 v.º]).

Domingues, moradores em Bouzias, freguesia da Igreja de Santa Maria de Alvorninha, arcebispado de Lisboa. Estes dados são fornecidos pelo processo de habilitação a familiar do Santo Ofício¹⁰⁷ que, estranhamente, não refere qual seria a ascendência paterna do impressor conimbricense; nesse processo, diz-se que Tomé Carvalho é livreiro e morador na cidade de Coimbra, informação corroborada por José Pinto Loureiro, que acrescenta que a sua morada seria na Rua das Fangas, tendo sido fintado em duzentos réis no ano de 1613¹⁰⁸. A sua oficina seria junto ao Arco de Almedina e o mesmo autor defende que ele terá comprado a oficina de Diogo Gomes de Loureiro¹⁰⁹.

O livreiro de Coimbra casou com Catarina Gaspar¹¹⁰ teve uma filha, Maria Coutinha, que casou com o impressor conimbricense Manuel de Carvalho, filho de Nicolau de Carvalho. Manuel de Carvalho, como vimos, faleceu a 22 de Agosto de 1652, mas as últimas obras saídas da sua oficina datam do ano anterior, no qual aparece a primeira obra produzida por Tomé Carvalho: a já referida *Axiomata, et loca communia* [...], de Simão Vaz Barbosa, que ostenta o privilégio concedido a Manuel de Carvalho. Como explicar que seja o seu sogro a usufruir dele?

Na realidade, podem levantar-se algumas incertezas acerca da identificação do livreiro conimbricense Tomé Carvalho com o impressor homónimo, activo na mesma cidade. Na verdade, como compreender que um livreiro que foi fintado em 1613, exercendo já a sua profissão, se disponha a adquirir oficina de tipografia mais de três décadas depois, quando já tinha cerca de setenta anos? E como é possível não pôr em causa a pretensa longevidade de Tomé Carvalho, que teria falecido, em pleno século XVII, com mais de noventa anos de idade (em 1672), sempre activo até ao fim dos seus dias? Infelizmente, até agora, a documentação encontrada apenas nos permite estas suposições, sem que nada o possa corroborar, de modo que fica a hipótese em aberto, tanto mais que Tomé Carvalho, no seu processo de habilitação, é sempre referido como

¹⁰⁷ Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «Tomé», maço 1, documento 5.

¹⁰⁸ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 122.

¹⁰⁹ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», pág. 112. Na realidade podem subsistir dúvidas acerca da aquisição da oficina de Diogo Gomes de Loureiro por Tomé Carvalho, visto que o seu genro Manuel de Carvalho utilizou, para imprimir o Tomo II da *Benedictina Lusitana* [...] de Frei Leão de Santo Tomás, em 1651, material tipográfico oriundo da oficina de Diogo Gomes de Loureiro e por ele usado na impressão das duas edições do Tomo I da obra, em 1644. Porém, Joaquim Martins Carvalho (*Apontamentos* [...], pp. 297-298) defende que Tomé Carvalho comprou, efectivamente, a oficina de Diogo Gomes de Loureiro, solicitando o privilégio de impressor da Universidade para que essa instituição continuasse a possuir dois impressores, já que Diogo Gomes tinha falecido, e por ter gasto muito da sua fazenda na aquisição da sua oficina. O contrato respeitante ao referido privilégio foi assinado, segundo o mesmo autor, em 10 de Junho de 1654.

¹¹⁰ Vide registo de casamento de Manuel de Carvalho com Maria Coutinha, onde a nubente é referida como filha de Tomé Carvalho, livreiro, e sua mulher Catarina Gaspar, da freguesia da Sé (Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de São Cristóvão (1614-1652), fl. 60).

livreiro, jamais como impressor - e o mesmo acontece com o seu assento de óbito (ver adiante).

Nesse ano de 1651, a oficina de Tomé Carvalho imprimiu uma única obra para além da *Axiomata* [...], o *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira. No ano seguinte, não parece ter sido impressa qualquer obra; se pensarmos que é nesse ano que morre Manuel de Carvalho, será lícito pensar que possa ter havido uma reorganização das duas oficinas no sentido da sua fusão? É que, na realidade, aparece uma oficina sob a figura da Viúva de Manuel de Carvalho, a quem nos referiremos adiante, mas somente em 1664, mais de uma década depois do falecimento de Manuel de Carvalho. O que é certo é que Tomé Carvalho nada imprime em 1652, e Manuel Dias parece ser o segundo impressor privilegiado da Universidade.

O labor da oficina é retomado, em 1653, com dois sermões, um da autoria de Frei Tomás Barreto, o *Sermão funebre nas exequias que fes o nobilissimo senado da Villa de Vianna na Igreja Collegiada de Santa Maria em 7. de Junho de 1653. ao Serenissimo, & maximo Principe D. Theosodio* [...], e outro pregado por Jerónimo Ribeiro de Carvalho numa ocasião semelhante: *Sermão nas honras do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio que fez o reuerendo cabido da Santa Sè do Porto em 28. de Junho de 1653* [...].

Em 1654, a oficina estaria já consolidada e com condições para imprimir uma série de obras volumosas em número de folhas: imprime-se a *Harmonia mistica, y moral* [...], de Bernardo de Paredes, os já referidos *Estatutos da Uniuersidade de Coimbra* [...] e o *Compendio de exercicios espirituales* [...] de Garcia de Cisneros. De menores dimensões, imprimiu-se o *Officium in festo coronae Domini* [...], um in-4.º de vinte páginas.

O ano seguinte caracteriza-se por semelhante investimento no número de obras impressas, mas apenas o *Teatro euangelico de sermones* [...], de Francisco Inácio de Porres, e os *Commentarii in libros Q. Horatii Flacci* [...], de Gaspar Pinto Correia, possuem grandes dimensões em número de páginas. Por outro lado, apenas esta última obra se destaca das restantes se considerarmos a sua temática, já que todas as outras obras impressas em 1655 pertencem ao campo da parenética. Assim, ao referido *Teatro euangelico de sermones* [...], podemos acrescentar o *Sermão que pregou o Padre Melchior da Piedade* [...] em a Sè de Braga, presente o Cabido, na festa que a Irmandade de Santo Thomas fez ao mesmo Santo [...] e a *Oração gratulatoria pella*

saude milagroza que Deos foy servido conceder a ElRey N. Senhor D. Ioão o IV. [...], de Frei Francisco de Escobar¹¹¹.

Inversamente, o ano de 1656 pauta-se pela impressão de uma única obra de parenética, os *Sermones sobre los versos del miserere* [...], uma colectânea de sermões de Manuel de Naxera; além de uma nova edição dos *Commentarii in P. Virgilium Maronem* [...], de Gaspar Pinto Correia, imprime-se os *Sucessos y prodigios de amor* [...], de Juan Perez de Montalvan e *La humana carça abrazada el Gran Martyr S. Lourencio* [...], poesia em castelhano de António de Almeida, mestre músico na catedral do Porto.

Imprime-se, ainda, *El discreto* [sic] [...], de Lorenzo Gracian (pseudónimo literário do jesuíta Baltasar Garcia [n. 1601, m. 1658]), publicado por D. Vicencio Juan de Lastanosa. Na verdade, o rosto da obra indica que a obra foi publicada em 1656, mas o *colofon* aponta a data de 1647, o que parece tratar-se de uma gralha; não obstante, é muito possível que o tipógrafo quisesse indicar o ano de 1657 como data em que se finalizou a impressão da obra.

Neste ano de 1657, a oficina dá à estampa a *Comedia famosa del luzero del oriente S. Francisco Xavier* [...], de Bernardo de Pina de Melo, e uma outra obra, da autoria de Frei João Correia Peixoto, a *Oração funebre nas exequias reais da magestade DelRey Dom Ioão o Quarto* [...].

Em 1658, Tomé Carvalho imprime uma colecção de sermões da autoria do Padre António Vieira que parecem ter pertencido a um único volume, provavelmente editado em forma de fascículos, que vulgarmente andam dispersos e que encontramos sempre separados; não obstante, muitos deles apresentam a numeração de páginas original, como o *Sermam do esposo da Mãe de Deos Sam Ioseph* [...], numerado de 30 a 57, ou o *Sermam* [...] *Na festa que fez a S. Roque Antonio Telles da Sylva* [...], com as páginas numeradas de 119 a 146. Através dos exemplares que conseguimos observar, podemos estabelecer do seguinte modo a organização do volume:

<i>Sermaõ</i> [...] <i>Na Capella Real o primeiro dia de Ianeiro do anno de 1642.</i>	pp. 1-29
<i>Sermam do esposo da Mãe de Deos Sam Ioseph</i> [...]	pp. 30-57

¹¹¹ Publicado, em edição moderna, em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (organização, introdução e notas de João Francisco Marques), Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007, pp. 463-478.

<i>Sermam [...] na Igreja das Chagas [...] Festa [...] Santo Antonio [...]</i>	pp. 59-83
<i>Sermam de S. Ioam Baptista [...]</i>	pp. 84-119
<i>Sermam [...] Na festa que fez a S. Roque Antonio Telles da Sylva [...]</i>	pp. 119-146
<i>Sermam [...] na Misericordia da Bahia de todos os Santos [...]</i>	pp. 147-172
<i>Oraçam funebre [...] No Conuento de S. Francisco de Enxobregas [...]</i>	pp. 172-196

Temos, assim, um volume in-4.º com cerca de cento e noventa e cinco páginas, composto por sete sermões que têm, cada um deles, uma folha de rosto própria, com o respectivo pé de imprensa e, alguns deles, uma gravura alusiva à Companhia de Jesus. Porém, existem variantes destes sermões, o que indica que eles podem também ter sido impressos separadamente ou que podem existir contrafacções.

Além destes sermões, Tomé Carvalho imprimiu ainda, nesse ano de 1658, as *Glorias de Maria Santissima en sermones duplicados para todas sus festiuidades [...]*, de Frei Pedro de San Jose.

Em 1659, a oficina de Tomé Carvalho imprime, somente, as *curiosas aduertencias da boa grammatica [...]*, de Bartolomeu Rodrigues Chorro, mas retoma, em 1660, o ritmo de produção verificado dos anos precedentes.

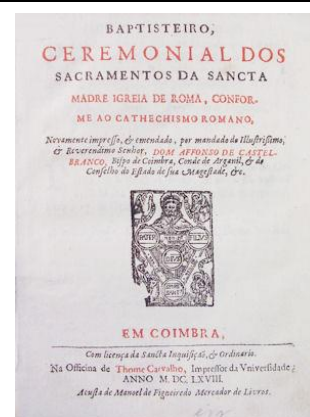
Assim, em 1660, imprime o *Antidoto Augustiniano [...]* do agostinho António da Purificação, obra que se destina a contrariar as teses de Frei Gil de São Bento, evidenciando uma clara polémica envolvendo as duas ordens monásticas. Imprime, também, *O Escravo da Virgem Santissima [...]*, de Bernardino Soares Osório e a *Sciencia do bem, e do mal para fugir ao peccado [...]*, dos jesuítas Felipe e Inácio, duas obras de espiritualidade, com a particularidade de não conhecermos qualquer exemplar da segunda. Temos, também, uma obra biográfica respeitante a um patriarca hebreu, Josué, da autoria do agostinho castelhano Lorenzo de Gusman, além de uma edição dos *Fasciculus selectarum orationum [...]* de Marco Túlio Cícero. Imprime-se, ainda, *El heroe [...]*, do Lorenzo Gracian a que aludimos anteriormente, e a *Primeira, Segunda e Terceira Parte. Dos contos, e Historias de Proueito, & Exemplo [...]* de Gonçalo Fernandes Trancoso, da qual também não conhecemos qualquer exemplar.

Em 1661, a oficina dá à estampa o *Sermaõ da Gloriosa virgem, e Martyr S. Comba [...]*, de Jerónimo Baía, o *Teatro del hombre [...]*, de Juan de Zavaleta, e a colectânea *Obras de Francisco de Figueroa [...]*, publicada pelo licenciado Luís Tribaldos de Toledo. No ano de 1662 predominam as obras de religião, de modo que temos uma de espiritualidade (as *Meditações de S. Brigida [...]*, de Francisco

Bermudez de Castro), um sermão (o *Sermão das Chagas de Christo* [...], de Paulo de Santa Catarina) e uma de carácter hagiográfico (a *Relaçam dos Milagres Prodigiosos, Que obrou Em nossos dias O Apostolo da India S. Francisco de Xauier* [...]).

O interesse pela impressão de parenética consolida-se nos anos seguintes, mas em 1663 só se imprime um sermão, da autoria de Jerónimo Ribeiro, o *Sermaõ* [...] *em sancta Catharina de Monte Sinay, na celebridade de N. Senhora la Antigua* [...]; a outra obra impressa nesse ano é a comédia *Ay amigo para amigo* [...]. No ano seguinte assume-se plenamente essa preferência com a edição de cinco sermões de Jerónimo Ribeiro de Carvalho: o *Sermaõ do Apostolo do Oriente S. Francisco Xavier*; o *Sermaõ do apostolo S. Thome* [...]; o *Sermaõ do Mandato* [...]; o *Sermaõ, da Quarta Dominga da Quaresma* [...]; e o *Sermaõ* [...] *em sancta Catharina de Monte Sinay, na celebridade de N. Senhora de la Antigua* [...]. Além destes cinco sermões, neste ano só se imprime o *Cantum Ecclesiasticum* [...], de Filipe de Magalhães, completando-se um conjunto de obras exclusivamente consagradas à religião.

Em 1665, a oficina só imprime dois sermões, o *Sermão* [...] *no dia que S. Magestade faz annos em 21. de Agosto de 663* [...], do Padre António de Sá¹¹² e a *Oraçam gratulatoria pella saude milagroza que Deos foy servido conceder a ElRey N. Senhor D. Ioão IV* [...], de Frei Francisco de Escobar. A escassa produção passa a ser dominante a partir deste ano, pois em 1666 só se imprime *El dia de fiesta* [...] de D. Juan de Zavaleta e em 1667 os *Officia Propria Sanctorum* [...], uma obra que Joaquim Martins Carvalho diz ter sido impressa num prelo que Tomé Carvalho instalou em Santa Cruz de Coimbra, baseando-se no pé de imprensa do livro, onde se lê: «IN REGNO SANCTAE CRVCIS MONASTERIO Ex Typis Thomae Carvalho Vniversitatis Typographi [...]»; em 1668, parece ter-se impresso uma só obra, uma edição do *Baptisterio e Ceremonial dos Sacramentos* [...], mandado imprimir por D. Afonso de Castelo Branco, do qual conhecemos um único exemplar.



Folha de rosto do *Baptisterio, ceremonial dos sacramentos* [...], impresso por Tomé Carvalho em 1668, aparecido à venda na Livraria Castro e Silva, de Lisboa.

¹¹² Publicado, em edição moderna, em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (organização, introdução e notas de João Francisco Marques), Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007, pp. 553-576.

Os últimos anos de vida da oficina de Tomé Carvalho são mais produtivos, com a excepção de 1670, em que imprimiu apenas a *Brachilogia Astrologica do Sol, Lua e Estrellas* [...] de António Pimenta. Mas, em 1669, tinha impresso já quatro obras, sendo três delas sermões: a *Oração em louvor da bemaventurada Rosa de S. Maria* [...], de Frei Bento de São Tomás, o *Sermão da Soledade da Senhora* [...], de Luís Cardeira e, do mesmo autor, o *Sermão* [...] *Na Dominica In Albis* [...]. A quarta obra impressa nesse ano refere-se a uma edição dos *Desenganos para a medicina* [...], de Gabriel Grisley.

Em 1671, Tomé Carvalho retoma a impressão de parenética, com destaque para o Padre António Vieira (com o *Sermão* [...] *Na Capella Real o primeiro dia de Janeiro do Anno de 1642* [...]) e o Doutor Jerónimo Ribeiro de Carvalho (com o *Sermão das Lagrimas de Sam Pedro* [...], o *Sermão do Principe dos Patriarchas S. Bento* [...] e o *Sermão das Soledades da Mãe de Deos* [...]); volta a imprimir, igualmente, projectos de teses académicas, nomeadamente as *Conclusiones pontificias* [...] de António Quaresma Manuel e as *Pontificias conclusiones* [...] de José Mendes Portugal.

São, aliás, estes dois tipos de obras que se impõem e marcam por completo o último ano de actividade da oficina. Tomé Carvalho imprime dez sermões: um de Frei António de Abreu (*Sermão* [...] *no Convento de S. Domingos de Lisboa, em 15 de Setembro. Na Festa da Miraculosa Imagem de S. Domingos* [...]), dois de D. Gaspar dos Anjos (o *Sermão do D. da Igreja S. Hieronimo* [...] e o *Sermão na Canonização, do Glorioso S. Francisco de Borja* [...]), dois de Frei António dos Arcanjos (o *Sermão da Immaculada Conceição* [...] e o *Sermão na Profissão da Madre Soror Brites da Madre de Deos* [...]), um de Frei Jorge de Carvalho (o *Sermão* [...] *Em Dia de S. Anna* [...] com, pelo menos, duas variantes), um de Frei António Correia (o *Sermão* [...] *no Convento da Santissima Trindade de Lisboa a 7 de Agosto do Anno de 1651* [...], com duas edições diferentes), um de Frei João de Deus (o *Sermão* [...] *Na Solemne Procissão que fez o Reuerendo Cabido, & Camara de Coimbra à Rainha Sancta* [...]) e dois do Padre Gonçalo da Madre de Deus Semblano (o *Sermão do Glorioso Apostolo, e Euangelista S. Ioão* [...] e o *Sermão da Terceira Sexta Feira da Quaresma* [...], cada um dos quais com duas variantes).

A obra tipográfica de Tomé Carvalho completa-se com um conjunto de projectos de teses universitárias, todos impressos nesse ano de 1672: as *Caesareas conclusiones* [...], de João Henriques de Melo, as *Pontificias conclusiones* [...], de Simão de

Mesquita Cabral, as *Pontificias resolutiones* [...], de Jorge Pimentel e as *Caesareas conclusiones* [...], de João Tomás da Fonseca.

Conforme acontecia frequentemente, a oficina desaparece com a morte do seu proprietário, ocorrida a 4 de Dezembro de 1672, conforme se lê no registo de óbito lavrado pelo prior de São Cristóvão da cidade de Coimbra:

Em quatro de Dezembro de mil seiscientos setenta e dous faleceo Thome Carualho Liureiro freguez da See, e se veyo enterrar a esta igreja, e ias em hũa sepultura diante do Altar de *Sancto Antonio* onde sua *madre* esta tambem enterrada

dia, mes e era ut supra

a) O Prior Bras de Andrade¹¹³

Como vimos, se existiu um único Tomé Carvalho, que foi livreiro e impressor, a sua longevidade foi surpreendente: finto em 1613, a 19 de Fevereiro de 1655 foi inquirido como testemunha a propósito do processo de habilitação para familiar do Santo Ofício do seu *vizinho* Manuel Dias, dizendo-se, então, que ele tinha já mais de setenta anos; assim, à data da sua morte, teria cerca de noventa anos de idade, e vinte e um como impressor, além dos anos em que exerceu somente o ofício de livreiro.

9. Viúva de Manuel de Carvalho

As informações de que dispomos acerca desta figura são muito escassas e chegam-nos, na sua maioria, por via das biografias e das obras do seu marido Manuel de Carvalho e do seu pai Tomé Carvalho. Na realidade, é em Maria Coutinha que se unem as duas famílias de apelido Carvalho que exerceram o ofício da impressão na cidade do Mondego; porém, é interessante salientar que Tomé Carvalho, como vimos, tratando-se de uma única personagem, só inicia a sua actividade de impressor um ano antes da morte do genro e já com uma idade avançada¹¹⁴.

Ignoramos a data de nascimento de Maria Coutinha, mas é certo que casou com Manuel de Carvalho a 5 de Janeiro de 1636¹¹⁵, de cuja união resultaram, pelo menos, dois filhos:

¹¹³ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 21.

¹¹⁴ Recordemos que, a 19 de Fevereiro de 1655, Tomé Carvalho é tomado como testemunha no processo de habilitação do seu vizinho Manuel Dias a familiar do Santo Ofício, sendo já mais de setenta anos de idade (Cf. Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «Manuel», maço 11, diligência 320).

¹¹⁵ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de S. Cristóvão 1614-1652, fl. 91.

1.º Juliana, baptizada a 24 de Junho de 1637¹¹⁶;

2.º Valentim Carvalho, falecido a 12 de Março de 1650¹¹⁷.

O seu percurso de formação como impressora apresenta-se-nos como um mistério, objecto de meras hipóteses cuja confirmação se torna quase impossível devido à escassa documentação existente; já anteriormente aludimos à dificuldade de estabelecer dados irrefutáveis sobre a formação da maior parte dos tipógrafos que conhecemos para o século XVII e a dificuldade aumenta quando tratamos de um personagem feminino cujo estatuto o remete, à partida, para um plano secundário: o estatuto de viúva de um impressor, visto que, tradicionalmente, se desenvolveu a tese, quase sempre verdadeira, de que a viúva imprimia somente para cumprir as obrigações adquiridas pela oficina do marido.

O caso de Maria Coutinha é substancialmente diferente, o que a torna um caso raro, senão único, no panorama das mulheres impressoras ao longo do Portugal dos primeiros séculos de tipografia¹¹⁸. Maria Coutinha consegue o privilégio de Impressora da Universidade poucos meses após a morte do marido, a 5 de Novembro de 1652, mas não conhecemos qualquer obra por ela impressa anterior a 1664. Qual a razão deste hiato de doze anos? A escassez de dados sobre a impressora coimbrã não nos permite responder com absoluta certeza, mas é possível que Maria Coutinha trabalhasse associada a outro tipógrafo, talvez Tomé Carvalho, que se manteve activo em Coimbra até 1672; como veremos adiante, a análise do parque tipográfico permite-nos concluir que um conjunto de tipógrafos, activos em Coimbra nas décadas de sessenta e setenta, mantinha laços de solidariedade corporativa muito fortes, chegando a imprimir com um parque muito semelhante, que evidencia uma origem comum e um gosto muito definido em relação à decoração dos livros¹¹⁹.

Voltando à questão da formação de Maria Coutinha, parece-nos pertinente considerar duas hipóteses relativas ao local onde ela teria sido realizada: na oficina de

¹¹⁶ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de São Cristóvão (1614-1652), fl. 40.

¹¹⁷ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de São Cristóvão (1614-1652), fl. 132v.º.

¹¹⁸ Na realidade, como vimos anteriormente, Maria Flores tinha recebido o privilégio de impressora da Universidade de Coimbra juntamente com o filho, Manuel de Carvalho, no seguimento da morte do impressor Nicolau de Carvalho; porém, deve ter sido Manuel de Carvalho a assumir a direcção da oficina.

¹¹⁹ Como veremos, temos uma predilecção pelos motivos vegetalistas na decoração das capitulares, nos frisos e nas vinhetas tipográficas, por vezes conjugados com outros elementos, colocando-se de lado os motivos geométricos ou as figuras do fantástico, ou ainda as *capitulares falantes*, utilizadas por alguns impressores conimbricenses de quinhentos e que ainda aparecem no início do século XVII, por exemplo, na obra tipográfica de Manuel de Araújo.

Manuel de Carvalho, o seu falecido marido ou, em alternativa, a oficina do pai, Tomé Carvalho. O hiato de doze anos que referimos poderia levar a pensar que a sua formação como impressora tivesse ocorrido nesse espaço de tempo; porém, é necessário considerarmos que Maria Coutinha adquiriu o privilégio de Impressora da Universidade de Coimbra logo em Novembro de 1652. Deste modo, parece-nos que o contrato entre a viúva de Manuel de Carvalho e a Universidade revela que ela teria já sido aceite como apta a cumprir as exigências do ofício. Por outro lado, se recordarmos o caso de Maria Flores, a viúva de Nicolau de Carvalho, também ela herdeira de uma oficina de impressão, encontramos uma enorme diferença: é que Maria Flores, na realidade, parece nunca ter estado à frente da oficina (talvez porque comprovadamente não sabia ler nem escrever¹²⁰), já que foi o seu filho Manuel de Carvalho que acabou por deter a sua direcção.

Não sabemos se Maria Coutinha trabalhou em alguma oficina tipográfica durante o período que decorreu entre a morte de Manuel de Carvalho e a fundação da sua própria oficina; não obstante, ela terá permanecido muito próxima da actividade tipográfica e certamente que os doze anos que decorreram entre o encerramento da actividade da oficina da sua viúva não implicaram que Maria Coutinho perdesse a sua arte: ela reapareceu, em 1664, a imprimir várias obras, entre as quais uma nova edição do *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira. Sucesso editorial na sua época, esta edição é hoje rara nas nossas bibliotecas e arquivos públicos; conhecemos um único exemplar da obra, conservada na secção de reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra¹²¹. A análise da obra revela que se trata de uma edição profusamente ilustrada com tabelas e gravuras destinadas à demonstração de diversos cálculos¹²², o que demonstra que Maria Coutinha estaria habilitada para iniciar a sua actividade com uma obra de impressão tão difícil e dispendiosa; além disso, a obtenção

¹²⁰ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, Tomo XIX, Livro III, fls. 93-96; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, 1964, pág. 50.

¹²¹ Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Reservados, R-13-10.

¹²² Ensina, por exemplo, a calcular os meses terminados no dia 31 através dos nós dos dedos da mão; outros cálculos pertinentes a este género de obra estão relacionados com a altura dos astros ou as fases da lua. Todos estes cálculos são apresentados em gravuras, esquemas e tabelas e talvez por isso o livro era tão procurado na Coimbra de seiscentos, merecendo diversas edições: recordamos que uma das primeiras obras saídas dos prelos de Nicolau de Carvalho foi precisamente o *Thesouro de Prudentes* [...], que seria, pelo elevado índice de procura por parte do público consumidor, um sucesso garantido e uma forma de obter lucros rápidos e substanciais, necessários ao arranque da oficina, não obstante o investimento necessário para a sua impressão.

do privilégio de impressora da Universidade dependia dessa habilitação, o que prova que ela já estaria preparada pouco depois do falecimento do marido.

A fundação da oficina, após doze anos de ausência, pode ter-se devido ao aumento das necessidades editoriais da Universidade de Coimbra; Maria Coutinho, efectivamente, imprime diversos trabalhos preparados por universitários no âmbito do seu percurso académico. Mas, por outro lado, a sua imprensa é frequentemente solicitada por encomendas de mercadores de livros, que financiam a sua impressão, indubitavelmente por saberem da existência de um público consumidor certo e fiável; de um ponto de vista mais geral, estes comerciantes de grosso trato financiam livros impressos em diversas oficinas, todas elas próximas entre si, como veremos adiante.

Deste modo, o lançamento de mais uma oficina na cidade de Coimbra, invocando o nome de um antigo impressor conceituado – Manuel de Carvalho – e afirmando-se sucessora de uma tradição por ele criada não passou de uma mera ilusão. A casa tipográfica que surgia sob o nome da *viúva de Manuel de Carvalho* não era a continuação de uma casa estabelecida, mas a criação de uma nova imprensa, imposta por factores que, possivelmente, teriam a ver com as necessidades do mercado.

Assim, em 1664, a oficina da viúva de Manuel de Carvalho inicia a sua actividade com a já referida edição do *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira e de um conjunto de três sermões: o *Sermão da Soledade de Nossa Senhora* [...], de Frei Francisco de Agostinho de Macedo e, do Doutor Jerónimo Peixoto da Silva, o *Sermão na festa que se fez na collocação da Senhora da Graça em o muro da Cidade de Lisboa* [...] e o *Sermão de Quarta Feira de Cinza* [...]. As obras de parenética constituem, efectivamente, um pilar da produção da oficina da viúva de Manuel de Carvalho, e logo no ano seguinte se imprime, a par da primeira parte dos *Infortunios tragicos da constante Florinda* [...], de Gaspar Pires de Sequeira, o *Sermão no dia em que Sua Magestade fez annos em 21 de Agosto de 1653* [...], de António de Sá, duas edições que se encontram desaparecidas. Ainda em 1665, a oficina de Maria Coutinha dá à estampa a *Segunda parte de S. Antonio e verdadeira historia dos cinco martyres de Marrocos* [...], de Francisco Lopes.

Em 1666, a produção da oficina limitou-se ao *Methodus Medendi* [...], uma obra de medicina da autoria de Francisco Valles, médico de Filipe II de Espanha, oferecida a D. António Mourão Toscano. Já em 1667, imprimem-se três obras: um projecto de tese universitária dirigido a D. Aloísio de Sousa Gama cujo único exemplar de que conhecemos a existência se encontra na Biblioteca Nacional brasileira, no Rio de

Janeiro; o *Sermão da Purificasam da Virgem Senhora Nossa* [...], de Álvaro de Escobar Roubão, da qual conhecemos duas variantes; e a obra de José Vaz Pinto de Sousa, *Thesaurus Musae Virgilianae* [...], da qual não encontrámos qualquer exemplar.

Do ano seguinte é uma obra do irmão de José Vaz Pinto de Sousa: os *Commentarij in P. Virgilium Maronem* [...], de Gaspar Pinto Correia. A esta obra acrescem duas de teologia moral, a *Isagoge Moral, em a materia dos Sacramentos* [...], de Lourenço Garro, e as *Questiones Practicas de Casos Morales* [...], do agostinho espanhol Juan Henriques, também conhecido entre nós por João Henriques.

Em 1669, Manuel Rodrigues de Almeida, então mercador de livros, financia a impressão da *Orassam Pathetica do Descendimento da Cruz* [...], de Frei Cristóvão de Fóios, que foi, aliás, a única obra que saiu da oficina da viúva de Manuel de Carvalho nesse ano. Em 1670, há uma situação análoga, imprimindo-se somente o *Sermão* [...] *na festa que celebrou o Conuento das Religiosas do Patriarcha Sam Bento, da Cidade do Porto, em 11. de Iulho dia da Tresladação dos Ossos do mesmo Sancto* [...], da autoria de Álvaro de Escobar Roubão.

No ano de 1671, a produção tipográfica aumenta, sobretudo a nível do número de títulos impressos: da oficina saem três sermões (o *Sermão da Gloriosa Virgem, e Martyr S. Comba* [...], de Jerónimo Baía; o *Sermão nas Honras do Serenissimo Principe de Portugal D. Theodosio* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho; e o *Sermão das Chagas de Christo* [...], de Paulo de Santa Catarina), uma obra poética de que apenas conhecemos a existência pela notícia que nos legou Diogo Barbosa Machado e os seguidores do seu trabalho¹²³ - a segunda parte dos *Infortunios tragicos da constante Florinda*, de Gaspar Pires de Rebelo, e um projecto de tese académica (as *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel Pimentel).

No entanto, é em 1672 que a produção da oficina dispara no que respeita ao número de título impressos, principalmente por via da edição de parenética, verificando-se a impressão de seis sermões, alguns deles com variantes, e dois projectos de teses universitárias.

Assim, encontramos, para esse ano, uma edição do *Sermão* [...] *na Festa de Nossa Senhora da Purificação* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, com duas variantes dadas por diferenças nas respectivas folhas de rosto; temos, também, de

¹²³ Cf. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* [...], vol. II, pág. 337; Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* [...], vol. IX, pág. 134; Ricardo Pinto de Matos, *Manual* [...], pág. 463; João Arouca, *Bibliografia* [...], vol. III, R17.

Francisco de Escobar, a *Oração gratulatoria pella saude milagroza que Deos foy seruido conceder a ElRey N. Senhor D. Ioaõ o IV.* [...], e dois sermões de Jerónimo Peixoto da Silva: o *Sermam das lagrimas da Madalena* [...] e o *Sermam do Santissimo Sacramento* [...]. Finalmente, imprimiu-se o *Sermão* [...] *Pregado a Iustiça* de António de Sá e o *Sermão* [...] *em a festa que se fez a S. Antonio, aos 14. de Setembro deste anno de 1642* [...] de António Vieira.

Em relação às obras académicas, a oficina imprimiu as *Pontificias conclusiones* [...], de José da Guarda Fregoso e as *Caesareas conclusiones* [...], de Manuel de Sousa Brandão.

A realidade da oficina mantém-se nos anos seguintes, nomeadamente em 1673, em que a produção livresca se limita ao mesmo tipo de obras: três sermões e outros tantos projectos de teses. Em relação aos primeiros, podemos apontar o *Sermam do glorioso Sam Ioseph* [...], de Cristóvão de Almeida, as duas variantes do *Sermam quinto e ultimo, Em a celebridade da Trasladaçam dos Ossos do Patriarcha Sam Bento* [...], e o *Sermam em o Outauario* [...] *Na festa da canonizaçam de S. Francisco de Borja* [...], de José da Purificação. No que diz respeito ao segundo tipo de livros, temos as *Disputationes Pontificiae* [...], de Pedro Hasse de Belém, as *Resolutiones pontificias* [...], de Manuel Almeida dos Santos e as *Conclusiones ex uniuersa philosophia naturali* [...], de António Frazão Furtado.

O mesmo poderíamos dizer do ano de 1674, não fora a impressão no *Manuale Missalis Romani* [...] da reforma litúrgica de Clemente VIII e a edição desaparecida das *Annotações aos generos e preteritos da arte noua* [...], de João Nunes Freire. Além disso, só se imprime um sermão (o *Sermam da Conceiçam de Nossa Senhora* [...], de Jerónimo Peixoto da Silva); todas as restantes obras são projectos de teses académicas: as *conclusiones ex naturali philosophia* [...] de Domingos Gomes, a *Iurgia pontificia* [...] de João Eduardo Ribeiro, as *Pontificias conclusiones* [...] de Manuel Tavares de Carvalho e a *Theoremata canonica* [...] de Vitoriano Costa.

Não sabemos, porém, se este último é o mesmo Vitoriano Costa que, no ano seguinte, publica *El mayor entre los grandes* [...], uma hagiografia do padroeiro de Aragão, o abade beneditino São Vitoriano. O que parece ser certo é que os anos de 1675 e 1676 foram particularmente activos, nomeadamente na edição de parenética; na verdade, além da citada obra de Vitoriano Costa, no ano de 1675, se excluirmos os sermões, a viúva de Manuel de Carvalho imprime somente o *Promptuario moral de questoens praticas, e casos repentinos em a Theologia Moral* [...], de Bento Remigio

Noydens, uma obra que parece ter conhecido duas edições diferentes, ambas impressas pela mesma impressora em Coimbra, no referido ano. Toda a restante produção refere-se a sermões, alguns deles desaparecidos, como a *Oração funebre [...] nas exequias annuaes do Serenissimo Rey de Portugal D. Manoel [...]*, da qual se conhece uma outra edição impressa em Lisboa, por João da Costa, em 1672.

Da autoria de Jerónimo Ribeiro de Carvalho é o *Sermam na profissam de Soror Maria do Saluador [...]*, um dos sete títulos de parenética impressos pela viúva de Manuel de Carvalho em 1676; é, aliás, o único sermão desse autor que saiu da oficina da impressora. António Correia, por seu turno, é autor do *Sermão funebre nas exequias do Doutor Manoel Pereira de Mello [...]*, do qual existem duas variantes diferenciadas pela composição do título na folha de rosto. Manuel da Graça, no entanto, publicou dois sermões recorrendo à mesma oficina, o *Sermão de S. Ioam Euangelista [...]* e o *Sermam que na Festa de Nossa Senhora das Neues pregou o Doutor Fr. Manoel da Graça [...]*, ambos impressos no mesmo volume, opção que foi utilizada por diversas vezes por Maria Coutinha para edição de sermões; condição essencial para a realização dessas edições duplas era o facto de terem um autor comum. Tal como no caso de Frei Manuel da Graça, a viúva de Manuel de Carvalho publicou a *Soledade de Maria Sanctissima [...]* e o *Sermam da marauilhosa inuençam da Crus [...]*, ambos do doutor Francisco de Macedo, num único volume; o mesmo sucede com o *Sermão da Senhora da Lus [...]* e com o *Sermam das Soledades da Mãe de Deos [...]*, da autoria de Gonçalo da Madre de Deus Semblano.

Um pormenor que importa referir está relacionado com o facto de Maria Coutinha não imprimir este tipo de edições de sermões senão em 1675; na verdade, não vimos qualquer edição desse tipo anterior a esse ano, como não vemos nos anos posteriores. Em 1676, com efeito, imprimem-se diversos sermões, mas sempre em edições em que cada volume corresponde a um título. É o caso do *Sermam da Soledade da Virgem Santissima [...]*, de Cristóvão de Almeida, que conheceu duas edições diferentes nesse ano; é, também, o caso do sermão com um título similar, mas da autoria de D. Luís da Ascensão, do qual não conhecemos nenhum exemplar. Temos, ainda, outro *Sermão da Soledade da Virgem Santissima [...]*, da autoria de Luís Lobo, e *Sermão do dia do Iuizo [...]* nas mesmas condições. O Padre Lourenço Guedes é contemplado com a edição de dois dos sermões que pregou, o *Sermam das Lagrimas de S. Maria Magdalena [...]* e o *Sermam [...] Sobre o Euangelho da Dominga quinta post Epiphaniam [...]*, mas foram impressos separadamente.

Deste ano data, também, a maior parte das edições de obras de João Nunes Freire impressas pela viúva de Manuel de Carvalho; encontramos, então, uma edição das *Anotações ad rudimenta gramaticae* [...], quatro edições diferentes da segunda impressão das *Annotações ao genero, e preteritos, da arte noua* [...] e uma edição da terceira impressão da mesma obra. Na verdade, não sabemos a razão pela qual se imprimiu tantas edições da mesma obra num único ano, mas as diferenças são indubitáveis: a terceira impressão é distinguida pela clareza da inscrição do seu rosto, onde se indica que as *Annotações* [...] foram *nesta terceyra Impressão emendadas, e accrescentadas* [...]; as restantes edições desse ano indicam que foram *na segunda Impressão emendadas* [...].

O grande problema de tudo isto é que, a acreditarmos nas informações que nos são dadas por Diogo Barbosa Machado e por Inocêncio Francisco da Silva¹²⁴, todas estas edições pertencem, efectivamente, a uma terceira impressão da obra, com cinco edições, distinguidas da seguinte forma:

	Imp	Foliação	Assinaturas	Moldura do rosto	Erros	Licenças
A	2. ^a	[4], 104 pp.	[] ² , A-E ⁸ , F-H ⁴	Moldura composta por vinhetas tipográficas	Assinaturas: [] (=G2); [] (=H2) Paginação: 3 impresso no lado esquerdo da página	Gralha na penúltima licença 1679 (=1676)
B	2. ^a	[4], 104 pp.	[] ² , A-F ⁸ , G ⁴	Moldura composta por vinhetas tipográficas		Gralha na penúltima licença 1679 (=1676)
C	2. ^a	[4], 104 pp.	[] ² , A-F ⁸ , G ⁴	Moldura composta por vinhetas tipográficas		Sem gralha Penúltima licença 1676
D	2. ^a	100 pp.	A-F ⁸ , G ²	Sem moldura no rosto	Assinaturas: [] (=F2)	Sem licenças
E	3. ^a	[4], 83, [1br.] pp.	[] ² , A-E ⁸ , F ²	Sem moldura no rosto	Paginação: 8 (=3)	Sem gralha Penúltima licença 1676

De acordo com o quadro apresentado, verificamos a existência de três edições diferentes nesse ano, a primeira delas correspondente às três primeiras variantes, resultando de sucessivas correcções. Assim, na edição A, composta por quatro páginas

¹²⁴ Ambos os autores referem que a primeira edição da obra foi impressa pela primeira vez no Porto, por Manuel Cardoso, em 1635; a segunda edição seria de José Ferreira, impressa em Coimbra em 1673. A edição da Viúva de Manuel de Carvalho seria, portanto, a terceira (Cf. Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. II, pág. 714; Inocêncio Francisco da Silva, *op. cit.*, vol. IV, pág. 429).

sem numeração, correspondentes ao primeiro caderno, e por cento e quatro páginas impressas, apresenta os três últimos cadernos com quatro folhas; nas outras duas variantes, o antepenúltimo (assinatura F) e o penúltimo cadernos (assinatura G) são substituídos por um único de oito folhas (assinatura F), mantendo-se um de quatro folhas no final (assinatura G). De igual modo, os erros de assinaturas e de paginação são corrigidos, mas persistiu a gralha na data da penúltima assinatura, onde se lê o ano de 1679, quando a edição é de 1676, erro que só é corrigido numa terceira variante (edição C).

As edições D e E são distintas das anteriores pela ausência de filete no rosto e autonomizam-se uma em relação à outra pelo diferente número de páginas e pela organização dos cadernos.

Em resumo, num mesmo ano, encontramos três edições diferentes da obra, tendo a primeira delas três variantes. Não obstante, há que não esquecer o facto de a impressora ter colocado, no rosto de duas dessas edições, a indicação de se tratar da segunda impressão, o que não era verdade, como vimos; não sabemos se de um erro se tratou, corrigido só numa terceira edição; não podemos, no entanto, descartar a hipótese de ter existido contrafacção, provavelmente operada pela própria viúva de Manuel de Carvalho, reimprimindo várias edições da obra, identificadas como segunda impressão.

A obra tipográfica da viúva de Manuel de Carvalho fica quase completa: no ano de 1677, último de actividade, imprime somente três obras: as *Pontificias resolutiones* [...], apresentadas por Mateus Dias da Costa à Universidade de Coimbra, e duas obras de espiritualidade, o *Tractado da criação do mundo* [...], de Jorge da Silva, do qual não conhecemos qualquer exemplar, e a *Sciencia do mal, e do bem pera fugir ao peccado* [...], composta pelos jesuítas flamengos Filipe e Inácio, da qual Tomé Carvalho fizera uma edição em 1660, como vimos anteriormente.

10. Rodrigo de Carvalho Coutinho

No ano da morte de Tomé Carvalho e do conseqüente desaparecimento da sua oficina tipográfica surge, em Coimbra, um novo impressor com oficina própria: Rodrigo de Carvalho Coutinho. Nada sabemos sobre este impressor, excepto o facto de ter sido impressor privilegiado da Universidade de Coimbra, balizando-se a sua actividade entre os anos de 1672 e 1675. Através dos seus nomes de família, podemos especular que se pode tratar de um novo representante das famílias Carvalho que desenvolveram

actividade tipográfica nessa cidade ao longo do século XVII, isto é, descendente de Nicolau de Carvalho ou de Tomé Carvalho; na verdade, pode ser um filho ou neto deste último (juntando ao Carvalho de Tomé o nome Coutinho usado pela filha deste, Maria, a viúva de Manuel de Carvalho). No entanto, não temos qualquer indício que possa vir lançar alguma luz sobre este assunto.

Joaquim Martins Carvalho estabelece unicamente que na oficina deste impressor se imprimiu, a expensas de Manuel Rodrigues de Almeida, o *Missale Romanum*, um «livro volumoso (...) com muita variedade de typos, o que indica que a sua imprensa estava muito bem provida dos objectos necesarios para qualquer edição»¹²⁵; efectivamente, poderia tratar-se do equipamento tipográfico proveniente da oficina de Tomé Carvalho após a sua morte. Porém, não sabemos que obra é esta, porque não a descobrimos.

A especialidade de Rodrigo de Carvalho Coutinho eram os sermões e quase toda a sua obra se reduz a este tipo de edições. Em 1672 imprimiu apenas três: o *Sermam de Sancta Clara* [...], de António dos Arcanjos, o *Sermam da Purissima, e Immaculada Conceição da sempre Virgem Maria* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho e o *Sermam na Sexta feira de Lazaro* [...], de Jerónimo Peixoto da Silva. Mas, em 1673, deu à estampa dez sermões, que constituem toda a sua obra tipográfica desse ano: o *Sermam que ao recolher da procissão dos Passos pregou no Real Collegio de N. Senhora da Graça de Coimbra* [...] o Padre José de Oliveira; o *Sermam de S. Iozeph* [...], o *Sermam* [...] em o *Collegio de Santo Antonio da Pedreira* [...] e o *Sermam da Purissima, e Immaculada Conceição* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho; a *Oração funebre* [...] *Aos Soldados Portuguezes* [...] e o *Sermam dos Passos* [...], de Cristóvão de Almeida; o *Sermam na Festa de Nossa Senhora das Neves* [...], de Diogo César; o *Sermam do Dia de Cinza* [...], com duas impressões diferentes, de António de Sá; e o *Sermam da Cinza* [...], de Salvador do Espírito Santo, pregado na corte de Londres perante a rainha D. Catarina.

Em 1674 e 1675, Rodrigo de Carvalho Coutinho parece ter impresso muito poucas obras; assim, no primeiro ano, imprime somente um sermão (o *Sermam do Mandato* [...], de Gonçalo da Madre de Deus Semblano) e duas propostas de teses a defender na Universidade: as *Pontificias decisiones* [...], de Francisco Pinto da Cunha e as *Caesareas conclusiones* [...], de Miguel Rebelo. No seu último ano de actividade,

¹²⁵ Joaquim Martins Carvalho, *Apontamentos* [...], pág. 300.

imprimiu o *Manual de tudo o que se canta fora do choro* [...], de Frei Raimundo da Conversão e o *Missae Propriae Festorum Ordinis Fratrum Minorum* [...].

11. José Ferreira

José Ferreira foi um dos maiores impressores da Coimbra seiscentista, sobretudo pela extensão da sua obra. Natural de Santo André de Poiares, era filho de António Ferreira, morador naquela localidade e natural de Arrifana (freguesia de Santa Maria de Poiares), e de Margarida Ferreira, natural de Pereiro de Baixo (freguesia de Santo André de Poiares). Era neto paterno de Simão Ferreira, natural de Oliveira de Poiares, e de Isabel Gaspar, natural da referida localidade de Pereiro de Baixo. O seu avô materno era Francisco Ferreira, nascido nesta mesma localidade, e a sua avó materna era Margarida João, natural de Azenha de Poiares (freguesia de São Miguel).

Estas informações foram coligidas a partir do processo de habilitação a familiar do Santo Ofício¹²⁶, honra que obteve por carta de 26 de Fevereiro de 1665, que não indica a sua data de nascimento. Anos antes, tomou o hábito da Ordem Terceira da Penitência, no dia 6 de Fevereiro de 1663, tendo professado já depois de ser familiar do Santo Ofício, a 13 de Fevereiro de 1666, tornando-se síndico da sua irmandade nos anos de 1667 a 1670, 1675, 1677, 1681 e 1682; foi, ainda, eleito vice-ministro dessa Ordem no ano de 1701¹²⁷. Além disso, em 1686, foi juiz do povo, o que indicia a importância que adquiriu entre os seus vizinhos; não sabemos a data do seu casamento, mas parece ter sido casado com Catarina Baptista, como indica o assento de óbito dela:

Em os doze dias do mes de Abril de mil setecentos e sinco faleceo Com todos os sacramentos Catherina Baptista mulher de Josepe Ferreira desta freguesia seo corpo foi a sepultar a Igreja dos Religiozos de S. françisco da ponte em fee de *que fiz este termo que asignei*

dia mes e anno ut Supra

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos¹²⁸

Apesar de não se indicar que este José Ferreira era o impressor conimbricense, parece tratar-se da sua esposa, não só porque foi sepultada na igreja dos franciscanos,

¹²⁶ Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «José», Maço 2, diligência n.º 31.

¹²⁷ Segundo informação de José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pp. 128-129.

¹²⁸ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 78.

onde se inumavam os irmãos da Ordem Terceira, mas também porque o próprio José Ferreira foi aí sepultado quando faleceu, a 21 de Maio de 1707:

Em os vinte e hum do mes de Mayo de mil setecentos e sete faleço com todos os sacramentos Josepe ferreira Liureiro da Rua das fangas desta freguesia seo corpo foi sepultado na Igreja de S. francisco da Ponte e fez testamento no qual dispos da Sepultura em fee de *que fiz este termo que asignei*

dia mes e anno ut supra.

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos¹²⁹

José Pinto Loureiro refere que José Ferreira estaria já instalado como livreiro em 1663, em casa contígua à de Manuel Rodrigues de Almeida, tendo aí montado a sua imprensa em 1676¹³⁰; não obstante, esta data estará errada, visto que encontramos obras por ele impressas pelo menos a partir de 1671¹³¹.

O mesmo autor indica-nos que José Ferreira «*interveio num instrumento de fiança (22-III-1675) em que hipotecou especialmente a “sua impressão que lhe custou passante de seiscentos mil réis” para garantia do dinheiro do almoxarifado de que era tesoureiro*»¹³² e em 1678 «*era possuidor de um quintal emprazado pela Câmara entre S. Domingos e Santa Justa*»¹³³.

A carreira de José Ferreira ter-se-á iniciado, então, em 1671, com a impressão do *Epitome, e breue explicação das Ceremonias da Missa* [...], de Belchior de Helumo, traduzida do castelhano por Baltasar Guedes, do qual não conhecemos a existência de qualquer exemplar sobrevivente desta edição. O impressor estava, porém, indubitavelmente activo em 1672, ano em que imprime um importante conjunto de obras. Entre elas, podemos identificar vários sermões de diversos autores, como Cristóvão de Almeida (*Sermão do S.^{mo} Sacramento* [...]), Luís da Ascensão (*Sermão na Sesta Feyra de Lazaro* [...]), *Sermão na Profissão de h^{ba} Religiosa de S. Bento* [...]), Jerónimo Ribeiro de Carvalho (*Sermão do Mandato* [...]) e Cristóvão de Fóios (*Sermam do Glorioso Sam Francisco de Borja* [...]). Além disso, temos vários fascículos referentes a teses universitárias: as *Pontificias conclusiones* [...], de José Pereira de Aguiar; a *Pontificia theoremata* [...], de António Rebelo da Fonseca; as *Conclusiones logicas* [...], de Cristóvão Borges Leal; e as *Theses Pontificias* [...], de Francisco da

¹²⁹ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 81.

¹³⁰ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 128.

¹³¹ *Epitome, e breue explicação das Ceremonias da Missa traduzido de Castelhana de Fr. Belchior de Helumo Franciscano pelo P. Balthezar Guedes* [...], Coimbra, José Ferreira, 1671.

¹³² Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 129.

¹³³ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 129.

Mota. O conjunto relativo a 1672 completa-se com o *Espelho de Confissam* [...], do jesuíta Emerico de Bonis, com as *Curiosas Aduertencias da Boa Grammatica* [...], de Bartolomeu Rodrigues Chorro e com o *Tratado Panegyrico em Louuor da Villa de Barcellos* [...], de Pedro de Poiares.

O fôlego revelado pela oficina para a edição de um grupo elevado de obras em 1672 não esmorece nos anos seguintes. Em 1673, ano em que imprime os *Officia Sanctorum* [...] dedicados pelo Padre Manuel Mendes Vieira ao conde de Miranda, D. António Rosendo de Sousa, dá à estampa uma edição das *Annotaçoens aos Generos, e Preteritos da Arte Noua* [...], de João Nunes Freire, identificada como sendo a terceira impressão; imprime, ainda, o *Abbreuiado compendio das Indulgencias do Rosario, colhido do bullario* [...], de Manuel de Sousa Galo, e os *Casos Raros da Confissam* [...], de Cristobal de la Vega, traduzidos para português por Baltasar Teles. As restantes obras impressas nesse ano pertencem a dois tipos que já conhecemos: de um lado, a parenética, com a edição do *Sermão do Mandato* [...] de Luís da Ascensão, do *Sermão* [...] *na Festa do Rosario* [...] de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, do *Sermam de Sam Lourenço* [...] de Manuel da Graça e do *Sermão do Mandato* [...] de Pedro Soares; do outro, os projectos de teses universitárias, imprimindo as *Pontificias conclusiones* [...] de Vicente Amado de Brito, as *Caesareas conclusiones* [...] de André Lopes de Laura, as *Pontificias conclusiones* [...] de António Carneiro de Morais e as *Conclusiones canonicas* [...] de António Ramires Vitória.

Este último tipo de obras é predominante na produção tipográfica da oficina em 1674 e explica o grande número de títulos impressos. Temos, assim, as seguintes teses:

Gaspar Mouzinho de Albuquerque	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
Luís Loureiro de Albuquerque	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Pedro Mendes Alvers	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Miguel Pais de Amaral	<i>Conclusiones logicas</i> [...]
Jorge Freire de Andrade	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel Jácome Barbosa	<i>Conclusiones</i> [...]
Luís Rebelo de Carvalho	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
Martim da Costa Chaves	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
João de Mendonça Corte Real	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
José da Costa	<i>Conclusiones logicae</i> [...]
João Pereira da Cunha	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]

Estanislau de Faria	<i>Assertionum metaphysicarum [...]</i>
Jorge Carneiro Henriques	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
João Rebelo de Horta	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Manuel Pereira de Lacerda	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
João Mascarenhas	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Rui Teles de Meneses	<i>Pontificias disceptationes [...]</i>
Carlos Pinto de Miranda	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
João de Deus	<i>Conclusiones physicas [...]</i>
António Bravo de Alcáçova Pacheco	<i>Caesareas conclusiones [...]</i>
Francisco de Sousa Pacheco	<i>Conclusiones pontificias [...]</i>
Manuel Pereira Peres	<i>Florilegia pontificia [...]</i>
Raimundo de Mesquita Pimentel	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Vicente Ferreira da Pina	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Manuel da Costa Ramalho	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Feliciano da Silva	<i>Centum juris principia per novem conclusiones [...]</i>
António Ferreira Sousa	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
João de Sousa	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
António Manuel Teles	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>

Além deste conjunto, temos um único sermão impresso em 1674, o *Sermam de Santa Thereza [...]* de Jerónimo Ribeiro de Carvalho; porém, as obras de religião não se limitam a este sermão, já que se imprime duas obras de espiritualidade: a *Cartilha para saber ler em Christo, & Compendio Do Liuro da Vida Eterna [...]* do Padre António Pimentel, e a *Imitação de Christo [...]* de Tomás de Kempis, traduzida por Geraldo Lopes. O conjunto de livros impressos nesse ano na oficina de José Ferreira completa-se com o *Prognostico, e Lunario do Anno de 1675 [...]* do Padre João Coelho.

O panorama que se verifica relativamente ao ano de 1675 é semelhante: a esmagadora maioria dos títulos impressos refere-se às teses universitárias, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Bento de Sousa de Almeida	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Cláudio Grugel de Amaral	<i>Pontificii juris proponuntur asseueratione [...]</i>
José da Cunha e Andrada	<i>Velitares prolusiones in aperto caesarei juris [...]</i>
Lourenço Barbosa	<i>Resolutiones apollineas [...]</i>

João Soveral de Barbuda	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
Clemente Carneiro	<i>Pontificias relectiones</i> [...]
André Freire de Carvalho	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Bernardo de Amaral Castelo Branco	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
José Carti Castelo Branco	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
João Ferreira Du Bos	<i>Caesareas resolutiones</i> [...]
Bernardo Correia de Lacerda	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
António Pereira do Lago	<i>Pontificii juris solutiones</i> [...]
Manuel Lopes Laura	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Luís Viegas Leitão	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
António Pegado de Lima	<i>Conclusiones pontificias</i> [...]
António de Sousa Pinto Magalhães	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Fernando da Silva Manuel	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
António de Mdeiros	<i>Theses ex universa philosophia</i> [...]
Francisco Rodrigues Mendes	<i>Conclusiones iuris canonici</i> [...]
Francisco de Barros Monteiro	<i>Conclusiones pontificias</i> [...]
Guilherme Gomes Mourão	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
Pedro Baptista de Oliveira	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Jacinto Pacheco	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Agostinho da Silva Rodrigues	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Sebastião Rodrigues	<i>Caesareas resolutiones</i> [...]
Mateus Borges de Sequeira	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Francisco do Vale Sotomaior	<i>Canonicas conclusiones</i> [...]
António Ferreira de Sousa	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
João de Sousa	<i>Pontificias resolutiones</i> [...]
José Teixeira	<i>Conclusiones ex meliori philosophia</i> [...]

Conforme ficou dito, este é o maior grupo tipológico das obras saídas da oficina de José Ferreira em 1675; logo em seguida, vem a parenética, imprimindo-se o *Sermão da Conceição da Virgem Maria Nossa Senhora* [...], o *Sermão do Glorioso Sam Ioseph* [...] e o *Sermão da Quarta Domingo da Quaresma* [...], todos de António de Sá. Das restantes obras, duas versam, também, sobre temas religiosos, o *Thesouro do Ceo* [...] de Luís de São Francisco, e o [...] *retrato debuxado do Beato Padre Fr. Ioam da Cruz* [...], uma obra anónima. Por fim, imprime-se as *Obseruationes Practicae* [...] de Miguel de Reinoso, uma edição dedicada ao bispo conimbricense D. Frei Álvaro de São Boaventura.

Em 1676, há muito menos teses académicas a ser impressas na oficina, o que implica uma drástica diminuição no número de títulos impressos; mesmo assim, esses trabalhos são os seguintes:

Fernando Correia de Lacerda	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Miguel de Paiva Mascarenhas	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel de Brito Pereira	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel Ribeiro	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel Barreto Tavares	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]

À semelhança dos anos anteriores temos, também, um sermão: o *Sermam das lagrimas da Magdalena* [...] de José de Oliveira; além dele, há o anónimo *Liuro Intitulado Cuydayo bem: ensina o meyo breue, facil, e seguro para se saluar, acrecentado com a Filosofia do uerdadeiro Christão, e com hum exercicio quotidiano para o mesmo fim, que praticaua o Principe de Portugal D. Theodosio* [...], e os *Desenganos pera a Medicina, ou Botica pera todo Pay de Familias* [...], de Gabriel Grisley.

Em 1677, a situação volta a inverter-se, de tal modo que encontramos uma grande quantidade de impressos referentes a provas universitárias:

	[<i>Octava et nona conclusio</i>] ¹³⁴
Francisco Mouzinho de Albuquerque	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
António de Moraes e Antas	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Pedro Gomes de Antas	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Pedro Correia Barbosa	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
João Gomes de Castro e Câmara	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel de Carvalho	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Eduardo Caldeira Castelo Branco	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
António Gonçalves Freitas	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Diogo de Mesquita de Macedo	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
António Supico de Moraes	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Lourenço da Natividade	<i>Conclusiones theologicas</i> [...]
António de Brito Pereira	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Lourenço Carneiro Rotea	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]

¹³⁴ Encontrou-se somente as duas últimas folhas do fascículo.

Manuel Henriques Sacoto	<i>Pontificias decisiones [...]</i>
Francisco Rodrigues da Serra	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
Francisco Cordeiro da Silva	<i>Theses caesareas [...]</i>
Manuel Soares	<i>Pontificias conclusiones [...]</i>
António Martins Vinagre	[...] <i>juris ciuilis aliquorum iurgium novem contentorum thesibus [...]</i>

A estas obras acrescem dois sermões – o *Sermam do Mandato* [...], de Luís da Ascensão e o *Sermam do Rosario* [...], de João Coelho, e três obras de espiritualidade – os *Soliloquios, em que hum peccador arrependido, falla com Deos, disposiçoens para bem se confessar, & industrias para bem morrer* [...], traduzidos pelo beneditino Jorge de Carvalho, os *Cristaes da Alma* [...], de António de Escobar Mendonça e os *Casos raros da confissam* [...], de Cristobal de la Veja, traduzidos por Baltasar Guedes.

Igualmente de espiritualidade é a *Escola de Oraçam* [...], composta pelo castelhano Frei João de Jesus Maria e traduzida pelo mesmo Baltasar Guedes, a qual, juntamente com o *Compromisso da Misericordia da Cidade do Porto* [...], constitui o lote de obras impressas por José Ferreira em 1678; em 1679 o conjunto é, ainda, mais reduzido, pois imprime somente uma edição da *Instruçam da cauallaria de brida* [...], de António Pereira Rego.

No ano de 1680, o número de obras impressas volta a aumentar, muito por responsabilidade das obras jurídicas de Manuel Mendes de Castro, dando-se à estampa o *De Annonis Ciuilibus Lib. XI.* [...], o *Ad Celebrem Iustitiani Constitutionem* [...], e os dois tomos da *Practica Lusitana* [...]. Além delas, imprime-se o *Tratado de Auisos de Confessores* [...], de D. Frei Timóteo dos Mártires, em segunda edição financiada pelo mercador de livros bracarense Manuel Correia Pereira, e o *Sermam do Patriarcha S. Agostinho* [...], de António dos Mártires.

O ano de 1681 ficou marcado pela impressão de diversas obras ligadas à Igreja católica romana, de diversos tipos, além do primeiro tomo do *Tractatus de testamentis* [...] do jesuíta Francisco Pinheiro. Entre as obras referidas, encontramos a segunda edição da *Summa Breue dos Casos Reseruados do Arcebispado de Braga* [...], coligidos pelo abade de São Cipriano de Refontoura, Padre Manuel de Barros e Costa, contendo o *Tratado de Auisos de Confessores* [...], ordenado por D. Frei Bartolomeu dos Mártires no tempo em que foi arcebispo de Braga; relativo a este prelado, encontramos também a segunda edição do *Concilium Prouinciale Bracharense* [...], com as conclusões da

reunião do clero presidida pelo arcebispo em 1566, promulgadas por Inocêncio XI, em Roma, a 2 de Março de 1679. Finalmente, há ainda uma hagiografia, da autoria de Luís de São Francisco, intitulado *Epitome da breue, mas portentosa uida, e morte da gloriosa uirgem S. Rosa* [...].

No ano seguinte, parece que só se imprimiram três obras, uma de cada tipo: um sermão – o *Sermam da Terceira Dominga do Aduento* [...], de Gregório Figueiroa, uma de poesia religiosa – os *Quartetos e sextilhas eucharisticas* [...], de Luís de São Francisco, e um projecto de tese universitária – as *Caesareas conclusiones* [...], de Manuel de Monte Lança. Em 1683, há apenas duas edições: uma reedição dos *Soliloquios, em que hum peccador arrependido, falla com Deos, disposiçoens para bem se confessar* [...], e uma obra igualmente relacionada com a confissão, também em reedição, os *Casos raros da confissam* [...] de Christobal de la Veja, traduzidos por Baltasar Teles.

O segundo tomo do *Tractatus de testamentis* [...], de Francisco Pinheiro, surge em 1684, ano em que se imprimem, também, as *Constituições Synodaes do Bispado de Viseu* [...], ordenadas pelo bispo D. João Manuel, e as *Obras Espirituaes Posthumas do Venerauel Padre Fr. Antonio das Chagas* [...]. Esta obra foi reeditada logo no ano seguinte, período em que se imprimiram várias outras obras de espiritualidade, como a *Arte de Bem morrer* [...] de Júlio César Recupito ou os *Auisos do Pastor Diuino* [...], de António Brandão Ribeiro. Da oficina saíram, ainda, nesse ano, vários sermões, como o *Sermam da Festa do S. Cristo do Arnado* [...], o *Sermam do Santissimo Sacramento* [...], e o *Sermam* [...] *Em a Festa da Circuncizam* [...], todos de Manuel da Madre de Deus de Miranda, e o *Sermam da Quinta Quarta feira da Quaresma* [...], de Francisco de Santa Maria. O único livro que não estaria ligado à religião seria o *Colloquio jocoso entre hum Estudante, e hum pastor em que se declarão os nomes, e effeitos dos Planetas, e Signos celestes com o prognostico do anno de 1686* [...], de António Pimenta, do qual não conhecemos nenhum exemplar sobrevivente.

Em 1686 imprimiram-se vários sermões, a *Regra dos Irmaons seculares da Santa, & Veneravel Ordem Terceira da Penitencia* [...], da qual não foi possível localizar qualquer exemplar, e uma nova edição da *Axiomata, et Loca Communia Iuris* [...], de Simão Vaz Barbosa. Os sermões impressos foram os seguintes: *Sermam* [...] *Nas Festas do Desterro* [...], de Manuel da Conceição; *Sermam da Festa dos Reis* [...], de Rodrigo de Lencastre; *Sermam do Apostolo do Oriente S. Francisco Xavier* [...], de

Jerónimo Ribeiro; *Sermam [...] Na Capella Real Dia do Apostolo S. Thome [...]*, de António de Sá.

No ano de 1687 apenas se imprimiu o *Sermão das Lagrimas de Sam Pedro [...]*, de Jerónimo Ribeiro de Carvalho e o *Norte Espiritual da Vida Christam [...]*, de João da Fonseca, mas, em 1688, o número de títulos impressos aumenta. Imprime-se o *Compendio Manual da Regra da Sempre Illustre, Venerauel, & Seraphica Ordem Terceyra [...]* e, no capítulo da parenética, edita-se o *Sermão do Euangelista Sam Marcos [...]*, de João de Sousa de Carvalho, o *Sermam do Outauario do Santissimo Sacramento [...]*, de Manuel da Madre de Deus de Miranda, e ainda uma colectânea reunida sob o título *Sermões do Padre Doutor Fr. Ioseph de Oliueira [...]*. Além destas obras, imprime-se as *Iuridicas Phaetras [...]*, as conclusões apresentadas nas provas académicas de Francisco Barroso Faria.

Em 1689, deu-se à estampa, essencialmente, sermões de diversos pregadores: a reedição do *Sermão do Evangelista Sam Marcos [...]*, de João de Sousa Carvalho; o *Sermão dos Passos [...]*, de Manuel da Conceição; o *Sermão dos Passos [...]*, de António de Sá; o *Sermão da Terceira Sexta feira da Quaresma [...]*, de Francisco Vieira; e o *Sermão da Annunciaçam da Senhora [...]*, do mesmo autor. Além deles, apenas se imprimiu a obra de medicina de Pietro Bairo, *De medendis humani corporis malis enchiridion [...]*.

Em 1690, imprimiu-se vários sermões, mas apenas um foi objecto de edição em separado: o *Sermam em o Prestito, que a Insigne Universidade de Coimbra fez à Igreja da Rainha Santa [...]*, de José de Oliveira. Todos os restantes sermões impressos nesse ano encontram-se na edição de *Acroamas Panegyricos com que a Santa Cathedral Igreja de Coimbra Recebeo, Venerou, Aplaudio a Sagrada Reliquia do novo Thaumaturgo Hespanhol, o Santissimo, e Illustrissimo Arcebispo de Valença S^{to} Thomas de Villa-Noua [...]*, de pregadores como o Doutor Luís de Loureiro e Albuquerque, cónego de Coimbra, ou o beneditino Frei Inácio de Ataíde. São, também, desse ano, as *ContituiçoOs Synodaes do Bispado do Porto [...]*, ordenadas pelo bispo D. João de Sousa, além do *Regimento do Auditorio Ecclesiastico [...]* da mesma diocese, que lhes aparece associado.

A produção até 1696 é mais escassa: em 1691 apenas se imprime dois sermões – o *Sermam da Conceiçam Immaculada da Virgem Maria [...]*, de António dos Mártires e o *Sermam Pregado no Auto da Fé, que se celebrou na Cidade de Coimbra em o Atrio de S. Miguel na primeyra Dominga de Julho de 1691 [...]*, de José de Oliveira; de 1692

é só o *Summario das Graças e perdoens que o S^{to} Padre ora Concedeo aos Confrades da Confraria do Nome de IESV Cituada na Capella de jesu na Villa de Viana Arcebispado de Braga*.. Não encontrámos qualquer livro posterior a este e anterior a 1695, ano em que se estampa o *Regimento dos Capitaens Mores, e mais Capitaens, e Officiaes das Companhias da gente de Cauallo, & de pè* [...] e uma nova edição do *Liber utilissimus* [...], de António Cardoso Amaral.

O ano de 1696, por seu turno, pauta-se pela variedade de géneros no conjunto de obras impressas. Editam-se três sermões – o *Sermão na Sesta Feira de Lazaro* [...], de Luís da Ascensão, o *Sermão da Soledade da Virgem Maria* [...], de Urbano de Santo António e o *Sermão do Sagrado Descendimento de Christo Senhor Nosso* [...], de João de São Francisco. Ainda no campo da religião, temos o *Liuro de rezar* [...], de Jácome Carvalho do Canto e o *Thesouro do ceo descoberto no campo franciscano* [...], de Luís de São Francisco. Mas, num campo diferente, encontramos as *Pontificias conclusiones* [...], apresentadas por José de Melo à Universidade de Coimbra para o cumprimento de provas académicas e duas obras jurídicas: a *Practica Lusitana* [...], de Manuel Mendes de Castro e os *Commentaria in L. ex hoc jure D. de Justicia, et Jure* [...], de Bento Gil (ou Egídio).

Este “retorno” da tipografia seguiu esta variedade tipológica: em 1697 imprimem-se dois sermões de autos da fé (o [...] *que se celebrou no Terreiro de S. Miguel em 17. de Outubro de 1694* [...], de Aires de Almeida e o [...] *que se celebrou na cidade de Coimbra, em domingo 25 de Novembro de 1696* [...], de João de Sousa Carvalho), uma obra de espiritualidade (*Luzes do Ceo, descobertas nas sombras da Paixam do Redemptor do Mundo* [...], de Francisco de Aracaeli) e uma tese universitária (*Pontificias conclusiones* [...], de Luís Vaz Coimbra).

Em 1698, aumenta-se o número de títulos. Surgem, os seguintes sermões: o [...] *de Sam Bernardo* [...], de Mateus de Matos Botelho; o [...] *do Glorioso Patriarcha Sam Bento* [...], de António da Costa; e o [...] *do Glorioso Patriarcha Sam Domingos* [...], de Manuel de Santa Rosa de Viterbo - além de uma colectânea de sermões da autoria de Jorge da Natividade, as *Centurias Predicaueis dos Euangelhos das Domingas, Segundas, Terças, Quartas, Quintas, Sestas, & Sabados da Quaresma*.. Imprime-se, igualmente, um conjunto de teses académicas, que são as seguintes:

Tomás Dias Cação	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Paulo de Carvalho	<i>Dissertationes pontificias</i> [...]

João de Mendonça	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
João de Araújo Ferreira Rebelo	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Leonardo de Carvalho e Silva	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
Afonso de Araújo Tavares	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]

A juntar a estas obras, para 1698, temos o *Tractatus Triplex* [...], obra jurídica de Bento Gil.

No que diz respeito ao ano de 1699, não obstante existir alguma variedade, há um grupo tipológico claramente dominante, que diz respeito às propostas de teses académicas:

Lázaro Leitão Aranha	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Francisco Bruno Baracho	<i>Juris Pontificij contentiones</i> [...]
Luís Quifel Barbarino	<i>Juris Pontificij conclusiones</i> [...]
Simão Vieira da Camba	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Caetano Lopes Ferreira	<i>Fluctus ex Uniuerso Philosophiae</i> [...]
Aloísio de Abreu e Freitas	<i>Caesareas theses</i> [...]
António Lencastre	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Lourenço Lopes	<i>Bellonae</i> [...]
Jacinto da Costa Matos	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Rodrigo César de Meneses	<i>Pontificias theses</i> [...]
António de Sá Moraes	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Manuel Rodrigues Pinheiro	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
Rodrigo de Melo e Silva	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]
António da Cunha Sotomaior	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
José Sotomaior	<i>Pontificias conclusiones</i> [...]

O segundo tipo de obras com relevância refere-se às poesias destinadas a ser cantadas em dias festivos, denominadas *Villancicos que se cantaram na See do Illustrissimo Senhor Dom Ioam de Mello Bispo Conde Nas Matinas, & Festa de Natal de 1699*; a última obra a referir é o *Tratado da Veneranda, et Prodigiosa Imagem do Senhor de Bouças de Matozinhos* [...], da autoria de António Coelho de Freitas.

No último ano do século, parece não se ter dado lugar à impressão de teses universitárias, mas subsiste o mesmo tipo de *vilancicos*, em duas edições, adaptadas para as festas: *Nas Matinas, & Festa do Natal Anno 1700.* e *Nas Matinas, & Festa de*

Reys de 1700. A estas obras podemos juntar, no capítulo da religião, dois sermões e três obras de espiritualidade; no primeiro grupo, apontamos o *Sermão da Primeira Dominga do Aduento* [...], de Luís da Ascensão e a *Oração Funebre e Panegyrica nas Exequias da Rainha Senhora Nossa D. Maria Sofia Izabel* [...]. Em relação à espiritualidade católica, imprimiu-se o *Pan partido em pequeninos para pequeninos da casa de Deos* [...], de Manuel Bernardes, os *Pensamentos Christãos* [...], de Dominique Bouhours e as *Obras Espirituaes Posthumas* [...], de António das Chagas. A produção tipográfica desse ano fica completa com a jurisprudencia de Bento Gil, que publica três obras: os *Commentaria ad Leg. Prim. C. de Sacros Eccles. Sex Partibus Distributa Opus Practicis, ac Scholasticis disputationibus contextum* [...]; os *Commentariorum in L. ex hoc Jure ff. de Justit. et Jur. Tomus II Uniuersam Contractum Materiam generatim amplectens* [...]; finalmente, os *Commentaria in L. ex hoc Jure ff. de Justit. et Jur. Tom. I et II. Primus ad Singula Text. Verba Pertinens varijs juxta vnumquodque eorum quaestionibus constat. Secundus Vniuersam Contractuum Materiam generatim amplectitur* [...].

A partir do início do século XVIII, a obra de José Ferreira é mais escassa e nunca ultrapassa a impressão de duas obras por ano, até 1707, em que a oficina é encerrada por morte do seu titular e proprietário. Os livros setecentistas impressos na oficina são os seguintes:

1701	Luís da Ascensão	<i>Sermão da Cinza</i> [...]
	João Lanspergio	<i>Settas do Amor Diuino</i> [...]
1703		<i>Regra do Nosso Glorioso Padre S. Bento</i> [...]
1704	Miguel Furtado	<i>Sermão do acto da fee que se celebrou em Coimbra no Terreyro de S. Miguel em Março de 1704</i> [...]
1706	Cristóvão de Aguirre	<i>Diffiniçoens moraes</i> [...]
	Cristóvão de Santa Maria	<i>Sermão</i> [...] <i>No auto publico da fee que se celebrou em o Terreyro de São Miguel da Cidade de Coimbra, Domingo vinte & cinco de Julho de 1706</i> [...]
1707	José de Oliveira	<i>Sermam que pregou no auto da fe, que se celebrou no Rocio</i> [...] <i>em domingo 6 de Nouembro do anno de 1707</i> [...]

12. Manuel Rodrigues de Almeida

Manuel Rodrigues de Almeida foi testemunha no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício de José Ferreira, assinando o respectivo auto e sendo aí mencionado como livreiro, tendo na altura (22 de Janeiro de 1665) trinta e seis anos de idade¹³⁵. José Pinto Loureiro, seguindo Joaquim Martins de Carvalho¹³⁶ dá-o como nascido no lugar de Arrancada, freguesia de São Pedro de Valongo, concelho de Águeda, e defende que «já em 1661 era mercador de livros, com loja na primeira casa do lado direito, logo ao princípio da Rua das Fangas (Rua Fernandes Tomás), quando se sobe»¹³⁷, contígua à casa do mercador de livros José Ferreira. Indica, igualmente, que Manuel Rodrigues de Almeida era familiar do Santo Ofício¹³⁸. Nas mesmas casas onde vivia instalaria a sua oficina de impressão, activa a partir de 1679.

Casou com Ana Lamega em data incerta, como consta do assento de óbito da sua esposa, falecida a 24 de Junho de 1700:

Em os vinte e quatro dias do mes de Junho de Mil e sete Centos annos faleceo nesta freguesia de s. Cristóvão Com todos os sacramentos Anna Lamega Molher de Manoel Rodrigues de Almeida não fes testamento seu corpo está sepultado dentro da Jgreia do Cruzeiro pera sima

em fee de que fiz este termo que asignei dia Mes e anno ut supra,

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos¹³⁹

Manuel Rodrigues de Almeida sobreviver-lhe-ia cerca de três anos, falecendo a 26 de Setembro de 1703:

Em os vinte e seis dias do mês de 7^{bro} de mil e setecentos e tres annos faleceo Manuel Rodriguez de Almeida dessa freguesia com todos os sacramentos seu corpo foi sepultado dentro na Jgreia defronte do altar de Nossa senhora acima do cruzeiro

em fee de que fis este termo que asignei dia mes e anno vt supra

a) O Prior encomendado Antonio Ferreira dos Sanctos¹⁴⁰

¹³⁵ Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «José», Maço 2, diligência n.º 31.

¹³⁶ Cf. Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos* [...], pp. 301-302. J. Martins de Carvalho refere que Manuel Rodrigues de Almeida era natural de Arrancada, freguesia de São Pedro de Valongo, concelho de Águeda, filho de Manuel Francisco e Madalena Rorigues de Almeida. Diz, além disso, que esse impressor estabeleceu a sua oficina nas casas onde vivia, no ano de 1680, informação repetida por José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 128.

¹³⁷ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 128.

¹³⁸ Lisboa, ANTT, Habilitações do Santo Ofício, «Manuel», Maço 19, diligência n.º 492. Agradeço à Professora Doutora Maria Fernanda de Olival a indicação deste processo.

¹³⁹ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de São Cristóvão (1614-1652), fl. 66v.º.

¹⁴⁰ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 73v.º.

A sua obra tipográfica decorre de 1679 a 1702, iniciando-se com a *Breue explicação dos casos reservados nas Constituições deste Arcebispado de Lisboa, & em algúas dos outros Arcebispados deste Reyno de Portugal* [...], único livro impresso no primeiro ano de actividade. Em 1680, no entanto, imprime-se já quatro obras, todas de parenética: o *Sermam da Dominga Sexta da Quaresma* [...], de Cristóvão de Almeida, o *Sermaõ do Mandato* [...], o *Sermam da Confissam* [...] e o *Sermam das penitentes lagrimas da Santa Magdalena* [...], todos de João de Carvalho. Em 1681, o número de obras desce, mas a sua tipologia mantém-se, imprimindo-se o *Sermam do desgrauo de Christo* [...] e o *Sermam do Sabbado Sexto da Quaresma* [...], ambos de Cristóvão de Almeida.

Em 1682, imprimiu-se, apenas, a obra jurídica de Álvaro Vaz, ou Valasco, *Reperiuntur in initio summa quaestionum capita, & duo locupletissimi, indices, alter legum juris communis* [...], que apresenta duas variantes.

No ano seguinte nada parece ter sido imprimido e, por isso, só em 1684 se retoma a produção da oficina, com duas obras de João Nunes Freire sumamente conhecidas: as *Annotações ad rudimenta grammaticae* [...] e as *Annotações aos generos e preteritos da arte noua* [...].

A edição de parenética é retomada em 1685, com dois sermões da autoria de Francisco de Santa Maria, o *Sermam da primeira oytava da Paschoa* [...] e o *Sermam da Visitaçam* [...]. Nada mais se imprime nesse ano, mas no seguinte imprime-se sete sermões: o [...] *do Glorioso Martyr Sam Sebastian* [...], de Amador da Conceição; o [...] *da Quarta Dominga da Quaresma* [...] e o [...] *na celebridade de N. Senhora de la Antigua* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho; o que foi pregado [...] *na Festa da Coroa de Espinhos de Christo N. S.* [...], por Manuel da Conceição; o que foi feito [...] *As Religiosas do Mosteiro do Salvador* [...] por de Álvaro Leitão; o da [...] *Sexta feira do Paralitico* [...], de José de Faria Manuel; e o pregado [...] *A Justiça na Bahia* [...] por António de Sá. O repertório das obras impressas em 1686 fica completo com o segundo tomo do *Consultationum ac rerum judicatarum in Regno Lusitaniae* [...], de Álvaro Vaz (ou Valasco), e com uma edição da *Luz da Medicina* [...], de Francisco Morato Roma.

Em 1687, dá-se continuidade à impressão de parenética, que constituiu o maior grupo tipológico de obras produzidas na oficina de Manuel Rodrigues de Almeida, uma tendência que, aliás, se verifica em todas as outras oficinas operantes em Coimbra neste período. No entanto, esta oficina, no referido ano, imprime somente um sermão,

simultaneamente a sua única obra: o *Sermão da Gloriosa Santa Luzia* [...], de Manuel de Azevedo, que apresenta duas variantes diferenciadas através do rosto e das assinaturas dos cadernos.

No ano seguinte, 1688, volta a imprimir um só sermão, o *Sermam das Almas* [...], de Amador da Conceição, mas imprime também uma edição da *Arte do cantochão* [...], de Matias de Sousa Vilalobos, e um volume contendo os *Villancicos que se cantaram na See do Illustrissimo Senhor Dom Ioam de Mello Bispo Conde, Nas Matinas, & festas dos Reys de 1688*, que saiu sem data. A edição de um volume deste tipo é repetida em 1689, com os das [...] *Matinas, & festa do Natal de 1689*, única obra que sai dos prelos de Manuel Rodrigues de Almeida nesse ano.

Em 1690, imprimem-se três obras de diferentes tipos: um sermão (o *Sermão na Primeira Sesta feira da Quaresma* [...] de António de Sá), um fascículo referente a provas académicas (o *Pontificum* [...], de Manuel Moreira da Costa) e uma edição de vilancicos ([...] *Nas Matinas, & festas dos Reys de 1691*). Logo no ano seguinte, surge nova edição destes cantos, para as [...] *Matinas, & festa do Natal de 1691*, mas a obras mais importantes impressas nesse ano de 1691 são o *Inchiridion de Missas Solemnnes e Votiuas* [...], de Matias de Sousa Vilalobos e o *Processionarium Monasticum* [...] da Ordem de São Bento.

Novas edições de vilancicos surgem nos anos de 1692 e 1693, correspondentes às celebrações do Natal ou dos Reis Magos, como se verifica pelos títulos:

1692	[...] <i>Nas Matinas, & festa do Natal de 1692</i>
1692	[...] <i>Nas Matinas, & Festas do [sic] Reys de 1693</i>
1693	[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reys de 1694</i>

A diferença que existe entre os dois referidos anos tem a ver com o facto de, em 1692, nada mais se imprimir além das duas citadas edições, enquanto que, em 1693, parece ter-se impresso uma edição da *Pratica de Barbeiros* [...], de Manuel Leitão, embora não tenhamos conhecimento de qualquer exemplar que tenha subsistido.

Em 1694, só se imprime o *Sermam de S. Gonçalo* [...], de Cristóvão de Lisboa e, no ano seguinte, a obra tipográfica da oficina resumir-se-ia à edição de parenética, não fora a impressão do *Processionarium ad usum* [...] no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em 1695, imprimiu-se, também, o *Sermam do Santissimo Sacramento* [...] e o [...] *na Festa do Rosario* [...], ambos da autoria de Jerónimo Ribeiro de Carvalho.

Os anos de 1696 e 1697 caracterizam-se pela impressão de edições de vilancicos, repartidos da seguinte forma:

1696	[...] <i>Nas Matinas, & Festa de Natal de 1696.</i>
1696	[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reis de 1697.</i>
1697	[...] <i>Nas Matinas, & Festa do Natal de 1697.</i>
1698	[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reis de 1698.</i>

Em 1698, parece que nada se imprimiu e, em 1699, temos apenas o *De Munere Judicis Orphanorum* [...], de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim. A obra tipográfica de Manuel Rodrigues de Almeida completa-se, já em pleno século XVIII, com a impressão, em 1702, do *Estatuto da Irmandade dos Clerigos do Appostolo Sam Pedro Sita na Cidade de Braga* [...].

13. João Antunes

Os dados biográficos conhecidos de João Antunes são divulgados por José Pinto Loureiro, que refere que «em 1679 e 1680 fez parte da Casa dos Vinte Quatro e no ano de 1680 foi um dos misteres de mesa por ela eleitos»¹⁴¹; «em 1696 e 1697 interveio em instrumentos de fiança a favor de um dos rendeiros do real de água da Comarca de Coimbra, hipotecando, além da sua imprensa e livraria, as casas em que vivia à Porta de Almedina, a partir de um dos lados com o livreiro Matias de Carvalho»¹⁴²; ainda segundo o mesmo autor, João Antunes teria dois filhos: o arcediogo Dr. Sebastião Antunes, que venderia a loja de livros a Manuel Castanheira por mais de oito mil cruzados¹⁴³, e o livreiro José Antunes de Abreu, contemplado no testamento do irmão¹⁴⁴, datado de 3 de Julho de 1742¹⁴⁵.

¹⁴¹ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 130.

¹⁴² José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 130.

¹⁴³ Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 130.

¹⁴⁴ O referido testamento foi publicado por A. A. Costa Simões, *Notícia Histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, pág. 20; ver, igualmente, Alberto Pessoa, *Uma dívida de Brás Luís de Abreu ao mercador de livros João Antunes*, Coimbra, 1931.

¹⁴⁵ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 130.

A sua obra tipográfica iniciou-se em 1692, de modo que uma parte dela foi produzida já no século XVIII; não obstante, a década de 1690 foi muito produtiva para a oficina, tanto em número como pelos diferentes tipos de obras impressas.

Assim, em 1692, a oficina de João Antunes imprimiu mais uma edição do *Compendio de exercicios espirituales* [...], de Garcia de Cisneros, aqui traduzida e acrescentada pelo beneditino Frei Manuel da Ascensão. Todas as restantes obras impressas são sermões, vincando-se o elevado sucesso da parenética nesta época de fim de século; João Antunes publica nove sermões neste ano: o *Triumpho da Subida de Maria Santissima ao Ceo* [...], de Vicente de Aguiar; a *Summa do Apostolado, e Sermam do Apostolo S. Bartholomeu* [...], de Lourenço Craveiro; o *Sermam da Virgem Maria Senhora Nossa em Dia de Sua Assumpçam* [...], de António Pinto da Cunha, do qual existem duas variantes; o *Sermam do Glorioso S. Antonio de Lisboa* [...], de Manuel Godinho, também com duas variantes; o *Sermam no Officio dos Defuntos* [...] de José de Faria Manuel; do mesmo autor, o *Sermam do Triunfo da Cruz* [...]; o *Sermam da Payxam* [...], de Carlos de São Francisco; o *Sermão do Glorioso Sam Ioseph* [...], de António de Sá; e, finalmente, o *Sermam do Mandato* [...], de Gonçalo da Madre de Deus Semblano.

Em 1693, imprimem-se menos títulos, mas há duas obras mais extensas: as *Curiosas Aduertencias da Boa Grammatica No Compendio, & Exposiçam do P. Manoel Alveres* [sic] [...], de Bartolomeu Rodrigues Chorro, e a *Instruçam da Cauallaria de Brida* [...], de António Pereira Rego. As restantes duas obras impressas são sermões: o *Sermam de N. Senhora da Piedade* [...], de Luís de São José e o *Sermam de Sam Joam Bautista* [...], de Sebastião de Matos de Sousa.

A obra mais extensa, em dimensões físicas, impressa por João Antunes, em 1694, é a primeira parte da *Summa de la Theologia Moral* [...], de Jaime de Corella, que apresenta duas variantes; a esta, junta-se a *Luz Pera uisitar as Estações da Via Sacra* [...], de Brás de Abreu e a *Pratica de Exorcistas e Ministros da Igreja* [...], de Bento Remigio Noydens, traduzida do castelhano por Manuel Rodrigues Martins. Neste ano, não se imprime qualquer sermão e no ano seguinte, apenas um, o *Sermam do Glorioso, e Inuicto Martyr S. Vicente* [...], de José da Costa Proença, a par do *Dictionarium Latino Lusitanicum, et Lusitanicum Latinum* [...], de Jerónimo Cardoso¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Cf. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, vol. III, pág. 212; João Arouca, vol. I, C134 e C135.

Em 1696, imprime-se uma única obra, que assume um especial significado ao nível da produção tipográfica de João Antunes porque se trata de uma proposta de tese académica: as *Caesareas conclusiones* [...], de Tomás Soares Figueiroa e Fonseca; efectivamente, jamais João Antunes foi impressor da Universidade de Coimbra, nem como tal se qualificou em qualquer pé de imprensa dos livros que imprimiu. Aliás, como veremos, vários foram os livros cuja impressão custeou, fazendo da tipografia um complemento à sua actividade de mercador de livros.

No ano de 1697, dá à estampa um novo projecto de tese universitária, de António Lopes de Samuda, a *Coronam physicam nouem gemmis splendide imbutam* [...]. Imprime, ainda, o *Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa* [...] e a segunda parte da *Summa de la Theologia Moral* [...], de Jaime de Corella.

Em 1698, imprime uma nova edição do *Bautisterio, e Ceremonial dos Sacramentos* [...], que apresenta três variantes; imprime, também, o *Despertador do Amor Diuino* [...], de Fernando da Cruz, e o *Combat espiritual* [...], de Lourenço Scupoli, encerrando as obras relativas ao catolicismo romano produzidas nesse ano. No entanto, há ainda as *Quaestiones singulares experimentales et practicae per quatuor disputationes distributae* [...], uma obra de direito canónico do jesuíta Luís Nogueira, e duas teses universitárias: as *Pontificias conclusiones* [...], de Gonçalo de Almeida da Fonseca e as de Paulo Barroso de Sousa.

A produção da oficina de João Antunes em 1699 caracteriza-se por uma situação bastante singular e até rara em relação ao que se verificou nas oficinas seiscentistas de Coimbra: neste ano, João Antunes não imprime qualquer obra de religião, embora tenha dado à estampa quatro títulos, alguns deles importantes. É o caso de duas obras jurídicas do Doutor Diogo Guerreiro Camacho de Aboim: uma edição do *Tractatus de recusationibus* [...], e o *Opusculum de priuilegijs familiarium* [...]. Além destes dois livros, João Antunes imprime as *Pontificias conclusiones* [...], de Diogo Monteiro de Morais, e o *Pro solemnibus iuris canonici olympiade* [...], de Francisco de Almeida, duas obras produzidas no contexto das provas prestadas pelos seus autores na Universidade de Coimbra.

No último ano do século, sai da oficina de João Antunes uma nova obra de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, o segundo tratado do *De munere iudicis orphanorum* [...], e uma outra obra jurídica, a *Practica delegationum criminalium, uulgo alçadas* [...], do bracarense José Vaz Freire. Imprime-se, ainda, os *Stromas*

predicaveis moraes, e politicos [...], do Padre João Coutinho e a *Luz da medicina* [...], de Francisco Morato Roma.

Encerra-se, assim, o século XVII, mas não a obra de João Antunes, que aparentemente se estende até 1726¹⁴⁷.

João Antunes teria sido sepultado no Colégio de Santo António da Estrela, «*ao cimo da rua em que vivia*»¹⁴⁸.

¹⁴⁷ As obras produzidas ao longo do século XVIII são as seguintes:

Ano	Autor	Título
1701	Cristobal de Aguirre (recompilação de Domingos Maneiro).	<i>Definiçoens moraes muy uteys, e proueitosas para curas, confessores, & penitentes</i> [...]
	Sebastião Pacheco	<i>Sermão da sacrafica madre Santa Teresa</i> [...]
1703	Lourenço Justiniano	<i>...De Diuina Sapientia Conclusiones</i> [...]
1704	Caetano Santo António	<i>Pharmacopea lusitana</i> [...]
1707		<i>Villancicos que se cantarão na see do illustrissimo senhor Antonio de Vasconcellos e Souza</i> [...] <i>nas matinas, e festa do Natal de 1707</i>
	?	[Encontrou-se somente duas folhas da obra, provavelmente a antepenúltima e a última, com o pé de imprensa do <i>colofon</i> , onde se identifica o impressor, bem como o local e ano de impressão, mas desconhecemos o título].
1708		<i>Villancicos que se cantarão na see do illustrissimo senhor Antonio de Vasconcellos e Souza</i> [...] <i>Nas Matinas, e Festa dos Reis de 1708</i>
	Jaime de Corella	<i>Practicade el confissionario</i> [...]
1709	Jaime de Corella	<i>Summa de la Theologia Moral</i> [...]
1711	Manuel de Santa Rosa Viterbo	<i>Horae Seraphicae Immaculate, as semper Virginis Mariae</i> [...]
1712	António Pereira Rego	<i>Instruçam de cauallaria de brida</i> [...]
1714	Jacob Bernardes	<i>Sermões e praticas</i> [...]
1715	Caetano de Magalhães	<i>Conclusiones theologicas de uitiis, et uitutibus</i>
	Jerónimo Peixoto da Silva	<i>Sermão dos Passos</i> [...]
1716	Luís da Ascensão	<i>Sermão do Mandato</i> [...]
		<i>Sermão na Profissão de huma Religiosa de S. Bento</i> [...]
	Cristóvão de Fóios	<i>Oração patetica do descendimento da Cruz</i> [...]
		<i>Sermão da Soledade da Virgem Santissima</i> [...]
	Luís Lobo	<i>Sermão da Soledade</i> [...]
	António de Sá	<i>Sermão da Quarta Dominga da Quaresma</i> [...]
		<i>Sermão dos Passos</i> [...]
	Fernando de Santo Agostinho	<i>Sermam</i> [...] <i>Em a Primeira Dominga da Quaresma</i> [...]
1717	António da Costa Cordovil Freire	<i>Sermam da SS. Trindade</i> [...]
1719	António Moreira de Sousa	<i>Caesareas conclusiones</i> [...]
1722		<i>Festa Propria Dioecesis Conimbricensis</i> [...]
1726	Brás Luís de Abreu	<i>Portugal Medico</i> [...]
1733	António Pereira Rego	<i>Instruçam da cauallaria de brida</i> [...]

¹⁴⁸ José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, pág. 130.

14. António Simões

Acerca de António Simões, sabemos somente aquilo que é transmitido pelo seu registo de óbito, que ocorreu a 4 de Abril de 1717:

Aos coatro dias do mes de Abril da era de mil e setecentos e dezassete annos faleceu da vida prezente Antonio Simões Livreiro morador *que foy nesta minha freguezia e foy cazado com Brizida da Conceyçam nam fez testamento foy sepultado dentro nesta Jgreia do cruzeiro pera baixo*

e por assi medes fiz este termo *que asignei mês e era ut supra*

a) Prior Matheus Nogueira Candido,¹⁴⁹

Na verdade, nada atesta que este António Simões seja o mesmo que possuiu oficina tipográfica em Coimbra, já que é citado somente como *livreiro*; por outro lado, o local escolhido para a sua sepultura, *do cruzeiro pera baixo* da igreja de São Cristóvão, pode indicar que não se tratava da mesma pessoa, já que os outros impressores com oficina própria, que encontraram sepultura na mesma igreja, foram todos inumados em frente a altares de santos ou *do cruzeiro para cima*.

Não obstante, Joaquim Martins Carvalho aceita que o livreiro casado com Brígida da Conceição teve oficina tipográfica na Rua das Fangas e foi impressor privilegiado da Universidade, tomou o hábito da Ordem Terceira em 1615 e faleceu dois anos depois, o que condiz com o assento de óbito transcrito¹⁵⁰.

Apesar de ser consensual a data da morte de António Simões, a sua actividade tipográfica parece ter terminado uns anos antes, em 1709, quando imprime o *Sermão [...] na transladação da milagrosa imagem de Santo Christo de Santa Justa para a Igreja de São-Tiago [...]*, de José Delgarte.

Podemos, assim, estabelecer que a obra tipográfica da oficina de António Simões se baliza entre 1696 e 1709, um período não muito vasto se o compararmos com outros impressores de Coimbra da mesma época; permite, mesmo assim, a execução de um conjunto de obras com alguma importância, além do serviço feito para a Universidade de Coimbra.

A primeira obra de que temos conhecimento é, precisamente, um pequeno caderno contendo o projecto para a defesa de provas académicas em direito canónico: as

¹⁴⁹ Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 98.

¹⁵⁰ Cf. Joaquim Martins Carvalho, *Apontamentos [...]*, pág. 303.

Pontificias conclusiones [...], de Manuel Correia Vasques, impressas em 1696; no ano seguinte, 1697, é impressa outra obra do mesmo tipo, as *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel Álvares de Carvalho. Mas neste ano imprime-se duas outras obras: a *Doutrina Christam* [...], do Cardeal Durazzo, acrescentada por Inácio de Jesus Maria, e o primeiro tomo do *De Iure Lusitano* [...], uma obra de direito civil da autoria do jurista Mateus Homem Leitão.

Em 1698 imprime-se um sermão de Manuel de São José, o *Sermão das Lagrimas da Madalena* [...], e um conjunto de obras ligadas a provas universitárias do tipo que já apontámos: as *Caesareas conclusiones* [...], de Luís Freire de Andrada; as *Pontificias conclusiones* [...], de João Pereira de Carvalho; as *Caesareas, conclusiones* [...], de Inácio de Moraes Madureira; as *Caesareas conclusiones* [...], de António Pereira Monteiro; finalmente, as *Pontificias conclusiones* [...], de Francisco Simões da Veiga.

Este conjunto de obras aumenta em 1699 com mais catorze obras deste tipo: as *Pontificii juris conclusiones* [...], de Inácio Pires de Almeida; as *Conclusiones pontificias* [...], de António da Silva Barros; as *Caesareas conclusiones* [...], de José Pereira de Beja; as *Iuris pontificii resolutiones* [...], de Francisco de Évora Caldeira; as *Pontificias theses* [...], de João Baptista de Carvalho; as *Pontificias conclusiones* [...], de Pedro Falcão; a proposta de defesa de provas académicas de Francisco Trigueiro de Góis sobre direito civil, cujo título começa por *Caesaream legatorum classem inaeque immenso, ac profundo juris ciuilibis oceano* [...]; as *Pontificias conclusiones* [...], de Valério da Costa e Gouveia; as *Philosophiae certamina* [...], de António de Miranda Henriques; o *Imperium philosophicum* [...], de Francisco Machado; as *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel de Matos; as *Philosophiae certamina* [...], de Henrique de Meneses; as *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel Gomes Soares; o *Fasciculum ex uniuerſa philosophia* [...], de José Rodrigues dos Reis. A estas obras, acrescenta-se uma edição do *Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal* [...], de Manuel Mendes de Castro, e o *Viriato Tragico* [...], de Brás Garcia de Mascarenhas.

Em 1700, por não termos encontrado obras ligadas a provas académicas, ficamos com a ideia de que a oficina de António Simões só imprimiu uma nova edição do primeiro tomo do *De iure lusitano* [...], de Mateus Homem Leitão; a realidade é que a oficina parece só uma vez ter voltado a ser contratada para imprimir obras daquele género. Em contrapartida, entre 1701 e 1706, dá à estampa uma colecção de *Villancicos* que começaram a ser cantados na Sé do bispo conimbricense D. João de Melo, mas cuja

tradição se manteve enquanto a cátedra episcopal esteve vaga e depois da entrada de D. António de Vasconcelos e Sousa:

[...] <i>Nas Matinas, & Festa do Natal de 1701.</i>	1701
[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reis. de 1702</i>	1701
[...] <i>Nas Matinas, & Festa do Natal. de 1702</i>	1702
[...] <i>Nas Matinas, & Festa do Natal. de 1703.</i>	1703
[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reis de 1705</i>	1704
[...] <i>Nas Matinas, & Festa dos Reis de 1705.</i>	1705
[...] <i>Nas Matinas, & festa dos Reis de 1707.</i>	1706
[...] <i>Nas Matinas, & Festa do Natal de 1706</i>	1706

Para além destes *Villancicos* poucas obras a oficina produziu no período compreendido entre 1701 e 1706. As excepções são a *Rupes parnasia* [...], de Roque Ribeiro de Abreu, que consiste na sua proposta para a defesa de provas académicas em 1701, mas que saíu sem a data de impressão, e a *Medula mystica* [...], de Francisco de Santo Tomás, impressa em 1705. Em 1706 imprime-se, ainda, a *Oração funebre nas honras posthumas que dedicou a Irmandade dos Italianos na sua Casa do Loreto, às Cinsas do Santissimo Padre Innocencio XII* [...], pregado pelo cônego regular de Santo Agostinho D. Gaspar da Encarnação.

As restantes obras da carreira de António Simões situam-se, efectivamente, no campo da parenética, imprimindo o *Sermão de Nossa Senhora dos Anjos com o admiravel jubileu da Porciuncula* [...], do capucho Nicolau da Conceição em 1707 e uma colectânea de sermões do Padre Francisco Vieira, sob o título *Voz euangelica* [...], em 1708. Em 1709 imprime somente o sermão do Padre José Delgarte, que atrás referimos.

15. António Dias da Costa

Outro dos mais desconhecidos impressores seiscentistas de Coimbra é António Dias da Costa, que pouco produziu; não obstante, terá sido impressor privilegiado da Universidade de Coimbra entre 1692 e 1695, ou seja, durante toda a época em que esteve activo.

Na primeira parte da sua carreira como tipógrafo parece ter impresso apenas parenética, mais concretamente dois sermões dados à estampa em 1692: o *Sermão da canonização de S. Paschoal Baylon* [...] e o *Sermão de São Ioseph* [...], ambos da autoria de Frei Francisco de Aracoeli. Não conhecemos nada por ele impresso em 1693, mas em 1694 retoma a sua actividade com um volume intitulado *Villancicos que se cantaram na See do Illustrissimo Senhor Dom Joam de Mello bispo conde. Nas Matinas, & Festa do Natal de 1694.*

Em 1695, volta a imprimir um volume deste género, entitulado *Villancicos que se cantaram na See do Illustrissimo Senhor Dom Joam de Mello bispo conde. Nas Matinas, & Festa dos Reys de 1696.*; edita, igualmente, o *Guia de Penitentes* [...], de D. Leonardo de São José, uma obra que Inocêncio Francisco da Silva, seguindo Barbosa Machado, data de 1655¹⁵¹, o que está errado.

16. Outros impressores

Como se sabe, uma das fontes principais para o conhecimento dos impressores activos em Portugal, qualquer que seja a época que tomemos como referência, são as informações colocadas nos próprios livros por eles impressos, nomeadamente as suas identificações, presentes nos pés de imprensa, assim como os privilégios que detinham para desempenhar a sua actividade. Mas as folhas de rosto transmitem-nos, também, informações sobre os mandantes e financiadores da impressão dos livros, as quais podem estar presentes, igualmente, no interior da obra.

Porém, os livros impressos nunca falam dos oficiais que os produziram, ou seja, daqueles que os imprimiam ou encadernavam, a não ser que possuíssem oficina própria, que tivessem o capital financeiro necessário para pagar a sua impressão ou, mais raramente, que os vendessem na sua casa de livreiro.

Caso raro é o que vimos acontecer com Estêvão Marques de Araújo, um impressor que nunca antes foi referenciado pelos historiadores do livro e que, aparentemente, não tinha oficina própria, mas cujo nome aparece num pé de imprensa; similar é o caso de Jorge Rodrigues, que não teve oficina em Coimbra, mas foi identificado a trabalhar na oficina de Nicolau de Carvalho.

¹⁵¹ Cf. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. III, pág. 7; Inocêncio Francisco da Silva, *op. cit.*, vol. V, pág. 172.

Outros impressores havia, no entanto, cujo nome nunca apareceu inscrito numa obra impressa e dessa forma só dificilmente conhecemos algo sobre eles; no caso de Coimbra, conseguimos encontrar alguns oficiais de tipografia através dos registos paroquiais, como é o caso do *componedor* Manuel Carvalho, falecido a 4 de Maio de 1650¹⁵², que não pode ser confundido com o impressor homónimo que ainda estava activo e que nessa altura era já citado como *impressor*¹⁵³.

Além deste oficial, encontrámos referências a três impressores que certamente não tiveram oficina própria: António Monteiro, cuja filha Antónia, de oito anos de idade, faleceu a 22 de Outubro de 1653¹⁵⁴; Manuel Simões, impressor no beco de António Pinheiro, que faleceu a 7 de Setembro de 1699¹⁵⁵; finalmente, já fora do século XVII, mas indubitavelmente trabalhando nos anos anteriores, faleceu Domingos de Abreu a 28 de Setembro de 1702¹⁵⁶.

A localização das suas sepulturas ou das sepulturas pertencentes a familiares seus demonstra bem a diferença de estatuto social entre os impressores que tinham e os que não tinham oficina própria. Manuel Simões foi sepultado *dentro da Igreja na Naue do meyo defronte do pulpito* e Domingos de Abreu foi relegado para o *adro da Igreja*

¹⁵² Aos quatro de maio de seiscentos E sincoenta faleceo manael carualho componedor ias sepultado dentro da igreja no meio della não fes testamento,
dia mes, E ano ut supra

a) Manoel ferreira,
(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro Misto da Freguesia de São Cristóvão (1614-1652), fl. 133).

¹⁵³ Ver, por exemplo, o assento de óbito de Valentim datado de 12 de Março de 1650, anteriormente citado, em que Manuel de Carvalho é referido como *impressor*, bem como no seu próprio assento de óbito, de 22 de Agosto 1652.

¹⁵⁴ Aos uinte dous de outubro de seiscentos e sincoenta e tres faleceo Antonia filha de Antonio monteiro impressor ias enterada dentro na igreja era de outo, annos,
dia mes, e anno, ut supra

a) Manoel ferreira,
(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 2.)

¹⁵⁵ Em os sete dias do mes de setembro de mil seis Centos nouenta e Noue annos faleçeo Manoel Simões impressor no beCo de An^{to} Pinheiro desta freguesia de S. Christouaõ Com todos os Sacramentos seu Corpo esta sepultado dentro da Igreja na Naue do meyo defronte do pulpito em fee de que fis este termo que asignei

dia Mes e anno ut supra.

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos
(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 64).

¹⁵⁶ Em os vinte e outo do Mes de setembro de Mil sete Centos e dous faleceo Domingos de Abreu Impressor desta freguesia de s. christouaõ Com todos os sacramentos seu corpo esta sepultado no adro da Igreja defronte da porta principal em fee de que fiz este termo que asignei

dia Mes e anno ut supra.

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos
(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 70v.º).

defronte da porta principal; mas os locais para o enterro dos impressores com oficina própria eram bem diferentes.

Abstraindo dos casos de Nicolau de Carvalho e de Manuel de Carvalho, ambos sepultados no Colégio de São Pedro, ou de José Ferreira, sepultado em São Francisco da Ponte porque tinha professado na Ordem Terceira de São Francisco, temos informações sobre os locais de sepultura de quatro impressores: Tomé Carvalho, Manuel Dias, Manuel Rodrigues de Almeida e António Simões.

O primeiro, Tomé Carvalho, socialmente muito prestigiado entre a comunidade em que vivia, faleceu em 4 de Dezembro de 1672 e, apesar de pertencer à freguesia da Sé (Velha), foi sepultado na igreja de São Cristóvão, em frente do altar de Santo António, onde tinham sido colocados os restos mortais de sua mãe¹⁵⁷, o que pode explicar a razão pela qual o impressor não foi inumado na Sé.

Manuel Dias faleceu a 25 de Abril de 1691 e foi sepultado na mesma igreja em frente ao altar de Nossa Senhora da Anunciação¹⁵⁸, enquanto que Manuel Rodrigues de Almeida, morto a 26 de Setembro de 1703, foi inumado defronte do altar de Nossa Senhora, acima do cruzeiro¹⁵⁹. Apenas António Simões, que morreu a 4 de abril de 1717, foi sepultado na dita igreja, do cruzeiro para baixo¹⁶⁰.

Estas informações permitem-nos concluir que todos os impressores detentores de oficina foram sepultados diante de altares de santos, à excepção de António Simões: qual a razão desta diferença? Embora não nos seja possível dar uma resposta peremptória a esta questão, há um traço comum a Tomé Carvalho, Manuel Dias e Manuel Rodrigues de Almeida: todos tinham sido livreiros ou mercadores de livros e só depois de alguns anos exercendo essa actividade adquiriram oficina de tipografia. Não é o caso de António Simões, que parece nunca ter exercido o ofício de livreiro ou de mercador de livros e pouco imprimiu.

Esta realidade parece indicar que o prestígio social não advinha do facto de ter oficina tipográfica mas do estatuto económico que o impressor tinha: todos os impressores tinham poder económico suficiente para adquirirem oficina e esse poder advinha-lhes da actividade de livreiros. Talvez por essa razão, Tomé Carvalho é referido

¹⁵⁷ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 21.

¹⁵⁸ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 50.

¹⁵⁹ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 73v.º.

¹⁶⁰ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 98.

no seu assento de óbito como *Liureiro freguez da See* e não como impressor, já que adquirira o seu carisma social enquanto exercia aquela actividade. De igual modo, Maria Rodrigues, a primeira mulher do livreiro e mercador de livros Manuel Dias, falecida em 24 de Outubro de 1652, numa altura em que o marido estava ainda a iniciar-se na actividade tipográfica, fora já sepultada *na igreja diante do Sacramento*¹⁶¹.

Não obstante, se era a actividade de livreiro ou de mercador de livros que permitia a ascensão económica e social, a posse de oficina tipográfica permitia reforçar tal crescimento. Se atentarmos nos locais de sepultura das mulheres dos livreiros-impressores da freguesia de São Cristóvão, verificamos que todas encontraram a sua última morada em lugares nobres da igreja: Maria Rodrigues, como vimos, foi sepultada diante do *Sacramento*, e Ana Lamega, mulher de Manuel Rodrigues de Almeida (que foi mercador de livros e, mais tarde, impressor), falecida a 24 de Junho de 1700, foi a enterrar *dentro da Igreja do Cruzeiro pera sima*¹⁶². Em contraste, o livreiro Manuel de Almeida, que nunca teve oficina tipográfica e faleceu a 17 de Dezembro de 1698, foi sepultado *dentro da Igreja do cruzeiro pera bayxo*¹⁶³.

Em conclusão, se considerarmos os locais de sepultura dos agentes do livro em Coimbra, parece existir uma separação ditada pelo poder económico e pelo prestígio social, em que, de um lado – o mais elevado – se situavam os antigos livreiros ou mercadores de livros que tinham exercido a actividade de impressores com oficina própria e as respectivas famílias, e do outro encontravam-se todos aqueles que tinham sido livreiros, sem nunca terem exercido a tipografia, e os impressores que nunca tinham adquirido oficina própria, os quais encontravam os seus jazigos em locais mais distantes em relação aos altares, chegando estes últimos a ser inumados no adro da igreja (como foi o caso de Domingos de Abreu).

¹⁶¹ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 1v.º.

¹⁶² Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 66v.º.

¹⁶³ Em os dezasete dias do Mes de Dezembro de mil seiscentos Nouenta e oito annos faleceo Nesta freguesia de S. Christouaõ Manuel de Almeida Liureyro Com todos os sacramentos seu Corpo está sepultado dentro da Igreja do cruzeiro pera bayxo e não fez testamento em fee de *que* fis este termo *que* asignei

dia Mes e anno ut supra.

a) O Prior Manoel Simões dos Sanctos

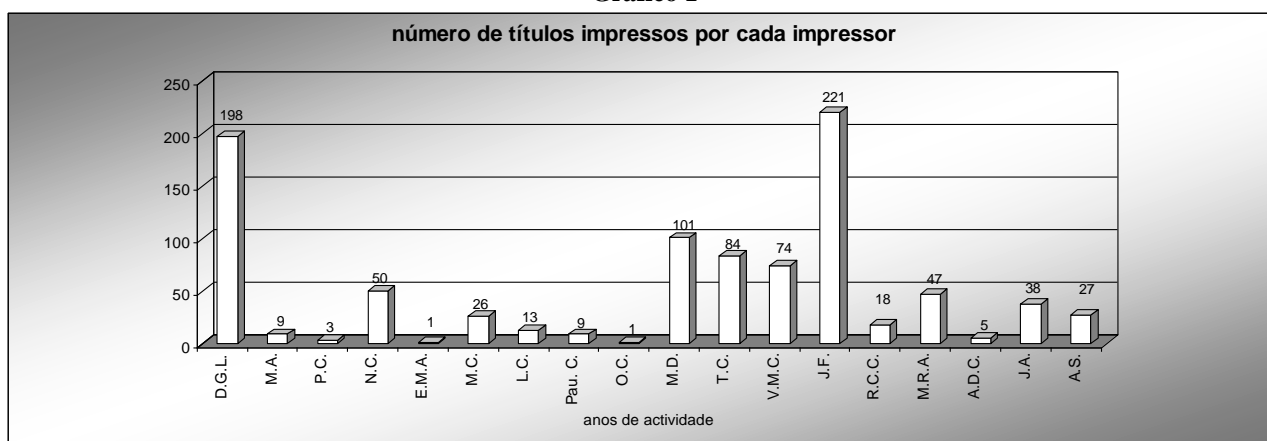
(Coimbra, Arquivo Distrital, Registos Paroquiais, Livro de óbitos da freguesia de São Cristóvão (Sé Velha) (1651-1732), fl. 60).

B. Balanço da actividade tipográfica em Coimbra no século XVII

Analizada a produção tipográfica de cada impressor activo em Coimbra, resta-nos fazer o seu balanço quantitativo, restringindo-nos ao período que aqui nos interessa, isto é, ao século XVII¹. Nesta contabilização, admitimos somente o número de títulos impressos, excluindo as variantes que possam existir; não obstante, contemplamos edições que, pelas diferenças que apresentam, podem considerar-se autónomas, apesar de serem impressas no mesmo ano pelo mesmo impressor.

Deste modo, podemos elaborar um mapa demonstrativo do número de obras produzidas pelos diversos impressores em cada um dos anos em que estiveram activos, identificando-se, igualmente, os períodos de actividade (Mapa 1). Na coluna do lado direito temos a contagem do número de títulos impressos em cada ano; ao fundo da tabela, a última linha apresenta o número de títulos impresso por cada um dos impressores identificados. Os dados sobre a produção total de cada impressor activo no século XVII estão sistematizados no gráfico seguinte:

Gráfico 1



Legenda:

D.H.L. – Diogo Gomes de Loureiro
M.A. – Manuel de Araújo
N.C. – Nicolau de Carvalho
M.C. – Manuel de Carvalho
P.C. – Pedro Craesbeeck
L.C. – Lourenço Craesbeeck
Pau. C. – Paulo Craesbeeck
O.C. – Oficina Craesbeeckiana
E.M.A. – Estêvão Marques de Araújo

T.C. – Tomé Carvalho
M.D. – Manuel Dias
V.M.C. – Viúva de Manuel de Carvalho
J.F. – José Ferreira
M.R.A. – Manuel Rodrigues de Almeida
A.D.C. – António Dias da Costa
R.C.C. – Rodrigo de Carvalho Coutinho
A.S. – António Simões
J.A. – João Antunes

¹ Exceptuamos o ano de 1600 porque verificámos que se trata de um marco na actividade tipográfica em Coimbra, já que todos os impressores que tinham estado activos durante o século XVI tinham já desaparecido, mas é o ano em que Diogo Gomes de Loureiro e Manuel de Araújo iniciam as respectivas carreiras, prolongando-as pelo século XVII. Em relação aos impressores do fim deste século não assumimos a mesma opção, já que alguns deles têm actividade extensa no século XVIII, época que não é contemplada neste estudo.

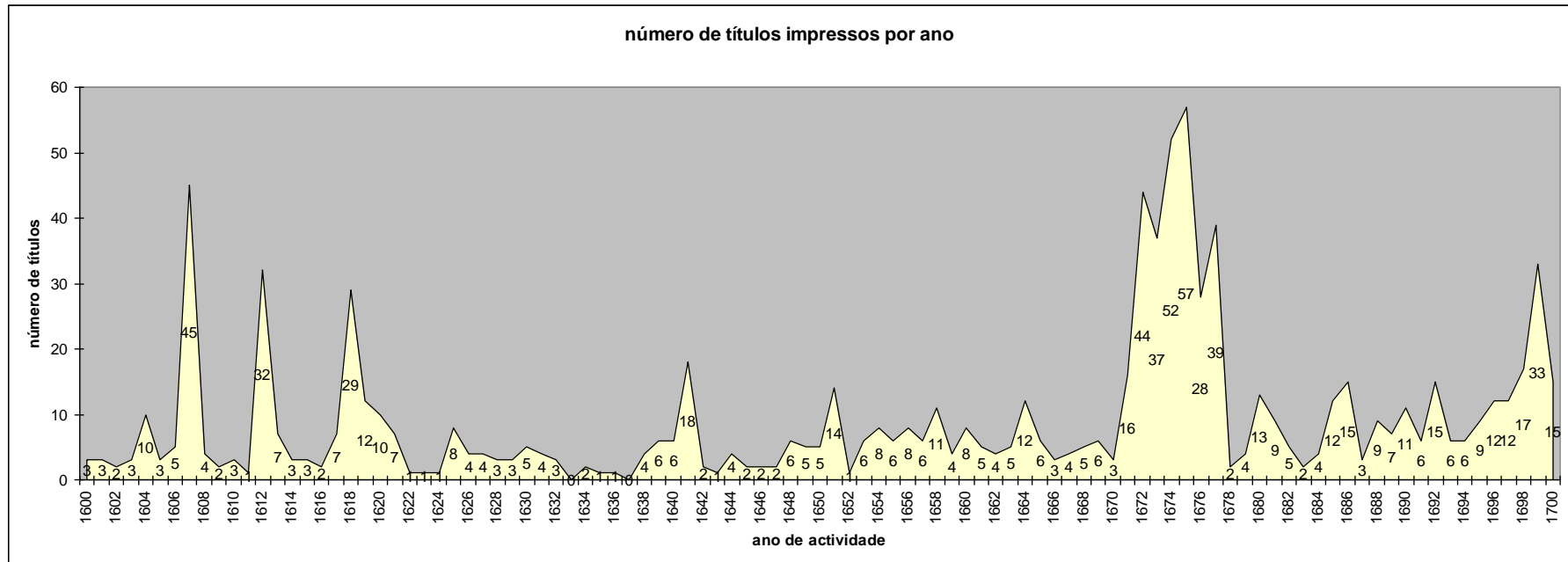
Mapa 1

	D.G.L.	M.A.	P.C.	N.C.	E.M.A.	M.C.	L.C.	Pau. C.	O.C.	M.D.	T.C.	V.M.C.	J.F.	R.C.C.	M.R.A.	A.D.C.	J.A.	A.S.	Total
1600	2	1																	3
1601	1	2																	3
1602	1	1																	2
1603	2	1																	3
1604	9	1																	10
1605	2	1																	3
1606	5	0																	5
1607	43	2																	45
1608	1		3																4
1609	2																		2
1610	3																		3
1611	1																		1
1612	29			3															32
1613	3			4															7
1614	1			2															3
1615	2			1															3
1616	0			2															2
1617	4			3															7
1618	21			8															29
1619	7			5															12
1620	3			6	1														10
1621	3			4															7
1622	1			0															1
1623	1			0															1
1624	1			0															1
1625	4			4															8
1626	1			3															4
1627	3			1															4
1628	3			0															3
1629	2			1															3
1630	5			0															5
1631	2			2															4

	D.G.L.	M.A.	P.C.	N.C.	E.M.A.	M.C.	L.C.	Pau. C.	O.C.	M.D.	T.C.	V.M.C.	J.F.	R.C.C.	M.R.A.	A.D.C.	J.A.	A.S.	Total
1632	2			1															3
1633	0																		0
1634	1					1													2
1635	1					0													1
1636	1					0													1
1637	0					0													0
1638	1					3													4
1639	2					3	1												6
1640	1					4	1												6
1641	10					0	8												18
1642	1					0	1												2
1643	0					0	1												1
1644	4					0	0												4
1645	1					1	0												2
1646	2					0	0												2
1647	0					2	0												2
1648	3					2	1												6
1649						4		1											5
1650						2		2	1										5
1651						4		6		2	2								14
1652										1	0								1
1653										4	2								6
1654										3	5								8
1655										2	4								6
1656										3	5								8
1657										4	2								6
1658										3	8								11
1659										3	1								4
1660										1	7								8
1661										2	3								5
1662										1	3								4
1663										3	2								5
1664										2	6	4							12
1665										0	3	3							6
1666										1	1	1							3

	D.G.L.	M.A.	P.C.	N.C.	E.M.A.	M.C.	L.C.	Pau. C.	O.C.	M.D.	T.C.	V.M.C.	J.F.	R.C.C.	M.R.A.	A.D.C.	J.A.	A.S.	Total
1667										0	1	3							4
1668										1	1	3							5
1669										1	4	1							6
1670										1	1	1							3
1671										3	7	5	1						16
1672										5	16	9	12	2					44
1673										7		7	12	11					37
1674										9		7	33	3					52
1675										9		13	33	2					57
1676										4		14	10						28
1677										11		3	25						39
1678										0			2						2
1679										2			1		1				4
1680										4			5		4				13
1681										1			6		2				9
1682										0			3		2				5
1683										0			2		0				2
1684										0			2		2				4
1685										2			8		2				12
1686										0			6		9				15
1687										0			2		1				3
1688										2			4		3				9
1689										0			6		1				7
1690										3			4		4				11
1691										1			2		3				6
1692													1		2	2	10		15
1693													0		2	0	4		6
1694													0		1	1	4		6
1695													2		3	2	2		9
1696													8		2		1	1	12
1697													4		2		3	3	12
1698													5		0		6	6	17
1699													12		1		4	16	33
1700													10		0		4	1	15
Total	198	9	3	50	1	26	13	9	1	101	84	74	221	18	47	5	38	27	925

Gráfico 2



Verificamos que, ao longo do século XVII, foram impressas, pelo menos, 925 edições; os impressores que mais produziram, no que respeita ao número de edições, foram Diogo Gomes de Loureiro (na primeira metade do século, com 198 edições) e José Ferreira (na segunda metade, com 221 edições). De igual modo, apercebemo-nos de que o número de obras impressas na segunda metade do século XVII é bem superior do que o número de obras impressas nos dois primeiros quartéis do século: um aumento de 310 para 615 edições. Interessante é o facto de não haver diferença entre o número de impressores activos na primeira e na segunda metade do século, mas há algumas dissonâncias nesta realidade: Estêvão Marques de Araújo parece não ter tido oficina própria, de modo que, se falarmos em termos de oficinas activas, temos que diminuir uma unidade na primeira metade do século; da mesma forma, não considerámos a actividade do impressor lisboeta Jorge Rodrigues em Coimbra, porque trabalhou sempre na oficina de Nicolau de Carvalho. Por outro lado, da conimbricense Oficina Craesbeeckiana apenas saiu uma obra.

Assim, a produção tipográfica de Coimbra, na primeira metade do século XVII, reparte-se, essencialmente, pela oficina de Diogo Gomes de Loureiro (1600-1648), e pelas dos dois Carvalhos, Nicolau (1612-1632) e Manuel (1634-1651); a estes junta-se Manuel de Araújo (1600-1607), Lourenço Craesbeeck (1639-1648), Pedro Craesbeeck (1608), a Oficina Craesbeeckiana (1650) e Estêvão Marques de Araújo (1620). Na segunda metade do século, os impressores mais activos foram José Ferreira (1671-1707), que até 1700 imprimiu 221 edições, Manuel Dias (1651-1691) com 101 edições e Tomé Carvalho (1651-1672), com 84 edições. Dos impressores cuja longevidade não ultrapassou o limite do século, destaca-se a Viúva de Manuel de Carvalho (1664-1677), que parece ter impresso 74 edições, Rodrigo de Carvalho Coutinho (1672-1675) com 18 e António Dias da Costa (1692- 1695) com apenas 5. Todos os restantes tipógrafos estenderam a sua actividade para além de 1700 mas, como dissemos, só englobaremos aqui as obras produzidas no século XVII; assim, Manuel Rodrigues de Almeida (1679-1702) terá impresso, neste período, 47 edições de um total de 48 obras impressas, João Antunes (1692-1726) 38 de um total de 66 e António Simões (1696-1752?) 27 de um total de 43.

Nesta matéria, resta-nos saber em que anos os tipógrafos seiscentistas de Coimbra estiveram mais activos e qual a razão de tal sucesso. Através do gráfico 2, podemos verificar a existência de alguns picos de maior produção, que nem sempre coincidem com períodos de coexistência de várias oficinas. Com efeito, há um pico de produção cerca de 1607, seguido de uma recessão, que se estende até um novo pico cerca de 1612, com a sucessiva descida do número de edições até cerca de 1619, quando a produção aumenta de novo. Até 1641-1642 não voltamos a assistir a curvas tão

acentuadas, de modo que a produção se mantém em níveis médios pelas quatro a seis edições por ano, existindo, no entanto, anos em que se produz menos e, mais raramente, anos em que se produz mais. Só em 1641 se atinge novamente as 18 edições e em 1651 as 14.

A produção tipográfica sofre um incremento à medida que nos aproximamos do fim do século, verificando-se uma maior oscilação entre períodos de maior fartura editorial e períodos em que se imprime muito pouco; não obstante, desde 1638 que não se deixa de imprimir, ao menos, uma obra por ano. O período de maior expansão da tipografia conimbricense seiscentista terá sido entre 1671 e 1678, com o seu pico mais alto em 1675, com a impressão de 57 edições. A última grande elevação das linhas de produção livresca ocorreu em 1699, imprimindo-se 33 edições.

Começaremos por analisar o primeiro momento que referimos, respeitante ao aumento da produção em 1607, ano em que somente dois impressores estavam activos em Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro e Manuel de Araújo; a sua actividade sistematiza-se, quantitativamente, nos gráficos seguintes:

Gráfico 3

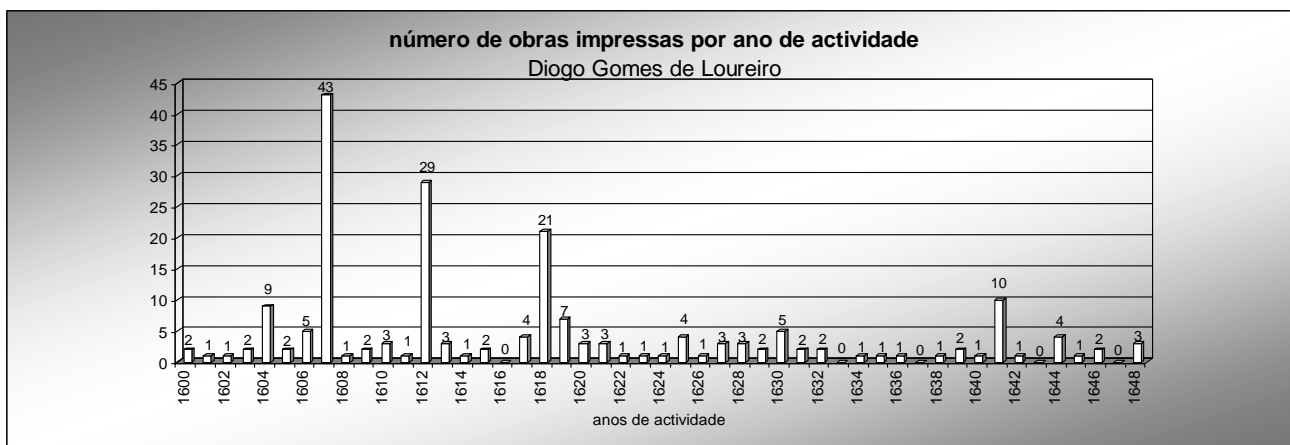
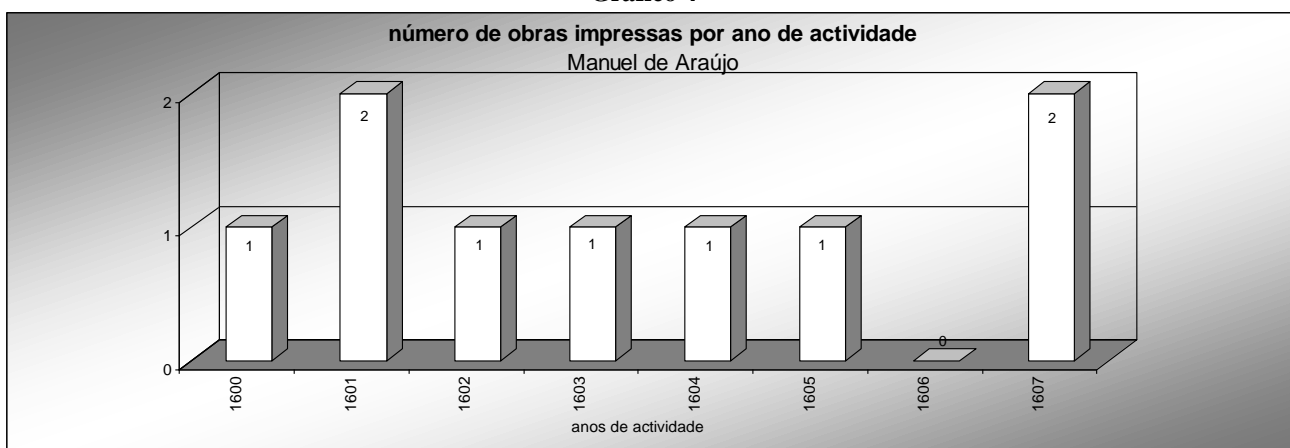
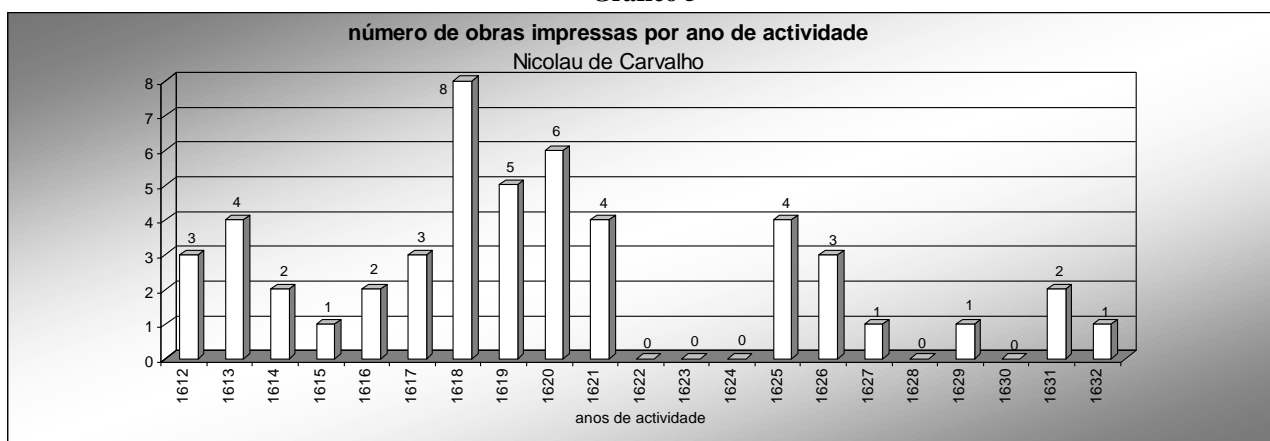


Gráfico 4



Através da análise dos gráficos verificamos, desde logo, que a obra de Manuel de Araújo não tem um peso significativo na globalidade da produção tipográfica da primeira década do século. Na realidade, é a actividade da oficina de Diogo Gomes de Loureiro que condiciona a flutuação da produção, já que Pedro Craesbeeck apenas imprimiu três obras em Coimbra, em 1608. A razão para este pico ocorrido em 1607 deve-se exclusivamente à impressão das teses a apresentar à Universidade de Coimbra, conforme apontámos no capítulo anterior. Na realidade, a explicação para os picos de aumento da produção ao longo da primeira metade do século XVII, considerando o número de edições, é precisamente a impressão desse tipo de obras, que se caracterizam pelo reduzido número de páginas; porém, não é indicador da saúde da oficina, a não ser por se tratar de encomendas específicas e com um fim preciso, tendo a oficina de apresentar índices de confiança para o encomendador, de modo a ter a certeza de que ela é capaz de executar satisfatoriamente o trabalho.

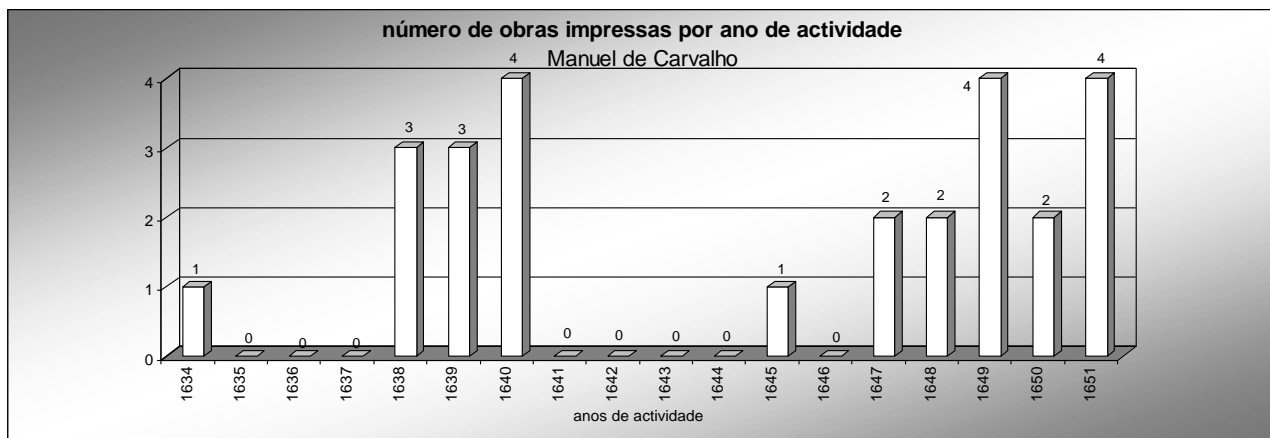
Gráfico 5



Os casos dos anos de 1612 e 1618 são semelhantes. 1612 é o ano de início de actividade de Nicolau de Carvalho, produzindo a sua oficina apenas três obras tipográficas, conforme indicámos anteriormente e confirmamos pela análise do gráfico 5; assim, visto que Manuel de Araújo já tinha desaparecido de Coimbra como impressor, a razão da elevada produção desse ano deve-se à impressão, por Diogo Gomes de Loureiro, de 26 projectos de teses num total de 29 edições. Em 1618, este tipógrafo imprime 18 projectos de teses em 21 obras produzidas, mas já não é o único impressor a executar obras desse género, pois Nicolau de Carvalho imprime 6 num total de 8 edições produzidas.

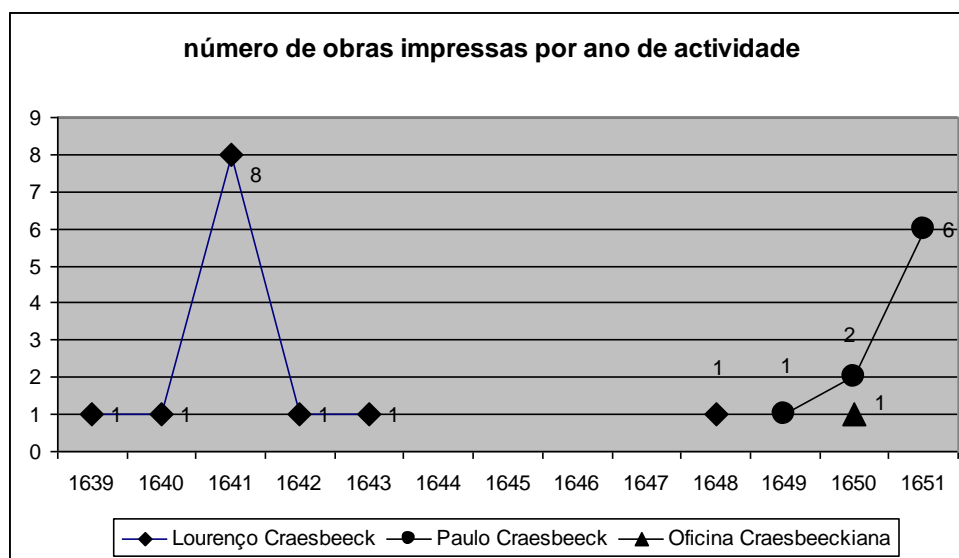
Na generalidade, porém, a produção tipográfica de qualquer uma das oficinas permanece abaixo das cinco edições por ano², regra que se mantém com a inclusão de Manuel de Carvalho no grupo de impressores de Coimbra, em 1634, após a morte do pai.

Gráfico 6



Importante na tipografia conimbricense do século XVII é, também, a família Craesbeeck; na verdade, todos os membros desta família que, durante a primeira metade do século, estiveram ligados à imprensa, editaram, ao menos, uma obra em Coimbra, com oficina própria. Além dos três livros impressos por Pedro Craesbeeck em 1608, existiram três oficinas sob a direcção da família na cidade do Mondego, conforme se verifica pelo gráfico 7:

Gráfico 7



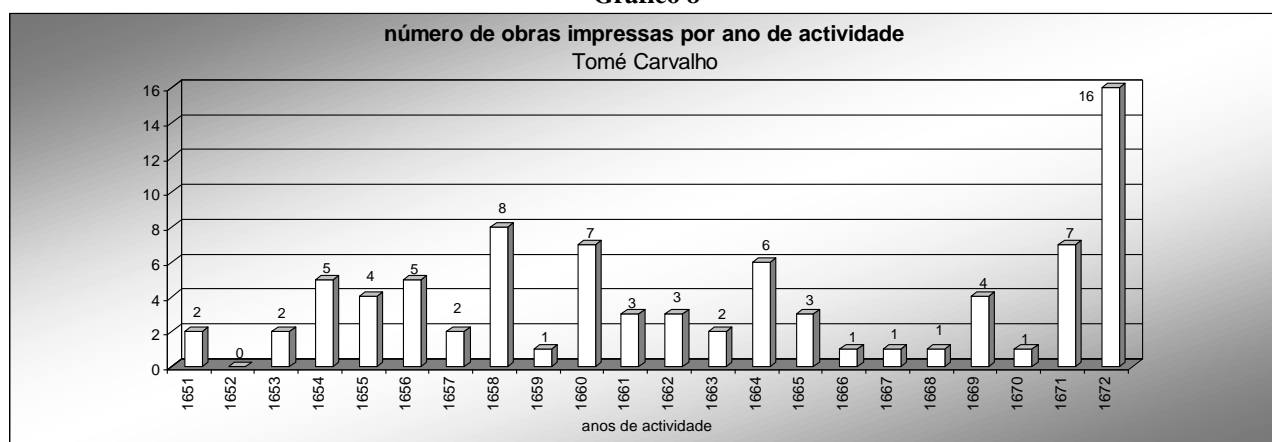
² Ao número de obras produzidas ao longo deste período há que acrescentar um projecto de tese académica impresso por Estêvão Marques de Araújo em 1620, um tipógrafo que parece não ter possuído oficina própria.

Temos, assim, a presença de Lourenço Craesbeeck entre 1639 e 1643, voltando em 1648 para realizar uma obra em parceria com Diogo Gomes de Loureiro, o *Ceremonial dos Monges Negros* [...] a que aludimos anteriormente. É, na verdade, Lourenço Craesbeeck o membro da família que mais produz em Coimbra, com um total de 13 edições, verificando-se que o ano em que mais produziu foi 1641, imprimindo 8 obras, com a particularidade de 7 delas serem projectos de teses académicas. Paulo Craesbeeck imprime 9 edições entre 1649 e 1651 e a Oficina Craesbeeckiana limita-se à impressão de um sermão, no ano de 1650.

Em 1651, encerra-se a actividade de todos os impressores activos na primeira metade do século: os Craesbeeck não voltam a imprimir em Coimbra e a oficina de Manuel de Carvalho dá à estampa as últimas obras em 1651, falecendo o seu titular no ano seguinte. No entanto, ainda em 1651, surgem duas novas casas tipográficas na cidade: a de Manuel Dias e a de Tomé Carvalho.

O primeiro foi o tipógrafo com maior longevidade da segunda metade do século, imprimindo durante quarenta e um anos, entre 1651 e 1691; o segundo faleceu em 1672 e, com ele, a sua oficina. Como elemento comum, entre outros, está o facto de ambos terem participado activamente no período de maior produção da imprensa conimbricense do século XVII, que se situou entre 1671 e 1677, saindo 278 edições das prensas tipográficas. No que respeita a Tomé Carvalho, tal participação limitou-se aos anos de 1671 e 1672, mas o último ano da sua actividade foi, simultaneamente, o mais produtivo em número de edições, que foram 16.

Gráfico 8

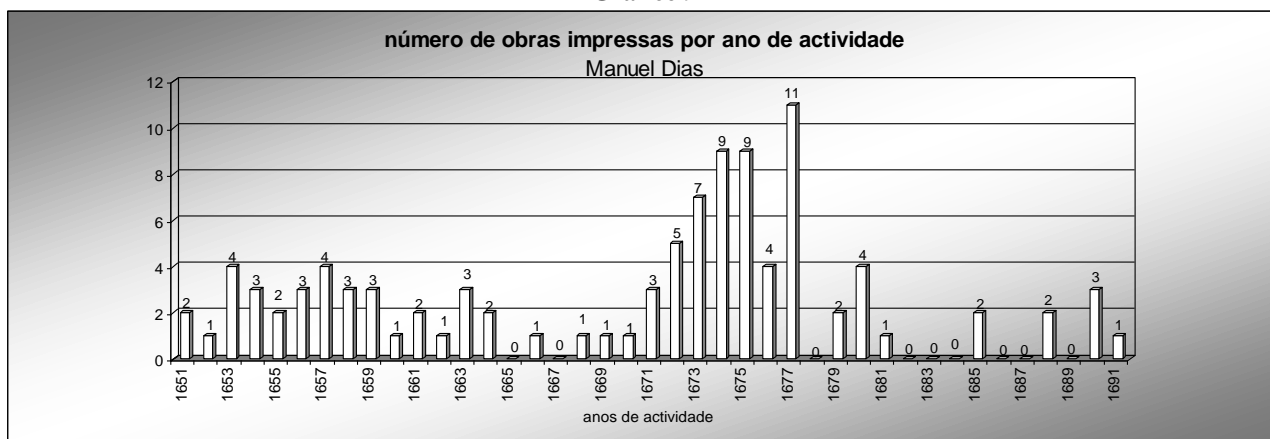


Observando o gráfico 8, verificamos que, nesse ano de 1672, Tomé Carvalho duplica o número de edições produzido no seu segundo ano mais profícuo, que foi 1658, no qual imprimiu 8 edições. A razão de tal aumento é a edição de 12 sermões e quatro projectos de teses universitárias.

Apercebemo-nos, também, de que, não obstante existirem muitos anos em que se imprime apenas uma ou duas obras, outros há em que se atingem as 6 ou 7 edições.

O caso de Manuel Dias está mais perto de acompanhar a flutuação da produção livresca em Coimbra de seiscentos, pois aparece activo em quase toda a segunda metade do século. No gráfico 9, podemos acompanhar a evolução da sua oficina, verificando que os seus anos mais produtivos encontram-se balizados entre 1673 e 1677, coincidindo com o período em que mais obras saíram das oficinas conimbricenses, conforme nos indica o gráfico 2. Este sucesso editorial deve-se, para a oficina de Manuel Dias, à alternância entre a produção de sermões e de projectos de teses académicas: em 1673, imprimem-se 6 sermões e apenas um projecto de tese, mas no ano seguinte assistimos ao inverso, com um sermão e oito propostas de teses; da mesma forma, em 1675, há somente um sermão, mas em compensação temos 6 projectos de teses; em 1676 a produção global baixa para 4 títulos, mas dois deles são teses; finalmente, em 1677, Manuel Dias dá à estampa 2 sermões e 7 projectos de teses. Fora deste período, Manuel Dias parece não imprimir mais que quatro edições por ano, existindo vários anos para os quais não encontramos qualquer produção: 1665, 1667, 1678, 1682, 1683, 1684, 1686, 1687 e 1689.

Gráfico 9



Em 1664 surge uma nova casa tipográfica assentando na figura de um impressor já falecido, Manuel de Carvalho, sob a direcção da sua viúva – e afirmamos que a nova imprensa aparece ligada à imagem de Manuel de Carvalho porque Maria Coutinha nunca utiliza o seu nome para identificar as obras saídas da sua casa, preferindo assiná-las como *Viúva de Manuel de Carvalho*.

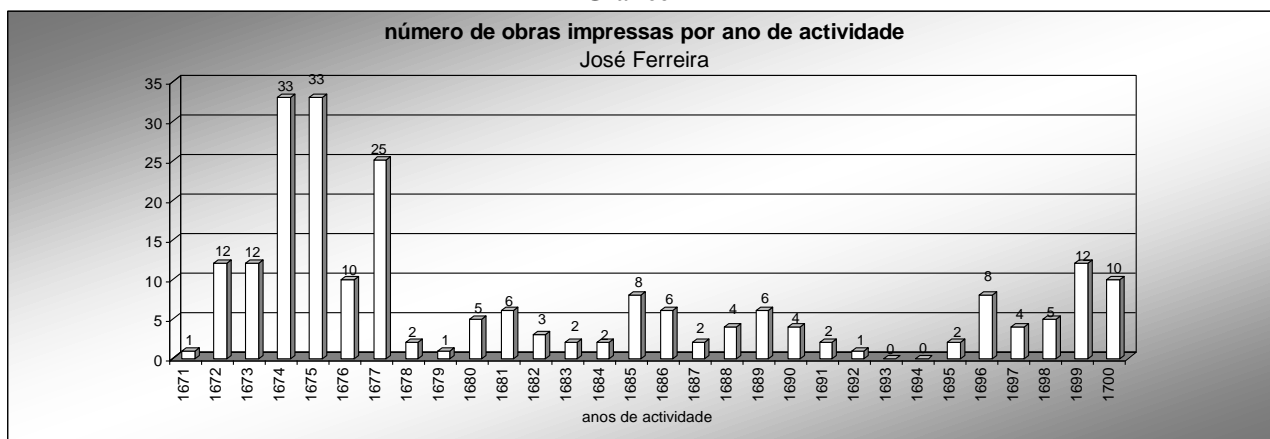
Gráfico 10



A sua obra tipográfica não foi muito longa, terminando em 1677, mas revela a mesma tendência que Manuel Dias, embora imprima muito menos projectos de teses universitárias; assim, a produção da oficina parece começar a aumentar em 1671, ano em que se imprimem cinco obras, nas quais se incluem três sermões e um projecto de tese; em 1672, o número de edições sobe para nove, contemplando seis sermões e dois projectos de teses; em 1673 imprimem-se quatro sermões e três projectos de teses; em 1674, num total de sete edições, surgem quatro projectos de teses e apenas um sermão; em 1675, são nove os sermões impressos e nenhum projecto de tese num total de treze edições; finalmente, em 1676, a viúva de Manuel de Carvalho imprime sete sermões e sete edições de obras de João Nunes Freire, como indicámos atrás. No último ano de actividade da oficina, a produção desce para três edições, entre as quais figura um projecto de tese académica.

José Ferreira foi o tipógrafo que mais edições produziu na cidade de Coimbra ao longo do século XVII, sendo, também, titular de uma das oficinas com maior longevidade. A sua obra tipográfica, que se prolonga até 1707, acompanha as tendências gerais de flutuação da produção livresca que já observámos, mas vai mais além: no gráfico 11 podemos ver dois momentos em que a produção da oficina aumenta, o primeiro entre 1672 e 1677, o segundo entre 1696 e 1700. Comparando estes resultados com o gráfico 2, que apresenta a evolução da produção tipográfica ao longo do século, verificamos que os períodos mais activos de José Ferreira coincidem com os picos de produção verificados nos últimos trinta anos do século, nomeadamente em 1672-1677, e 1698-1699.

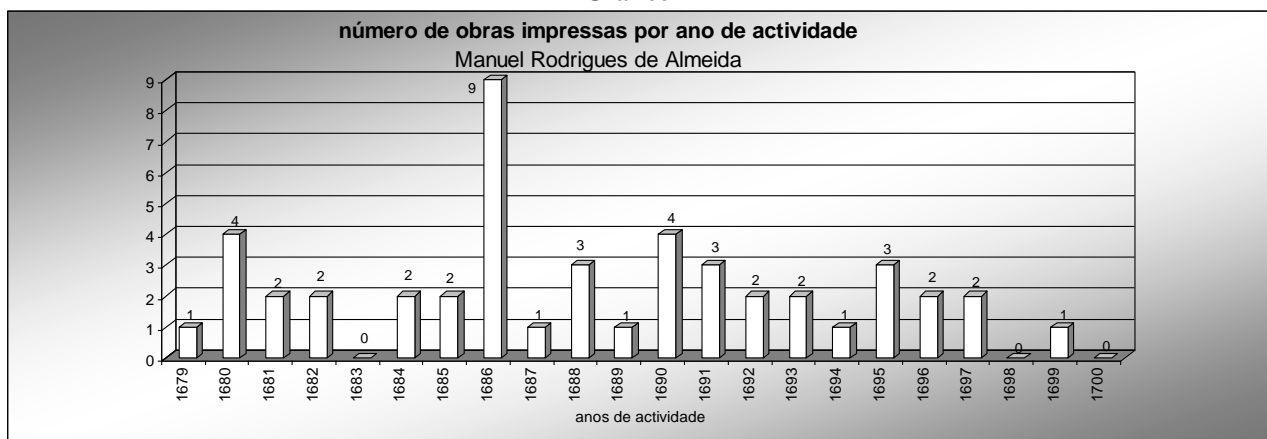
Gráfico 11



A tendência da obra de José Ferreira não diverge muito da que verificámos em outros impressores, já que estes aumentos de produção coincidem com períodos em que se imprimiu um grande número de projectos de teses universitárias, aparecendo, logo em segundo lugar, a parenética. Assim, em 1672, ano em que se verifica já um aumento de produção, José Ferreira imprime quatro projectos de teses e quatro sermões num total de doze obras; no ano seguinte, encontramos quatro projectos de teses e três sermões, imprimindo-se o mesmo número de títulos que em 1672; em 1674, o número de projectos de teses ascende a vinte e nove, numa produção total de trinta e três títulos, onde só encontramos um sermão; em 1675, num total de trinta e três obras impressas, são trinta os projectos de teses e três os sermões; em 1677, temos dezanove projectos de teses e três sermões (contando duas edições do mesmo sermão), num total de vinte e cinco obras impressas; após estes anos, a produção permaneceu mais escassa.

Por seu turno, a obra tipográfica de Manuel Rodrigues de Almeida é bem mais uniforme do ponto de vista da distribuição das obras impressas pelos anos de actividade, já que muito raramente se imprimem mais que duas ou três obras por ano; as excepções são 1680 e 1690, em que se imprimem quatro edições em cada ano, e 1686, em que se imprimem nove edições, das quais sete são sermões.

Gráfico 12



As obras dos restantes tipógrafos são menos significativas no cômputo geral das obras impressas em Coimbra no século XVII.

Gráfico 13



No caso de Rodrigo de Carvalho Coutinho e de António Dias da Costa, que exerceram a sua actividade integralmente no século XVII, as respectivas obras desenvolvem-se em 1672-1675, no caso do primeiro, e 1692-1695, no caso do segundo. Rodrigo de Carvalho Coutinho, nos quatro anos da sua actividade, apenas em 1673 imprime mais que três edições; António Dias da Costa nada imprime em 1693 e, nos restantes anos, nunca produz mais que duas edições por ano.

Gráfico 14



João Antunes e António Simões têm pouca expressão quantitativa no século XVII porque grande parte das suas obras desenvolve-se no século seguinte. Ainda assim, João Antunes imprime entre 1692 e 1700, mas raramente produz mais que quatro edições por ano; porém, em 1692, edita dez obras, das quais nove são sermões, e em 1698 imprime seis edições com temáticas variadas: um ritual da Igreja Católica, duas obras de espiritualidade, dois projectos de teses académicas e um tratado sobre os sacramentos.

Gráfico 15



António Simões actua em apenas cinco anos do século XVII e a sua produção é escassa: em 1696 e 1700 só imprime uma obra, e em 1697 dá à estampa três. O ano de maior produtividade em termos de número de títulos impressos é 1699, ano em que se imprimem catorze projectos de teses académicas num total de dezasseis edições, seguindo-se 1698, com cinco projectos de teses académicas e um sermão.

Parte II

Os livros, os temas, os números

A. As temáticas dos livros impressos

Uma abordagem que se torna interessante fazer diz respeito aos temas dos livros que foram sendo impressos, ao longo do século XVII, na cidade de Coimbra; como vimos, trata-se de uma cidade universitária e, portanto, a actividade tipográfica possui algumas características próprias de um centro deste género, como se assistiu noutras cidades europeias que detinham universidades. A característica principal reside no próprio facto de a imprensa estar ligada à actividade académica, produzindo livros que eram necessários para os estudos, mas igualmente, como veremos, para a obtenção de graus académicos.

O panorama da produção tipográfica não é uniforme ao longo de todo o século e revela, até, uma evolução consubstanciada nas características da sociedade da época e das condições de vida ditadas pela mentalidade e pelo gosto. Assim, não surpreende verificar o grande ascendente das obras religiosas ou versando sobre temas religiosos em relação aos restantes grupos temáticos, apesar do forte peso da Universidade. Observando este panorama, podemos estabelecer dois períodos, a que aludimos anteriormente, separados pelo ano de 1651: é o ano em que cessa a carreira de Manuel de Carvalho, o último dos tipógrafos que tinham estado activos na primeira metade do século; mas é o ano em que Tomé Carvalho e Manuel Dias iniciam as respectivas actividades como impressores e, com elas, a tipografia conimbricense da segunda metade do século.

Por outro lado, há um claro aumento da produção tipográfica ao longo do século, como assinalámos, mas será necessário saber a que tipo de obras se ficou a dever. O mapa que apresentamos de seguida mostra a evolução da produção tipográfica da cidade de Coimbra, do ponto de vista dos grupos temáticos, conforme conseguimos agrupar as obras. Assim, o grupo 1 corresponde às obras relacionadas com o catolicismo romano (*religião*), dividindo-se em doze sub-grupos, repartidos da seguinte forma:

- 1.1. Sermões e restante parenética;
- 1.2. Música sacra;
- 1.3. Constituições de bispados e regulamentos eclesiásticos seculares;
- 1.4. Regras e regulamentos monásticos;
- 1.5. Cerimoniais e rituais;
- 1.6. Estatutos e compromissos de misericórdias, confrarias, irmandades e ordens militares;

Mapa resumo das temáticas

	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12	Som 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
Diogo Gomes de Loureiro	14	2	4	2	18	1	2	15	1	0	4	2	65	5	3	108	0	0	7	3	1	1	1	3	0	1	198
Manuel de Araújo	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4	0	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	9
Pedro Craesbeeck	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Nicolau de Carvalho	5	3	1	1	4	0	2	3	2	0	0	1	22	3	0	13	0	4	1	0	3	0	2	1	0	1	50
Estêvão Marques de Araújo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Manuel de Carvalho	4	0	1	0	2	0	1	1	4	2	1	0	16	1	0	1	0	0	0	1	0	7	0	0	0	0	26
Lourenço Craesbeeck	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	7	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	13
Paulo Craesbeeck	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	9
Oficina Craesbeeckiana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total 1	31	6	7	3	25	1	6	21	7	2	5	4	118	9	5	131	1	5	9	4	4	9	3	6	0	6	310
Tomé Carvalho	47	1	0	0	5	0	6	0	2	0	0	1	62	0	1	6	1	2	6	0	1	3	0	0	0	2	84
Manuel Dias	31	0	0	1	3	1	3	3	0	0	0	0	42	5	0	35	3	1	4	1	1	1	3	1	0	4	101
Viúva de Manuel de Carvalho	39	0	0	0	1	0	2	4	2	0	0	0	48	0	1	12	8	1	2	0	0	2	0	0	0	0	74
José Ferreira	48	0	4	2	1	1	18	9	1	0	0	3	87	15	2	107	2	2	0	1	1	0	0	0	2	2	221
Manuel Rodrigues de Almeida	21	2	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	26	4	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	11	0	47
António Dias da Costa	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5
Rodrigo de Carvalho Coutinho	14	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18
João Antunes	13	0	0	0	2	1	4	3	0	1	0	0	24	4	1	6	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	38
António Simões	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	3	0	21	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	27
Total 2	216	4	4	3	15	3	34	21	5	1	0	4	310	31	7	191	18	6	13	2	3	6	3	1	15	9	615
Total Geral	247	10	11	6	40	4	40	42	12	3	5	8	428	40	12	322	19	11	22	6	7	15	6	7	15	15	925

- 1.7. Espiritualidade;
- 1.8. Teologia e filosofia moral (incluindo tratados de confessores);
- 1.9. Hagiografias;
- 1.10. Jurisprudência canónica;
- 1.11. História – crónicas monásticas;
- 1.12. Outros.

A lista total dos grupos temáticos das obras impressas que catalogámos fica organizada da seguinte forma:

1. Religião;
2. Jurisprudência civil;
3. Medicina;
4. Projectos de teses académicas;
5. Gramáticas e dicionários dirigidos ao ensino;
6. Ciência e astronomia (incluindo almanaques);
7. Literatura e poesia;
8. Literatura panegírica;
9. Política e teoria das instituições;
10. Edições de clássicos empregues no ensino;
11. História;
12. Relações de notícias;
13. Vilancicos;
14. Outros.

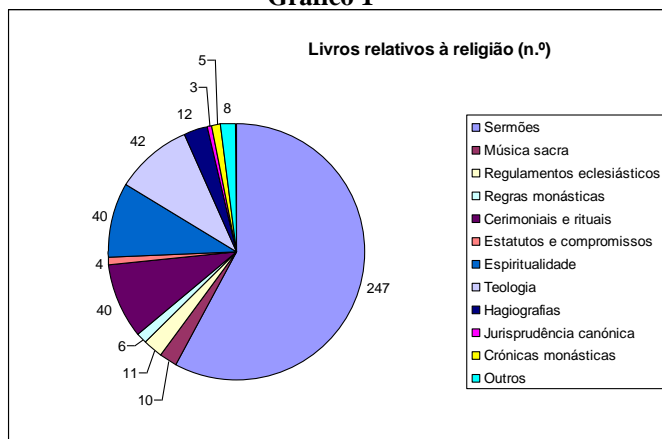
Um nota para explicar que o somatório 1 (**Som1**) corresponde ao número total das obras de religião impressas por cada tipógrafo; o **Total 1** diz respeito ao número de obras de cada um dos grupos ou subgrupos temáticos impressos na primeira metade do século (até 1651) e o **Total 2** refere-se ao mesmo parâmetro, mas de acordo com os números recolhidos entre 1651 e 1700.

Observando-se o mapa anterior, verificamos que o número de obras de religião quase que triplicou entre 1651 e 1700 (de 118 para 310), números indicados nas intersecções da coluna **Som 1** com as linhas **Total 1** e **Total 2**; ao fundo, na quadrícula que une a coluna **Som 1** à linha **Total Geral** apresenta-se o número de obras de religião impressas no século XVII.

A principal responsabilidade por essa tendência cabe à parenética que, de um total de 31 obras impressas na primeira metade do século, passa para 216 em 1700,

perfazendo um total de 247 sermões ou colectâneas de sermões produzidos ao longo de seiscentos, representando 57,71% da produção (gráficos 1 e 2).

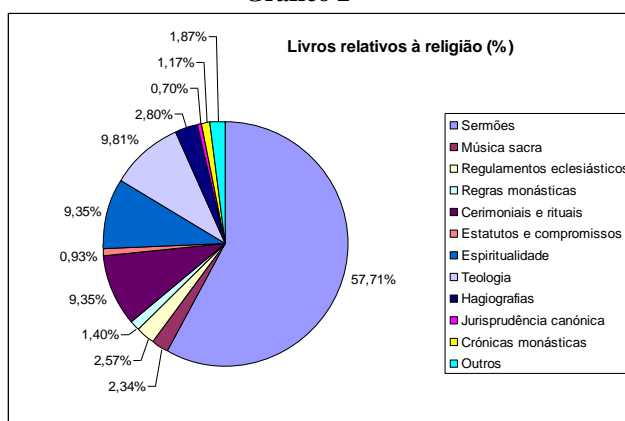
Gráfico 1



Em segundo lugar, temos as obras de teologia ou de filosofia moral, em número de 42, ocupando uma faixa de 9,81%, seguindo-se-lhe os cerimoniais e rituais (40 obras, representando 9,35%), bem como as obras de espiritualidade, com os mesmos valores. Todos os restantes subgrupos são muito

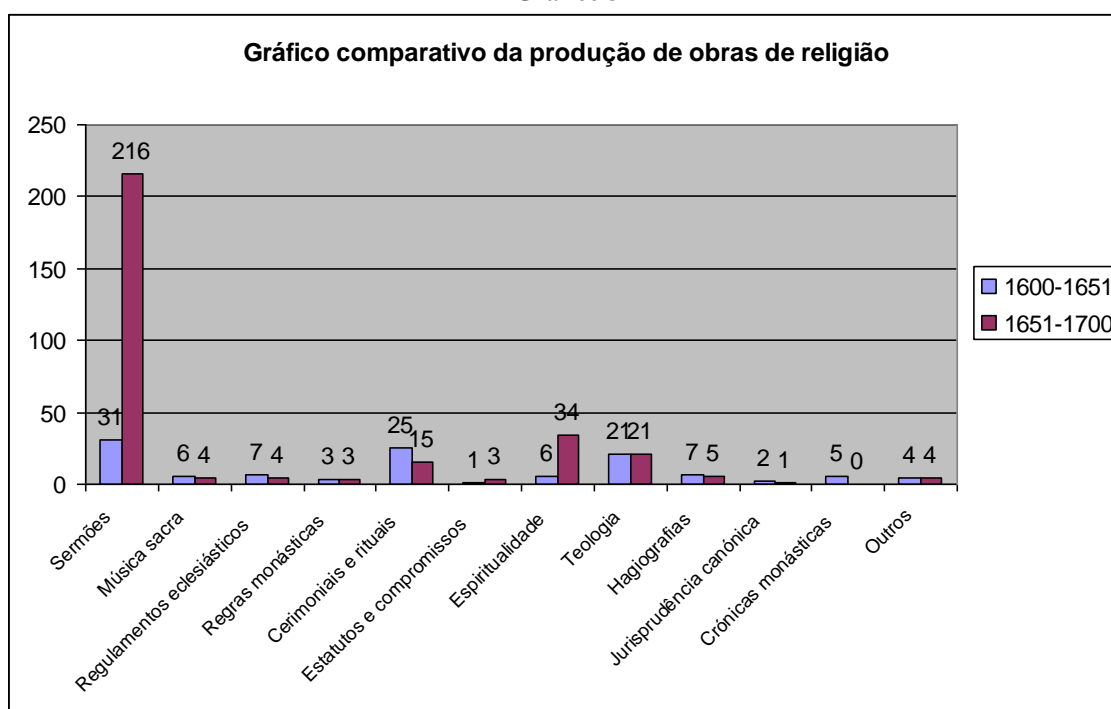
minoritários: as hagiografias são representadas por um conjunto de 12 obras, num total de 2,8%; as constituições diocesanas e regulamentos eclesiásticos ficam-se pelas 11 obras, que representam 2,57% do total; a música sacra, por via dos tratados de cantochão de diversos autores, aparece com 10 obras, com um parcial de 2,34%; temos, depois, os subgrupos das regras e das crónicas monásticas, o primeiro com 6 obras e 1,4%, e o segundo com 5 obras e 1,17%. Os estatutos e compromissos de misericórdias, confrarias, irmandades e ordens militares apresentam 4 obras (0,93%); em último lugar aparecem três obras de jurisprudência canónica, com 0,7%. O grupo que resta engloba todas as oito obras que não foi possível incluir nas categorias anteriores, com um peso de 1,89%.

Gráfico 2



Estes valores não traduzem, porém, a evolução dos grupos temáticos incluídos no capítulo religião; as tendências gerais podem encontrar-se se fizermos a distinção entre as duas metades do século, contabilizando os totais de obras produzidos, por cada um dos subgrupos, entre 1600-1651 e entre 1651-1700 (gráfico 3).

Gráfico 3

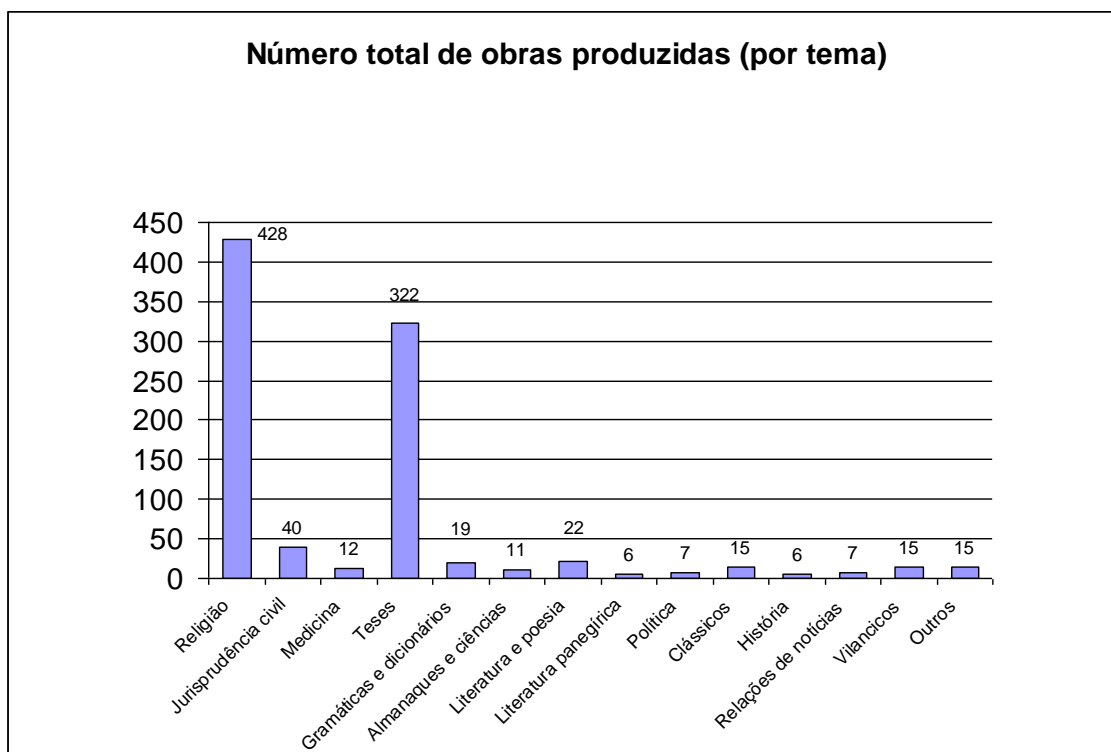


Através do gráfico anterior podemos verificar, desde logo, que a principal diferença, entre as duas metades do século, no que concerne a obras de *religião* é a explosão verificada no número de sermões impressos a partir de 1651, ou seja, a partir do início da actividade de Tomé Carvalho e de Manuel Dias (já que as obras impressas por Manuel de Carvalho foram incluídas na primeira metade do século). Aumenta, igualmente, a impressão de obras de espiritualidade (de seis para trinta e quatro) e, de um modo menos expressivo, os estatutos e compromissos de misericórdias, confrarias, irmandades e ordens militares (de uma para três obras impressas). Na generalidade, todos os outros subgrupos temáticos vêm reduzida a produção, à excepção da teologia e das regras monásticas, que mantém o número de obras impressas (vinte e uma e três obras, respectivamente).

A nota que fica, porém, é que o aumento de obras de religião verificado na segunda metade do século se deve ao grande incremento da impressão de obras de parenética, o que traduz uma opção clara dos agentes ligados à produção de livros impressos pela edição de obras deste tipo, que não seria alheia às preferências de uma larga margem de público consumidor. A parenética condiciona, aliás, toda a evolução da produção tipográfica de Coimbra, já que constitui o maior grupo de obras impressas, concentrado maioritariamente na segunda metade do século; assim, o grupo temático *religião* só é acompanhado de perto pelo grupo constituído pelos projectos de teses

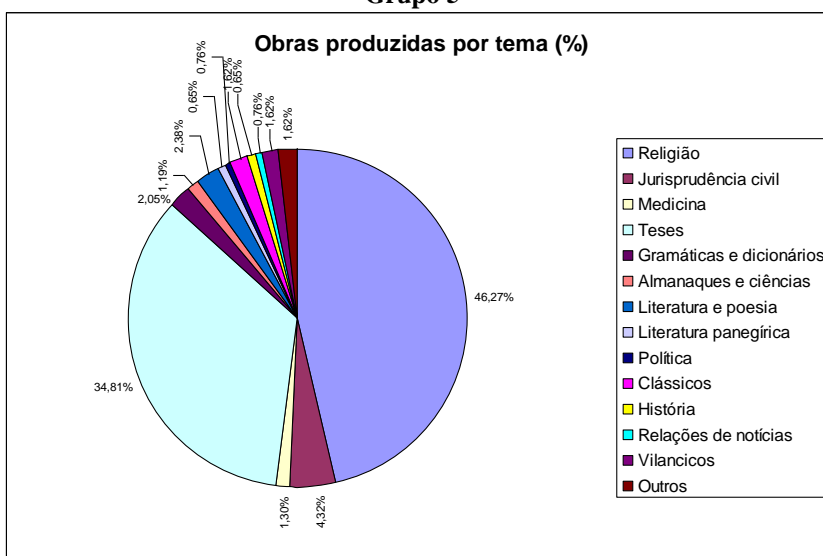
académicas produzidos no âmbito de processos de obtenção de graus na Universidade de Coimbra, conforme se pode observar no gráfico seguinte:

Gráfico 4



Provando o que atrás dissemos, o grupo de obras mais numeroso diz respeito à *religião*, com 428 impressos, ocupando uma fatia de 46,27%, seguindo-se-lhe o grupo constituído pelos projectos de teses universitárias, com 322 obras e 34,81%.

Grupo 5

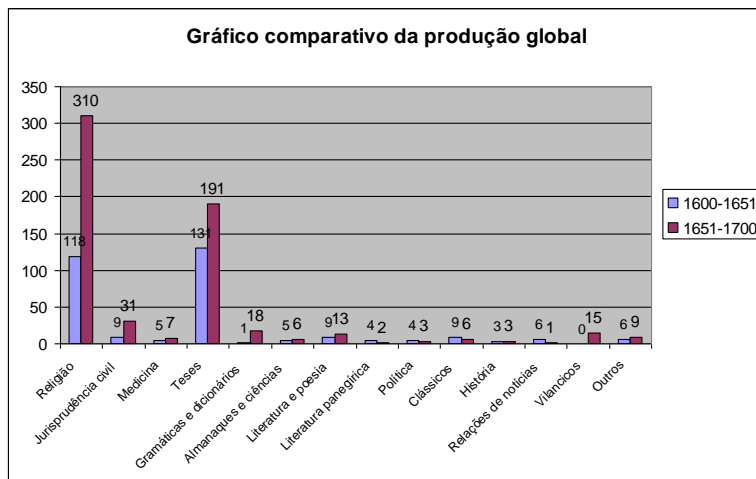


A segunda tendência que devemos apontar prende-se com as características das obras que aparecem integrando os grupos maioritários: são obras contendo poucas páginas impressas, raramente mais de

vinte no caso dos sermões, ou de quatro, no caso dos projectos de teses. Os livros mais

volumosos requerem mais tempo para a sua impressão, de modo que todos os outros grupos temáticos são constituídos por menos obras. O maior grupo, por sinal, é o das obras de jurisprudência civil, habitualmente muito extensas e, por isso, volumosas, que aparece aqui com um total de 40 impressos, ocupando uma faixa de 4,32%. As obras de literatura ou poesia profana ficam-se pelo número de 22 e um parcial de 2,38%, enquanto que as gramáticas e dicionários, destinados ao ensino, aparecem em número de 19, resultando em 2,05% do total, muito por via das sucessivas edições das obras de João Nunes Freire. Seguem-se os vilancicos e as edições de clássicos destinadas ao ensino, em número de 15 por cada grupo, com uma percentagem de 1,62%, as obras de medicina com 12 edições e 1,3%, e os almanaques e livros de ciência, com 11 edições constituídas maioritariamente por obras de Gaspar Cardoso de Sequeira, com um parcial de 1,19%. Todos os restantes grupos ficam abaixo das dez edições e consequentemente, de 1% do total: 7 relações de notícias (0,76%) e outras tantas de política; seis de literatura panegírica e de história, com 0,65% cada grupo temático. Restam 15 edições de obras cujo carácter não permitiu agrupá-las convenientemente, ocupando 1,62% do total.

Gráfico 6



excepção das obras de literatura panegírica (descem de 4 para 2 obras), de política (descem de quatro para três obras), dos clássicos (descem de 9 para 6 obras) e das relações de notícias (descem de 6 para 1 obra). Apenas a panegírica e os projectos de teses académicas sofrem aumentos evidentes. Por outro lado, nenhum dos grupos onde se verificou descidas no número de obras impressas tem peso considerável no cômputo geral.

Também ao nível dos grandes grupos temáticos, podemos estabelecer uma evolução ao longo do século: a tendência para o aumento da produção em cada um deles na segunda metade do século XVII, com a

a) Os impressores activos entre 1600 e 1651.

O impressor mais activo na cidade de Coimbra, ao longo da primeira metade do século XVII, foi Diogo Gomes de Loureiro, cuja obra se pautou, maioritariamente, pela impressão de projectos de teses académicas, num total de 108 (54,55%), e de obras de religião, cujo grupo atinge os 65 exemplares

Gráfico 7

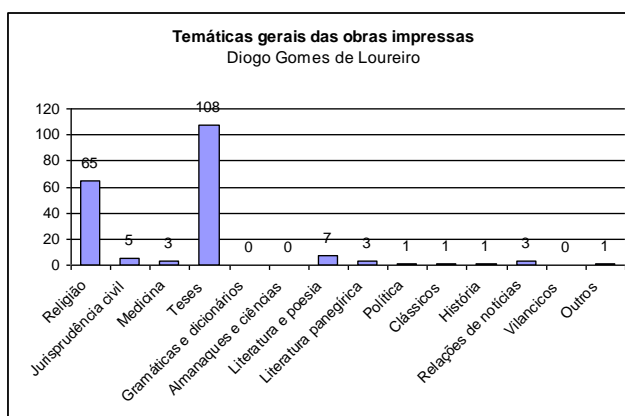
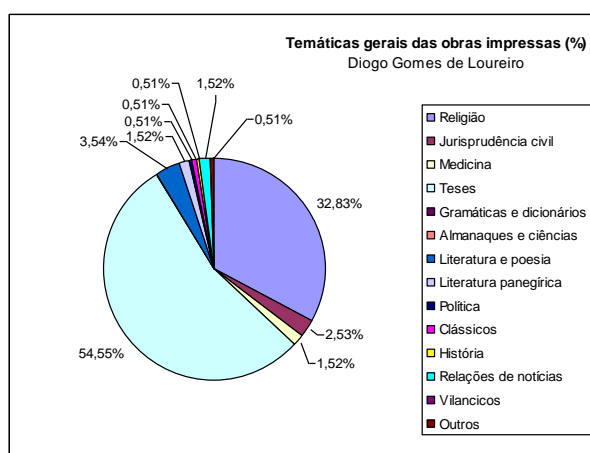


Gráfico 8



(32,83%); neste grupo encontramos 14 obras de parenética (23,08%), 2 de música sacra (3,08%), 4 de regulamentos eclesiásticos seculares (6,15%), 2 regras monásticas (3,08%), 18 cerimoniais ou rituais (27,69%), 1 compromisso da misericórdia de Coimbra (1,54%), 2 obras de espiritualidade (3,08%), 15 obras de teologia ou filosofia moral (23,08%), 1

hagiografia (1,54%) e quatro crónicas monásticas (6,15%), além de 2 obras de poesia religiosa, que não cabem em qualquer das categorias anteriores.

Gráfico 9

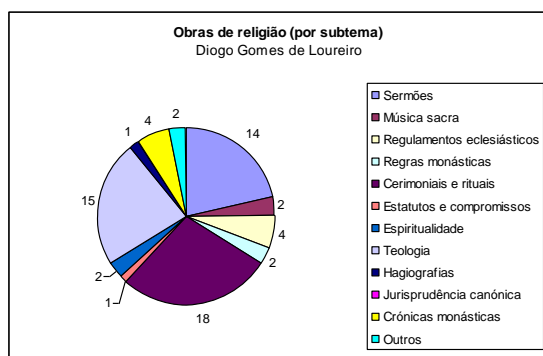
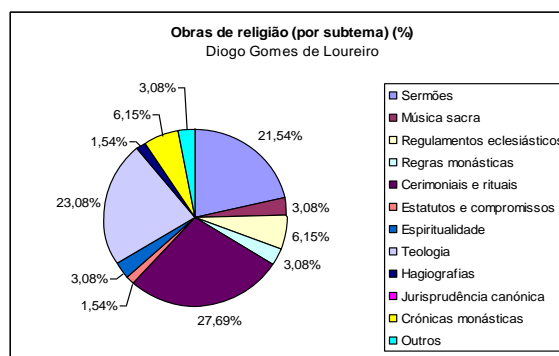


Gráfico 10

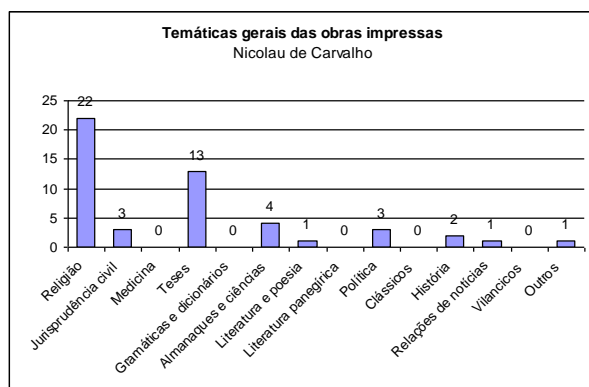


Em relação aos restantes grupos temáticos, poucas são as obras que os compõem. Os grupos mais numerosos são o da literatura e poesia, com 7 obras (3,54%),

e da jurisprudência civil, com 5 obras (2,53%); em seguida aparece a medicina, a literatura panegírica e as relações de notícias, cada uma com 3 obras (1,52% cada) e, apenas com uma obra cada, os grupos de política, de clássicos e de história (0,51%).

A obra tipográfica de Nicolau de Carvalho apresenta um panorama semelhante, mas são as obras de religião que dominam, em detrimento dos projectos de teses académicas: no primeiro grupo temos 22 obras, representando 44% do total; no segundo, apenas 13 obras, com um parcial de 26%. Em relação aos restantes temas,

Gráfico 11



temos os almanaques e livros científicos, com 4 obras, representando 8%; seguem-se 3 obras de jurisprudência civil e outras tantas de política (6% cada) e 2 de história (4%). Finalmente, há apenas uma obra de literatura / poesia e outra de relações de notícias, representando cada grupo 2%.

Entre as obras de religião, que, como vimos, ocupam 44% do total de obras impressas por Nicolau de Carvalho, encontramos 5 obras de parenética (22,73%), 4 cerimoniais ou rituais (18,18%), 3 livros de música sacra e outros tantos de teologia (13,64%), além de 2 regulamentos do clero secular (9,09%), 2 hagiografias (9,09%), uma regra monástica (4,55%) e uma obra de espiritualidade (4,55%).

Gráfico 12

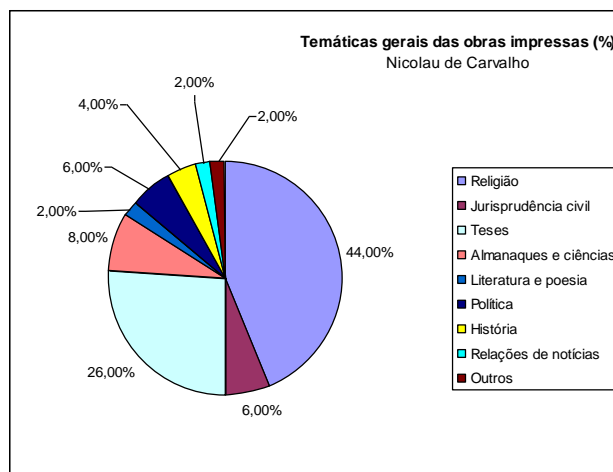


Gráfico 13

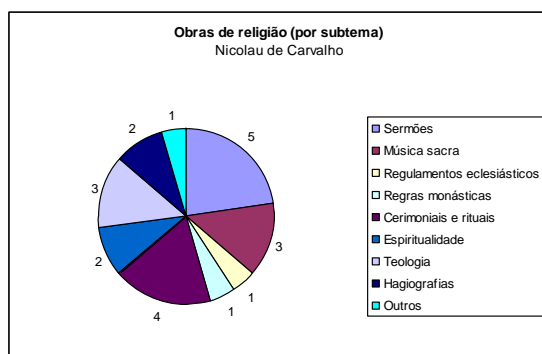
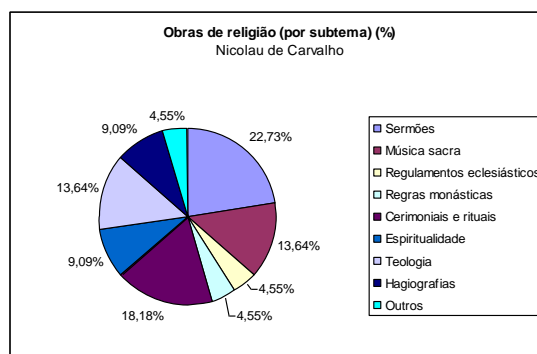
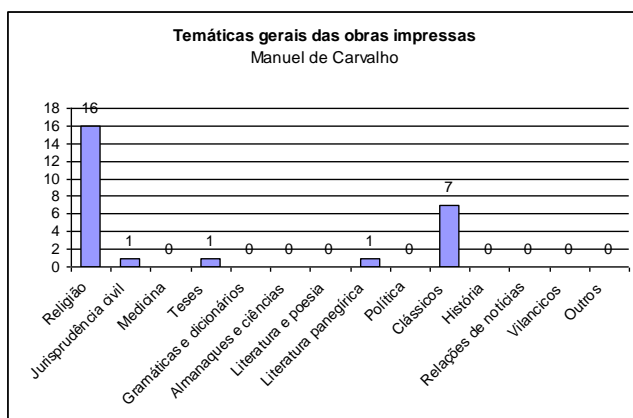


Gráfico 14



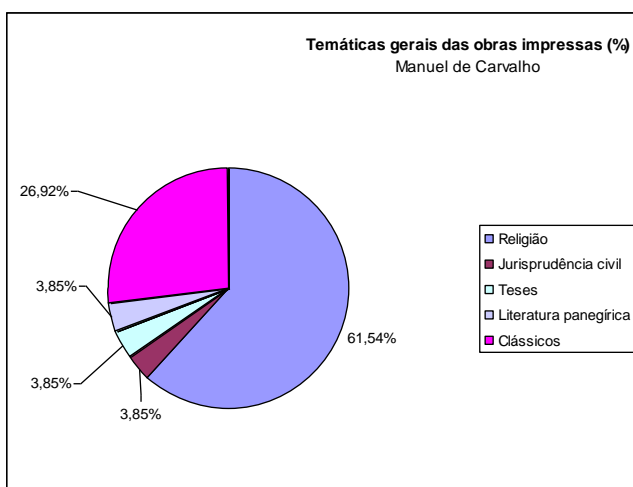
O terceiro impressor mais importante deste período, em Coimbra, foi Manuel de Carvalho, que herdou a oficina do seu pai, Nicolau de Carvalho. Manuel de Carvalho imprimiu, maioritariamente, obras de religião (16 obras, representando 61,54% da

Gráfico 15



produção total) e alguns clássicos destinados ao ensino (7 obras, equivalendo a 26,92%); além destas, imprimiu uma obra de jurisprudência civil, um projecto de tese universitária e uma obra panegírica, representando cada uma um valor de 3,85% do total.

Gráfico 16



O grupo *religião* é repartido em várias categorias temáticas, de forma que encontramos 4 sermões (25%), 4 hagiografias (25%), 2 cerimoniais (12,5%), 1 obra de espiritualidade (6,25%), 1 de teologia (6,25%) e 1 crónica monástica, mais propriamente o segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...] de Leão de São Tomás (6,25%).

Gráfico 17

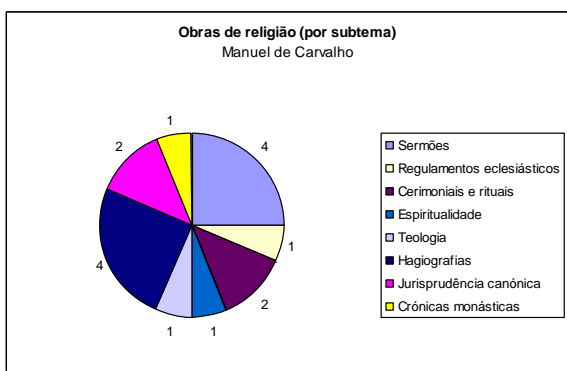
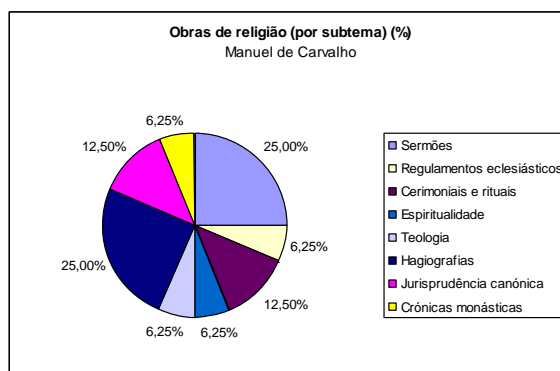


Gráfico 18



Os restantes impressores não têm grande influência nestes resultados. O mais produtivo, entre eles, é Lourenço Craesbeeck, que imprime 13 obras em Coimbra, 3 das quais versam sobre temas religiosos: 2 sermões e 1 cerimonial, sendo que este último é

impresso em associação com Diogo Gomes de Loureiro, de forma que nele constam os nomes dos dois tipógrafos¹. Além destas obras, imprime 7 projectos de teses académicas, 1 obra poética e 2 relações de notícias.

Manuel de Araújo imprime 9 obras, 4 delas relativas à religião (1 livro de música sacra, 1 volume de constituições diocesanas e 1 obra de espiritualidade), 2 livros de medicina, 1 projecto de tese académica, 1 almanaque e 1 obra clássica. Paulo Craesbeeck imprime 5 sermões e 4 obras de temáticas diversificadas, que não cabem nos grupos que adoptámos; Pedro Craesbeeck apenas duas obras de teologia e uma gramática da língua grega; a oficina Craesbeeckiana dá à estampa somente um sermão. Finalmente, o obscuro Estêvão Marques de Araújo imprime um só projecto de tese universitária, ficando completa a relação dos temas abordados pelas obras produzidas pela tipografia conimbricense da primeira metade de seiscentos.

b) Os impressores activos entre 1651 e 1700.

À medida que encontrávamos algumas diferenças assinaláveis entre as duas metades do século XVII, foi necessário encontrar um marco cronológico, que estabelecemos ser o ano de 1651; a demarcação explica-se pelas vicissitudes próprias do funcionamento das oficinas: a oficina de Manuel de Carvalho encerra a sua actividade, mas aparecem as oficinas de Tomé Carvalho e de Manuel Dias. Não há uma sucessão cronológica definida, ou seja, não temos condições de saber se a oficina de Tomé de Carvalho ou a de Manuel Dias começou a imprimir depois do desaparecimento da oficina de Manuel de

Gráfico 19

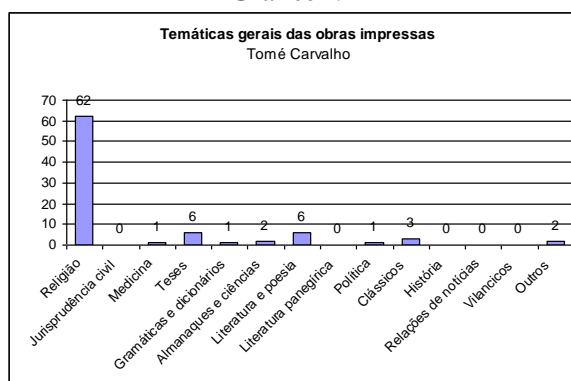
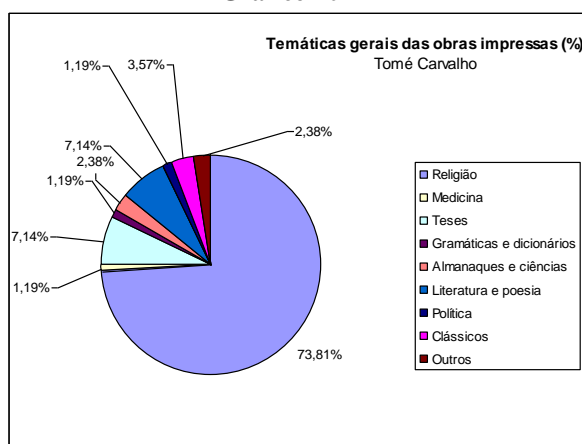


Gráfico 20



¹ Decidimos manter a duplicação da entrada relativa à obra, tal como se de duas obras diferentes se tratasse, de modo que fosse possível mantê-la nos inventários das obras impressas por cada um dos tipógrafos.

Carvalho, nem isso nos parece relevante; sabemos é que Manuel de Carvalho, Lourenço Craesbeeck e a oficina Craesbeeckiana, revelam já algumas das características que definirão as obras tipográficas das oficinas da segunda metade do século. Em relação às temáticas adoptadas, verifica-se um claro aumento da parenética, que era muito rara no início do século; à medida que avançamos no século XVII, as edições de sermões são cada vez mais frequentes, acompanhando o aumento da produção tipográfica.

Gráfico 21

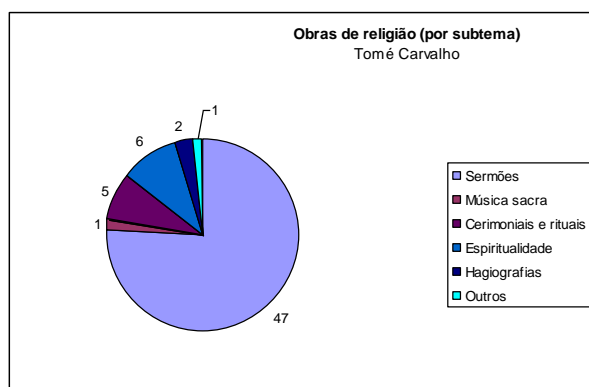
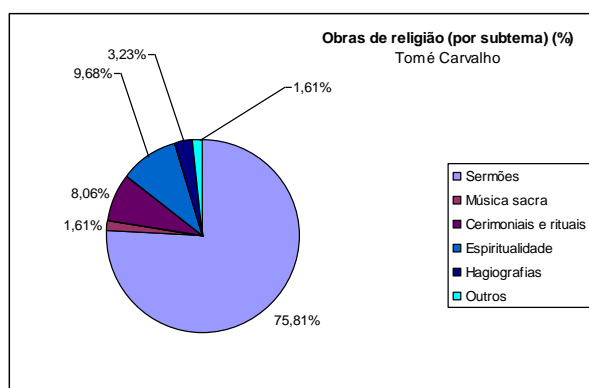


Gráfico 22



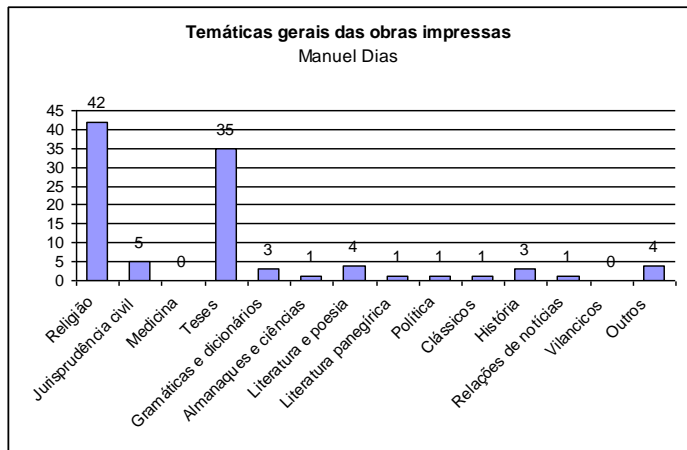
Na oficina de Tomé Carvalho, situada claramente na segunda metade do século, o maior lote de obras impressas corresponde ao grupo *religião* e o tipo de obras mais comum é a parenética – 47 obras, com uma percentagem de 77,81%; muito abaixo deste número, temos as 6 obras de espiritualidade, que só ocupam 9,68% do total; em seguida, temos os cerimoniais e rituais, com 5 obras, representando 8,06%. As hagiografias ocupam 3,23%, com 2 obras, e a música sacra 1,61%, com uma só obra. Resta uma obra de poesia religiosa, que não se enquadra nos subgrupos

anteriores, e que ocupa, igualmente, 1,61%.

Poucas são as obras que Tomé Carvalho imprime fora do capítulo *religião*: temos 6 projectos de teses académicas (7,14%), outras tantas obras de literatura ou de poesia, 3 edições de clássicos utilizados no ensino (3,57%) e 2 livros incluídos no capítulo da ciência – um almanaque e uma obra de astronomia (2,38%); com a representação de uma única obra, encontramos os grupos temáticos de medicina, gramática e política, ocupando 1,19% cada um. Há, ainda, duas obras que, apesar de estarem fora dos grupos anteriores, são dignas de menção: os *Estatutos da Universidade de Coimbra* [...] e o *Teatro del Hombre* [...] de Juan de Zavaleta.

Manuel Dias tem uma obra de características semelhantes, com poucos grupos temáticos: no capítulo da *religião*, o mais representado com 42 obras e 41,58%, temos os subgrupos da parenética, com 31 obras (73,81%), das obras de espiritualidade, os

cerimoniais e rituais, bem como a teologia, com 3 impressos cada (7,14% cada), e das regras monásticas, tal como os estatutos e compromissos de misericórdias, confrarias, irmandades e ordens militares com uma obra apenas (2,38% cada).



3,96%. Com três obras cada um e uma percentagem de 2,97% aparecem as gramáticas/dicionários e a história. Finalmente, os almanaques/ciência, a literatura panegírica, a política, os clássicos e as relações de notícias apresentam apenas uma obra cada, o que constituiu um parcial de 0,99% para cada grupo.

Gráfico 25

Além do grupo temático *religião*, o mais numeroso é o dos projectos de teses académicas, onde encontramos 35 obras, representando 34,65%. Segue-se a jurisprudência civil, com cinco obras e 4,95%, e a literatura e poesia com 4 exemplos e

Gráfico 24

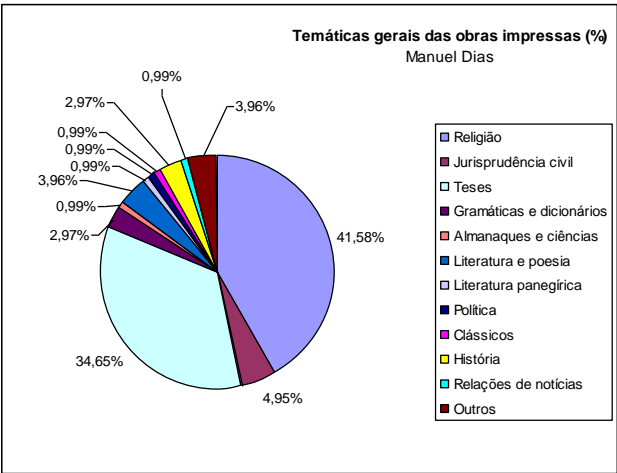
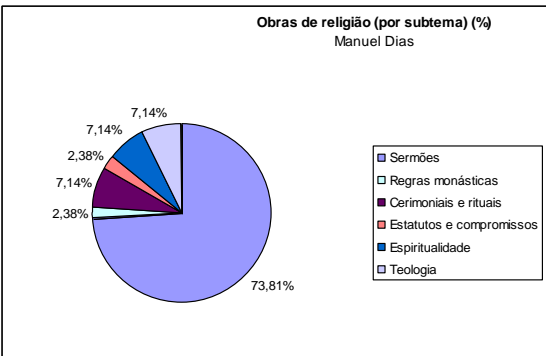
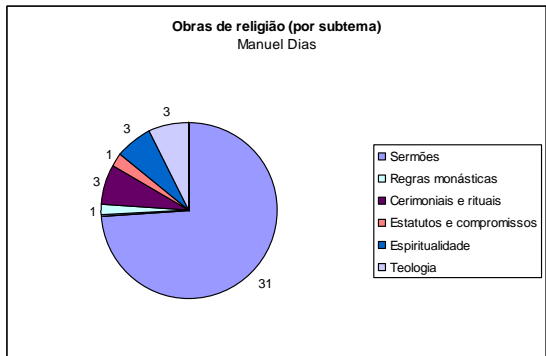


Gráfico 26



A oficina que aparece em seguida, na linha cronológica, é a viúva de Manuel de Carvalho, que é um pouco menos activa que os dois impressores anteriores. Porém, é também na *religião* que encontramos a maior parte da sua produção, num total de 48

obras, que representam 64,86%, distribuindo-se da seguinte forma: 39 sermões (81,25%), alguns dos quais impressos em edições duplas; 4 obras de teologia ou filosofia moral (8,33%); 2 obras de espiritualidade (4,17%); outras 2 de vidas de santos (4,17%); e 1 cerimonial ou ritual (2,08%).

No âmbito das temáticas gerais, além das obras de *religião*, a viúva de Manuel de Carvalho dá à estampa 12 projectos de teses universitárias (16,22%), 8 obras de gramática, contando com as variadas edições de obras de João Nunes Freire (10,81%), 2 obras de literatura ou

de poesia (2,7%), 2 edições de clássicos destinadas ao ensino (2,7%), uma obra de

medicina (1,35%) e um almanaque (1,35%).

Também aqui, verificamos o limitado número de grupos temáticos, que é preenchido pelas obras editadas por esta impressora; trata-se de uma realidade que encontramos, igualmente, na obra do impressor que mais obras produziu na segunda metade do século: José Ferreira. Na realidade, ao nível das temáticas gerais, encontramos a *religião* com 87 obras impressas (39,37%), mas o grupo mais representado é o dos projectos de teses académicas, com 107 obras

Gráfico 27

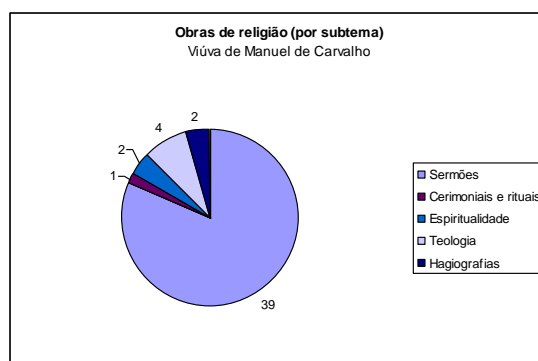


Gráfico 28

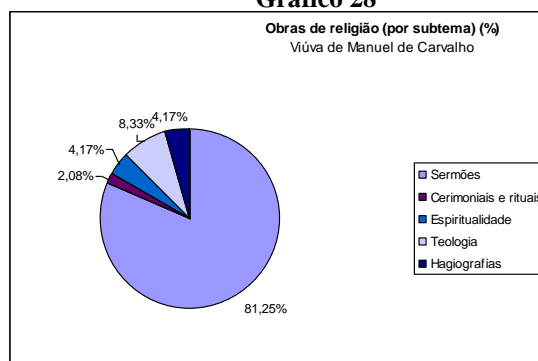


Gráfico 29

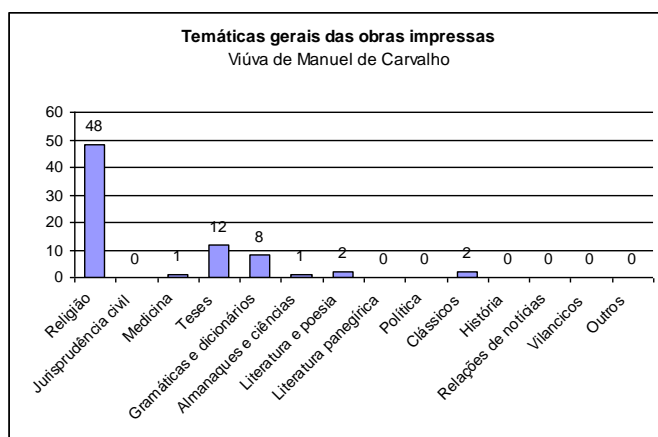
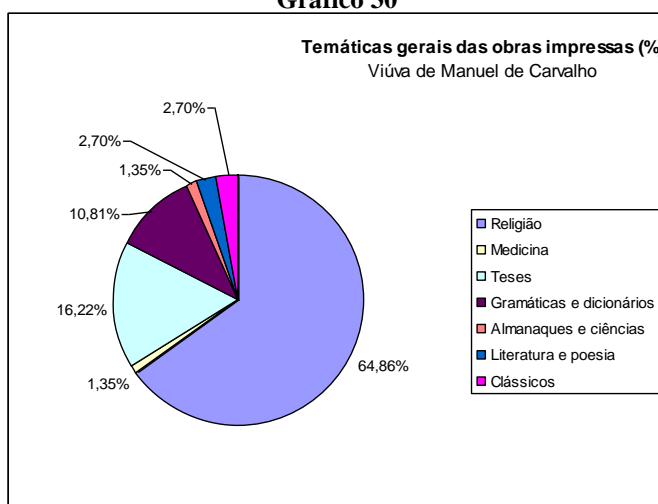


Gráfico 30



(48,42%), quase metade do total impresso. Seguem-se as 15 obras de jurisprudência civil (6,79%); a medicina, as gramáticas, os almanaques e os vilancicos, dos quais são impressas 2 edições de cada, representam quotas de 0,9%). As obras de política

Gráfico 31

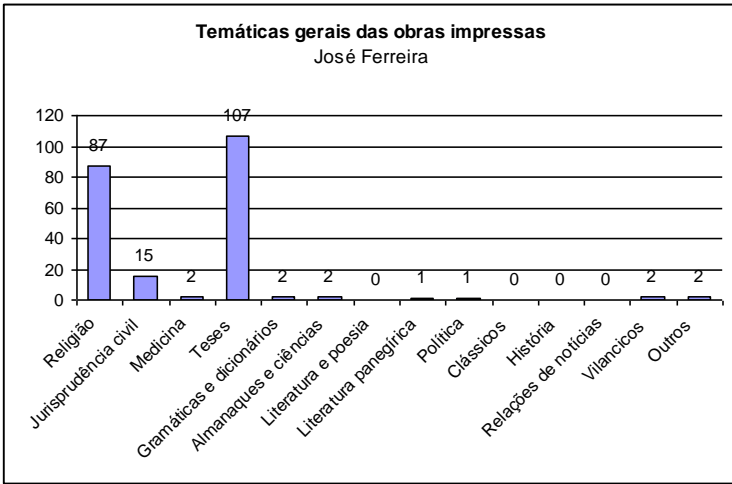
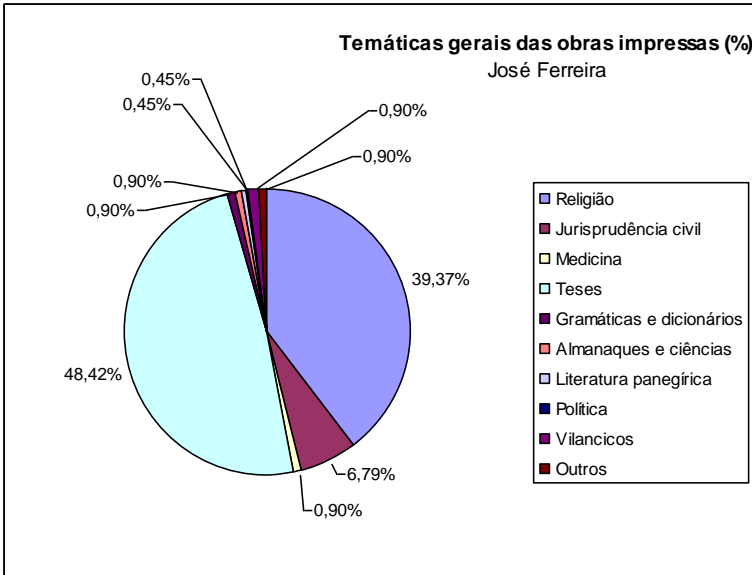


Gráfico 34



e a literatura panegírica, com uma única obra cada, ocupam uma fatia de 0,45% cada uma.

Decompondo o grupo da *religião*, que, como vimos, era composto por 87 obras, verificamos que 48 delas são parenética, ocupando um parcial de 55,17%. Muito

abaixo estão as 18 obras de espiritualidade, que representam 20,69% do total, um peso

Gráfico 33

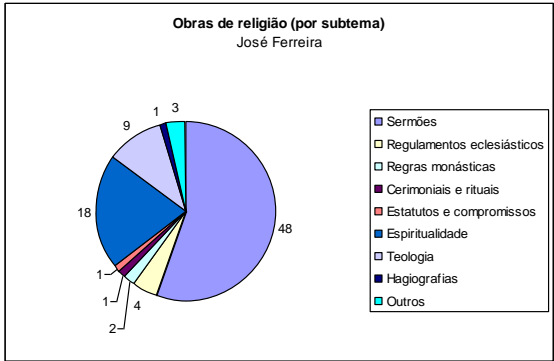
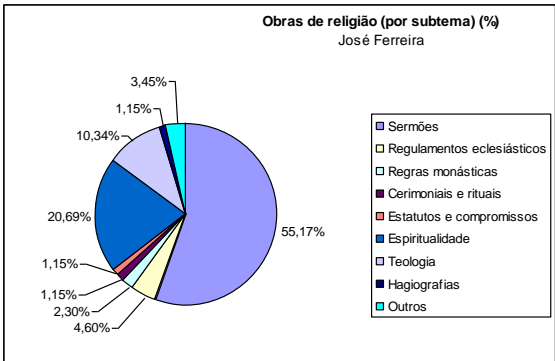


Gráfico 34



que ainda não tínhamos encontrado em qualquer um dos tipógrafos que analisámos anteriormente; a teologia, com 9 obras, ocupa 10,34%. Todos os restantes subgrupos se situam abaixo da linha das cinco obras: as constituições ou regulamentos eclesiais

seculares, com 4 obras, ocupa 4,6%; as regras monásticas, com 2 obras impressas, representam 2,3%; os estatutos ou compromissos de misericórdias ou confrarias, as hagiografias e os cerimoniais, com apenas uma obra, reflectem, cada grupo, 1,15%.

Manuel Rodrigues de Almeida é um impressor menos activo e, por isso, os grupos temáticos são, ainda, mais escassos. Voltamos a ver um largo predomínio de obras de *religião* (26 obras, representando 55,32%), mas o segundo grupo mais numeroso é o dos vilancicos, com 11 obras (23,40%); a seguir, temos a jurisprudência civil, com 4 obras

Gráfico 35

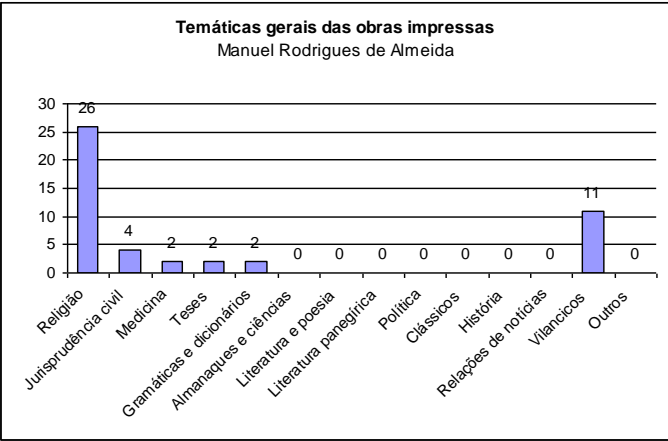
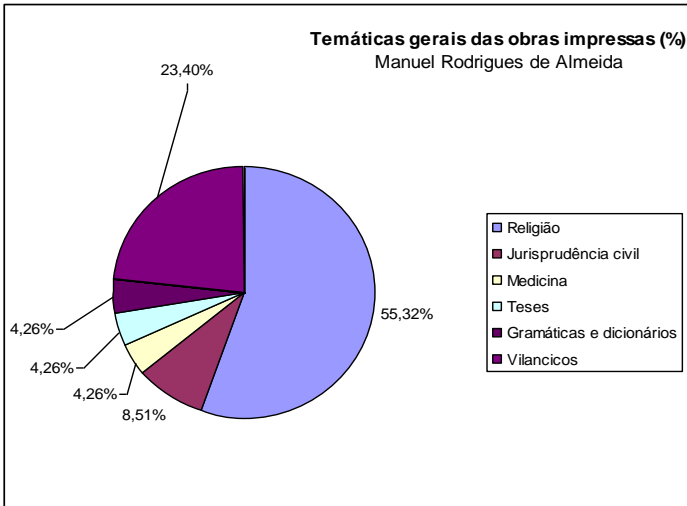


Gráfico 36



(8,51%); a medicina, as teses universitárias e a gramática, todas com 2 obras, ocupam 4,26% cada uma.

No grupo da *religião*, encontramos somente quatro subgrupos, com a parenética a tomar a dianteira com 21 obras (80,77%), juntando-se aos cerimoniais e à música sacra, com 2 obras (7,69%),

aparecendo a teologia com uma só obra (3,85%).

Gráfico 37

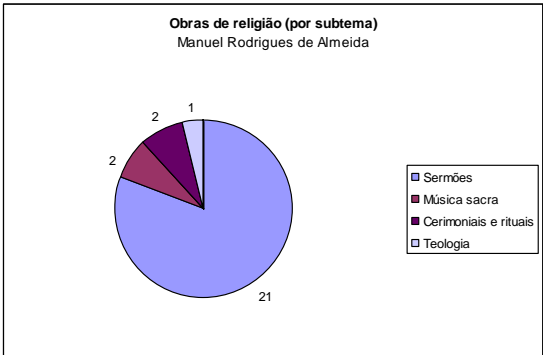


Gráfico 38

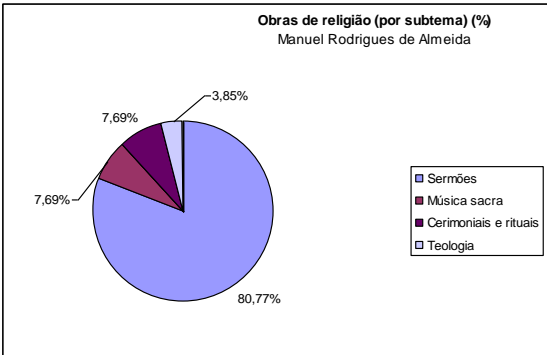


Gráfico 39

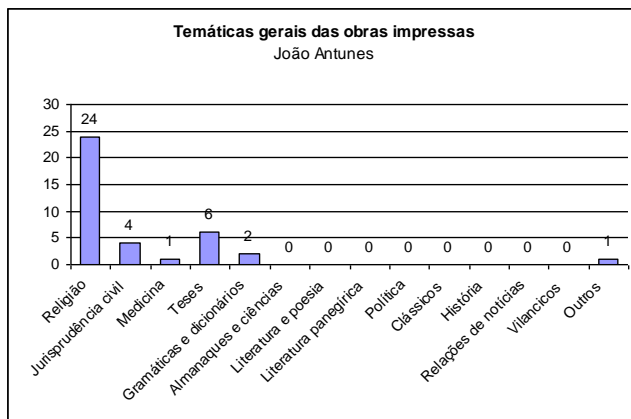
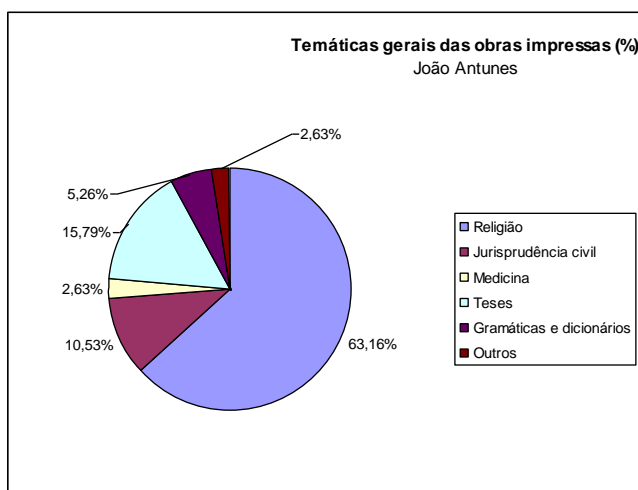
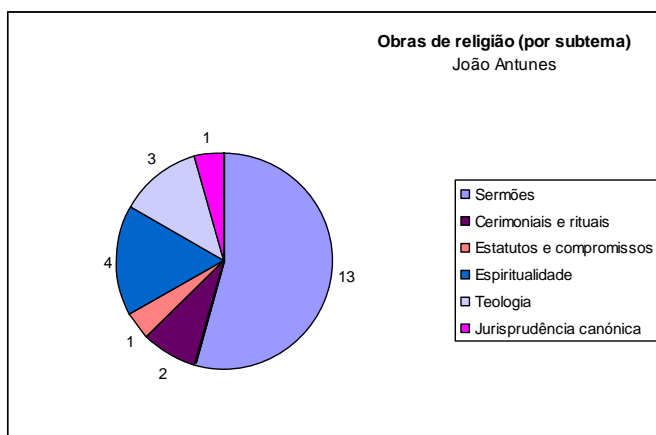


Gráfico 40



compromisso de uma misericórdia (4,17%), e a que resta versa sobre jurisprudência canónica (4,17%).

Gráfico 41



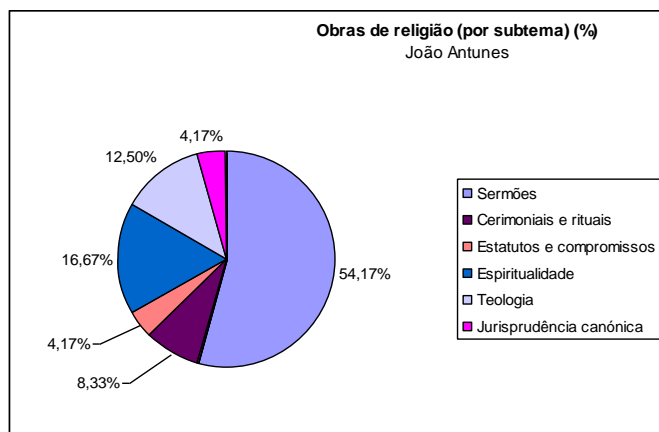
académicas; naquele grupo, encontramos 14 obras de parenética, uma de música sacra e um cerimonial. António Dias da Costa fica-se pelas cinco obras, das quais três são de *religião* (dois sermões e uma obra de espiritualidade) e duas são vilancicos. Finalmente,

Entre os impressores mais activos neste período, resta sublinhar a obra de João Antunes, o qual, até 1700, confirmou as tendências que verificámos: num total de 38 obras, 24 são de *religião* (63,16%), 6 são projectos de teses académicas (15,79%), 4 são obras de jurisprudência civil (10,53%), 2 são de gramática (5,26%), uma é de medicina (2,63%) e outra é um tratado de cavalaria, que aparece aqui fora de classificação (2,63%).

No subtema mais numeroso, a *religião*, encontramos 13 sermões (54,17%), 4 tratados de espiritualidade (16,67%), 3 obras de teologia (12,5%), 2 são cerimoniais ou rituais (8,33%), uma é um

Todos os outros impressores produzem muito poucas obras, não sendo elas representativas do que acabámos de expor, mas parecem confirmá-lo. Assim, Rodrigo de Carvalho Coutinho imprime, apenas, 18 obras, sendo 16 delas de *religião* e 2 são projectos de teses

Gráfico 42



António Simões, até 1700, imprime 27 obras, das quais 21 são projectos de teses universitárias; das restantes seis, duas são de *religião* (uma de parenética e outra de teologia), três são de jurisprudência civil e uma é de poesia.

Parte III

A sociedade, a economia, o mercado

A. O preço do livro

No período em estudo, Portugal pautou-se por períodos sucessivos de recessão demográfica motivada, entre outros factores, por surtos epidémicos que assolaram todo o país com mais ou menos intensidade; segundo António de Oliveira, estes surtos sentem-se durante todo o último terço do século XVI, acompanhados por períodos de fome prolongados. O referido autor escreve ainda:

«Mas foi sobretudo ao finalizar o século XVI e ao iniciar-se, cronologicamente, a centúria seguinte que a população de Portugal sofreu um profundo recuo, devido à peste que grassou em 1598-1602, epidemia que, a nível da Península, havia já chegado a Santander em 1596»¹.

A este período de depressão, seguiu-se rapidamente uma recuperação demográfica² que parece nunca ter tido uma clara projecção no domínio económico. Efectivamente, a recuperação económica revelou-se mais difícil, verificando-se o início de um ciclo depressionário em 1610, talvez provocado por uma crise financeira que condicionou os preços nas duas décadas seguintes, com sucessivos aumentos³, pressionados igualmente pelos períodos de carestia como o de 1621-1622.

A crise acabou por fazer-se sentir nas rendas da Universidade de Coimbra, verificando-se quebras acentuadas desde o final do século XVI até 1640, com particular ênfase a partir de 1621⁴. Aliás, recordemo-nos que o último impressor privilegiado da Universidade activo no século XVI, António de Mariz, acabou por sair da cidade para fugir à peste⁵; as próprias escolas estiveram encerradas nos últimos anos desse século, reabrindo somente a 3 de Janeiro de 1600:

«A quebra do quinquénio de 1599-1604 (que interrompe a tendência ascendente dos efectivos estudantis), já esboçada no quinquénio anterior, coincide com um período de graves dificuldades que, começando com esterilidades dos anos de 1596 e seguintes, continuaram por um surto epidémico em finais de 1598, prolongando-se por 1599, o qual originou que “no fim de

¹ António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, pág. 53.

² António de Oliveira aponta valores respeitantes ao rápido aumento do número de fogos no Algarve entre 1601 e 1617, mas «não à custa dos centros urbanos, em decadência desde o último quartel de Quinhentos.» Aliás, prova que faltava população um pouco por todo o país, invocando os casos conhecidos de Coimbra, Viseu, Porto, Guimarães e Algarve; cita Baltasar de Faria Severim, que em 1610-1611, escreveu que «o reino estava deserto» (Cf. António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, pág. 53 e nota 33).

³ Cf. António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 60-ss. Vide, também, na mesma obra, os gráficos das páginas 58 e 59.

⁴ Cf. António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, pág. 64.

⁵ Cf. Venâncio Deslandes, *op. cit.*, pp. 91-94, nota 1.

Março” já não houvesse na cidade “nem estudantes nem doutores” e que no Claustro Pleno, ocorrido a 4 de Maio estivessem presentes apenas o Reitor e dois doutores para darem execução a uma carta régia que mandava encerrar a Universidade enquanto durasse a peste.»⁶

Estando o mercado livreiro de Coimbra dependente da Universidade, é bem provável que a crise se reflectisse no preço dos livros; fácil será de compreender que a baixa de rendas e a quebra numérica entre o público universitário terá implicado uma diminuição do número dos livros produzidos. Impõe-se saber, então, quais os efeitos da crise na produção dos livros, nomeadamente se existiram movimentações nos preços.

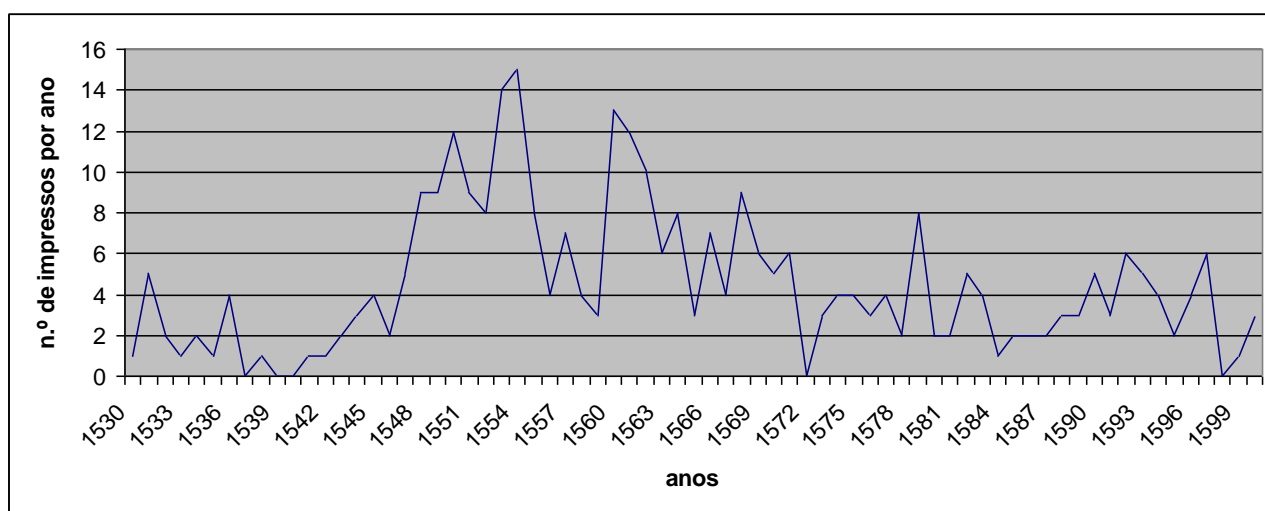


Gráfico X – Evolução do número de impressos em cada ano (1530-1600)⁷

O estabelecimento dos preços dos livros, no século XVII, obedecia aos critérios definidos pelo poder central, consubstanciado no Desembargo do Paço, que tinha uma dupla função em relação à impressão de livros: por um lado, o controlo da conformidade das ideias contidas nos textos impressos com a doutrina católica romana⁸; por outro lado, o estabelecimento das taxas. Com

⁶ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo Social e Económico)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1995, pág. 106; cf. também António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra*, Primeira Parte, volume I, Coimbra, 1971, pp. 272 e 273.

⁷ Gráfico elaborado segundo dados fornecidos por António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926 (reed.).

⁸ Efectivamente, inúmeros são os exemplares em que as licenças são impressas por uma ordem bem definida: em primeiro lugar, a Mesa do Santo Ofício envia o manuscrito a dois qualificadores que revêem o livro, avaliando a sua conformidade com a teologia católica e a doutrina da Igreja; se nada há que obrigue à proibição do livro ou à expurgação de quaisquer partes, cada um dos qualificadores emite uma aprovação, que é enviada à Mesa do Santo Ofício, que emite uma licença para a impressão. Paralelamente, o manuscrito é apresentado a duas outras instâncias: o bispo da diocese ou os superiores da ordem a que pertence o autor (licença do Ordinário) e o Desembargo do Paço (licença do Paço), voltando o livro, depois de impresso, para confirmação da concordância com o original; se nada houvesse a opor após esta conferência, era então emitida a taxa.

efeito, a atribuição das taxas era exclusiva dos oficiais da Mesa e feita quando o livro estava pronto; a taxa era, então, aposta no livro antes de este ser colocado à disposição do público. Em geral, era impressa como se fosse a última licença atribuída ao livro, mas poderia ser colocada no pé da imprensa. O valor da taxa nem sempre era impresso, ficando o espaço em branco de modo a poder-se colocá-lo posteriormente.

A taxa significava, na realidade, o “tabelamento” dos preços dos livros novos, de modo que o preço de venda não acompanharia necessariamente os movimentos cíclicos dos preços de outros produtos; procuraremos, então, perceber o que se verificou ao longo do século.

A 12 de Janeiro de 1616, Belchior Dias Preto⁹, Francisco Pereira Pinto¹⁰ e Machado¹¹, emitiam no Desembargo do Paço uma licença para impressão dos tomos segundo e terceiro das *Disputationes de Beatitudine Corporis* [...], de Frei Egídio de Apresentação:

«Dam licença ao Supplicante o D. Frey Egidio, pera poder mandar imprimir o segundo e terceiro volume de Beatitudine, & depois de impresso logo os taxão a tres reis cada folha inteira de papel, & com isso o escusa de mandalos cá; & mandará a esta Mesa os tres volumes, a cada hum dos Desembargadores, a xij de Janeiro de 616.»

Os referidos tomos seriam, efectivamente, impressos na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, tal como havia sido o primeiro em 1609, mas o segundo tomo sairia com a data de 1615; somente o terceiro apareceria com o ano conforme às licenças do Paço, 1616¹². À primeira vista, ficamos a saber que a taxa era atribuída de acordo com a quantidade de papel necessária para a impressão da obra; neste caso, o preço de *cada folha inteira de papel*¹³ seria de *tres reis*. Assim, por hipótese, o que interessaria aos membros da Mesa seria a quantidade de papel despendida e seria

⁹ Belchior Dias Preto foi desembargador do Paço e da Casa da Suplicação, inquisidor de Évora e procurador das Ordens Militares. Foi nomeado deputado da Mesa da Consciência e Ordens a 12 de Dezembro de 1602 e tomou posse a 10 de Fevereiro de 1603, acabando por ser nomeado inquisidor de Lisboa em 1643 (Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, IANTT, 1997, pág. XXXIII).

¹⁰ Francisco Pereira Pinto, segundo Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara (cf. *op. cit.*, 1997, pág. XXXIV) foi nomeado como deputado da Mesa da Consciência e Ordens a 3 de Setembro de 1616, tendo sido, também, deputado da Inquisição de Lisboa, desembargador do Paço e da Relação, agente em Roma e bispo eleito do Porto. Como é facilmente verificável, já estaria ligado à Mesa bem antes da data indicada pelas autoras.

¹¹ Não foi possível identificar este deputado, que não é citado na obra referida (Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, IANTT, 1997, pp. XXIX-XLVIII).

¹² Os exemplares que analisámos dos três tomos possuem as respectivas licenças, o que nos permite verificar que as licenças do segundo e do terceiro tomo são quase coincidentes: apenas o nome do revedor é diferente (Gabriel da Costa para o segundo tomo e Frei Francisco da Fonseca para o terceiro) e a data da aprovação (sem data nem local de emissão no tomo de 1615 e o Colégio de Santa Maria das Graças de Coimbra, a 12 de Dezembro de 1615 para o volume impresso em 1616).

¹³ Efectivamente, todos os três tomos da obra seriam impressos em formato *in-fólio* pequeno, como era hábito para obras deste género, com a seguinte foliação: [16], 1176 (i.e. 1172), [83], [1br.] pp. (Tomo I); [8], 1378, [72] pp. (Tomo II); [12], 561, [3br.], 82, [28], [2br.] pp. (Tomo III). Deste modo, uma *folha inteira de papel* significaria duas folhas ou quatro páginas em cada caderno impresso.

nessa premissa que assentaria o cálculo das taxas dos livros; na realidade, porém, se contabilizarmos o número de folhas gastas na impressão de cada um dos volumes, verificamos o seguinte:

	foliação (em número de páginas)	número total de páginas	número de folhas gastas	Custo em papel (de acordo com o valor atribuído, em reis)	Taxa atribuída (em reis)
Tomo I	[16], 1176 (i.e. 1172), [83], [1br.]	1272	$1272:4=318$	$[318 \times 3]=954$	1300
Tomo II	[8], 1378, [72] ¹⁴	1458 [1460]	$1460^{15}:4=365$	$365 \times 3=1095$?
Tomo III	[12], 561, [3br.], 82, [28], [2br.]	688	$688:4=172$	$172 \times 3=516$?

Da tabela apresentada surge-nos imediatamente uma questão: é possível que fosse atribuída uma taxa menor a um volume cuja impressão gastou mais papel? Conforme se verifica, o tomo I teria gasto 318 folhas, o que significa que, taxando o livro a três reis por folha, teríamos uma taxa de 954 reis; em paralelo, o tomo II gastou 365 folhas, o que significaria um aumento da taxa, para 1095 reis. Sabendo que o Tomo I foi taxado a 1300 reis, como explicar o desvio de 346 reis, se a taxa significasse unicamente o valor atribuído ao papel? Certamente que teríamos de aceitar a hipótese de o valor atribuído a cada folha de papel ter baixado em seis anos.

Evidentemente que a liberdade concedida a Frei Egídio para mandar imprimir os referidos tomos da sua obra constituía uma exceção, mas nunca se pôs em causa a necessidade de fazer os livros passar pelo crivo da censura do Paço: o professor de Coimbra podia, inclusivamente, taxar os livros depois de impressos, mas teria de enviar um exemplar dos três volumes a cada um dos desembargadores, o que sugere que somente depois da sua aprovação os livros poderiam “correr” no mercado – e a regra imposta não se aplicava somente aos dois tomos que careciam de licença, já que era solicitado o envio dos *três volumes*; de resto, apesar da liberdade concedida para taxar os livros, a taxa do segundo e do terceiro tomo da obra parece não ter sido impressa e os volumes ostentam, no pé de imprensa, um espaço em branco para a colocar, manuscrita.

A taxa de 1300 réis, atribuída ao primeiro tomo da obra de Frei Egídio da Apresentação, foi uma das mais altas que encontrámos nos livros impressos em Coimbra ao longo do século XVII¹⁶;

¹⁴ Falta uma folha, isto é, duas páginas, provavelmente em branco.

¹⁵ Ao número de páginas foram acrescentadas duas, correspondentes à folha em falta.

não obstante, a taxa atribuída por folha é média, situando-se nos 4,09 réis por folha¹⁷. Verifica-se, então que, no ano de 1609, o preço por cada folha impressa é superior aos três réis com que foram taxados o segundo e o terceiro volumes da obra, impressos, respectivamente, em 1615 e 1616¹⁸.

Em toda a obra tipográfica de Diogo Gomes de Loureiro, encontrámos apenas uma edição que suplanta essa taxa: os 1500 réis com que foi taxado o livro de João Portugal, *De gratia increata, et creata* [...], impresso em 1627, formando um volume de grandes dimensões: um *in-fólio* de [52], 1420, [79], [1br.] páginas, o que exigiria cerca de 388 folhas para a sua impressão. Acima dos 1000 réis encontramos um livro de outro professor de Coimbra, Francisco Suarez, cuja edição do *Tractatus de Legibus* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1612, foi taxada em 1100 réis em papel; trata-se, mais uma vez, de um *in-fólio* de [8], 1266, [30] páginas, cuja execução tipográfica teria exigido a utilização de cerca de 326 folhas de papel. Este volume tem a particularidade de ter uma taxa portuguesa – os referidos 1100 réis em papel, dados em Lisboa, a 8 de Maio de 1612 – e uma espanhola, atribuída anteriormente, a 24 de Março de 1612, em Madrid, no valor de cinco maravedis, o que parece indicar que a obra tinha sido impressa para estar acessível, também, ao público espanhol.

Diogo Gomes de Loureiro não foi o único a imprimir livros com estas dimensões físicas e com taxas tão elevadas. Em 1616, Nicolau de Carvalho dá à estampa um *in-fólio*, de [14], 879, [1br.], [26] páginas, taxado a 1000 réis (230 folhas inteiras de papel): uma obra de jurisprudência civil, da autoria de Francisco de Caldas Pereira e Castro, intitulada *Analyticus commentarius sive ad typum instrumenti emptionis, & venditionis tractatus* [...]; no ano seguinte, Miguel de Sande financia uma nova edição da obra, agora intitulada *Tractatus de emptione, et venditione* [...], um *in-fólio* de [12], 879, [59] páginas, novamente taxado a 1000 réis, não obstante o excesso de vinte páginas. Quatro anos depois, é o próprio Nicolau de Carvalho que financia a impressão da *Opus de triplice virtute theologica*, de Francisco Suarez, uma obra em *in-fólio*, com [16], 825 (i.e. 823), [1br.], [32] páginas (218 folhas de papel), taxada em 1200 réis em papel.

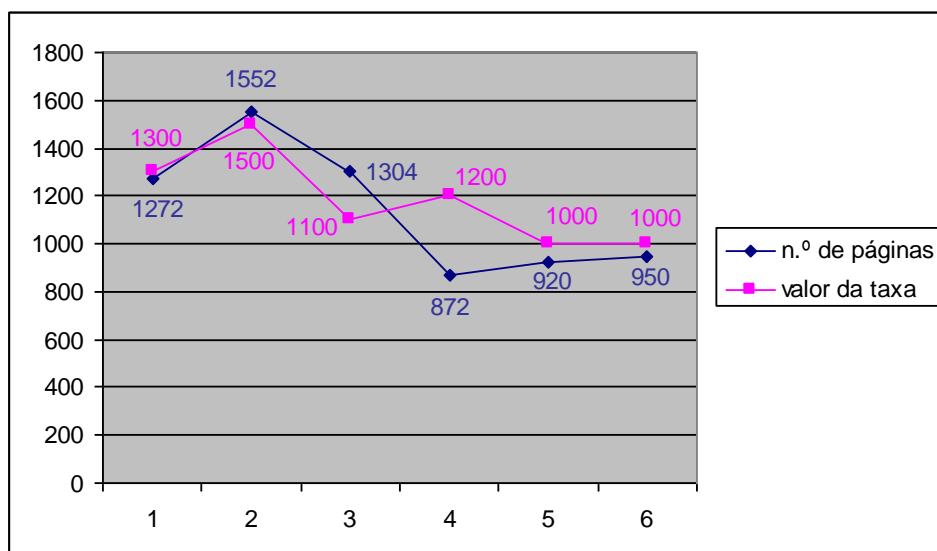
Temos, então, um conjunto de livros impressos com o mesmo formato, *in-fólio*, mas com volumes de páginas bem diferentes, que nos permitem verificar que os livros impressos por Nicolau de Carvalho seriam mais valiosos que os impressos por Diogo Gomes de Loureiro; isto se

¹⁶ Ressalvamos o facto de muitos dos exemplares que consultámos não disporem das respectivas taxas, pelo que utilizamos as taxas que encontrámos.

¹⁷ Conforme veremos, grande parte das obras para as quais encontrámos as respectivas taxas, apresentam-se taxadas a um valor entre os quatro e os cinco réis por folha.

¹⁸ Uma hipótese que pode explicar a diferença no valor da taxa por folha refere-se ao facto de os referidos tomos II e III terem obtido dispensa de “ir” previamente ao Desembargo do Paço.

considerarmos a relação número de páginas-valor da taxa, conforme se expressa no seguinte gráfico:



1. Egídio da Apresentação, *Disputationes de animae, et corporis beatitudine*, Tomo I, Diogo Gomes de Loureiro, 1609
2. Francisco Suarez, *Tractatus de legibus* [...], Diogo Gomes de Loureiro, 1612.
3. João de Portugal, *De gratia increata, et creata.*, Diogo Gomes de Loureiro, 1627.
4. Francisco de Caldas Pereira e Castro, *Analyticus commentarius* [...], Nicolau de Carvalho, 1616.
5. Francisco de Caldas Pereira e Castro, *Tractatus de emptione, et venditione* [...], Nicolau de Carvalho, 1617.
6. Francisco Suarez, *Opus de triplice virtute theologica* [...], Nicolau de Carvalho, 1621.

Segundo o critério apontado, verificamos que a obra de João de Portugal, impressa por Diogo Gomes de Loureiro em 1627, seria a menos valiosa; ao invés, a mais valiosa seria o *Analyticus commentarius*, de Francisco de Caldas Pereira de Castro, impressa por Nicolau de Carvalho, em 1616.

Conforme verificámos, a cidade de Coimbra acompanhou a tendência depressiva da economia e da demografia portuguesa; os efeitos da crise não parecem ter grande reflexo nas taxas dos livros impressos. Os livros mais baratos eram as obras de parenética, impressos invariavelmente num formato *in-4.º*; o número de folhas variava e era costume colocar-se, ao menos, uma capitular decorada no início do texto do sermão, que muitas vezes era, também, precedida por um friso que poderia ter sido gravado como uma peça única ou poderia ser composto com pequenas vinhetas. Mais raramente, colocavam-se vinhetas representando vasos com flores ou com outros motivos a

encerrar partes do sermão ou no final da obra; por vezes, existiam capitulares decoradas em folhas preliminares ou a abrir capítulos.

Não obstante, o critério principal para a atribuição da taxa parece ter sido o volume de papel utilizado na impressão do livro. Na realidade, em 1657, Tomé Carvalho dá à estampa o *Sermão funebre nas exequias reais* [...], de João Correia Peixoto, que foi taxado a 10 réis em papel, tornando-o num dos sermões mais baratos impressos durante o século XVII; impresso no tradicional formato *in-4.º*, apresenta dezasséis páginas numeradas¹⁹, com cabeçalho e notas marginais, e uma capitular decorada com motivos vegetalistas, com as dimensões aproximadas de 20X20 milímetros. Nem a tarja tipográfica composta com vinhetas, que enquadra o rosto, lhe permitiu atingir os 20 réis com que foram taxadas outras obras com características semelhantes, mas mais volumosas em número de páginas.

Tal é o caso de uma das variantes do *Sermam da degolaçam de S. Ioam Baptista* [...], de Jerónimo Peixoto da Silva, impresso, em 1661, por Manuel Dias: ostentando, igualmente, cabeçalho e notas marginais, decorado com uma capitular da mesma escola, não tem qualquer outro tipo de decoração no rosto; porém, o livro é constituído por quatro páginas preliminares sem numeração e vinte e oito páginas numeradas, o que implicou a utilização de duas folhas de papel e a atribuição de uma taxa de 20 réis.

O mesmo Manuel Dias tinha já impresso, em 1653, um outro sermão, taxado em 20 réis em papel, da autoria de José do Espírito Santo, o *Sermam funebre pregado no Convento de Santa Theresa da Villa de Santarém*, mais uma vez em formato *in-8.º* e trinta e cinco páginas numeradas, sobrando uma em branco, o que revela o uso de meio caderno. Teríamos, assim, trinta e seis páginas, usando duas folhas e meia. O trabalho tipográfico consistiu na impressão do texto, ao qual se acrescentou cabeçalho e notas marginais, uma vinhetas representando um vaso com plantas e flores com as dimensões de A61XL66 milímetros e duas capitulares decoradas: um “M” com 25X26 milímetros e apresentando uma decoração com motivos vegetalistas, e um “D” decorado com um vaso com flores e as dimensões de 22X23 milímetros.

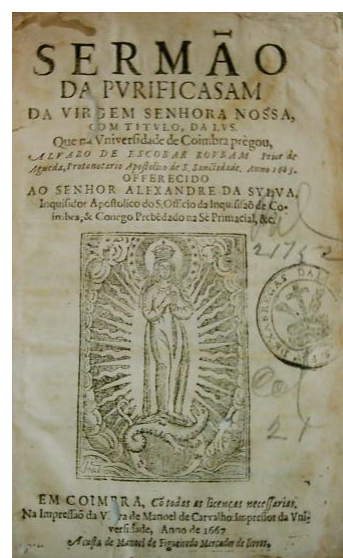
À primeira vista poderíamos pensar na existência de uma desvalorização do valor do papel, já que um livro com um trabalho tipográfico mais complicado custava, em 1653, o mesmo que um outro, mais simples, composto em 1661.

Porém, se recuarmos mais sete anos, a 1646, encontramos o *Sermão que pregou Alvaro de Escobar Roubam. Prior de Agada, na festa que celebrou o Conuento das Religiosas do Patriarcha*

¹⁹ Este número de páginas representa a utilização de uma folha inteira de papel, visto que cada folha, dobrada por três vezes, permitia a impressão de um caderno com oito folhas e, portanto, dezasseis páginas.

Sam Bento, da Cidade do Porto, em 11. de Julho dia da Tresladação dos Ossos do mesmo Sancto, impresso na oficina de Diogo Gomes de Loureiro e taxado no Paço igualmente a 20 réis em papel. Mais uma vez, trata-se de um *in-4.º*, de dezassete folhas numeradas e uma final em branco, faltando uma folha; isto implica a necessidade de duas folhas e meia de papel, o mesmo número que o sermão focado anteriormente. O tipógrafo incluiu, na impressão da obra, notas marginais e duas capitulares decoradas: um “D” com as dimensões de 18X18 mm. e um “S” com 20X20 milímetros, ambas apresentando uma decoração baseada em motivos vegetalistas.

Um caso diferente se verifica em relação a outra edição de um sermão de Álvaro de Escobar Roubão, impressa vinte e um anos depois, em 1667: uma das variantes do *Sermão da Purificasam da Virgem Senhora Nossa, com titulo da Luz. Que na Vniversidade de Coimbra prègou, Alvaro de Escobar Roubam Prior de Águeda, Protonotario Apostolico de S. Sanctidade. Anno 1665*. Trata-se de um *in-4.º* de dezoito páginas numeradas, precedidas por quatro não numeradas e sucedidas por duas em branco, taxado em 30 réis em papel. O trabalho tipográfico é um pouco diferente: impresso a duas colunas, apresenta notas marginais. No rosto, há um elemento que distingue esta edição dos sermões atrás apresentados: uma gravura representando a Virgem com um dragão aos pés. Na realidade, deve ser este o elemento que valoriza a obra.



O principal argumento em abono desta tese reside no último exemplo que apresentamos: o *Sermão funebre nas exequias do Doutor Manuel Pereira de Mello* [...], da autoria de Frei António Correia, saído dos prelos da mesma impressora, com duas variantes, no ano de 1675, ou seja, volvidos oito anos.

Este sermão, utilizando sensivelmente a mesma quantidade de papel, foi taxado em um vintém, correspondente a 20 réis em papel²⁰: é um *in-4.º*, de quatro páginas preliminares não numeradas, seguidas por vinte páginas numeradas e mais quatro sem numeração,

²⁰ Cf. João José Alves Dias, «As Finanças e a Moeda», in *Nova História de Portugal Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume V – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 254-276.

num total de vinte e oito páginas; podemos presumir que foram necessárias três folhas e meia de papel para produzir a obra.

Voltamos a ter um exemplo de trabalho tipográfico já conhecido: folha de rosto enquadrada por um filete composto com vinhetas tipográficas, que se repetem na construção de um friso que abre a primeira página do sermão. Logo depois, uma capitular decorada – com



as dimensões de 30 milímetros de altura por 30 milímetros de largura – inicia a primeira linha do texto. Anteriormente, a abrir a dedicatória, uma capitular decorada com motivos vegetalistas e as dimensões de 21 milímetros de

altura por 22 de largura. Finalmente, ao fundo da página 20, a encerrar o sermão, uma vinheta representando um cesto com flores, medindo 77 milímetros de altura e 92 milímetros de largura.

Concluimos, desta forma, que, no que toca às obras de parenética impressas individualmente, o valor da taxa é condicionado, essencialmente pela quantidade de papel utilizado, embora, eventualmente, um outro factor a considerar seja a inclusão de gravuras, nomeadamente na composição do rosto. Se esta tendência não era tão visível nas obras de maior porte que abordámos anteriormente, a regra parece tornar-se clara quando tratamos destas pequenas obras, destinadas a uma difusão em larga escala e, portanto, com um preço mais acessível. Por outro lado, o valor das taxas atribuídas aos livros não parece estar dependente dos preços de custo do papel ou de outros bens pois, na generalidade, os valores aplicados são mais ou menos uniformes ao longo do tempo, e não transmitem uma ideia de flutuação.

Há que saber, no entanto, se o valor da taxa está sujeito ao tipo de obra a que é atribuído. Posto o que dissemos em relação às taxas dos sermões, encontrámos uma obra com dimensões semelhantes a alguns deles: as *Anotações ad Rudimenta grammaticae*, de João Nunes Freire, da qual tomámos duas edições para referência – a da Viúva de Manuel de Carvalho, impressa em 1676, e a de Manuel Rodrigues de Almeida, dada à estampa em 1684. Ambas as edições foram impressas em formato *in-4.º*, com quatro páginas preliminares não numeradas e quarenta páginas numeradas; concluimos que seriam necessárias cinco folhas e meia de papel para imprimir a obra.

No caso da edição da Viúva de Manuel de Carvalho, o rosto é enquadrado por um filete composto com vinhetas tipográficas, ostentando uma vinheta representando uma rosa, tendo no interior o monograma da Companhia de Jesus; no caso da edição de Manuel Rodrigues de Almeida,



o rosto não tem filete e a vinheta é substituída por uma outra, oval, representando Nossa Senhora do Rosário. A utilização de capitulares decoradas é muito restrita, limitando-se a dois exemplares em cada livro, e os frisos são ainda menos frequentes e compostos com pequenas vinhetas tipográficas.

Na edição da Viúva de Manuel de Carvalho, atribui-se duas taxas, separando-se a *sintaxinha*, taxada a dois vinténs (40 reis), das *Anotações*, taxadas a setenta réis; na edição de Manuel Rodrigues de Almeida, mais tardia em oito anos, ambas as partes são taxadas por junto, na quantia de cinquenta réis em papel. Ou seja: a edição posterior é mais barata que a primeira. Mas no mesmo ano de 1684, uma outra edição, impressa por Manuel Rodrigues de Almeida, em formato *in-4.º*, é taxada em cinquenta réis em papel: as *Anotações aos generos e preteritos da arte nova* [...], da autoria do mesmo João Nunes Freire, com quatro páginas preliminares em branco, outras quatro numeradas, às quais se seguem noventa e seis páginas numeradas, que constituem o corpo da obra; para a impressão de tudo isto seria necessário, então, treze folhas inteiras de papel, mais do que o dobro das folhas necessárias para imprimir as *Anotações ad Rudimenta grammaticae* [...].

Vimos já que os livros mais caros seriam os de maior dimensão, não só por se tratar de livros *in-fólio*, mas também pelo número de folhas utilizadas na sua impressão. Isto mesmo observou A. H. de Oliveira Marques quando tratou do preço de custo dos livros, apoiando-se nos valores das taxas, para a segunda metade do século XVI²¹. Comparando os números apontados pelo autor com aqueles que apurámos, verificamos, por um lado, que os preços dos livros quase não sofreram evolução – A. H. de Oliveira Marques diz que o valor das páginas maiores oscilava entre 0,36 e 2,5 reais. No que respeita às folhas de menor dimensão, verifica-se que a média por folha oscilava, nos *in-4.º*, entre 0,23 e 1 real por página, o que significava 1,84 a 8 reais por folha; nos 8.^{os} a diferença era entre 0,08 e 0,58 reais, pelo que teríamos valores entre 1,28 e 9,28 reais por folha.

Prova do que fica dito é o contrato registado pelo tabelião Aleixo Ferreira de Araújo, do Porto, a 7 de Outubro de 1624, entre o licenciado António Fernandes de Moure e o impressor João Rodrigues, activo nesta cidade. Aleixo Ferreira de Araújo contrata o tipógrafo para a impressão de várias obras, pagando-lhe mil réis por folha inteira, mais a comida paga em trigo, cujo transporte seria custeado pelo impressor, para uma tiragem total de mil e quinhentos exemplares de cada livro. Tratando-se de um 8.^º, isto dá uma média de 0,66 reais por folha, além da comida, o que não foge muito ao intervalo de valores já apontado²².

²¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «As realidades culturais» in *Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume V – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pág. 464.

²² Porto, Arquivo Distrital, Livro de notas do tabelião Aleixo Ferreira de Araújo, fls. 164-165. Das três obras referidas no contrato, apenas encontrámos uma que, efectivamente, foi impressa: o *Compendio moral e resolucoes de casos de*

A segunda conclusão que podemos retirar do estudo efectuado é a irregularidade no estabelecimento das taxas dos livros, uma realidade igualmente verificada por Oliveira Marques, de tal modo que o século XVII parece confirmar apenas uma realidade que o século anterior já estabelecera.

Resta, então, saber qual a relação entre o preço dos livros e o preço dos outros produtos - em suma, averiguar se, na época em estudo, os livros eram, ainda, produtos caros e por isso inacessíveis a uma larga franja populacional.

A. H. de Oliveira Marques, no seguimento de António José Saraiva, refere que no século XVI há uma democratização do livro sob o ponto de vista do seu custo, embora não estejamos, ainda, num nível em que ele seja economicamente acessível a toda a população, comparando-se o preço do *Repertório dos Tempos* com o de um par de sapatos, e um folheto de cordel com o de um canivete²³.

António de Oliveira, ao estudar a realidade económica e social da cidade de Coimbra até 1640, dá-nos algumas indicações de custos que podemos comparar com os preços dos livros nesta época. Assim, segundo o autor, em 1595, um moleiro de Ançã arrendou um moinho por três anos contra o pagamento anual de 183 alqueires de trigo, um porco de dois anos cevado ou 3000 réis por ele, 2000 réis em dinheiro, doze galinhas e a água do senhor da terra²⁴; a indicação interessa-nos porque nos permite saber o valor, em dinheiro, de um *porco de dois anos cevado*, que era equivalente a dois volumes das *Disputationes de Beatitudine Corporis* [...], de Frei Egídio de Apresentação (cada um deles taxado a 1300 réis), e ainda sobriariam 400 réis, com os quais não conseguiríamos comprar o terceiro volume, faltando-nos 900 réis.

Presumia-se que o animal com que os rendeiros teriam de pagar o seu foro seria um bom porco, já que os 3000 réis constituiriam um valor considerável. Vejamos outro exemplo: a 23 de Fevereiro do mesmo ano, arrenda-se um lagar na ribeira de Penela, na Ponte da Veia, com olivais, por 10 000 réis ao ano, um valor que dava para comprar dois exemplares de cada volume das *Disputationes de Beatitudine Corporis* [...], e sobriariam 2 200 réis; com eles, compraríamos, por

consciencia do lecenceado Antonio Fernandes de Moure, Prègador da See de Lamego pello Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Joaõ de Lencastre bispo della, & seu examinador do clero: dedicado ao zello de sua S. que o mandou fazer., Porto: por João Rodrigues, 1625.

²³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «As realidades culturais» in *Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume V – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 464-465; António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Lisboa, Jornal do Foro, 1953, pág. 134.

²⁴ Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Notas, livro 80, fl. 36v.º, 3 de Setembro de 1595; cf. António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra*, Primeira Parte, Volume I, pág. 488, nota 6.

exemplo, o *De gratia increata, et creata* [...], de João Portugal (taxado em 1500 réis), sobrando ainda 700 réis.

Em comparação com o preço do pão, que era a base da alimentação na época em estudo, partimos das estimativas de António de Oliveira, o qual refere que, por volta de 1607, o alqueire do trigo custaria 200 réis, o de milho ou de cevada 100 réis e o de centeio 90 réis, de modo que o pão de trigo poderia custar de 400 a 600 réis, enquanto que, se fosse de milho, cevada ou centeio, o seu preço desceria para metade ou ainda menos²⁵.

Estes valores permitem-nos perceber que um único volume das *Disputationes* [...] poderia ser comprado por um preço superior a sete alqueires de trigo; mas um alqueire de trigo custaria pouco mais que uma edição das *Anotações ad Rudimenta grammaticae* [...], de João Nunes Freire.

Finalmente, importa considerar o rendimento do trabalho e a sua relação com o preço dos livros. António de Oliveira diz-nos que, cerca de 1607, um bom carpinteiro ou um moleiro teria um rendimento médio diário entre 120 e 140 réis²⁶; a 7 de Agosto de 1638, o calceteiro Manuel Francisco recebeu um total de 2610 réis para pagamento dos remendos e reparação de 21 braças e $\frac{3}{4}$ de calçadas do caminho que ia para Nossa Senhora da Esperança (10 braças e $\frac{3}{4}$) e nas da ponte real (11 braças), uma grande obra já que todas se encontravam em muito mau estado²⁷.

Compreende-se, assim, a dificuldade que um oficial dos mesteres da cidade de Coimbra teria para comprar um livro especializado (se acaso dele necessitasse), por exemplo de teologia ou de jurisprudência, cujas taxas facilmente subiam acima dos 1000 réis. Porém, ser-lhe-ia muito mais fácil adquirir um sermão, que ficava por um preço que variava entre os 20 e os 30 réis.

Efectivamente, um sermão seria acessível ao mesteiral, mas os livros especializados, vulgarmente escritos em latim, eram caros e só alguns os poderiam adquirir - e muito menos eram aqueles que conseguiam constituir uma biblioteca privada. Senão vejamos: Pêro Fernandes, fiel dos pesos e medidas da feira da Universidade de Coimbra em 1596 (que António de Oliveira diz que poderia ser o mesmo que fora provido no cargo por nomeação de 19 de Setembro de 1560), auferia de mantimento 6000 réis²⁸, o mesmo que um impressor privilegiado da Universidade de Coimbra, ao qual este acrescia um vencimento de outros 6000 réis²⁹. No que diz respeito aos lentes da

²⁵ Cf. António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra* [...], Primeira Parte, vol. I, pp. 502-503.

²⁶ Cf. António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra* [...], Primeira Parte, vol. I, pp. 502-503.

²⁷ Cf. António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra* [...], Primeira Parte, vol. II, pág. 14, nota 3.

²⁸ Cf. António de Oliveira, *A vida económica e social em Coimbra* [...], Primeira Parte, vol. I, pág. 552, nota 4).

²⁹ Efectivamente, em 1602, Diogo Gomes de Loureiro recebe da Universidade de Coimbra 6000 réis para casa em que estabelecesse a sua oficina de impressão, por conta do privilégio de impressor da dita academia (Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, T. XIII, Liv. I, fl. 36v.º; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, 1964, pp. 10-12. Cf. igualmente o contrato feito entre a

Universidade, facilmente poderiam suportar o preço dos livros, já que os seus vencimentos eram, aparentemente, elevados³⁰.

Universidade e a viúva e filho de Nicolau de Carvalho, em que se diz que este tinha sido aceite como impressor em lugar de António de Barreira com o ordenado de 6000 réis e outro tanto para aposentadoria (Cf. Coimbra, Arquivo Distrital, Escrituras, T. XIX, Liv. III, fls. 93-96; pub. por M. Lopes de Almeida, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, 1964, pp. 46-50).

³⁰ Em 1612, um lente de Prima de Teologia ganharia 300 000 réis, um de Véspera 230 000, um de Escritura 130 000 e um de Escoto 100 000 réis; estes valores, auferidos na Faculdade de Teologia, eram semelhantes aos das restantes faculdades, embora existissem diferenças notórias, sobretudo, ao nível das catedrilhas. Sobre esta matéria, cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra* [...], Coimbra, 1995, pág. 484.

B. O financiamento das edições

O financiamento da impressão de livros começou por ser realizado recorrendo ao apoio de gente influente, oriunda quer da nobreza, quer do clero, que custeava as edições, como bem salienta Artur Anselmo:

«Na sociedade cristã portuguesa dos fins do século XV, os dois grupos mais importantes de agentes de difusão do livro impresso eram, indubitavelmente, o das autoridades religiosas (bispos, cabidos, provinciais de ordens regulares, clérigos instruídos) e o dos próprios impressores. Estes, porém, simples artífices, não dispunham de meios de autofinanciamento das suas iniciativas: daí a necessidade de recorrerem à ajuda de mecenas ou patrocinadores do seu trabalho, os quais custeavam as despesas das oficinas e, sobretudo, a compra do papel.»¹

Se esta realidade presidiu ao advento e estabelecimento da imprensa de caracteres móveis em Portugal, não quer isso dizer que a situação permanecesse inalterada. Com efeito, a instalação da Universidade em Coimbra, como vimos, levou à criação de uma *imprensa da Universidade* financiada em exclusivo pela instituição académica, a qual se tornou o motor e o garante da actividade dos impressores que por ela foram privilegiados.

Claro está que este foi um fenómeno localizado, resultado da ligação entre a impressão de livros e a Universidade que, à entrada do século XVII, convertia a cidade de Coimbra num centro de produção intelectual e de divulgação do saber, simultaneamente através das aulas académicas e da imprensa.

Sabemos que os primeiros impressores contratados pela Universidade foram instalados em casas cedidas pela instituição; a própria Universidade adquiriu o material tipográfico que eles passaram a utilizar, recebendo, cada um deles, uma tença anual de seis mil reis. Posteriormente, os contratos firmados permitiam que os impressores instalassem as suas imprensas em casas próprias, recebendo, além do soldo que lhes correspondia, o montante de seis mil reis de moradia. No volver do século XVI para o século XVII, já há muito a Universidade se vinha preocupando em eliminar as aposentadorias, ficando os impressores privilegiados a auferir somente os seis mil reis de soldo.

À margem da Universidade continuou a imprimir-se livros para venda a um público heterogéneo, muitos dos quais ostentam no rosto o nome de quem os mandou imprimir, ou de

¹ Artur Anselmo, «A propósito do V Centenário do Livro Impresso em Portugal. A Casa Real e a Imprensa», *Euphrosyne - Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, volume XVI, 1988, pág. 390.

quem, por um qualquer interesse, pagou a impressão. Ao longo do século XVII, as obras em que são referidos os nomes dos encomendadores ou financiadores da impressão de livros são poucas, excepto no que diz respeito aos mercadores de livros. Porém, várias são as obras que, pelo seu carácter, permitem que “adivinhemos” quem as mandou executar, como as diversas edições de constituições sinodais de vários bispados, dependentes de uma encomenda dos respectivos bispos ou autoridades diocesanas. É o caso das *Constituições Synodales do bispado de Leiria* [...], mandadas publicar por D. Pedro de Castilho quando foi titular dessa diocese, a Manuel de Araújo em 1601; ou as *Constituições Sinodales do bispado de Viseu* [...], ordenadas pelo bispo D. João Manuel e impressas por Nicolau de Carvalho em 1617; José Ferreira dá à estampa duas edições de Constituições sinodais: as de Viseu, de 1684, quando era bispo D. João de Melo, e as do Porto, de 1690, acompanhadas por um Regimento do Auditório Eclesiástico, ordenadas por D. João de Sousa.

No contexto das reformas tridentinas continuadas ao longo dos séculos XVI e XVII, aparecem inúmeras edições de rituais litúrgicos e cerimoniais, destinados à celebração dos sacramentos e sacramentais no seio da igreja católica, além dos livros de ofícios respeitantes à vida religiosa das casas monacais. Para o primeiro caso, encontramos o *Baptisterio, ceremonial dos sacramentos* [...], mandado imprimir pelo bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, e o *Ceremonial dos sacramentos* [...], de D. Miguel de Castro, bispo de Lisboa, ambas executados por Nicolau de Carvalho em 1613; a primeira obra é reimpressa em 1668, já depois da morte do bispo (a 12 de Maio de 1615), por Tomé de Carvalho; em 1618, o mesmo impressor estampa o *Rituale Romanum* [...] por encomenda do Doutor Domingos de Oliveira Godinho, capelão do bispo conimbricense D. Afonso Furtado de Mendonça, a quem a obra será dedicada. Mas a lista não se esgota, já que o bispo de Coimbra, D. Martim Afonso Mexia, manda imprimir a Diogo Gomes de Loureiro um ofício de festas próprias da sua diocese.

No segundo caso, temos dois ofícios da Ordem de Cister, ambos impressos por Diogo Gomes de Loureiro: o de Nossa Senhora das Neves (1600) e o de Nossa Senhora da Piedade (1604); da Ordem de Santo Agostinho, temos um volume de ofícios impressos por Diogo Gomes de Loureiro, em 1620. A ordem que mais obras deste tipo mandou imprimir foi a de São Bento: Diogo Gomes de Loureiro imprime um *processionário* (1620), dois santorais (1628 e 1646), um ceremonial em parceria com Lourenço Craesbeeck (1647-1648) e um missal (1648). Além disso, os beneditinos mandam imprimir os dois tomos da *Benedictina Lusitana* (tomo I por Diogo Gomes de Loureiro, em 1644, tomo II por Manuel de Carvalho, em 1651).

As reformas efectuadas no seio das ordens monásticas têm, também, repercussões ao nível dos livros impressos. Logo em 1608, Diogo Gomes de Loureiro imprime a Regra de Santo Agostinho; em 1629, são os beneditinos que encomendam, ao mesmo tipógrafo, a impressão das constituições da sua ordem.

Finalmente, temos que considerar várias obras de diversos tipos, cujo factor comum reside no facto de terem sido encomendadas por ordens religiosas ou por pessoas pertencentes ao clero. Diogo Gomes de Loureiro dá à estampa um volume dos *Comentarii Collegii Conimbricensis* [...], por ordem da Companhia de Jesus, em 1606; em 1621, imprime uma hagiografia de Santo Agostinho encomendada pela respectiva ordem; em 1621, Soror Eugénia dos Reis entrega-lhe a impressão de um processonário de Nossa Senhora. Ainda no contexto das ordens monásticas, o capítulo geral da Congregação de São Bento de Portugal, reunido em Maio de 1653, manda Tomé Carvalho imprimir o *Compendio de exercicios espirituales* [...], de Garcia de Cisneros, que terá outra edição em 1692, impressa por João Antunes, desta vez encomendada pelo Padre Doutor Frei Bento de São Tomás, lente de Prima de Escritura na Universidade de Coimbra. Tomé de Carvalho imprimiria também, em 1662, a *Relaçam* [...] dos milagres de São Francisco Xavier, encomendada pela Companhia de Jesus.

Nicolau de Carvalho, por seu turno, imprime as três edições da *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira, por mandato de Frei Miguel da Cruz, teólogo e freire da Ordem de Cristo, em 1616 e 1617; em 1620, dá à estampa as *Advertencias* ao jubileu desse ano, compostas pelo bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha. O licenciado Manuel Pais de Carvalho, abade de Santa Maria Madalena, do bispado de Viseu, manda Manuel de Carvalho imprimir, em 1649, o *Sermão da Soledade* [...] de Luís de Miranda. Em 1653, é o licenciado Gaspar Barbosa de Moraes, arcipreste da Colegiada de Viana e abade de São João de Sá, que encomenda a Tomé Carvalho a estampagem do sermão composto por Tomás Barreto para as exéquias do Príncipe D. Teodósio. O licenciado portuense Manuel Nunes Baldaia, pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, manda imprimir, na oficina de José Ferreira, o *Thesouro do Ceo* [...], de Luís de São Francisco. Igualmente pertencente a essa ordem, João de Seixas Vieira, familiar do Santo Ofício, manda imprimir ao mesmo tipógrafo, em 1688, o *Compendio manual* [...] da Regra da sua ordem. O próprio impressor a ela pertencia, sendo síndico do convento de São Francisco da Ponte de Coimbra e familiar do Santo Ofício, conforme refere no rosto de diversas obras que faz imprimir na sua oficina: um sermão de auto da fé, da autoria de Aires de Almeida, e as *Luzes do Ceo* [...], de Francisco de

Aracaeli, ambos de 1697, e o *Sermão do glorioso Patriarcha Sam Domingos* [...], de Manuel de Santa Rosa de Viterbo, impresso no ano seguinte.

No que respeita à oficina de José Ferreira, restam as obras encomendadas por duas pessoas: o Padre Baltasar Guedes, clérigo de São Pedro e Reitor do Colégio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Órfãos do Porto, manda dar à estampa duas edições dos *Soliloquios* [...] atribuídos a D. António, Prior do Crato (a primeira saída em 1677 e a segunda em 1683); a outra personagem é Frei Sebastião Fábio, prior do convento de São Jerónimo de Viseu, que manda imprimir duas edições do *Sermão do Evangelista Sam Marcos* [...], de João de Sousa Carvalho, uma em 1688 e outra no ano seguinte.

O mesmo número de sermões manda imprimir o Doutor Manuel Álvares de Medina a Manuel Dias, os dois da autoria de João de Carvalho, e ambos em 1677: o *Sermam da Soledade* [...] e o *Sermam da Cinza* [...]; finalmente, o capucho Frei António Craveiro, da Província de Granada, manda estampar a *Summa do apostolado* [...] de Lourenço Craveiro, em 1692, a João Antunes.

Não podemos deixar de referir, ainda, as obras encomendadas por diversas misericórdias, confrarias e irmandades. É o caso do Compromisso da Misericórdia de Coimbra, impresso por Diogo Gomes de Loureiro, em 1636, por indústria do seu provedor D. Jerónimo Mascarenhas, que pagou a edição; em 1678, José Ferreira imprime o Compromisso da Misericórdia do Porto e, em 1692, o *Summario das Graças e perdões* [...] concedidos pelo papa aos confrades da Confraria do Nome de Jesus de Viana, vila que havia mandado imprimir, à sua custa, a *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres* [...], na oficina de Nicolau de Carvalho, em 1619. Finalmente, o Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa é mandado imprimir a João Antunes, em 1697, pelo provedor em exercício, o licenciado António Leal de Sousa.

Uma última referência a algumas figuras ligadas à Universidade de Coimbra, cujos nomes aparecem ligados à encomenda de livros; desde logo os reitores: D. Francisco de Castro pede a Diogo Gomes de Loureiro a impressão de um livro em louvor do nascimento do infante D. Filipe de Espanha, em 1606; o reitor D. Francisco de Brito de Meneses faz editar, em 1626, uma colectânea de poemas em louvor da Rainha Santa Isabel, canonizada no ano anterior e, quatro anos mais tarde, segue os passos do seu antecessor, ao mandar imprimir um livro dando graças pelo nascimento de D. Baltasar, filho de D. Filipe IV. Todas as obras são impressas por Diogo Gomes de Loureiro. Com o golpe de 1640, as lealdades são alteradas e D. Manuel de Saldanha encomenda ao mesmo impressor, em nome da Universidade, um panegírico a D. João IV, que viu luz logo em 1641. A

própria Universidade de Coimbra manda imprimir os seus Estatutos, que acabarão por ser executados tipograficamente na oficina de Tomé Carvalho, em 1654.

Do meio académico surge, ainda, o estudante canonista Simão Belo de Castro, que manda Diogo Gomes de Loureiro dar à estampa um sermão de Frei António das Chagas, em 1630.

Estas relações de clientelagem foram estudadas há alguns anos por João Pedro Ferro e por Manuela Rego² num artigo centrado no reinado de D. João V, posterior, portanto, à época sobre a qual nos debruçamos. As suas conclusões, porém, podem ser perfeitamente aplicadas ao século XVII, com algumas variantes.

Partindo do conceito de *panegírico*, segundo a qual se trata de uma «composição literária, em prosa ou em verso, em que se exaltam as acções e as virtudes de algumas personagens ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal», definido por Jacinto do Prado Coelho no *Dicionário da Literatura* [...]³, pretendem os autores verificar de que forma essa figura - o panegírico - foi aproveitada pela oratória na primeira metade do século XVIII. Concluem que ela se manifesta, «sobretudo nas exéquias de alguma personagem importante ou por ocasião de um acontecimento especial, muitas vezes ligado à casa reinante»⁴. No período considerado, o panegírico estava associado, igualmente, às academias, «no mútuo louvor dos sócios, no elogio de protectores ou, simplesmente, como exercício de estilo»⁵.

No que respeita ao número de obras panegíricas produzidas, a maioria verificou-se aquando da morte do rei, seguindo-se o louvor do aniversário de nascimento do monarca, bem como os dias litúrgicos em que se celebravam os santos seus homónimos; em terceiro lugar, a saúde de D. João V. Tais obras eram compostas quer em poesia, com larga maioria para os sonetos, quer em prosa, onde abundava a oratória (apologias, elegias, panegíricos, também orações e sermões, relações de exéquias, e até serenatas). Eram obras compostas maioritariamente em português (74,8 %), seguindo-se o latim, italiano, castelhano e francês.

João Pedro Ferro e Manuela Rego observam, ainda, que «na maioria dos casos, os autores desejavam ser conhecidos, o que (...) podia trazer-lhes vantagens»⁶; eram maioritariamente clérigos, seguindo-se a nobreza e apenas um oficial do exército ressalta no universo de obras

² João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 6, 1992-1993, pp. 161-173.

³ Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário da Literatura* [...], vol. 2, 3.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1976, pág. 782.

⁴ João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 161.

⁵ João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 162.

⁶ João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 165.

considerado. Havia interesse, por parte dos autores, em imprimir as suas obras. Também é claro, para os autores do artigo, que havia «uma relação entre a obra panegírica e a obtenção de mercês, ou o agradecimento dessas mesmas mercês»⁷. Há, ainda, considerações sobre os impressores e os editores das obras laudatórias, verificando-se a existência de oficinas especializadas⁸, já que a edição de tais obras era «vantajosa para os impressores, quer porque se vendiam com facilidade, quer porque a sua publicação era paga inicialmente por patrocinadores, quer ainda porque eram um meio de obtenção de benefícios»⁹.

Excluindo a situação verificada nas academias, que não se observava ainda no século XVII, ou às línguas empregues na composição das obras, já que nas edições conimbricenses desse século não encontramos o italiano nem o francês, quase tudo é aplicável a seiscentos.

Em geral, as obras que tomámos como referência apresentam uma clara perspectiva de obtenção de patrocínios de grandes figuras do reino, a par da protecção que poderia ser obtida no reino celestial por intercessão dos santos. Mas não podemos olvidar que as graças dos santos, nos Céus, não excluem os benefícios obtidos na Terra e não é por acaso que a *Benedictina Lusitana*, de Frei Leão de São Tomás, é dedicada a São Bento, patriarca da sua congregação.

Vários são os tipos de obras que apresentam dedicatórias aos santos, com especial destaque para as obras dedicadas à Virgem Maria: é o caso do sermão do Patriarca São Bento de António da Costa, impresso por José Ferreira em 1698 e dedicado a Nossa Senhora dos Milagres. Mas temos, ainda, o *Tratado panegyrico* [...], de Pedro de Poiares, impresso pelo mesmo tipógrafo em 1672 e dedicado à Virgem padroeira de Barcelos. José Ferreira imprime, ainda, a *Escola de Oraçam* [...], de Juan de Jesus Maria, em 1678, dedicada a Nossa Senhora das Soledades; a *Summa* dos casos reservados do bispado de Braga, coligida por Manuel de Barros e Costa, em 1681, obra dedicada a Nossa Senhora da Conceição; e, ainda, no mesmo ano, o *Tractatus de Testamentis* [...], de Francisco Pinheiro, dedicado à Virgem, sem mais invocações; em 1700, estampa os *Commentaria* [...], de Bento Gil, dedicados à *Rainha do Céu*. Tomé Carvalho imprime o *Escravo da Virgem* [...], de Bernardino Soares Osório, naturalmente dedicado à mesma santa, e a *Luz da medicina* [...], de Francisco Morato Roma, saída dos prelos de Manuel Rodrigues de Almeida, em 1686, é dedicada a Nossa Senhora Rainha dos Anjos, padroeira do Real Convento de São Vicente de Fora.

A edição da *Summa* de teologia moral, de Jaime de Corella, impressa em 1694, por João Antunes, é dedicada a *Jesus, Maria e José*, e se o *castíssimo esposo* não é objecto de dedicatórias

⁷ João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 169.

⁸ Cf. João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 172.

⁹ João Pedro Ferro; Manuela Rego, «D. João V e a lisonja», pág. 173.

frequentes, o nome de Jesus aparece diversas vezes associado a invocações variadas. É o caso das *Obras espirituales posthumas*, de Manuel das Chagas, impressas por José Ferreira em 1684, dedicadas às Chagas de Cristo; ou o tratado de António Coelho de Freitas sobre a imagem do Senhor das Bouças de Matosinhos, impresso na mesma oficina, em 1699, que foi dedicado a esse santo. Ao *Divino Espírito Santo* é dedicado, somente, o *Despertador do amor divino* [...], de Fernando da Cruz, impresso por João Antunes, em 1698.

A corte celestial faz-se presente, também, nas figuras de um grande conjunto de santos e santas da Igreja Católica Romana, começando pelos patriarcas das diversas ordens, como São Bento, a quem aludimos anteriormente. Mas temos, também, os casos de São Francisco e Santa Clara de Assis, a quem Faustino da Madre de Deus dedica a *Primeira parte do florilegio espiritual*, impresso por Manuel Dias, em 1656. Depois, temos Santiago Zebedeu (a *Defensa evangelica* [...], de António Bacelar, impressa por Nicolau de Carvalho, em 1631), São Teotónio (a quem é dedicada a sua própria hagiografia, composta por D. Timóteo dos Mártires, e impressa por Manuel de Carvalho, em 1650), Santa Brígida (a quem são dedicadas as *Meditações de S. Brigida* [...], de Francisco Bermudez de Castro, dadas ao prelo por Tomé Carvalho, em 1662) e São Jorge (a quem é dedicada a *Instrução da cavallaria de Breda* [...], de António Pereira Rego, impressa em 1693, por João Antunes).

Abaixo desta corte divina estava, naturalmente, a corte humana, personificada, antes de mais, na figura do rei. Durante os tempos da União Dinástica, apareceram algumas obras dedicadas aos reis espanhóis, como já foi apontado; mas logo que se opera a separação pelo golpe de 1 de Dezembro de 1640, imediatamente é o titular da Casa de Bragança, recém-chegado ao trono, que se torna objecto de tais dedicatórias – o que nem é novidade para o novo rei, já que os dignitários de Bragança nunca deixaram de ser agraciados com encomendações e dedicatórias. É assim que, em 1620, Nicolau de Carvalho imprime a *Defensam da monarchia lusitana* [...], composta por Frei Bernardino da Silva, dedicada a D. Teodósio II de Bragança; em 1621, os *Commentarii* [...], de Francisco de Mendonça, impressos por Diogo Gomes de Loureiro, são dedicados ao duque e, em 1622, também o primeiro tomo do *Poematum* [...], de Manuel Pimenta, impresso pelo mesmo, lhe é dedicado. Em 1641, o mesmo tipógrafo dá à estampa os *Applausos academicos* [...], dirigidos pela Universidade de Coimbra a D. João IV e, passados três anos, surge uma edição da *Benedictina Lusitana*, de Frei Leão de São Tomás, dedicada ao novo monarca, no mesmo ano em que aparece a edição dedicada a São Bento.

Nesta hierarquia do panegírico, podemos distinguir, em seguida, os membros da família real, como a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, que em 1664 era regente do Reino, e a quem foi dedicado, nesse ano, um sermão da autoria de Jerónimo Peixoto da Silva, impresso pela Viúva de Manuel de Carvalho. Em 1692, o Príncipe D. Pedro é objecto da dedicação do *Sermam do triunfo da Cruz* [...], de José de Faria Manuel, impresso por João Antunes; à princesa Isabel Maria Josefa é dedicada a obra *A Fenis de Portugal* [...], de António de Escobar Mendonça, impressa por Manuel Dias, em 1680; finalmente, o futuro D. João V, ainda Príncipe, recebe a dedicatória do *Viriato tragico* [...], de Brás Garcia Mascarenhas, impresso por António Simões, em 1699.

Depois, temos os altos dignitários do clero e da nobreza. Em primeiro, o papa, nomeadamente Urbano VIII, a quem o bispo de Viseu D. João de Portugal dedicou a sua obra *De gratia increata, et creata* [...], que começou a ser impressa, em 1627, por Diogo Gomes de Loureiro e foi completada com os dois tomos que versavam sobre o Espírito Santo, que o mesmo tipógrafo imprimiu em 1644. Seguidamente, os bispos, com destaque para diversos titulares da cátedra episcopal de Coimbra: D. Afonso de Castelo Branco, D. Afonso Furtado de Mendonça (que depois haveria de ocupar o arcebispado de Braga), D. João Mendes de Távora, D. Manuel de Saldanha, D. Álvaro de São Boaventura, e D. João de Melo. A estes prelados juntam-se os arcebispos de Braga (D. Afonso Furtado de Mendonça, D. Frei Agostinho de Jesus, D. Frei Aleixo de Meneses, D. Veríssimo de Lencastre e D. José de Meneses) e de Lisboa (D. Miguel de Castro, D. Afonso Furtado de Mendonça, D. Rodrigo da Cunha e D. Luís de Sousa), assim como os bispos de Viseu (D. João de Bragança, D. Manuel de Saldanha, D. João Manuel. D. João de Melo), de Lamego (D. Luís de Sousa e D. José de Meneses), do Algarve (D. José de Meneses), do Porto (D. João de Sousa), de Miranda (D. André Furtado de Mendonça), o Primaz das Índias D. Frei Alexandre de Meneses, o bispo de Santiago de Cabo Verde, D. Lourenço Garro, e os bispos inquisidores (D. Fernão Martins Mascarenhas, D. Pedro de Castilho, D. Francisco de Castro e D. Veríssimo de Lencastre). Há, ainda, uma dedicatória ao capelão-mor Luís de Sousa, eleito bispo de Martíria e governador do bispado do Porto quando, em 1686, é impresso o *Sermam do glorioso martyr Sam Sebastiam* [...], de Amador da Conceição, por Manuel Rodrigues de Almeida, que lhe é dedicado.

Além dos bispos, é comum encontrar dedicatórias aos cabidos ou a alguns dos seus membros quando as dioceses se encontram em sede-vacante, como sucedeu com o sermão *Pro gratiam actione*, do Padre Luís de Sá, impresso por Manuel de Carvalho, em 1647, e dedicado ao cabido da Sé de Coimbra, cuja cátedra episcopal se encontrava vaga; o mesmo acontece em relação

à hagiografia de Santa Quitéria, da autoria de Pedro Henriques de Abreu, impressa pelo mesmo tipógrafo em 1651. Em 1660, Tomé Carvalho imprime o *Antidoto augustiniano* [...], de António da Purificação, dedicado ao cabido da Sé de Braga, então, também ela, sem bispo.

Outras dedicatórias surgem em diversas obras, dirigidas a várias dignidades pertencentes aos cabidos das dioceses de Portugal: em 1666, Tomé Carvalho imprime *El dia de fiesta* [...], de Juan de Zavaleta, dedicado a D. Alexandre da Silva, inquisidor apostólico da Inquisição de Coimbra e cónego de Braga; nesse mesmo ano, Manuel Dias imprime as *Doctrinas evangélicas* [...], de Francisco de Lizana, dedicadas a D. Luís de Sousa, lente de Véspera da Universidade de Coimbra, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Chantre na Sé de Coimbra; no ano seguinte, outra obra dedicada a este senhor sai dos prelos da Viúva de Manuel de Carvalho, o *Sermão da Purificasam* [...], de Álvaro de Escobar Roubão; em 1668, as *Quaestiones praticas de casos morales* [...], de Juan Enriquez, impressas na mesma oficina, são dedicadas ao inquisidor apostólico e Presidente da Inquisição de Coimbra, Manuel Pimentel de Sousa, que era cónego prebendado na Sé dessa cidade; o *Sermam do D. da Igreja S. Hieronimo* [...], de Gaspar dos Anjos, impresso por Tomé Carvalho em 1672, é dedicado ao Doutor João de Azevedo, lente de Véspera de Cânones na Universidade de Coimbra, cónego de Lisboa, deputado do Santo Ofício, comissário da Bula da Cruzada em Coimbra e, ainda, antigo reitor e colegial do Colégio de São Paulo desta cidade; o *Sermam da quinta quarta feira da Quaresma* [...], de Francisco de Santa Maria, impresso por José Ferreira em 1685, é dedicado a D. Inácio Mascarenhas, reitor do Colégio de São Pedro de Coimbra e cónego prebendado da Sé de Lisboa; ao inquisidor Bento de Beja de Noronha, cónego de Lisboa, é dedicado o *Sermam da Visitação* [...], de Francisco de Santa Maria, impresso por Manuel Rodrigues de Almeida, nesse mesmo ano; ainda em 1695, João Antunes imprime o *Sermam do glorioso, e invicto martyr S. Vicente* [...], de José da Costa Proença, dedicado a Francisco de Melo, cónego e tesoureiro-mor da Sé da Guarda; finalmente, as duas edições do *De Iure Lusitano* [...], de Mateus Homem Leitão, impressas por António Simões, respectivamente em 1697 e 1700, são ambas dedicadas a D. Miguel Fernandes de Andrada, cónego de Braga e deputado do Santo Ofício.

Paralelamente ao clero secular, temos as ordens monásticas. O panegírico aparece aqui como um fenómeno interno, fazendo-se dedicar as obras a toda a família monacal ou a figuras específicas, geralmente bem situadas no seio da congregação. Exemplo do primeiro caso é o *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros* [...], impresso em parceria entre Lourenço Craesbeeck e Diogo Gomes de Loureiro, em 1647-1648, dedicado a toda a Ordem de São Bento. Outro exemplo é o *Breve exemplar das vidas de alguns santos cónegos regulares do grande Patriarcha Santo*

Agostinho [...], de Timóteo dos Mártires, impresso por Manuel de Carvalho, em 1648, dedicado a esta mesma congregação. Do mesmo modo, temos a *Historia da apariçam, e milagres da Virgem da Lapa* [...], de António Leite, impressa por Diogo Gomes de Loureiro em 1639, dedicada aos religiosos do Colégio de Coimbra da Companhia de Jesus.

Há, como dissemos, figuras específicas a quem foram dedicadas algumas obras. É o caso de Frei Pedro Gonçalves de Mendonça, Comissário Geral da Ordem de São Francisco, a quem foi dedicado o *Oxonienese scriptum* [...], de João Duns Escoto, impresso por Diogo Gomes de Loureiro em 1609; anos depois, em 1655, o sermão pregado pelo Padre Melchior da Piedade na Sé de Braga é dedicado ao Padre João da Ressurreição, antigo Geral da Congregação de São João Evangelista, e impresso por Tomé Carvalho; o mesmo impressor estampa, em 1672, o *Sermam na canonizaçam do glorioso S. Francisco de Borja* [...], de Gaspar dos Anjos, dedicado ao Padre Pedro da Anunciação, Geral e Definidor-Mor da Congregação de São João Evangelista; imprime também, ainda em 1672, o *Sermam do glorioso apostolo e evangelista S. Ioão* [...], de Gonçalo da Madre de Deus Semblano, dedicado ao Padre Manuel da Madre de Deus, Reitor do Convento de Santo Elói de Lisboa e antigo Geral dessa Congregação; em 1673, a Viúva de Manuel de Carvalho imprime o *Sermam quinto e ultimo Em a celebridade da Trasladaçam dos Ossos do Patriarcha Sam Bento* [...], de Luís da Anunciação, dedicado ao Padre José de Santa Maria, Reitor Geral da Congregação de São João Evangelista em Portugal; a *Cartilha para saber ler em Christo* [...], de António Pimentel, impressa por José Ferreira, em 1674, é dirigida a D. Alexandre da Natividade, cónego regular de Santo Agostinho; em 1675, a Viúva de Manuel de Carvalho imprime o *Promptuario Moral* [...], de Bento Remigio Noydens, dedicado ao Padre Frei António Correia, Vice-Reitor e Decano da Universidade de Coimbra, e antigo Ministro Provincial e Vigário Geral da Ordem da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos; os *Estatutos dos Capuchinhos Descalços de Portugal*, impressos por Manuel Dias em 1679, são dedicados ao seu Ministro Provincial, Frei João da Barca; também impresso nesse ano, pelo mesmo tipógrafo, o *Sermão das lagrimas de S. Pedro* [...], de António de São Carlos, é dedicado ao Padre António da Conceição Saro, Geral da Congregação de São João Evangelista; já o sermão pregado por Pantaleão do Sacramento, adoptando a figura de São Francisco como tema principal, impresso por Manuel Dias, em 1680, é dedicado ao Ministro Geral da Ordem Franciscana, Frei José Ximenes Semaniego. Perto do final do século, o *Sermão da gloriosa Santa Luzia* [...], de Manuel de Azevedo, impresso por Manuel Rodrigues de Almeida, é dedicado a Frei Luís de Beja, que fora Provincial da Ordem de Santo Agostinho; em 1692, João Antunes imprime o *Sermam da Payxam* [...], de Carlos de São Francisco, dedicado a Frei Pedro do

Rosário, Vigário Geral Apostólico da Ordem de São Jerónimo; no mesmo ano, António Dias da Costa estampa o *Sermão na canonização de S. Paschoal Baylon* [...], de Francisco de Aracaeli, dedicado a Frei Diogo dos Anjos, que havia sido Geral da Congregação de São João Evangelista e Provedor do Hospital Real das Caldas; e, em 1698, a edição das *Quaestiones singulares experimentales et practicae* [...], de Luís Nogueira, impressa por João Antunes, é dedicada ao Doutor carmelita e professor de teologia Frei José de Carvalho.

É uma lista extensa a que se refere aos religiosos que foram objecto do panegírico conimbricense do século XVII, mas não fica encerrado, já que a eles temos que acrescentar os senhores laicos, oriundos principalmente da alta nobreza do reino. É assim que a primeira parte do *Gusman de Alfarache* [...], de Mateus Aleman, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1600, é dedicado ao Marquês de Poza, D. Francisco de Roxas, que detinha os cargos de Presidente do Conselho da Fazenda e dos seus tribunais. No ano seguinte, o mesmo impressor, aliado a Manuel de Araújo, dão à estampa o tratado sobre a peste de Ambrósio Nunes, que é dedicado ao vice-rei de Portugal, D. Cristóvão de Moura e Távora, investido nesse cargo a 29 de Janeiro de 1600 e neste mesmo ano elevado a 1.º Marquês de Castelo Rodrigo. As edições da *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira, impressas, por Nicolau de Carvalho, em 1616 e 1617, foram dedicadas a D. Luís de Ataíde; anos mais tarde, Manuel Dias imprime duas edições da *Historia Uniuersal* [...], de Frei Manuel dos Anjos, respectivamente em 1651 e 1652, que são ambas dedicadas a Francisco Cabral, senhor da Casa de Belmonte, cujo brasão é estampado nas folhas de rosto.

No que respeita à parenética, temos o sermão pregado por António das Chagas e impresso por Diogo Gomes de Loureiro, em 1630, dedicado a D. Miguel de Meneses, marquês de Vila Real; o sermão de Álvaro de Escobar Roubão, impresso pelo mesmo tipógrafo, em 1646, é dirigido a D. Raimundo de Lencastre, duque de Aveiro; o *Sermão funebre* [...], pregado por José do Espírito Santo é dado à estampa por Manuel Dias em 1653, com a dedicatória ao conde de Unhão, D. Rodrigo de Castro Teles; de 1686 é o *Sermam na sexta feira do paralitico* [...], de José de Faria Manuel, impresso por Manuel Rodrigues de Almeida e dedicado a D. Rodrigo de Meneses, conselheiro de Estado, camareiro do rei e estribeiro-mor.

Muito presentes no panegírico conimbricense do século XVII estavam as personalidades ligadas à Universidade; desde logo, os reitores: a D. Francisco de Castro foi dedicada a obra *Praxis partitionum et collationum inter haeredes* [...], de Álvaro Vaz, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1605; o sermão pregado por D. Basílio de Santa Maria e impresso por Diogo Gomes de Loureiro, presumivelmente em 1641, é dedicado a D. Manuel de Saldanha, tal como a edição da

Axiomata, et loca communia júris [...], de Simão Vaz Barbosa, impressa por Tomé Carvalho, em 1651; D. Simão da Gama, objecto da dedicatória do *Sermam da terceira dominga do Advento* [...], de Gregório Figueiroa, impresso por José Ferreira, em 1682; Manuel de Moura Manuel, a quem foi dedicada a obra *Consultionum ac rerum judicatarum in Regnum Lusitaniae* [...], de Álvaro Vaz, impressa por Manuel Rodrigues de Almeida, em 1686. Não obstante, são referidas outras personagens ligadas à academia conimbricense:

Ano	Autor	Obra	Impressor	Objecto da dedicatória
1624	Manuel Fernandes Raia	<i>Esperança enganada</i> [...]	Diogo Gomes de Loureiro	D. André de Almada, lente de Prima de Teologia
1619	Luís de Avelar	<i>Nox atica</i> [...]	Nicolau de Carvalho	D. André de Almada, lente de Prima de Teologia
1653	Manuel de Naxera	<i>Discursos morales</i> [...], tomo I	Manuel Dias	Manuel Pereira de Melo, reitor do colégio de São Paulo de Coimbra
1653	Manuel de Naxera	<i>Discursos morales</i> [...], tomo II	Manuel Dias	Rodrigo de Miranda Henriques, colegial do colégio de São Paulo de Coimbra
1685	António Cardoso do Amaral	<i>Liber utilissimus</i> [...]	Manuel Dias	D. Inácio Mascarenhas, colegial do colégio de São Pedro
1664	Gaspar Cardoso de Sequeira	<i>Thesouro de prudentes</i> [...]	Viúva de Manuel de Carvalho	Frei Luís de Sá, vice-cancelário, vice-reitor, decano e lente proprietário de Prima de Teologia especulativa
1666	Francisco Vales	<i>Methodus medendi</i> [...]	Viúva de Manuel de Carvalho	D. António Mourão Toscano, lente de Véspera de Medicina
1676	Gabriel Grisley	<i>Desenganos pera a medicina</i> [...]	José Ferreira	Doutor Manuel Freire, lente de Anatomia
1680	Manuel Mendes de Castro	<i>Practica lusitana</i> [...]	José Ferreira	Diogo de Andrade Leitão, lente de Direito Civil, reitor do colégio de São Pedro de Coimbra
1696				
1700	Luís da Ascensão	<i>Sermão da prymeyra dominga do Advento</i> [...]	José Ferreira	António Simões da Silva, lente da Universidade de Coimbra, médico de D. Pedro II

Não sendo nossa intenção inventariar todas as pessoas ou entidades a quem foram dedicadas as obras impressas em Coimbra ao longo de seiscentos, falta referir um grupo social que, não obstante ser minoritário, não deixa de estar presente: as mulheres. Com efeito, são poucas as mulheres a quem foram dedicadas obras no período estudado, mas as contempladas pertencem a diversos quadrantes da sociedade. Além da já referida princesa Isabel Maria Josefa, a quem é dedicada a obra *A Fenis de Portugal* [...], de António de Escobar Mendonça, impressa por Manuel Dias em 1680, há outras mulheres dignas de menção. É o caso de D. Luísa Coutinho, condessa do Sabugal e alcaidessa-mor de Santarém, a quem é dirigida uma dedicatória pelo seu capelão, Frei António da Purificação, inscrita na obra *Iardim de Portugal* [...], de Luís dos Anjos, impressa, por

Nicolau de Carvalho, em 1626. Igualmente pertencente à grande nobreza do Reino é D. Isabel Luísa Vicência Josefa Henriqueta de Lorena, filha do duque do Cadaval, a quem é dedicado o *Sermam de Sam Joam Bautista* [...], de Sebastião de Matos de Sousa, impresso, por João Antunes, em 1693. O panegírico penetra, também, nos conventos femininos e temos disso dois exemplos: o de D. Maria da Silva, religiosa do Convento de Santa Clara de Coimbra, a quem são dedicadas as *Auroras de Diana* [...], de Pedro de Castro y Añaya, obra impressa por Manuel Dias em 1654; e o de Madre Soror Luísa Clara de Aracaeli, a quem é dedicado o *Sermão de São Ioseph* [...], de Francisco de Aracaeli, impresso por António Dias da Costa em 1692.

Conclui-se, assim, que, na época em estudo, o panegírico estava sempre presente na produção cultural e associava-se, efectivamente, a expectativas de obtenção de benefícios através da protecção por parte de grandes personalidades do Reino, pertencessem elas à nobreza ou ao clero, começando pelos monarcas e suas famílias. Naturalmente que referimos, aqui, as obras que não estão directamente associadas aos estudos universitários ou que são produzidas no seu contexto; nestas, é vulgar que se formule dedicatórias a um grande senhor, que pode ter sido o financiador dos estudos e do sustento do estudante. Os maiores contemplados com o panegírico académico são, no entanto, os próprios lentes associados às provas de cada candidato, habitualmente os orientadores e os arguentes. Em ambos os casos, a lista é comprida, como extenso é o rol das teses produzidas ao longo do século em estudo.

C. Os mercadores de livros

Estritamente ligado à produção de livros e relacionado com os impressores de forma directa será o grupo dos mercadores de livros. Se, na primeira metade do século XVII, a impressão de livros tinha sido largamente subsidiada pelos mecenas que, com variadas intenções, pagavam o trabalho tipográfico, na segunda metade do século impõe-se, aos poucos, uma lógica mais comercial, onde o mercador de livros aumenta de importância.

Aparentemente, estes mercadores de livros diferiam dos livreiros em duas questões principais: em primeiro lugar, não exerceriam o trabalho mecânico de encadernar livros ou outras actividades ligadas ao ofício de livreiro, que implicavam um exame no seio da corporação; por outro lado, o mercador de livros obedecia a um perfil de grosso trato, com um fôlego financeiro que lhe permitia mandar imprimir edições inteiras. Efectivamente, na segunda metade do século XVII e, mais especificamente, a partir de 1660, raro é o ano em que não encontramos, ao menos, uma edição patrocinada por um mercador de livros, subsídio claramente evidenciado no pé de imprensa da obra impressa. O recurso aos mercadores de livros deveu-se, à necessidade de investimento prévio para a impressão de livros, destinados a serem colocados directamente no mercado, sem obedecer a qualquer interesse mecenático ou institucional – não olvidemos o facto de que a maior parte dos impressores activos em Coimbra, desde a instalação da Universidade, procuraram sempre o seu privilégio. O interesse dos mercadores de livros na impressão de edições dirigidas a um mercado específico e, portanto, objecto de um sucesso garantido é, também, de considerar seriamente.

Desde o aparecimento da imprensa em Portugal que se verificou uma separação absoluta entre os dois ofícios, dado que os livreiros estavam sob a esfera dos ofícios mecânicos e, portanto, sujeitos a exame por parte da sua própria corporação. Em relação aos impressores, nunca tal realidade foi aplicada: os impressores nunca apareceram como uma corporação distinta, mas muitas vezes surgiram associados aos livreiros; por outro lado, parece não ter existido alguma vez exame do ofício entre os impressores, e de inúmeros livreiros adquiriram oficina tipográfica sem, aparentemente, terem servido numa imprensa como aprendizes ou como oficiais.

Com o evoluir do século XVII, evidencia-se o aparecimento dessa nova categoria sócio-profissional ligada ao comércio de livros: os mercadores de livros. A sua actividade, como vimos, distinguia-se da acção dos livreiros e parecem não ter sido englobados na corporação dos livreiros. Porém, alguns destes mercadores de livros assumiram-se, pelo menos uma vez, como livreiros, e alguns deles foram mercadores de livros, livreiros e impressores. Neste sentido, uma das questões que nos preocuparam neste estudo foi saber se tais mercadores de livros mantiveram a actividade depois de se tornarem impressores.

Em 1651, aparece na cidade de Coimbra um impressor, Manuel Dias, que no pé de imprensa da *Historia Vniuersal* [...], do Padre Manuel dos Anjos, faz escrever: «*Na Officina de Manoel Dias mercador de livros.*». Parece ser, efectivamente, a prova de que os mercadores de livros pretenderam ampliar a sua actividade à impressão de livros, sem abdicar do comércio, por grosso, de livros. Alguns anos volvidos, em 1672, José Ferreira intitulava-se *Livreiro da Vniuersidade*, ao mesmo tempo que ostentava o título de *Impressor da Universidade*; encontrámos, ainda, obras custeadas por um mercador de livros, de nome José Ferreira, em 1665, 1669 e 1671. Tratar-se-ia do livreiro activo na primeira metade do século em Coimbra, ou seria já o futuro impressor da Universidade? Ou seria uma terceira personagem, sobre a qual quase nada sabemos? Apesar de subsistirem estas dúvidas, certo é que a realidade era bem diferente daquilo que se legislava; desta forma, o exemplo de José Ferreira mostra que, pelo menos num caso, ele assumiu simultaneamente dois privilégios que seriam incompatíveis.

Antes da década de sessenta, encontrámos somente três livros assumidamente financiados por mercadores de livros: a referida *Historia Vniuersal* [...], impressa por Manuel Dias, em 1651, e por ele próprio custeada; o *Sermão nas honras do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso por Tomé Carvalho em 1653, à custa de António Gomes de Moura que, no entanto, era morador no Porto; as *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio & exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez* [...], compostas por Bartolomeu Rodrigues Chorro de acordo com o conhecido método do Padre Manuel Álvares, impressas pelo mesmo impressor, em 1659, e financiadas por um Henrique Valente de Oliveira, que admitimos ser o impressor lisboeta.

Mercadores de livros financiadores de edições em Coimbra (1653-1700)

	1653	1654	1655	1656	1657	1658	1659	1660	1661	1662	1663	1664	1665	1666	1667	1668	1669	1670	1671	1672	1673	1674	1675	1676
Manuel de Figueiredo												VMC		VMC	VMC									
Matias de Carvalho										TC		TC				VMC								
Manuel Rodrigues de Almeida																	VMC							
João Antunes																				VMC TC	RCC		VMC	VMC
João de Magalhães																					VMC			
António Gomes de Moura (Porto)	TC																							
José Ferreira																	TC		TC					
Sebastião Rodrigues																	TC							
Manuel Carvalho																								
António Barreto																								
Manuel Leonardo																								
Bento Seco																								
José Antunes																								

	1677	1678	1679	1680	1681	1682	1683	1684	1685	1686	1687	1688	1689	1690	1691	1692	1693	1694	1695	1696	1697	1698	1699	1700
Manuel de Figueiredo																								
Matias de Carvalho														MD										
Manuel Rodrigues de Almeida																								
João Antunes											JF													
João de Magalhães																								
António Gomes de Moura (Porto)																								
José Ferreira																								
Sebastião Rodrigues																								
Manuel Carvalho													JF											
António Barreto									MD															
Manuel Leonardo														MD										
Bento Seco																					JF			
José Antunes																			MRA					JF

JF – José Ferreira
TC – Tomé Carvalho

MRA – Manuel Rodrigues de Almeida
RCC – Rodrigo de Carvalho Coutinho

VMC – Viúva de Manuel de Carvalho
MD - Manuel Dias

Deste modo, aparentemente, apenas um destes mercadores de livros seria coimbrão: Manuel Dias. O facto é que, durante uma década, nenhum outro mercador de livros manda imprimir uma obra à sua conta, o que nos leva a interrogar se Manuel Dias não terá utilizado um título que não lhe pertencia, tanto mais que nunca o utilizou, depois dessa data, nas obras que imprimiu. No entanto, na primeira inquirição constante do seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, datada de 10 de Novembro de 1654, já constava que Manuel Dias era livreiro, mercador de livros e impressor na cidade de Coimbra. Temos aqui o reconhecimento oficial de uma realidade que era oficialmente proibida...

A partir de 1661, encontramos nas portadas dos livros impressos doze nomes associados ao título de mercador de livros, permitindo-nos estabelecer o período aproximado em que exerceram esta actividade:

Matias de Carvalho: 1661 a 1690.

José Ferreira: 1665 a 1671.

Sebastião Rodrigues: 1669 a 1684.

João Antunes: 1672 a 1698.

Manuel de Figueiredo: 1664 a 1673.

Manuel Rodrigues de Almeida: 1669.

João de Magalhães: 1673.

António Barreto: 1685.

Manuel Leonardo: 1690.

Manuel Carvalho: 1689.

Bento Seco: 1697.

José Antunes: 1695 a 1700.

Em relação a estas datas, deve fazer-se três ressalvas: em primeiro lugar, não é líquido que elas correspondam rigorosamente ao período em que os mercadores de livros desenvolveram a sua actividade, mas é absolutamente certo que, nos anos apontados, eles estiveram activos; não obstante, o seu período de actividade pode ser mais vasto. Em segundo lugar, Matias de Carvalho aparece-nos a custear livros entre 1661 e 1677, ressurgindo em 1690 associado a Manuel Leonardo. Finalmente, Sebastião Rodrigues e João Antunes aparecem associados em 1684, sendo que encontramos o primeiro somente em 1669 e 1672, e o segundo prolonga a sua actividade até 1689, voltando a financiar a impressão de livros nos anos de 1697 e 1698, mas somente aqueles que saem dos seus prelos.

Claramente se verifica que, entre estes nomes, alguns há que podemos identificar com impressores activos em Coimbra: José Ferreira, João Antunes e Manuel Rodrigues de Almeida. Na tabela seguinte confronta-se o período em que exerceram a actividade de mercador de livros com o período em que foram impressores:

	Mercador de livros	Impressor
José Ferreira	1665-1671	1671-1707
João Antunes	1672-1689; 1697-1698	1692-1733
Manuel Rodrigues de Almeida	1669	1679-1702

Através da tabela apresentada, compreende-se que as três figuras referenciadas exerceram a actividade de mercadores de livros antes de se estabelecerem como tipógrafos e, pelos dados expressos, teriam deixado aquele ofício para se dedicarem ao segundo; somente João Antunes retoma o título de mercador de livros, mas somente para informar que o custo da impressão das obras na sua oficina tinha sido assumido por si próprio.

Na prática, o ofício de mercador de livros não conferia, por si só, uma elevação do estatuto social numa sociedade altamente estratificada, em que o sangue e a propriedade da terra eram sinais de nobreza. Nesta época, aliás, a limpeza de sangue assumia, ainda, a responsabilidade pela separação social entre cristãos-velhos e cristãos-novos, marcando-se estes últimos com o estigma da ascendência judaica ou, eventualmente, muçulmana. Assim sendo, apesar do fôlego financeiro que os mercadores de livros denotavam, a sua dignificação social teria que ser encontrada de outra forma; e, desde cedo, os livreiros procuraram tal elevação na aquisição de prelos, o que lhes conferia as mesmas tenças, dignidades e privilégios auferidos pelos cavaleiros da Casa Real, no seguimento da concessão feita por D. Manuel I ao impressor Jacob Cromberger. De igual forma, desde o princípio do século que assistimos a uma tentativa, repetida por vários livreiros e impressores, de conseguir ascender à dignidade de familiares do Santo Ofício, o qual, além de os prestigiar, permitia fazer prova de limpeza de sangue e garantir uma protecção relativamente à Inquisição, que frequentemente incomodara os seus congéneres do século anterior.

Conclui-se, assim, que existia uma forte vontade de fazer crescer o mercado livreiro do ponto de vista da produção e difusão do livro, sobretudo na segunda metade

do século XVII: o livro, comercialmente rentável, passou a ser objecto de encomendas destinadas ao lançamento no mercado, conquistando um público crescente e ávido de alguns géneros específicos de obras, à cabeça das quais estava a parenética, que se impôs pela sua popularidade e pelo seu baixo preço.

Esta realidade permitiu, então, o crescimento de um agente do livro que veio impor-se como investidor e já não como patrono ou mecenas: o mercador de livros financiava as edições, com a intenção de as colocar directamente no mercado, onde elas seriam rapidamente absorvidas.

Parte IV

As gravuras, as vinhetas, os tipos

A. A Gravura

A gravura parece ter sido entendida, por parte dos bibliófilos portugueses, como uma componente dos livros impressos, apreciada e indubitavelmente valorizadora, mas sem que isso implique a existência de estudos muito profundos.

A referência para o seu estudo, em Portugal, continua a ser a *História da Gravura Artística* [...] de Ernesto Soares¹, uma obra com várias décadas de existência. Ernesto Soares contempla cerca de cinco séculos da gravura portuguesa, acompanhando a sua evolução, mas o seu trabalho não é, propriamente, uma *história*, apesar do estudo que aparece no início da obra: assemelha-se mais a um dicionário de artistas, apontando, para cada um deles, as gravuras produzidas, que são identificadas pelas suas assinaturas.

Ao longo do nosso trabalho, verificámos que esta inventariação não está completa, como é próprio de uma ciência em contínua evolução; assim, Ernesto Soares não conheceu algumas gravuras de artistas que biografa e, de igual forma, não tinha notícia de, pelo menos, um gravador activo na segunda metade do século XVII, conforme veremos.

Mas a obra de Ernesto Soares tem, desde logo, uma virtude: o facto de o autor evidenciar que procurou fazer a história da gravura *em Portugal* e não da gravura *portuguesa*. Efectivamente, tal como acontece com tudo o que se relaciona com a tipografia, é frequente não sabermos a origem dos artistas ou das suas obras; o problema agudiza-se se pensarmos na quantidade de material utilizado pelos impressores para imprimir um único livro: o papel, as tintas, os jogos de letras simples e outros, mais complexos e de alguma forma decorados... e, evidentemente, as gravuras que tantas vezes, de tão apreciadas, foram arrancadas dos livros com propósitos devotos ou simplesmente decorativos, deixando os livros truncados. Porém, se algumas dessas gravuras aparecem assinadas, frequentemente não o são; pior ainda, se pensarmos nos jogos de capitulares decoradas, por vezes com cenas mais ou menos identificáveis, mas que invariavelmente tornam mais belas as páginas do livro, mas que jamais apresentam qualquer assinatura ou forma de identificação do artista que as abriu em madeira ou em metal.

¹ Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras* (nova edição), 2 volumes, Lisboa, Livraria Samcarlos, 1971.

A escassez de contratos ou escrituras que envolvam transacções de materiais tipográficos leva-nos a desconhecer quase por completo a sua origem, mas parece-nos evidente que nem todos eram oriundos de território português: recordemo-nos da influência de Dürer na gravura da Península Ibérica, estudada por Joaquim de Vasconcelos², o que prova que a obra daquele artista era conhecida e apreciada no território português; de igual modo, a obra de Enrique Lafuente Ferrari³ prova que existia em Espanha um interesse pela reprodução de retratos de figuras portuguesas, o que denota um intercâmbio cultural que não se limita ao texto escrito, mas que se estende à imagem – e não esqueçamos que, como bem ensinou Jean-François Lyotard, a imagem é, por si só, transmissora de uma mensagem que se associa ao texto⁴. E que dizer do fenómeno que originou um dos primeiros estudos sobre a gravura portuguesa, da autoria de J. C. Rodrigues da Costa, publicado em 1925?

O autor conta como apareceu, em Roma, uma chapa de cobre representando o plano militar de Elvas no tempo da Restauração, a qual foi comprada pelo Ministro de Portugal na capital italiana, Eusébio Leão; intuindo a sua importância para a história militar portuguesa, informou o general Pereira de Eça, então Ministro da Guerra, por carta datada de 6 de Julho de 1914. Com essa chapa se imprimiram, então, várias reproduções, tendo uma delas, juntamente com a chapa, sido doada ao Museu da Artilharia.

Estabelecida a autoria do plano militar – o engenheiro francês Pierre de Sainte-Colombe, verificou-se que se tratava da planta militar e topográfica das linhas de Elvas em 1659; assim se achou o nome do abridor da chapa de cobre, até então esquecido: João Baptista. Rodrigues da Costa acabou por lançar a hipótese de ser o mesmo João Baptista, *abridor de armas*, que trabalhou como *abridor de cunhos* na Casa da Moeda desde 1 de Fevereiro de 1654 até 23 de Maio de 1667, que também usava o nome João Baptista Coelho, e que, em 1667, cederia o seu lugar ao ourives do ouro Manuel de Morais⁵.

² Cf. Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Dürer e a sua influência na Península* (1.ª edição), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

³ Cf. Enrique Lafuente Ferrari, *Iconografía Lusitana. Retratos grabados de personajes portugueses*, Madrid, Junta de Iconografía Nacional, 1941.

⁴ Cf. Jean-François Lyotard, «Veduta sur un fragment de l'«histoire» du désir», *Discours, Figure*, 3^e tirage, Paris, Éditions Klincksieck, 1978, pp. 163-208.

⁵ Cf. J. C. Rodrigues da Costa, *João Baptista gravador português do século XVII (1628-1680)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Estes exemplos demonstram como a história do livro e a história da gravura, andando de mãos dadas, estão em evolução permanente e não podem ser tomadas como abordagens parciais: daí a importância, frisamos uma vez mais, da perspectiva de

Ernesto Soares em estudar a gravura que, não obstante aparecer em livros impressos em Portugal, pode efectivamente ter origens geograficamente mais amplas.



Portada dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, impressos, em 1654, por Tomé Carvalho, atribuída a Josefa de Óbidos.

A realidade é que, na Coimbra seiscentista, os gravadores mais apreciados teriam origem estrangeira. É sobejamente conhecido o exemplo de Josefa de Ayala, que a história da pintura reteve com o nome de Josefa de Óbidos, local onde a artista se fixou e desenvolveu grande parte da sua actividade. Conhecemos duas gravuras a ela atribuídas: a portada dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, edição de 1654, impressa por Tomé Carvalho, e a representação da Sabedoria, sob a forma de uma mulher, que os referidos Estatutos mandavam que fosse a insígnia da Universidade, conforme a inscrição que encabeça a gravura.



A ambas as gravuras se refere Ernesto Soares quando esboça a síntese da obra de gravadora de Josefa de Óbidos⁶, dizendo que «a sua obra conhecida neste ramo da arte é *deminuta* [sic] (...). Todavia a sua maneira, como *água-fortista pintora*, é dentro desta época, *única em Portugal* (...)»⁷. Única, mas controversa, já que, adiante, levanta dúvidas sobre a atribuição das gravuras à pintora, visto que «a *técnica seguida é (...) diferente e por isso as julgamos abertas por artistas diferentes*»⁸, divergindo da opinião de Rodrigues da Costa. Assim, segundo Ernesto Soares, uma das gravuras não teria sido

aberta pela dita Josefa de Óbidos, sem indicar qual delas (na verdade, a representação da *Sabedoria* está assinada por Josefa de Ayala e datada de 1653); do ponto de vista da técnica utilizada, refere que «*ambas as estampas são abertas a água forte, retocadas a buril e de técnicas diferentes embora se possa julgar da mesma mão o seu desenho. A imperfeição da estampagem e sobretudo a da tintagem tornam-nas duras e inexpressivas*»⁹. Em suma, as gravuras evidenciam técnicas diferentes cuja perfeição é

⁶ Josefa de Ayala, conhecida artisticamente como Josefa de Óbidos, nasceu em Sevilha, no primeiro quartel do século XVII, sendo filha do pintor Baltasar Gomes Figueira e de Catarina de Ayala e Cabrera, segundo informações veiculadas por Ernesto Soares; João Couto, seguindo Xavier da Costa, diz que Baltasar Gomes Figueira já se encontrava em Óbidos em 2 de Março de 1640 («Introdução», *Exposição das pinturas de Josefa de Óbidos promovida pela Junta de Província da Estremadura. Catálogo. Lisboa – Maio-Junho de 1949*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, [1949], pág. 8). Ernesto Soares acrescenta que havia quem lhe apontasse a data de 1634 para o seu nascimento, de modo que teria falecido, com cinquenta anos de idade, em 1634 (cf. *op. cit.*, pág. 58).

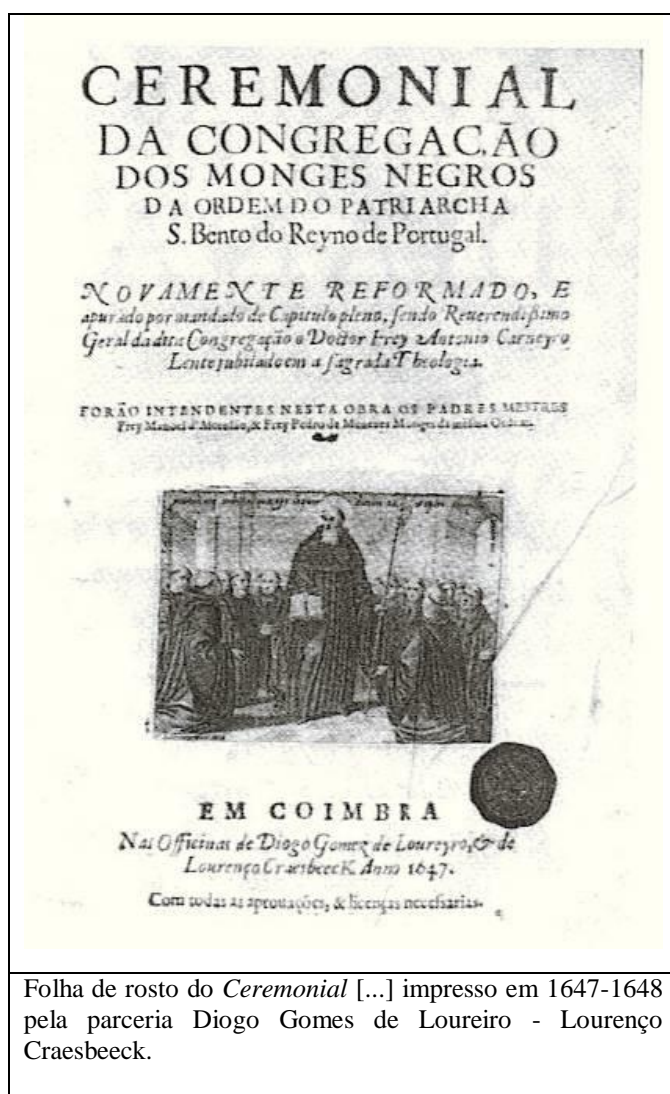
⁷ Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 58.

⁸ Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 58.

⁹ Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 58.

prejudicada pela estampagem e pela tintagem, o que pode indicar gravadores diferentes, mas sem permitir uma conclusão decisiva.

Na realidade, o único motivo que ambas as composições têm em comum é a figura da Sabedoria, regamente coroada e entronada, com um ceptro numa mão e um livro aberto na outra: na portada, a Sabedoria encabeça o pórtico ladeado por pilastras, que enquadram o título da obra; mantém o ceptro na mão esquerda e o livro na mão direita, voltando-se para a direita na proporção de um terço; na gravura interior, a representação feminina domina a página, voltando-se para o lado esquerdo e



Folha de rosto do *Ceremonial* [...] impresso em 1647-1648 pela parceria Diogo Gomes de Loureiro - Lourenço Craesbeeck.

empunhando o ceptro com a mão direita e o livro aberto com a mão esquerda. Nas quatro pilastras que ladeiam o título, na portada, abrem-se oito nichos onde se inscrevem figuras de santos; na gravura interior não há qualquer iconografia religiosa, e a única companhia que a Sabedoria pode dispor é um mocho que parece observar o espectador, empoleirado à direita dos joelhos da mulher.

Tão conhecida como estas, parece ser a gravura que Lucas Vorsterman abriu para a folha de rosto do *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento de Portugal* [...], impresso por Diogo Gomes de Loureiro e

Lourenço Craesbeeck, em 1647-1648. Segundo Ernesto Soares, Vorsterman tinha já trabalhado com o irmão de Lourenço, Paulo Craesbeeck, criando uma gravura para a *Chronica da Companhia de Jesu* [...], do Padre Baltasar Teles, dada à estampa em Lisboa, no ano de 1645. Aliás, não devemos desprezar o facto de que Lucas Vorsterman era natural de Anvers (Antuérpia), tal como Pedro Craesbeeck, o pai de Lourenço e

Paulo; nasceu no ano de 1624 e, segundo Ernesto Soares¹⁰, viveu em Lisboa entre 1645 e 1648, anos em que produziu as obras que salientámos. Era filho do gravador Lucas Emile Vorsterman, que parece ter vivido entre 1595 e 1675, pelo que não é provável que tivesse conhecido Pedro Craesbeeck em territórios nórdicos, já que este impressor, segundo João Alves Dias, estava já em Portugal em 1597, ano em que imprimiu o *Index Librorum Prohibitorum* [...]¹¹. Assim, os irmãos Craesbeeck e Lucas Vorsterman devem ter-se encontrado em Lisboa, tendo os primeiros aproveitado o talento do gravador para valorizar as obras que imprimiram.

A gravura da obra conimbricense, com as dimensões de 77 milímetros de altura e 105 milímetros de largura, representa São Bento pregando entre os monges da ordem que fundou, apresentando-se estes de joelhos numa atitude de veneração; no canto inferior esquerdo, uma inscrição reclama a autoria da gravura: «*L. Vorsterman fecit*».



Portada da *Arte de Orar* [...] do Padre Diogo Monteiro, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1630.

A obra tipográfica de Diogo Gomes de Loureiro apresentaria várias outras gravuras, com a particularidade de quase nenhuma delas se encontrar assinada, conforme parece ser costume da época, pelo menos em Portugal. Outra regra parece ser a escassez de gravuras, em função da utilização de vinhetas alusivas a ordens religiosas ou, simplesmente, decorativas.

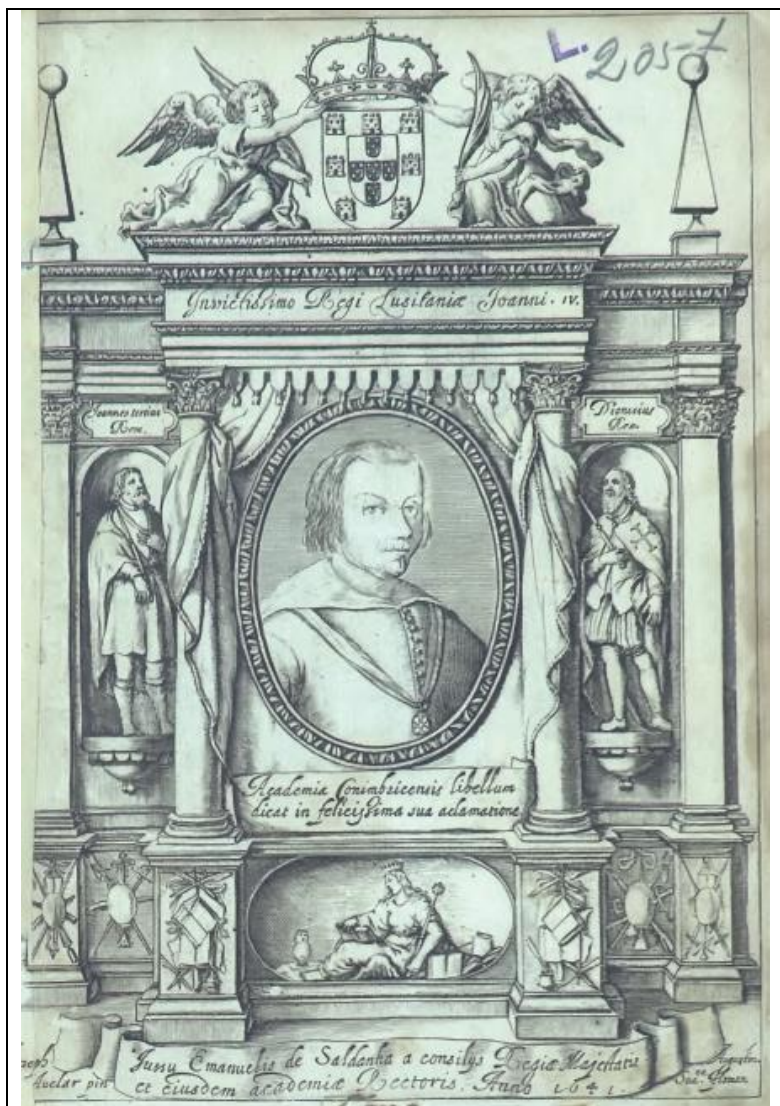
Num primeiro grupo, incluiremos as portadas gravadas, tendo sido encontrados três bons exemplos: a portada da *Arte de Orar*, do Padre Diogo Monteiro, impressa em 1630; a da *Doctrinale Sacrae Scripturae omnes illius sensus* [...], de João de Paiva, de

1631; a portada de *Invictissimo Regi Lusitania Joanni IV. Academia Conimbricensis*

¹⁰ Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. II, pág. 655.

¹¹ Cf. João José Alves Dias, *Craesbeeck* [...], pág. IX.

libellum dicat felicissima sua aclamatione., impresso em 1641, e ostentando as assinaturas de José de Avelar e Agostinho Soares Floriano¹².



Portada da obra panegírica dedicada pela Universidade de Coimbra a D. João IV, por ocasião da sua aclamação como rei de Portugal, e impressa por Diogo Gomes de Loureiro, no ano de 1641 - *Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV. Academia Conimbricensis libellum dicat felicissima sua aclamatione.*

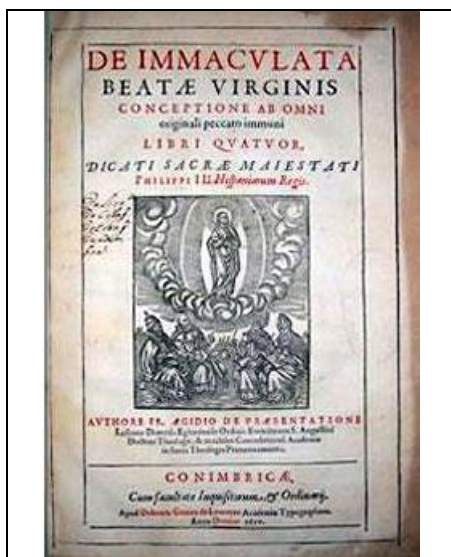
A primeira das composições reproduz um medalhão com o retrato de Santo Inácio de Loiola, ladeado por duas figuras antropomórficas aladas, que suportam um friso com o nome da obra e o do autor, encimado por um frontão triangular com as insígnias da Companhia de Jesus ao centro. Por baixo do medalhão, surge novo friso com o pé de imprensa: *Em caza de D.º Gomez Lour.º impreßor da Vn.ª de Coimbra 1630.*

Não dispomos de reprodução da segunda portada referida, mas trata-se de uma gravura que preenche toda a folha de rosto da *Doctrinale Sacrae Scripturae omnes illius*

sensus [...], com novo retrato de Santo Inácio de Loiola, com a inscrição «GLORIAMVR IN CHRISTO IESV PHILIP. 3.»; sobre o retrato, desenvolve-se o título da obra, encabeçado por uma imagem da Virgem com a pomba do Espírito Santo sobre a cabeça. Ladeando esta composição central, surgem diversas alegorias a

¹² Ernesto Vieira desconhecia quaisquer dados biográficos acerca de Agostinho Soares Floriano, mas situa o seu período de actividade entre os anos de 1619 e 1642, com uma grande interrupção entre 1619 e 1631 (Cf. Ernesto Vieira, *op. cit.*, vol. I, pág. 273). Nada acrescenta relativamente a José de Avelar.

princípios do catolicismo romano: a história sagrada, as profecias, as salmodias, o Novo Testamento, a conversão dos infiéis e a guerra às heresias.

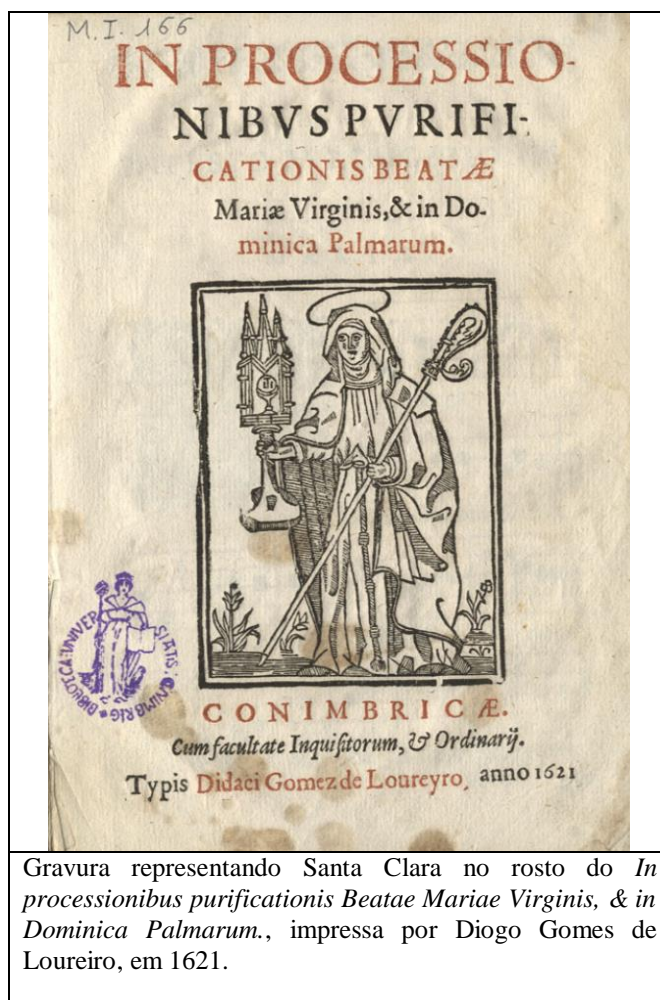


Folha de rosto da obra de Egídio da Apresentação, *De Immaculata Beatae Virginis Conceptione ab omni originali peccato immuni* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1617.

respectivamente, à esquerda e à direita. Na base da composição, surge a imagem da Sabedoria, que era, como vimos, a insígnia da Universidade de Coimbra, com uma fita salientando o nome do reitor, D. Manuel de Saldanha, e a data de 1641¹³.

Na ausência de portadas gravadas, as folhas de rosto dos livros impressos eram, muitas vezes, valorizadas com gravuras abertas em madeira ou em chapa de cobre, como a que aqui se apresenta, (com as dimensões de 101 milímetros de altura e 82 de largura): nela se vê a virgem

A terceira portada está, como dissemos, assinada por José de Avelar e por Agostinho Soares Floriano. Trata-se de um medalhão com o retrato de D. João IV, a quem a obra é dedicada, sob um friso arquitectónico que ostenta a dedicatória e que é encimado pelo brasão de armas régio, ladeado por dois anjos com palmas na mão; imediatamente por baixo do medalhão, com o retrato, aparece a referência à Universidade de Coimbra, instituição que dedica a obra ao monarca. Inscritos em nichos abertos no entablamento do retrato, aparecem os retratos dos reis portugueses D. João III e D. Dinis,



Gravura representando Santa Clara no rosto do *In processionibus purificationis Beatae Mariae Virginis, & in Dominica Palmarum.*, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1621.

¹³ Em relação à descrição da obra é feita por Ernesto Vieira, cf. *op. cit.*, pp. 280-282, nota 986-A.

rodeada por uma halo de luz e uma nuvem, fazendo lembrar a *amêndoa mística* dos tímpanos dos portais medievais, descendo do céu sobre uma reunião de quatro Padres da Igreja. Foi colocada na folha de rosto do quarto livro da *De Immaculata Beatae Virginis Conceptione ab omni originali peccato immuni* [...], escrito por Frei Egídio de Apresentação e dedicado ao rei D. Filipe III, impresso em 1617. Porém, vê-la-emos

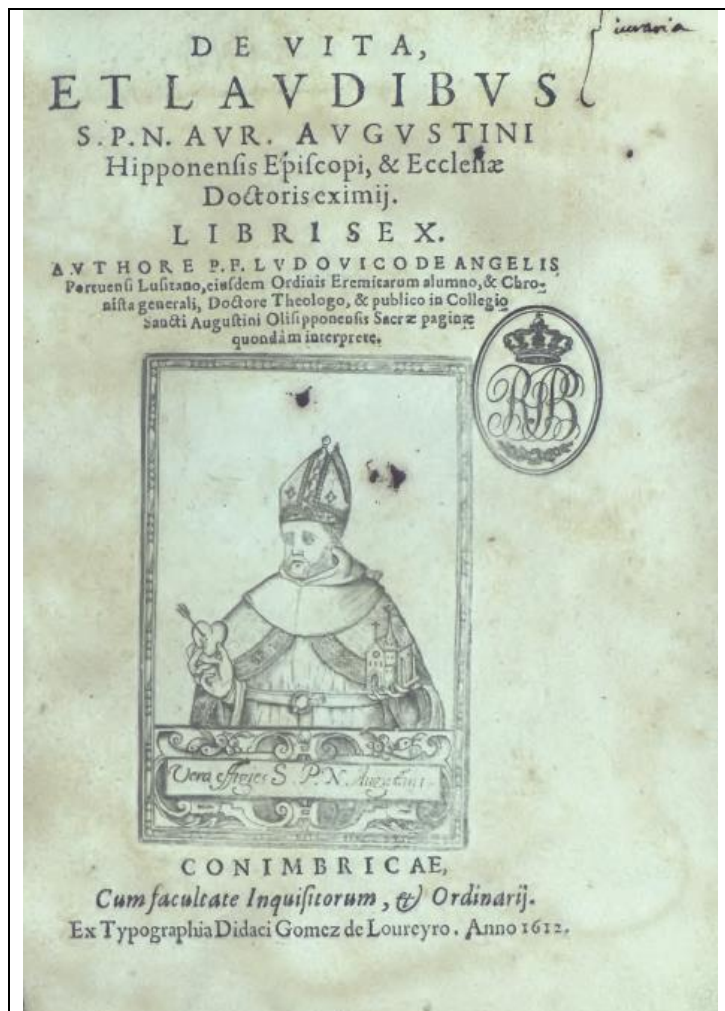


Imagem de Santo Agostinho no rosto da obra hagiográfica composta por Luís dos Anjos, impressa por Diogo Gomes de Loureiro em 1612.

aparecer nos rostos de, pelo menos, mais três obras impressas por Diogo Gomes de Loureiro, três fascículos destinados a integrar o processo de obtenção de graus académicos na Universidade de Coimbra: as *Conclusiones* [...] de António de Lima Barbosa, de Tomás Carvalho e de Manuel Ribeiro de Sousa, todas dadas à estampa em 1618.

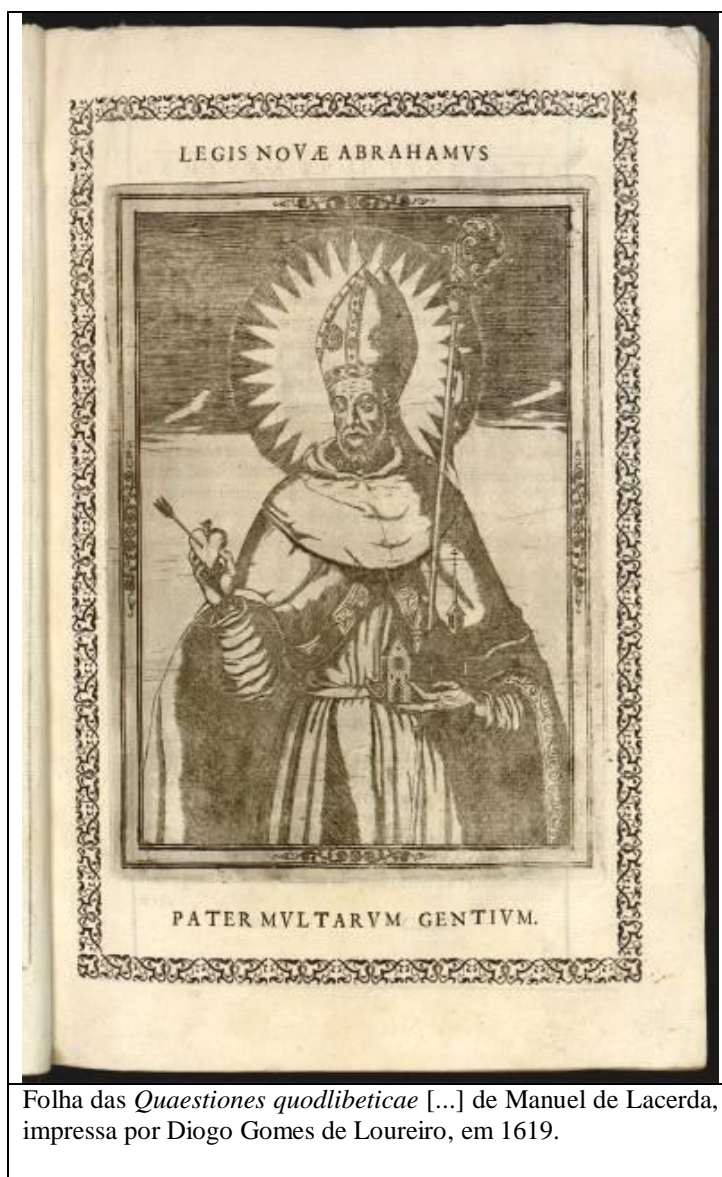
Encontramos, ainda, outras gravuras alusivas à Virgem Maria, ou a outros santos, em diversas folhas de rosto de livros impressos por Diogo Gomes de Loureiro: a gravura aberta em madeira, com as dimensões de 88

milímetros de altura por 67 de largura, representando a fuga para o Egipto da Virgem, com o Menino Jesus ao colo, mas sem a presença de São José, inclusa no rosto das *Conclusiones* [...], de António Pinto, impressas em 1612; a representação de Santo António de Pádua, nas dimensões de 75 milímetros de altura por 50 de largura, do rosto das *Conclusiones* [...], de António Dias da Fonseca, dadas à estampa em 1618; ou a imagem de Santa Clara, com o báculo de Abadessa na mão esquerda e a custódia com o Santíssimo Sacramento na direita, incluído no rosto do processional da Purificação da

Virgem Maria e do Domingo de Ramos¹⁴, impresso em 1621, com as dimensões de 85 milímetros de altura e 63 milímetros de largura; finalmente, uma representação de Santo Agostinho com a inscrição latina «*Vera effigies S. P. N. Augustini*», com 93 milímetros de altura e 62 de largura, impressa no rosto da *De vita et laudibus S. P. N. Aur. Augustini* [...], de Luís dos Anjos, em 1612.

A estas se podem juntar duas outras cujo tema é a descida do Espírito Santo no Pentecostes, a primeira utilizada no rosto das *Conclusiones* [...], de António Quaresma de Almeida, em 1607, com as dimensões de 87 milímetros de altura por 67 de largura, e a segunda pertencente ao rosto do *Manuale Missalis Romani* [...], impresso em 1634, com as dimensões de 47 milímetros de altura por 66 de largura.

Nova gravura de Santo Agostinho ocupa a terceira página *in-fólio* das *Quaestiones quodlibeticae* [...], defendidas por Manuel de Lacerda, e impressas em 1619; o santo é representado com a



Folha das *Quaestiones quodlibeticae* [...] de Manuel de Lacerda, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1619.

mitra episcopal na cabeça e a sua insígnia – o coração trespassado – na mão direita, enquanto a esquerda sustenta uma igreja e um báculo; sobre a composição, surge a inscrição «*LEGIS NOVAE ABRAHAMVS*», enquanto na parte inferior se pode ler «*PATER MVLTARVM GENTIVM*». A toda a volta, desenvolve-se um filete composto por vinhetas tipográficas.

¹⁴ *In processionibus Purificationis Beatae Mariae Virginis, & in Dominica Palmarum.*

O outro patriarca que ocupa um lugar de grande relevo na produção livresca coimbrã do século XVII é São Bento, patrono da Ordem Beneditina, cuja crónica, em Portugal, foi redigida por Frei Leão de São Tomás, que a publicou em dois tomos. O primeiro foi impresso por Diogo Gomes de Loureiro em 1644, apresentando duas edições distinguidas, essencialmente, pela dedicatória e pela folha de rosto: uma delas é dedicada a D. João IV e apresenta no rosto as armas portuguesas; a segunda, a São Bento, e ostenta as armas da sua Ordem – dois leões empunhando uma espada cada um, ladeando uma torre. Ambas as edições, porém, mantêm uma gravura de São Bento com

as insígnias abaciais que lhe eram devidas pela sua dignidade de abade geral, ocupando toda a página.

Outras gravuras há que aparecem no interior dos livros, por vezes marcando o início ou o fim de partes importantes, outras vezes somente ilustrando a obra.

Para o primeiro caso, podemos apontar o exemplo de uma gravura representando o primeiro Natal, a abrir o primeiro capítulo do *Enchiridion Missarum Solemnium et Votivarum* [...], composto pelo Sub-Chantre da Sé de Coimbra, João Dias, e impresso em 1620, cujo único exemplar encontrado



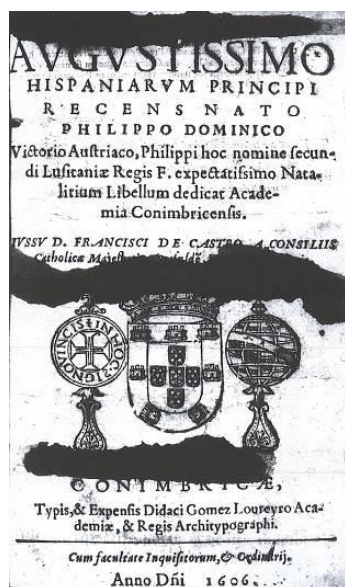
Primeira folha da obra *Enchiridion Missarum Solemnium et Votivarum* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1620.

está conservado no Arquivo da Misericórdia de Arraiolos. Refere-se o capítulo à festa litúrgica da Natividade de Jesus Cristo e, como tal, a gravura apresenta o presépio.



Gravura colocada na primeira folha da obra *Enchiridion Missarum Solemnium et Votivarum* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1620.

O segundo exemplo de que dispomos é uma gravura representando São Marcos escrevendo o seu Evangelho com o leão alado aos pés; inferiormente à figura, incluiu-se um friso com uma inscrição de um versículo do livro profético de Amós¹⁵: «*Leo rugiet quis non timebit: Dominus Deus locutus. Amos. 3.*» A gravura aparece sob um epigrama anónimo laudatório ao autor, Aleixo de Santo António, freire da Ordem de Cristo: trata-se da *Philosophia Moral* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1640.



Rosto da obra dedicada pela Universidade de Coimbra ao nascimento do futuro rei D. Filipe IV de Espanha, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1606.



Gravura representando São Marcos, pertencente à *Philosophia Moral* [...], de Frei Aleixo de Santo António, dada à estampa por Diogo Gomes de Loureiro em 1640.

¹⁵ Na verdade, será uma adaptação do versículo 8 do capítulo 3: «O leão rugie, quem não temerá? O Senhor Javé fala; quem não profetizará?» (Segundo a tradução a Bíblia dos Missionários Capuchinhos. Cf. *Bíblia Sagrada*, 15.^a edição, Lisboa, Difusora Bíblica, 1991).

Resta-nos, então, um conjunto de gravuras que assume mais importância pela sua quantidade do que pela sua qualidade: o grande número de representações de brasões de armas, geralmente abertos em chapa de cobre, que aparecem tanto nas folhas de rosto como no interior dos livros; por princípio, apresenta-se o brasão do autor, da Ordem religiosa a que pertence, o brasão do seu patrocinador, ou o da pessoa ou entidade a quem a obra é dedicada. Os principais brasões que aparecem são as armas reais portuguesas, que, mesmo sob a União Ibérica, nunca aparecem associadas com as armas do rei espanhol. É o caso do elogio feito pela Universidade de Coimbra, na pessoa do reitor, D. Francisco de Castro, ao nascimento do varão primogénito do rei D. Filipe III de Espanha, D. Filipe Domingos Victor de



Folha de rosto do *Compromisso da Sancta Misericórdia da Cidade de Coimbra.*, impresso por Diogo Gomes de Loureiro, em 1636, ostentando as armas reais portuguesas.

Áustria, o futuro rei Filipe IV, nascido em Valhadolide, a 8 de Abril de 1605¹⁶. A obra é editada somente em 1606 e, apesar de o ser em honra do nascimento do infante, só ostenta o escudo de armas português, ladeado pela cruz e pela esfera armilar. As armas portuguesas aparecerão isoladas em folhas de rosto de diversas obras impressas ainda sob a União Ibérica: no rosto da *Relectio* [...], de Sebastião César de Meneses (1628), a

¹⁶ Cf. António de Oliveira, *D. Filipe III*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, [2005], pág. 21.

homenagem pelo nascimento de D. Baltasar Carlos Domingos, filho de Filipe III de Espanha, sendo reitor da Universidade D. Francisco de Brito de Meneses¹⁷ (1630), e o *Compromisso da Sancta Misericordia da Cidade de Coimbra* [...] (1636). A este conjunto, juntar-se-ia uma das edições do primeiro tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás, impressa em 1644, dedicada ao novo rei D. João IV, que apresentava no rosto um brasão de armas da Casa Real Portuguesa.

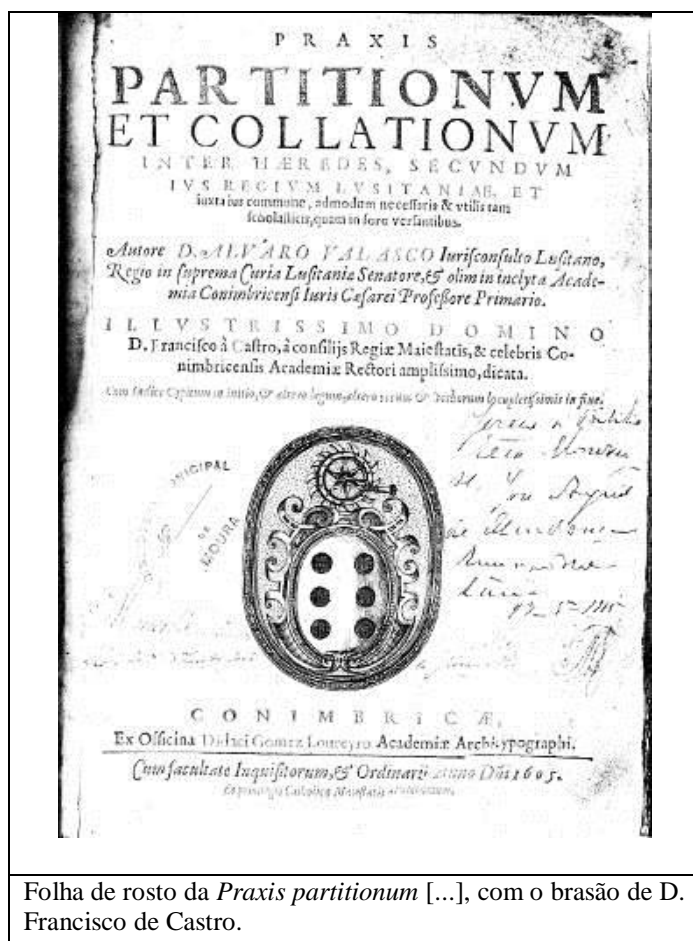


Duas personagens contempladas com os respectivos brasões em livros impressos em Coimbra, na época considerada, são o bispo da diocese e o reitor da Universidade. Ao longo do século XVII, somente um bispo de Coimbra tinha ocupado o cargo de reitor da Universidade: D. Afonso Furtado de Mendonça (reitor entre 1597 e 1605, bispo entre 1616 e 1618). Encontramos o seu brasão de armas nas folhas de rosto das duas edições da *Arte do Canto Chão* [...], de Pedro Talésio, impressas por Diogo Gomes

¹⁷ *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Balthasari Carolo Dominico Phelippi hoc nomine III. Lusitaniae Regis Filio expectatissimo Natalitium Libellum dedicat Academia Conimbricensis.*

de Loureiro: a de 1618 e a de 1628; na primeira, identifica-se D. Afonso Furtado de Mendonça como Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e membro do Conselho de Estado, enquanto na segunda os títulos são actualizados, já que D. Afonso passou ao arcebispado de Lisboa e foi nomeado Governador de Portugal, embora se indique que a dedicatória é a original, de 1618. O brasão de D. Afonso Furtado de Mendonça apareceria, ainda, no rosto do *Sermão em louvor de nosso Padre Sancto Agostinho* [...], pregado por Frei Luís dos Anjos e impresso, por Diogo Gomes de Loureiro, em 1618.

Encontramos, também, o brasão de armas de D. Afonso de Castelo Branco (bispo de Coimbra entre 1585 e 1615) no rosto do *Tomus Primus enarrationum in priores tres libros aphorismorum Hippochatis* [...], do Doutor Ambrósio Nunes, dado à estampa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1603. Em 1623, é o brasão de D. Martim Afonso Mexia (bispo da sede conimbricense entre 1619 e 1623) que surge no rosto da *Festa propria dioecesis [sic] conimbricensis* [...], aprovada pelo Papa Gregório XIII e mandada imprimir pelo bispo de Coimbra.



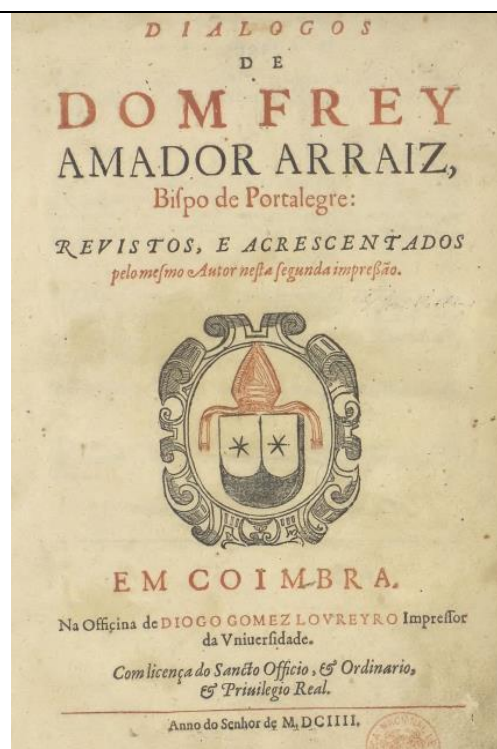
Folha de rosto da *Praxis partitionum* [...], com o brasão de D. Francisco de Castro.

Entre os reitores da Universidade, destacamos o brasão de D. Francisco de Castro, impresso no rosto da *Praxis partitionum et collationum inter haeredes* [...], do jurisconsulto Álvaro Vaz, em 1605, o ano da tomada de posse do reitor, que presidiu à Universidade até 1611. O mesmo brasão, proveniente de um ramo da descendência de D. João de Castro, aparece no rosto de uma outra obra impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1606, mas coroado pelo chapéu episcopal: a *Iornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Meneses* [...], composta

por Frei António de Gouveia, e dedicada ao arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, no século D. Pedro de Castro (arcebispo entre 1588 e 1609).

Além dos brasões dos bispos de Coimbra, acha-se na obra de Diogo Gomes de Loureiro alguns outros, coroados pela mitra episcopal, como o que foi colocado no rosto dos *Dialogos* [...], de D. Frei Amador Arrais, pertencente à Ordem do Carmo, na qual o autor tinha professado em 1645; a obra foi impressa em 1604, em segunda edição, devidamente revista e acrescentada, conforme se revela logo abaixo do título e do nome do autor.

Idêntica regra se verifica, por exemplo, para a Ordem de São Bento: faz-se imprimir o brasão da Ordem na edição do primeiro tomo da *Benedictina Lusitana*, dedicada ao glorioso Patriarcha Sam Bento, dada à estampa em 1644. Trata-se de



Folha de rosto dos *Dialogos* [...], de D. Frei Amador Arrais, com o brasão dos carmelitas.



Rosto da *Iornada do arcebispo* [...] com o brasão de D. Frei Agostinho de Jesus, arcebispo de Braga.

uma crónica da Ordem, por ela mandada compor a Frei Leão de São Tomás, religioso pertencente às suas fileiras. As *Constitutiones monachorum nigrorum* [...], impressas em 1629, apresentam, igualmente, as armas dos beneditinos na sua folha de rosto.

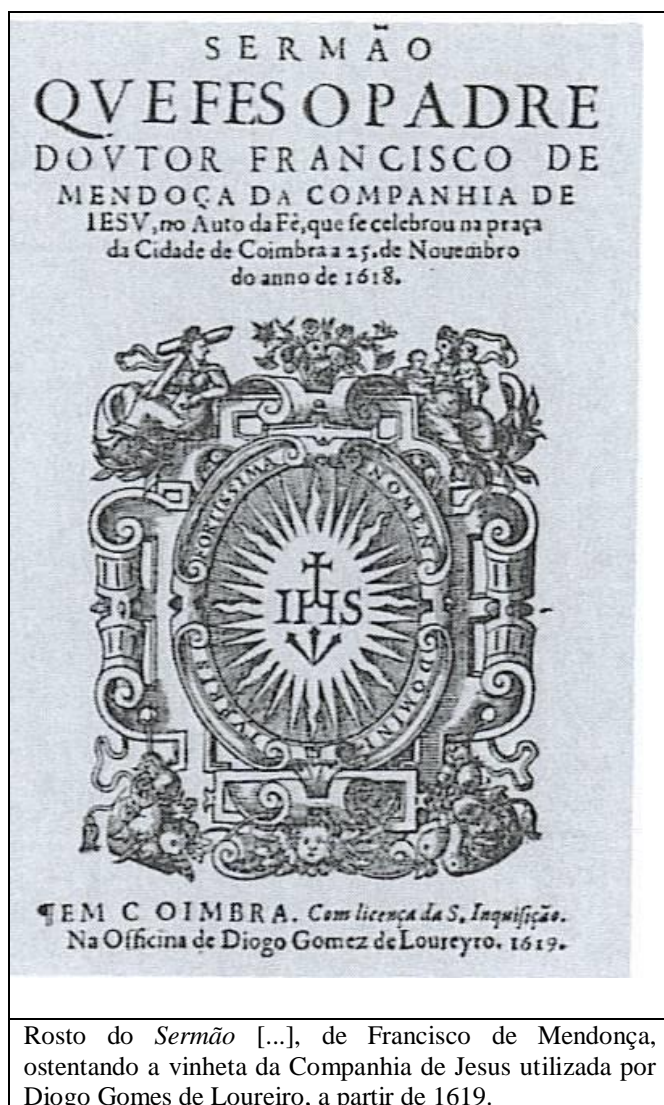
A organização religiosa cujas insígnias são mais representadas é, no entanto, a Companhia de Jesus, facto explicado pelo seu domínio ao nível do Colégio das Artes de Coimbra; existindo provas públicas para obtenção de graus, as teses a defender eram mandadas imprimir, como era usual na instituição universitária. Em muitas dessas obras, produzidas no

âmbito da Universidade, a acompanhar os nomes dos candidatos e dos orientadores,

eram incluídas dedicatórias a patrocinadores dos estudos dos candidatos, ou a membros da sua família, não raro ostentando os respectivos brasões. Na obra impressa de Diogo Gomes de Loureiro encontramos, então, alguns brasões, como o de D. Francisco de Melo, marquês de Ferreira e conde de Tentúgal, impresso no rosto das *Conclusiones* [...] de Paulo de Gouveia, em 1619; ou o de D. António de Almeida, senhor do Sardoal, impresso no mesmo ano, nas *Solitas conclusiones* [...] de Martim Gaifão de Basto.



Vinheta da Companhia de Jesus utilizada por Diogo Gomes de Loureiro até 1618.



Rosto do *Sermão* [...], de Francisco de Mendonça, ostentando a vinheta da Companhia de Jesus utilizada por Diogo Gomes de Loureiro, a partir de 1619.

No que diz especificamente respeito à Companhia de Jesus, o processo ficava simplificado à inclusão de uma gravura contendo as suas insígnias, com o monograma de Cristo inserto numa moldura oval, ornada com outros motivos que lhe eram exteriores, como representações de anjos ou de santos. Os espaços eram, frequentemente, preenchidos por motivos florais e vegetalistas, aos quais se associavam fitas e volutas, imitando a decoração arquitectónica.

A gravura mais utilizada para este fim é a que apresentamos em cima, aparecendo em obras impressas até 1618, com as dimensões de 90 milímetros de

altura por 71 de largura: atente-se que a inscrição em volta do monograma de Cristo apresenta, do lado esquerdo, «NOMEN DOMINI», e do lado direito «TVRRIS FORTISSIMA»; por outro lado, a figura com a cruz encontra-se no canto superior direito. Esta gravura está presente na obra de Diogo Gomes de Loureiro até 1618 e depois desaparece¹⁸, embora a tenhamos encontrado em obras produzidas por outros impressores; em 1619, existia já a gravura que reproduzimos em segundo lugar, presente na folha de rosto do *Sermão que fes o Padre Doutor Francisco de Mendoça da Companhia de Iesu no Auto da Fè que se celebrou na praça da Cidade de Coimbra a 25 de Novembro do anno de 1618*, e que constitui, grosso modo, uma versão invertida da anterior gravura¹⁹.

¹⁸ Esta é, efectivamente, a gravura que aparece mais vezes; identificámo-la nas folhas de rosto das seguintes obras: Jorge Cabral, *Assertiones* [...], 1602; António Mascarenhas, *Conclusiones dialecticae* [...], 1604; Tomás Nunes, *Conclusiones physicae* [...], [1606]; Lopo de Abreu, *Conclusiones metaphysicae* [...], 1607; Baltasar do Amaral, *Conclusiones metaphysicae* [...], 1607; Gonçalo Rodrigo Angel, *Conclusiones* [...], 1607; Belchior de Barros, *Conclusiones metaphysicae* [...], 1607; Jerónimo Bernardes, *Conclusiones* [...], 1607; António Vaz de Castro, *Conclusiones* [...], 1607; Manuel Cordeiro, *Conclusiones metaphysicae* [...], 1607; Tomás da Costa, *Conclusiones* [...], 1607; António da Cruz, *Conclusiones* [...], 1607; António Dias, *Conclusiones* [...], 1607; Domingos de Faria, *Conclusiones physicae* [...], 1607; Francisco Fernandes, *Conclusiones philosophicae* [...], 1607; Gaspar Fernandes, *Conclusiones* [...], 1607; António de Figueiredo, *Conclusiones* [...], 1607; Miguel Fonseca, *Conclusiones* [...], 1607; Tomás Lourenço da Fonseca, *Conclusiones* [...], 1607; Sebastião Galvão, *Conclusiones* [...], 1607; Baltasar Gomes, *Conclusiones* [...], 1607; Francisco Gomes, *Conclusiones* [...], 1607; Miguel Leitão, *Conclusiones* [...], 1607; João Gomes do Livares, *Conclusiones* [...], 1607; Luís Lourenço, *Conclusiones* [...], 1607; António Mascarenhas, *Conclusiones dialecticae* [...], 1607; Jerónimo de Moraes, *Conclusiones physicae* [...], 1607; Pascoal Nunes, *Conclusiones* [...], 1607; Tomás Nunes, *Conclusiones* [...], 1607; António de Oliveira, *Conclusiones* [...], 1607; Manuel Pinto, *Conclusiones* [...], 1607; Tiago Lopes da Rosa, *Conclusiones logicae* [...], 1607; João dos Santos, *Conclusiones* [...], 1607; Rui Pereira de Sampaio, *Conclusiones dialecticae* [...], 1607; Pantaleão da Costa Seabra, *Conclusiones* [...], 1607; Melchior de Sequeira, *Conclusiones* [...], 1607; Lourenço da Silva, *Conclusiones* [...], 1607; António Simões, *Conclusiones* [...], 1607; Leonel Soeiro, *Conclusiones* [...], 1607; António Vogado de Souto, *Conclusiones* [...], 1607; Domingos Rodrigues da Veiga, *Conclusiones* [...], 1607; Manuel Francisco Teixeira, *Conclusiones* [...], 1607; Francisco Mendes Trigoso, *Conclusiones* [...], 1607; Simão Leitão, *Conclusiones* [...], 1611; Sebastião Afonso, *Conclusiones* [...], 1612; Martim Gonçalves de Aguiar, *Conclusiones dialecticae* [...], 1612; Jerónimo Botelho, *Conclusiones physicae* [...], 1612; António Correia, *Conclusiones* [...], 1612; Roberto Coutinho, *Conclusiones* [...], 1612; Diogo da Cruz, *Conclusiones* [...], 1612; Guilherme Cruz, *Conclusiones* [...], 1612; Manuel de França Faria, *Conclusiones* [...], 1612; António da Fonseca, *Conclusiones* [...], 1612; Francisco Furtado, *Conclusiones* [...], 1612; Domingos Gonçalves, *Conclusiones* [...], 1612; Clemente da Guerra, *Conclusiones* [...], 1612; António de Magalhães, *Conclusiones* [...], 1612; António Martins, *Conclusiones* [...], 1612; Jerónimo de Matos, *Conclusiones* [...], 1612; Manuel de Miranda, *Conclusiones* [...], 1612; Miguel de Moraes, *Conclusiones* [...], 1612; António de Oliveira, *Conclusiones* [...], 1612; Manuel de Macedo Pinto, *Conclusiones* [...], 1612; Manuel Ribeiro, *Conclusiones* [...], 1612; Pedro de Sousa, *Conclusiones* [...], 1612; Francisco de Távora, *Conclusiones* [...], 1612; Domingos Teixeira, *Conclusiones* [...], 1612; António Barradas, *Conclusiones* [...], 1613; Melchior da Fonseca, *Conclusiones* [...], 1613; João da Rocha, *Conclusiones* [...], 1614; António Freire, *Conclusiones* [...], 1617; Sebastião da Maia, *Assertiones* [...], 1617; Cristóvão do Amaral, *Conclusiones* [...], 1618; Jacob de Ataíde, *Conclusiones* [...], 1618; Álvaro Cabral, *Conclusiones* [...], 1618; Manuel de Castro, *Conclusiones* [...], 1618; João Fiúza, *Conclusiones* [...], 1618; Eduardo Loiola, *Conclusiones* [...], 1618; Sebastião da Maia, *Assertiones* [...], 1618; Manuel Monteiro, *Conclusiones* [...], 1618; Manuel Rodrigues, *Conclusiones* [...], 1618.

¹⁹ Esta variante da gravura foi encontrada nas seguintes obras, para além do já citado sermão do Padre Francisco de Mendoça: Manuel Botto, *Logicae. Conclusiones* [...], 1641; Francisco Gonçalves da Costa,

Alusivas à Companhia de Jesus, encontramos, na obra tipográfica de Diogo Gomes de Loureiro, outras gravuras utilizadas nos rostos dos livros impressos; assim, na obra publicada por João da Encarnação, *Oxoniense Scriptum* [...], de João Duns Escoto, impressa em 1609, aparecem o monograma de Cristo cercado por vários anjos e ladeada por dois santos, sobre um escudo onde se apresentam as cinco chagas de Cristo, uma gravura aberta em metal por um artista que assinou *Andreas Veteranus*, identificado por Ernesto Soares como André Velho, publicando a folha de rosto da obra, com a respectiva gravura²⁰, mas, igualmente, uma outra, pertencente ao interior da mesma obra, onde se representa João Duns Escoto de perfil, no interior de uma moldura oval decorada, exteriormente, por figuras vegetalistas e antropomórficas e com a inscrição, em rodapé, *Andreas Velho fecit 1609*²¹.



Outra vinheta alusiva à Companhia de Jesus, no rosto da *Defensio fidei* [...], de Francisco Suarez, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1613.

De idêntica composição, temos a gravura da folha de rosto da *Defensio Fidei Catholicae, et Apostolicae*, do conhecido Padre Francisco Suarez, com as dimensões de 133 milímetros de altura por 103 milímetros de largura, impressa em 1613. A gravura evolui a partir do monograma de Cristo, ao centro, com um crucifixo que se apoia sobre a letra H e uma moldura oval que cerca esta composição; no exterior, alguns anjos inscrevem-se em motivos vegetalistas, podendo reconhecer-se um santo em cada canto:

Conclusiones [...], 1641; Carlos de Loiola, *Conclusiones* [...], 1641; Pedro Talbot, *Conclusiones* [...], 1641.

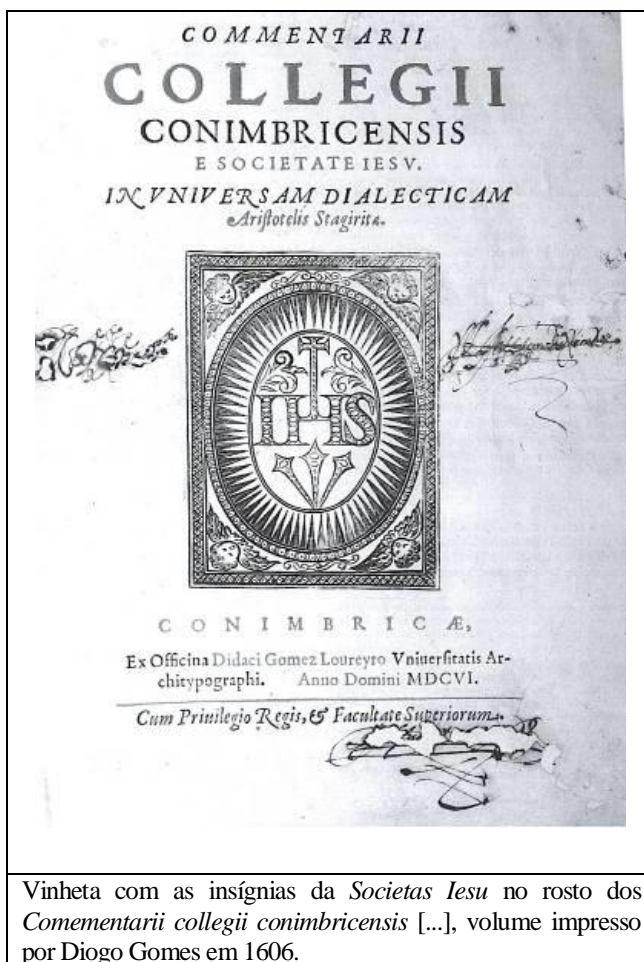
²⁰ Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 71.

²¹ Ernesto Soares refere que a assinatura é *André Velho fecit 1609*, mas parece-nos ser *Andreas* e não *André*. Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 72.

no superior esquerdo, um Papa (São Gregório Magno?); no superior direito, um patriarca (São Jerónimo?); nos cantos inferiores, dois bispos. A gravura tinha já sido

utilizada no rosto do *Tractatus de legibus* [...] do mesmo autor, impresso em 1612, e volta a aparecer nas folhas de rosto das *Conclusiones* [...] de Álvaro de Ataíde e nas *Conclusiones* [...] de Estêvão Pires, ambas impressas em 1618.

Por fim, a última gravura de referência, no contexto das obras impressas para a Companhia de Jesus, é a que aparece no rosto do único volume dos *Comentarii*



Vinheta com as insígnias da *Societas Iesu* no rosto dos *Comentarii collegii conimbricensis* [...], volume impresso por Diogo Gomes em 1606.

Collegii Conimbricensis [...], impresso em Portugal, em 1606, sobre a dialéctica de Aristóteles²²: basicamente, é uma representação das insígnias da Companhia de Jesus, no interior de uma moldura oval, que se insere numa outra, de formato rectangular.

Resta apenas focar, enquanto conjunto, as obras que ostentam as armas reais de Portugal no rosto, juntamente com as de Aragão, usadas pela rainha D. Isabel, esposa de D. Dinis, que havia sido beatificada pelo Papa Leão X, em 1516, e elevada aos altares por Urbano VIII, em 1625: o primeiro livro é uma homenagem da Universidade de Coimbra, em verso, à recém-canonizada rainha, impressa por ordem do Reitor, D. Francisco de Brito de Meneses, em 1626; o segundo livro, quatro anos mais tardio, é um ofício de Santa Isabel de Portugal, incluído no Santoral com a sua canonização, celebrada a 4 de Julho.

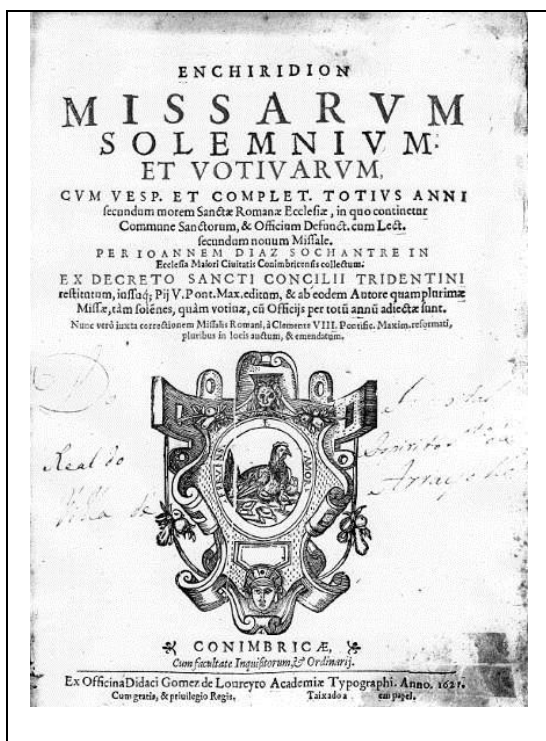
²² Sobre os *Commentarii Collegii Conimbricensis* [...], Cf. «Conimbricenses», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira Azevedo), vol. II – C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, [2000], pp. 5-6.



Folha de rosto do *Poeticum certamen* [...], dedicado à Rainha Santa Isabel, ostentando o seu brasão de armas no rosto.



Brasão de Santa Isabel de Portugal, inscrito no rosto de um livro de ofícios sagrados, próprios para as suas festas litúrgicas.



Rosto do *Enchiridion missarum solemnium et uotiuarum* [...], de João Dias, impresso por Diogo Gomes de Loureiro, em 1620.

qualquer outra obra por ele impressa.

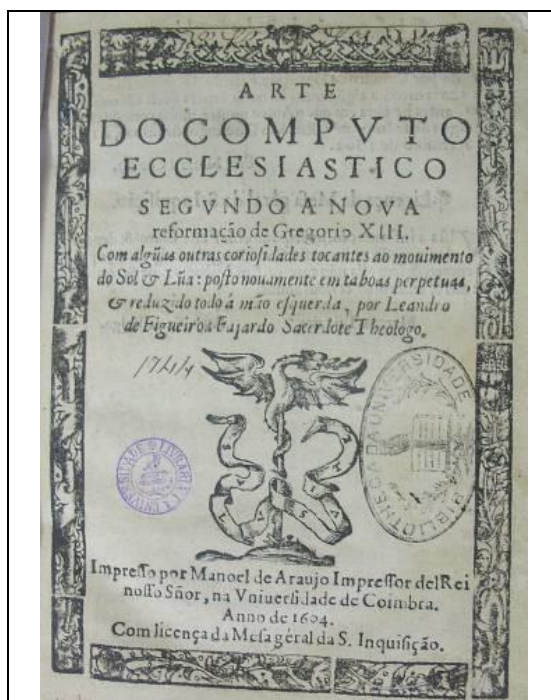
Terminamos o conjunto das gravuras utilizadas por Diogo Gomes de Loureiro, que tomámos como referência, com dois livros que possuem no rosto gravuras que poderiam ser tomadas como marca de impressor: a primeira, com as dimensões de 55 milímetros de altura por 40 de largura, encontra-se no rosto do *Sermão* [...] *na festa do glorioso S. Pedro Martir* [...], de Frei Tomás Aranha, impresso em 1638, o qual apresenta uma tamareira no interior de uma moldura oval com a inscrição: «*SERO SED DACTYLOS*». Não nos parece, no entanto, que se trate da marca de impressor de Diogo Gomes de Loureiro, pois não a encontramos em

O segundo livro a que fizemos referência é a rara edição do *Enchiridion Missarum Solemnium et Votivarum* [...], composto por João Dias, subchante da Sé de

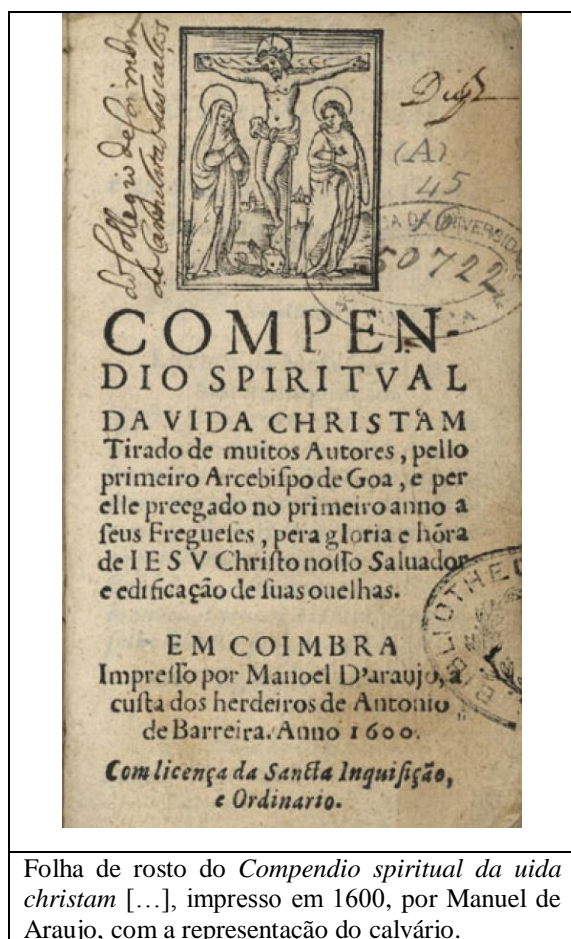
Coimbra, impresso em 1620, que apresenta no rosto uma gravura com a representação de uma galinha com vários pintos em volta, no interior de uma moldura com volutas e carrancas (A115XL90 mm.), utilizada anteriormente pelo impressor António de Mariz.

Conforme vimos anteriormente, durante o período em que Diogo Gomes de Loureiro esteve activo em Coimbra, outras oficinas desenvolveram actividade, destacando-se, pela sua longevidade, as de Manuel de Araújo, Nicolau de Carvalho e Manuel de Carvalho. Destes três impressores, apenas o último lhe sobreviveu, e apenas por cinco anos.

Manuel de Araújo imprimiu poucas obras nos oito anos de existência da sua oficina. Ao nível da utilização da gravura, o



Arte do computo ecclesiastico [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impresso por Manuel de Araújo em 1604. No rosto, aparece o dragão alado que Luís Rodrigues, tipógrafo em Lisboa no século XVI, tinha usado como marca de impressor.



Folha de rosto do *Compendio spiritual da vida christam* [...], impresso em 1600, por Manuel de Araújo, com a representação do calvário.

que lhe confere algum destaque é a utilização da marca do impressor lisboeta Luís Rodrigues, que já era desaparecido: um dragão alado enroscado numa árvore, com uma fita contendo a inscrição «SALVS VITAE». Encontramos, pelo menos, duas gravuras com este motivo: uma, com as dimensões aproximadas de 114 milímetros de altura e 82 milímetros de largura, presente na frente da folha 2 preliminar não numerada das *Constituições synodales do bispado de Leiria* [...], mandadas imprimir pelo bispo D. Pedro de Castilho, em 1601; a segunda,



Gravuras com instruções sobre cálculos pelas mãos, incluídas na *Arte do computo ecclesiastico*[...].



[...], impresso em 1600.

O conjunto de gravuras utilizado pelo impressor, que aparecem na já citada *Arte do computo ecclesiastico* [...], de 1604, fica completo com as representações de mãos humanas para ensinar a fazer contagens pelos dedos. A exceção é uma gravura que é utilizada para formar uma composição para preencher uma página impressa da obra (o verso da folha 6 preliminar não numerada); representa uma esfera armilar e tem as dimensões de 98 milímetros de altura e 76 milímetros de largura. No

sentido de preencher a página, colocaram-se, na parte superior e inferior, dois frisos

com as dimensões aproximadas de 50 milímetros de altura por 40 de largura, aparece nos rostos de três obras que referenciámos: nas ditas *Constituições synodales* [...], onde a gravura se inscreve num pórtico que enquadra o título; no rosto da *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impressa em 1604; no rosto da obra de João Bravo Chamisso, *De medendis corporis malis per manulem operationem.*, impressa em 1605. Entre as gravuras utilizadas por Manuel de Araújo, há uma reprodução das armas reais portuguesas, com as dimensões de 97 milímetros de altura por 75 de largura existente no *Tractatus de elementis* [...], de Diogo Lopes, impresso em 1602.

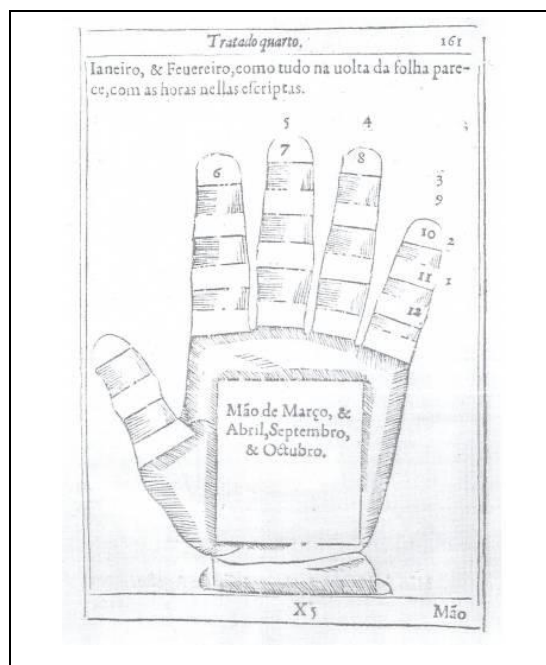
Há, ainda, a representação do gólgota, colocado no rosto do *Compendio spiritual da vida christam*



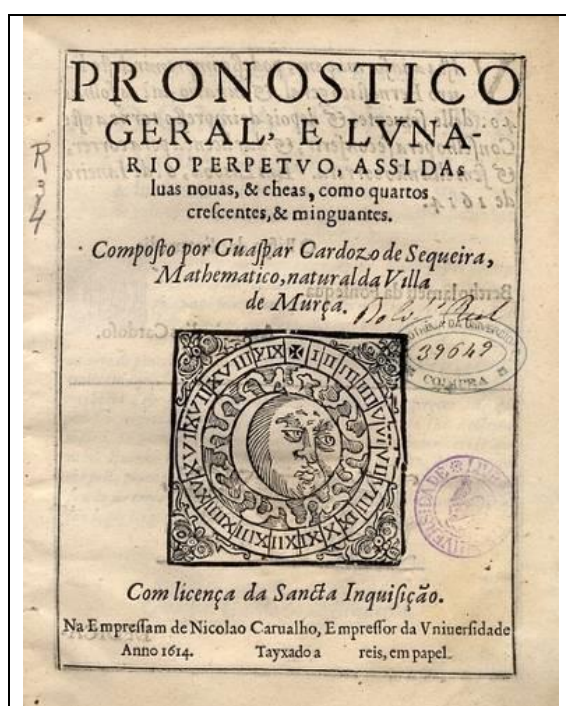
Composição utilizando vários materiais tipográficos, dominando uma gravura representando o globo do mundo, que preenche a folha [6] inicial da *Arte do computo ecclesiastico* [...].

com motivos predominantemente vegetalistas, sobre os quais falaremos adiante, enquadrando-se a composição com um filete composto por uma linha simples.

O cálculo do calendário, tanto a nível do religioso como do profano, estava frequentemente ligado ao ritmo agrícola. Era necessário conhecer as alturas de lavradio, da sementeira ou da colheita, mas, igualmente, os fenómenos astronómicos, como as fases da lua, que se acreditava



Outra representação dos cálculos efectuados pela mão (aqui, os meses do ano), desta vez incluída no *Thesouro de prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira, edição impressa por Nicolau de Carvalho, em 1626.



Folha de rosto do *Pronostico geral, e lunario perpetuo* [...], impresso por Nicolau de Carvalho, em 1614.

condicionarem as culturas, mas também a vida humana; por outro lado, o domínio do calendário era imprescindível para estabelecer as datas de pagamento dos direitos senhoriais ou concelhios.

Assim, não é raro aparecerem, no mercado livreiro, obras como o *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira, que adopta um sistema muito semelhante ao de Leandro de Figueiroa Fajardo, para ensinar, na sua obra, a fazer os referidos cálculos: tomando como

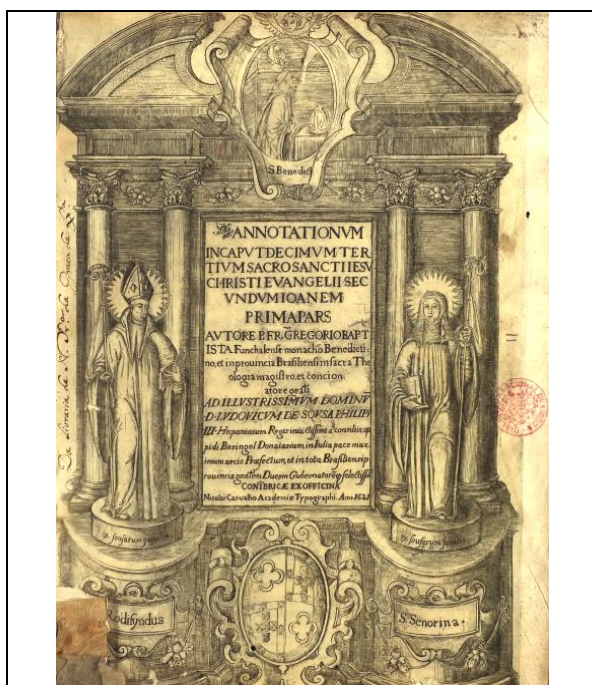
referência os dedos das mãos, como se de uma tabela se tratasse. Conhecemos duas edições desta obra, impressas por Nicolau de Carvalho, uma de 1612 e outra de 1626, pertencendo a esta última a página que reproduzimos. Ainda da autoria de Gaspar Cardoso de Sequeira, o mesmo Nicolau de Carvalho imprimiria o *Pronostico geral, e lunario perpetuo* [...], em 1614, no rosto do qual colocaria uma gravura com uma tabela para cálculos lunares.

As gravuras apresentadas por Nicolau de Carvalho nas folhas de rosto das obras que imprimiu são, em geral, bastante pobres; a destacar há, apenas, duas portadas. A primeira pertence à *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Martyres* [...], de Frei Luís de Sousa, impressa em Viana, no ano de 1619, apresentando um entablamento de colunas, às quais se encostam duas figuras humanas, uma segurando uma cruz, e a outra uma âncora; é rematado superiormente por um frontão triangular quebrado no centro, no local onde se senta uma mulher com várias crianças, com a divisa *Ardere & lucere*. A base do entablamento é dominada por um medalhão com as armas arquiiepiscopais de Frei Bartolomeu dos Mártires.



Portada da *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Martyres* [...], de Frei Luís de Sousa, impressa por Nicolau de Carvalho, em Viana, em 1619.

A segunda portada aparece-nos na primeira parte da obra de Frei Gregório Baptista, *Annotationum in caput decimum tertium Sancti Iesu Christi Evangelii secundum Ioanem* e baseia-se, igualmente, num entablamento constituído por dois pares de pilastras que enquadram, respectivamente à esquerda e à direita do título, São Rosendo e Santa Senhorinha, dois santos que a tradição aponta como ligados à família Sousa; a colocação destes santos deve-se à dedicatória da obra a D. Luís de Sousa, governador do Brasil, sendo o seu brasão colocado no interior de um medalhão que se encontra na base do entablamento²³; na



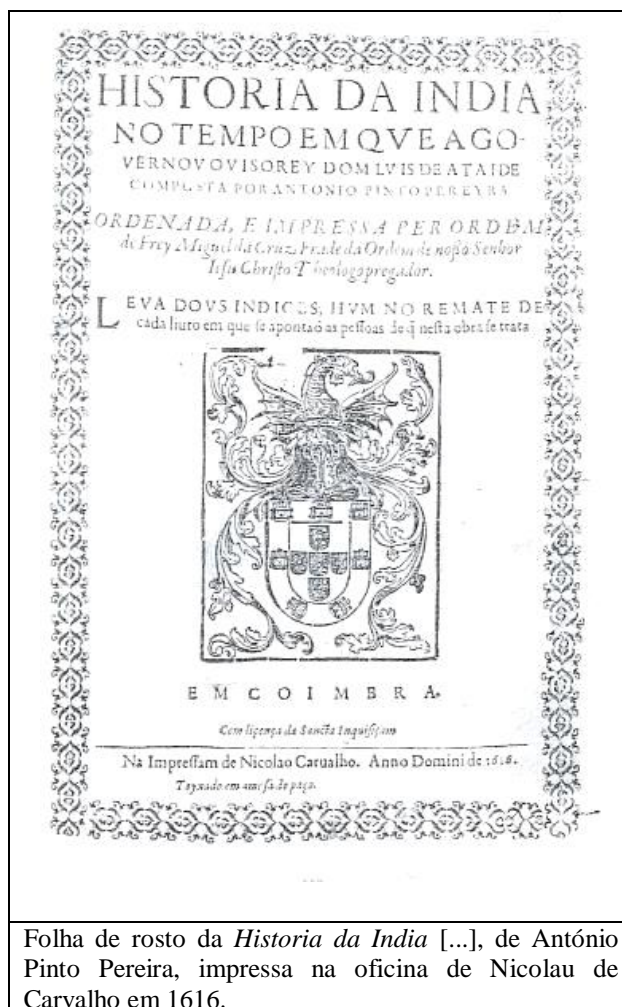
Portada da obra *Annotationum in caput decimum tertium Sancti Iesu Christi Evangelii secundum Ioanem*, de Frei Gregório Baptista, impressa por Nicolau de Carvalho, em 1621.

²³ D. Luís de Sousa, senhor de Beringel, conde do Prado, alcaide-mor de Beja e comendador de Nossa Senhora da Purificação da Ordem de Cristo combateu em Flandres e na Armada de Filipe III de Espanha,

parte superior do entablamento, outro medalhão, com a imagem de São Bento em oração, quebra o frontão. A obra é assinada por um *M.T. scul*, artista que Ernesto Soares não refere e que não pudemos identificar.

Ao nível das folhas de rosto, predominam as imagens de santos, de pequena dimensão, e os brasões de armas, que acompanham, em geral, as dedicatórias. Assim, encontramos as armas do rei D. João II de Portugal na folha de ante-rosto dos *Discursos de la iuridica y verdadera razon de Estado* [...], de Pedro Barbosa Homem, uma obra impressa, provavelmente, em 1626, que ataca as visões políticas de Maquiavel e de Jean Bodin, tomando como exemplo a acção governativa do *Príncipe Perfeito*; paradigmaticamente, em volta do brasão, encontra-se a dedicatória a Filipe IV de Espanha, com a inscrição: «ATVE AVGVSTISSIMO. &c. – PHILIPPO IIII. HISPANIARVM – ORIENTIS, ET OCCIDVI ORBIS, – MONARCHAE POTENTISSIMO».

As restantes gravuras com as armas reais portuguesas que inventariámos encontram-se nas folhas de rosto das duas edições da *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira, impressas em 1616 e 1617: na



Folha de rosto da *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira, impressa na oficina de Nicolau de Carvalho em 1616.

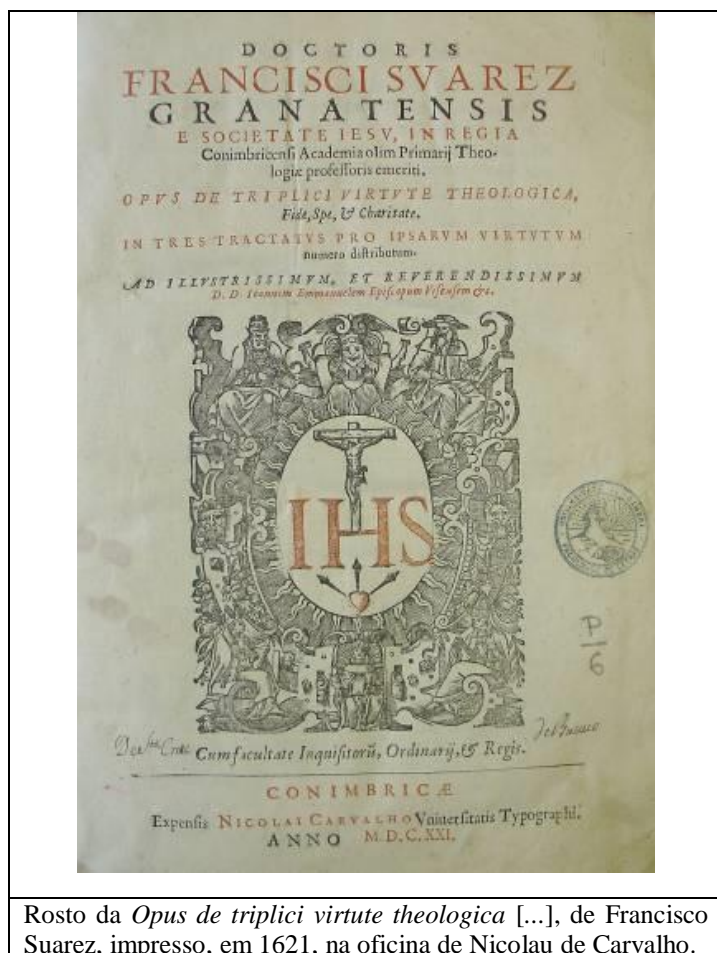
primeira, o brasão tem as dimensões de 98 milímetros de altura e 74 de largura; na segunda, 130 milímetros de altura e 110 de largura.

Além das armas de Portugal, existem outros brasões impressos em folhas de rosto de diversas obras, pertencentes a figuras na nobreza. Assim, temos, no rosto da *Nox Atica* [...], de Luís de Avelar, impressa em 1619, um brasão de armas que deve pertencer a D. André de Almada, professor de Prima de Teologia na Universidade de

foi governador do Algarve e governador e capitão-geral do Brasil a partir de 1618; faleceu em Madrid no ano de 1643.

Coimbra, a quem a obra é dedicada; do mesmo ano é a edição das *Conclusiones* [...], de António Homem Leitão, que apresenta no rosto as armas do duque D. Teodósio II de Bragança. No rosto das *Conclusiones* [...], de Francisco da Silva, de 1620, imprime-se o brasão de armas do Vice-Rei, D. Diogo da Silva e Mendonça, 1.º Marquês de Alenquer e duque de Francavila, filho do Príncipe de Éboli, Rui Gomes da Silva, a quem a obra é dedicada. Temos, em 1629, o brasão de armas de D. Álvaro da Costa, no rosto da *Segunda parte de la esperaça engañada* [...], de Manuel Fernandes Raia, a quem é feita a dedicatória da obra. Finalmente, o último exemplo de que dispomos é o brasão de D. Francisco de Castro, objecto da dedicatória da obra de João Carvalho, *Novus, et methodicus tractatus* [...], impresso no seu rosto.

Podemos, desta forma, concluir que a inclusão dos escudos de armas de entidades ou famílias pertencentes à nobreza portuguesa ou espanhola se deve a um propósito de lisonja e de tentativa de obtenção de protecção ou de benesses para a obra, para o seu autor e, até, para o impressor.



Rosto da *Opus de triplici virtute theologica* [...], de Francisco Suarez, impresso, em 1621, na oficina de Nicolau de Carvalho.

Idênticas disposições se encontram em relação ao clero, nomeadamente a altos membros da hierarquia eclesiástica; é o caso das *Conclusiones* [...], de Manuel de Saldanha, impressas em 1620, que ostentam no rosto o brasão do bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha.

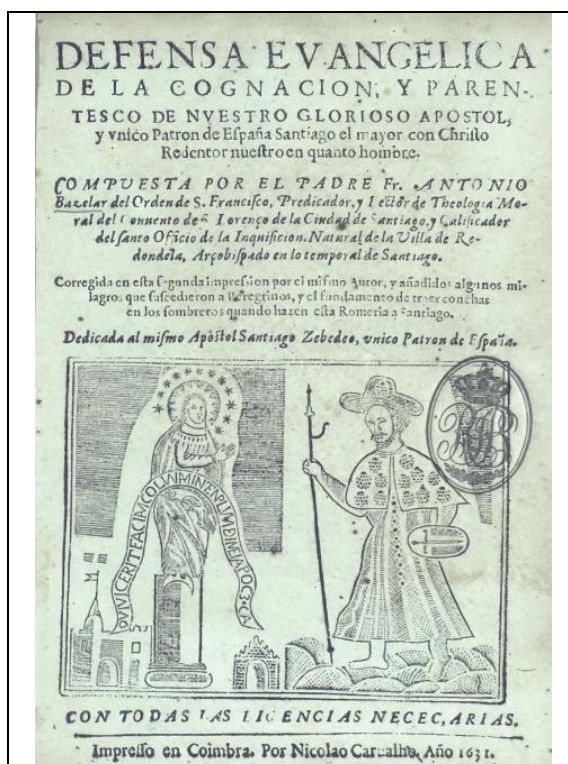
Na obra impressa de Nicolau de Carvalho, encontrámos dois brasões, de dois bispos, em livros mandados imprimir por cada um deles: o *Baptisterio, Ceremonial dos Sacramentos* [...], impresso em 1613, fruto da iniciativa reformista da liturgia

operada pelo bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, no seguimento das instruções do Concílio de Trento celebrado no século anterior; apresenta o seu brasão de

armas no rosto, a preto e vermelho. Em idêntica linha de acção, procurando reorganizar o bispado de Viseu, sede da sua cátedra episcopal, D. João Manuel faz imprimir, em 1617, as *Contituições sinodales do bispado de Viseu* [...], com uma portada, a anteceder a folha de título, onde aparece o seu brasão, na base de um entablamento ornado com as imagens de São Teotónio e de São Carlos Borromeu.

No que respeita às ordens religiosas, vemos aparecer uma gravura com uma iconografia já conhecida na folha de rosto da *Opus de triplici virtute theologica* [...], de Francisco Suarez, impresso em 1621, com as dimensões aproximadas de 133 milímetros de altura e 103 milímetros de largura: é a mesma, ou uma gravura muito semelhante, à que encontrámos no rosto da *Defensio fidei catholicae* [...], do mesmo autor, impresso, em 1613, por Diogo Gomes de Loureiro. A existência destas gravuras, sejam as mesmas ou muito semelhantes podem levar-nos a levantar a hipótese de serem partilhadas pelos impressores ou, pelo menos, emprestadas, mas uma terceira hipótese que pode ser colocada refere-se à propriedade das mesmas: poderiam ter sido mandadas executar pela própria Companhia de Jesus, para figurar em obras que a ela dissessem respeito? Não será uma ideia descabida, se pensarmos na grande quantidade de obras mandadas imprimir no contexto dos estudos prosseguidos sob a sua égide, ou até ao grande projecto, em movimento desde os finais do século XVI, para criação dos *Comentarii Collegii Conimbricensis* [...], que adquiriu uma dimensão internacional, mesmo sob o ponto de vista do trabalho

tipográfico, já que a imprensa portuguesa da época não estaria em condições de executar tão ambicioso trabalho – isto apesar do tomo impresso por Diogo Gomes de Loureiro, em 1606, sobre a dialéctica de Aristóteles.



Rosto da *Defensa euangelica de la cognacion y parentesco de nuestro glorioso apostol [...] con Christo* [...], impressa em 1631 na oficina de Nicolau de Carvalho.



A vieira cruzada por bordões de peregrinação, símbolos associados a Santiago de Compostela. A gravura aparece na página 127 da obra *Defensa euangelica de la cognacion y parentesco de nuestro glorioso apostol [...] con Christo [...]*, impressa, em 1631, na oficina de Nicolau de Carvalho.

representando a vieira, tradicionalmente associada ao apóstolo São Tiago Maior, cruzada por dois bordões de peregrino, com as dimensões aproximadas de 60 milímetros de altura e 62 de largura.

Uma outra gravura, com a imagem da Virgem, utilizada por Nicolau de Carvalho, surge na folha de rosto do *Sermam que o Padre Frei Manoel Evangelista [...] fez em o auto da Fé, que se celebrou em a Cidade de Coimbra dia de S. Bento vinte, & h6 de Março de 1619. annos.*, impresso sem data, mas certamente ainda nesse ano, ou no seguinte. A gravura representa a Virgem entre diversos elementos simbólicos ligados ao culto mariano.

Logo no primeiro ano de actividade de Nicolau de Carvalho como

impressor, num outro sermão de auto da fé, utiliza-se uma pequena gravura representando Nossa Senhora do Carmo, com as dimensões de 38X38 milímetros.

Ao nível das folhas de rosto, encontramos um conjunto de gravuras, representando cenas religiosas envolvendo santos, com especial destaque para a Virgem Maria: numa delas, a Virgem aparece a Santiago apóstolo, representado com as insígnias de peregrino: o bordão, a capa e o chapéu. A obra, da autoria de Frei António Bacelar, frade de São Francisco, pretende provar o parentesco entre o apóstolo e Cristo, e foi impressa em 1631. No seu interior, na página 127, aparece uma única gravura,

S E R M A M
QVE O PADRE FREI
MANOEL EVANGELISTA

MENOR FILHO DO SERAPHICO

Padre S. Fracisco da Sãta Prouincia do Al-
garue Lector iubilado, qualificador do S.

Officio fez em o auto da Fé, que se ce-
lebrou em a Cidade de Coimbra
dia de S. Bento vinte, & hñ de
Março de 1619. annos.



CONIMERICAE.

Com facult. de Inquisitorum, & Ordinarij.

Apud Nicolazem Carvalho Typographum vniuersitatis.


Folha de rosto do *Sermam que o Padre Frei Manoel Evangelista [...] fez em o auto da Fé, que se celebrou em a Cidade de Coimbra dia de S. Bento vinte, & h6 de Março de 1619. annos*, dado à estampa, provavelmente, em 1620, por Nicolau de Carvalho.

S E R M ã O

DO ACTO DA FEE. QVE
SE CELEBROVNA CIDADE DE COIM
bra, na segunda Dominga da Quatrefma. Anno de 1612.

COMPOSTO, E FREGADO PELO P. A.
*de Frey Estêvão de Santa Ana, Religiofo Carmelita, Doutor na
segunda Theologia, Rector da Collegio de nossa Senhora
da Carmo, na Vila de Vizeu, fidalgo da Camara.*

DIRIGIDO AO ILLVSTRISSIMO, E
Reuerendissimo Senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo
Vicerrey, Inquisidor Geral, Capellão, thesorolero mór
de sua Magestade, &c do seu Côselho do Estado.

Anno  1612,

*Virgini augustae Carissimi pueri filio:
Dilectis ad plantas altius se nequeat.*

C O I M B R A.

Cum licentia de Junta Inquisicioe, & Ordinaria.
Na Imprenta de Nicolau Carvalho Impressor da Vniuersidade.

representando os patriarcas das principais ordens monásticas, cumprindo a prática de incluir gravuras desse tipo em obras impressas por membros da respectiva ordem. Assim, na *Regra do glorioso patriarcha S. Bento* [...], composta por Frei Tomás do Socorro, coloca-se uma folha anterior ao rosto, ostentando a imagem de São Bento, aberta a buril e assinada «C.C.», artista que não foi possível identificar; dois anos antes tinha sido dada à estampa o *Iardim de Portugal* [...], do religioso agostiniano Frei Luís dos Anjos, tendo sido colocada, no rosto, uma gravura de São Agostinho.

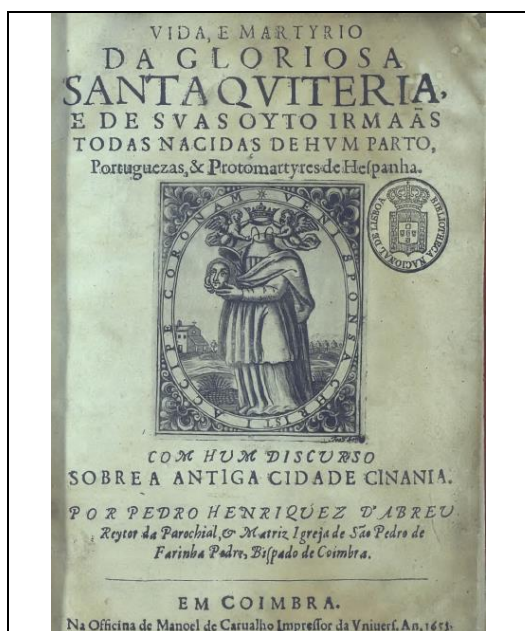


196

Ainda antes de se estabelecer como impressor em Coimbra, Manuel de Carvalho, embora se encontrasse associado à sua mãe Maria Flores, após a morte de Nicolau de Carvalho, vai a Braga, em 1634, imprimir o *Breviarium Bracarense*, por ordem de D. Rodrigo da Cunha, então no seu último ano como arcebispo, já que passou a Lisboa em 1635. No volume que imprimiu, colocou uma folha anterior ao rosto com uma gravura, representando a Virgem, aberta em chapa de cobre, da autoria de I. de Courbes²⁴, que Ernesto Vieira parece não ter conhecido. Este



Gravura de Santo Agostinho, da autoria de João Gomes, colocada no interior da *Breve exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares do grande Patriarcha Santo Agostinho* [...], de Timóteo dos Mártires, que Manuel de Carvalho deu à estampa em 1648.



Rosto da *Vida, e martyrio da gloriosa Santa Quiteria* [...], de Pedro Henriques de Abreu, impressa na oficina de Manuel de Carvalho, em 1651.

escultor não será, no entanto, o único a aparecer associado à obra de Manuel de Carvalho, pois João Gomes²⁵ virá a conceber uma gravura, representando Santo Agostinho, incluída na obra de Timóteo dos Mártires, *Breve exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares do grande Patriarcha Santo Agostinho* [...] ²⁶, impressa em 1648, e uma outra aberta para o rosto da *Vida, e martyrio da gloriosa Santa Quiteria* [...], de Pedro Henriques de Abreu, dada à estampa em

²⁴ Jean de Courbes nasceu em 1592 e, segundo Ernesto Vieira, é «um dos muitos gravadores que estiveram em Espanha no século XVII e que trabalharam em obras portuguesas, sem que, todavia, consta da sua estada em Portugal.» (cf. Ernesto Vieira, *op. cit.*, vol. I, pág. 198).

²⁵ Ernesto Soares (cf. *op. cit.*, pág. 328) nada nos diz acerca de João Gomes, excepto sobre a referência que dele faz o Cardeal Saraiva e acrescentando que «a sua arte é tão grosseira que estranhámos vê-lo trabalhar ao lado de bons abridores». Como veremos, a sua obra terá tido alguma importância, já que ela está longe de se limitar ao número de criações apresentadas por aquele autor.

²⁶ No exemplar que consultámos encontra-se na frente da folha 3 preliminar sem numeração e tem cerca de 20 centímetros de altura, ocupando toda a página.

1651, que representa a mártir, cujo suplício passou pela decapitação, com a cabeça entre as mãos.

Ficam por aqui as gravuras cuja atribuição da autoria não suscita dúvidas; porém, há a destacar algumas outras que têm importância no conjunto da obra, mais pela raridade da gravura do que pela sua qualidade. Em primeiro lugar, a única gravura anónima incluída no interior de um livro, que é a representação do Beato Francisco Pacheco, um jesuíta mártir no Japão, apresentado de joelhos entre a imagem de um navio, localizado ao fundo, e uma fogueira, objecto do martírio; sobre a sua cabeça, surge uma faixa com a inscrição «EX VTROQUE PACIECVS» e o monograma de Cristo, que serviu de insígnia à Companhia de Jesus, inserto num resplendor que rompe uma nuvem.



Gravura representando o beato Francisco Pacheco, pertencente à epopeia *Paciecidos*, da autoria de Bartolomeu Pereira, impressa em 1640, por Manuel de Carvalho.

Pacheco, um jesuíta mártir no Japão, apresentado de joelhos entre a imagem de um navio, localizado ao fundo, e uma fogueira, objecto do martírio; sobre a sua cabeça, surge uma faixa com a inscrição «EX VTROQUE PACIECVS» e o monograma de Cristo, que serviu de insígnia à Companhia de Jesus, inserto num resplendor que rompe uma nuvem. A gravura aparece-nos no início da obra *Paciecidos*, uma epopeia composta em verso por Bartolomeu Pereira, que era familiar próximo do mártir, e impressa em 1640, incluída entre as páginas 2 e 3 preliminares sem numeração.

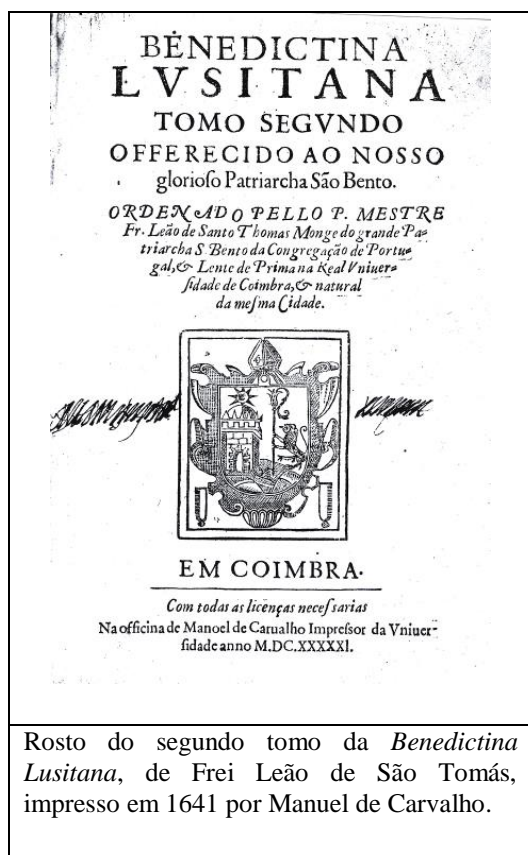
A segunda gravura digna de menção aparece numa folha de rosto e representa a Virgem coroada, de pé, sobre uma lua em quarto minguante, com um livro na mão esquerda e um ramo na direita; a composição faz parte da folha de rosto do *Tractatus de foro ecclesiae* [...], da autoria do jurisconsulto Feliciano de Oliva e Sousa, impresso por Manuel de Carvalho, em 1649, tendo a referida gravura as dimensões de 94 milímetros de altura e 71 de largura.

As restantes gravuras, que aparecem em folhas de rosto de obras impressas por Manuel de Carvalho, são, quase todas, marcas de pessoas ou entidades associadas às respectivas obras, como é o caso do brasão de armas de D. Francisco de

Castro, aberto em chapa de cobre, colocado no rosto do *De Iure Lusitano* [...], de



Rosto do *Tractatus de foro ecclesiae* [...] de Feliciano de Oliva e Sousa, impresso na oficina de Manuel de Carvalho em 1649.



Rosto do segundo tomo da *Benedictina Lusitana*, de Frei Leão de São Tomás, impresso em 1641 por Manuel de Carvalho.

Rey em Lisboa, em 21. de Dezembro de 1637. dia do Apostolo S. Thome., impresso em 1638: o monograma de Cristo, no interior de um resplendor inserto numa moldura constituída por figuras antropomórficas e motivos vegetalistas, com as dimensões aproximadas de 90 milímetros de altura e 71 milímetros de largura; no canto superior direito, surge uma figura humana, com uma cruz colocada ao ombro, o que parece remeter para a gravura utilizada por Diogo Gomes de Loureiro até 1618, que não volta a ser utilizada por este impressor.

Mateus Homem Leitão, dado à estampa em 1645; ou, ainda, as armas da Ordem de São Bento impressas no rosto do segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás, impresso em 1651, numa gravura com as dimensões de 80 milímetros de altura e 65 de largura; ou, ainda, as insígnias da Companhia de Jesus, também elas presentes na obra impressa de Manuel de Carvalho numa iconografia já conhecida, semelhantes às que encontrámos na obra de Diogo Gomes de Loureiro, e que aparece aqui, no rosto do *Sermão que pregou o Padre Manuel de Escovar da Companhia de Iesu na Capella del*



Folha de rosto do *Sermão que pregou o Padre Manuel de Escovar da Companhia de Iesu na Capella del Rey em Lisboa, em 21. de Dezembro de 1637. dia do Apostolo S. Thome.*, impresso, em 1638, por Manuel de Carvalho.

Na realidade, estamos em crer que se trate de diferentes reproduções de uma peça executada por vontade da Companhia de Jesus para figurar em obras impressas, a ela associadas; até ao fim da primeira metade do século XVII, utilizaram-na, em Coimbra, pelo menos Diogo Gomes de Loureiro, Manuel de Carvalho e Lourenço Craesbeeck.

A excepção a estas gravuras é a que surge no rosto das duas edições da obra de Tito Lívio sobre a história de Roma, ambas de 1640, assim como nas duas edições dos *Fasciculus selectarum orationum* [...], de Cícero, uma desse mesmo ano, e outra de 1649: representa uma árvore ladeada pelo sol, pela lua e por várias estrelas, com uma moldura oval contendo a inscrição «ET QVI NASCENTVR AB ILLO».

Conforme referido, dos impressores activos em Coimbra na primeira metade de seiscentos, resta referir a obra das oficinas associadas ao nome Craesbeeck: Pedro, Lourenço e Paulo Craesbeeck e, ainda, a oficina Craesbeeckiana. Das quatro oficinas, a de Lourenço Craesbeeck foi a mais produtiva na cidade do Mondego; Pedro Craesbeeck fez imprimir, na *Introductio ad linguam graecam* [...], da autoria de Nicolau Clenardo, de 1608, uma gravura de Santo António com o Menino Jesus ao colo, colocada no verso da folha de rosto, enquanto que, na frente, era apresentada uma gravura com as insígnias da Companhia de Jesus; Paulo Craesbeeck, nos rostos dos diversos



Rosto de uma das edições de 1640 das *T. Liuii patauini historiarum ab urbe condita* [...], saída dos prelos de Manuel de Carvalho.

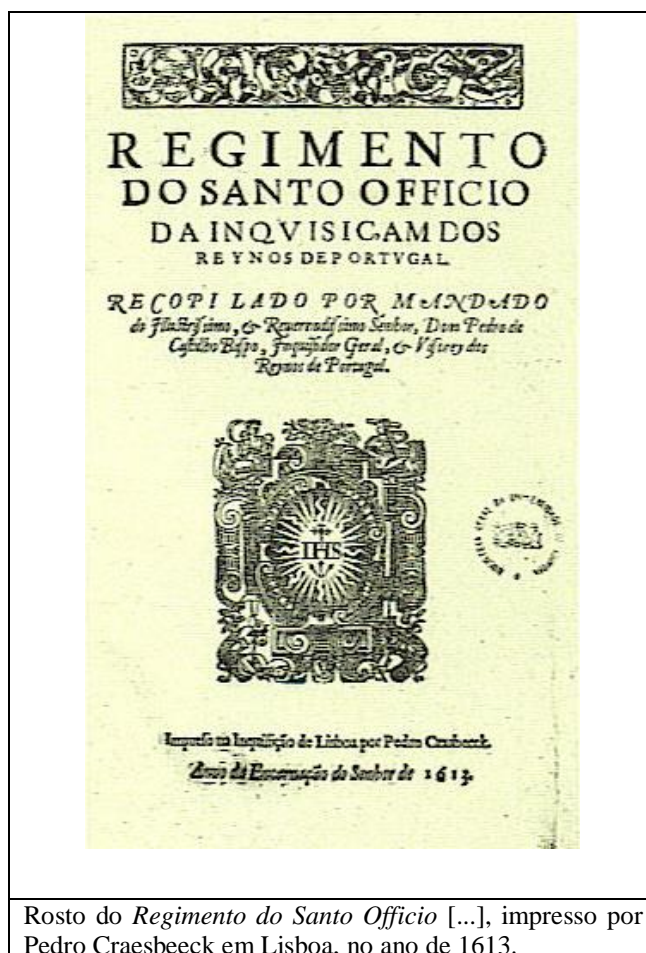
sermões da autoria de Bento de Sequeira que imprimiu na cidade, entre 1649 e 1651, nada mais incluiu que as armas reais portuguesas²⁷, o mesmo se passando em relação à

²⁷ Foram eles: *Sermam, que o P. Mestre Bento de Siqueira Reytor do Collegio da Companhia de Iesv, E do das Artes da Vniuersidade de Coimbra, prègou em S. Clara A primeyra pedra do Templo, & Conuento Real, que a Real Magestade delRey Dom Ioam o IV. leuantou à Rainha S. Isabel* [...], Coimbra, [1649]; o

Oração funeral [...], do mesmo autor, saída dos prelos da Craesbeeckiana, em 1650. A obra conimbricense de Lourenço Craesbeeck foi mais diversificada sob o ponto de vista da utilização da gravura, mas nem por isso original: recorde-se a representação de São Bento com os monges da sua ordem ajoelhados em volta, da autoria do mestre L. Vosterman, presente no rosto do *Ceremonial da congregação dos monges negros* [...], obra impressa em colaboração com Diogo Gomes de Loureiro, em 1647-1648; a única nota de originalidade é a gravura do rosto do *Sermam encomeastico* [...], de Luís de Sá, impresso em 1641, que apresenta uma variação do brasão da cidade de Coimbra, com a efígie de D. João IV no interior de um cálice, ladeado por um dragão e um leão, com uma moldura oval decorada com motivos geométricos, tendo a composição as dimensões aproximadas de 112 milímetros de altura e 93 de largura.

Todas as restantes gravuras utilizadas por Lourenço Craesbeeck aparecem em propostas para provas universitárias e, na realidade, resumem-se a dois elementos: o brasão de armas de D. Inácio Ferreira Pimentel, aberto em chapa de cobre, com cerca de 95 milímetros de altura e 73 de largura, impresso no rosto das *Conclusiones* [...], de Domingos Abreu em 1641; e a conhecida gravura, que encontramos em impressões de outros tipógrafos – as insígnias da Companhia de Jesus no interior de um resplendor limitado por uma moldura oval com a inscrição «NOMEN DOMINI

TVRRIS FORTISSIMA», com vários motivos vegetalistas e com duas figuras humanas nos cantos superiores, segurando a da direita uma cruz, e com as dimensões



Rosto do *Regimento do Santo Officio* [...], impresso por Pedro Craesbeeck em Lisboa, no ano de 1613.

mesmo sermão, Coimbra, 1650; *Sermão, que pregou o P. M. Bento de Siqueira na Igreja de Sam Roque da Companhia de Iesu, em a festa do Anio Custodio do Reyno de Portugal* [...], Coimbra, 1651.

aproximadas de 90 milímetros de altura e 71 de largura²⁸. Na realidade, sabemos que a família Craesbeeck utilizava uma gravura deste tipo pelo menos desde Pedro Craesbeeck, que a havia já impresso no rosto do *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, em 1613.

A segunda metade do século XVII assiste ao desaparecimento dos impressores activos nos anos anteriores, surgindo um conjunto de oficinas, indubitavelmente herdeiras das suas precursoras, mas que revelarão uma evolução no gosto e na forma de lidar com algumas realidades, como a lisonja.

Efectivamente, é na forma de exercer a lisonja que se verifica uma alteração importante: as dedicatórias nos livros impressos continuam a existir, mas as gravuras representando brasões de armas de grandes senhores remetem-se quase totalmente para os rostos de obras produzidas no âmbito de provas académicas. O quadro seguinte apresenta sinteticamente as obras desse tipo que encontrámos:

Ano	Impressor	Autor da obra	Título da obra	Titular do brasão	Características	Gravador
1671	Manuel Dias	João Rodrigues Pereira	Pontificias conclusiones...	D. Francisco Pereira da Cunha, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de Santiago de Pias, do Conselho	A150XL118 mm.	-----
1671	Manuel Dias	João Rolim de Moura	Pontificias conclusiones [...]	D. Veríssimo de Lencastre	Chapa de cobre A135XL107 mm.	-----
1671	Manuel Dias	Lopo Álvares de Moura	Pontificias conclusiones [...]	D. Manuel de Moura Manuel	A129XL100 mm.	-----
1672	Manuel Dias	Dionísio da Silva de Andrade	Resoluciones Pontificias [...]	D. Pedro de Lencastre, duque de Aveiro e de Torres Novas, Marquês de Montemor-o-Velho, etc.	Chapa de cobre A136XL108 mm.	-----
1674	Manuel Dias	João Freire de Andrada	Pontificii iuris comitia [...]	D. Luís Álvares de Castro e Ataíde, Marquês de Cascais, etc.	Chapa de cobre A15,3XL14,7 mm.	-----
1676	Manuel Dias	Manuel de Magalhães Vasconcelos	Pontificias conclusiones [...]	D. António Coelho de Magalhães	Chapa de cobre A159XL130 mm.	-----

²⁸ São as seguintes as obras impressas por Lourenço Craesbeeck apresentando a referida gravura: Vicente do Amaral, *Conclusiones* [...], 1641; Afonso Castilho, *Conclusiones* [...], 1641; Barnabé Dias, *Conclusiones* [...], 1641; Mateus Ferreira, *Conclusiones* [...], 1641; Manuel Pereira, *Conclusiones* [...], 1641.

Ano	Impressor	Autor da obra	Título da obra	Titular do brasão	Características	Gravador
1677	Manuel Dias	António Soares de Faria	Victrici erebi palmae [...]	D. António Furtado da Silva	Chapa de cobre A14XL10,3 mm.	Jº (?)
1688	Manuel Dias	Guilherme de Sá Salazar	Pro Primo [...]	D. Luís de Meneses	Incluído em portada que ocupa toda a página	Francisco Freire
1690	Manuel Dias	Roque Costa	Palladis [...]	D. Luís da Silva	Incluído em portada que ocupa toda a página	-----
1671	Tomé Carvalho	José Mendes Portugal	Pontificias conclusiones [...]	D. António Vaz de Castelo Branco	A104XL78 mm.	-----
1672	Tomé Carvalho	João Tomás da Fonseca	Caesareas conclusiones [...]	D. João da Silva, Marquês de Gouveia, conde de Portalegre	Chapa de cobre A127XL98 mm.	L. M.
1671	Viúva de Manuel de Carvalho	Manuel Pimentel	Pontificias conclusiones [...]	D. Francisco de Sá, conde de Penaguião, Marquês de Fontes	Chapa de cobre A92XL108 mm.	
1672	Viúva de Manuel de Carvalho	José da Guarda Fregoso	Pontificias conclusiones [...]	D. Sebastião da Guarda Fregoso	Chapa de cobre A140XL110 mm.	
1672	Viúva de Manuel de Carvalho	Manuel de Sousa Brandão	Caesareas conclusiones [...]	D. Teodósio de Bragança (brasão episcopal)	Chapa de cobre A145XL173 mm.	
1673	Viúva de Manuel de Carvalho	António Frazão Furtado	Conclusiones...	D. Frei Miguel Frazão (brasão episcopal)	A105XL85 mm.	
1674	Viúva de Manuel de Carvalho	Domingos Gomes	Conclusiones [...]	D. Manuel de Carvalho Freire e Vasconcelos, senhor de Santa Eufémia (?)	A185XL160 mm.	
1674	Viúva de Manuel de Carvalho	João Eduardo Ribeiro	Iurgia Pontificia [...]	D. Fernando Martins Mascarenhas, conde do Sabugal, etc.	Chapa de cobre A84XL105 mm.	
1674	Viúva de Manuel de Carvalho	Manuel Tavares de Carvalho	Pontificias conclusiones [...]	D. Pedro Ribeiro do Lago (?)	Chapa de cobre A92XL120 mm.	
1677	Viúva de Manuel de Carvalho	Mateus Dias da Costa	Pontificias resoluciones [...]	D. Lançarote Leitão Noronha, cavaleiro da Ordem de Cristo	Chapa de cobre A91XL113 mm.	
1674	Rodrigo de Carvalho Coutinho	Francisco Pinto da Cunha	Pontificias decisiones [...]	João Pinto Coelho, senhor de Felgueiras e de Vieira	Chapa de cobre A111XL90 mm.	
1690	Manuel Rodrigues de Almeida	Manuel Moreira da Costa	Pontificum [...]	D. Francisco de Sousa	Incluído em portada que ocupa toda a página	

Ano	Impressor	Autor da obra	Título da obra	Titular do brasão	Características	Gravador
1696	António Simões	Manuel Correia Vasques	Pontificias conclusiones [...]	D. José de Meneses, conde de Viana, do Conselho de D. Pedro II	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1697	António Simões	Manuel Álvares de Carvalho	Pontificias conclusiones [...]	D. Luís Álvares de Távora (?), conde de São João da Pesqueira	Incluído em portada que ocupa toda a página	M.R. Miguel Rodrigues
1698	António Simões	Luís Freire de Andrada	Caesareas conclusiones [...]	D. Roque Monteiro Paim, do Conselho, donatário de Caiz (?), comendador da Ordem de Cristo	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1698	António Simões	João Pereira de Carvalho	Pontificias conclusiones [...]	D. Mendo Fóios Pereira, do Conselho	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1698	António Simões	Inácio de Moraes Madureira	Caesareas, conclusiones [...]	D. Ana Sarmento de Moraes, dama da rainha (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	Miguel Rodrigues 1697
1698	António Simões	António Pereira Monteiro	Caesareas conclusiones [...]	D. Afonso Manuel de Meneses, cavaleiro da Ordem de Cristo, reitor do Colégio de São Pedro e São Paulo, Primaz de Braga (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	António da Silva Barros	Conclusiones pontificias [...]	D. Manuel de Lima de Abreu, cônego de Braga	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	José Pereira de Beja	Caesareas conclusiones [...]	D. Francisco Monteiro de Miranda (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	Clemente Bilingue
1699	António Simões	Francisco de Évora Caldeira	Iuris pontificii resolutiones [...]	D. Pedro Manuel de Távora, conde de Atalaia	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	João Baptista de Carvalho	Pontificias theses [...]	D. Manuel Belo, emérito de Coimbra (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	Pedro Falcão	Pontificias conclusiones [...]	D. Luís Álvares de Távora, conde de São João da Pesqueira	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	Francisco Trigueiro de Góis	Caesaream legatorum classem [...]	D. Manuel da Câmara Manuel	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	António de Miranda Henriques	Bellonae [...]	D. José de Sousa e Silva	Incluído em portada que ocupa toda a página	F. (?)
1699	António Simões	Francisco Machado	Imperium philosophicum [...]	D. Manuel de Sousa Madeira	Incluído em portada que ocupa toda a página	

Ano	Impressor	Autor da obra	Título da obra	Titular do brasão	Características	Gravador
1699	António Simões	Manuel de Matos	Pontificias conclusiones [...]	D. João Franco de Oliveira, bispo da Baía (?), juiz do Santo Ofício (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	António Simões	Henrique de Meneses	Bellonae [...]	D. Luís de Sousa, cardeal-arcebispo de Lisboa	Incluído em portada que ocupa toda a página	S.M.F. (?)
1697	João Antunes	Manuel Álvares de Carvalho	Pontificias conclusiones [...]	D. Luís Álvares de Távora, conde de São João da Pesqueira	Incluído em portada que ocupa toda a página	Miguel Rodrigues
1696	João Antunes	Simão Lopes Samuda	Coronam physicam [...]	D. Catarina, rainha da Grã-Bretanha	Incluído em portada que ocupa toda a página	Clemente Bilingue
1699	João Antunes	Diogo Monteiro de Morais	Pontificias conclusiones [...]	D. André de Sá Moraes, cavaleiro da Ordem de Cristo	Incluído em portada que ocupa toda a página	Miguel Rodrigues
1699	João Antunes	Francisco de Almeida	Pro solemnii juris canonici olympiada [...]	D. José Cardoso Moreno	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1672	José Ferreira	Cristóvão Borges Leal	Conclusiones [...]	D. Frei Lourenço de Castro, OP, bispo de Angra, do Conselho	Chapa de cobre A130XL99 mm.	
1672	José Ferreira	Francisco da Mota	Theses Pontificias [...]	D. Manuel Spínola e Vasconcelos	Chapa de cobre A106XL82 mm.	
1674	José Ferreira	Miguel Pais de Amaral	Conclusiones [...]	Padre Frei Gabriel do Amaral	Chapa de cobre A152XL126 mm.	
1674	José Ferreira	Jorge Freire de Andrade	Pontificias conclusiones [...]	João Rebelo Leitão	Chapa de cobre A104XL80 mm.	
1674	José Ferreira	João Rebelo da Horta	Pontificias conclusiones [...]	Doutor Inácio Pereira de Sousa	Chapa de cobre A140XL110 mm.	
1674	José Ferreira	António Ferreira de Sousa	Pontificias conclusiones [...]	D. Fernando de Sousa, senhor de Gouveia, Vila Viçosa e Merceana (?)	Chapa de cobre A123XL103 mm.	
1674	José Ferreira	João de Sousa	Pontificias conclusiones [...]	Doutor Francisco Rodrigo Cação e Sousa	Chapa de cobre A104XL82 mm.	
1675	José Ferreira	Lourenço Barbosa	Resolutiones [...]	D. André de Moraes Sarmiento	Chapa de cobre A180XL125 mm.	
1675	José Ferreira	António Pereira do Lago	Pontificii iuris solutiones [...]	D. Frei Álvaro de São Boaventura, bispo de Coimbra	Chapa de cobre A133XL105 mm.	
1675	José Ferreira	Luís Viegas Leitão	Pontificias conclusiones [...]	Doutor Francisco Delgado de Matos	Chapa de cobre A133XL102 mm.	
1675	José Ferreira	Fernando da Silva Manuel	Pontificias conclusiones [...]	Doutor Manuel Lucas da Silva Henriques	Chapa de cobre A100XL74 mm.	J.º (?)

Ano	Impressor	Autor da obra	Título da obra	Titular do brasão	Características	Gravador
1675	José Ferreira	Francisco de Barros Monteiro	Conclusiones pontificias [...]	Manuel de Barros Monteiro (?)	Chapa de cobre A242XL176 mm. Inserido em portada	
1675	José Ferreira	Pedro Baptista de Oliveira	Pontificias conclusiones [...]	D. Cristóvão de Almada	Chapa de cobre A182XL154 mm.	
1676	José Ferreira	Manuel Ribeiro	Pontificias conclusiones [...]	D. António de [conti vintimilha], comendador de São Salvador de Unhão	Chapa de cobre	J.º (?)
1698	José Ferreira	Tomás Dias Cação	Pontificias conclusiones [...]	D. João de Sousa, Primaz de Braga	Incluído em portada que ocupa toda a página	C. B. Clemente Bilingue
1698	José Ferreira	João de Mendonça	Pontificias conclusiones [...]	D. Rodrigo de Moura Teles, bispo egitanense (?)	Incluído em portada que ocupa toda a página	C. B. Clemente Bilingue
1698	José Ferreira	Afonso de Araújo Tavares	Pontificias conclusiones [...]	D. Jerónimo Soares, bispo de Viseu	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	José Ferreira	Francisco Bruno Baracho	Juris Pontificij condentiones [...]	D. Rodrigo de Melo e Silva	Incluído em portada que ocupa toda a página	Clemente Bilingue
1699	José Ferreira	Caetano Lopes Ferreira	Fluctus ex universo [...]	D. Francisco de São Jerónimo (?), geral, qualificador do Santo Ofício, Reitor do Colégio de Évora (brasão episcopal)	Incluído em portada que ocupa toda a página	Clemente Bilingue
1699	José Ferreira	Jacinto da Costa de Matos	Pontificias conclusiones [...]	D. José Pereira Pinto, abade de Moieira (?) de Lima	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	José Ferreira	Rodrigo de Melo e Silva	Pontificias conclusiones [...]	D. Martim António Afonso de Melo e Silva, conde de São Lourenço	Incluído em portada que ocupa toda a página	
1699	José Ferreira	António da Cunha Sotomaior	Caesareas conclusiones [...]	D. Francisco de Sousa	Incluído em portada que ocupa toda a página	M.R. Miguel Rodrigues

Verificamos, em primeiro lugar, que somente um pequeno número das gravuras representando brasões de armas, ostenta a assinatura do artista que as concebeu; os mais produtivos, neste capítulo, terão sido Miguel Rodrigues e Clemente Bilingue, mas encontramos vários artistas que se identificam apenas com uma ou duas iniciais. Acerca do primeiro, Ernesto Soares nada refere e a única certeza que temos é que Miguel Rodrigues estava activo em 1696, já que a sua assinatura aparece na portada das *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel Correia Vasques, impressas por António

Simões; e, também, porque faz constar o ano de 1697 no canto inferior direito da gravura que abriu para a portada das *Caesareas conclusiones* [...], de Inácio de Moraes Madureira, impressas no ano seguinte, pelo mesmo tipógrafo²⁹.

A gravura apresenta o brasão de armas do conde de Viana, D. José de Meneses, a quem a obra é dedicada, representado no interior de uma moldura ladeada por dois anjos com trombetas, por baixo da qual surge uma carranca que encabeça a dedicatória; de cada um dos lados da carranca, ergue-se um pilar sobre o qual repousa uma figura antropomórfica. Esta gravura será copiada, nos anos seguintes, por artistas anónimos de menor qualidade, cópias essas que são utilizadas pelos impressores António Simões³⁰ e José Ferreira³¹, precisamente os mesmos que utilizaram originais de Miguel Rodrigues; as cópias, porém, não se encontram assinadas nem datadas.

Miguel Rodrigues trabalhará para três impressores de Coimbra: os referidos António Simões e José Ferreira e, ainda, para João Antunes. Este impressor utiliza duas gravuras assinadas por Miguel Rodrigues: a primeira, de iconografia muito simples, limitando-se a incluir o brasão de armas do terceiro conde de São João da Pesqueira, D. Luís Álvares de Távora, numa moldura composta por ramagens de carvalho, que ocupa a extensão da folha de rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Manuel Álvares de Carvalho, dadas à estampa em 1697. Porém, a obra tem uma outra edição, do mesmo ano, mas impressa por António Simões, cujo rosto apresenta a mesma dedicatória ao referido conde e que, claro está, utiliza a mesma gravura assinada por Miguel Rodrigues.

A segunda gravura da autoria deste artista, utilizada por João Antunes, aparece no rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Diogo Monteiro de Moraes, impressas em 1699, apresentando as armas de D. André de Sá Moraes, cavaleiro da Ordem de Cristo, a quem a obra é dedicada, no interior de uma portada rematada superiormente por dois anjos e inferiormente por duas figuras antropomórficas que personificam a justiça e a medicina.

Finalmente, temos duas obras de Miguel Rodrigues utilizadas pelo impressor José Ferreira, ambas em 1699: a primeira, é a portada do rosto das *Caesareas conclusiones* [...], de António da Cunha Sotomaior, com as armas de D. Francisco de

²⁹ A gravura representa as armas de D. Ana Sarmiento de Moraes, a quem a obra é dedicada, incluídas numa portada rematada nos cantos superiores por dois anjos e nos inferiores por dois leões.

³⁰ António Pereira Monteiro, *Caesareas conclusiones* [...], 1698; António da Silva Barros, *Conclusiones pontificias* [...], 1699; João Baptista de Carvalho, *Pontificias theses* [...], 1699; Pedro Álvares de Távora, *Pontificias conclusiones* [...], 1699.

³¹ Afonso de Araújo Tavares, *Pontificias conclusiones* [...], 1698.

Sousa envolvidas em motivos heráldicos, vegetalistas e antropomórficos; a segunda, representa as insígnias do Colégio de São Paulo, rodeadas por uma decoração do mesmo género, e pertence ao rosto do *Bellonae, seu bellorum principis philosophiae certamina physica duce R. P. ad S. M. Josepho Sarayva* [...], de Lourenço Lopes.

O artista que mais gravuras abriu para obras impressas em Coimbra, neste período, foi Clemente Bilingue, a quem se refere Ernesto Soares no volume I da sua *História da Gravura Artística em Portugal*³², para estabelecer somente que poderia ser de origem francesa, e que terá nascido entre 1660 e 1665, e falecido depois de 1716³³; no conjunto de obras onde identifica gravuras de Clemente Bilingue, não constam as que serão abordadas em seguida.

A actividade de Clemente Bilingue, em Coimbra, parece não ter sido anterior a 1696, ano em que João Antunes inclui uma gravura da sua autoria nas *Caesareae conclusiones* [...], de Tomás Soares Figueiroa e Fonseca: representa as armas reais portuguesas, suportadas por dois anjos, segurando o da esquerda uma espada e o da direita uma palma; por baixo, aparecem dois outros anjos, segurando trombetas e um estandarte com uma dedicatória a D. Pedro II. À esquerda desta composição, uma figura de mulher olha-se num espelho, seguro com a mão esquerda, enquanto a mão direita, onde se enrola a serpente da sabedoria, sustenta um livro com a inscrição latina «NEQVID INCONSVLTVS AGIT»; à direita, outra mulher segura uma coluna com a inscrição «FVTILE NEQVID, INFIRMVM QVE GERIT». Na parte inferior da gravura apresentam-se alguns canhões e outras armas, sobre as quais se representam quatro reis, com atributos que os identificam como governantes de várias zonas do globo terrestre: um segura nas mãos uma vieira e um sol; o segundo, uma coroa; o terceiro é negro e coroado com penas; o quarto apresenta no escudo e no elmo o crescente do Islão. Entre os monarcas, surge um camelo, um boi e um leão, juntamente com uma fita com a inscrição «Totus non sufficit orbis.».

No ano seguinte, 1697, surge uma nova gravura de Clemente Bilingue, numa obra impressa por João Antunes: a *Coronam physicam novem genuis splendide imbutam* [...], de Simão Lopes Samuda; a gravura representa o brasão de D. Catarina, rainha da Grã-Bretanha, com a respectiva dedicatória por baixo, envolvido por ramagens de carvalho.

³² Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pp. 127-ss..

³³ Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 1127.

Em 1698, verifica-se que as obras de Bilingue passam a ser utilizadas por outros impressores para além de João Antunes: este impressor usa duas gravuras, ambas representando a Virgem, uma das quais ocupa todo o rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Paulo Barroso de Sousa, estando a Virgem no interior de uma moldura oval suportada por dois anjos e ladeada por dois castiçais, sobre os quais outros dois anjos suportam dois escudos nos quais se inscrevem o sol e a lua; a outra gravura, colocada no rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Gonçalo de Almeida da Fonseca, tem 19,7 centímetros de altura e 14,8 de largura, com uma oração encomiástica por baixo.

O segundo impressor que, neste ano, utiliza gravuras de Clemente Bilingue é José Ferreira; uma delas, aliás, é a mesma que João Antunes utiliza em 1697, com a representação dos quatro reis da Terra, que descrevemos anteriormente. Porém, nas *Pontificias conclusiones* [...], de João de Mendonça, o brasão real é substituído pelas armas de D. Rodrigo de Moura Teles. Todas as restantes gravuras da autoria de Clemente Bilingue, utilizadas por José Ferreira, representam os brasões de armas de diversos senhores a quem as obras são dedicadas. A primeira que considerámos é a portada das *Pontificias conclusiones* [...], de Tomás Dias Cação, impressas nesse ano de 1698, em que as armas do Primaz de Braga, D. João de Sousa, surgem numa moldura oval, sob a representação de um sol, com a inscrição «VERO LVSITANIAE SOLI», sobre o qual se alonga uma fita com uma outra inscrição em latim: «IN OMNEM TERRAM EXIVIT SONVS EORVM»; a fita é ladeada por anjos com trombetas, das quais saem duas inscrições: do lado esquerdo, «Nec poti iif sintilem nec dare fama parem»; do lado direito, «Cuius adus gretinens sidera notus honor». Por baixo do brasão, apresenta-se quatro reis, representando os quatro continentes, entre quatro animais – um leão, duas serpentes e um camelo – em volta da esfera terrestre, com a inscrição «Son capit orbis cim»; a composição é rematada inferiormente por um sexteto em latim.

A obra de Clemente Bilingue, referente ao ano de 1698, fica completa com as *Pontificias conclusiones* [...], apresentadas por Francisco Simões da Veiga à Universidade, e impressas por António Simões, representando a Sagrada Família no interior de uma moldura oval, cercada por anjos e por vários motivos vegetalistas e geométricos, sobre a dedicatória.

Em 1699, são dois os impressores que utilizam gravuras abertas por Clemente Bilingue: José Ferreira e António Simões. Todas estas gravuras representam brasões de armas, como se pode observar no frontispício das *Pontificias conclusiones* [...], de José

Sotomaior, impressas por José Ferreira, que apresenta as armas do Marquês de Marialva, D. Luís de Meneses. Da mesma oficina saíram as *Juris Pontificij condentiones* [...], de Francisco Bruno Baracho, em cujo rosto as armas de D. Rodrigo de Melo e Silva são insertas na mesma gravura que vimos, como portada, das *Caesareas conclusiones* [...], de Tomás Soares Figueiroa e Fonseca, impressas por João Antunes em 1696, substituindo as armas reais portuguesas que aqui aparecem. Ainda da oficina de José Ferreira, sai *Fluctus ex universo* [...], de Caetano Lopes Ferreira, apresentando um frontispício com o brasão episcopal de D. Francisco de São Jerónimo, qualificador do Santo Ofício e Reitor do Colégio da sua Ordem, em Évora, inscrito numa composição onde sobressai a representação de deuses pagãos: Ceres à esquerda; Vénus e Cupido à direita.

O nosso périplo pela obra de Clemente Bilingue termina com duas obras impressas por António Simões, em 1699: em primeiro lugar, a gravura do rosto das *Caesareas conclusiones* [...], de José Pereira de Beja, que representa uma figura masculina laureada, com um livro e um ceptro na mão esquerda, carregado por anjos, tendo um deles uma trombeta e um estandarte onde está patente um brasão de armas, provavelmente pertencentes a D. Francisco Monteiro de Miranda, a quem a obra é dedicada. Por fim, a portada com as armas reais, colocada no rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Valério da Costa e Gouveia, onde domina um entablamento neoclássico ladeado por dois pares de colunas rematadas superiormente por dois jarrões; sobre o brasão, há dois anjos com trombetas, das quais saem fitas com a inscrição «NON SURREXIT MAIOR IOANNE MATH II». O anjo da direita empunha uma espada, com a inscrição «IN GLADIS GLORIAE TVAE», na lâmina. Mais abaixo, junto de cada par de colunas, uma figura humana: a da esquerda, com um espelho e um livro onde existe a inscrição «PRVDENTIAE MEAE INCLINA AVREM PROV. S. A. I.»; a da direita, segura uma coluna com a inscrição «HORRVERVNT PERS CONSTANTIAM IVDITH 16.6.12». O brasão assenta na esfera do Mundo, na qual se inscreve a dedicatória ao Príncipe D. João.

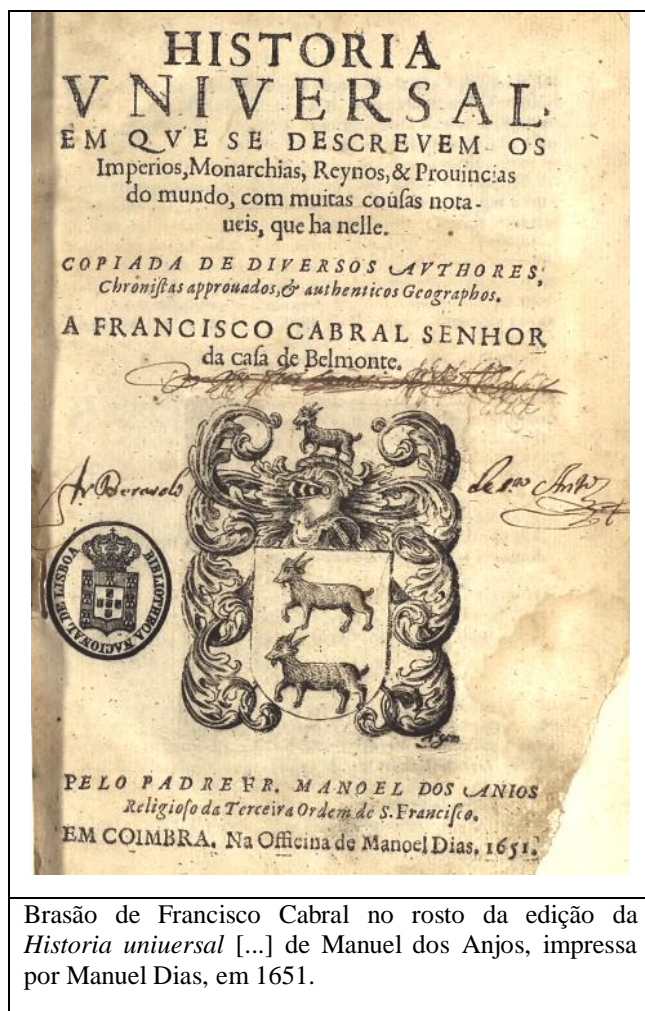
Das gravuras assinadas deste período, temos, ainda, a que aparece no frontispício da *Pro primo* [...], de Guilherme de Sá Salazar, representando as armas de D. Luís de Meneses, rodeadas por motivos heráldicos, da autoria de um Francisco Freire, sobre o qual nada sabemos. De igual modo, temos um conjunto de gravuras assinadas somente com as iniciais dos autores, que não conseguimos identificar.

Trata-se de três escultores diferentes. O primeiro, assina “J.^o”, e é responsável pelas gravuras das folhas de rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de Fernando da Silva Manuel e de Manuel Ribeiro, ambas impressas por José Ferreira, a primeira obra em 1675, representando o brasão do Doutor Manuel Lucas da Silva Henriques (A100XL74 mm.), e a segunda obra no ano seguinte, com as armas do Comendador de São Salvador de Unhão; a mesma assinatura aparece, também, na gravura de rosto da *Victrici erebi palmae* [...], de António Soares de Faria, impressa por Manuel Dias em 1677, representando o brasão de D. António Furtado da Silva (A14XL10,3 cm.).

O segundo escultor assina com as iniciais “S.M.F.”, e da sua autoria é a portada das *Bellonae* [...], de Henrique de Meneses, impressas por António Simões em 1699, representando as armas do cardeal-arcebispo de Lisboa, D. Luís de Sousa, rodeadas por folhagem de carvalho, por vários anjos e figuras antropomórficas, e apresentando nos cantos superiores duas fitas com inscrições: do lado esquerdo, «Impossuit pileum Capitii honoris aeterni bonus»; do lado direito, «Virgo fortis et Baculu gloriosus Izai 14».

Finalmente, da mesma tipografia e no mesmo ano, saem as *Bellonae* [...], de António de Miranda Henriques, que ostenta uma portada com as armas de D. José de Sousa e Silva, cercadas por folhagem de carvalho; na parte inferior da composição, no interior de uma voluta, descobrimos uma “F”, que pode significar a assinatura do autor da gravura.

Do mesmo género, ou seja, ligada às provas académicas, mas com a particularidade de não apresentar qualquer brasão de armas, são as [...] *disputationes pontificae* [...], de Pedro Hasse de Belém, impressas pela Viúva de Manuel de Carvalho, em 1673; da autoria de um artista que assina somente com a suas iniciais, «P.H.», a portada, que ocupa toda a folha de rosto, representa Cristo, rodeado pelos discípulos, entregando as chaves do Céu a Pedro, junto do mar de Tiberíades. Sobre esta imagem, a tripla tiara pontifícia é amparada por dois anjos e, por baixo dela, a inscrição «*Sacratissimo Fidei Praeconi vero Artistitum speculo PETRO BARIONAE Caeli Clauigero Ecclesiae Basi Ouium Pasturi*» surge sobre um rebanho de ovelhas. Em torno da imagem de Cristo com os discípulos, há uma auréola oval composta com motivos vegetalistas, onde se escreveu «*Caelorum Regni claves dabo tibi*» no lado esquerdo, e «*Pasce agnus meos*», «*Pasce ouea meãs*» no lado direito; sob a tiara, a inscrição «*Mathei 16. + Joan: 21*». Toda a imagem é rodeada por anjos, grifos e gárgulas entre elementos ligados ao mar.



Brasão de Francisco Cabral no rosto da edição da *Historia uniuersal* [...] de Manuel dos Anjos, impressa por Manuel Dias, em 1651.

Igualmente recorrendo a uma imagética católica, o *Fasciculum* [...], de José Rodrigues dos Reis, impresso por António Simões, em 1699, apresenta um frontispício onde se destaca a imagem da Virgem no interior de uma moldura de anjos e ramagens de carvalho, sobre uma dedicatória à santa, mas sem assinatura do seu autor.

O último artista-gravador que identificámos é João Gomes, que trabalhou essencialmente no segundo e no terceiro quartel do século XVII, e que já vimos anteriormente. Das obras que lhe são atribuídas por Ernesto Soares, somente uma respeita à segunda metade do século: o brasão de Francisco Soares, senhor da Casa

de Belmonte, impressa no rosto da *Historia Vniuersal* [...], de Manuel dos Anjos, impressa por Manuel Dias, em 1652³⁴; mas a referida gravura, com as dimensões de 73 milímetros de altura e 58 de largura, já tinha aparecido numa das variantes da mesma, editadas no ano anterior. João Gomes abriu, ainda, duas gravuras representando escudos de armas: o primeiro pertence ao Doutor Manuel Pereira de Melo e encontra-se do rosto dos *Discursos morales* [...], de Manuel de Naxera, impressos, em 1653, por Manuel Dias; o segundo, é do Inquisidor de Coimbra e cónego de Braga, D. Alexandre da Silva, e aparece no rosto do *El dia de fiesta* [...], de Juan de Zabaleta, dado à estampa em 1666, por Tomé Carvalho.

³⁴ Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pág. 328, n.º 1162.



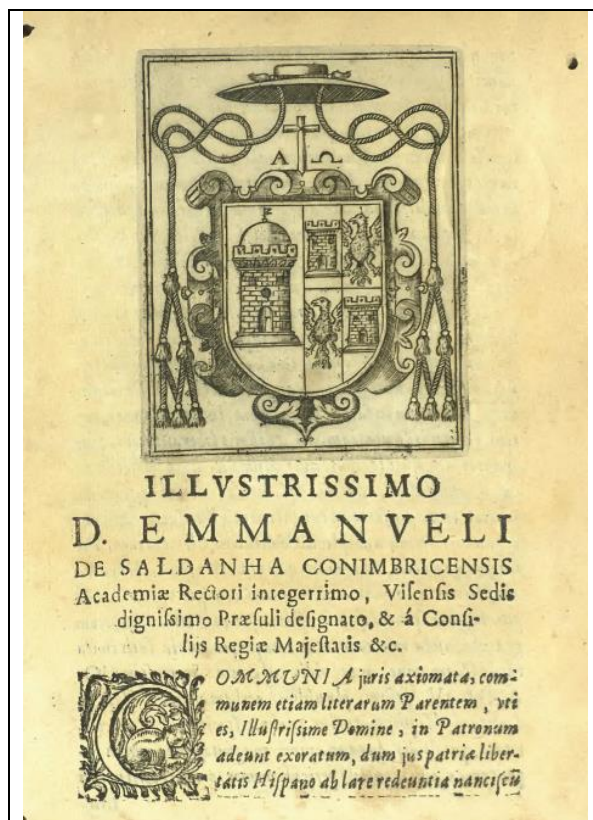
Folha de rosto do *Sermão da Purificasam* [...], de Álvaro de Escobar Roubão, impresso pela Viúva de Manuel de Carvalho, em 1667.

Por fim, identificámos uma gravura do mesmo autor e utilizada por dois impressores em três obras diferentes: Tomé Carvalho coloca-a no rosto das edições do *Sermão* [...] pregado por Jerónimo Ribeiro, em Santa Catarina do Monte Sinai, em dia dos Prazeres, impressas nos anos de 1663 e 1664; a sua filha, que ficou conhecida nos meios tipográficos como Viúva de Manuel de Carvalho, usa-a no rosto do *Sermão da Purificasam da Virgem Senhora Nossa* [...], de Álvaro de Escobar Roubão, impresso em 1667, e volta a utilizá-la no rosto do *Sermam da Conceiçam* [...], de Jerónimo Peixoto da Silva, no ano de 1674. Representa a Virgem, coroada, com o pé sobre uma serpente, aqui grosseiramente representada, de modo que se assemelha a um lagarto ou dragão, com as dimensões aproximadas

de 8,5 centímetros de altura e 5,9 centímetros de largura.

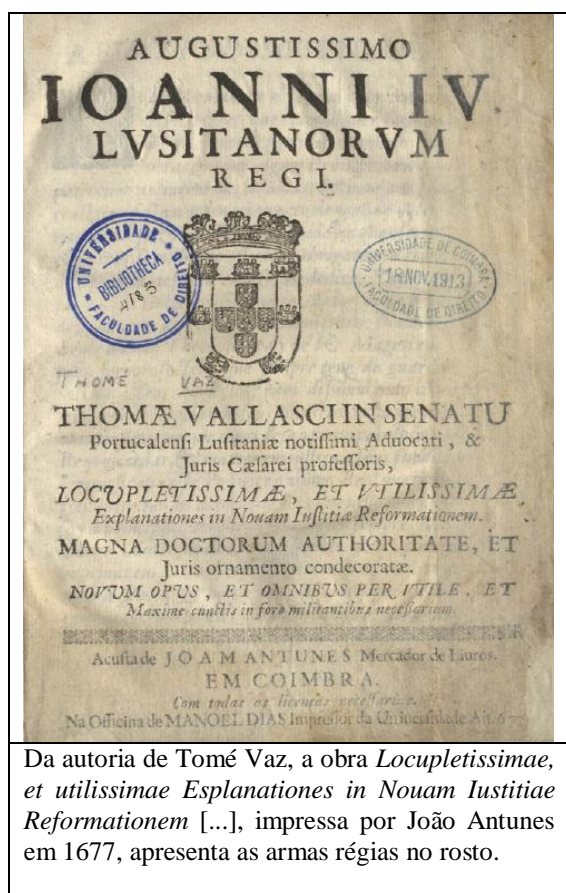
O conjunto de brasões de armas não se limita às obras de contexto universitário, embora quase todos se refiram a eminentes figuras do clero ou à própria família real. Encontramos, assim, as armas do bispo de Coimbra, D. Manuel de Saldanha, no rosto do *Thesouro de Prudentes*, de Gaspar Cardoso de Sequeira, edição impressa por Tomé Carvalho, em 1651; mas descobrimo-lo, igualmente, na frente da terceira folha inicial, não numerada, precedendo a dedicatória ao bispo-conde da *Axiomata, et loca communia juris* [...], de Simão Vaz Barbosa, impressa no mesmo ano (ao lado).

Dois anos depois, o mesmo



Folha da dedicatória da *Axiomata, et loca communia juris* [...], de Simão Vaz Barbosa, ao bispo D. Manuel de Saldanha. A obra foi impressa por Tomé Carvalho, em 1651.

impressor coloca as armas de D. Rodrigo Miranda Henriques no rosto dos *Discursos morales* [...], de Manuel de Naxera. Em 1668, a sua filha Maria Coutinha, a Viúva de Manuel de Carvalho, faz constar no rosto das *Questiones practicas de casos morales* [...], de Juan Enriquez (ou João Henriques), o brasão do inquisidor e cônego prebendado de Coimbra, D. Manuel Pimentel de Sousa. Anos depois, em 1682, são as armas do bispo de Viseu, D. João de Melo, que figuram no *Reperiuntur* [...], obra jurídica da autoria de Álvaro Vaz, impressa por Manuel Rodrigues de Almeida; e, aproximando-nos do final do século, António Simões coloca na preliminar página 4 do *De Iure Lusitano* [...], de Mateus Homem Leitão, as armas de D. Miguel Fernandes de Andrada, a quem a obra é dedicada pelo autor com todo o sentido, já que se tratava de um professor de Direito Civil em Coimbra, além de ser o Reitor do Colégio de São Paulo.



No que respeita aos brasões de armas representados, há que destacar as armas reais portuguesas, recorrentemente utilizadas na folha de rosto das obras impressas na segunda metade do século XVII. Elas aparecem no rosto da obra laudatória composta por Jerónimo de São Paulo, a propósito das exéquias do Príncipe D. Teodósio, e impressa por Manuel Dias, em 1654; surgem, também, no rosto do *Repertorio das ordenações do Reyno de Portugal* [...], de Manuel Mendes de Castro, impresso pelo mesmo tipógrafo, em 1661; o mesmo autor publica, em 1680, a *Practica lusitana* [...], com um brasão semelhante no rosto, dada à estampa por José Ferreira; da oficina de João Antunes

sai, em 1677, uma obra dirigida a D. João IV, da autoria de Thomé Vaz, com as armas reais no rosto; e, no penúltimo ano do século, é António Simões que imprime o brasão real no rosto da nova edição do *Repertorio das ordenações do Reyno de Portugal* [...], de Manuel Mendes de Castro.



Portada da *Historia Geral da Etiopia* [...] de Baltasar Teles, impressa, por Manuel Dias, em 1660.

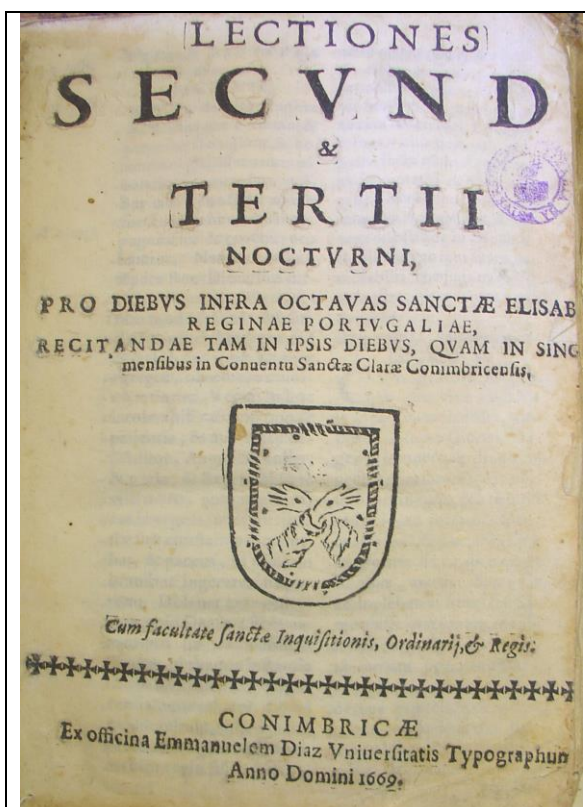
Uma das mais emblemáticas portadas deste período pertence à *Historia Geral da Etiopia* [...], uma obra composta por Baltasar Teles a partir do trabalho do Padre Manuel de Almeida, impressa em 1660, por Manuel Dias; a gravura aparece assinada pelo desenhador e pelo artista que abriu a gravura: «Ph. Fruytiers del.», «P. van Lisebetten sculpsit»³⁵. A gravura ocupa toda a página, com as armas reais portuguesas ao alto, cercadas por folhagem de carvalho. Imediatamente abaixo, desenvolve-se o título e o nome dos

autores, ladeados pelos escudos de armas dos primeiros quatro patriarcas da Etiópia, pertencentes à Companhia de Jesus: D. João Nunes Barreto, D. André de Oviedo, D. Afonso Mendes e D. Apolinário de Almeida. Na parte inferior da gravura, representa-se o rei da Etiópia como um régulo africano, personificando o Prestes João, entre o seu povo e diversos membros do clero.

³⁵ Cf. Ernesto Soares, *op. cit.*, vol. I, pp. 361-362, nota 1268. Ernesto Soares não fala do *designer* da gravura, mas apenas do escultor, Peter van Lisebetten, referindo que nasceu em 1610 e faleceu cerca de 1678 em Antuérpia. No que respeita à interpretação da imagem, diz que se trata da chegada dos primeiros quatro jesuítas à Etiópia.

Com maior raridade, aparecem as armas do Santo Ofício, como no rosto do *Sermam* [...], de José de Oliveira, impresso, em 1691, por José Ferreira; ou escudos com motivos dificilmente associáveis, como o do rosto das *Lectiones Secundii et Tertii Nocturni.*, impressas por Manuel Dias, em 1669, representando dois braços cruzados. Na edição do *Thesouro de Prudentes* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira, impressa por Tomé Carvalho, em 1651, repete-se a utilização de tabelas e gravuras ilustrativas de cálculos feitos com as mãos, que tinham caracterizado as edições anteriores.

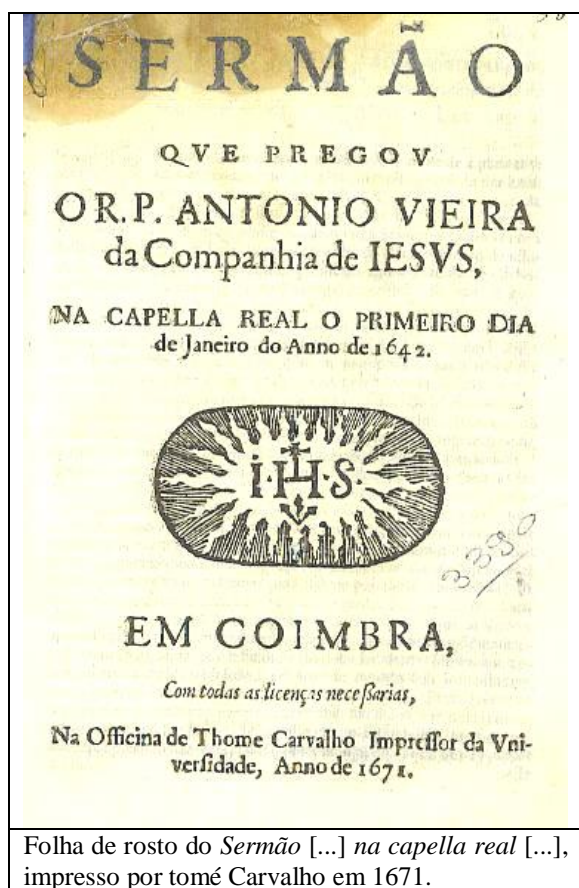
O maior grupo de gravuras utilizadas neste período refere-se à Companhia de Jesus, verificando-se uma tendência para as simplificar, sem, no entanto, deixarem de evidenciar as suas insígnias. A gravura mais complexa é aquela que Tomé Carvalho utiliza em diversos sermões da autoria do Padre António Vieira, das quais apresentamos três reproduções:



Folha de rosto das *Lectiones secund[ii] & tertii nocturni* [...], impressas por Manuel Dias no ano de 1669.



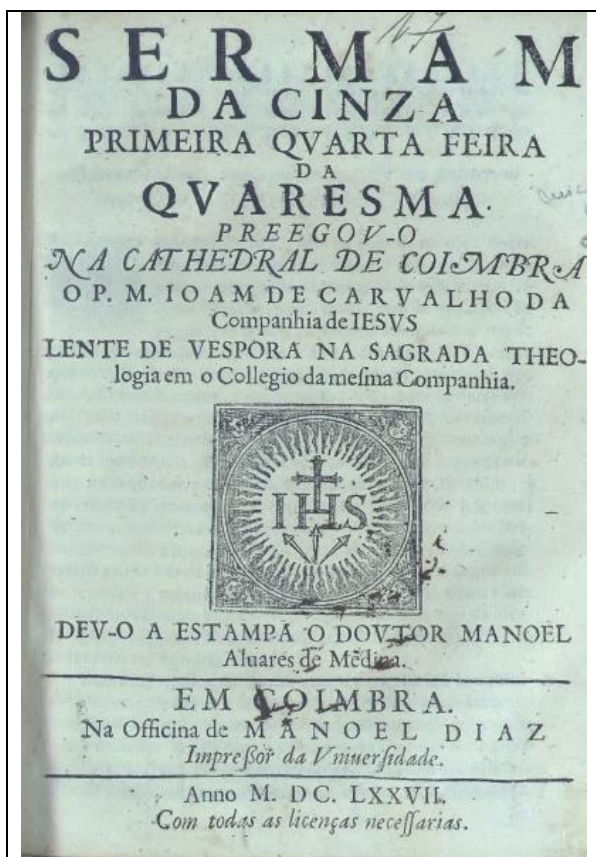
Três sermões do Padre António Vieira impressos na tipografia de Tomé Carvalho em 1658: a *Oração funebre* [...]; o *Sermao* [...] *Na Capella Real* [...]; e o *Sermam* [...] *na Igreja das Chagas* [...].



Na realidade, detectámos esta gravura em cinco sermões de António Vieira, todos impressos por Tomé Carvalho em 1658: a *Oração funebre [...]* No Convento de S. Francisco de Enxobregas [...]; o *Sermão [...]* Na Capella Real [...]; o *Sermão [...]* na Igreja das Chagas [...]; o *Sermão [...]* na Misericórdia da Bahia [...]; e, por fim, o *Sermão [...]* na caza professa da mesma Cõpanhia [...]. As reproduções referem-se às primeiras três obras citadas e nelas se percebe alguma mudança nos temas utilizados para a composição da gravura, se a compararmos com algumas que descrevemos anteriormente; mas os traços gerais persistem: o emblema da

Companhia ao centro, no interior de um resplendor limitado por uma inscrição latina, em volta da qual se desenvolvem volutas e motivos vegetalistas, além da permanência de um anjo a encabeçar a composição.

Uma outra característica que veremos nas gravuras que apresentam o emblema da Companhia de Jesus, é a tendência para a redução do seu tamanho. A gravura apresentada tem as dimensões de 94 milímetros de altura e 67 de largura, mas a que Tomé Carvalho utiliza, em 1671, para ornar o rosto de um sermão do mesmo autor, tem já 36 milímetros de altura e 64 de largura: dominando a horizontalidade, assume a forma oval e no seu interior mantém-se o resplendor em que domina o monograma de Cristo; é o mesmo *Sermão [...] Na Capella Real [...]*, com nova edição.

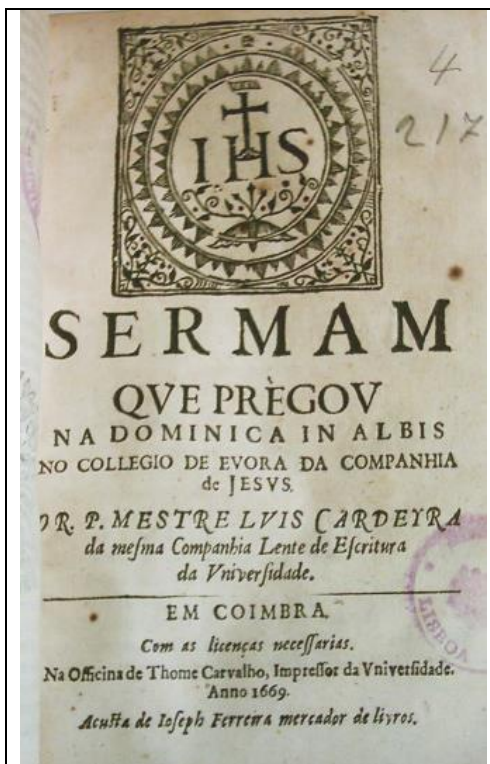


Rosto do *Sermam da cinza* [...] de João de Carvalho, impresso por Manuel Dias em 1677.

Cardeira; finalmente, no mesmo ano, no *Sermam que pregou na dominica in albis* [...], do mesmo autor, que reproduzimos.

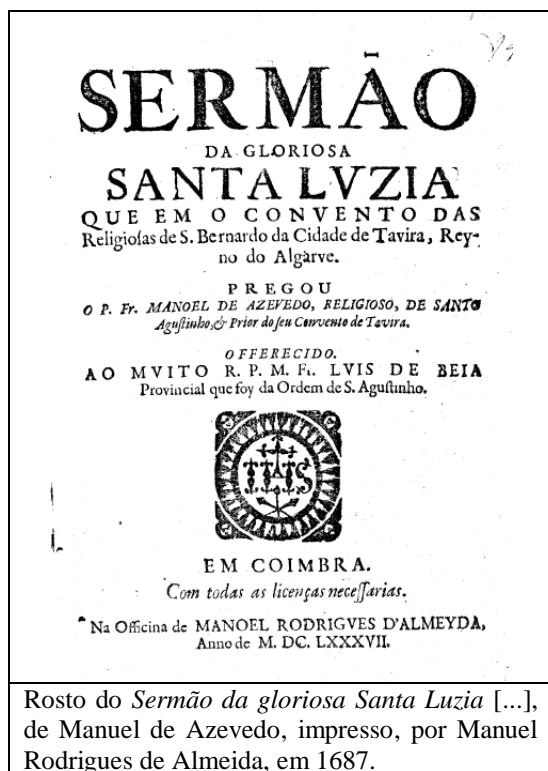
Vários foram os tipógrafos conimbricenses desta época que tiveram gravuras semelhantes a esta: Manuel Dias apresenta uma, com 47 milímetros de lado, no rosto de duas obras de João Carvalho, impressas em 1677: no *Sermam da cinza* [...] e no *Sermam da Soledade* [...]. Manuel Rodrigues de Almeida tem uma diferente, com cerca de 38 milímetros de lado, em que o resplendor se inscreve entre dois círculos: a que coloca no rosto do *Sermão da Gloriosa Santa Luzia* [...], de Manuel de Azevedo, impresso em 1687. Mais antiga, de 1676, é a que a Viúva de Manuel de Carvalho

Mais vulgar é uma composição de diversas formas geométricas, em que um, ou vários círculos, envolvem o emblema da Companhia, inscrevendo-se, por sua vez, num quadrado com um anjo no interior de cada ângulo recto. Tomé Carvalho utiliza uma gravura deste tipo, com 67 milímetros de lado, por diversas vezes: em 1655, no *Teatro euangelico de sermones* [...], de Francisco Inácio de Porres; em 1664, no *Sermão, da Quarta Dominga da Quaresma* [...], de Jerónimo Ribeiro; no *Sermão* [...] no dia que S. Magestade faz annos em 21. de Agosto de 663. de António de Sá; em 1669, no *Sermam da Soledade* [...], de Luís



Folha de rosto do *Sermam* [...] na dominica in albis [...], de Luís Cardeira, dado à estampa por Thomé Carvalho em 1669.

utiliza por duas vezes (no rosto e na última página) das *Margens da sintaxe* [...], de João Nunes Freire, e que tem aproximadamente 5 centímetros de lado.



Rosto do *Sermão da gloriosa Santa Luzia* [...], de Manuel de Azevedo, impresso, por Manuel Rodrigues de Almeida, em 1687.



Rosto das *Margens da syntaxe* [...], de João Nunes Freire, impressas, pela Viúva de Manuel de Carvalho, em 1676.

Manuel Rodrigues de Almeida parece ter usado uma gravura em exclusividade, com cerca de 43 milímetros de diâmetro, em que as insígnias da Companhia de Jesus aparecem cercadas por uma coroa de flores. Ela aparece na sua obra tipográfica a partir de 1680: no rosto do *Sermam da Dominga sexta da Quaresma* [...], de Cristóvão de Almeida, impresso nesse ano; também desse ano, no rosto do *Sermão do Mandato* [...], de João de Carvalho; no ano seguinte, usa-a no rosto de dois sermões de Cristóvão de Almeida: o *Sermam do dezagravo* [...] e o *Sermam do Sabbado sexto da Quaresma* [...]. Aparentemente, só volta a ser usada em 1686, mas logo em seis obras: no rosto da *Luz da medicina* [...], de Francisco Morato Roma; no do *Sermam da Quarta Dominga da Quaresma* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho; no do *Sermão na festa da coroa de espinhos* [...], de Manuel da Conceição; no do *Sermam na sexta feira do paralitico* [...], de José de Faria Manuel; no do *Sermam* [...] *As religiosas do Mosteiro do Salvador* [...], de Álvaro Leitão; e, finalmente, no rosto do *Sermam* [...] *a justiça na Bahia* [...], de António de Sá.

Manuel Dias dispõe, em 1662, de uma gravura em que o monograma é cercado por quatro anjos segurando os instrumentos do suplício de Cristo, com as dimensões de

56 milímetros de altura e 55 de largura, que coloca no rosto dos *Discursos evangelicos* [...], de Geronimo Pardo de Villa Roel.



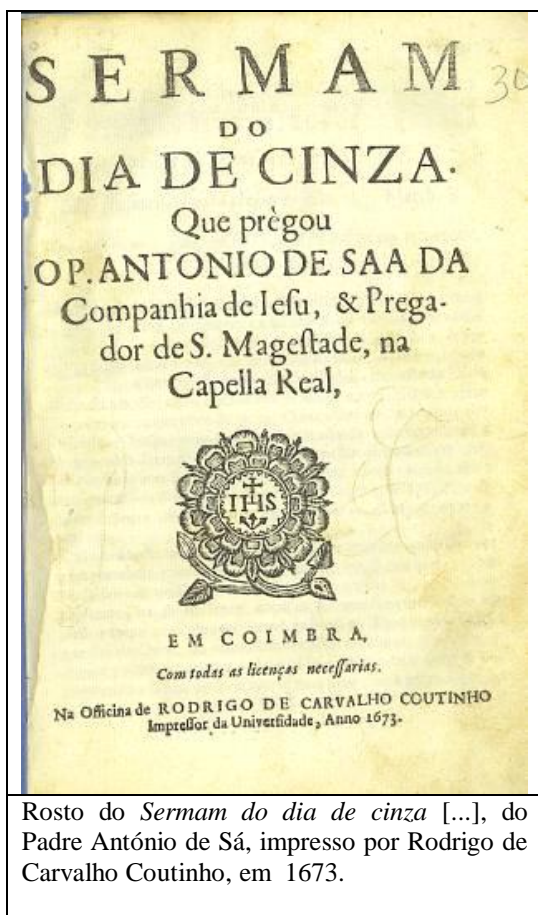
Folha de rosto das *Anotações ad rudimenta grammaticae* [...], de João Nunes Freire, impressas na oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, no ano de 1676.

O motivo mais recorrente nestas gravuras, para este período, é a rosa com o emblema da Companhia de Jesus na coroa. As variantes deste tema são raras e a diferença principal refere-se às dimensões. A maior que detectámos tem as dimensões de 57 milímetros de altura e 39 de largura, e encontra-se no rosto da terceira impressão das *Anotações aos generos e preteritos da arte nova* [...], de João Nunes Freire, dada à estampa pela Viúva de Manuel de Carvalho, em 1676. A impressora, no entanto, dispunha de outra gravura semelhante, mas mais pequena, com as dimensões aproximadas de 36 milímetros de altura e 31 de largura, presente no rosto das *Anotações ad*

rudimenta gramaticae [...], do mesmo autor, por ela impressas, em 1677.

As restantes gravuras que apresentam este tema têm dimensões muito uniformes e poderiam agrupar-se em dois conjuntos: em primeiro lugar, um grupo caracterizado pelas dimensões de 40 milímetros de altura por 35 de largura, identificado no *Sermam do apostolo do Oriente S. Francisco Xavier* [...], impresso por José Ferreira, em 1686; igualmente, nas duas variantes do *Sermam* [...] *Na Capella Real* [...], de António de Sá, também por José Ferreira, no mesmo ano; ainda, do mesmo autor, o *Sermão dos Passos* [...], impresso pelo mesmo tipógrafo, em 1689; finalmente, vemos a mesma gravura, ou outra muito semelhante, no *Sermam do Santissimo Sacramento* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso por Manuel Rodrigues de Almeida, em 1695.

Com uma altura igual ou superior a quarenta milímetros, identificamos duas gravuras deste género: a primeira, utilizada por Rodrigo de Carvalho Coutinho, em 1673, no rosto de uma das duas variantes do *Sermam do Dia de Cinza* [...], de António de Sá, com 43 milímetros de altura e 40 de largura; a segunda, por José Ferreira, em



1674, na impressão do rosto do *Sermam de Santa Thereza* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, com 40 milímetros de altura e outros tantos de largura.

O segundo grupo é de menor dimensão, com 30 milímetros de altura e 25 de largura. Encontramos gravuras com medidas semelhantes nas obras tipográficas de Rodrigo de Carvalho Coutinho, José Ferreira, Manuel Rodrigues de Almeida e António Simões.

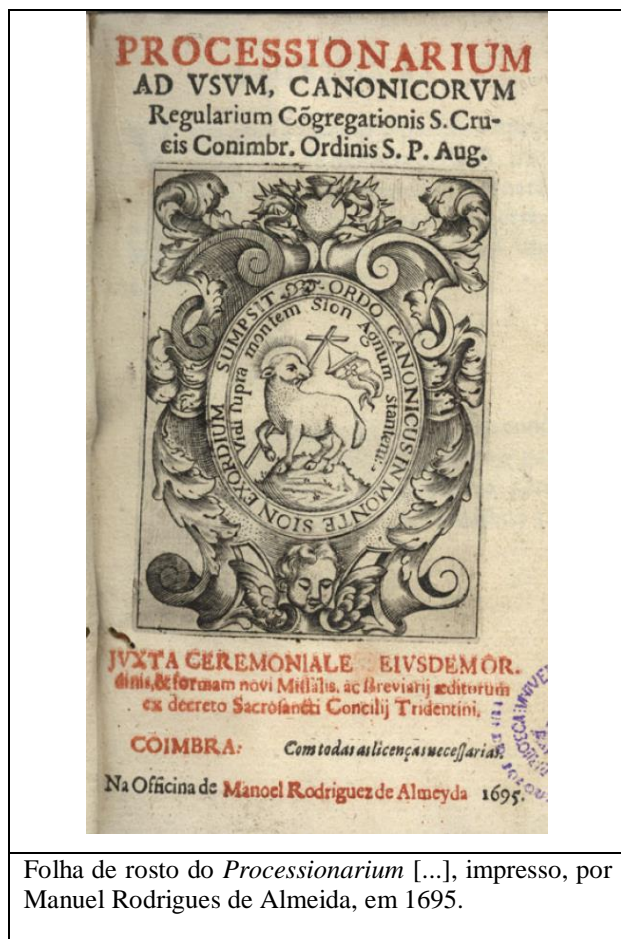
Na obra do primeiro, vemos uma dessas gravuras no rosto da segunda variante do *Sermam do Dia de Cinza* [...], de António de Sá, impressa em 1673. Manuel Rodrigues de Almeida apresenta a sua numa das variantes do *Sermão de Santa Luzia* [...], de

Manuel de Azevedo, impresso em 1687. António Simões coloca uma semelhante na sua edição da *Doutrina Christam* [...], do Padre Marcos Jorge, de 1697.

É na produção tipográfica de José Ferreira que encontramos mais exemplos deste grupo de gravuras: no rosto do *Sermão do Mandato* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso em 1672; no sermão, com o mesmo título, de Pedro Soares, datado de 1673; nas duas variantes do *Sermão da Quarta Dominga da Quaresma* [...] e no *Sermão da Conceição da Virgem Maria* [...], ambos de António de Sá, impressos em 1675; no *Sermam* [...] *Em a Festa da Circuncizam* [...], da autoria de Manuel da Madre de Deus de Miranda, de 1685.

Paralelamente, utiliza-se, também, gravuras representando a rosa, mas sem o emblema da Companhia de Jesus, presente na obra de José Ferreira, com as dimensões aproximadas de 35 milímetros de altura e 29 de largura. Aparecem no rosto de obras como o *Sermão* [...] *na Festa do Rosario* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso em 1673; ou no rosto da colectânea de parenética da autoria de José de Oliveira, impressa em 1688; ou, ainda, no *Sermão da Sesta feyra de Lazaro* [...], de Luís da Ascensão, datado de 1696. Nas duas variantes da edição, feita por esse

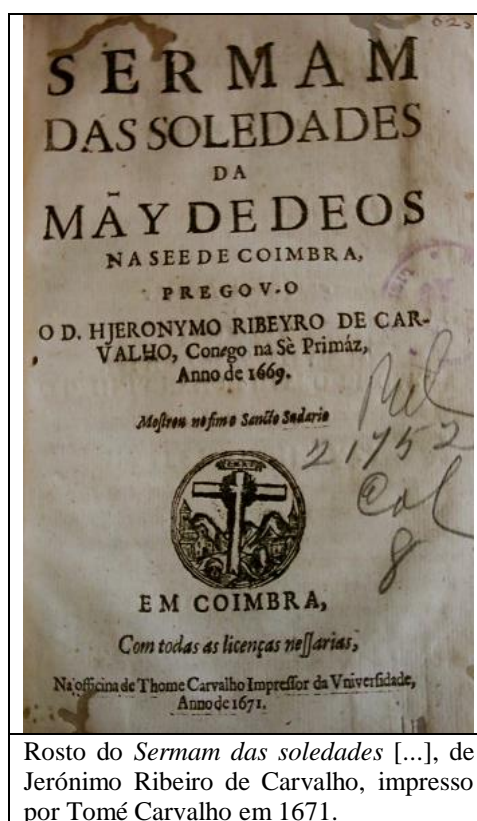
impressor, em 1672, deste sermão, parece existir, no rosto, uma gravura semelhante, mas mais pequena, com as dimensões de 30 milímetros de altura e 28 de largura.



As gravuras mais emblemáticas deste período, se considerarmos a relação entre o conteúdo das obras e as gravuras utilizadas na sua impressão, eram aquelas em que figuravam motivos religiosos, nomeadamente ligados a Cristo, à Virgem Maria e a outros santos.

Começando pelos motivos mais raros, Tomé Carvalho coloca, em 1665, uma gravura em madeira, representando a Santíssima Trindade, no rosto do *Cantum ecclesiasticum* [...], de Filipe de Magalhães, com 52 milímetros de altura e 37 de largura. Num outro livro, ligado ao ofício divino, um *ProceSSIONARIUM* [...], impresso em 1695, por Manuel Rodrigues de Almeida, é colocada uma

José Ferreira dispõe, ainda, de uma pequena gravura, com as dimensões de 41 milímetros de altura e 39 de largura, representando um escudo coroadado e decorado com volutas, no qual se vê uma cruz latina em pé. Encontramo-la no rosto das duas variantes do *Sermão na profissão de hua religiosa* [...], de Luís da Ascensão, impresso em 1672; no do *Sermão do Mandato* [...], do mesmo pregador, dado à estampa no ano seguinte; no rosto do mesmo sermão, edição de 1677; ou, ainda, no rosto do *Sermão dos Passos* [...], de Manuel da Conceição, impresso em 1689.

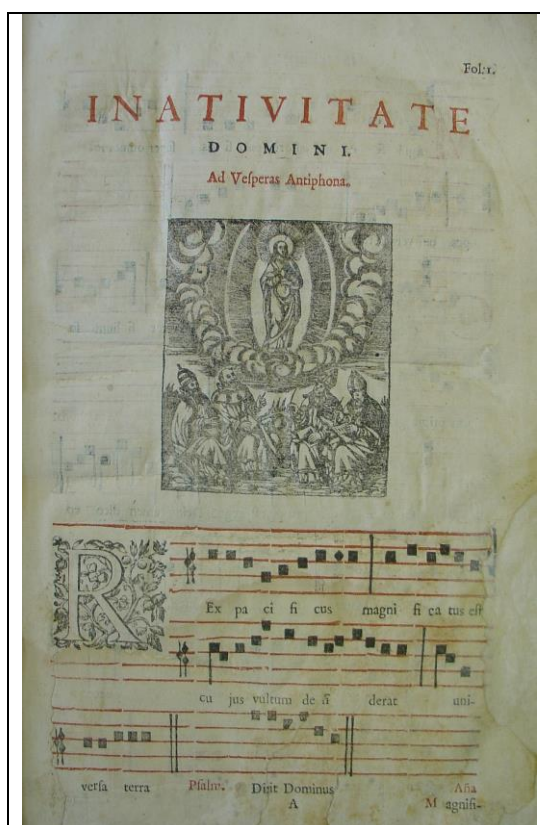


gravura do Cordeiro Pascal, aberto em chapa de cobre, com as dimensões de 91 milímetros de altura e 68 de largura.

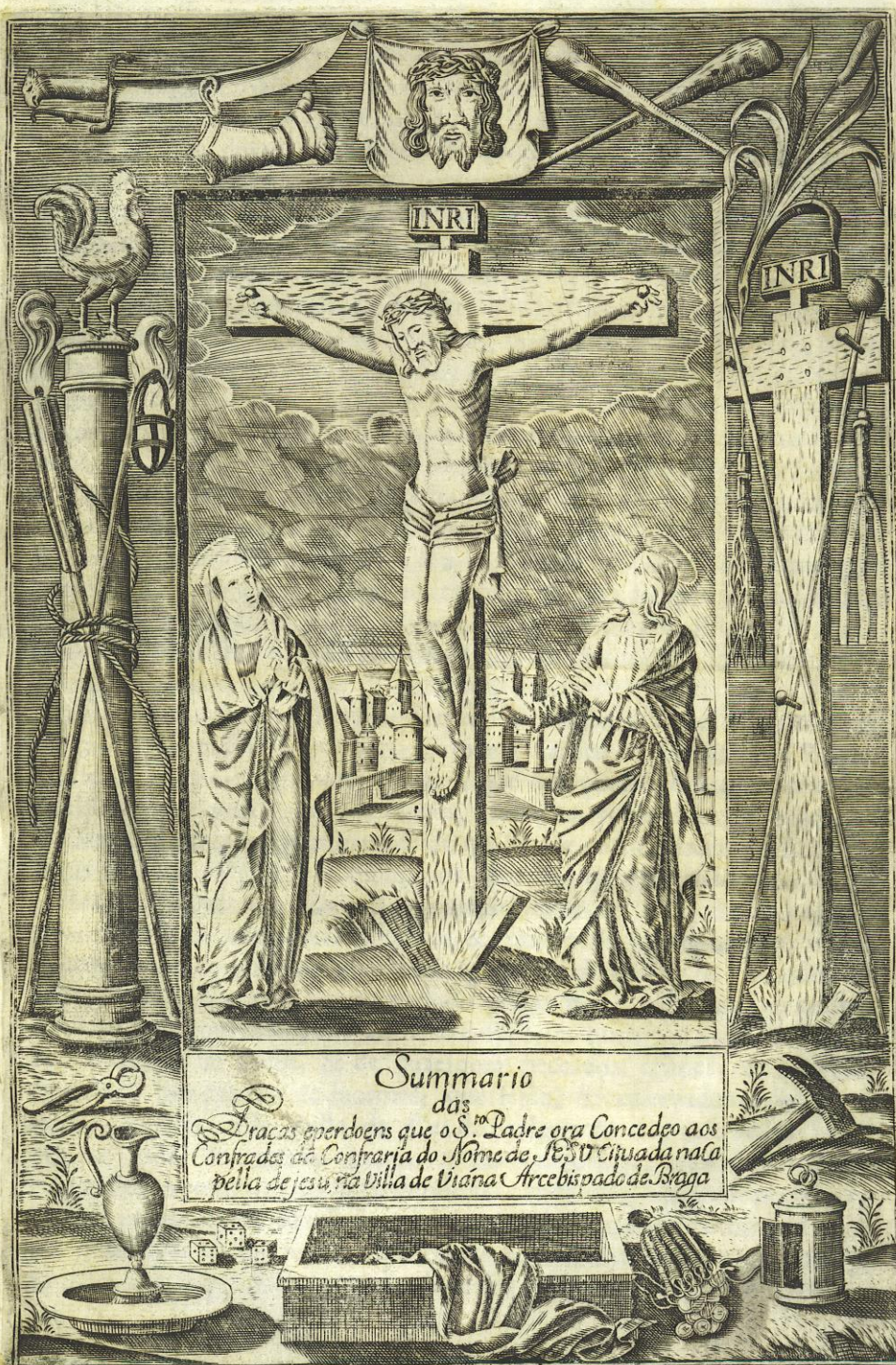
Mais comum é a representação do Calvário, utilizada por Tomé Carvalho pelos menos três vezes: no rosto do *Officium in festo coronae Domini* [...], impresso em 1654 (A29XL35 mm.); no das *Meditações de S. Brigida* [...], de Francisco Bermudez da Costa, impressas em 1662 (A39XL30 mm.); e no rosto do *Sermam das Soledades* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso em 1671, aqui reproduzido (35X35 mm.). A representação mais espectacular do Calvário é a que José Ferreira utiliza como portada do *Summario das Graças* [...], impresso em 1692, mostrando Cristo na cruz, ladeado pela Virgem Maria e São João, sob o *Mandylion*, rodeado pelos instrumentos da tortura.

A Virgem Maria é a imagem mais representada. Manuel Rodrigues de Almeida, em 1681, utilizará na primeira folha do *Inchiridion de Missas Solemnes* [...], a abrir a notação musical, uma gravura representando a Virgem entre quatro Padres da Igreja, que havia sido utilizada por Diogo Gomes Loureiro no rosto do quarto livro da *De Immaculata Beatae Virginis Conceptione* [...], de Egídio da Apresentação, em 1617, e em mais quatro obras por ele impressas no ano seguinte. Porém, a imagem que Rodrigues de Almeida mais vezes utiliza é uma pequena gravura, de cerca de 55 milímetros de altura e 45 de largura, representando a Virgem em oração, no interior de uma moldura oval composta por

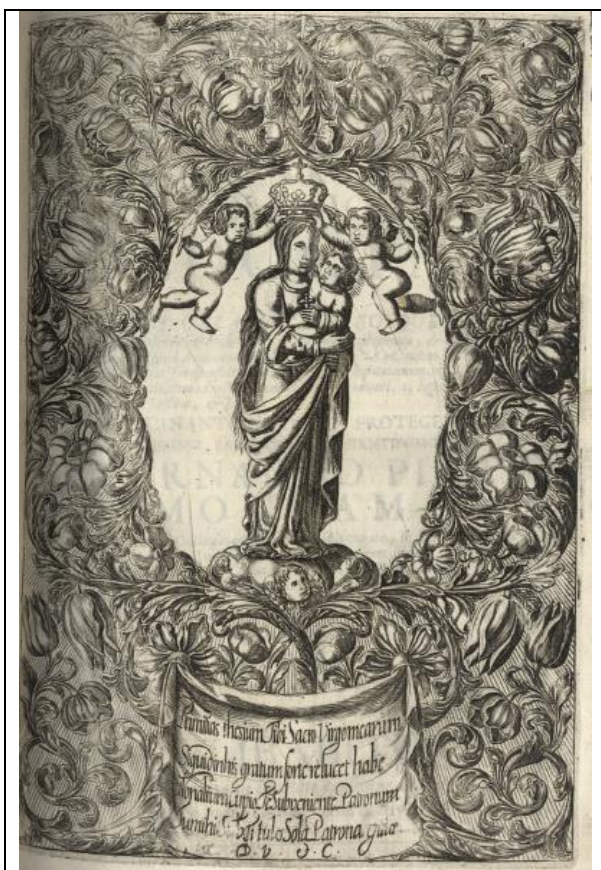
contas circulares imitando um rosário. Ela aparece no rosto de duas impressões das *Anotações* [...], de João Nunes Freire, ambas impressas em 1684; dois anos depois, é utilizada no rosto do *Sermam* [...] na *celebridade de N. Senhora de la Antigua* [...], de Jerónimo Ribeiro; é utilizada, ainda, no rosto do *Sermam que na festa do Rosario* [...] pregou Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso em 1695.



Primeira folha do *Inchiridion de Missas Solemnes* [...], impresso por Manuel Rodrigues de Almeida em 1681.



Portada do *Summario das Graças e perdoens que o S.^{mo} Padre ora Concede aos Confrades da Confraria do Nome de JESV situada na Capella de jesu na Villa de Viana Arcebispado de Braga*, impresso por José Ferreira em 1692.

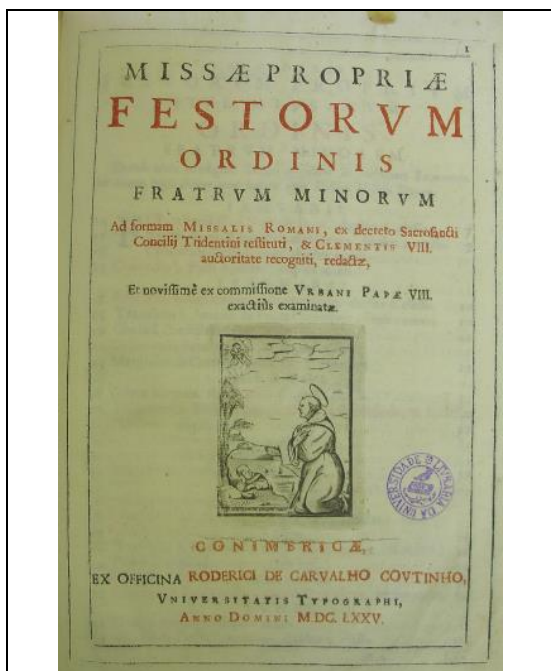


Portada das *Caesareas conclusiones* [...], de António Moreira de Sousa, impressas, por João Antunes, em 1719.

José Ferreira utiliza várias imagens de Nossa Senhora com dimensões diversas. Ela aparece com o Menino ao colo no rosto das *Curiosas advertencias* [...], de Bartolomeu Rodrigues Chorro, impresso em 1672, numa gravura com 33 milímetros de altura e 32 de largura; em 1681, representa-a como a Imaculada Conceição no rosto da *Summa breve* [...], de Manuel Barros e Costa (A60XL43 mm.); cinco anos depois, volta a aparecer, com o Menino ao colo, no *Sermam* [...] *Nas Festas do Desterro* [...], pregado por Manuel da Conceição; e, em 1700 é, novamente, representada no rosto dos *Commentaria* [...], de Bento Gil, com 43 milímetros de altura e

60 de largura.

O impressor apresenta-a, ainda, nas portadas de diversas obras, em gravuras que ocupam toda a página. É o que sucede em 1698, quando coloca no rosto das *Pontificias conclusiones* [...], de João de Araújo Ferreira Rebelo uma portada representando Nossa Senhora da Conceição, cercada por uma coroa de flores, tendo por baixo a imagem do sol sobre um monte, com a inscrição «CVMVLAT MVNERIBVS» em torno do astro. No ano seguinte, uma nova portada aparece no rosto de duas obras: a Imaculada Conceição, numa moldura octogonal, rodeada por anjos e folhagens de carvalho, ilumina as *Pontificias conclusiones* [...], de António de Sá Moraes, e as de Simão Vieira da Camba. Não podemos saber se a protecção da Virgem foi preponderante no sucesso dos dois universitários mas, em 1719, João Antunes usará uma portada com a sua imagem no rosto das *Caesareas conclusiones* [...], de António Moreira de Sousa.



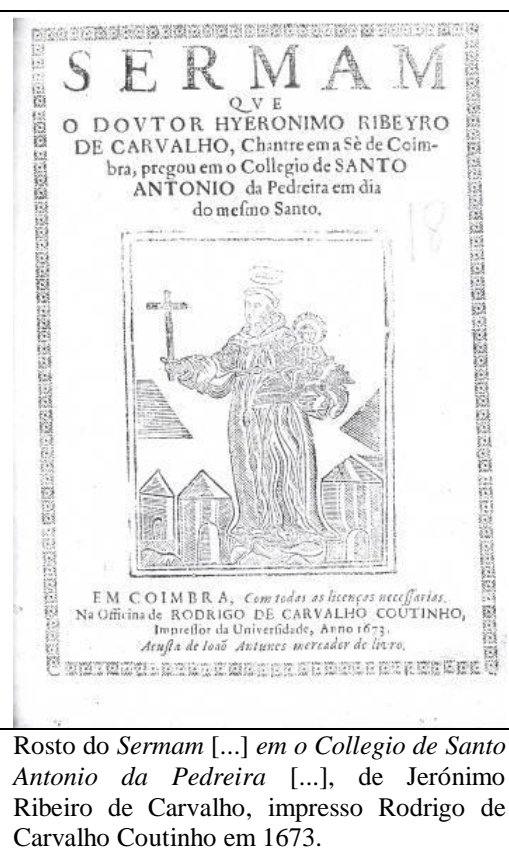
Folha de rosto das *Missae propriae festorum ordinis fratrum minorum* [...], impressas por Rodrigo de Carvalho Coutinho em 1675.

Além da Virgem, outros santos são representados nos livros impressos em Coimbra, na segunda metade de seiscentos. Alguns deles, aparecem em livros ligados a um tema abordado pela obra, como a imagem de São Francisco de Assis recebendo as chagas, junto a Santa Clara, para ilustrar o rosto do *Sermam de Sancta Clara* [...], pregado por António dos Arcanjos e impresso por Rodrigo de Carvalho Coutinho, em 1672 (A52XL37 mm.). O mesmo santo aparece numa gravura diferente (A76XL59 mm.), com a inscrição «signasti Domine Seruum tuum», para

ênfatizar a ligação da *Missae Propriae Festorum Ordinis Fratrum Minorum* aos franciscanos, uma obra impressa, também ela, por Rodrigo de Carvalho Coutinho, em 1675.



Rosto do *Sermão* [...] na Igreja das Chagas [...], do Padre António Vieira, impresso pela Viúva de Carvalho Coutinho em 1672.



Rosto do *Sermam* [...] em o Collegio de Santo Antonio da Pedreira [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso Rodrigo de Carvalho Coutinho em 1673.

Por razões análogas, os monges negros de São Bento mandam, em 1691, Manuel Rodrigues de Almeida imprimir um *Processionarium* [...], com a imagem do fundador da sua Ordem no rosto, uma gravura com 88 milímetros de altura e 79 de largura.

Da mesma forma, a Irmandade bracarense dos Clérigos do Apóstolo São Pedro faz constar a imagem do seu padroeiro no rosto dos seus *Estatutos* [...], uma obra impressa, em 1702, por Manuel Rodrigues de Almeida, que utiliza uma gravura quadrada com 143 milímetros de lado.

Outras gravuras, que tomamos como exemplo, referem-se a situações diferentes: na primeira, é utilizada a imagem de Santo António porque o sermão foi pregado no Colégio de Santo António da Pedreira, em Coimbra, por Jerónimo Ribeiro de Carvalho; desta forma, quando Rodrigo de Carvalho Coutinho o imprimiu, em 1673, colocou a imagem do santo no rosto. Na segunda, a Viúva de Manuel de Carvalho imprime, em 1672, um sermão pregado pelo Padre António Vieira, havia trinta anos, numa festa que tinha sido organizada em devoção a Santo António na Igreja das Chagas. O que é notável é que ambos os impressores utilizaram a mesma gravura, com cerca de 93 milímetros de altura e 72 de largura, conforme se pode verificar pelas reproduções colocadas ao lado, o que sugere a existência de alguma solidariedade entre as oficinas, que permitia a cedência de material tipográfico, fosse a nível de empréstimo ou fosse através de venda.

Por fim, não é possível deixar de referir o conjunto de gravuras alusivas à Via-Sacra, empregues por João Antunes na impressão, no ano de 1694, da *Luz Pera visitar as Estações da Via-sacra* [...], de Brás de Abreu; apesar da sua tosca execução, merecem ser aqui reproduzidas.



PRIMEIRA ESTAC,AM



SEGUNDA ESTAC,AM



TERCEIRA ESTAC,AM



QUARTA ESTAC,AM



QUINTA ESTAC,AM



SEXTA ESTAC,AM



SEPTIMA ESTAC,AM



OUTAVA ESTAC,AM



NONA ESTAC,AM



DECIMA ESTAC,AM



UNDECIMA ESTAC,AM



DUODECIMA ESTAC,AM




DECIMA QUARTA ESTAC,AM



ACTO DE
Veni Sancte Spiritus, &c.
Atto de Contrição de Frei Antonio das Chogas.

M Eu Deos do meu cora-
çam, & da minha alma,
da mi-

420 LADAINHA DE N.S.



K Yrie eleison.
 Christe eleison.
 kyrie eleison.
 Christe audi nos.
 Christe exaudi nos.
 Pater de Caelis Deus,
 Miferere nobis.
 AGA I Fili-

CONCIDERAC,ONS
 DAS LAGRIMAS.
 Que a Virgem S.N. derramox na
 Payxaõ de seu Filho Sãctissimo.



POR FREY LUIS DE SOUSA
 da Ordem de S. Domingos.

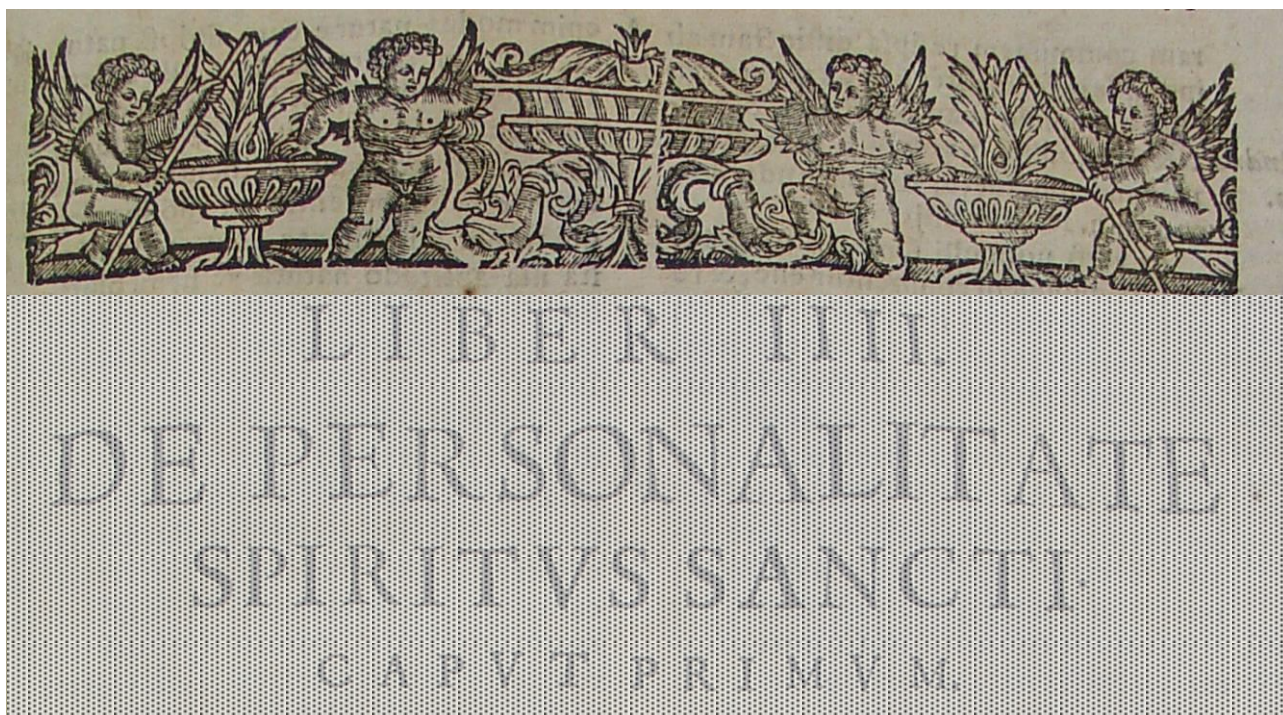
B. Os ornamentos tipográficos

Os ornamentos tipográficos que são utilizados pelas oficinas de Coimbra são, essencialmente de três tipos: os frisos utilizados, frequentemente, para abertura da obra ou de um capítulo; as gravuras, geralmente decoradas com motivos vegetalistas, utilizadas para preenchimento de espaços, como a inclusão de representações de cestos de plantas e flores no final dos capítulos; as pequenas vinhetas, de diversos padrões, que, pela sua combinação, à semelhança de mosaicos, permitem formar construções, que substituem, muitas vezes, os tipos de vinhetas que referimos anteriormente. Conforme veremos, há um gosto muito definido, ao longo do período em estudo, sobre as temáticas iconográficas utilizadas neste tipo de decoração, predominando o vegetalista, em detrimento de outros temas. Mesmo assim, há uma evolução, dada pelo desaparecimento da figura humana ou animal e, na segunda metade do século, pela estilização da figura vegetal e pela sua conjugação com o elemento geométrico.

Esta tendência acaba por conduzir à verificação de uma outra realidade, que se prende com a transmissão do material tipográfico: é frequente encontrar, na obra de um impressor, material tipográfico semelhante ao utilizado por um outro, o que significa que um deles cedeu esse material ao outro ou, pelo menos, que existia um padrão comum na produção de material tipográfico, fosse oriundo de um fornecedor comum, ou mandado copiar localmente.

1. Frisos gravados

Este tipo de ornamento encontra-se, frequentemente, a servir de cabeçalho, no alto da página, precedendo o início do texto de um capítulo do livro, mas pode encontrar-se, igualmente, a fechar um capítulo ou, simplesmente, a decorar um espaço em branco. Distinguem-se de outros que apresentaremos em seguida porque são constituídos por uma única peça e decorados com uma iconografia que combina elementos de diversos tipos, como se pode verificar no que abre o capítulo primeiro do livro III da obra *De gratia increata, et creata* [...], de D. João de Portugal, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1627:



F1. Dimensões do friso: c. A 31 X L 146 mm.

Anos antes, na impressão dos *Dialogos* [...], de D. Frei Amador Arrais, em 1604, Diogo Gomes de Loureiro utilizara um friso com o mesmo tipo de linguagem iconográfica, embora com um significado católico bem mais vincado, visto que, ao centro, aparece uma representação da Virgem Maria, rodeada por um panejamento, que é amparado por um anjo de cada lado; esta gravura aparece a abrir cada um dos *discursos* da obra, mas

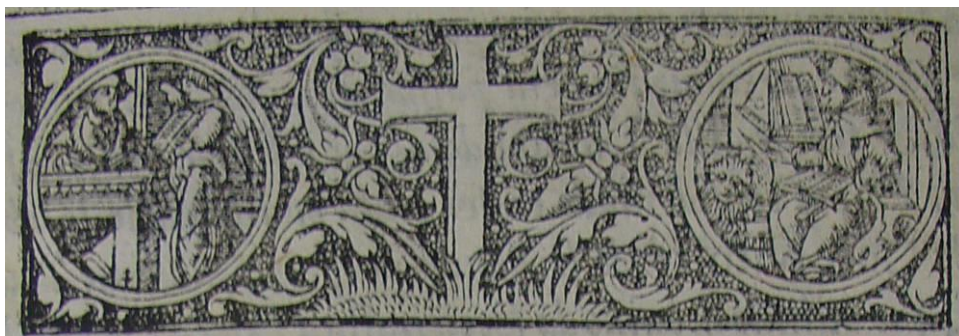


F2. Dimensões aproximadas A 30 X L105 mm.

quarenta anos mais tarde, na impressão do primeiro tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás.

na folha 258, no Diálogo Décimo, respeitante a Nossa Senhora, o impressor coloca uma moldura de pequenas vinhetas em volta do friso. Diogo Gomes de Loureiro manteve este friso na sua oficina, visto que volta a utilizá-lo

Manuel de Araújo, cujo início de actividade coincide, sensivelmente, com o da oficina de Diogo Gomes de Loureiro, possui um conjunto de materiais deste género que nos remete para oficinas anteriores. A mais perfeita destas composições abre a dedicatória ao arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, da *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impressa, por Manuel de Araújo, em 1604: representa uma cruz latina, de pé, ladeada por representações dos evangelistas São Mateus e São Marcos.



F3. Dimensões aproximadas A45XL135 mm.

Sabemos que esta gravura estava, em 1536, na oficina que os cónegos regantes de Santo Agostinho mantinham no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Ela foi colocada no rosto do *Liuro das constituyções & costumes que se guardam em o Moesteyro de Sancta Cruz de Coimbra*[...], (impresso na oficina desse mosteiro em 1536¹) juntamente com duas outras, compostas no sentido vertical: a da esquerda representa São João, o *discípulo amado*, e ostenta o monograma de Cristo; no da direita surge São Lucas e o nome *Maria*.

Um friso, de composição mais simplista, é utilizado pelo mesmo Diogo Gomes de Loureiro na abertura da página 48 da obra que imprimiu em 1606, dedicada pela Universidade de Coimbra ao recém-nascido príncipe de Espanha, D. Filipe Domingos Victor de Áustria, filho de D. Filipe III.



F4. Dimensões aproximadas: 21X89 mm.

¹ Cf. José Pacheco, *A divina arte negra* [...], pp. 170-171.

Nicolau de Carvalho, na sua oficina, manteve material tipográfico que tinha pertencido a oficinas anteriores, como a gravura que apresentamos em seguida, utilizada na *Opus de triplice uirtute theologica* [...], de Francisco Suarez, impressa em 1621:



F5. Francisco Suarez, *Opus de triplice uirtute theologica* [...], Nicolau de Carvalho, 1621, pág. 1
(Dimensões aproximadas: A65XL189 mm.).

Na realidade, esta gravura, utilizada como cabeçalho de página, precedendo o texto, fora utilizada em Lisboa, por Luís Rodrigues, na composição do rosto do *Libro de la verdad de la fe. Sin el qual no deue estar ningun christiano*, do bispo de Coimbra, D. João Soares, impresso em 1543 (reproduzido à direita)².

A utilização de gravuras deste tipo, se bem que não é rara, é frequentemente substituída pelo uso de tarjas compostas por vinhetas de pequenas dimensões, como veremos adiante. Esta situação limita, porém, o número de frisos utilizados como cabeçalho, e não é comum um tipógrafo utilizar mais que duas ou três gravuras desse tipo ao longo do período de actividade da sua oficina.



² Cf. José Pacheco, *A divina arte negra...*, pp. 194-195.

Por outro lado, a utilização de frisos gravados não permite determinar a gradação da importância das obras impressas, já que eles tanto aparecem em obras de maior vulto, como em simples sermões colocados no mercado a baixo preço. O que é um facto, é que algumas destas composições encontraram sucesso no gosto da época, como é o caso de um friso utilizado pela Viúva de Manuel de Carvalho, para abrir a *Orassam pathetica do descendimento da Cruz* [...], de Cristóvão de Fóios, impressa em 1669, que não era único:



F6. Cristóvão de Fóios, *Orassam Pathetica do Descendimento da Cruz* [...], Viúva de Manuel de Carvalho, 1669, pág. 1 (dimensões aproximadas: A23XL105 mm.).



F7. José de Faria Manuel, *Sermam no officio dos defuntos* [...], João Antunes, 1692, pág. 5 (dimensões aproximadas: A25XL111 mm.).

O primeiro friso pertence à oficina da Viúva de Manuel de Carvalho e, não obstante as semelhanças com o segundo, há claras diferenças, começando pela flor em que se inscreve o monograma dos jesuítas, mas passando também pela fisionomia das personagens sentadas e pela própria representação dos motivos vegetalistas. O segundo friso foi utilizado por João Antunes, que o colocou na página 5 do *Sermam no officio dos defuntos* [...], de José de Faria Manuel, impresso em 1692.

Nesse ano, esse tipógrafo imprime dois sermões - o *Sermam da Virgem Maria* [...], de António Pinto da Cunha, e o referido *Sermam no officio dos defuntos* [...] - onde demonstra que, na sua oficina, existia mais do que um friso com uma decoração semelhante:



F8. António Pinto da Cunha, *Sermam da Virgem Maria* [...], João Antunes, 1692, pág. 1 (Dimensões aproximadas: A25XL119 mm.).



F9. José de Faria Manuel, *Sermam no officio dos defuntos* [...], João Antunes, 1692, pág. 3
(dimensões aproximadas: A25XL123 mm.).

Conforme se pode observar, temos novamente duas composições que utilizam a mesma linguagem iconográfica e volumetria semelhante, mas com substanciais diferenças de representação figurativa; em comum, os quatro frisos revelam uma deficitária capacidade técnica por parte do artista que os abriu na madeira. José Ferreira, na sua oficina, possuía, também, um friso semelhante que, mais uma vez, apresenta diferenças, como o tratamento do caule do florão, no canto inferior direito (entre outras diferenças):



F10. Miguel de Reinoso, *Obseruaciones* [...], José Ferreira, 1675, pág. 252 (Dimensões aproximadas: A25XL121 mm.)

José Ferreira, no entanto, utiliza este friso no encerramento de páginas, preenchendo espaços vazios, como acontece nas páginas 252 e 284 das *Observationes* [...], de Miguel de Reinoso, impressas em 1675.

Temos, assim, um conjunto de ornamentos cuja utilização seria muito apreciada no último quartel do século XVII, mas que podem levar-nos a uma reflexão: haverá razões para acreditar que possamos estar em presença de contrafacções? É uma questão legítima que se pode colocar, nomeadamente no que diz respeito ao *Sermam no officio dos defuntos* [...], de José de Faria Manuel, impresso por João Antunes, em 1692. Com efeito, encontramos dois frisos que podem tratar-se de cópias posteriores de ornamentos utilizados nesta época, destinados a justificar uma contrafacção; as razões para esta convicção prendem-se com o facto de, aparentemente, João Antunes dispor, na sua oficina, de dois frisos muito semelhante, como vimos; por outro lado, os dois frisos que vimos no referido *Sermam no officio dos defuntos* [...], são diferentes dos outros que vimos noutras oficinas. Assim, a edição das *Obseruationes* [...], de Reinoso, atribuída a José Ferreira, poderia ser uma contrafacção de final do século, na qual foi colocada a data de 1675?.

Outros frisos mostravam uma composição mais elaborada e uma execução mais cuidada, como o que surge na página 1 das *Margens da syntaxe* [...], de João Nunes Freire, impressas pela Viúva de Manuel de Carvalho, em 1676:



F11. João Nunes Freire, *Margens da syntaxe* [...], Viúva de Manuel de Carvalho, 1676, pág. 1
(dimensões aproximadas: A31XL116 mm.)

A linguagem utilizada neste friso remete-nos para épocas bem mais recuadas, nomeadamente pela técnica do uso do fundo negro e pelo tratamento dado aos elementos fitomórficos, provavelmente ao século anterior. Na época que tratamos, os elementos decorativos são, frequentemente, inscritos num fundo branco, conforme os exemplos que apontamos abaixo:



F12. António Cardoso do Amaral, *Liber utilissimus, et aduocatis* [...], Manuel Dias, 1685, pág. 1 (dimensões aproximadas: A34XL145 mm.).



F13. António Cardoso do Amaral, *Liber utilissimus, et aduocatis* [...], José Ferreira, 1695, pág. 1 (dimensões aproximadas: A38XL160 mm.).

O segundo friso pertencia à oficina de José Ferreira, que o utilizou nas páginas iniciais do texto das *Observationes* [...] de Miguel Reinoso, impressas em 1675, e novamente no *Liber utilissimus* [...], de António Cardoso do Amaral, impresso em 1695. O primeiro, foi utilizado na edição desta última obra impressa por Manuel Dias, uma década antes, em 1685; aparentemente, é a mesma gravura utilizada por João Antunes, em 1699, para a composição da primeira página de texto do *Opusculum de priuilegijs familiarium* [...], de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, bem como da página de abertura de cada livro do *Tractatus de recusationibus* [...], do mesmo autor, que adiante se reproduz:

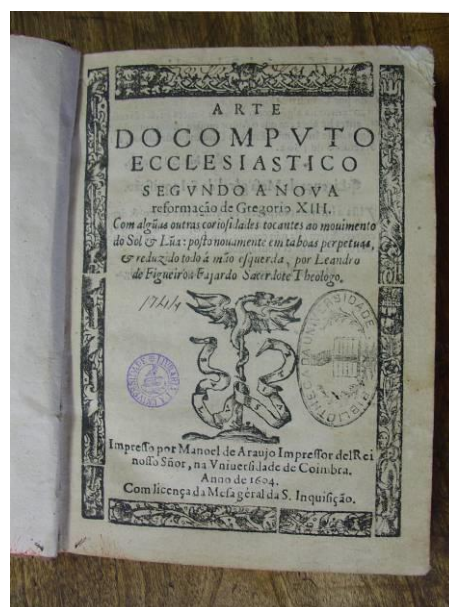
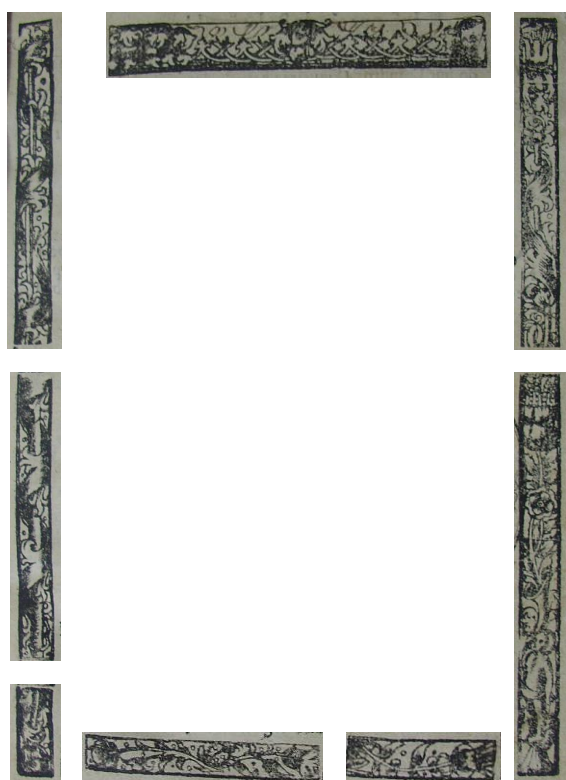


Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, *Tractatus de recusationibus* [...], João Antunes, 1699, pág. 1 (dimensões aproximadas: A34XL145 mm.).

2. Tarjas

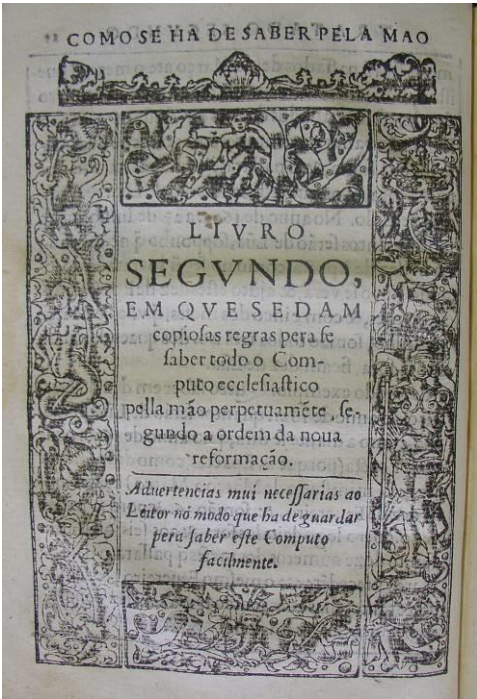
Entre o material utilizado pelos impressores seiscentistas, havia sempre um conjunto de tarjas, que eram utilizadas para diversos fins: para compor filetes, que emolduravam as folhas de rosto dos livros; como frisos decorativos, para abrir ou encerrar textos; para preencher espaços em branco. Na prática, as tarjas eram, sobretudo, materiais para decoração dos livros impressos, consistindo em pequenos blocos de madeira de formato paralelepípedico, onde se abriam elementos fitomórficos que se conjugavam, por vezes, com figuras zoomórficas, antropomórficas e, até, fantásticas.

A sua longevidade seria maior que a das capitulares decoradas, já que se procedia frequentemente ao seu reaproveitamento: quando uma tarja se partia, era cortada de modo a poder ser utilizada numa nova composição. Exemplo desta prática é o rosto da *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impresso, em 1604, na oficina de Manuel de Araújo (em baixo). A folha é enquadrada por uma moldura composta por diversos restos de tarjas, que, provavelmente, se tinham partido por causa do uso e, por isso, foram cortadas. O esquema desta montagem é apresentado a seguir, de modo a perceber-se, com maior evidência, o trabalho de composição que foi elaborado.



Algumas das páginas da mesma obra foram, igualmente, compostas com tarjas deste tipo, conforme se verifica na primeira página do Livro Segundo, *em que se dam copiosas regras pera se saber todo o Computo ecclesiastico pella mão perpetuamente, segundo a ordem da noua reformation.* Aqui se utilizam quatro tarjas para compor a moldura do título do livro, que é coroada por uma outra gravura, aproveitada a partir de uma portada que se terá partido.

Deste modo, só na *Arte do computo ecclesiastico* [...], encontramos diversas tarjas procedentes de oficinas activas no século anterior, das quais foi possível identificar algumas.



Rosto						
T1 L9XA79 mm.	T2 L9XA76 mm.	T3 L9XA22 mm.	T4 L9XA83 mm.	T5 L9XA94 mm.	T6 L10XA63 mm.	T7 L9XA34 mm.



Corpo da obra			
T8 A94XL15 mm.	T9 A158XL25 mm.	T10 A158XL25 mm.	T11 A27XL67 mm.



T12
A25XL67 mm.



A maior parte destas tarjas não foram abertas propositadamente para a oficina de Manuel de Araújo e, efectivamente, algumas estariam cortadas há quase um século. É o caso das tarjas 1 e 4, que foram utilizadas para compor o rosto de uma edição do *Regimento de como os contadores das comarcas ham de prouer sobre as capelas [...]*, impresso em Lisboa, por Luís Rodrigues, em 1539³; na realidade, já nesta data elas tinham sido cortadas. Outras tarjas utilizadas na composição desta folha de rosto são encontradas na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, que as utiliza nos *Dialogos*

³ Cf. José Pacheco, *A divina arte negra e o livro português séculos XV e XVI*, pp. 134-135; Helga Jüsten, *Incunábulos [...]*, pp. 285-286, 470).

[...], de D. Frei Amador Arrais, impressos em 1604, e novamente, em 1606, a abrir a *Iornada do Arcebispo de Goa* [...]:



T13. Dimensões aproximadas: A21XL127 mm.

Ao longo destes noventa anos, esta tarja pertenceu à oficina de Luís Rodrigues, de Lisboa, que a utilizou, em 1543, na impressão de *Las obras de Boscan. y algunas de Garcilasso de la Vega repartidas en quatro libros*.⁴ No rosto desta obra, encontra-se, também, a tarja que apresentámos com o número 12, o que nos permite duas conclusões: em primeiro lugar, que algum do material tipográfico utilizado em Coimbra ao longo da segunda metade do século XVI e no século XVII veio de Lisboa; em segundo lugar, é provável que parte do material tipográfico tenha vindo de França, trazido por Luís Rodrigues, quando se deslocou a Paris para comprar equipamento para a oficina que tencionava fundar em Lisboa. Anne Anninger refere esta viagem de Luís Rodrigues, entre os anos de 1538 e 1539, durante a qual terá comprado, entre outros materiais, umas tarjas representando insectos, pássaros e flores que tinham sido utilizadas pelo impressor francês Simon du Bois, quando imprimiu a *Hore in laudem beatissime virginis Mariae*, em Paris, no ano de 1527, à custa de Geofroy Tory⁵.

Algumas das tarjas a que se refere Anne Anninger passaram para Coimbra, como a própria autora refere: em 1549 e 1550, elas encontram-se na oficina de João Álvares e João de Barreira, impressores da Universidade. Só que isto traz-nos outra questão: seria algum deste material a *caixa de conter letras* e as *letras velhas* de que falava o contrato que fez de Nicolau de Carvalho impressor privilegiado da Universidade de Coimbra? Talvez seja esta a justificação para o aparecimento de várias tarjas na oficina de Nicolau de Carvalho que tinham pertencido a Luís Rodrigues:

⁴ Cf. José Pacheco, *A divina arte negra e o livro português séculos XV e XVI*, pp. 196-197.

⁵ Cf. Anne Anninger, «Un oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º 1-2, Janeiro-Dezembro 1983, pp. 206-208.



T14. Dimensões aproximadas: A21XL127 mm.



T15. Dimensões aproximadas: A21XL127 mm.

Ambas as tarjas foram colocadas na obra de Francisco Suarez, *Opus de triplice uirtute theologica* [...], dada à estampa por Nicolau de Carvalho, em 1621, respectivamente como cabeçalho do índice inicial e da folha 3. Sabemos que outras gravuras chegaram à oficina de Nicolau de Carvalho, depois de pertencerem a Manuel de Araújo, mas isso não inviabiliza a hipótese de este material ter, efectivamente, pertencido à antiga imprensa da Universidade de Coimbra, para cuja fundação foram contratados os impressores João Álvares e João de Barreira, que trabalharam associados durante algum tempo.

Voltando às tarjas de Manuel de Araújo, Anne Anninger defende que o *Regimento dos contadores das comarcas* [...] a que nos referimos acima não poderá ter sido impresso em 1514, porque nele se empregam algumas das tarjas trazidas por Luís Rodrigues de Paris⁶. A tarja que apresentámos com o número 8, que em 1604 se encontrava na oficina conimbricense de Manuel de Araújo, pertencerá a este conjunto; as seguintes (T9 a T15) podem ter sido, igualmente, trazidas de França, mas não encontrámos até agora dados que o permitam afirmar categoricamente. De qualquer forma, permite colocar hipóteses sobre a origem de outras tarjas, que foram utilizadas por vários impressores, no início do século XVII.

Alguns deste material resultou da acção das prensas tipográficas sobre elementos de maior dimensão, como as portadas, utilizadas maioritariamente para compor as folhas de rosto dos livros impressos. O uso levou a que algum deste material se partisse, sendo reaproveitado para a construção de novas composições.

⁶ Cf. Anne Anninger, «Un oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º 1-2, Janeiro-Dezembro 1983, pág. 208.

Na imprensa de Coimbra, no início do século XVII, encontramos alguns exemplos de materiais aparentemente resultantes do corte de molduras deste tipo, que verificámos que já tinha sido efectuado há décadas. Tal é o caso dos elementos seguintes, todos com as dimensões aproximadas de 17 milímetros de altura e 97 de largura:



T16

Manuel de Araújo, 1604
Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico*



T17

Manuel de Araújo, 1604
Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico*



T18

Manuel de Araújo, 1604
Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico*



T19

Nicolau de Carvalho, 1621
Francisco Suarez, *Opus de triplice uirtute theologica* [...]

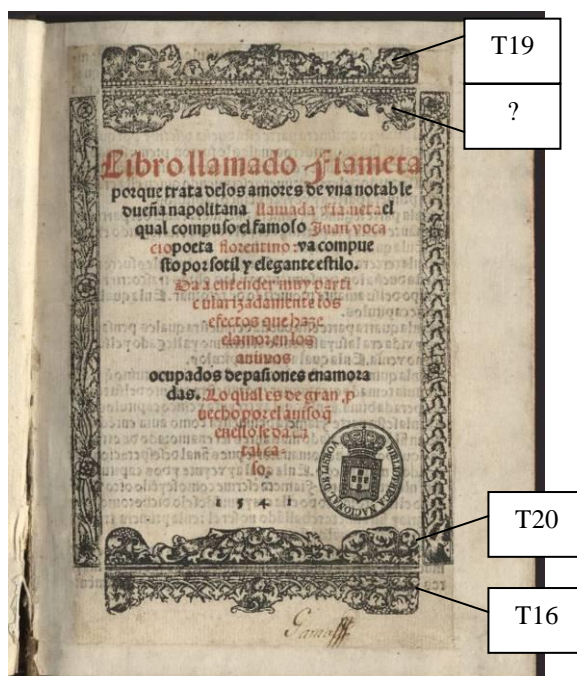
Nicolau de Carvalho, 1627
Gregório Baptista, *Annotationum* [...]



T20

Nicolau de Carvalho, 1627
Gregório Baptista, *Annotationum* [...]

À direita indicam-se as obras em que encontrámos os respectivos materiais, bem como os impressores que os utilizaram. Em relação às duas primeiras tarjas, podemos facilmente encontrar um padrão comum, de modo que nos será permitido afirmar que foram cortadas a partir da mesma moldura - seria uma superior e outra inferior? Nas restantes, as semelhanças são grandes, mas não tão evidentes que permitam emparelhá-las, tanto mais que elas são três e, por isso, faltará o par de uma delas. A tarja em falta deverá ser a que aparece no rosto do *Libro llamado fiameta* [...], dado à estampa por Luís Rodrigues



em 1641, em Lisboa; no rosto dessa obra, aparecem três das cinco tarjas apresentadas, conforme a indicação ao lado.

Outras tarjas, de dimensões mais pequenas, foram utilizadas, ao menos, por Manuel de Araújo e por Nicolau de Carvalho:



T21

Manuel de Araújo, 1604

Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico* [...], 1604

T22

Nicolau de Carvalho, 1614

Pronostico [...], 1614, fl. [1v.º] (fim das licenças)

Nicolau de Carvalho, 1627

Gregório Baptista, *Annotationum* [...], 1627



T23

Nicolau de Carvalho, 1614

Pronostico [...], 1614, fl. [2v.º] (prólogo)



T24

Manuel de Araújo, 1604

Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico* [...], 1604

Nicolau de Carvalho, 1616

Historia da India [...], 1616



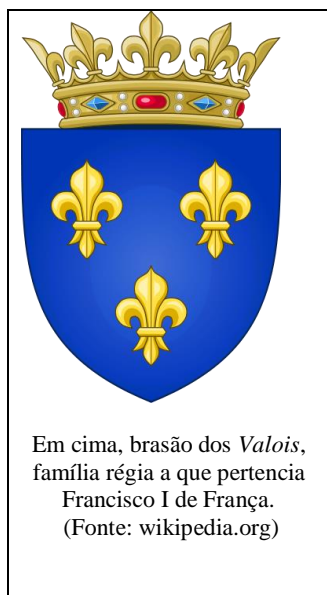
T25

Manuel de Araújo, 1604

Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico* [...], 1604



Estas pequenas gravuras, utilizadas em Coimbra para rematar espaços em branco no final dos capítulos dos livros, têm uma história para contar: se bem que não estamos em condições de



estabelecer uma relação com a oficina de Luís Rodrigues, não há dúvida que elas vieram de França, abertas na década de 1520. Nelas se representam diversas insígnias respeitantes

à Casa Real de Francisco I; efectivamente, logo na tarja T21 reconhecemos o brasão deste rei de França, devidamente coroadado: um escudo meado em que aparece, à esquerda, a flor-de-lis dos *Valois*, dinastia que lhe antecedeu; à direita, surge a cruz branca dos *Savoie* (Sabóia), família do próprio Francisco I. A tarja T24 mostra o selo usado por Francisco I, enquanto rei de



Selo de Francisco I de França
(fonte:
<http://e.wikipedia.org/w/index.php>)

França: a salamandra coroadada.

Temos, ainda, duas gravuras com as iniciais L e F (T22 e T23 respectivamente). Se no caso da segunda letra, um F, não temos dúvidas em reconhecê-la como correspondente ao nome de Francisco, já temos algumas dúvidas em relacionar o L com um nome. Mas, habitualmente, atribui-se a letra L a D. Luísa de Sabóia, mãe de Francisco, que, pelo menos duas vezes, foi regente de França (em 1515-16, e novamente em 1525-26, por ocasião das campanhas de Francisco I em Itália). A duquesa de Angoulême usaria as armas de Sabóia, nomeadamente o escudo de armas com a cruz branca sobre fundo vermelho, às quais poderia ter acrescentado as armas dos *Valois*.

Ora a gravura com a letra L é utilizada por Tory na *Hore in laudem beatissime virginis Mariae*, que referimos anteriormente, impressa em Paris, no ano de 1527. Aparentemente, o problema fica resolvido, sendo a gravura dedicada a Luísa de Sabóia.


Estas gravuras terão sido trazidas de Paris por Luís Rodrigues, juntamente com o restante material tipográfico, em 1538-1539. Em Lisboa, algumas tarjas parecem ter sido usadas por Germão Galharde, entre os anos de 1540-1541, como é o caso específico da tarja com a inicial L, que aparece no rosto da *Regra e statutos da ordem de Santiago*., por ele impressa em 1540. As tarjas com figuras de insectos e plantas aparecem em outras obras impressas por Galharde ao longo desses




anos, mas não vimos, até agora, qualquer utilização da gravura com o escudo de armas ao longo das décadas seguintes.

Provavelmente, nunca terá sido utilizada nas obras impressas, simplesmente porque Francisco I era, ainda, rei de França. A morte do monarca (31 de Março de 1547) coincidiu *grosso modo* com a passagem do material tipográfico para Coimbra, levado por João de Barreira e João Álvares - elas já estavam nessa cidade em 1549-1550, como vimos. Luís Rodrigues não as terá utilizado mais cedo (ou, se as utilizou, foi muito raramente) porque o rei de França estava ainda vivo - é compreensível que os tipógrafos activos em Portugal, contemporâneos de Francisco I, não colocassem as armas do rei de França nas obras que imprimissem.

Porém, no período que estudamos (século XVII), tinham já passado mais de cinquenta anos sobre a morte do rei e setenta sobre a criação das gravuras; provavelmente, já ninguém sabia o significado do F e do L coroados, nem da salamandra cuspidor de fogo. Deste modo, os impressores que detinham as gravuras começaram a utilizá-las - e a impressão feita com as gravuras aparece tão perfeita como se elas fossem novas. Não seriam novas, mas tinham sido utilizadas muito poucas vezes...

As tarjas utilizadas por impressores de Coimbra, neste período, não se esgotam por aqui. Diogo Gomes de Loureiro, por exemplo, dispunha de um conjunto de tarjas com elementos decorativos mais heterogéneos:

<p>T26 A8XL100 mm.</p>	
<p>T27 A8XL98 mm.</p>	
<p>T28 A8XL100 mm.</p>	
<p>T29 A9XL66 mm.</p>	

T30 A17XL101 mm.	
T31 A24XL77 mm.	
T32 A17XL69 mm.	
T33 A24XL74 mm.	
T34 A17XL107 mm.	

Origem das tarjas	
T26	<i>Augustissimo Hispaniarum Principi</i> [...], 1606, fls. [3], 10 Amador Arrais, <i>Dialogos</i> , 1604, pág. 235v.º
T27	<i>Augustissimo Hispaniarum Principi</i> [...], 1606, fl. 42
T28	<i>Augustissimo Hispaniarum Principi</i> [...], 1606, fl. []
T29	<i>Augustissimo Hispaniarum Principi</i> [...], 1606, fl. 56
T30	Amador Arrais, <i>Dialogos</i> , 1604, pág. 103
T31	António de Gouveia, <i>Iornada do arcebispo</i> [...], 1606, pág. 152

Origem das tarjas	
T32	Leão de São Tomás, <i>Benedictina lusitana</i> , Tomo I, 1644, pág. 565 Aparece também: Leão de São Tomás, <i>Benedictina lusitana</i> , Tomo II, Coimbra: Manuel de Carvalho, 1651, pág. [] (fim do “cathalogo”)
T33	Amador Arrais, <i>Dialogos</i> , 1604, pág. 33
T34	António de Gouveia, <i>Iornada do arcebispo</i> [...], 1606, pág. 73

A obra de Manuel de Carvalho é pobre na utilização deste tipo de materiais, mas no segundo tomo na *Benedictina Lusitana*, de Leão de São Tomás, impresso em 1651, aparece uma pequena tarja com motivos vegetalistas que já havia sido utilizada por Diogo Gomes de Loureiro, na impressão do primeiro tomo.

Nicolau de Carvalho dispunha de outras tarjas que seriam do mesmo grupo que as tarjas 14 e 15, mas de menores dimensões:

	
T35 Gaspar Cardoso de Sequeira, <i>Pronostico</i> [...], 1614, fl. [5v.º] (prólogo) (A23XL60 mm.)	T36 Gregório Baptista, <i>Annotationum</i> [...], 1627, fl. 6v.º (A23XL60 mm.)

Na segunda metade do século XVII, a utilização de tarjas gravadas não é tão comum. Ainda assim, há alguns casos a mencionar, como a que Manuel Dias utiliza no fim do índice do *Liber utilissimus et aduocatis* [...], de António Cardoso do Amaral, impresso em 1685 (T37).



T37. António Cardoso do Amaral, *Liber utilissimus* [...], Manuel Dias, 1685, [final do *Index*] (A45XL137 mm.)

Há, ainda, uma gravura que pode pertencer ao lote de material trazido por Luís Rodrigues de França; porém, a nossa suposição baseia-se somente na flor-de-lis apresentada na couraça colocada no centro da composição. Por outro lado, há duas fitas com inscrições latinas («DEVS. / SPES MEA / COGITA MORI»), um motivo que não aparece em



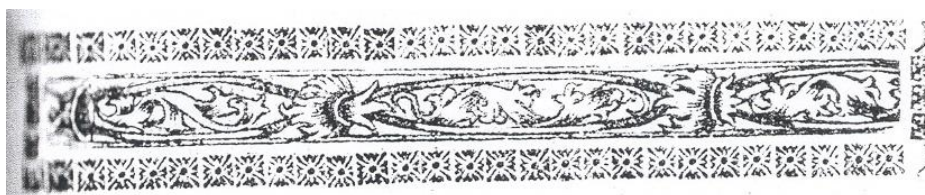
T38. António Correia, *Sermam [...] na solemnidade [...] a seu Sancto Patriarcha o Beato Caietano [...]*, Tomé Carvalho, 1672, pág. 36 (A23XL60 mm.).

qualquer uma das outras tarjas. Esta gravura aparece na abertura do *Sermam [...] na solemnidade [...] a seu Sancto Patriarcha o Beato Caietano [...]*, de Frei António Correia, impresso, em 1672, por Tomé Carvalho.

O mesmo impressor, no *Sermam na canonizaçam do gloriozo de São Francisco de Borja. [...]*, de D. Gaspar dos Anjos, impresso em 1672, utiliza uma tarja que vimos na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, à qual atribuímos o número 39. Mas ela transita para Rodrigo de Carvalho Coutinho, um impressor de actividade muito curta que aparece, precisamente, em 1672. No ano seguinte, coloca uma composição a abrir o *Sermam que o doutor Hyeronimo Ribeyro de Carvalho [...] pregou em o Collegio de Santo Antonio da Pedreira [...]*, baseada na mesma tarja emoldurada por pequenas vinhetas.



T39. Tarja do *Sermam na canonizaçam do gloriozo de São Francisco de Borja. [...]*, de D. Gaspar dos Anjos, impresso em 1672, por Tomé Carvalho (A9XL100 mm.).









T40. Tarja do *Sermam que o doutor Hyeronimo Ribeyro de Carvalho [...] pregou em o Collegio de Santo Antonio da Pedreira [...]*, impresso em 1673, por Rodrigo de Carvalho Coutinho.

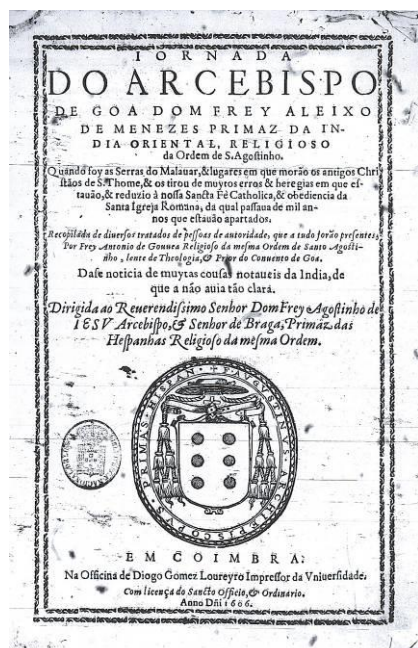
3. Vinhetas para composição

Entendemos por vinhetas para composição todas aquelas que se destinam à construção de elementos para a decoração de livros, através de uma conjugação entre elas, à semelhança de um mosaico. Quase todos os impressores da Coimbra seiscentista possuíam vários conjuntos de vinhetas deste tipo, que, muitas vezes, substituíam os frisos, tarjas ou gravuras no preenchimento de espaços vazios, ou na decoração dos livros impressos.

Um ponto interessante é o facto de que um dos primeiros impressores a aparecer, com oficina própria, na cidade, no século XVII, aparentemente não possuía vinhetas deste género: Manuel de Araújo.

Não obstante, o seu contemporâneo Diogo Gomes de Loureiro detinha vários conjuntos diferentes:

					
DGL1 A11XL2 mm.	DGL2 A7XL11 mm.	DGL3 A4XL5 mm.	DGL4 A7XL8 mm.	DGL5 A5XL5 mm.	DGL6 A5XL4 mm.

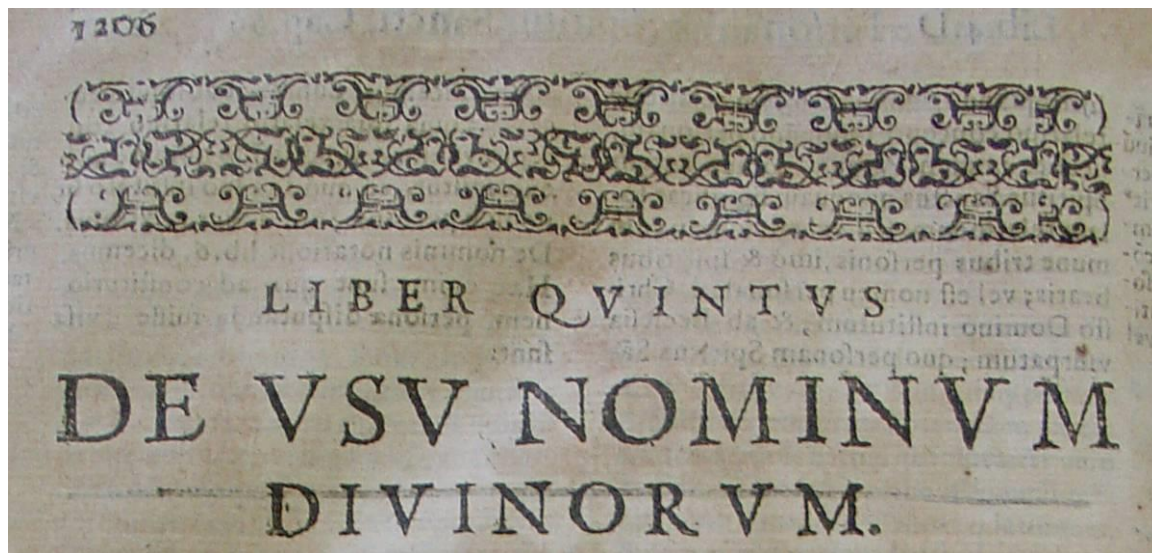


Na verdade, a vinheta mais antiga que apresentamos (DGL1) só foi identificada numa obra, utilizada para compor a moldura do rosto da *Iornada do arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes* [...], impressa em 1606; no interior da obra, porém, os frisos e tarjas utilizados são todos gravados num só bloco. Assim, parece que este tipo de material só começa a ser utilizado com maior dinamismo na década seguinte: temos a presença de uma vinheta deste género numa obra impressa em 1612, nomeadamente a DGL2, presente no *Tractatus de legibus* [...], de Francisco Suarez; do mesmo autor, Diogo Gomes de Loureiro imprime, em 1613, a *Defensio fidei catholicae* [...], onde emprega os grupos de vinhetas DGL3 e DGL4.

O grupo de vinhetas DGL2 parece ser o mais utilizado, sobretudo a partir de 1618; aparentemente, a sua utilização não ultrapassa a década de trinta na oficina de Diogo Gomes

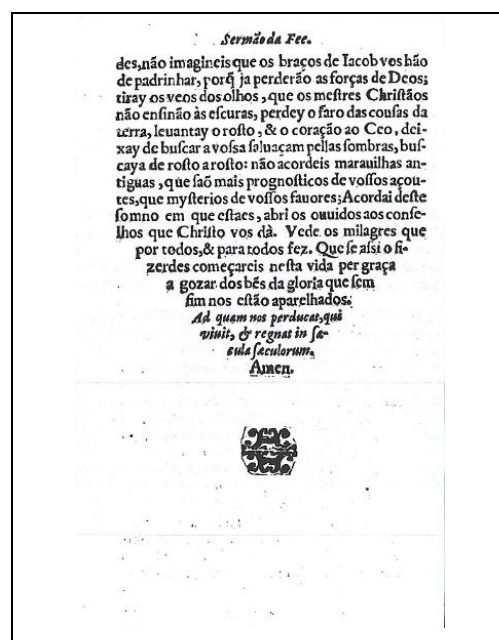
de Loureiro, sendo o *Manuale Missalis Romani* [...], impresso em 1634, a última, ou uma das últimas obras em que aparece.

As vinhetas do grupo DGL4 parecem não ter ido além de 1627, mas um conjunto semelhante começa a ser utilizado por Manuel Dias, algumas décadas depois, como veremos adiante.



João de Portugal, *De gratia increata, et creata* [...], Diogo Gomes de Loureiro, 1627, fl. 1206.
Dimensões do friso: A28XL150 mm.

O conjunto denominado DGL5 é empregue na constituição de frisos tipográficos a partir de 1626; precisamente neste ano, estas vinhetas surgem no *Poeticum certamine* [...], em homenagem à Rainha Santa Isabel, canonizada no ano anterior; em 1648, quando a oficina de Diogo Gomes de Loureiro encerra a sua actividade, elas ainda são utilizadas na impressão de duas obras: o *Proprium missarum de sanctis ordinis S. P. Benedicti* [...]; e o *Lilium inter spinas* [...], de Sebastião de Novaes.



Página final do *Sermão da Fee* [...], pregado por Manuel Costa Soares, e impresso, por Diogo Gomes de Loureiro, em 1627, rematada por uma pequena composição de vinhetas de tipo DGL4.



Quanto ao conjunto DGL6, só foi identificado numa obra, impressa em 1631: no *Officium S. Elisabeth Reginae Portugalliae* [...], tendo o tipógrafo usado estas vinhetas para compor uma moldura que enriquece visualmente o rosto da obra, apesar de este conter, igualmente, as armas da Rainha Santa.

Rosto do *Officium S. Elisabeth Reginae Portugalliae* [...], impresso por Diogo Gomes de Loureiro em 1631.

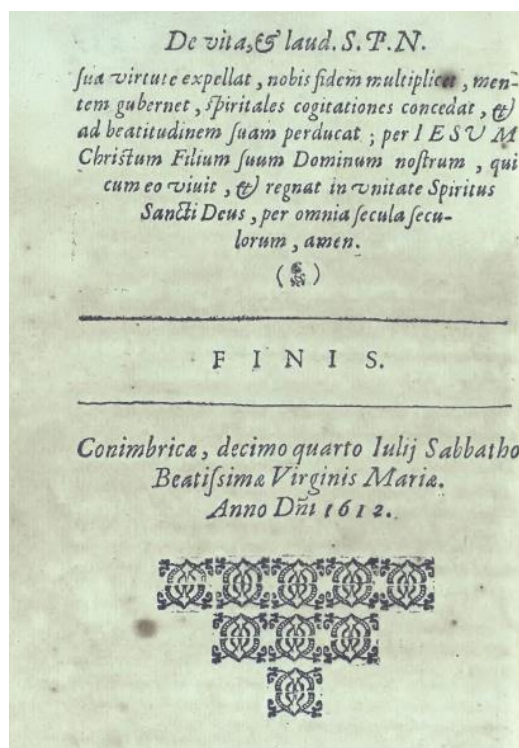


Dimensões aproximadas: A10XL96 mm.

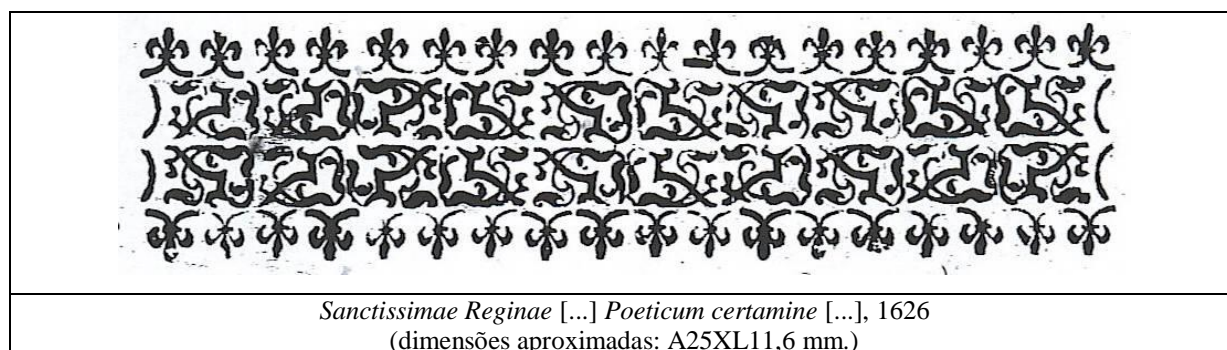
Diversas composições utilizando as vinhetas de tipo DGL3, presentes na obra *De vita et laudibus* [...], impressa por Diogo Gomes de Loureiro em 1612. Em cima: friso utilizado no início das licenças e no início do prefácio dirigido aos agostinhos; em baixo: friso do início da dedicatória. À direita: última folha da obra, apresentando o cólofon, seguido de uma composição de formato triangular utilizando as mesmas vinhetas.



Dimensões aproximadas: A23XL96 mm.



Dimensões aproximadas da composição de vinhetas: A35XL60 mm.



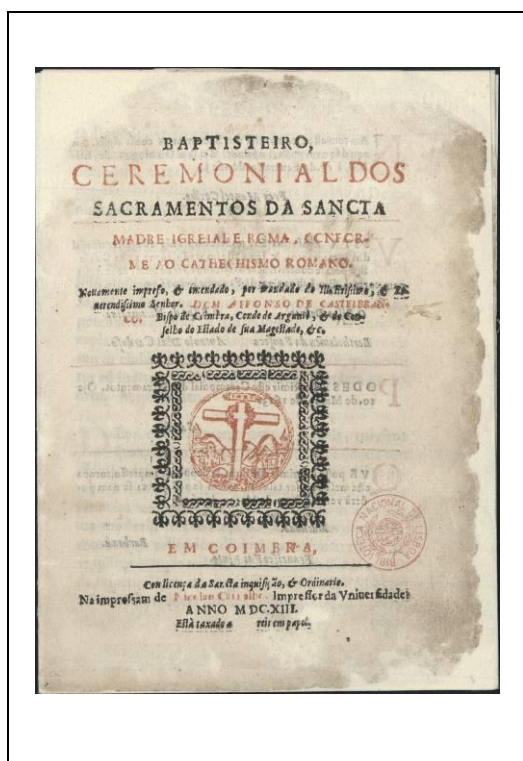
As vinhetas utilizadas por Nicolau de Carvalho, ao longo do seu percurso de titular de uma oficina tipográfica, são semelhantes às que vimos na oficina de Diogo Gomes de Loureiro; não obstante, há algumas utilizadas somente por Nicolau de Carvalho, como é o caso da vinheta identificada como NC4, que esteve na oficina, pelo menos, entre 1617 e 1626.

NC1 A5XL5 mm.	NC2 A5XL4 mm.	NC3 A5XL5 mm.	NC4 A6X12mm ¹	NC5 A5XL6 mm. ²	NC6 A9XL2 mm.

A vinheta NC2 é a mais semelhante às utilizadas por Diogo Gomes de Loureiro, que havíamos identificado como DGL3, aparecendo, por exemplo, a enquadrar as folhas de rosto da *Historia da India [...]*, de António Pinto Pereira (cuja edição aqui apresentada é a de 1617) e das *Aduertencias ao jubileu do anno de mil e seiscentos e vinte. [...]*, ordenadas pelo bispo da cátedra portuense, D. Rodrigo da Cunha.

¹ Só aparece no *Jardim de Portugal [...]*, de Luís dos Anjos, impresso em 1626, pp. 158, 258, 328, 416, 447, 469, 503, 518, 571, 612; também na *Historia da India [...]*, de António Pinto Pereira, impressa em 1617.

² Idem, *Ibidem*, pp. 475, 478, 563.



Mas Nicolau de Carvalho utiliza, também, outras vinhetas, cujo padrão será identificado mais tarde; algumas delas tiveram, aliás, bastante projecção nas oficinas de tipógrafos posteriores. Ao lado, apresenta-se a edição do *Baptisterio, ceremonial dos sacramentos* [...], que Nicolau de Carvalho deu à estampa, em 1613, colocando, no rosto, uma composição em que se destaca a moldura dupla formada por vinhetas: no interior com entrançados (NC6) e no exterior com a flor-de-lis mais simples (NC1). Uma conjugação diferente de vinhetas tipográficas é feito em frisos, como o que Nicolau de Carvalho construiu para iniciar a dedicatória da *Opus de triplice uirtute theologica*

[...], de Francisco Suarez, impressa em 1621, tendo emoldurado duas linhas de vinhetas de tipo NC2 com vinhetas de tipo NC1, rematando a composição, exteriormente, por uma linha que a circunda.



Francisco Suarez, *Opus de triplice uirtute theologica* [...], 1621 (dedicatória)

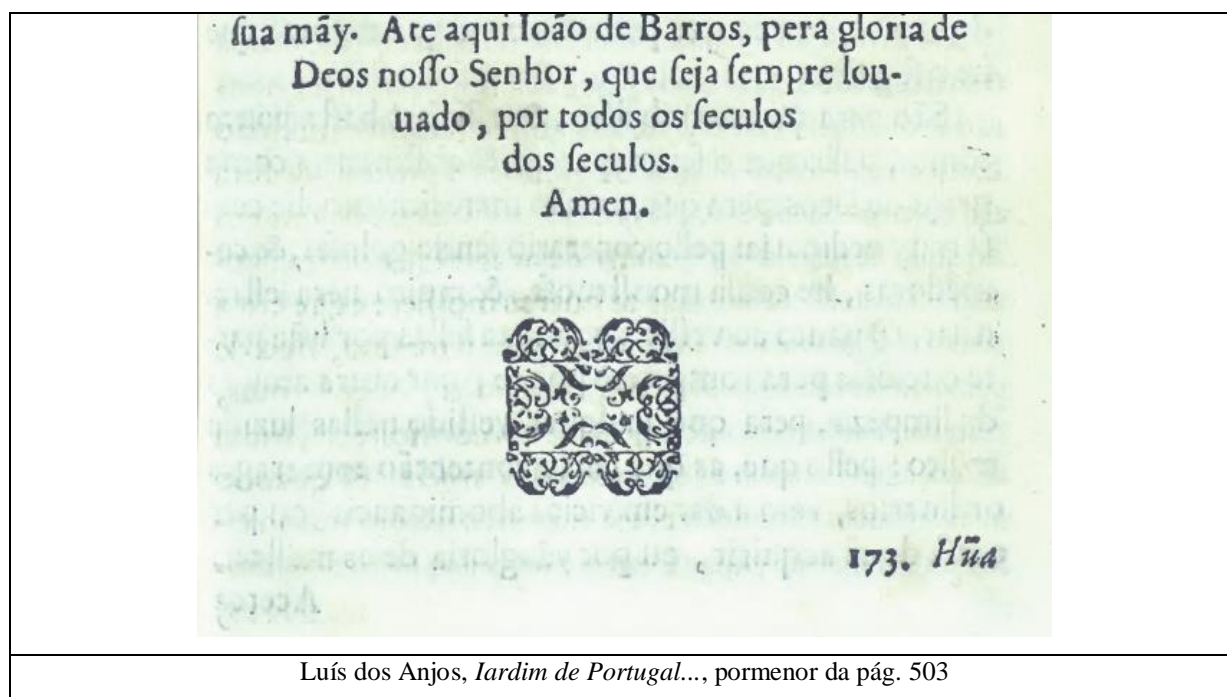


Gregório Baptista, *Annotationum* [...], 1627 (dedicatória)





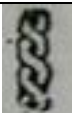
Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal* [...], 1626

Na obra tipográfica de Nicolau de Carvalho, aparecem mais dois tipos de vinhetas: a NC3 é uma variante da NC1, mas apresenta linhas em que a decoração se torna mais exuberante através da introdução de um maior número de pormenores; a NC5 parece ter aparecido na oficina de Nicolau de Carvalho, talvez na segunda metade da década de vinte, mas encontrará a sua maior expansão nas obras de outros tipógrafos conimbricenses, activos na segunda metade do século.

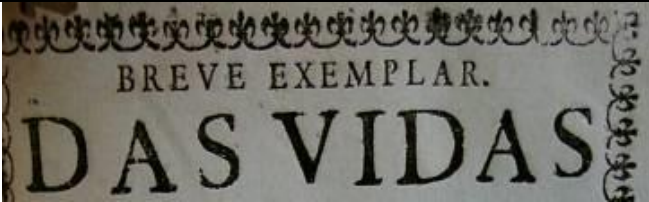
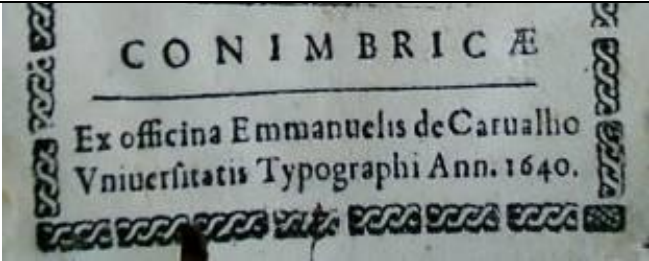



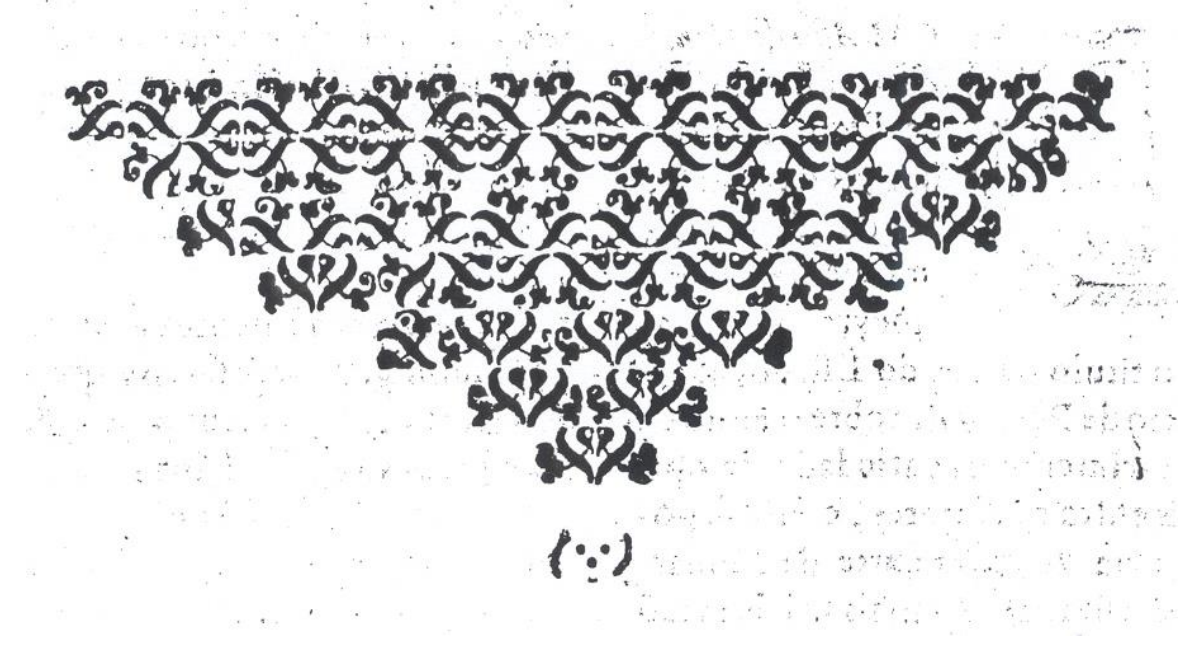
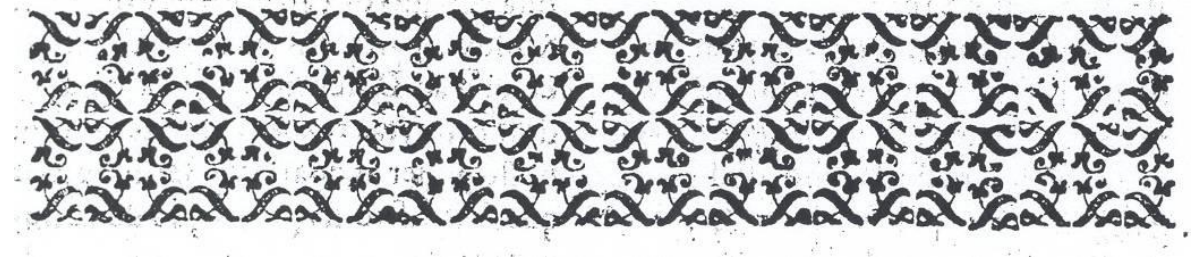
Manuel de Carvalho, ao herdar a oficina do pai, torna-se proprietário de todo este material, com o qual desenvolve quase toda a sua carreira; a única incorporação de material que pode ter existido, teria sido feita após a alegada aquisição da oficina de Diogo Gomes de Loureiro por Tomé Carvalho. Algum do material transaccionado pode ter sido cedido a Manuel de Carvalho para imprimir algumas obras nos últimos anos da sua carreira, como o que se refere ao segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás. Assim, este segundo tomo ficaria com um trabalho semelhante ao que Diogo Gomes fizera com o primeiro tomo da obra, em 1644.

No geral, porém, todo o material usado por Manuel de Carvalho veio da oficina do pai, conforme se pode atestar pelas vinhetas que utiliza, já conhecidas quando estudámos a obra de Nicolau de Carvalho:

		
MC1 A4XL5 mm. ³	MC2 A5XL5 mm.	MC3 A9XL2 mm.

³ Leão de São Tomás, *Benedictina Lusitana* [...], 1651, pp. 309, 310, 407, 442.

	<p>Pormenor do rosto do <i>Breve exemplar</i> [...] de D. Timóteo dos Mártires, impresso, por Manuel de Carvalho, em 1648, utilizando vinhetas do tipo MC2 (NC1).</p>
	<p>Pormenor do rosto da obra de Tito Lívio, sobre a história de Roma, impresso por Manuel de Carvalho, em 1640, utilizando vinhetas do tipo MC3 (NC6).</p>





	
	
	
<p>Em primeiro lugar, friso da primeira página da <i>Vida, e martyrio da gloriosa Santa Quiteria</i> [...], impressa por Manuel de Carvalho em 1651, composto com vinhetas de tipo MC1 (NC2). As duas composições seguintes, utilizando o mesmo tipo de vinhetas, foram extraídas do segundo tomo da <i>Benedictina Lusitana</i> [...] de Frei Leão de São Tomás, dada à estampa por Manuel de Carvalho em 1651 (respectivamente páginas 309 e 310).</p>	

Nos anos seguintes ao desaparecimento da oficina de Manuel de Carvalho, um conjunto de tipógrafos de Coimbra utilizam material tipográfico muito similar; aliás, como se constata pela presença de algumas vinhetas e gravuras (ver capítulo correspondente), existia uma permuta ou empréstimo de material. Referimo-nos às oficinas de Tomé Carvalho, da Viúva de Manuel de Carvalho e de Rodrigo de Carvalho Coutinho.

Tomé Carvalho conservou as vinhetas que vimos acima, de tal modo que numa das primeiras obras que imprimiu, a *Axiomata, et loca communia* [...], de 1651, as utilizou para construir um friso que haveria de abrir a primeira página da obra:

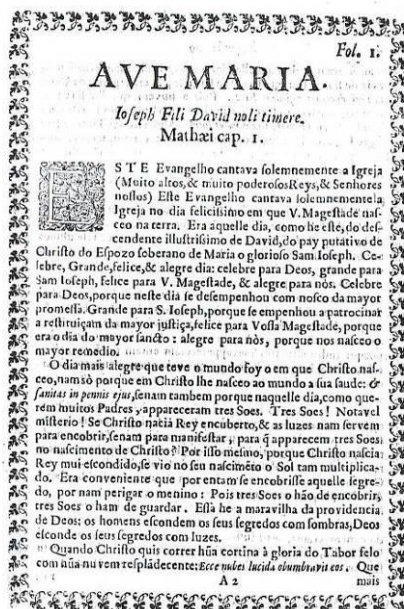
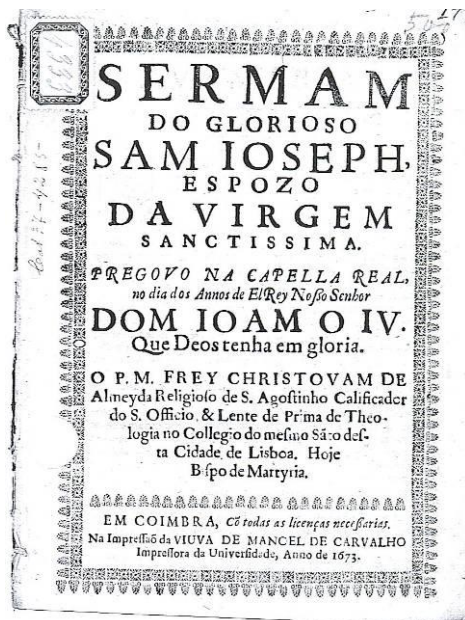


Não obstante, a sua carreira foi pobre neste tipo de materiais. Bem mais rica foi a oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, que dispunha de vários conjuntos de vinhetas:

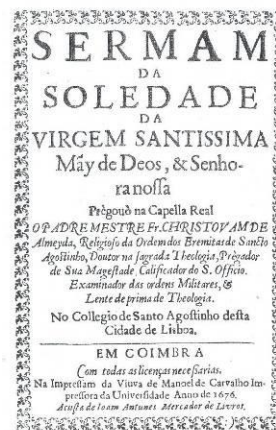
			
VMC1 A7XL7 mm.	VMC2 A5 XL6 mm.	VMC3 A4 X L4 mm.	VMC4 A4 X L3 mm.

Utilizando estas vinhetas, a viúva de Manuel de Carvalho concebeu vários trabalhos, umas vezes utilizando-as separadamente, outras vezes combinando dois tipos de vinhetas. Aliás, conforme era prática corrente nas oficinas da época.

A nível das molduras para as folhas de rosto, um dos casos mais interessantes é o do *Sermam do glorioso Sam Ioseph* [...], pregado por Frei Cristóvão de Almeida e impresso em 1673; nesta obra, a viúva de Manuel de Carvalho combina as vinhetas de tipo VMC3 e VMC4 para criar uma moldura para a folha de rosto, e utiliza a vinheta VMC2 para emoldurar as páginas do sermão:

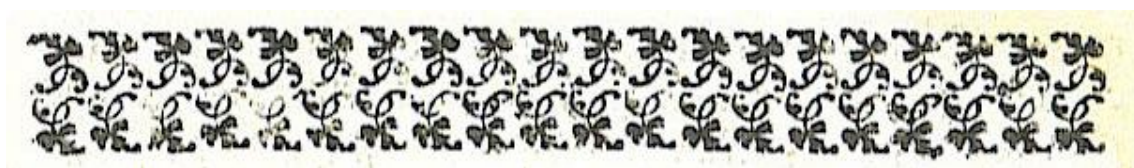
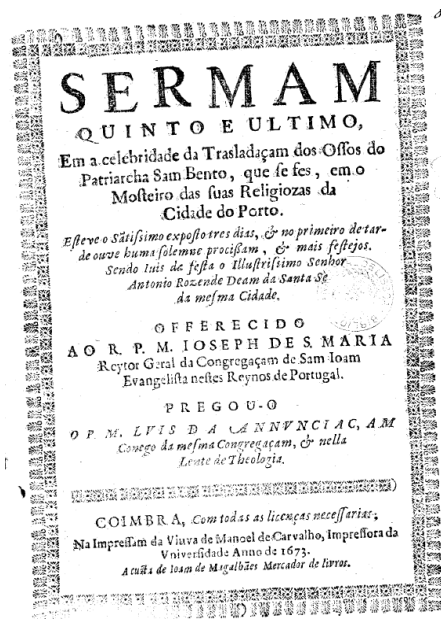


A forma como a impressora utilizou, neste sermão, as vinhetas de que dispunha é, no entanto, uma excepção. Habitualmente, as folhas interiores das obras impressas não possuíam qualquer moldura e, nestes casos, a viúva de Manuel de Carvalho utilizava as vinhetas VMC2 para compor a folha de rosto. Esta regra é confirmada em várias obras, impressas em anos diferentes:



Existem, no entanto, excepções, como o *Sermam quinto e ultimo, Em a celebridade da Tresladaçam dos Ossos do Patriarcha Sam Bento* [...], do Padre Luís da Anunciação, impresso em 1673; o rosto deste sermão é emoldurado por uma composição de vinhetas de dois tipos - VMC3 e VMC4 (ao lado); porém, as páginas interiores não apresentam qualquer moldura.

O interior das obras é, aliás, bastante pobre, obedecendo sempre aos mesmos padrões de composição, com especial destaque para os sermões, que constituem uma boa parte da obra tipográfica da Viúva de Manuel de Carvalho. Frequentemente, recorre a este tipo de vinhetas para construir frisos para a abertura dos capítulos, ou para encerrar espaços em branco, sem, no entanto, trazer qualquer inovação, como se verifica pelos casos seguintes:



Gonçalo da Madre de Deus Semblano, *Sermão da Senhora da Lus* [...], 1675, pág. 1
 António Correia, *Sermão funebre* [...], 1675, pág. 1
 Dimensões aproximadas: A11XL98 mm.



João Nunes Freire, *Annotacoens ad rudimenta gramaticae* [...], 1676, p. 1
 Dimensões aproximadas: A7XL128 mm.

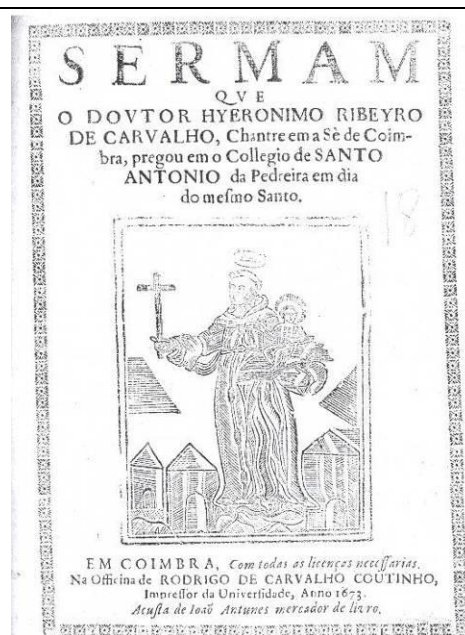
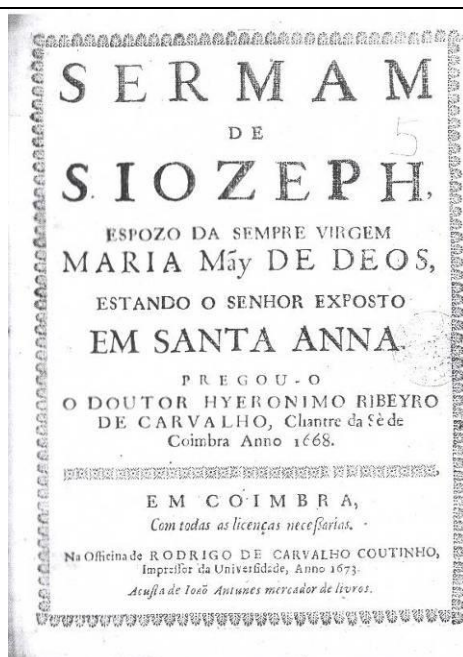


D. Luís Lobo, *Sermão da Soledade da Virgem Santissima* [...], 1676, pág. 1
 Dimensões aproximadas: A11XL113 mm.



Vitoriano Costa, *El mayor entre los grandes* [...], 1675, fl. [1v.º] final.
Dimensões aproximadas: A30XL50 mm.

Com excepção das vinhetas VMC1, todas as outras parecem ter surgido já na segunda metade do século; as de tipo VMC2, aliás, terão aparecido na década de setenta, mas temos que nos lembrar que Nicolau de Carvalho tivera um conjunto semelhante (NC5). Tomé de Carvalho, aparentemente, não dispôs de um conjunto desse tipo, embora tenha utilizado vinhetas semelhantes às que identificámos como VMC3 e VMC4. O mesmo se passa com Rodrigo de Carvalho Coutinho, cuja oficina surge, precisamente, no ano em que morre Tomé de Carvalho, 1672. A nova oficina usa vinhetas semelhantes a estes dois conjuntos, como verificamos nas folhas de rosto de algumas obras identificadas, com o nome de Rodrigo de Carvalho Coutinho, no pé de imprensa:



Os trabalhos realizados para decorar as folhas interiores seguem o mesmo modelo e os mesmos materiais; veja-se o friso colocado no cabeçalho da página 1 do *Sermão do Dia da Cinza* [...], impresso em 1673:



No que toca à oficina de Manuel Dias, há um conjunto de material tipográfico mais variado, nomeadamente ao nível das vinhetas para composição; encontrámos oito tipos:

MD1 A7XL8 mm.	MD2 A7XL11 mm.	MD3 A5XL5 mm.	MD4 A4XL11 mm.	MD5 A6XL6 mm.	MD6 A4XL4 mm.	MD7 A2XL9 mm.	MD8 A3XL4 mm.

Algumas destas vinhetas são semelhantes a outras que encontrámos em oficinas que tratámos anteriormente - caso das vinhetas MD1, MD2 e MD7; porém, há outras que traduzem novos padrões, insistindo-se na temática vegetalista.

As vinhetas de tipo já conhecido são, efectivamente, as que foram usadas nas obras mais antigas produzidas na oficina. Na edição da *Historia Vniuersal* [...], de Frei Manuel dos Anjos, impressa em 1651, são utilizadas umas vinhetas (MD1) semelhantes a outras que encontrámos na tipografia de Diogo Gomes de Loureiro (DGL4), em várias composições diferentes:

	Páginas 1, 249, 445.
	Páginas 248, 444, 502.


Nas *Auroras de Diana* [...], de Pedro de Castro e Añaya, impressas em 1654, é colocado um friso utilizando o mesmo tipo de vinhetas:

	<p>Páginas 1, 16, 93, 153, 222, 281.</p>
--	--

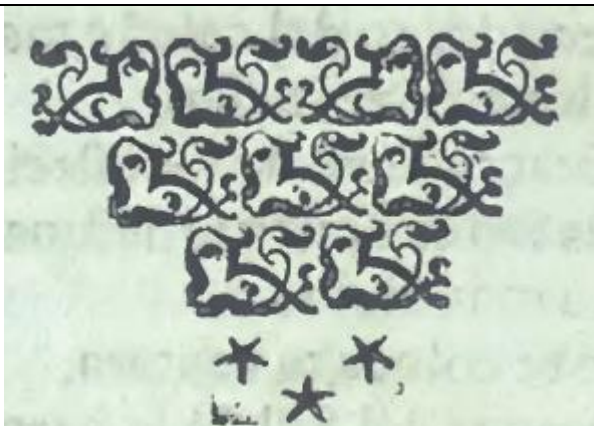
Quatro anos depois, são novamente usadas num friso que aparece em diversas páginas das *Poesias uarias* [...], de Paulo Gonçalves d'Andrada:



Em 1668, elas ainda eram usadas, visto que foram empregues para formar uma pequena composição que figura em algumas páginas do *Manual moral* [...], de Francisco Apolinar:

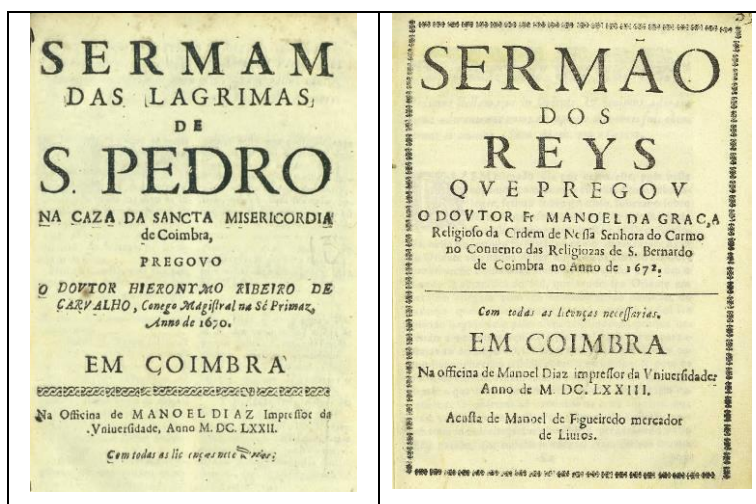
	<p>Folhas 35, 51, 128</p>
---	---------------------------

Nesta obra aparece, no fim da folha 33, uma composição utilizando vinhetas de tipo MD2, semelhantes às utilizadas por Diogo Gomes de Loureiro (DGL2).

	<p>Folha 33.</p>
---	------------------

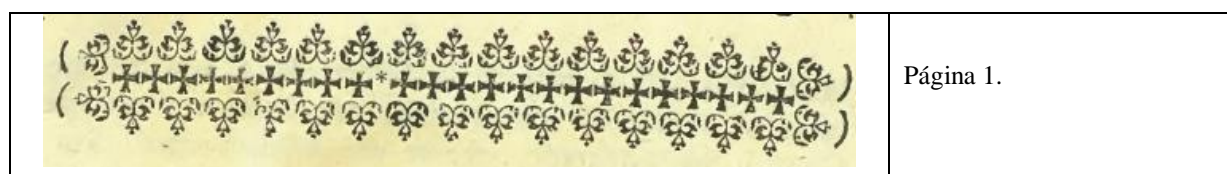
A existência destes dois tipos de vinhetas na oficina de Manuel Dias, permite-nos pensar se não terá sido este impressor a adquirir a oficina e o material tipográfico de Diogo Gomes de Loureiro ou, pelo menos, algum desse material.

Na década seguinte, de 1670, Manuel Dias já detinha outras gravuras, mas ainda utiliza, em 1672, no rosto do *Sermam das lagrimas de S. Pedro* [...] de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, as vinhetas MD7, muito semelhantes às que encontrámos nas oficinas de Nicolau de Carvalho (NC6) e de Manuel de Carvalho (MC3).



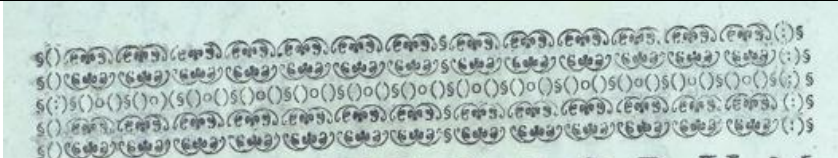


Aliás, os tipos de vinhetas que referimos anteriormente, ainda são utilizados nos anos setenta, como é prova a utilização das vinhetas MD1 no *Sermão da Tresladação do Doutor Seraphico S. Boaventura* [...], de Pantaleão do Sacramento (página 1), e igualmente na página de abertura do *Sermão dos Reys* [...], de Frei Manuel da Graça, ambos impressos em 1673; no rosto deste último, surgem vinhetas de tipo MD8.




Como decoração para as páginas dos livros, aparecem, em 1675, as vinhetas MD5 que, conjugadas com cruces (que considerámos como vinhetas MD6), vão compor um friso para a página de abertura do *Sermam do discipulo amado* [...], do Padre Luís da Anunciação:





As restantes vinhetas (MD3 e MD4) foram identificadas no *Sermam da cinza* [...], de João de Carvalho, impresso em 1677, e ainda existiam em 1685, ano em que foram colocadas em diferentes páginas do *Liber utilissimus* [...], de António Cardoso do Amaral, que Manuel Dias deu à estampa em 1685:

	João de Carvalho, <i>Sermam da cinza</i> [...], 1677, pág. 3.
	António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], 1685, (início do prefácio)
	António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], 1685, (início do “index verborum”)

As vinhetas existentes na oficina de Manuel Rodrigues de Almeida são raras e demonstram o mesmo gosto estético:

		
MRA1 A5XL5 mm.	MRA2 A4XL4 mm.	MRA3 A3XL3 mm.

Efectivamente, estas vinhetas não trazem nada de novo em relação às anteriores, pertencentes a Manuel Dias, mas importa registá-las, assim como alguns exemplos da utilização que delas fez Manuel Rodrigues de Almeida. Numa das impressões produzidas nessa oficina do *Sermam de Santa Luzia* [...], de Manuel de Azevedo, no ano de 1687, apresentam-se dois frisos: no primeiro, colocado no cimo da página 3, utilizam-se as vinhetas MRA1 para ladear horizontalmente uma linha de vinhetas de tipo MRA3; na página 5 da mesma obra, o friso é composto unicamente por duas linhas de vinhetas MRA1.

	Manuel de Azevedo, <i>Sermam de Santa Luzia</i> [...], 1687, pág. 3 (impressão A).
	Manuel de Azevedo, <i>Sermam de Santa Luzia</i> [...], 1687, pág. 5 (impressão A).






Doze anos depois, a realidade da oficina não teria sido muito alterada, pois as vinhetas mais utilizadas neste tipo de trabalho seriam as mesmas, eventualmente complementadas com

outras; assim, em 1699, imprime-se a obra jurídica de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, *De munere iudicis* [...], onde se colocam três frisos que mostram diferentes composições, embora dentro da mesma linha:



	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i> [...], 1699 (dedicatória à Santíssima Trindade).
	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i> [...], 1699 (prefácio).
	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i> [...], 1699, pp. 20, 63, 157.

Como se vê, existe uma composição que só utiliza vinhetas MRA1, dispostas em duas linhas; nos outros frisos, este tipo de vinhetas é utilizado para construir uma moldura em torno de uma linha de vinhetas palmiformes (MRA2).

O impressor José Ferreira possuía, também, um conjunto de vinhetas de cada um destes tipos, mas o material de que dispunha era um pouco mais vasto, já que possuía, pelo menos, cinco conjuntos de vinhetas:

				
JF1 A7XL7 mm.	JF2 A2XL4 mm.	JF3 A5XL5 mm.	JF4 A4XL4 mm.	JF5 A3XL4 mm.

Na verdade, os tipos de vinhetas para composição que José Ferreira possuía são já nossos conhecidos. As vinhetas JF1 apresentam grande similitude com as que foram utilizadas pela Viúva de Manuel de Carvalho (VMC1). José Ferreira constrói, com elas, vários frisos:


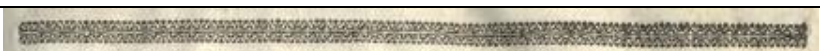
	João de Sousa de Carvalho, <i>Sermão do euangelista Sam Marcos</i> [...], 1689, pág. 3.
	Aires de Almeida, <i>Sermam do acto da fee</i> [...], 1697, pág. 1.

	Simão Vaz Barbosa, <i>Axiomata</i> [...], 1686, pág. [6].
	António de Sá, <i>Sermam</i> [...] na capella real dia do apostolo S. Thome. [...], 1686, pág. 3.

Estes frisos, utilizados essencialmente na abertura de capítulos, ou partes dos livros impressos, são vulgarmente constituídos por vinhetas de diferentes tipos, como se verifica pelos exemplos apresentados; neles encontramos as vinhetas JF1 mas, também, vinhetas JF2 e JF3. Noutros exemplos, conjuga-se somente as vinhetas de tipo JF2 e JF3, como na quinta página não numerada do início do *Liber utilissimus* [...], de António Cardoso do Amaral, edição impressa por José Ferreira, em 1685:

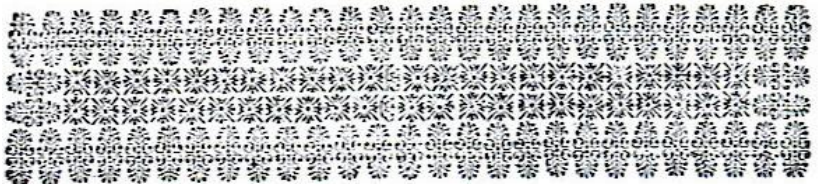

	António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], 1695, pág. [5].
--	---

Ainda, noutros exemplos, utiliza-se apenas um tipo de vinhetas, caso que sucede frequentemente com as vinhetas JF2:

	Aires de Almeida, <i>Sermam do acto da fee</i> [...], 1697 (rosto).
	Miguel de Reinoso, <i>Obseruaciones</i> [...], 1675, pp. 17, 18, 25, 33



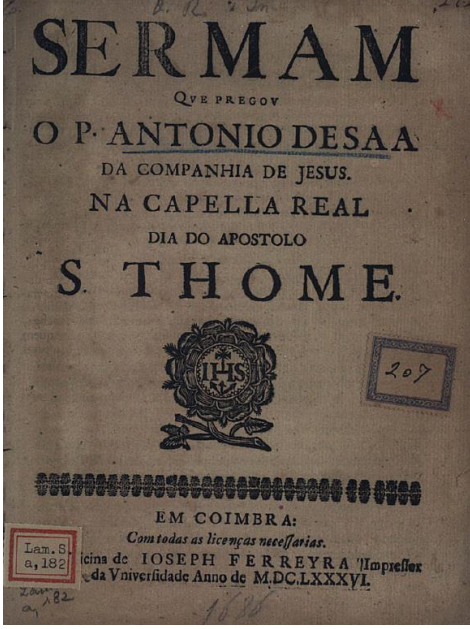
Estas vinhetas surgem, ainda, no rosto do *Sermão do euangelista Sam Marcos*, de João de Sousa de Carvalho, impresso, por José Ferreira, em 1689.

Os tipos de vinhetas que aparecem frequentemente conjugados em diferentes composições são as JF4 e JF5:

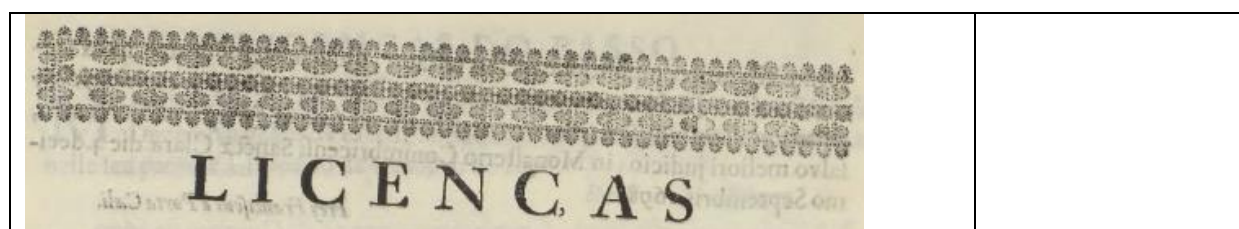
	Luís da Ascensão, <i>Sermam na sexta feyra de Lazaro</i> , 1672, pág. 3.
	Miguel de Reinoso, <i>Obseruaciones</i> [...], 1675 (abertura do «Index» inicial).

	Miguel de Reinoso, <i>Obseruationes</i> [...], 1675, pág. 529.
	Miguel de Reinoso, <i>Obseruationes</i> [...], 1675 (folha final).

Ocasionalmente, encontramos as vinhetas JF4, utilizadas sem qualquer conjugação com quaisquer outras, como no *Sermam do Rosario* [...], de João Coelho, impresso em 1677, e no rosto do *Sermam* [...] *na capella real dia do apostolo S. Thome* [...], do Padre António de Sá, impresso em 1686.

João Coelho, <i>Sermam do Rosario</i> [...], 1677, pág. 1 (Impressão A)	
João Coelho, <i>Sermam do Rosario</i> [...], 1677, rosto, pág. 5 (Impressão B)	
	Rosto do <i>Sermam</i> [...] <i>na capella real dia do apostolo S. Thome</i> [...], do Padre António de Sá, impresso, em 1686, por José Ferreira.

João Antunes terá vinhetas semelhantes a estes dois últimos conjuntos, que detectámos no *Opusculum* [...] de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, impresso por João Antunes, em 1699:





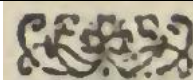
Na mesma obra, detectámos a utilização de um conjunto semelhante às vinhetas MD4, utilizadas por Manuel Dias.

	pág. [9] inicial.
	pág. 383.

Do mesmo ano é a impressão do *Tractatus de recusationibus* [...], também de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, que apresenta um friso muito semelhante, usando o mesmo tipo de vinhetas:

	pág. 409.
--	-----------

As vinhetas utilizadas por João Antunes no século XVII ficam, então, organizadas desta forma:

		
JA1 A4XL4 mm.	JA2 A3XL4 mm.	JA3 A4XL11 mm.

Nesta contabilização, são excluídos os impressores da família Craesbeeck, que, apesar de manterem oficinas em Coimbra ao longo da primeira metade do século, exerceram as respectivas actividades eminentemente em Lisboa, tendo já sido contemplados com um estudo anterior⁴.

Restam os impressores António Dias da Costa e António Simões.

⁴ Cf. João José Alves Dias, *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal. Elementos para o seu estudo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

António Dias da Costa, como vimos anteriormente, imprimiu muito pouco - cinco obras, nas quais não conseguimos encontrar material tipográfico do género que temos estudado.

Quanto a António Simões, a sua obra pertence, maioritariamente, ao século XVIII, embora tenha sido iniciada em 1696; por outro lado, grande parte das obras seiscentistas saídas da sua oficina são teses universitárias. Desta forma, não foi possível referenciar as vinhetas que poderiam nela existir.

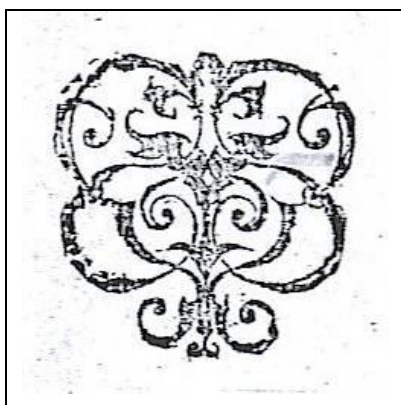
4. Outras gravuras

No sentido de enriquecer e embelezar os livros impressos, os tipógrafos tinham, nas suas oficinas, um conjunto de gravuras que utilizavam para preencher os espaços em branco entre capítulos, ou no final das obras. Ao longo do século XVII, o motivo mais comum utilizado para este fim baseia-se num cesto com plantas, que oferece várias variantes.

Diogo Gomes de Loureiro, ainda antes do século começar, em 1600, coloca uma gravura deste tipo no rosto do *Tractado repartido en cinco partes principales* [...], do doutor Ambrósio Nunes; em 1604, volta a utilizá-la, mas agora no interior de uma obra, o *Extractos e choros de tragicomedia de Sam Paulino de Nola* [...] (G1).



G1
A12XL21 mm.



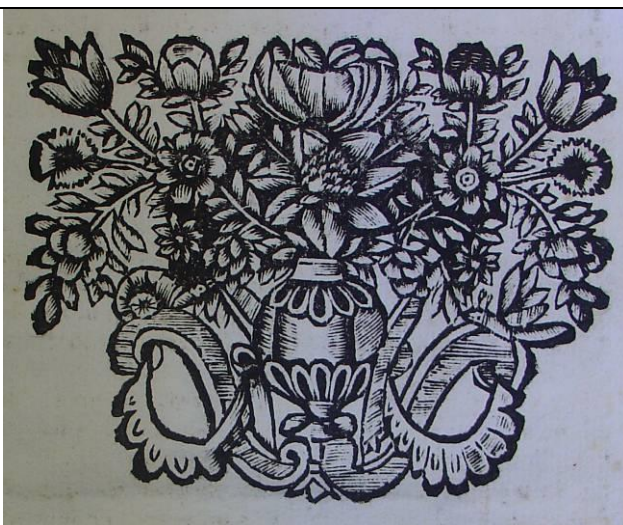
G2
A30XL29 mm.

sendo a sua base rematada por duas fitas (G3); preenche a última folha do *Officium* [...] da Rainha Santa Isabel, que Diogo Gomes de Loureiro deu à estampa em 1638.

Na verdade, esta última gravura parece estar aqui um pouco fora do seu tempo; vimo-la, a ela ou a outra muito semelhante, aparecer décadas mais tarde, nas oficinas de Manuel Dias, ou de José Ferreira. Mas Diogo Gomes de Loureiro parece tê-la utilizado somente

na referida obra, tendo ela, aparentemente, desaparecido durante quarenta anos.

Mesmo assim, estas gravuras são raras na primeira metade do século. Na obra de Diogo Gomes de Loureiro, além das gravuras que apontámos anteriormente e que foram utilizadas para este mesmo fim, só há mais duas que apresentam motivos fitomórficos - a primeira, no final do Livro Primeiro da *Iornada do Bispo de Goa* [...], de António de Gouveia (fl. 72v.º), impressa em 1606 (G2). A outra gravura representa um vaso redondo com plantas e flores,



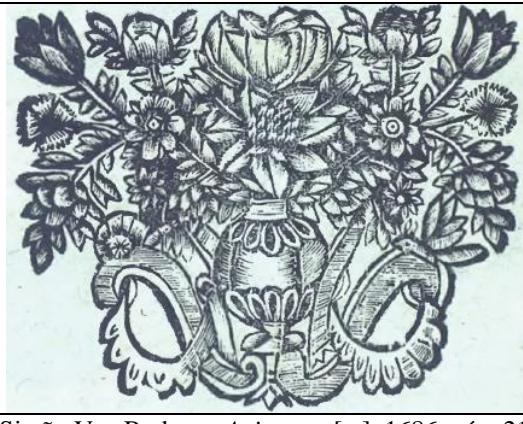


G3
A69XL83 mm.



José Ferreira utiliza-a na página 543 e no final das *Obseruationes* [...], de Miguel de Reinoso, que imprimiu em 1675; novamente, em 1677, numa das impressões do *Sermam do Rosario* [...] (impressão A), de João Coelho; volta a utilizá-la na edição da *Axiomata* [...], de Simão Vaz Barbosa, que saiu da sua oficina em 1686, na página 218.

Por sua vez, Manuel Dias utiliza a gravura, ou uma muito semelhante, no final do índice que fecha a edição das *Locupletissimae, et utilissimae Esplanationes in Nouam Iustitiae Reformationem* [...], de Álvaro Vaz, que imprime em 1677; novamente, no *Liber utilissimus* [...], de António Cardoso do Amaral, impresso em 1685, na folha 436v.º.



Gravuras de José Ferreira



	
Miguel de Reinoso, <i>Obseruationes</i> [...], 1675, pág. 543	João Coelho, <i>Sermam do Rosario</i> [...], 1677, pág. 23 (Impressão A)
	
Simão Vaz Barbosa, <i>Axiomata</i> [...], 1686, pág. 218	

Gravuras de Manuel Dias



	
<p>Álvaro Vaz, <i>Locupletissimae, et utilissimae Esplanationes in Nouam Iustitiae Reformationem</i> [...], 1677, pág. 120.</p>	<p>António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], 1685, pág. 436v.º.</p>



A gravura mais comum é, porém, uma que apresenta um cesto com flores, com as dimensões aproximadas de 68 milímetros de altura e 74 de largura; ela aparece nas obras impressas por vários impressores de Coimbra, nomeadamente na segunda metade do século. Existem duas variantes da gravura, com muito poucas diferenças, como se pode observar:

Tipo A	Tipo B
	
<p>Jerónimo Ribeiro de Carvalho, <i>Sermão nas honras do serenissimo Princepe de Portugal D. Theodosio</i> [...], Viúva de Manuel de Carvalho, 1671, pág. 20</p>	<p>Álvaro Vaz, <i>Locupletissimae, et utilissimae Esplanationes in Nouam Iustitiae Reformationem</i> [...], Manuel Dias, 1677 (fim do proémio); António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], Manuel Dias, 1685, fl. 243v.º. João de Carvalho, <i>Sermam da cinza</i> [...], Manuel Dias, 1677, pág. 24.</p>

Tipo A	Tipo B
	
<p>Manuel de Azevedo, <i>Sermão da gloriosa Santa Luzia</i> [...], Manuel Rodrigues de Almeida, 1687, pág. 20 (impressão A).</p>	<p>Miguel de Reinoso, <i>Observationes</i>, José Ferreira, 1675, pág. 544 António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], José Ferreira, 1695, fl. 243v.º.</p>



Há, ainda, outra gravura semelhante, mas cujas características a diferenciam, com maior evidência, em relação às anteriores (dimensões aproximadas: A75XL90 mm.).

	
<p>João Coelho, <i>Sermam do Rosario</i> [...], 1677, pág. 23 (Impressão B).</p>	<p>Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i> [...], Manuel Rodrigues de Almeida, 1699, pp. 20, 61.</p>

	
<p>Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>Opusculum</i> [...], João Antunes, 1699, pág. 382. Luís Nogueira, <i>Quaestiones singulares</i> [...], João Antunes, 1698, pág. 419.</p>	<p>D. Luís da Ascensão, <i>Sermão na profissão de huma religiosa de S. Bento</i> [...], João Antunes, 1717, pág. 23. António Moreira de Sousa, <i>Caesareas conclusiones</i> [...], João Antunes, 1719, fl. 6.</p>

Destas gravuras, percebe-se que a primeira, de João Antunes, apresenta ínfimas diferenças em relação às restantes. A segunda, que o impressor utiliza já em pleno século XVIII, é diferente da primeira e assemelha-se muito mais às utilizadas por José Ferreira e por Manuel Rodrigues de Almeida.

Ainda com estas dimensões aproximadas, encontramos outras representações de cestos com plantas. Um deles, mais estilizado, é utilizado por diversas vezes pela Viúva de Manuel de Carvalho, e parece ter passado para a oficina de Manuel Rodrigues de Almeida (dimensões aproximadas: A76XL92 mm.):

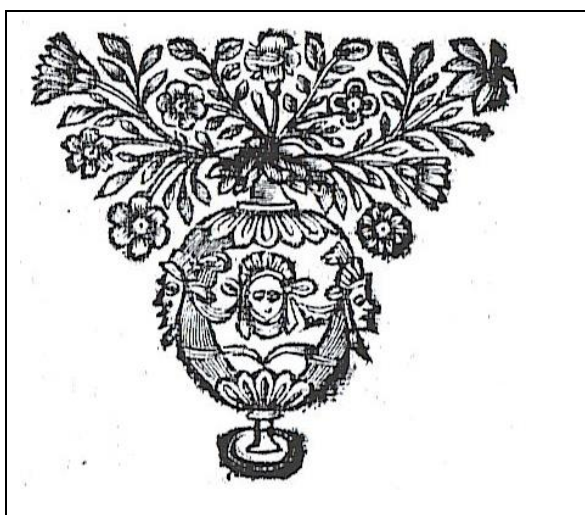
	
<p>Luís Lobo, <i>Sermam da Soledade</i>, Viúva de Manuel de Carvalho, 1676, pág. 19. António Correia, <i>Sermão funebre nas exequias do Doutor Manoel Pereira de Mello</i>, Viúva de Manuel de Carvalho, 1675, pág. 20.</p>	<p>Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i>, Manuel Rodrigues de Almeida, 1699, pág. 370.</p>

José Ferreira tinha uma gravura em que o cesto se assemelha a uma taça:



António de Sá, *Sermam [...] na capella real dia do apostolo S. Thome [...]*, José Ferreira, 1686, pág. 27.

Resta ainda uma gravura que representa um vaso redondo, adornado com figuras antropomórficas, de cujo bocal saem ramos com flores (dimensões aproximadas: A63XL68 mm.):



José da Purificação, *Sermam em o outauario*, viúva de Manuel de Carvalho, 1673, pág. 29.



João de Deus, *Sermão [...] na solemne procissam [...]*, Tomé Carvalho, 1672, pág. 24.




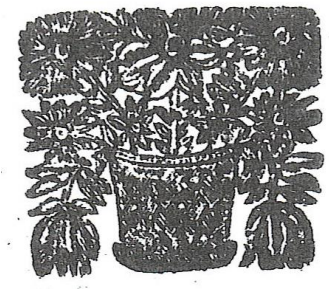


Missa propria festorum [...], Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1675, pág. 32.




Tomé Carvalho tinha, ainda, na sua oficina, uma gravura cujas reminiscências vegetalistas eram bem mais vagas, mesclando-se com formas geométricas que as diluem numa composição que lembra um objecto de ourivesaria:






Simão Vaz Barbosa, *Axiomata [...]*, Tomé Carvalho, 1651, pág. 280 (depois do *colofon*).



Em Coimbra há, também, outras vinhetas de menor dimensão (c. A40XL46 mm.), que mantêm todo o discurso pictórico que conhecemos nas páginas anteriores: em geral, há um cesto com flores, como padrão comum, que conhece várias formas de tratamento na representação.

		
<p><i>Tratado panegirico</i> [...], José Ferreira, 1672, fl. [18v.º] inicial.</p> <p>Miguel de Reinoso, <i>Obseruationes</i> [...], José Ferreira, 1675, pp. 71, 82, 98, 104, 339.</p> <p>Manuel da Madre de Deus de Miranda, <i>Sermam do Outauario do Santissimo Sacramento</i> [...], José Ferreira 1688, pág. 21.</p>		
		
João Nunes Freire, <i>Annotiones ad rudimenta gramaticae</i> [...], Viúva de Manuel de Carvalho, 1676, pág. 40.	<p>Pantaleão do Sacramento, <i>Sermão da Tresladaçam do Doutor Seraphico S. Boaventura</i> [...], Manuel Dias, 1673, pág. 26.</p> <p>Álvaro Vaz, Manuel Dias, 1677, (fim da dedic. a D. João IV).</p>	<i>Bautisterio, e ceremonial dos sacramentos</i> [...], João Antunes, 1698.

	
António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], Manuel Dias, 1685, fls. 161, 313v.º, 399.	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, <i>De munere iudicis</i> [...], Manuel Rodrigues de Almeida, 1699, pág. 653.
	
António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], José Ferreira, 1695, fl. 161.	

		
Pedro de Castro y Añaya, <i>Auroras de Diana</i> [...], Manuel Dias, 1654, fls. 47v.º, 86.	António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], Manuel Dias, 1685, fl. 251v.º.	António Cardoso do Amaral, <i>Liber utilissimus</i> [...], José Ferreira, 1695, fl. 251v.º.

As gravuras ou vinhetas não se esgotam por aqui, embora os elementos apresentados permitam tipificar o material tipográfico das oficinas de impressão conimbricenses do período estudado. Existem outros motivos que, no entanto, são mais raros. É o caso da vinheta utilizada por José Ferreira no *Tratado panegirico* [...], impresso em 1672, em que se representa a coroação da Cruz (que vinha a propósito, aliás, do tema da obra, que versa sobre as cruzes de Barcelos). Na mesma obra, porque trata de sinais, surge o pentagrama (*pentáculo*), referido, erradamente, como sinal de Salomão, já que o símbolo do rei de Judá era uma estrela de seis pontas.

	<p><i>Do final Pentaculo, vulgo signo Salamão.</i></p> <p>O Signo Pentaculo, vulgo signo Salamão, he o que se vê na forma seguinte,</p> <p>Cælio Calcagnino fallando deste final Pentaculo, diz (<i>Pugnabat Antiochus aduersus Galatas, nec satis feliciter, per quietem vidit Antiochus, aut vidisse simula-</i></p> 
<i>Tratado panegirico</i> [...], José Ferreira, 1672, (fim das poesias).	<i>Tratado panegirico</i> [...], José Ferreira, 1672, pág. 122.



A52XL52 mm.

Uma última gravura que importa referir aparece na folha 11, não numerada, do *Pronostico* [...], de Gaspar Cardoso de Sequeira, impresso por Nicolau de Carvalho, em 1614. Na verdade, não se trata de uma gravura, mas de uma capitular “O”, que já existia pelo menos há um século, visto que pertencera ao impressor Valentim Fernandes⁵.

⁵ Cf. José Pacheco, *A divina arte negra* [...], figura 149. Esta capitular pertenceria a um conjunto que foi utilizado, por exemplo, em [*O livro de*] *Marco Paulo*, impresso por Valentim Fernandes em 1502. A portada desta obra, bem como a primeira página impressa, é reproduzida em *No Quinto Centenário da Vita Christi* [...] (coordenado por João José Alves Dias), 1995, pp. 74-75; na portada surge a letra M, e na folha 1 as letras R e S. Helga Maria Jüsten, *Incunábulo e Post-Incunábulo Portugueses* [...], pág. 456, publica a mesma capitular entre várias outras do mesmo conjunto, dando-as como pertencentes às oficinas de Nicolau de Saxónia, João Pedro Bonhomini e Hermão de Campos.

2. A estética da primeira metade do século

Em 1608, Pedro Craesbeeck vem de Lisboa e abre oficina em Coimbra, onde imprime a *Introductio in graecam linguam ex institutionibus grammaticis Nicolii Clenardi* [...]. Com ele, traz o seu equipamento tipográfico, incluindo um jogo de capitulares que se impõe na cidade universitária, de tal maneira que muitos dos impressores aqui activos a partir da segunda década de seiscentos, passam a deter um conjunto similar.

Grupo 8



56. c. A. 20 X L. 20 mm.



57. c. A. 20 X L. 20 mm.



58. c. A. 20 X L. 20 mm.



59. c. A. 20 X L. 20 mm.



60. c. A. 20 X L. 20 mm.



61. c. A. 20 X L. 20 mm.



62. c. A. 20 X L. 20 mm.



63. c. A. 20 X L. 20 mm.



64. c. A. 20 X L. 20 mm.



65. c. A. 20 X L. 20 mm.



66. c. A. 20 X L. 20 mm.



67. c. A. 20 X L. 20 mm.



68. c. A. 20 X L. 20 mm.



69. c. A. 20 X L. 20 mm.

Aparentemente, foi Diogo Gomes de Loureiro o primeiro a utilizar uma cópia das capitulares de Pedro Craesbeeck, visto que encontramos uma letra E na página 465 do tomo segundo das *Disputationes* [...], de Frei Egídio da Apresentação, impressas no ano de 1615. Nicolau de Carvalho dispõe de um conjunto semelhante, talvez adquirido na mesma altura, mas cuja primeira utilização parece ser de 1616, na edição impressa, nesse ano, da *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira; nela se utiliza as letras A (pp. 1, 30, 55, 66, 70, 83, 89, 112 da primeira parte; folhas 155, 158 da segunda parte), D (fl. 3v.º inicial sem numeração; pp. 37, 81, 124, 129, 136), E (pp. 7, 22 da primeira parte; fl. 153v.º da segunda parte), N (pp. 33, 40, 76, 95, 140 e 150 da primeira parte), P

(pp. 14, 26, 59 e 117 da primeira parte), S (fls. 2v.º e 5 iniciais não numeradas; pp. 102 e 143 da primeira parte) e T (pp. 48 e 50 da primeira parte).

Não temos modo de saber se os impressores adquiriram este conjunto de capitulares a um fornecedor comum ou se mandaram copiar aquele que era utilizado por Craesbeeck. O que é certo é que, depois destes, utilizaram este tipo de capitulares os impressores Manuel de Carvalho, Tomé Carvalho e a *Viúva de Manuel de Carvalho*, Maria Coutinha. Tomé Carvalho terá, inclusivamente, sentido a necessidade de substituir algumas letras, mais gastas ou partidas pelo uso; prova desse facto é que utilizou uma letra V, invertida para servir de A, abrindo-lhe uma incisão para construir o travessão da letra:



(56) Letra A pertencente ao grupo 8 (A20XL20 mm.)



70. Letra usada por Tomé Carvalho na impressão da pág. 3 da *Oração funebre nas exequias reais delRey Dom João o Quarto* [...], de Frei João Correia, em 1657 (A20XL20 mm.)

Um outro conjunto de capitulares, introduzido por Diogo Gomes de Loureiro, denota a preferência por este tipo de decoração:

Grupo 9



71. c. A. 14 X L. 14 mm.



72. c. A. 14 X L. 14 mm.



73. c. A. 14 X L. 14 mm.



74. c. A. 14 X L. 14 mm.



75. c. A. 14 X L. 14 mm.



76. c. A. 14 X L. 14 mm.



77. c. A. 14 X L. 14 mm.



78. c. A. 14 X L. 14 mm.



79. c. A. 14 X L. 14 mm.



80. c. A. 14 X L. 14 mm.



81. c. A. 14 X L. 14 mm.



82. c. A. 14 X L. 14 mm.



83. c. A. 14 X L. 14 mm.

Diogo Gomes de Loureiro deve ter adquirido estas capitulares cerca de 1605, pois a sua primeira aparição parece ser feita na *Quarta pars excellentissimi tractatus universi juris emphyteutici* [...], de Francisco de Caldas Pereira e Castro, impressa nesse ano; na obra, aparecem quatro letras deste conjunto: um D (fl. 212v.º), um E (fl. 227v.º), um H (fl. 91 v.º) e um S (fls. 23, 180 e 197v.º). A oficina possuiu este conjunto de capitulares pelo menos até 1644, pois ele é incluído no primeiro tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Leão de São Tomás, impresso nesse ano. Depois disso, pode ter passado para a oficina de Manuel de Carvalho, juntamente com outro material tipográfico, sendo utilizado na impressão do segundo tomo da mesma obra, que saiu em 1651.

A *Benedictina Lusitana* [...] é, efectivamente, uma obra em que se encontram dois impressores em tempos diferentes, mas aparentemente utilizando o mesmo material tipográfico. Como dissemos, o primeiro tomo é impresso, em 1644, por Diogo Gomes de Loureiro, saindo com duas variantes dadas pela folha de rosto; o segundo tomo sai dos prelos de Manuel de Carvalho, em 1651, perto da data do fim da oficina. A imprensa de Diogo Gomes de Loureiro teria já passado para as mãos de Tomé Carvalho quatro anos antes, como foi dito anteriormente; como explicar, então, que seja Manuel de Carvalho a utilizar material tipográfico vindo da oficina de Diogo Gomes de Loureiro?

Apesar de ser possível que Tomé Carvalho, então livreiro privilegiado da Universidade de Coimbra, tenha comprado a oficina de Diogo Gomes de Loureiro, talvez não tivesse condições para cumprir os exigentes compromissos que tinham ficado pendentes com a morte daquele impressor. A solução pode ter passado pelo recurso a uma oficina que estava já bem estabelecida na cidade e que, ainda para mais, era encabeçada pelo genro de Tomé Carvalho: Manuel de Carvalho.

O material tipográfico que passou a integrar a oficina de Manuel de Carvalho não se limitou às letras que englobámos no *grupo 9*; é possível que tenha sido reforçada com letras pertencentes ao *grupo 8*. Mas sobre isso não podemos ter uma resposta precisa, porque Nicolau de Carvalho já tinha um conjunto desse tipo que, naturalmente, terá passado para o filho, quando este assumiu a direcção da oficina. Interessa referir que, quando Manuel de Carvalho iniciou a estampagem do segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...], terá decidido utilizar o mesmo material, de modo que se pode

estabelecer perfeitamente uma relação visual e estética entre esta obra e o primeiro tomo impresso em 1644.

Atentando somente nas capitulares e excluindo os grupos já contemplados, podemos seleccionar um conjunto que foi utilizado por Manuel de Carvalho, na impressão do segundo tomo da obra de Frei Leão de São Tomás:



84. c. A. 28 X L. 28 mm.



85. c. A. 28 X L. 28 mm.



86. c. A. 28 X L. 28 mm.



87. c. A. 28 X L. 28 mm.



88. c. A. 30 X L. 30 mm.



89. c. A. 32 X L. 32 mm.



90. c. A. 32 X L. 32 mm.



91. c. A. 12 X L. 12 mm.

Efectivamente, de entre estas capitulares, encontrámos a letra número 87 na primeira página numerada do tomo impresso por Diogo Gomes de Loureiro, embora com uma diferença: ela apresenta uma moldura composta por uma linha simples, que foi eliminada por Manuel de Carvalho; não obstante, parece tratar-se da mesma capitular.

Pela utilização destas letras verifica-se que, na verdade, se o elemento vegetalista assume proporções maioritárias na decoração das capitulares decoradas, mantêm-se alguns elementos antropomórficos ou zoomórficos; o que parece desaparecer totalmente é a capitular narrativa, isto é, a representação de cenas onde as figuras humanas se encontram dispostas como se estivessemos perante a narração de uma história. Na decoração destas letras, toda a restante decoração é secundária.

A razão para que tais capitulares caíssem em desuso pode ser simples: elas teriam começado por ser abertas para serem integradas em textos específicos, de tal modo que a capitular e o texto fariam parte de uma única estrutura. A necessidade de

reutilização das capitulares criaria a cisão entre imagem e texto, de modo que o leitor-observador das obras posteriores deixaria de conseguir formular uma interpretação que coincidissem com a história original narrada pela capitular. Como consequência, a letra decorada passa a resumir-se à sua função decorativa, perdendo o valor de transportadora de uma mensagem.

Numa lógica de aproveitamento de recursos, os impressores que detinham capitulares com cenas narrativas, continuaram a usá-las, como vimos nas obras de Diogo Gomes de Loureiro, Nicolau de Carvalho e Manuel de Carvalho; é um fenómeno que persistirá, porque a capitular é muito apreciada e, portanto, utilizada até ser destruída pela força das prensas.

As capitulares detidas por Manuel de Carvalho na sua oficina quase se resumem às que aqui foram apresentadas. Este tipógrafo detinha, também, conjuntos de capitulares semelhantes às que constituem os grupos 8 e 9, que referenciámos para a oficina de Diogo Gomes de Loureiro; porém, parece ter posto de parte as capitulares utilizadas pelo seu pai, por exemplo, na *Historia da India* [...], de António Pinto Pereira, dada à estampa por duas vezes, em 1616 e 1617. Na edição de 1617, Nicolau de Carvalho utiliza, além de algumas capitulares semelhantes ao grupo 8, que referenciámos, algumas outras de estilos diferentes. Algumas delas são representantes de outros grupos, como o grupo 5, que encontrámos nas obras de Diogo Gomes de Loureiro e de Manuel de Araújo:

Grupo 5



(20). c. A 27 X L. 27 mm.



(21). c. A 27 X L. 27 mm.



92. c. A 27 X L. 27 mm.



93. c. A 27 X L. 27 mm.

Temos, também, um grupo que tínhamos identificado na *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impressa, por Manuel de Araújo, em 1604; parece ser o mesmo que foi utilizado por Nicolau de Carvalho, em 1617:

Grupo 10



94. c. A 29 X L. 29 mm.



95. c. A 29 X L. 29 mm.



96. c. A 29 X L. 29 mm.



97. c. A 29 X L. 29 mm.



98. c. A 29 X L. 29 mm.



99. c. A 29 X L. 29 mm.



100. c. A 29 X L. 29 mm.



101. c. A 29 X L. 29 mm.



102. c. A 29 X L. 29 mm.



103. c. A 29 X L. 29 mm.

Manuel de Araújo, na referida obra, não utilizou mais que as letras A e E, mas parece ser certo de que se trata do mesmo conjunto ou de um muito semelhante.

Outras capitulares há, na *Historia da India* [...], que não são facilmente agrupáveis; algumas delas, aliás, já as tínhamos encontrado em obras anteriores, de outros impressores:



104. c. A 58 X L. 58 mm.



105. c. A 36 X L. 36 mm.



106. c. A 30 X L. 30 mm.



107. c. A 40 X L. 40 mm.



108. c. A 38 X L. 38 mm.



109. c. A 34 X L. 34 mm.



110. c. A 30 X L. 30 mm.



111. c. A 36 X L. 36 mm.



112. c. A 45 X L. 45 mm.



113. c. A 36 X L. 36 mm.



114. c. A 36 X L. 36 mm.



(15.) c. A 20 X L. 20 mm.



115. c. A 36 X L. 36 mm.



(24). c. A 24 X L. 24 mm.



116. c. A 36 X L. 36 mm.



117. c. A 36 X L. 36 mm.



118. c. A 32 X L. 32 mm.



(16). c. A 20 X L. 20 mm.



119. c. A 34 X L. 34 mm.

Percebem-se, claramente, as semelhanças entre algumas destas capitulares e as que encontrámos anteriormente em produções tipográficas de outros impressores; nestes casos, assinalámos a respectiva letra com o número que lhe havíamos atribuído, entre parênteses. Tal é o caso das letras 15 e 16, um O e um T, que tínhamos encontrado na *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impressa, em 1604, por Manuel de Araújo, e que classificámos como pertencentes ao mesmo grupo de capitulares, atribuindo-se-lhe o número 3; já no que diz respeito à letra número 24, foi encontrada na mesma obra, mas não foi integrada em nenhum grupo específico, devido à ausência de semelhanças acentuadas com outras letras.

Num outro caso, as semelhanças ficam-se por aí: a capitular número 118 apresenta um claríssimo parentesco com as letras dos grupos 1 (n.º 3) e 2 (essencialmente a n.º 4), e com a letra “avulsa” número 8. Não obstante, o único grupo em que poderia ser integrada seria o *grupo 2*.

Uma última nota para a letra número 104, que encontrámos, também, numa obra impressa por Diogo Gomes de Loureiro, dez anos antes, em 1607: as *Conclusiones metaphysicae* [...], de Miguel Leitão, apresentadas nesse ano à Universidade de Coimbra; pode perfeitamente pertencer ao mesmo grupo da letra número 55, com a qual encerrámos o capítulo anterior.

C. As capitulares decoradas

1. A viragem do século

Prosseguindo uma análise detalhada do material tipográfico usado pelos impressores seiscentistas, temos a considerar os jogos de capitulares¹; em alguns casos, raros na tipografia conimbricense do século XVII, as capitulares permitem individualizar a obra de um impressor e, eventualmente, permitir a atribuição de obras não assinadas.

O denominador comum da obra impressa em Coimbra na época considerada é a renovação deste tipo de material. Com efeito, o impressor que se demarca claramente, durante a primeira metade do século, é Manuel Araújo, que utiliza vários conjuntos de capitulares que, provavelmente, já teriam sido utilizadas na oficina lisboeta de Luís Rodrigues²; encontrámo-las na *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, que o referido tipógrafo imprimiu em 1604.

A tentativa de reconstituição destes conjuntos permitiu-nos encontrar um arquétipo comum, baseado numa decoração em que motivos vegetalistas, zoomórficos e antropomórficos se combinam para desenhar as letras, que se inserem em molduras compostas por linhas duplas:

Grupo 1



1. c. A 29 X L 29 mm.



2. c. A 29 X L 29 mm.



3. c. A 29 X L 29 mm.

¹ Segundo João Alves Dias, designa-se por **capital** a “maiúscula por vezes empregue no início de um capítulo, ou até mesmo de períodos, em corpo superior ao usado no texto. Quando ornamentada e de grandes dimensões chama-se **capitular**” (João José Alves Dias, *Iniciação à Bibliofilia*, Lisboa, Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, 1994, pág. 42).

² Cf. José Pacheco, *A divina arte negra e o livro português (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Vega, [1988], pp. 64-ss.; figuras 151-153.

Um segundo exemplo distingue-se pelas dimensões das letras, um pouco maiores que as anteriores:

Grupo 2



4. c. A 32 X L 32 mm.



5. c. A 32 X L 32 mm.



6. c. A 32 X L 32 mm.



7. c. A 32 X L 32 mm.

Na mesma linha, temos um conjunto de letras cujas características não nos permitem fazer um agrupamento entre elas, mas que revelam o mesmo estilo. Ainda assim, se considerarmos alguns dos elementos decorativos que apresentam, podemos tentar agrupá-las por características comuns, como as seguintes, que apresentam moldura composta por linha simples:



8. c. A 28 X L. 28 mm.



9. c. A 28 X L. 28 mm.

Todas as restantes, de que dispomos de reprodução, apresentam uma moldura de dupla linha, semelhante às letras do grupo 1, mas distinguem-se pela decoração; num destes subconjuntos, destaca-se a existência de animais híbridos, alguns dos quais apresentam, indubitavelmente, características humanóides:



10. c. A 28 X L. 28 mm.



11. c. A 28 X L. 28 mm.



12. c. A 28 X L. 28 mm.

No último subconjunto, observa-se a inclusão de figuras ligadas ao religioso, claramente identificado na Virgem com o Menino Jesus ao colo inserta numa delas; porém, não se trata de um conjunto alfabético particular, já que temos duas letras D muito semelhantes³.



13. c. A 28 X L. 28 mm.



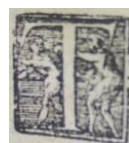
14. c. A 28 X L. 28 mm.

Na mesma obra podem encontrar-se outras capitulares decoradas sobreviventes da actividade tipográfica do século XVI, algumas das quais terão, certamente, formado um conjunto:

Grupo 3



15. c. A 20 X L. 20 mm.



16. c. A 20 X L. 20 mm.

Nas duas letras apresentadas, percebe-se a volumetria da própria letra e da figura que nela se inscreve; com dimensões semelhantes (20 milímetros de altura por outros tantos de largura), têm em comum o fundo negro e a representação de corpo inteiro de uma figura antropomórfica. José Pacheco identifica a letra T como pertencente à imprensa de Luís Rodrigues, entre 1539 e 1542⁴ - o que não deixa margem para dúvidas, já que o autor apresenta uma reprodução, assim como das letras A, N, C, H, L e M (apresentadas por esta ordem); porém, não apresenta a letra O, que supomos pertencer ao mesmo grupo devido às semelhanças que tem com as restantes.

³ José Pacheco identifica algumas capitulares muito semelhantes a estas, utilizadas por João de Barreira e por João Álvares entre 1542 e 1562. Não sabemos se essas letras faziam conjunto com as que identificámos mas, pelo menos, denotam um gosto próprio dessa época (Cf. José Pacheco, *A divina arte negra e o livro português (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Vega, [1988], fig. 153).

⁴ Cf. José Pacheco, *A divina arte negra e o livro português (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Vega, [1988], fig. 152.

As capitulares com maiores dimensões, utilizadas por Manuel de Araújo, parecem ter sido aquelas que pertenceram a um conjunto com características um pouco diferentes, pois representam claramente cenas do quotidiano, provavelmente extraídas da Sagrada Escritura. Encontrámos, na *Arte do computo ecclesiastico* [...], três letras deste conjunto, que classificámos como *grupo 4*:

Grupo 4



17. c. A 42 X L. 42 mm.



18. c. A 42 X L. 42 mm.



19. c. A 42 X L. 42 mm.

Um último grupo apresenta uma decoração vegetalista algo estilizada, sem moldura, e dele temos apenas dois exemplos, as letras A e M:

Grupo 5



20. c. A 27 X L. 27 mm.



21. c. A 27 X L. 27 mm.

Todas as restantes letras recolhidas encontram-se isoladas, de forma que não foi possível englobá-las num grupo. São as seguintes:



22. c. A 28 X L. 28 mm.



23. c. A 24 X L. 24 mm.



24. c. A 24 X L. 24 mm.



25. c. A 24 X L. 24 mm.



26. c. A 21 X L. 21 mm.



27. c. A 20 X L. 20 mm.



28. c. A 20 X L. 20 mm.



29. c. A 20 X L. 20 mm.



30. c. A 20 X L. 20 mm.

Como vimos anteriormente, a oficina de Manuel de Araújo desaparece em 1607, mas algum do material tipográfico que utilizou aparece nas caixas de outros impressores. Na imprensa de Diogo Gomes de Loureiro, existia um conjunto de capitulares muito semelhante ao *grupo 5*, que referenciámos na obra de Manuel de Araújo, do qual recolhemos uma capitular D com as dimensões aproximadas de 25 milímetros de altura e 27 de largura, que aparece na folha 142 dos *Diálogos* [...], de D. Frei Amador Arrais. Porém, não se trataria de capitulares cedidas por Manuel de Araújo a Diogo Gomes de Loureiro, já que a impressão dos *Dialogos* [...] é feita em 1604, e a mesma letra D é utilizada por este último impressor na composição tipográfica do elogio ao nascimento do Príncipe D. Filipe de Espanha, editado em 1606, assim como na folha 26 da *Iornada do arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes* [...], de Frei António de Gouveia, impressa também nesse ano. Desta forma, pode concluir-se que o jogo de capitulares a que nos referimos advém das oficinas do século anterior e foi dividido em alguma altura, ou então existiam pelo menos dois jogos de capitulares muito semelhantes.

A existência de capitulares muito semelhantes entre os impressores de Coimbra do século XVII é, aliás, um fenómeno recorrente. No que se refere particularmente a estas capitulares, também Nicolau de Carvalho dispunha de um conjunto muito semelhante a este, que utilizaria, por exemplo, na impressão da edição de 1617 da *Historia da India, no tempo em que a governou o Viso Rey Dom Luis d'Ataide* [...], de António Pinto Pereira.

Diogo Gomes de Loureiro possuía, também, um conjunto de letras capitulares semelhantes às que classificámos como *grupo 4*, aproximadamente com as mesmas dimensões, mas que oferecem cenas diferentes:



31. Letra utilizada por Diogo Gomes de Loureiro em 1606 (c. A 42 X L 42 mm.)⁵.



18. Letra utilizada por Manuel de Araújo, integrada no conjunto classificado como Grupo 4 (c. A 42 X L. 42 mm.).



As capitulares que Diogo Gomes de Loureiro utiliza, que mais remetem para o século anterior, são as que aparecem na composição do *Enchiridion missarum votivarum* [...], impresso já na terceira década de seiscentos (1621). Aparentemente, só foram utilizadas na impressão desta obra, onde aparecem conjugadas com partituras musicais e com gravuras, num ambiente visualmente harmonioso onde, não raro, são impressas a vermelho ou, até, a duas cores. Uma particularidade que não é comum na tipografia conimbricense do século XVII é a inclusão de palavras ou frases no interior das letras, o que acontece no caso das capitulares incluídas nesta obra. Exemplos significativos são os seguintes:



32. Letra R

Dimensões aproximadas: 64 de altura e 45 mm. de largura.

Inscrição: RESPICE / IN ME DÑ

⁵ Nesse ano, encontrámo-la a abrir o *Sermão do Doutor Gabriel da Costa*[...] no *Prestito que a Vniuersidade ordenou à Rainha Sancta, dando graças a Deos pello nascimento do Principe Dom Felipe* [...], integrado no volume com o título *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Philippe Dominico* [...], bem como a abrir o *Livro Segundo da Iornada do arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes* [...], de Frei António de Gouveia, folha 73.



33. Letra D

Dimensões aproximadas: 64 de altura e 64 mm. de largura.

Inscrição: DIRIGE ME / DOMINE.

Como se verifica, estas letras foram especificamente abertas para serem incluídas em obras de cariz religioso, mas não para um texto específico. Porém, cada uma delas tem uma relação próxima, com a inscrição que lhe foi adossada.

Não obstante, a maior parte das capitulares incluídas no *Enchiridion* [...] não eram decoradas, mas há uma referência pois surgem impressas a vermelho, com ou sem moldura, de modo a enriquecer o trabalho e a enquadrá-las mais completamente nas partituras da música sagrada, onde as linhas são impressas a vermelho e a notação a preto:



Folhas 85v.º - 86

As capitulares usadas nos trabalhos realizados nos primeiros anos de actividade de Diogo Gomes de Loureiro dificilmente permitem elaborar a reconstituição de conjuntos de letras minimamente coerentes; ainda assim, algumas letras reúnem características de tal modo semelhantes que podemos fazer um esforço por agrupá-las, como as que em seguida se reproduzem:

Grupo 6



34. c. A 26 X L. 26 mm.



35. c. A 26 X L. 26 mm.



36. c. A 26 X L. 26 mm.



37. c. A 26 X L. 26 mm.

As letras B e E foram retiradas da *Primera parte de Gusman de Alfarache* [...], de Mateus Aleman, impressa por Diogo Gomes de Loureiro, em 1600 (fls. 11 e 1, respectivamente). A capitular R foi extraída da folha, não numerada, de abertura da dedicatória da obra *De uita et laudibus S. P. N. Aur. Augustini* [...], impressa em 1612; a letra S, por seu turno, surge na folha 185 dos *Dialogos* [...], de Amador Arrais, impressos em 1604, e na dedicatória que Frei António de Gouveia, o autor da *Iornada do arcebispo de Goa* [...], dirige ao arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, impressa, como vimos, em 1612.

As capitulares que apresentamos em seguida, todas retiradas da edição dos *Dialogos* [...], de D. Frei Amador Arrais, impressa por Diogo Gomes de Loureiro em 1604, demonstram já um afastamento em relação à decoração preferida no século anterior, virando-se para a preponderância do elemento vegetalista:



38. c. A 35 X L. 35 mm.



39. c. A 35 X L. 35 mm.

Os *Dialogos* [...], foram, aliás, concebidos pelo impressor como uma obra esmerada sob o ponto de vista da utilização da decoração, com especial destaque para a capitular decorada. A maior parte das capitulares empregues revelam um gosto crescente pelo uso de motivos vegetalistas, variando no que respeita à dimensão e ao tratamento dos elementos decorativos:



40. c. A 47 X L. 47 mm.⁶



41. c. A 30 X L. 30 mm.



42. c. A 34 X L. 32 mm.



43. c. A 20 X L. 20 mm.



44. c. A 20 X L. 20 mm.

A única excepção é, efectivamente, a letra O, que abre o Diálogo Segundo (folha 33v.^o), onde aparece a representação de uma figura antropomórfica no interior da letra:



45. c. A 28 X L. 27 mm.

De igual forma, quando compõe a *De uita et laudibus S. P. N. Aur. Augustini* [...], em 1612, Diogo Gomes de Loureiro utiliza, apenas, uma capitular representando cenas que envolvem figuras humanas⁷, sendo todas as outras capitulares decoradas com motivos vegetalistas:

⁶ Capitular oriunda da oficina de António de Mariz. Cf. António de Aguiar, *Assertiones Ex libris de anima* [...], [Coimbra]: António de Mariz, 1582, fl. [1]. Tese apresentada à Universidade de Évora.

⁷ Vide letra n.º 34.



46. c. A 20 X L. 20 mm.



47. c. A 11 X L. 11 mm.



48. c. A 14 X L. 14 mm.



49. c. A 12 X L. 12 mm.

Atente-se no facto de estas letras não serem novas. A análise da *Primera parte de Gusman de Alfarache* [...], que Diogo Gomes de Loureiro imprimiu, ainda no século XVI (1600), permite reconstituir alguns conjuntos de letras, algumas das quais encontrámos nos livros a que nos referimos anteriormente:

Grupo 7



50. c. A 20 X L. 20 mm.



51. c. A 20 X L. 20 mm.



52. c. A 20 X L. 20 mm.



53. c. A 20 X L. 20 mm.



54. c. A 20 X L. 20 mm.



46. c. A 20 X L. 20 mm.



43. c. A 20 X L. 20 mm.



47. c. A 20 X L. 20 mm.



48. c. A 20 X L. 20 mm.



44. c. A 20 X L. 20 mm.

Ainda na mesma obra, encontram-se as seguintes capitulares:



49. c. A 16 X L. 17 mm.



50. c. A 17 X L. 17 mm.



51. c. A 17 X L. 17 mm.



52. c. A 17 X L. 17 mm.



53. c. A 19 X L. 19 mm.



54. c. A 17 X L. 17 mm.

Em teoria, a maior parte destas letras poderiam pertencer a um mesmo conjunto, à exceção da letra T, com dimensões ligeiramente maiores que as outras. Além disso, temos duas letras S, de modo que não sabemos qual delas pertenceria ao conjunto; na dúvida, decidimos não agrupar as letras, ficando o seu registo.

Um último exemplo das capitulares usadas pela oficina de Diogo Gomes de Loureiro é a letra F que abre o prólogo da *Iornada do arcebispo* [...], de Frei António de Gouveia, dada à estampa em 1606, cuja composição é bem mais elaborada, conjugando motivos antropomórficos e zoomórficos (ver ao lado).



55. c. A 61 X L. 61 mm.

3. A segunda metade do século XVII

A segunda metade do século é inaugurada com a persistência de algumas tipologias de capitulares observadas anteriormente; é o caso dos grupos 8 e 9, que Tomé Carvalho emprega, quase em exclusividade, no *Antidoto augustino* [...], de Frei António da Purificação, dado à estampa em 1660. A única letra utilizada na obra que não pertence a qualquer um destes grupos é a que reproduzimos ao lado e que aparece a abrir o Prólogo; mas já a tínhamos visto antes, no segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás, impresso por Manuel de Carvalho, em 1651 (cf. letra n.º 85).



(85). c. A28XL28 mm.



120. c. A. 27 X L. 27 mm. *seu Sancto Patriarcha o Beato Caietano* [...], obra impressa em 1672.

Na dedicatória a D. Manuel de Saldanha, reitor da Universidade de Coimbra,



121. c. A. 30 X L. 30 mm.

lavrada na
abertura da
edição da
*Axiomata, et
loca communia
iuris* [...], de
Simão Vaz
Barbosa,

Não obstante, Tomé Carvalho tinha adquirido algum material tipográfico que, aparentemente, não pertenceu a Diogo Gomes de Loureiro, nem tão pouco a Manuel de Carvalho; tal é o caso da capitular S, apresentada à esquerda, retirada da folha de abertura do *Sermam que o Doutor Fr. Antonio Correa* [...] *prègou na solemnidade, que os Religiosos Theatinos* [...] *celebraraõ a*



impressa em 1651, por Tomé Carvalho (na página anterior), apresenta-se uma outra capitular - a letra C - que ainda não tínhamos visto nas obras dos impressores de Coimbra, representando um animal (um gato ou um coelho) no interior da letra, que é inserta numa coroa de folhagem.

A letra A, que aparece na folha 264, pela composição iconográfica que apresenta, faz-nos recuar às letras do grupo 3, ou às que apresentámos sob os números 27 e 28; como pontos em comum, há as dimensões, a moldura e a composição sobre fundo negro. Porém, todas as outras capitulares apresentam figuras humanas e poucos (ou nenhuns) elementos vegetalistas.



122. c. A. 20 X L. 20 mm.

O motivo vegetalista é, efectivamente, predominante na decoração das capitulares empregues por Tomé Carvalho, como se verifica pelos espécimes apresentados em seguida, retirados do *Sermam na canonizaçam, do gloriozo S. Francisco de Boria* [...], de D. Gaspar dos Anjos, dado à estampa em 1672:



123. c. A. 20 X L. 20 mm.



124. c. A. 30 X L. 30 mm.

O mesmo sucede em relação à obra tipográfica da Viúva de Manuel de Carvalho, conforme se verifica pelos exemplos seguintes:



125. c. A. 21 X L. 21 mm.



126. c. A. 20 X L. 19 mm.



127. c. A. 32 X L. 32 mm.



128. c. A. 29 X L. 29 mm.



129. c. A. 20 X L. 22 mm.



130. c. A. 30 X L. 30 mm.



131. c. A. 30 X L. 30 mm.

As capitulares apresentadas anteriormente foram retiradas de diversos sermões, onde se localizavam, normalmente, a abrir o texto. A relação destas obras é a seguinte:

n.º	obra de onde a capitular foi extraída
125	Cristóvão de Fóios, <i>Orassam Pathetica do descendimento da Cruz.</i> , 1669
126	Cristóvão de Almeida, <i>Sermam do glorioso Sam Ioseph [...]</i> , 1673
127	Cristóvão de Almeida, <i>Sermam da Soledade [...]</i> , 1676
128	Jerónimo Peixoto da Silva, <i>Sermão na festa que se fez na collocação da Senhora da Graça em o muro da Cidade de Lisboa [...]</i> , 1664
129	António Correia, <i>Sermão funebre do Doutor Manoel Pereira de Mello [...]</i> , 1675
130	Gonçalo da Madre de Deus Semblano, <i>Sermão da Senhora da Lus.</i> , 1675
131	António Correia, <i>Sermão funebre do Doutor Manoel Pereira de Mello [...]</i> , 1675

A estes exemplos, podemos acrescentar uma outra capitular, que abre o *Sermão da Soledade de Nossa Senhora [...]*, de Frei Francisco de Santo Agostinho, impresso na oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, em 1664, isto é, no seu primeiro ano de actividade; essa capitular, que apresentamos à direita, é muito semelhante à letra

número 93, que englobámos no grupo 5, e que encontrámos nas obras tipográficas de Diogo Gomes de Loureiro, de Manuel de Araújo e de Nicolau de Carvalho. Não podemos afiançar qual a origem desta letra, que chegou à oficina de Maria Coutinha, mas ao menos reforçamos a ideia que o material tipográfico, nomeadamente as capitulares decoradas, as vinhetas e as gravuras tinham uma enorme longevidade.

A oficina da Viúva de Manuel de Carvalho detinha, pelo menos, um conjunto de capitulares com um gosto estético bem diferente das anteriores, pois elas apresentavam molduras mais elaboradas,

decoradas com motivos geométricos; no interior das molduras, as letras eram rodeadas por motivos vegetalistas muito simples:

Grupo 11



132. c. A. 22 X L. 22 mm.



133. c. A. 22 X L. 22 mm.



134. c. A. 22 X L. 22 mm.

Mais uma vez se tentou reconstruir o conjunto de capitulares, a partir de diversas obras:

n.º	letra	obra de onde a capitular foi extraída
132	A	Vitoriano Costa, <i>El mayor entre los grandes</i> [...], 1675
133	N	Jerónimo Ribeiro de Carvalho, <i>Sermão que pregou o D. Hieronymo Ribeyro de Carualho Chantre em a See de Coimbra. Na Vniuersidade da mesma Cidada [sic]</i> [...], 1672
134	R	Gonçalo da Madre de Deus Semblano, <i>Sermam das soledades da Mãe de Deos</i> [...], [1675]



O último exemplo que apresentamos é uma capitular que não conseguimos associar no contexto de um conjunto - uma capitular P, que abre o *Sermão da Soledade da Virgem Santissima Senhora Nossa*. [...], de D. Luís Lobo, impresso em 1676, e que indica que o grupo 11 não seria o único, com as características acima expostas, a ser utilizado nessa época.



135. c. A. 20 X L. 22 mm.

O material tipográfico de Rodrigo de Carvalho Coutinho era muito semelhante ao da Viúva de Manuel de Carvalho; na realidade, era tão semelhante que podemos interrogar-nos se as duas oficinas poderiam ter partilhado, ao menos, algum material tipográfico. Como exemplo, podemos observar as seguintes capitulares:



136. c. A. 22 X L. 22 mm.



137. c. A. 22 X L. 22 mm.

Na realidade, a iconografia destas capitulares é rara em Coimbra e parece que estas capitulares não foram empregues senão nas oficinas da Viúva de Manuel de Carvalho e de Rodrigo de Carvalho Coutinho. A letra I e a letra S foram retiradas da *Missae Propriae Festorum Ordinis Fratrum Minorum* [...], impressa na oficina deste último tipógrafo em 1675, e podemos incluí-las no grupo 11, que fica provisoriamente assim constituído:

Grupo 11



(132). c. A. 22 X L. 22 mm.



(136). c. A. 22 X L. 22 mm.



(133). c. A. 22 X L. 22 mm.



(134). c. A. 22 X L. 22 mm.



(137). c. A. 22 X L. 22 mm.

A restante obra tipográfica de Rodrigo de Carvalho Coutinho não tem muito mais de assinalável ao nível das capitulares decoradas. Além da utilização de capitulares do tipo que classificámos como *grupo 8* - caso da letra O, que abre o *Sermam do dia de cinza*. [...], do Padre António de Sá, impresso em 1673, encontramos uma capitular A (n.º 138) que apresenta notáveis semelhanças com as letras números 130 e 131, acima apresentadas.



138. c. A. 30 X L. 30 mm.

Bem individualizado era o material tipográfico de Manuel Dias, embora este adquira, para a constituição da sua oficina, algum material oriundo de oficinas conimbricenses mais antigas, como é exemplo as seguintes capitulares, utilizadas na impressão do *Jardim de Apolo* [...], de Francisco de Francia y Acosta, em 1658:



(6). c. A. 32 X L. 32 mm.



(7). c. A. 32 X L. 32 mm.



(86). c. A. 29 X L. 29 mm.



139. c. A. 14 X L. 14 mm.

As três primeiras letras são facilmente reconhecíveis como tendo pertencido a Manuel de Araújo e a Nicolau de Carvalho: o N e o T pertencem ao *grupo 2*, e a letra C ao *grupo 10*.

Não obstante, Manuel Dias introduzirá novo material ao longo da sua carreira, atendendo a uma actualização de conceitos estéticos. Ainda antes da obra atrás referida, este tipógrafo inclui duas capitulares na *Historia Vniuersal* [...], de Manuel dos Anjos, impressa em 1651, onde evidencia uma tendência para a estilização do elemento vegetal, em ramagens que se articulam em volta das letras e de eventuais elementos decorativos com predominância para os jarrões:



140. c. A. 22 X L. 22 mm.



141. c. A. 19 X L. 19 mm.

Igual tendência se verifica nas *Auroras de Diana* [...], de Pedro de Castro y Añaya, dadas à estampa em 1654:



142. c. A. 26 X L. 26 mm.



143. c. A. 23 X L. 23 mm.

E, ainda, no volume de poesias de Paulo Gonçalves de Andrada, impresso em 1658:



144. c. A. 23 X L. 23 mm.

Em 1677, Manuel Dias ainda utilizava algumas capitulares deste último género, como o S seguinte, incluído nas *Locupletissimae, et utilissimae Esplanationes in Nouam Reformationem*. [...], de Tomé Vaz:



145. c. A. 20 X L. 20 mm.

Na mesma obra, surgem outras capitulares decoradas com o mesmo tipo de motivos, embora tratados de forma diferente:



146. c. A. 32 X L. 33 mm.



147. c. A. 32 X L. 33 mm.

Ainda no mesmo livro, surge uma capitular que, em 1676, tinha aparecido na oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, na impressão do *Sermão da Soledade da Virgem Santissima Senhora Nossa*. [...], de D. Luís Lobo (cf. letra n.º 135):



Capitular utilizada pela Viúva de Manuel de Carvalho em 1676 (cf. n.º 135)
(c. A. 20 X L. 22 mm.)



Capitular utilizada por Manuel Dias em 1677
(c. A. 20 X L. 22 mm.)

Manuel Dias, aliás, utiliza outras capitulares ornadas com moldura, muito semelhantes às que a Viúva de Manuel de Carvalho emprega na impressão de livros, que referenciámos como *grupo II*:



148. Capitular utilizada por Manuel Dias
(c. A. 22X L. 22 mm.)



Capitular utilizada pela
Viúva de Manuel de Carvalho (cf. n.º 132)
(c. A. 22X L. 22 mm.)

A anterior capitular foi retirada do *Sermam das lagrimas de S. Pedro* [...], de Jerónimo Ribeiro de Carvalho, impresso, por Manuel Dias, em 1672. Note-se, no entanto, as diferenças existentes no rebordo exterior da moldura, com uma linha mais



149. c. A. 22X L. 22
mm.

larga no caso da capitular utilizada na oficina de Maria Coutinha; de igual forma, há diferenças nos motivos geométricos da moldura.

Em 1675, na impressão do *Sermão do discipulo amado* [...], de Luís da Anunciação, Manuel Dias emprega uma capitular do mesmo género, mas substancialmente diferente (cf. n.º 149).

A mais completa série de capitulares decoradas que encontrámos em Coimbra, durante o século XVII, está no *Liber utilissimus iudicibus, et aduocatis* [...], de António Cardoso do Amaral, impresso, por Manuel Dias, em 1685. Composto em jeito de dicionário temático, sob cujas rubricas são tratados os diversos assuntos do foro jurídico que constituem a base do texto, a obra permite apresentar um alfabeto muito completo:

Grupo 12



150. c. A. 29X L. 29
mm.



151. c. A. 29X L. 29
mm.



152. c. A. 29X L. 29
mm.



153. c. A. 29X L. 29
mm.



154. c. A. 29X L. 29
mm.



155. c. A. 29X L. 29
mm.



156. c. A. 29X L. 29
mm.



157. c. A. 29X L. 29
mm.



158. c. A. 29X L. 29 mm.



159. c. A. 29X L. 29 mm.



160. c. A. 29X L. 29 mm.



161. c. A. 29X L. 29 mm.



162. c. A. 29X L. 29 mm.



163. c. A. 29X L. 29 mm.



164. c. A. 29X L. 29 mm.

Neste conjunto faltam algumas letras, substituídas por diversas capitulares que apresentaremos adiante. Porém, importa aqui salientar que vários impressores da segunda metade do século XVII possuíam capitulares parecidas a estas mas, no entanto, diferentes. O próprio Manuel Dias possuiria dois conjuntos de capitulares do mesmo género, como prova a capitular L que abre o *Sermam da Cinza* [...], de João de Carvalho, impresso em 1677 (cf. n.º 165).



165. c. A. 29X L. 29 mm.

Entre os restantes impressores activos nesta época, um dos que teve dois conjuntos deste género foi José Ferreira:

Grupo 13



166. c. A. 29X L. 29 mm.



167. c. A. 29X L. 29 mm.



168. c. A. 29X L. 29 mm.



169. c. A. 29X L. 29 mm.



170. c. A. 29X L. 29 mm.



171. c. A. 29X L. 29 mm.



172. c. A. 29X L. 29 mm.



173. c. A. 29X L. 29 mm.

Grupo 14



174. c. A. 29X L. 29 mm.



175. c. A. 29X L. 29 mm.



176. c. A. 29X L. 29 mm.



177. c. A. 29X L. 29 mm.



178. c. A. 29X L. 29 mm.



179. c. A. 29X L. 29 mm.



180. c. A. 29X L. 29 mm.



181. c. A. 29X L. 29 mm.

Estas capitulares foram retiradas, essencialmente, do *Liber utilissimus iudicibus, et aduocatis* [...], de António Cardoso do Amaral, edição de 1695, impressa por José Ferreira, excepto as letras números 168 e 174, retiradas das duas impressões do *Sermam do rosario* [...], de João Coelho, ambas impressas em 1677; e, ainda, da edição da *Axiomata, et loca cõmunia iuris* [...], de Simão Vaz Barbosa, impressa em 1686, de onde se retirou a letra número 173. Uma outra letra, do mesmo género, aparece a abrir o *Sermam do Acto da Fee* [...], pregado por Aires de Almeida e impresso em 1697; não obstante, parece não pertencer a qualquer um dos conjuntos anteriores. Na página 3 do *Sermão do Evangelista Sam Marcos* [...], de João de Sousa de Carvalho, impresso em 1689, surge a capitular número 168.



182. c. A. 29 X L. 29 mm.

João Antunes utiliza, também, pelo menos um conjunto de capitulares semelhantes:

Grupo 15



183. c. A. 29 X L. 29 mm.



184. c. A. 29 X L. 29 mm.



185. c. A. 29 X L. 29 mm.



186. c. A. 29 X L. 29 mm.



187. c. A. 29 X L. 29 mm.



188. c. A. 29 X L. 29 mm.



189. c. A. 29 X L. 29 mm.



190. c. A. 29 X L. 29 mm.

Uma parte destas letras foram usadas na parenética, como é o caso do E e do A (letras 187 e 183), respectivamente empregues na dedicatória e no início do *Sermam no officio dos defuntos* [...], de José de Faria Manuel, e do B (letra 184), que aparece na abertura de uma das variantes do *Sermam da Virgem Maria* [...], de António Pinto da Cunha, ambos impressos no ano de 1692.

Enfim, também Manuel Rodrigues de Almeida possuiu um conjunto semelhante:

Grupo 16



191. c. A. 29 X L. 29 mm.



192. c. A. 29 X L. 29 mm.



193. c. A. 29 X L. 29 mm.



194. c. A. 29 X L. 29 mm.



195. c. A. 29 X L. 29 mm.



196. c. A. 29 X L. 29 mm.



197. c. A. 29 X L. 29 mm.



198. c. A. 29 X L. 29 mm.



199. c. A. 29 X L. 29 mm.



200. c. A. 29 X L. 29 mm.



201. c. A. 29 X L. 29 mm.



202. c. A. 29 X L. 29 mm.



203. c. A. 29 X L. 29 mm.



204. c. A. 29 X L. 29 mm.

Todas estas letras foram retiradas do *De munere judicis orphanorum* [...], de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, impresso, por Manuel Rodrigues de Almeida, em 1699, onde pode encontrar-se, também, a capitular reproduzida à direita (n.º 205), que apresenta claras relações com a letra número 135.



205. c. A. 20 X L. 20 mm.

Voltando à obra tipográfica de Manuel Dias, encontramos, ainda, algumas capitulares que importa considerar. É o caso das que apontamos em seguida, que parecem fazer parte de um mesmo conjunto:

Grupo 17

<p>206. c. A. 29 X L. 29 mm.</p>		<p>207. c. A. 29 X L. 29 mm.</p>

Finalmente, apresentamos as capitulares que completam o conjunto empregue na impressão do *Liber utilissimos iudicibus, et aduocatis* [...], de António Cardoso do Amaral, impresso em 1685, ao qual nos referimos a propósito do grupo 12. Três delas,

pela análise dos elementos decorativos e pelas suas dimensões, aparentam constituir um grupo autónomo:

Grupo 18



208. c. A. 35 X L. 35 mm.



209. c. A. 35 X L. 35 mm.



210. c. A. 35 X L. 35 mm.

Restam apenas duas capitulares, que não se enquadram em qualquer grupo encontrado:



211. c. A. 43 X L. 43 mm.



212. c. A. 30 X L. 31 mm.

José Ferreira, além dos conjuntos de capitulares que já vimos, teria pelo menos mais dois, de menores dimensões:

Grupo 19



213. c. A. 20 X L.
20 mm.



214. c. A. 20 X L.
20 mm.



215. c. A. 20 X L.
20 mm.



216. c. A. 20 X L.
20 mm.



217. c. A. 20 X L.
20 mm.



218. c. A. 20 X L.
20 mm.



219. c. A. 20 X L.
20 mm.



220. c. A. 20 X L.
20 mm.



221. c. A. 20 X L.
20 mm.



222. c. A. 20 X L.
20 mm.



223. c. A. 20 X L.
20 mm.



224. c. A. 20 X L.
20 mm.



225. c. A. 20 X L.
20 mm.



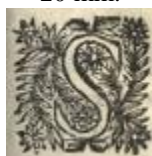
226. c. A. 20 X L.
20 mm.



227. c. A. 20 X L.
20 mm.



228. c. A. 20 X L.
20 mm.



229. c. A. 20 X L.
20 mm.



230. c. A. 20 X L.
20 mm.



231. c. A. 20 X L.
20 mm.

Este primeiro conjunto encontra-se quase totalmente nas *Observationes* [...], de Miguel de Reinoso, excepto a letra G, que surge no *Tratado panegyrico em louuor da uilla de Barcellos* [...], de Pedro de Poiares, obra em que podemos encontrar, também, exemplos das letras O e R. Nas *Observationes* [...], encontramos duas letras C muito idênticas, a segunda das quais vem aqui reproduzida:



232. c. A. 20 X L. 20 mm.

Segue-se o segundo conjunto de capitulares com dimensões um pouco maiores, também presente nas *Observationes* [...], de Reinoso:

Grupo 20



233. c. A. 22 X L.
22 mm.



234. c. A. 22 X L.
22 mm.



235. c. A. 22 X L.
22 mm.



236. c. A. 22 X L.
22 mm.



237. c. A. 22 X L.
22 mm.



238. c. A. 22 X L.
22 mm.



239. c. A. 22 X L.
22 mm.



240. c. A. 22 X L.
22 mm.



241. c. A. 22 X L.
22 mm.

Nesta obra, onde se verifica a profusa utilização de decoração deste tipo, restam duas capitulares que importa registar, embora não consigamos agrupá-las:



242. c. A. 37 X L. 37 mm.



243. c. A. 22 X L. 22 mm.

Estas capitulares distinguem-se das anteriores pela dimensão, no primeiro caso, e pela utilização de uma moldura a enquadrar os motivos decorativos, no segundo. Mas José Ferreira utiliza também um recurso pouco comum para a época, que se baseia na introdução de uma maiúscula numa moldura, construindo dessa forma uma capitular decorada:



244. c. A. 22 X L. 22 mm.



245. c. A. 22 X L. 22 mm.

No *Sermam do rosario* [...], impresso em 1677, encontra-se uma letra capitular (n.º 245) que se assemelha a uma letra que João Antunes utilizaria anos mais tarde. Não sabemos quando João Antunes adquiriu a referida capitular, mas ela existia na sua oficina em 1717, quando imprimiu as *Caesareas conclusiones* [...], de António Moreira de Sousa (n.º 238). Aliás, não seria a única capitular desse conjunto que existiria na oficina de João Antunes, pois conhecemos um S que poderia pertencer ao mesmo conjunto, e que se encontra impresso nessa mesma obra (n.º 246)



246. c. A. 22 X L. 22 mm.



247. c. A. 22 X L. 22
mm.

Aqui, João Antunes demonstra que, entre o seu material tipográfico, existiria, pelo menos, mais um conjunto de capitulares com características semelhantes à letra que apresentámos com os números 245 e 247. Apesar de não nos ter sido possível documentar a existência desse grupo no século XVII, nem tão pouco a data em que João Antunes o pudesse ter adquirido, propomos aqui uma reconstrução:

Grupo 21



248. c. A. 22 X L. 22
mm.



249. c. A. 22 X L. 22
mm.



250. c. A. 22 X L. 22
mm.



251. c. A. 22 X L. 22
mm.



252. c. A. 22 X L. 22
mm.



253. c. A. 22 X L. 22
mm.



254. c. A. 22 X L. 22
mm.

O segundo conjunto de capitulares decoradas que existia na oficina de João Antunes é, efectivamente, importante para este estudo, porque já existia, pelo menos, desde 1699, ano em que o tipógrafo deu à estampa o *Tractatus de recusationibus* [...], de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim. No início do prólogo, colocou uma capitular P que voltou a ser utilizada nas *Caesareas conclusiones* [...], dezoito anos depois, juntamente com outras capitulares do mesmo género:

Grupo 22



255. c. A. 48 X L. 48 mm.



256. c. A. 48 X L. 48 mm.



257. c. A. 48 X L. 48 mm.



258. c. A. 48 X L. 48 mm.

Em 1698, vamos encontrar uma letra semelhante, um O maiúsculo, em várias páginas do *Bautisterio, e ceremonial dos sacramentos* [...] (páginas 2, 35 e 37), que podemos integrar neste grupo, o que nos permite fazer remontar a sua existência na oficina a esse ano.



259. c. A. 48 X L. 48 mm.

Conclusões

A análise do material tipográfico existente nas diversas oficinas operantes na Coimbra seiscentista permite-nos aperceber uma possível linha de sucessão entre elas. Efectivamente, é difícil traçar tal linha e não se pode afirmar que oficinas precederam outras: parece ser usual o material tipográfico circular quando cessa a actividade de uma oficina, possivelmente através da sua alienação. Tal é o caso das oficinas de Tomé Carvalho e de Manuel Dias face à de Manuel de Carvalho: a partir do desaparecimento desta oficina, o material tipográfico parece ter sido repartido entre as outras. Por outro lado, é possível estabelecer a linha de circulação de algum material tipográfico: o que pertence a determinada oficina, desaparece por uns anos e volta a aparecer em oficinas posteriores.

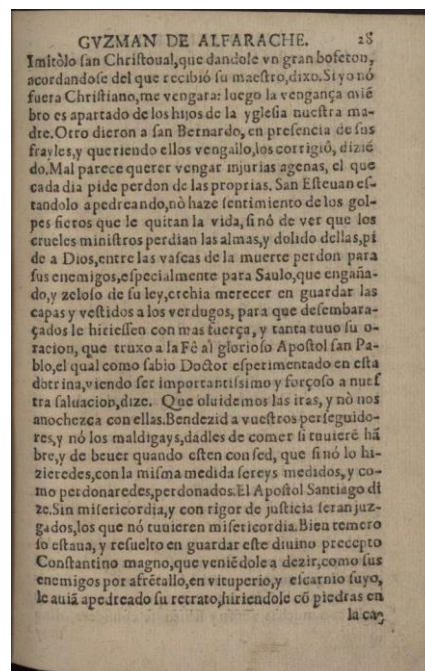
No que respeita à estética, confirma-se o desaparecimento gradual das capitulares historiadas e do bestiário típico do século XVI, e que ainda existia no início do XVII. Em contrapartida, impõem-se as capitulares decoradas com motivos vegetalistas, com ou sem moldura; verifica-se, igualmente, uma tendência para a estilização desses motivos, que aparecem cada vez mais geometrizados.

D. Os tipos

Falta abordar ainda um outro elemento tipográfico: o tipo – a letra corrente, com que se compõe o texto impresso. No período em estudo, a letra gótica já não é frequente e é o chamado romano que se impõe, nas suas duas variantes: o redondo e o itálico. Este último é menos usual, empregue maioritariamente para citações (muitas vezes em latim), ou remissões para outros textos; o seu uso é generalizado em partes do livro externas ao texto principal, como licenças, dedicatórias, índices, glosas e notas marginais.

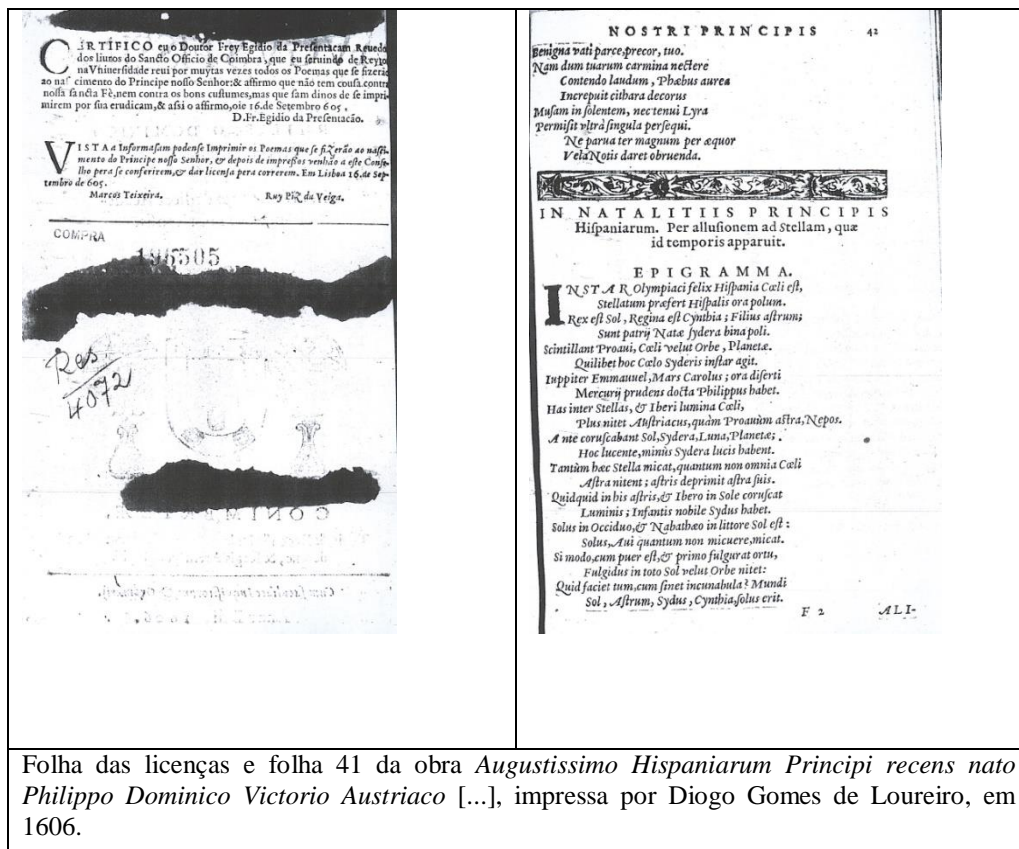
No que diz respeito ao corpo da letra utilizada, verifica-se uma maior diversidade. Conforme indica João Alves Dias, a medida da letra, para os séculos XV a XVIII, obtém-se através da medição de um conjunto de vinte linhas¹, visto que, na época que considerámos, não existia ainda uma escala definida para as medidas das letras.

Na generalidade, o texto principal dos livros em estudo é impresso com um corpo entre 10 e 14, o que corresponde a medidas entre os 74 e os 104 milímetros por cada grupo de vinte linhas; raramente se utiliza um corpo menor (e nunca inferior a 8, que corresponde a cerca de 60 milímetros por um grupo de vinte linhas) e, nos casos em que se utiliza uma letra de maior dimensão, nunca ultrapassa o correspondente ao corpo 16 (cerca de 120 milímetros). Junto ao texto principal, podem aparecer glosas, impressas quase sempre num corpo inferior, geralmente 8 ou 10.

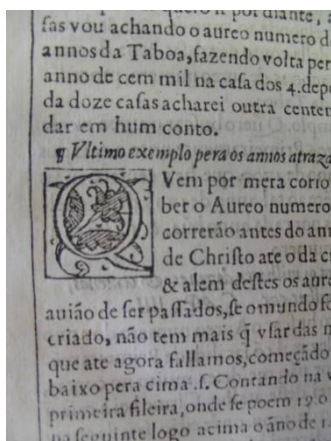
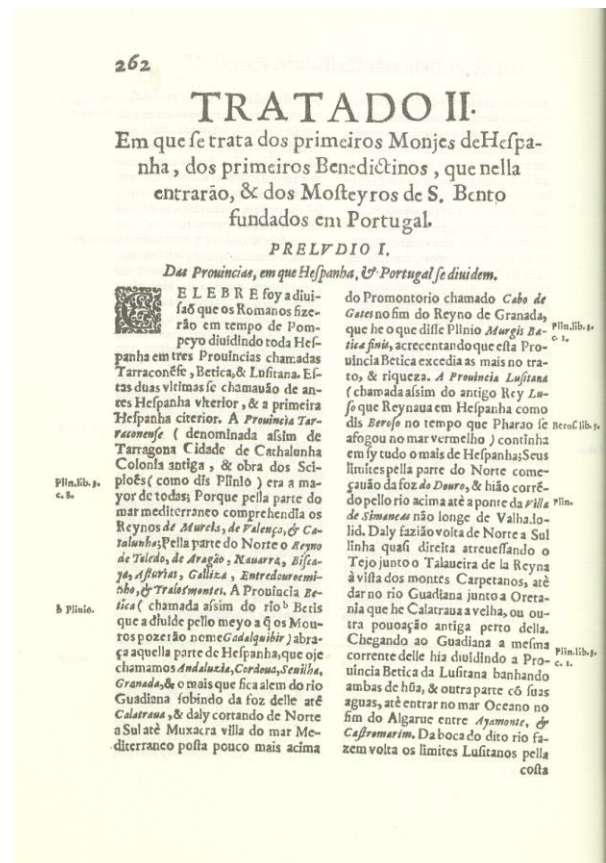


¹ Cf. João José Alves Dias, *Iniciação à Bibliofilia*, Lisboa, Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, MCMXCIV, pp. 22-23.

As primeiras obras que considerámos neste estudo, datadas de 1600 (portanto ainda pertencentes ao século XVI), mostram precisamente a implantação do redondo na tipografia. É o caso da *Primera parte de Gusman de Alfarache* [...], de Mateus Alemão, impressa por Diogo Gomes de Loureiro nesse ano, que apresenta uma letra redonda de corpo 10, sem inclusão de qualquer outra no texto principal (ver na página anterior, a página 28 da obra). Porém, o impressor possuía um parque tipográfico bem mais variado, como se verifica pela análise da obra *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Philippo Dominico Victorio Austriaco* [...], impressa em 1606, cujo enquadramento histórico foi realizado anteriormente; interessa reter que é uma colectânea de textos, entre sermões e poesias, dedicados ao príncipe. Assim, Diogo Gomes de Loureiro utiliza diversos corpos de letra para imprimir os diferentes textos: no sermão do Doutor Gabriel da Costa (ao lado direito), o impressor utiliza simultaneamente corpos redondo e itálico, de tamanho 10; nas licenças emprega, igualmente, o redondo e o itálico, mas de corpo 8; nas poesias usa o redondo 10 e 14, bem como o itálico 16.



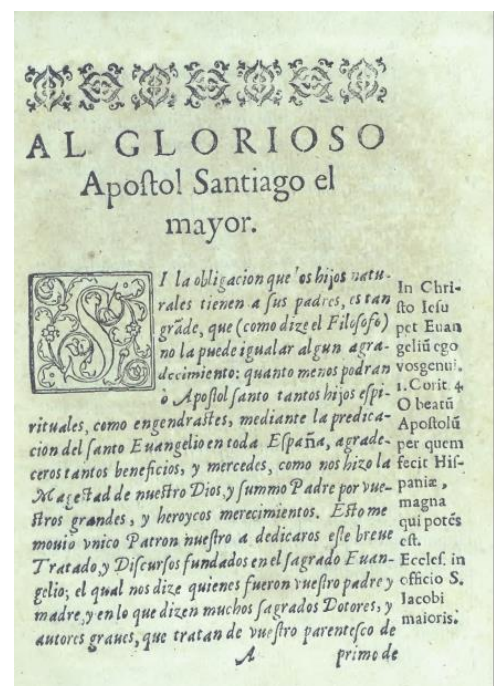
A inclusão conjunta do romano com o itálico no texto dos livros é uma prática corrente nas obras dos tipógrafos activos no século XVII, e Diogo Gomes de Loureiro não é excepção. No primeiro tomo da *Benedictina Lusitana* [...], obra da autoria de Frei Leão de São Tomás, que Diogo Gomes de Loureiro imprime em 1644, verifica-se a existência de dois elementos que não pudemos ver nas obras apresentadas anteriormente: a inclusão do itálico num texto impresso com letra redonda e as remissões impressas à margem num corpo mais pequeno. Assim, na página 262 (ao lado direito), vemos o texto impresso a duas colunas em redondo e itálico corpo 12, com notas marginais impressas em redondo corpo 8.



Todos os outros impressores activos em

Coimbra seguem esta composição do livro, com pequenas variantes: por exemplo, Manuel de Araújo emprega na composição do texto da *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, um redondo de corpo 14, ao lado do itálico do mesmo corpo para compor os subtítulos (ver ao lado esquerdo).

Nicolau de Carvalho, Manuel de Carvalho (seu filho) e os Craesbeeck que trabalharam em Coimbra seguem os mesmos esquemas. Ao lado direito, apresenta-se a primeira página da dedicatória dirigida ao Apóstolo São Tiago Maior, da obra *Defensa euangelica de la cognacion, y parentesco de nuestro glorioso apostol, y vnico Patron de España Santiago el mayor con Christo* [...], da autoria de Frei António Bacelar, impressa por Nicolau de Carvalho, em 1631, onde se pode verificar o texto impresso em itálico, corpo 14, com glosas marginais em letra redonda, um pouco menor, corpo 12.



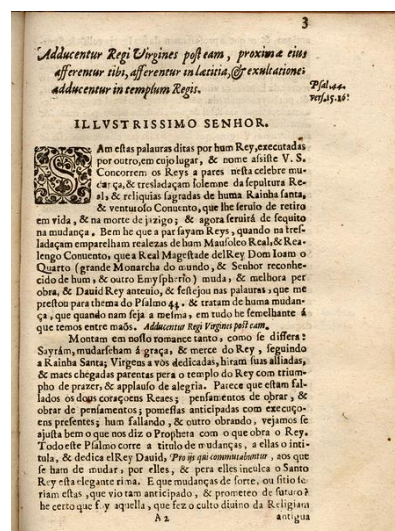


Manuel de Carvalho foi o impressor, em 1651, do segundo tomo da *Benedictina Lusitana* [...], de Frei Leão de São Tomás. Na sua composição, seguiu o esquema que tinha sido utilizado por Diogo Gomes de Loureiro na impressão do primeiro tomo, em 1644: um texto impresso a duas colunas, utilizando letra redonda e itálica de corpo 12, com notas marginais em itálico, corpo 8 (ver página 1, ao lado esquerdo). Em geral, Manuel de Carvalho utiliza corpos de letra de maior dimensão nos sermões que saíram da sua oficina, predominando o corpo 14. Quando os livros são de formato mais pequeno, como os *in-8.º*, o tamanho do corpo baixa para 8 ou 10 (como é o caso da obra *Paciecidos libri duodecim*

[...], da autoria de Bartolomeu Pereira, um 8.º, impresso em 1640, onde se utiliza letra redonda e itálica de corpo 8).

No que diz respeito aos vários representantes da família Craesbeeck, há que notar que quase todas as obras por eles impressas em Coimbra apresentam tipos de letra redonda e itálica de corpo 10, rareando corpos diferentes; veja-se o exemplo apresentado à direita: a primeira folha (página 3) do *Sermam que o Padre Mestre Bento de Siqueyra [...] prègou em S. Clara à primeyra pedra do Templo [...]* (Paulo Craesbeeck, 1650), utilizando os tipos acima descritos.

A segunda metade do século XVII não trouxe novidades no que respeita aos tipos utilizados, dado que houve, na sua maioria, uma manutenção do material tipográfico das oficinas.



No sentido de exemplificar os diversos corpos, apresentamos algumas das letras utilizadas pelos impressores activos na primeira metade do século XVII, em Coimbra:

A B C D E F H I L M N P Q R S T

corpo 10

a b c d e f g h i j l m n o p q r s t u v y z

corpo 10

A B C D E F G I O P R S T V

corpo 14

a b c c̃t d e g i l m n o p q r s̃i t u

corpo 14

Tipos utilizados por Diogo Gomes de Loureiro na impressão do livro *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Philippo Dominico Victorio Austriaco* [...], feita em 1606.

A I L M O R S T V

títulos
corpo 16

A C D E F G I L M N O R S T V

corpo 14

a c d e f g h i j l m n o p r s̃i t u

corpo 14

A S V

corpo 14

a c d e f g h i l m n o p r s̃i t u

corpo 14

Tipos utilizados por Manuel de Araújo na composição da obra *Arte do computo ecclesiastico* [...], de Leandro de Figueiroa Fajardo, impressa em 1604.

A C D E F I K P T Y

corpo 12

a b c d f g h i j l m n o p q r s̃i t u

corpo 12

A C D E I L M P R S T V

corpo 12

a c c̃ d e f g h i j k l m n o p q r s̃i t u v

corpo 12

Tipos empregues por Nicolau de Carvalho na impressão do livro *Defensa euangelica de la cognacion, y parentesco de nuestro glorioso apostol, y vnico Patron de España Santiago el mayor con Christo* [...], da autoria de Frei António Bacelar, realizada em 1631.

Conclusão

Conclusão

O objectivo principal desta conclusão é obter uma panorâmica geral da tipografia conimbricense do século XVII, que estava directamente relacionada com o ambiente universitário da cidade. Na verdade, este texto, que encerra a nossa dissertação, não pretende ser uma verdadeira conclusão, mas antes uma síntese de conclusões. Isto porque, por um lado, as conclusões obtidas foram sendo explanadas nos capítulos correspondentes; por outro lado, porque, como evidenciámos, não se pretendeu obter conclusões definitivas ou leis - com efeito, no estudo da tipobibliografia todas as conclusões são efémeras e são válidas somente até ao aparecimento de conhecimento novo que as complete ou que implique a sua rejeição.

Como vimos, uma boa parte dos livros impressos destinava-se a um público específico, ligado à Universidade, se bem que o livro impresso não fosse um objecto barato; seria, no entanto, bem mais acessível que os livros manuscritos, embora estes continuassem a correr, sobretudo entre os estudantes - é que, apesar de tudo, nem todos poderiam adquirir determinados tipos de livros, como os tratados de direito civil ou canónico, ou os de teologia, geralmente volumosos e caros; já os frequentadores de estudos avançados, nomeadamente dos níveis de doutoramento, teriam melhores condições económicas para o conseguir.

O público consumidor de livros não se limitaria a professores e estudantes da Universidade, como prova o enorme sucesso editorial da parenética, em edições economicamente muito acessíveis; o público-alvo seriam os clérigos que ocupavam os mosteiros e colégios, que se fixavam em grande número na cidade, atraídos pelos estudos universitários e pela formação a que o Concílio de Trento tinha obrigado.

Os agentes ligados ao livro impresso não eram, naturalmente, apenas os leitores: há uma organização na produção e difusão do livro impresso, desde a sua impressão numa oficina tipográfica, a sua montagem, encadernação e venda na tenda de um livreiro e, finalmente, a sua posse e leitura por quem o compra. Porém, existem outros figurantes nesta história, como os patrocinadores ou mecenas, ou os mercadores de livros. Ao longo do século XVII, assiste-se, em Coimbra, a uma evolução que leva a que o mercador de livros se imponha na segunda metade da centúria: nas primeiras décadas de seiscentos, são os mecenas que financiam a impressão dos livros, o que lhes vale dedicatórias e discursos encomiásticos nos rostos dos livros e nas suas primeiras

páginas. A partir de 1650, se o mecenas não desaparece, pelo menos assiste à ascensão do mercador de livros, um comerciante com poder económico suficiente para mandar imprimir livros e financiar edições.

Evidentemente que não é apenas a ânsia do lucro que leva estes homens a investir no mercado do livro. Desde o início da tipografia em Portugal, que se assiste a uma tentativa de ascensão social por parte dos tipógrafos, baseando-se nas mercês concedidas por D. Manuel I a Jacob Cromberger, para este se instalar no reino. A tentativa falhou, mas o diploma régio foi aproveitado por outros tipógrafos para reclamarem, por analogia, os mesmos direitos. No século XVII, já não eram somente os tipógrafos a tentar ascender socialmente, mas a eles juntam-se os livreiros, que não se podiam socorrer do diploma de D. Manuel. Foi necessário recorrer a outros expedientes, como a tentativa de habilitação a familiar do Santo Ofício que, além da promoção social que implicava, os libertava de algum peso da opressiva vigilância da censura inquisitorial. Na primeira metade do século XVII, os livreiros e os impressores eram já membros respeitados entre a população de Coimbra; tinham fazenda, que lhes permitia concorrer para as principais festas da cidade e, com o tempo, começaram a dedicar-se ao comércio livreiro de longo trato, assumindo a designação de *mercadores de livros* para serem distinguidos dos livreiros, que vendiam por miúdo e, sobretudo, que exerciam o ofício mecânico de encadernar os livros.

O progresso da tipografia, ao longo do século revela-se, também, no que respeita aos recursos técnicos e aos materiais empregues. O material tipográfico, em geral, é renovado e os padrões estéticos são alterados, essencialmente, ao nível da vinheta e da capitular decorada: subsistem os padrões vegetalistas, em detrimento do antropomórfico e do zoomórfico. Ao nível da gravura, o gosto é mais uniforme, permanecendo a imagética cristã associada a elementos neo-clássicos, articulando-se todo o conjunto com o discurso encomiástico - não esqueçamos que a maior parte das gravuras aparece nas portadas dos livros, que são dedicados quase sempre a grandes figuras do reino.

Com estes estudos, obtivemos uma visão global da imprensa seiscentista de Coimbra que, pela sua generalidade, é mais um ponto de partida, ou pelo menos, um ponto intermédio, do que um ponto de chegada: referência para futuros estudos, com maior grau de pormenorização, quase uma micro-história da tipografia portuguesa do século XVII. Apesar de produzir, no nosso entender, um avanço no conhecimento da história do livro impresso em Portugal, não se trata (nem esse era o nosso objectivo) de um projecto encerrado.

Bibliografia

Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias régias:

Chancelaria de D. Sebastião – Ofícios, doações e mercês, Livro 10

Chancelaria de D. Filipe I – Ofícios, doações e mercês, Livros 2, 3, 4

Chancelaria de D. Filipe II – Ofícios, doações e mercês, Livros 1, 2, 20, 32, 42

- Perdões e legitimações, Livros 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 16, 22, 23, 25, 28

Chancelaria de D. Filipe III – Ofícios, doações e mercês, Livros 4, 15, 29, 39

- Perdões e legitimações, Livros 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 21, 22

Chancelaria de D. João IV – Ofícios, doações e mercês, Livros 3, 10, 16

- Perdões e legitimações, Livro 1

Chancelaria de D. Afonso VI – Ofícios, doações e mercês, Livros 41, 45

Chancelaria de D. Pedro II – Ofícios, doações e mercês, Livro 33

Impressos, Série Preta

Impressos, Série Vermelha

Manuscritos da Livraria, maços 480, 489, 504, 580, 583, 588, 623, 623-A, 623-D, 623-F, 623-I, 627, 708, 718, 2563.

Conselho Geral do Santo Ofício, n.º 213

Habilitações do Santo Ofício, maços 1, 2, 11, 19

Colegiada de Santa Maria de Almacave, livro 16

Coimbra, Arquivo Distrital

Registos Paroquiais

Livro de Baptismos da igreja de S. Cristóvão (1570-1621)

Livro Misto da Freguesia de S. Cristóvão (1614-1652)

Livro dos defuntos desta igreja de S. Cristóvão (1651-1732)

Cartório da Universidade, Registo das Provisões, Tomos I, XIX

Escrituras da Universidade, Tomo XII, Livro III; Tomo XIII, Livro I; Tomo XV, Livro III; Tomo XIX, Livro III

BIBLIOGRAFIAS, CATÁLOGOS, ENCICLOPÉDIAS E INVENTÁRIOS

A Inquisição em Portugal: 1536-1821: Catálogo da Exposição organizada por ocasião do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987

A Universidade de Coimbra e a Europa 1537-1937 Exposição documental organizada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, [1987]

AFONSO, João, *Bibliografia Geral dos Açores: Sequência do Dicionário Bibliográfico Português*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1985

Alguns livros da Biblioteca de Calouste Gulbenkian, 1.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969

ANSELMO, António, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

AROUCA, João Frederico de Gusmão C., *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*, vol. I: *Letras A-C*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001; vol. II: *Letras D-L*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003; vol. III: *Letras M-R*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005.

- Arquivo Bibliográfico de Livros Raros e Curiosos Impressos e Manuscritos em diversas Línguas Á Venda na Livraria Lusitana* (Redigido por José dos Santos), vol. 1 – (1-1194); vol. 2 – (1195-2414), Lisboa, Livraria Lusitana, s. d.
- Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700* (dir. José Adriano de Freitas Carvalho), Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras; Instituto de Cultura Portuguesa, 1988
- Biblioteca de Francisco António Rodrigues de Gusmão e Mário Tomás da Costa Roque*, Lisboa, Silva's/ Pedro de Azevedo, 1998
- Boletim n.º 191*, Lisboa, J. A. Telles da Sylva, Dezembro de 1996
- CANAVEIRA, Rui, *Dicionário de tipógrafos famosos*, 4.ª ed., s. l., Ed. do autor, 2001
- Catálogo da Biblioteca Antiga que pertenceu ao conde de Ficalho composta por valiosas e raríssimas espécies bibliográficas dos séculos XV-XVI-XVII e XVIII, de célebres autores portugueses e estrangeiros* (leilão n.º 25), Lisboa, Arnaldo Henriques de Oliveira – livreiro antiquário, 1946
- Catálogo da Biblioteca de Arthur de Sandão*, [Porto], In-Libris – Sociedade para a promoção do livro e da cultura, [1997]
- Catálogo da Bibliotheca que pertenceu ao falecido Conselheiro Dr. Jaime Moniz*, s. l., s. e., 1922
- Catálogo da Colecção de Miscelâneas*, 1.ª ed., 4 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra – Biblioteca Geral, 1967 – 1970
- Catálogo da Exposição Bibliográfica do IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora*, Évora, 1959
- Catálogo da Exposição Comemorativa do IV Centenário da Primeira Publicação de Os Lusíadas*, Ponta Delgada, Ministério da Educação Nacional, 1972
- Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica de Santo António. Promovida pela Junta de Turismo da Costa do Sol* (Da Colecção de Júlio Eduardo dos Santos), Estoril, Junta de Turismo da Costa do Sol, 8 a 20 de Junho de 1963
- Catálogo da Importante e valiosa colecção que pertenceu ao sábio radiologista e ilustre olisipógrafo Dr. Carlos Leopoldo dos Santos* (organizado por José dos Santos), Lisboa, Tipografia Viana, MCMXXXVI
- Catálogo da importantíssima biblioteca que pertenceu ao muito ilustre Conde da Folgosa* (organização de Arnaldo Henriques de Oliveira e Prefácio de Alberto Navarro, visconde da Trindade), Lisboa, 1962

- Catálogo da [...] Livraria que pertenceu [...] Francisco Palha [...]*. Lisboa, Typ. Santos, 1913.
- Catálogo da Livraria Artes e Letras, Leilão 1*, Lisboa, [1990]
- Catálogo da Livraria Coelho. Livros Raros & Curiosos. Contendo uma preciosa collecção de livros sobre a America & principalmente Brazil. MCMXV*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1914
- Catálogo da livraria do Convento da Arrábida e do Acervo que lhe estava anexo*, ed. lit. Ilídio Rocha, 1.^a ed., [Lisboa], Fundação Oriente, 1994
- Catálogo da livraria Pereira da Silva & C.^a, n.º 3 – Camoniana*, Lisboa, MDCCCCIV
- Catálogo da livraria Pereira da Silva & C.^a, n.º 4 – Miscellanea*, Lisboa, MDCCCCV
- Catalogo da magnifica biblioteca de Victor M. d'Avila Perez [...]*, Lisboa, 1939-1940.
- Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria que pertenceu ao notável escritor e erúdito investigador Vítor Ribeiro* (organizado por José dos Santos), Porto, Tipografia da Sociedade de Papelaria, Lda, MCMXXXI
- Catalogo da notavel e preciosa biblioteca do Exmo Senhor Doutor Rui Ennes Ulrich illustre embaixador de Portugal em Londres*, Lisboa, 1934-1935.
- Catálogo da Preciosa Livraria antiga e moderna que pertenceu ao distinto bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1912.
- Catalogo methodico da livraria dos Marquezes de Sabugosa, condes de S. Lourenço*, Lisboa, 1904.
- Catálogo da Notável e Preciosa Livraria que foi do Ilustre Bibliófilo Conimbricense Conde de Ameal (João Correia Aires de Campos)...* (organizado por José dos Santos), Porto, Tipographia da Sociedade de Papelaria, MCMXXIV
- Catálogo da Preciosa Livraria antiga e moderna que pertenceu ao distinto bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1912
- Catálogo da Rica e Preciosa Livraria Que faz parte do espolio da fallecida Exma. Sr.^a Condessa de Azambuja...*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1909
- Catálogo da... livraria que pertenceu aos... condes de Azevedo e de Samodães* (red. por José dos Santos; introdução de Anselmo Braamcamp Freire), 2 volumes, Porto, Typ. da Empresa Literária e Tipográfica), 1921-1922
- Catálogo das obras impressas no século XVII*, introd. Victor Manuel Trigueiros Crespo, 1.^a ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1996
- Catalogo de alguns livros e manuscriptos raros e curiosos, principalmente sobre o Brazil (n.º 13)*, Lisboa, Livraria Coelho, 1927

- Catalogo de alguns livros e manuscritos raros e curiosos, principalmente sobre o Brasil (n.º 14),* Lisboa, Livraria Coelho, 1930
- Catálogo de alguns livros raros e curiosos dos séculos XVI a XX. Catálogo n.º 2,* Lisboa, Livraria Antiquária, 1970 – 1971
- Catalogo de alguns Livros Raros e Curiosos dos Séculos XVI e XVII. Obras portuguesas e espanholas.,* Lisboa, Livraria Coelho, 1931
- Catalogo de Alguns Livros Raros e Curiosos dos Séculos XVI, XVII e XVIII. Obras Portuguesas e Espanholas,* Lisboa, Livraria Coelho, 1935
- Catalogo de alguns livros raros e curiosos que se acham á venda na Livraria Coelho,* Lisboa, Typographia Industrial Portugueza, 1901
- Catálogo de alguns Livros Raros e Curiosos que se acham á venda na Livraria Coelho,* Lisboa, Typographia Industrial Portugueza, 1904
- Catálogo de alguns Livros Raros e Curiosos que se acham á venda na Livraria Coelho,* Lisboa, Tipographia Bayard, 1906
- Catalogo de alguns livros raros e curiosos. Contendo uma preciosa collecção de obras sobre a America, principalmente Brazil. À venda na Livraria Coelho,* Lisboa, Typographia Bayard, 1909
- Catalogo de alguns livros raros e curiosos. Contendo uma preciosa collecção de obras sobre a América, principalmente Brazil à venda na Livraria Coelho,* Lisboa, Typographia Bayard, 1910
- Catalogo de libros antiguos, raros, escogidos, agotados y modernos. Catalogo especial 1963-64,* 1.ª ed., Madrid, Libreria El Callejon, 1963
- Catálogo de livros antigos e modernos que guarneceram a biblioteca do palácio da Rua da Junqueira, 194. Casa Nobre de Lazaro Leitão e pertenceram a Carlos Alberto Soares Cardoso (Visconde do Marco),* s. l., s. n., 1942.
- Catálogo de Livros Raros e Curiosos dos séculos XV a XX. Impressos e manuscritos, em diversas línguas, à venda na Livraria Lusitana* (organizado e anotado por José dos Santos), 2 volumes, Lisboa, Tipografia Viana, 1937-1938
- Catálogo de livros raros e curiosos dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX,* Lisboa, Sá da Costa, 1945
- Catálogo de Livros seleccionados* (elaborado por Nuno Canavez), n.º 143, Porto, Livraria Académica, 1994

- Catálogo de Livros seleccionados* (elaborado por Nuno Canavez), n.º 145, Porto, Livraria Académica, 1994
- Catálogo de Livros seleccionados* (elaborado por Nuno Canavez), n.º 152, Porto, Livraria Académica, 1995
- Catálogo de Livros seleccionados* (elaborado por Nuno Canavez), n.º 158, Porto, Livraria Académica, 1996
- Catalogo de livros seleccionados*, n.º 2, Lisboa, O Mundo do Livro, 1952
- Catalogo de livros seleccionados*, n.º 3, Lisboa, O Mundo do Livro, 1955
- Catálogo de Livros Seleccionados*, pref. Visconde de Lagôa, Lisboa, O Mundo do Livro, 1952
- Catálogo de Quatro Importantes Livrarias* (organizado por José dos Santos), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925
- Catálogo de uma biblioteca escolhida e seleccionada, contendo obras desde o século XVI a XX, de arte, história, monografias, ultramar, judaísmo, inquisição, descobrimentos, bibliografia, livros estrangeiros sobre Portugal, teatro, arqueologia, etc., além de um “suplemento” de grandes autores portugueses e espanhóis dos séculos XVI e XVII, que vão dos n.ºs (1084 a 1156)* (elaborado por José Manuel Rodrigues), Leilão n.º 40, Lisboa, Livraria Antiquária do Calhariz, 1994
- Catálogo de uma biblioteca muito variada e de boa qualidade, versando temas de história, arte, religião, revistas literárias, política, clássicos portugueses e estrangeiros, quinhentistas, dicionários, enciclopédias, monografias, ultramar, restauração, edições ilustradas, napoleónica, manuscritos, etc.* (Elaborado por José Manuel Rodrigues), Leilão n.º 49, Lisboa, Livraria Antiquária do Calhariz, 1997
- Catálogo de uma variada biblioteca, constituída por obras antigas e modernas sobre: história, arte, ultramar, política, viagens, monografias, etc..... com destaque para a marinharia e descobrimentos* (elaborado por José Manuel Rodrigues), Leilão n.º 47, Lisboa, Livraria Antiquária do Calhariz, Outubro de 1996
- Catalogo do Leilão de livros que na sua quasi totalidade pertenceram ao Ilustre bibliófilo e grande latinista Exmo. Barão de Vila Nova de Fozcôa, e ultimamente ao Exmo. Conde de Pinhel.* (Leilão n.º 1), Lisboa, Livraria Barateira, 1940
- Catálogo dos Manuscritos dos séculos XVII ao XX*, 1.^a ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2000

- Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1970
- Catálogo Extraordinário 1929 dos livros raros e curiosos, impressos e manuscritos, em diversas linguas* [Livraria Lusitana – Lisboa] (organizado por José dos Santos), vol. I (n.^{os} 1-2145) Porto, Tipografia da Sociedade de Papelaria Lda, MCMXXIX; vol. II (n.^{os} 2146-4433), s. l., s. n., [1929]
- Catálogo geral: livros novos e usados sobre arte, história, literatura, ciências, raridades bibliográficas, etc., etc.*, n.º 2, Lisboa, O Mundo do Livro, s. d.
- Catalogo n.º 9 De Alguns Livros Raros e Curiosos À venda na Livraria Coelho*, Lisboa, s. n., MCMXIV
- Catálogos de livros seleccionados: que pertenceram, na maioria, ao distinto bibliófilo Prof. Dr. Roberto Chaves*, Lisboa, O Mundo do Livro, 1955
- Catalogue de Livres Espagnols et Portugais rares et curieux*, Paris, L. Giraud – Badin, 1930
- Dicionário de História da Igreja em Portugal* (Direcção de António Alberto Banha de Andrade), 1.º e 2.º vols., Lisboa, Editorial Resistência, s. d.
- Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira Azevedo), 4 volumes, s. d., Círculo de Leitores, 2000-2001
- Escrínio bibliographico da importante e valiosa livraria que foi do distinto escritor, jurisconsulto e bibliofilo Dr. Rodrigo Veloso*, 2 vols., Porto, Typ. da Empresa Litteraria e Typographica, 1914-1916.
- Europe Informed. An Exhibition of Early Books wich Acquainted Europe with the East (Sixth international Colloquium in Luso-Brazilian Studies)*, Cambridge, Massachussetts-New York, 1966
- Exposição Bibliográfica da Restauração*, 2 volumes, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1940
- Exposição Bibliográfica do distrito de Leiria, nos centenários da Fundação e Restauração de Portugal: catálogo e subsídios bibliográficos*, Leiria, s. e., 1940
- Exposição bibliográfica e iconográfica de Lisboa e os poetas: 10 de Junho de 1955*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955
- Exposição bibliographica no bi-centenário do padre António Vieira em 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- Exposição das pinturas de Josefa de Óbidos – Catálogo*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, Maio-Junho de 1949.

- Exposição de livros portugueses em França*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1949
- Exposição de livros portugueses. Instituto de Alta Cultura*, s. l., Instituto de Alta Cultura, 1954
- FIGANIÈRE, Jorge César de, *Bibliographia historica portugueza, ou Catalogo methodico dos auctores portuguezes, e de alguns estrangeiros domiciliarios em Portugal, que tractaram da historia civil, politica e ecclesiastica d'estes reinos e seus dominios, e das nações ultramarinas, e cujas obras correm impressas em vulgar; onde tambem se apontam muitos documentos e escriptos anonymos que lhe dizem respeito.*, Lisboa, Na typographia do Panorama, 1850
- FONSECA, Martinho da, *Lista de alguns catálogos de bibliothecas publicas e particulares de livreiros e alfarrabistas*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1913
- Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) Catálogo biblio-iconográfico*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991.
- GARCÍA PERES, Domingo, *Catalogo razonado biográfico e bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, 1890.
- GOLDSMITH, V. F., *A Short Title Catalogue of Spanish and Portuguese Books. 1601-1700, in the library of the British Museum (The British Library – Reference division)*, Folkestone – London, Dawsons of Pall Mall, 1974
- Importante Biblioteca Particular*, Parte I, Lisboa, Silva's/ Pedro de Azevedo, 1999
- Importante Biblioteca Particular*, Parte II, Lisboa, Silva's/ Pedro de Azevedo, 1999
- Importante Biblioteca Particular*, Parte III, Lisboa, Silva's/ Pedro de Azevedo, 1999
- Importante Biblioteca Particular*, Parte V, Lisboa, Silva's/ Pedro de Azevedo, 2000
- Importante Leilão – Bibliotecas: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena, Joaquim Pessoa, várias proveniências e parte do espólio do Prof. Dr. António Oliveira Salazar*, Lisboa, Leiria e Nascimento, 12 de Outubro de 1999
- Importante leilão de livros, manuscritos, gravuras e desenhos (Leilão 65)*, Lisboa, Palácio do Correio-Velho, Março 1998
- Leilão da Biblioteca de António de Oliveira Neves*, Parte I, Lisboa, Silva's/ Nuno Gonçalves, 2003
- Leilão da biblioteca do Dr. Joaquim José d'Azevedo Barbosa*, Porto, In-Libris – Sociedade para a promoção do livro e da cultura, 1999
- Leilão de livros, manuscritos e gravuras (Leilão 75)*, Lisboa, Palácio do Correio-Velho, Março 1999

- Leilão de livros. Biblioteca do Dr. Miguel Leite de Faria*, leilão n.º 84, Lisboa, Palácio do Correio-Velho, Março de 2000
- Livraria – Antiquária. Catálogo n.º 1 de Livros Antigos e Modernos Raros, Curiosos e Esgotados*, Lisboa, Livraria – Antiquária, 1970
- Livraria D. Pedro V. Leilão de livros, 10* (catálogo elaborado por Luís Burnay), Lisboa, Livraria D. Pedro V, 1992
- Livraria D. Pedro V. Leilão de livros, 12*, Lisboa, Livraria D. Pedro V, 1994
- Livraria D. Pedro V. Leilão de livros. 9* (Catálogo elaborado por Luís Burnay), Lisboa, Livraria D. Pedro V, 1991-1992
- Livros Raros & Curiosos n.º 11. Catálogo da Livraria Coelho. Lisboa MCMXVI*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1916
- MACHADO, Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, edição em CD-ROM, Lisboa, Comissão Nacional Para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, s. d.
- Manual Bibliographico Portuguez de livros raros, clássicos e curiosos*, coord. Ricardo Pinto de Mattos, Porto, Liv. Portuense, 1878.
- OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de, *Catálogo da Importantíssima e Valiosa Biblioteca Souza da Camara* (Prefaciado por Jorge Peixoto), Porto, Tip. Sociedade de Papelaria, Lda, 1966.
- Os Lusíadas 1572 – 1972: catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica e medalhística...*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972
- Padre António Vieira, 1608 – 1697: catálogo da exposição Novembro 1997 – Fevereiro 1998*, 1.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1997
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, 7 volumes, Lisboa, João Romano Torres & C.ª - Editores, 1904-1915.
- Restauração: catálogo da colecção Visconde da Trindade*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979
- SÁ, Artur Moreira de, *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI*, Lisboa, INIC, 1983
- SANTOS, Júlio Eduardo dos, *Exposição bibliográfica: algumas obras oratórias de autores lisboetas dos séculos XVII e XVIII e apontamentos sobre a literatura antoniana de 1959 a 1969, no grupo «Amigos de Lisboa» Dezembro de 1969*, Lisboa, s. n., 1969
- SOARES, Ernesto; LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Dicionário de Iconografia Portuguesa...*, vol. 1, Lisboa, Instituto Para a Alta Cultura, 1947.

- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, edição em CD-ROM, Lisboa, Comissão Nacional Para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, s. d.
- TAROUCA, Padre Carlos da Silva, *Inventário das cartas e dos códices manuscritos do Arquivo da Sé de Évora*, Évora, 1946.
- Tipografia Portuguesa do Século XVII. A Colecção da Biblioteca Nacional* (Coordenação e organização de Alexandrina Cruz), vol. I: *Letras A e B*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999
- Travel and Exploration. Portugal and Spain* (Auction 40), Königstein, Reiss & Auvermann, April 3.rd and 4.th, 1989

FONTES IMPRESSAS¹

- ALMEIDA, M. Lopes de, *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, 3 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1970-1972
- ALMEIDA, M. Lopes de, *Livros Livreiros Impressores em Documentos da Universidade 1600-1649*, Coimbra, [Universidade de Coimbra], 1964
- DESLANDES, Venâncio, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII* (prefácio de Artur Anselmo), 3.^a edição, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 19 volumes, Lisboa, 1885-1943
- Rol dos Livros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal q ho Senhor Cardeal Iffante Inquisidor geral mandou fazer no Anno de 1561*, Lisboa: por João Blávio de Colónia, [1561]
- SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de, *Thesouro de Prudentes*, Lisboa, Miguel Manescal, 1712.

OBRAS COLECTIVAS

- História de Portugal* (Direcção de José Mattoso), Terceiro Volume – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)* (Coordenação de Joaquim Romero Magalhães), s. l., Círculo de Leitores, 1993

¹ Nesta bibliografia não estão incluídos os inventários de livros impressos no século XVII, que constarão dos Anexos.

- História de Portugal* (Direcção de José Mattoso), Quarto Volume – *O Antigo Regime (1620-1807)* (Coordenação de António Manuel Hespanha), s. l., Círculo de Leitores, 1993
- História Religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira Azevedo), vol. 2 – *Humanismos e Reformas* (Coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), s. l., Círculo de Leitores, 2000.
- Nova História de Portugal* (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. V – *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica* (coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998
- Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume VII – *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (Coordenação de Avelino de Freitas de Meneses), Lisboa, Editorial Presença, 2001
- Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”* (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990, Coimbra, 1991.

ESTUDOS

- ALMEIDA, Manuel Lopes de, «Introdução» / Arrais, Amador, *Dialogos*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1974, pp. VIII-X
- ANNINGER, Anne, «Un oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º 1-2, Janeiro-Dezembro 1983, pp. 206-208
- ANSELMO, Artur, «A propósito do V Centenário do Livro Impresso em Portugal. A Casa Real e a Imprensa», *EVPHROSYNE - Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, volume XVI, 1988, pp. 389-398
- ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981
- ANSELMO, Artur, *Estudos de História do Livro*, Lisboa, Guimarães Editores, 1997
- ANTUNES, Maria do Carmo Garcia Faria Gaspar, «O ensino na faculdade de cânones», in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”* (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990, vol. 1, Coimbra, 1991, pp. 123-130.
- ARNHEIM, Rudolph, *Vers une psychologie de l’art. Suite d’essais*, Paris, Segher, 1973.

- ARNHEIM, Rudolf, *La pensée visuelle*, Paris, Flammarion, 1976.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes, *Os homens e os livros: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Verbo, 1971
- BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994
- BLUM, André, *Les origines du papier de l'imprimerie et de la gravure*, Paris, La Tournelle, 1935.
- BODIN, J. ; PELANNE, Y., *L'univers des signes*, Paris, Masson et Cie, 1974.
- BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, [1994]
- BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005
- BOUZA-ÁLVAREZ, *Del Escribano a la Biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*, 1.^a edição, Madrid, Síntesis, 1997
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, «Cultura escrita e história do livro – a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, n.^{os} 9-10, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2002, pp. 63-95
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal* (Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume VII – *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (Coordenação de Avelino de Freitas de Meneses), Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 465-565
- BRAGA, Paulo Drumond, *Coimbra e a delinquência estudantil (1580-1640)*, Lisboa, Hugin, 2003
- BRAGA, Paulo Drumond, *Portugueses no estrangeiro, estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material e capitalismo séculos XV-XVIII*, Tomo I, Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1970.
- BUESCO, Maria Leonor Carvalhão, *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*, s.n., Instituto de Cultura Portuguesa, 1979
- CANAVEIRA, Rui, *História das artes gráficas*, volume I - *Dos Primórdios a 1820*, 1.^a edição, Lisboa, Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, 1994.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868

- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- CASSUTO, Alfonso, *Bibliografia dos sermões de autos-da-fé impressos: descrição bibliográfica da colecção do autor*. (Sep. Arquivo de Bibliografia Portuguesa), Coimbra, Tip. da Atlântida, 1955.
- CASTRO, Henrique Tavares e; MAIA, Maria Armandina Cruz, «Produção impressa entre Douro e Minho nos sécs. XVII e XVIII» in *V Centenário do Livro Impresso em Portugal. 1487-1987. Colóquio sobre o Livro Antigo. Lisboa, 23-25 de Maio de 1988. Actas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992, pp. 187-205
- CASTRO, António Henrique Tavares e, *Oficinas Tipográficas em Portugal Entre-Douro-e-Minho* (dissertação de mestrado apresentada à F.C.S.H. – U.N.L.), Lisboa, 1991
- CASTRO, Luís Vieira de, *Homens e livros*, Lisboa, União Gráfica, 1943
- CHARTIER, Roger (ed. lit.), *As Utilizações do Objecto Impresso (Séculos XV-XIX)*, Algés, Difel, 1998
- CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988
- CHARTIER, Roger, *L'ordre des livres: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV et XVIII siècle*, Aix-en-Provence, Alinea, 1992
- COELHO, António Borges, «Tópicos para o estudo da relação Universidade-Inquisição (meados XVI – meados XVII)» in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 4, Coimbra, 1991, pp. 257-270.
- COSTA, J. C. Rodrigues da, *João Baptista gravador português do século XVII (1628-1680)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, «A Mesa da Consciência e Ordens, o Padroado e as perspectivas da Missionaçã», *Congresso Internacional de História Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas Actas*, volume III : *Igreja, Sociedade e Missionaçã*, Braga, 1993, pp. 627-647
- CURTO, Diogo Ramada, «A história do livro em Portugal uma agenda em aberto», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, n.ºs 9-10, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2002, pp. 13-61

- CURTO, Diogo Ramada, *Cultura escrita séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, MMVII
- DIAS, João José Alves, *Introdução à Bibliofilia*, Lisboa, Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, 1994
- DIAS, João José Alves, *No quinto centenário da Vita Christi: Os primeiros impressores alemães em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1995
- DIAS, João José Alves, *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal. Elementos para o seu estudo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996
- DIAS, João José Alves, «From the West to the East: The Return of Printed World», *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia*, edited by Anthony Disney and Emily Booth, New Delhi, Oxford University Press, 2000, pp. 295-306.
- DIAS, João José Alves, «Em torno de Geraldo da Vinha», Conferência proferida no Colóquio «Quinhentos Anos de Tipografia e Livraria em Lisboa», Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 18 de Junho de 1999
- DIAS, J. S. da Silva, *Braga e a cultura portuguesa do Renascimento*, 1.^a ed., Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1972.
- DOMERGUE, Lucienne, *La censure des livres en Espagne à la fin de l'ancien régime*, Madrid, Casa de Velásquez, 1996
- DOMINGOS, Manuela D., «Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras», *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1993, pp. 117-229
- DOMINGOS, Manuela D., *Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *O aparecimento do livro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do Livro. Terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.*, Lisboa, Guimarães Editora, 1988
- LAFUENTE FERRARI, Enrique, *Iconografia Lusitana. Retratos grabados de personajes portugueses*, Madrid, Junta de Iconografia Nacional, 1941
- FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Coimbra Antiga e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1996
- FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo social e económico)*, Coimbra, Por Ordem da Univesidade, 1995

- FONSECA, Fernando Taveira da (coord.); ANTUNES, José; VAQUINHAS, Irene; VARGUES, Isabel Nobre; TORRAL, Luís Reis; REGATEIRO, Fernando J., *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001
- FOUCAULT, Michel, *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*, São Paulo, Martins Fontes, 1981
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de, «Os Livreiros da Lisboa Quinhentista», *Revista Municipal*, n.º 54, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3.º Trimestre 1952, pp. 5-25.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo, *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, [1991]
- GOUVEIA, António de, *Jornada do Arcebispo* (edição fac-similada), Lisboa, Edições Didaskalia, 1988
- GRIFFIN, Clive, *Los Cromberger. La historia de una imprenta del siglo XVI en Sevilla y Méjico*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1991
- HIRSCH, Rudolph; QUONDAM, Amedeo; MARTIN, Henri-Jean; FURET, François; BOLLÈME, Geneviève; LAY, Adriana, *Libros, editores y público en la Europa moderna*, Valência, Edicions Alfons el Magnànim, 1990
- ILINE, M., *O Homem e o Livro: história dos livros*, Lisboa, Cosmos, [1941]
- JUSTËN, Helga Maria, *Incunábulo e Post-Incunábulo Portugueses (ca. 1488-1518) (Em Redor do Material Tipográfico dos Impressos Portugueses)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009
- Lampadário de cristal de frei Jerónimo Baía* (Apresentação crítica, fixação do texto, notas, glossário e roteiro de leitura de Ana Hatherly), Lisboa, Editorial Comunicação, 1992
- Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, n.ºs 9-10, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2002
- LIMA, Durval Pires de, *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa: conferência pronunciada no Palácio Galveias em 4 de Julho de 1942*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1943
- LOUREIRO, José Pinto, «Livreiros e Livrarias de Coimbra» *Arquivo Coimbrão*, vol. XII, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1935, pp. 69-171
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II o Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.
- LYOTARD, Jean-François, *Discours, Figure*, Paris, Klincksieck, 1978.

- MACHADO, J. T. Montalvão, «Como e porquê se imprimiu em Chaves o primeiro livro de língua portuguesa», *Anais*, II série, vol. 24, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976
- MADAHIL, A. G. da Rocha, *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no século XVI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1941.
- MADAHIL, A. G. da Rocha, *Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século XV*, Lisboa, s. n., 1955
- MAGALHÃES, José Calvet de, *História do Pensamento Económico em Portugal. Da Idade-Média ao Mercantilismo*, Coimbra, 1967.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, «As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal* (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. V – *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica* (coordenação de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 447-504
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2003.
- MARQUES, João Francisco, *A parenética portuguesa e a dominação filipina*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1970.
- MARQUES, João Francisco, «Docentes da Universidade de Coimbra, pregadores da causa restauracionista» in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 5, Coimbra, 1991, pp. 79-103.
- MARQUES, João Francisco, *A utopia do Quinto Império e os pregadores da Restauração*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007.
- MARTIN ABAD, Julián; MOYANO ANDRÉS, Isabel, *Estanislao Polono*, s. l., Universidad de Alcalá – Centro Internacional de Estudios Cisneros, 2002.
- MARTIN ABAD, Julián, *Los primeros tiempos de la imprenta en España (c. 1471-1520)*, Madrid, Laberinto, 2003.
- MARTINS, J. V. de Pina, «Humanismo e Universidade. Livros quinhentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo» in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 4, Coimbra, 1991, pp. 47-66.

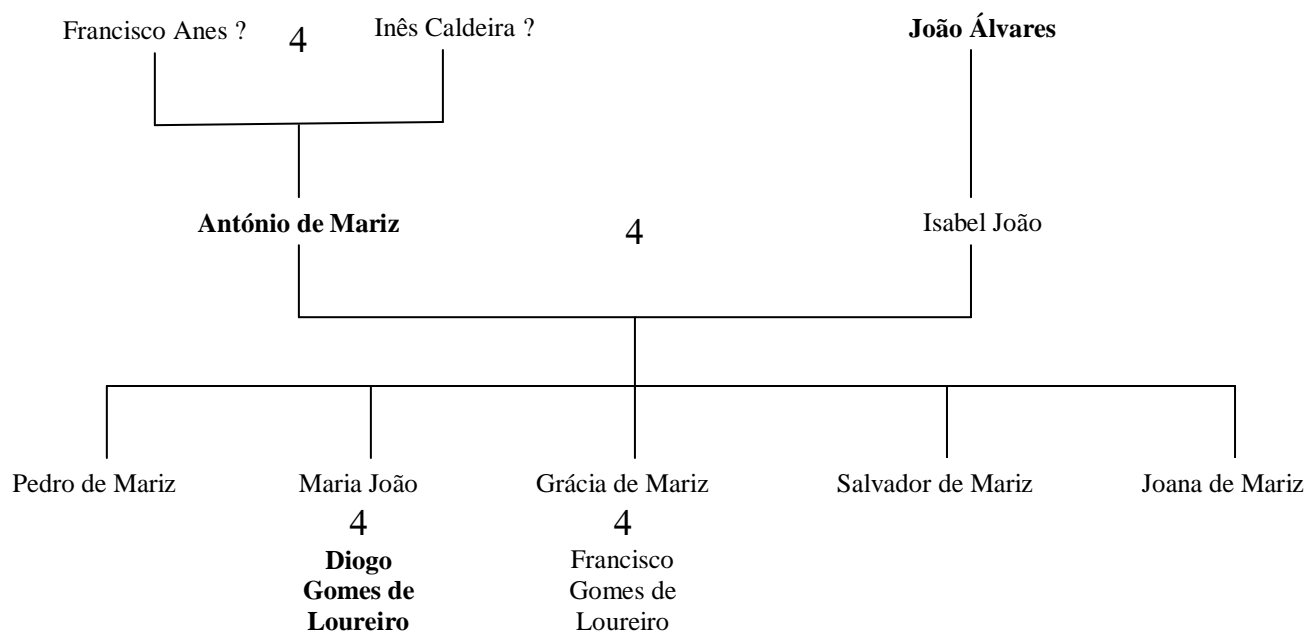
- MARTINS, José Vitorino de Pina, *Histórias de Livros para a História do Livro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- MEGIANI, Ana Paula Torres, «Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e Impressores no Mundo Português (1500-1640)», *Anais de História de Além-mar*, n.º 7, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2006. pp. 231-250
- MOISÉS, Massaud, *Bibliografia da Literatura Portuguesa*, São Paulo, Edição Saraiva. Editôra da Universidade de São Paulo, 1968.
- MORAES, Rubens Borba de, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.
- McMURTRIE, Douglas C., *O Livro* (Prefácio e notas de Jorge Peixoto), 3.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O papel como elemento de identificação*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926
- MONTE, Gil do, *Subsídios para a História da Tipografia em Évora nos séculos XVI a XVIII*, Évora, 1968
- MORAIS, Júlio de, «Edições clandestinas dos Sermões do P. António Vieira», *Brotéria*, vol. 29, fasc. 5, Lisboa, Novembro de 1939, pp. 454-461
- MOTA, Luís Carlos Martins de Almeida, «A “minuta para o regimento da livraria da Universidade de Coimbra” de António Ribeiro dos Santos. Algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural» in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 2, Coimbra, 1991, pp. 197-228.
- MUHANA, Adma Fadul, *Os autos do processo de Vieira na inquisição*, São Paulo - Salvador, Editora da Universidade Paulista, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995
- NORONHA, Tito de, *A Imprensa Portuguesa durante o século XVI*, Porto, Imprensa Portuguesa, MDCCCLXXIV.
- OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II de cognome «o Pio»*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005
- OLIVEIRA, A. Lopes de, *Imprensa Bracarense*, Braga, Editora Pax, s.d.
- OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de Estudos Dr. António de Vasconcelos, 1971-1972

- OLIVEIRA, António de, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, [1991]
- OLIVEIRA, António de, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras, 2002
- OLIVEIRA, António de, *D. Filipe III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005
- OLIVEIRA, José Inácio de, *Tradução Portuguesa da Relatio Facta in Concistorio Secreto Coram S. D. N. Urbano Papa VIII. A Francisco Maria Episcopo Ostiensi S. R. E. Card. A Monte. Die XIII. Ianuarii M. DC. XXV. Super Vita, Sanctitate, actis Canonizationis, & miraculis piae memoriae Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- PACHECO, José, *A divina arte negra e o livro português (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Vega, [1998]
- PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o Visorei Dom Luís de Ataíde* (reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1617 da Biblioteca da INCM), Lisboa, INCM, [1987]
- PESSOA, Alberto, *Uma dívida de Brás Luís de Abreu ao mercador de livros João Antunes*, Coimbra, 1931.
- PONOT, René, *La chose imprimée*, Paris, Retz-CEPL, s. d.
- PORTELA, Manuel, *O comércio da literatura: mercado e representação* (dissertação de Doutoramento), Coimbra, 2000
- RAMALHO, Américo da Costa, «O humanismo renascentista e a Universidade» in *Universidade(s) História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 4, Coimbra, 1991, pp. 39-46.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Da aquisição de livros proibidos nos finais do século XVIII (casos portugueses)*, Porto, s. n., 1974
- REBELO, Luís de Sousa, «Panegírico», in *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto Prado Coelho, vol. 2, 3.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1976, pp. 782-785
- REVEL, Jacques, *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel, [1990]
- ROCHA, João L. de Moraes, *O essencial sobre a Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1998]
- ROSA, Eduardo Ferraz da, *Memória Bibliográfica Vieiriana. Repertório de textos selectos e obras temáticas com uma cronologia biográfica do Pe. António Vieira*, Angra do Heroísmo, s. n., 2000

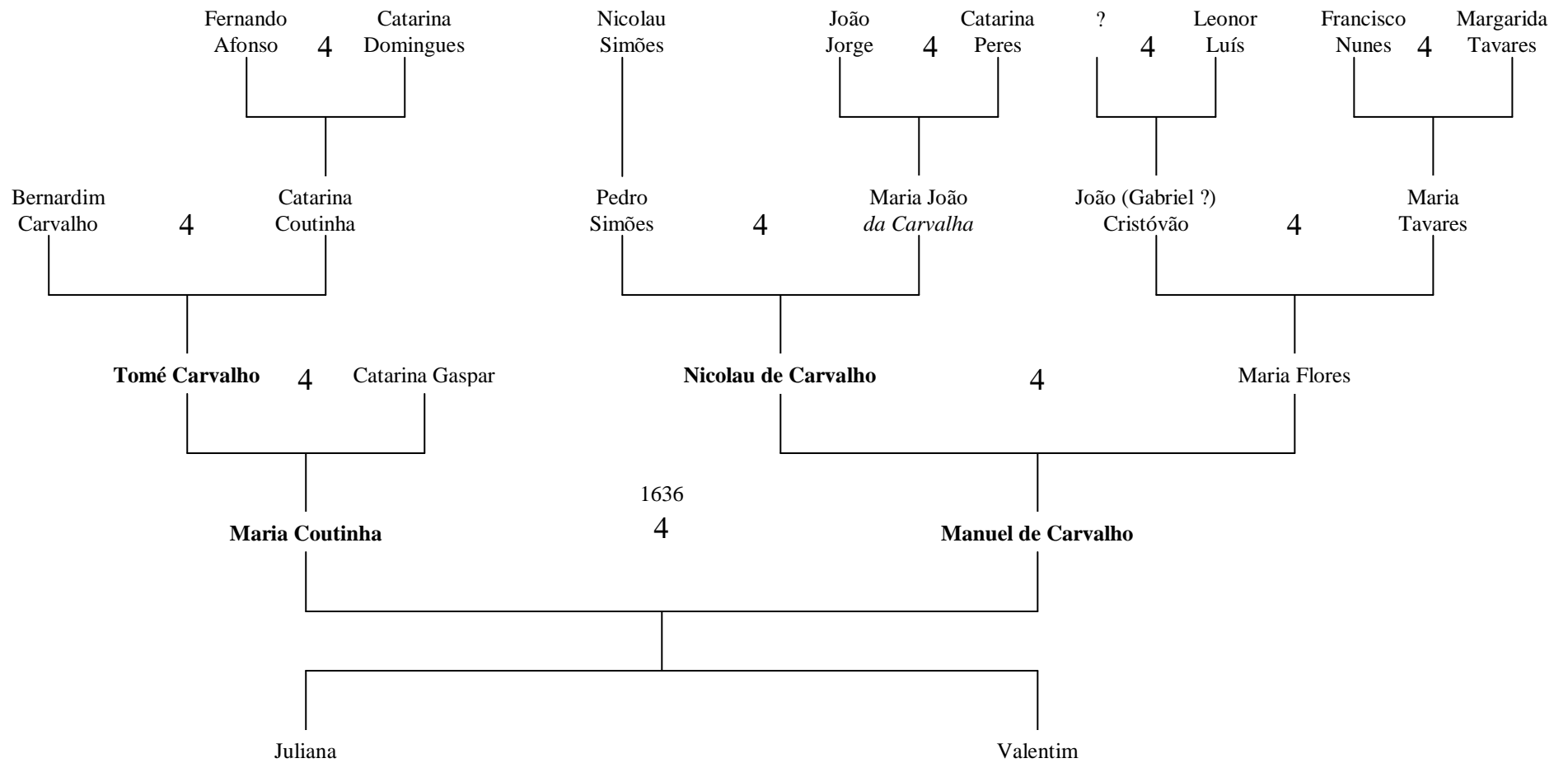
- SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Como devo formar a minha biblioteca (ensaio)*, Lisboa, Sá da Costa, s.d.
- SÁNCHEZ COBOS, María Dolores, *La imprenta en Jaén 1550-1831*, s.l., Universidad de Jaén, 2005.
- SANTOS, Cândido Dias dos, *Os monges de S. Jerónimo em Portugal na época do Renascimento*, (coleção Biblioteca Breve), Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, [1984]
- SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal das Origens aos Fins do Século XVII*, Porto, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996
- SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, volume II (em colaboração com Óscar Lopes e Luís de Albuquerque, Lisboa, Jornal do Fôro, 1955
- SARAIVA, A. J.; LOPES, Oscar, *História da Literatura Portuguesa*, 15.^a edição, Porto, Porto Editora, s. d.
- SHILS, Edward, *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel, 1992
- SIMÕES, A. A. Costa, *Notícia Histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882
- SILVA, Maria Antónia P. G. C. da, *A heráldica na tipografia da época da Restauração (1640 - 1668)* (dissertação de mestrado apresentada à F.C.S.H. – U.N.L.), Lisboa, 1997
- SOARES, Ernesto, *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras* (nova edição), 2 volumes, Lisboa, Livraria Samcarlos, 1971
- Tesouros da Biblioteca Pública de Évora. Bicentenário, 1805-2005*, Lisboa, Edições INAPA, 2005
- Tratado de Confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)* (Leitura Diplomática e Estudo Bibliográfico por José V. de Pina Martins), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973
- URBANO, Carlota Miranda, «Heroísmo, santidade e martírio no tempo das reformas», *Península*, n.º 1, 2004, pp. 269-276.
- VASCONCELOS, António de, *Brás Garcia Mascarenhas. Estudo de investigação histórica* (Reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- VASCONCELOS, António de, *Sé-velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, M.DCCCC.XXX
- VASCONCELOS, Joaquim de, *Albrecht Dürer e a sua influência na Península* (1.^a edição), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929

- VIEIRA, Padre António, *Sermões* (Direcção científica de Arnaldo do Espírito Santo), vol. I, Lisboa, CEFi – Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [2008].
- WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

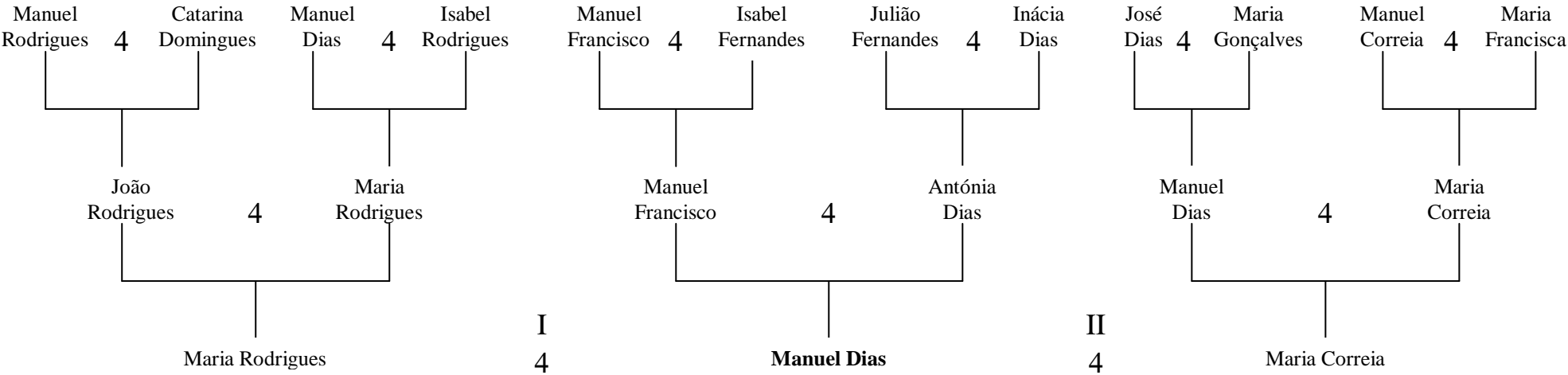
Genealogia do impressor António de Mariz
indicando o parentesco com Diogo Gomes de Loureiro



Genealogia dos impressores das famílias *Carvalho* de Coimbra



Genealogia do impressor Manuel Dias



Genealogia do impressor José Ferreira

